

V Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas



LUSOCONF 2023

LIVRO DE ATAS Proceedings

Editores:

Carla Sofia Araújo
Ana Paula Monte
Paula Odete Fernandes
João Sérgio Sousa
Vitor Gonçalves

Instituto Politécnico de Bragança
julho de 2024

Ficha Técnica

Título

LUSOCONF2023

V Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas: livro de atas

Editores

Carla Sofia Araújo

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Ana Paula Monte

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Paula Odete Fernandes

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

João Sérgio Sousa

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Vitor Gonçalves

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Capa

António Meireles e Vitor Gonçalves

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Suporte técnico

Clarisse Pais, Serviços de Documentação e Bibliotecas, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Edição

Instituto Politécnico de Bragança

Campus de Santa Apolónia

5300-253 Bragança

Portugal

Data de edição: julho de 2024

ISBN: 978-972-745-328-3

DOI: 10.34620/978-972-745-328-3

Handle: <http://hdl.handle.net/10198/25534>

URL: www.lusoconf.ipb.pt

Email: lusoconf@ipb.pt

Índice

Comissão Científica	iii
Comissão Organizadora	vi
Programa Geral do LUSOCONF2023	viii
Organizadores, Patrocinadores e Colaboração	x
Nota de apresentação do LUSOCONF2023 e Mensagem do Diretor da ESE-IPB	xi
Artigos	1
A01 Um estudo de painel sobre a palatalização de /t/ e /d/: o papel das variáveis linguísticas	2
A02 A panel study on the palatalization of /t/ and /d/: the role of the linguistic variables	13
A03 Satisfação dos clientes e performance organizacional: estudo de caso numa empresa de consultadoria	31
A04 Customer satisfaction and organisational performance: a case study in a consulting company	44
A05 Importância do outsourcing no cumprimento das obrigações de relato em Juntas de Freguesia	52
A06 Importance of outsourcing to comply with reporting obligations in Civil Parish: exploratory case study	59
A07 Viagem a Portugal de José Saramago: costumes, arte, culinária e histórias	68
A08 José Saramago's Viagem a Portugal: customs, art, cuisine and histories	78
A09 Os Simples de Guerra Junqueiro: uma expressão do país religioso nos finais do século XIX?	86
A10 Os Simples by Guerra Junqueiro: an expression of the religious country at the end of the 19th century?	96
A11 Raul Bopp: um estilo de vida e escrita antropofágica	103
A12 Raul Bopp: an anthropophagic lifestyle and writing	109
A13 Caracterização das crianças talibé bissau-guineenses identificadas e reintegradas no ano 2022	115
A14 Characterization of Bissau-Guinean talibé children identified and reintegrated in the year 2022	123
A15 Avaliar competências linguísticas e consciência crítica intercultural no curso de PLE	130
A16 Assessing language and critical intercultural awareness in the PFL course	141
A17 Hospitalidade turística enquanto serviço versus a mesa de Emaús: percepções e representações	152
A18 Tourist hospitality as a service versus the Emmaus table: perceptions and representations	175
A19 Pedacos de poesia e prosa: quando a cooperação se faz significante	183
A20 Pedacos de poesia e prosa: when cooperation becomes significant	190
A21 Friso mútuo: um projeto de criação artística multidisciplinar	198
A22 Friso mútuo: a multidisciplinary artistic creation project	207
A23 As políticas públicas de património cultural em museus no Brasil	216
A24 Public policies for cultural heritage in museums in Brazil	225
A25 Tecnologias digitais e Alzheimer na perspetiva dos cuidadores formais	232
A26 Digital technologies and Alzheimer's from the perspective of formal caregivers	243
A27 A formação de professores de educação musical em Moçambique: algumas reflexões	258
A28 Mozambique music education teacher training: some reflection	266
A29 A importância de um plano estratégico no sucesso de uma organização	276
A30 The importance of a strategic plan in the success of an organisation	285
A31 O denominado "portunhol" da fronteira uruguaio-brasileira, uma variedade linguística (quase)	291
A32 The so-called "portunhol" of the Uruguayan-Brazilian border, a linguistic variety (almost) ...	300
A33 Falar para aprender: ditado cooperativo e aprendizagem da ortografia	307
A34 Talk to learn: cooperative dictation and orthography learning	316
A35 Trabalhar a temática dos refugiados com base na literatura	322
A36 Approaching the theme of refugees based on the literature	332
A37 "Frio" de João Antônio: o abandono social como consequência da Colonialidade	339
A38 "Frio" by João Antônio: social abandonment as a consequence of Coloniality	
A39 Os elementos semióticos e a sua produtividade na narrativa vergiliana	
A40 The semiotics elements and their productivity in vergil's narrative	
A41 Plano de negócios para um Alojamento Local na região transmontana: criação da empresa RTT	
A42 Business plan for a Local Accommodation in the Transmontana Region: creation of the company RTT	
A43 Plano de negócios para a venda de chá online	
A44 Business plan for selling tea online	
A45 Plano de Negócio para empresa de tradução e interpretação na Guiné-Bissau	
A46 Business Plan for a translation and interpretation company in Guinea Bissau	
A47 Cultivar a empatia com o livro-álbum contemporâneo	
A48 Cultivating empathy with the contemporary picturebook	
A49 Estratégias de cortesia na produção de pedidos em português europeu	
A50 Politeness strategies of requests in European Portuguese	
A51 O texto literário ao serviço do ensino do Português em contextos multilingues	
A52 Literary text at the service of Portuguese teaching in multilingual contexts	
A53 Estudo prospectivo sobre economia circular na ótica da academia portuguesa	
A54 Prospective study on circular economy from the perspective of the portuguese academia	
A55 Análise comparativa de política de gestão de resíduos urbanos: o caso do Brasil e Portugal	
A56 Comparative analysis of municipal waste management policy: the case of Brazil and Portugal	
A57 Os desafios económicos de S. Tomé e Príncipe na 1ª república portuguesa	
A58 The economic challenges of Sao Tome and Principe in the 1st Portuguese Republic	
A59 O cinema como estratégia na educação antirracista - estudo de caso português	
A60 Cinema as a strategy in anti-racist education - a Portuguese case study	
A61 A nossa antropofagia	
A62 Our anthropophagy	
A63 Wordle em Português: torna o português acessível para estudantes de língua estrangeira	
A64 Wordle in Portuguese: making Portuguese accessible for foreign language learners	
A65 Proteção de Dados Pessoais: investigação no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	
A66 Personal Data Protection: research in the master's degree in Professional and Technological Education	
A67 Acesso ao crédito bancário por parte das PME em Cabo Verde	
A68 Access to bank credit by SMEs in Cape Verde	
A69 Literatura infantil cabo-verdiana: memória em a cruz do Rufino de Fátima Bettencourt	
A70 Cape Verdean children's literature: memory in a cruz do Rufino by Fátima Bettencourt	
A71 Estudo lexical da poesia de Eugénio de Andrade	
A72 Lexical study of the poetry of Eugénio de Andrade	

Comissão Científica

- Adília da Silva Fernandes
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- Alcina Maria Nunes
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- Alexandra Soares Rodrigues
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- Amélia Polónia
(Universidade do Porto, Portugal)
- Amílcar Teixeira
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- Ana Maria Martinho
(Universidade Nova de Lisboa, Portugal)
- Ana Maria Brito
(Universidade do Porto, Portugal)
- Ana Paula Monte
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- Ana Sofia Cardim
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- António Borges Fernandes
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- António Domingos Abreu
(Reserva Biosfera Ilha do Príncipe, São Tomé e Príncipe)
- António Meireles
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- Artur Gonçalves
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- Augusto Soares da Silva
(Universidade Católica Portuguesa, Portugal)
- Bruno Sousa
(Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Portugal)
- Carina Rodrigues
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- Carla Araújo
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- Carla Guerreiro
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- Carlos Teixeira
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- Carlos Casimiro Costa
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- Catarina Martins
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- Cláudia Costa
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)
- Cristina Flores
(Universidade do Minho, Portugal)
- Cristina Martins
(Universidade de Coimbra, Portugal)
- Cristina Mesquita
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Elsa Esteves
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Emília Nogueiro
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Fernanda Amélia Ferreira
(Instituto Politécnico do Porto, Portugal)

Fernando José Fraga Azevedo
(Universidade do Minho, Portugal)

Fernando Ramallo
(Universidade de Vigo, Espanha)

Francisco Paiva
(Universidade da Beira Interior, Portugal)

Francisco Topa
(Universidade do Porto, Portugal)

Graça Santos
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Isabel Aires de Matos
(Instituto Politécnico de Viseu, Portugal)

Isabel Margarida Duarte
(Universidade do Porto, Portugal)

João Cunha
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

João Paulo Madeira
(Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde)

João Veloso
(Universidade do Porto, Portugal)

Joaquim Mendes Leite
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Jorge Manuel Alves
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

José António Brandão
(Universidade do Minho, Portugal)

José Pires Laranjeira
(Universidade de Coimbra, Portugal)

José Sousa Teixeira
(Universidade do Minho, Portugal)

Lídia Santos
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Luciana Pereira da Silva
(Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil)

Luísa Lopes
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Manuel Ângelo Rodrigues
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Manuel Célio Conceição
(Universidade do Algarve, Portugal)

Manuel Fonseca
(Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal)

Manuel Moreira da Silva
(Instituto Politécnico do Porto, Portugal)

Marcos Sorrentino
(Universidade de São Paulo, Brasil)

Maria Antónia Mota
(Universidade de Lisboa, Portugal)

Maria da Conceição Nunes
(Instituto Politécnico do Porto, Portugal)

Maria José Gonçalves Alves
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Maria José Rodrigues
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Marília Toralles
(Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil)

Mário Cardoso
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Olga Santos
(Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

Otília Sousa
(Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal)

Paula Odete Fernandes
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Paulo Mafra
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Pedro Couceiro
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Pedro Manuel Nunes
(Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Portugal)

Pilar Gutiez Cuevas
(Universidad Complutense de Madrid, Espanha)

Ricardo Alexandre Correia
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Ricardo Jorge Correia
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Rui Pereira
(Universidade de Coimbra, Portugal)

Sandra Tapadas
(Universidade de Lisboa, Portugal)

Sílvia Melo-Pfeifer
(Universidade de Hamburgo, Alemanha)

Sofia Bergano
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Sónia Nogueira
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Vitor Barrigão Gonçalves
(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Comissão Organizadora

Coordenação

Carla Araújo

(Instituto Politécnico de Bragança, ESE, Portugal)

Ana Paula Monte

(Instituto Politécnico de Bragança, ESTiG, Portugal)

Fernanda Silva

(Câmara Municipal de Bragança, Portugal)

Paula Odete Fernandes

(Instituto Politécnico de Bragança, ESTiG, Portugal)

João Sérgio Sousa

(Instituto Politécnico de Bragança, ESE, Portugal)

Vitor Barrigão Gonçalves

(Instituto Politécnico de Bragança, ESE, Portugal)

Membros

Adília Fernandes

(Instituto Politécnico de Bragança, ESSa, Portugal)

Alexandra Soares Rodrigues

(Instituto Politécnico de Bragança, ESE, Portugal)

Amílcar Teixeira

(Instituto Politécnico de Bragança, ESA, Portugal)

Ana Paula Monte

(Instituto Politécnico de Bragança, ESTiG, Portugal)

António Meireles

(Instituto Politécnico de Bragança, ESE, Portugal)

Carla Guerreiro

(Instituto Politécnico de Bragança, ESE, Portugal)

Carlos Teixeira

(Instituto Politécnico de Bragança, Portugal)

Catarina Martins

(Instituto Politécnico de Bragança, EsACT, Portugal)

Cecília Falcão

(Instituto Politécnico de Bragança, ESE, Portugal)

Fátima Martins

(Câmara Municipal de Bragança, Portugal)

Isabel Castro

(Instituto Politécnico de Bragança, ESE, Portugal)

Jacinta Costa

(Instituto Politécnico de Bragança, ESE, Portugal)

Lídia dos Santos

(Instituto Politécnico de Bragança, ESE, Portugal)

Pedro Couceiro

(Instituto Politécnico de Bragança, ESE, Portugal)

Programa Geral do LUSOCONF2023

dia 1

12 de outubro de 2023 - quinta-feira

08:30

Abertura do secretariado

09:00

Momento musical (acompanhado de Guitarra/Violoncelo) – Poemas musicados de Eugénio de Andrade

09:10

Sessão de abertura

João Ima-Panzo, Diretor de Ação Cultural e Língua Portuguesa do Secretariado Executivo da CPLP

Orlando Rodrigues, Presidente do Instituto Politécnico de Bragança

Hernâni Dias, Presidente da Câmara Municipal de Bragança

Carlos Teixeira, Diretor da Escola Superior de Educação do IPB

10:00

Conferência plenária (Presencial Auditório)

Isabel Margarida Duarte - Universidade do Porto

“Português, língua pluricêntrica: troca, acolhimento, construção conjunta”

Moderadora: Alexandra Soares Rodrigues

11:00

Intervalo: momentos musicais

11:30

Sessões paralelas (Sessões presenciais e online)

13:00

Almoço (livre)

14:30

Conferência plenária (Presencial Auditório)

Sofia Bergano – Instituto Politécnico de Bragança

“Trajetos migratórios no espaço lusófono: reflexões sobre a complexidade”

Moderadora: Catarina Martins

15:30

Conferência plenária - (Presencial Auditório)

Henrique Rodrigues – Instituto Politécnico de Viana do Castelo

“Correspondências da diáspora lusa”

Moderadora: Benilde Moreira

16:30

Intervalo: momentos musicais

17:00

Sessões paralelas (Sessões presenciais e online)

18:30

Encerramento dos trabalhos (1.º dia)

20:00

Jantar do Encontro

Programa Geral do LUSOCONF2023

dia 2

13 de outubro de 2023 - sexta-feira

09:30

Mesa Redonda: “Migrações e Inclusão” (Presencial Auditório)

Délio Raimundo - Grupo Campotec, S.A.

Kate Torkington - coordenadora o projeto TrELMA, Universidade do Algarve

Maria Cristina Santinho – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Sílvia Ferreira Gonçalves - UCC Sacavém

José Reis - Representante do Alto Comissariado para as Migrações

Moderadora: Sofia Bergano

11:00

Intervalo: momentos musicais

11:30

Sessões paralelas (Sessões presenciais e online)

13:00

Almoço (Cantina do IPB: “Ementa da Lusofonia”)

15:00

Conferência plenária (Presencial Teatro Municipal de Bragança)

António Meireles - Instituto Politécnico de Bragança

Migrações e Inclusão - Partes da arte em toda a parte

Moderadora: Jacinta Costa

16:30

Conferência plenária (Presencial Teatro Municipal de Bragança)

Maria Beatriz Rocha-Trindade – Universidade Aberta

“Migrações e Migrantes. Realidades e presenças emblemáticas”.

Moderadora: Cristina Mesquita

17:30

Encerramento do LUSOCONF (Presencial Teatro Municipal de Bragança)

Carla Araújo, Comissão Organizadora do LUSOCONF

Carlos Teixeira, Diretor da ESEB

Fernanda Silva, Vereadora da Câmara Municipal de Bragança

Orlando Rodrigues, Presidente do Instituto Politécnico de Bragança

18:00

Entrega do Prémio Literário da Lusofonia Professor Adriano Moreira

Hernâni Dias, Presidente da Câmara Municipal de Bragança

Jorge Nunes, Presidente Honorário do Conselho de Curadores da BAM

Luís Osório, Presidente do Júri

Vencedor do Prémio

19:00

Programa Cultural - Recital de poesia e harpa, com André Gago e Manuela Nicoli

(Local: Teatro Municipal de Bragança)

ORADORES:

ANTÓNIO MEIRELES | CRISTINA SANTINHO | HENRIQUE RODRIGUES | ISABEL MARGARIDA DUARTE | JOSÉ REIS

KATE TORKINGTON | MARIA BEATRIZ ROCHA-TRINDADE | SÍLVIA FERREIRA GONÇALVES | SOFIA BERGANO

Organizadores:



Patrocinadores:



Colaboradores:



Nota de apresentação do LUSOCONF2023

O Instituto Politécnico de Bragança (IPB), mais uma vez, abre as suas portas à comunidade académica de diversas áreas científicas e latitudes, através da 5.^a edição do LUSOCONF, o V Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas (LUSOCONF2023).

Este Encontro é organizado pelo Instituto Politécnico de Bragança em parceria com a Câmara Municipal de Bragança, tendo como objetivo fundamental contribuir para o avanço científico dos estudos em Língua Portuguesa e Relações Lusófonas e contando com a intervenção de docentes do departamento de Português da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança (ESEB), docentes de vários departamentos da ESEB e docentes de todas as escolas do IPB. Neste evento, participam também investigadores, professores, estudantes do ensino superior e membros de direção e de gestão de instituições das áreas da Língua Portuguesa e das Relações Lusófonas.

O Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas assenta numa lógica multidisciplinar, patente nos nove eixos temáticos propostos.

Prosseguindo com os objetivos das edições anteriores, o LUSOCONF2023 continua a ser um encontro para o desenvolvimento de pesquisas e reflexões interdisciplinares sobre a Língua Portuguesa e as Relações Lusófonas, tendo esta 5.^a edição como orientação temática as Migrações e Inclusão.

Temos plena convicção que o LUSOCONF2023, devido à elevada qualidade dos conferencistas convidados e ao interesse e à atualidade dos temas a abordar, será uma forma excelente de assinalar o quinto aniversário deste evento, que já vai na sua quinta edição, almejando sempre apresentar-se como um encontro de ideias desafiantes, tendo em vista o debate dinâmico e interventivo, e contribuindo para a compreensão e resposta às complexas problemáticas da Língua Portuguesa e das Relações Lusófonas, num mundo cada vez mais instável e inseguro, onde o Português é, como assevera Agualusa, a “língua de todos aqueles que a falam”.

O LUSOCONF2023 reúne conferencistas provenientes de diversas áreas científicas, que, certamente, contribuirão para múltiplas reflexões interdisciplinares acerca das Migrações e Inclusão, em tempos que nos impelem, mais do que nunca, a pôr-nos em causa e a enfrentar desafios que exigem respostas imediatas e que podem operar uma redefinição dos contornos do mundo de amanhã, reconhecendo hoje a urgência de atender ao apelo lançado pelo poeta homenageado nesta 5.^a edição do LUSOCONF, Eugénio de Andrade, no poema «Urgentemente»: “É urgente o amor / É urgente um barco no mar / É urgente destruir certas palavras, / ódio, solidão e crueldade, / alguns lamentos, muitas espadas. / É urgente inventar alegria, / multiplicar os beijos, as searas, / é urgente descobrir rosas e rios / e manhãs claras. / Cai o silêncio nos ombros e a luz / impura, até doer. / É urgente o amor, é urgente / permanecer.”

A finalizar esta breve nota de apresentação, a Comissão Organizadora agradece a todos os que tornam possível o LUSOCONF2023 e, em particular, aos conferencistas convidados e a todos os investigadores que nele participam.

Carla Araújo

P’la Coordenação do LUSOCONF2023

*Escola Superior de Educação
do Instituto Politécnico de Bragança*

Mensagem do Diretor da ESE-IPB

A Comissão Organizadora do Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas (LUSOCONF2023), que vai para a sua quinta edição, lança uma orientação temática não só plena de atualidade, mas profundamente desafiante: “Migrações e Inclusão”. Consistente na sua missão de Encontro sobre a língua portuguesa e as relações lusófonas, o LUSOCONF continua a apelar à participação de diversas áreas científicas num inequívoco reconhecimento de que vivemos num mundo crescentemente reticular, sem centro, mas onde persistem (e talvez até se acentuem) as margens. Importa, pois, refletir sobre a(s) nossa(s) linguagem(ns) e a(s) nossa(s) ação(ões), indissociavelmente pedagógicas e investigativas, na perspetiva do que produzem, reproduzem e contestam. Queiramos ou não, a nossa voz é sempre povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante, pela incomensurabilidade do distinto, ao mesmo tempo que é atormentada pela sua ausência. Que as palavras que aqui partilharmos, a seu modo, possam participar desse ser o “sal da língua” (poema de Eugénio de Andrade, cujo centenário é evocado neste Encontro), e que haja da parte de todos nós essa essencial capacidade de escuta para que das palavras que confiamos uns aos outros “não se extinga o seu lume, / o seu lume breve”. [Citações de "O Sal da Língua" (1995), da antologia Poesia, edição da Fundação Eugénio de Andrade, Porto, 2000.]

Carlos Teixeira

Diretor da ESE-IPB

(Escola Superior de Educação

do Instituto Politécnico de Bragança)

Artigos

Um estudo de painel sobre a palatalização de /t/ e /d/: o papel das variáveis linguísticas

A panel study on the palatalization of /t/ and /d/: the role of the linguistic variables

Dermeval da Hora¹[0000-0001-9303-5664]; Pedro F. de L. Henrique²[0000-0001-8819-35882]; André Wesley D. de Amorim³[0000-0002-8150-6489]; Ingrid Cruz do Nascimento⁴[0000-0002-9448-2121]

dermeval.dahora@gmail.com, pedrofelipelh@hotmail.com,
amorim_awd@hotmail.com, ingridcruznascimento@gmail.com

¹ Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil.

³ Freie Universität, Berlin, Alemanha.

⁴ Secretaria de Educação do Ceará, Brasil.

Resumo: A palatalização das oclusivas dentais/alveolares no Português Brasileiro (doravante PB) é bastante recorrente, mas não em todas as regiões do país. A forma africada nem sempre é a forma mais utilizada, convivendo com exemplos do tipo "[t]ia" vs. "[tʃ]ia" e "[d]ia" vs. "[dʒ]ia". O objetivo desse artigo é discutir, a partir de um estudo em painel nos moldes labovianos, resultados que foram obtidos na comunidade de fala de João Pessoa, revisitando quatro informantes que fizeram parte do *corpus* original do Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB). A fala desses participantes foi comparada a partir de gravações feitas pelo VALPB em 1993 e 2015. Foram consideradas as seguintes variáveis linguísticas: vozeamento da oclusiva, contexto fonológico precedente, tonicidade e categoria gramatical. Os resultados mostram que, na amostra de 2015, as seguintes variantes induziram de maneira significativa a palatalização: "[j]", na variável contexto precedente, "desvozeado", na variável vozeamento, e "postônica", na variável tonicidade. A variável categoria gramatical, por outro lado, não foi estatisticamente significativa para a indução da palatalização na amostra de 2015.

Palavras-chave: Palatalização das oclusivas dentais/alveolares. Variáveis Linguísticas. Sociolinguística Variacionista. Estudo de painel.

Abstract: The palatalization of alveolar/dental plosives in Brazilian Portuguese (BP) is quite frequent, but not in all regions of Brazil. The affricate, a natural tendency of languages, is not always the most used form, dealing with instances as "[t]ia" vs. "[tʃ]ia" and "[d]ia" vs. "[dʒ]ia". The objective of this study is to discuss, from a panel study within the Labovian framework, the results that were obtained from the speech community of João Pessoa, in the state of Paraíba, Brazil, revisiting four speakers that participated in the original corpus of the *Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba* (VALPB). The speech of these participants was compared using recordings conducted by VALPB in 1993 and 2015. The following linguistic variables were considered: voicing of the stop, preceding phonological context, tonicity and grammatical category. The results show that in the sample of 2015 the following variants significantly induced the palatalization: "[j]" for preceding context, "voiceless" for voicing, and "post-tonic" for tonicity. The grammatical category, on the other hand, was not statistically significant for the palatalization in the sample of 2015.

Keywords: Palatalization of alveolar/dental plosives. Linguistic Variables. Variationist Sociolinguistics. Panel study.

1 Introdução

Os estudos brasileiros dentro da Sociolinguística Variacionista têm contribuído bastante para a documentação e análise de diversos processos linguísticos, do nível fonético-fonológico ao pragmático. Uma das tarefas principais dessas pesquisas é a de investigar os fatores sociais e

estruturais que influenciam os processos linguísticos, pois podem dar pistas sobre o desenvolvimento da mudança linguística.

Entre os fenômenos no nível fonético-fonológico que são objetos de observação nesses estudos, encontra-se, no Português Brasileiro (doravante PB), a realização variável das oclusivas dentais /t/ e /d/ antes da vogal alta [i], como em "[t]ia" vs. "[tʃ]ia" e "[d]ia" vs. "[dʒ]ia". Ela foi estudada em diversas comunidades de fala do Brasil, seguindo a proposta laboviana.

Em João Pessoa, a palatalização das oclusivas dentais em contexto de assimilação regressiva (antes de [i]) tem sido investigada na perspectiva laboviana principalmente por meio das entrevistas do Projeto Variação Linguística na Paraíba (VALPB) (Hora, 1993). Por exemplo, Hora (1997) e Hora e Henrique (2012) investigaram o referido processo por meio de um estudo em tempo aparente (Labov, 1994) a partir do *corpus* do VALPB coletado em 1993. Essas pesquisas levaram em consideração variáveis linguísticas e sociais, como escolaridade, sexo e idade, essa última permitindo verificar se havia indicativo de mudança em progresso ou de variação estável. Em 2015, uma nova coleta foi realizada na comunidade mediante o recontato com os mesmos participantes que contribuíram para a composição do *corpus* de 1993, com o intuito de serem realizadas análises em tempo real, no modelo de estudo de painel (Labov, 1994). Alguns deles foram localizados, o que possibilitou a realização de estudos de painel a partir desses participantes. O estudo de Amorim et al. (2019b), conduzido com esses dados, mostrou que após 22 anos houve um minúsculo aumento em relação ao uso da palatalização das oclusivas dentais por esses participantes. Entretanto uma análise mais detalhada sobre quais variáveis linguísticas favoreceram a variante africada não foi realizada até então.

Dentro desse contexto, o objetivo deste artigo é analisar o papel de variáveis estruturais no uso da palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ em contexto de assimilação regressiva, a partir de um *corpus* de recontato composto por entrevistas de quatro falantes pessoenses, gravados em 1993 e 2015. Assim, essa pesquisa pretende investigar o papel de variáveis estruturais em relação ao uso da palatalização, comparando os dados de ambos os *corpora*. As variáveis estruturais consideradas foram: vozeamento da oclusiva, contexto fonológico precedente, tonicidade e categoria gramatical. Para tal, os dados foram transcritos de maneira impressionista no ELAN (Hellwig; Geerts, 2019), tabulados em uma planilha “.csv” e analisados estatisticamente usando a linguagem R (R CORE TEAM, 2019), por meio do RStudio (RSTUDIO TEAM, 2018). A partir de análise de gráficos e testes de qui-quadrado, a análise estatística buscou investigar associações entre a variável de resposta (ocorrência da palatalização) e as variáveis explicativas (neste estudo, as variáveis linguísticas). Os resultados estatísticos auxiliaram na análise linguística, conduzida com base na literatura da Sociolinguística Variacionista.

Com o intuito de cumprir o objetivo proposto e apresentar os resultados de maneira clara, o artigo está dividido em 5 seções, afora esta introdução: a segunda seção apresenta resultados, uma revisão dos trabalhos sobre a palatalização das oclusivas dentais, focando-se nos resultados envolvendo favorecimento de variáveis linguísticas nesse processo em cada comunidade; a terceira apresenta a metodologia utilizada para este estudo; a quarta traz os resultados obtidos e a discussão acerca dos questionamentos levantados; a quinta e última refere-se às considerações finais, que apontam as limitações da pesquisa e as possíveis contribuições que ele pode oferecer para análise do processo de palatalização no PB.

2 A palatalização das oclusivas dentais e suas restrições: o que as descrições de dialetos do PB têm apontado

O processo de palatalização foi um dos mais frequentes objetos de estudo de pesquisas de base variacionista¹ desenvolvidas no Brasil. Considerando que “fatores linguísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança linguística” (Weinreich, Labov e Herzog, 2012 [1968], p. 126), vários estudos buscaram identificar e mensurar o efeito de determinadas variáveis na aplicação da palatalização em diferentes comunidades de fala do Brasil. Dentre eles, estão os de Lopez (1979), que analisou o dialeto carioca, e o de Bisol (1991), que utilizou dados de fala coletados em comunidades gaúchas. Também no Rio Grande do Sul, outros

¹ A agenda da sociolinguística laboviana encontrou vasto e profícuo território dentro dos grupos de estudo em linguística brasileiros, solidificando-se a partir da criação de projetos responsáveis por construir *corpora* estratificados nos moldes do modelo proposto por Labov (1972).

trabalhos foram desenvolvidos mais recentemente, tais como: Almeida (2000), Kamianecy (2002), Pires (2003), Matté (2009), Dutra (2007), Battisti & Rosa (2012) e Battisti & Dornelles Filho (2015). Há, ainda, o estudo de Hora (1990), que analisou o fenômeno na comunidade de Alagoinhas (BA); Santos (1996), que investigou a comunidade de Maceió (AL); Pagotto (2001), que pesquisou a comunidade de Florianópolis (SC); e Silva Filho (2018), que estudou o dialeto de Recife (PE), entre outros. Todos esses trabalhos citados são de cunho variacionista, seguindo a perspectiva laboviana.

Apesar de haver uma tendência geral em relação a esse fenômeno no PB, sua taxa de uso difere bastante entre as diferentes comunidades de fala brasileiras. Quanto às variáveis estruturais, a maioria dos estudos acima indicou que estas são as que mais condicionam a palatalização: contexto fonológico precedente, contexto fonológico seguinte, tonicidade, vozeamento da oclusiva, tipo de vogal alta. Quanto à restrição contexto fonológico precedente, em uma das comunidades estudadas por Bisol (1991), vogal média-baixa e vogal posterior foram as que mais influenciaram a palatalização. Em outras (Bisol, 1991; Almeida, 2000; Kamianecy, 2002), a variante vibrante foi a que mais induziu seu comportamento. O contexto fonológico seguinte serviu como gatilho para a palatalização das oclusivas dentais em várias comunidades (Bisol, 1991; Pires, 2003; Almeida, 2000; Kamianecy, 2002). Em todos esses estudos, a influência da variante lateral foi a mais significativa.

A respeito de tonicidade, sua influência no emprego da palatalização das oclusivas dentais depende bastante da comunidade de fala. De acordo com Dutra (2007), para alguns trabalhos, as variantes que mais motivam a palatalização são as pretônicas e tônicas (Bisol, 1991; Kamianecy, 2001; Matté, 2009); em outras comunidades são as postônicas (Bisol, 1991; Almeida, 2000). A influência do vozeamento da oclusiva foi significativa em diversos estudos. Em todos eles, o segmento desvozeado foi o mais influente no processo da palatalização das oclusivas dentais (Pires, 2003; Carvalho, 2000; Matté, 2009). Nos estudos em que as rodadas estatísticas consideraram a restrição "Tipo de Vogal Alta" significativa, a variante vogal não-derivada foi a que mais motivou a aplicação da regra da palatalização das oclusivas dentais (Bisol, 1991; Pires, 2003; Kamianecy, 2002; Carvalho, 2002; Battisti et al, 2007; Matté, 2009).

Dentro dessa gama de trabalhos, pelo menos dois propuseram-se a verificar a mudança no padrão de palatalização das oclusivas dentais a partir de um estudo em tempo real do tipo tendência, um na comunidade de Flores da Cunha - RS (Battisti & Rosa, 2012), e outro na comunidade de Porto Alegre - RS (Battisti & Dornelles Filho, 2015). Battisti & Rosa (2012) compararam as taxas de aplicação da regra em 12 entrevistas do banco de dados do VARSUL (Variação Linguística na Região Sul do Brasil), gravadas no início dos anos 90, com as observadas em 12 entrevistas do BDSer (Banco de Dados de Fala da Serra Gaúcha), gravadas entre 2008 e 2009. Os autores constataram que houve um aumento na taxa de aplicação, que foi de 25% para 32%. As variantes linguísticas indicadas como mais favorecedoras para o processo em ambos os bancos foram a vogal alta fonológica /i/ (como em "antigo") e a consoante-alvo desvozeada /t/ (como em "time").

Battisti & Filho (2015) investigaram as mudanças no padrão de palatalização das oclusivas apenas antes de /i/ fonológico (não derivado) na cidade de Porto Alegre a partir da análise de 12 entrevistas do VARSUL, feitas no início dos anos 1990, e de 12 do LínguaPOA (UFRGS), feitas em 2016. Foi observado pelos autores um aumento de 96% para 99% na taxa de aplicação, comparando ambas as amostras. Nos dados do VARSUL, a restrição estrutural apontada como mais relevante foi o contexto fonológico precedente, e a variante que apresentou 100% de aplicação foi consoante sibilante (ma[s]tigar). Nos dados de 2016, a aplicação praticamente categórica da palatalização dificultou o entendimento do efeito das variáveis na palatalização.

Considerando a comunidade de fala de João Pessoa, lugar em que se situa a pesquisa aqui desenvolvida, alguns estudos sobre a palatalização na perspectiva tradicional laboviana já foram realizados nessa comunidade. Esses estudos foram conduzidos a partir dos *corpora*² coletados pelo Projeto Variação Linguística no estado da Paraíba - VALPB (Hora, 1993). Dois se referem a um estudo de tempo aparente, usando o *corpus* coletado em 1993 (Hora, 1997; Henrique & Hora, 2012), enquanto um analisou a palatalização por meio de um estudo em tempo real (Amorim et al., 2019b) e outro por meio de estilo, usando dados coletados por diferentes instrumentos de coleta (Amorim et al., 2019a). No que se refere a taxa geral de aplicação da regra, a proporção parece ser baixa nessa comunidade, sendo de 7,4%, segundo Hora (1997) e de 10,48%, segundo Henrique e Hora (2012).

² Os *corpora* do VALPB podem ser baixados por meio do site do projeto: www.projetovalpb.com.br.

Sobre as variáveis estruturais, o estudo de Hora e Henrique (2012) observou que o contexto fonológico seguinte, a tonicidade e o vozeamento da consoante são as que mais motivam a palatalização em seus dados. A consoante coronal palatal foi a que mais favoreceu a aplicação da regra³. Com relação à tonicidade, esse fenômeno foi mais recorrente no contexto postônico, e a consoante desvozeada foi a mais suscetível a ser palatalizada. Para Dutra (2007), independentemente do dialeto, essa variante parece ser a que mais motiva o uso da palatalização das oclusivas dentais.

Um outro trabalho é o desenvolvido por Hora, Henrique e Amorim (2018), comparando resultados de dois testes de percepção: um envolvendo a palatalização de /S/ antes de /t/ e /d/ e o outro considerando a palatalização de /t/ e /d/ antes de /i/. Ao comparar esses resultados com os estudos de Hora (1997) e Hora e Henrique (2012), os autores afirmam que se, em termos de produção, os dados mostram que a fricativa coronal como contexto precedente condiciona significativamente a produção da palatalização das oclusivas dentais; em termos de percepção, ela reduz o contraste entre as oclusivas dentais e africadas. Como conclusão, Hora, Henrique e Amorim (2018) acreditam haver uma associação entre os processos de palatalização das fricativas e das oclusivas dentais no dialeto pessoense, explicados através de uma regra fonológica que motivaria a ocorrência de palatalização da fricativa coronal antes de /t, d/, e essa fricativa palatalizada influenciaria de maneira a produção e a percepção da fala diante desse contexto. Em termos de produção, essa palatalização desencadearia a palatalização das oclusivas dentais e, em termos de percepção, ela reduziria o contraste entre oclusivas dentais e africadas (Hora, Henrique & Amorim, 2018).

Em linhas gerais, a discussão realizada nesta seção buscou oferecer um panorama acerca dos fatores sociais e linguísticos que podem influenciar a palatalização das oclusivas dentais nas diversas comunidades de fala brasileira. No estudo em tempo real aqui proposto, ao se comparar os dados das novas coletas com os dados dos estudos de Hora (1995) e Henrique & Hora (2012), será possível traçar um panorama mais específico sobre possíveis mudanças em relação ao uso da palatalização de indivíduo para indivíduo e dentro de seu próprio uso no decorrer de um intervalo de mais de 20 anos, o que pode oferecer pistas sobre o caminho que segue o processo de palatalização em João Pessoa.

3 Métodos

Segundo Labov (1994), há basicamente duas maneiras de se investigar o processo de mudança linguística: em tempo aparente ou em tempo real. Para o autor, no tipo de estudo em tempo aparente, a variável linguística é distribuída a partir de uma gradação etária. Quanto a esse tipo de estudo, Martelotta (2011, p. 49) acrescenta que “sabendo que a fala do idoso reflete usos linguísticos mais antigos e que os jovens costumam utilizar inovações linguísticas, é possível analisar a implementação de uma mudança”. As pesquisas em tempo real, por outro lado, podem ser realizadas de duas maneiras: estudo de tendência, com “coleta e análise de dados da gravação de pessoas da comunidade em momentos distintos”, e estudo de painel, com “coleta e análise de dados da gravação dos mesmos indivíduos em diferentes momentos de suas vidas” (Labov, 1994, p. 49-50). Essas duas formas de estudo, complementando-se, fornecem evidências mais seguras acerca do estatuto dos padrões de variação em um dado recorte sincrônico. Portanto, o estudo em tempo real tende a preencher as lacunas deixadas pelo estudo em tempo aparente, possibilitando uma análise mais completa sobre o processo em questão.

O presente estudo constitui-se como uma análise em tempo real do tipo painel, comparando a fala dos mesmos indivíduos em um recorte longitudinal. Para realizá-lo, quatro informantes do *corpus* do VALPB de 1993 foram recontactados em 2015. Assim, após 22 anos, eles tiveram sua fala novamente gravada em uma entrevista sociolinguística, seguindo a mesma metodologia adotada em 1993. O Quadro 1 apresenta a estratificação dos participantes:

³ Cabe ressaltar que, no Português Brasileiro, em posição de coda, /S/ pode ser produzida como [s], [z], [ʃ], [ʒ], [h], [ɦ] ou [ø], com vozeamento a depender da natureza do segmento seguinte. Em João Pessoa, /S/ é palatalizada quase categoricamente antes das oclusivas /t/ e /d/, o que resulta na presença de [ʃ] antes de /t/ e [ʒ] antes de /d/, (Hora, 2003).

Quadro 1⁴ - Estratificação dos informantes deste estudo

<i>Sexo</i>	Masculino		Feminino	
<i>Escolaridade</i>	Superior		Fundamental Incompleto	
<i>Faixa Etária</i>	26 - 49			Acima de 49
<i>Informante</i>	HBS	VLf	MLTS	MJCO

Fonte: Adaptado de Amorim et al. (2019a, p. 165).

Conforme o Quadro 1, foram recontatados dois informantes do sexo masculino e dois do sexo feminino, dentre os quais três têm faixa etária de 26-49 e um acima de 49. Como o recontato ocorreu após 22 anos da primeira amostra do VALPB, não há informantes com a faixa etária abaixo de 26 anos. No presente estudo, dois informantes têm nível de escolaridade superior e dois apenas o ensino fundamental incompleto.⁵

A respeito do instrumento de coleta de dados, foi utilizada uma entrevista sociolinguística semi-estruturada, organizada com base na utilizada em 1993. As gravações foram feitas em um único encontro com cada informante, havendo um breve intervalo entre cada uma delas, sendo todas realizadas usando o gravador Tascam DR-2d. Todas as gravações foram conduzidas em João Pessoa, na casa dos informantes.

O Quadro 2 apresenta as variáveis consideradas no presente estudo (a variável dependente e as variáveis independentes) e seus níveis. A variável dependente é a ocorrência (oclusiva dental ou africana), e as variáveis independentes são época da coleta, contexto fonológico precedente, vozeamento, tonicidade e categoria gramatical. Elas foram elencadas a partir dos estudos supracitados, que indicaram haver diferenças na realização da palatalização a depender de tais variáveis.

Os dados foram analisados e transcritos de maneira impressionista no ELAN (Hellwig; Geerts, 2019), e exportados para uma planilha. Em seguida, o tratamento dos dados, as análises descritiva e inferencial e a elaboração dos gráficos foram feitos utilizando a linguagem R (R CORE TEAM, 2019), por meio do ambiente RStudio (RSTUDIO TEAM, 2018), para então os achados serem discutidos com base na literatura da Sociolinguística Variacionista.

Quadro 2 - Variáveis utilizadas por este estudo

	Variável	Variantes
Variável dependente	Ocorrência	Oclusiva dental; Africana
Variáveis independentes	Época da coleta	<i>Corpus</i> 1993; <i>Corpus</i> 2015
	Contexto fonológico precedente	[a], [e], [ɛ], [i], [o], [ɔ], [u], [ɹ], [n]*, [ŋ], [ʒ], [∅]
	Vozeamento	Vozeada; Desvozeada
	Tonicidade	Pretônica; Tônica; Postônica
	Categoria gramatical	Adjetivo; Substantivo; Verbo

Nota: * [n] aqui se refere às vogais nasalizadas.

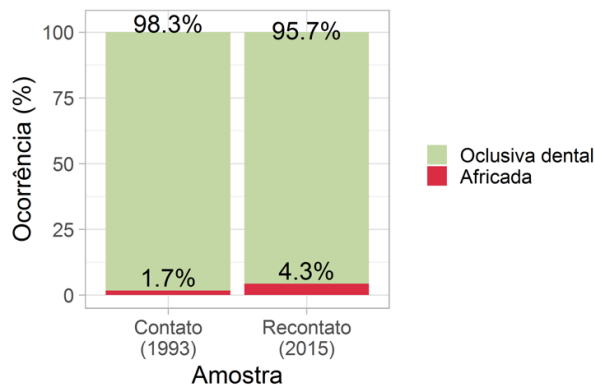
⁴ A metodologia da coleta desses dados foi apresentada em Amorim et al. (2019a, 2019b).

⁵ Para mais detalhes acerca dos participantes, confira Amorim et al. (2019a).

4 Resultados e Discussão

No presente estudo, foram coletadas 2612 observações, sendo 1609 referentes aos dados do contato e 1003 do recontato. Em todos os gráficos do presente trabalho, no eixo y se encontra a proporção relativa ao uso da palatalização, enquanto no eixo x se encontram os níveis de cada variável. A barra verde se refere ao uso da oclusiva dental, enquanto a barra vermelha se refere ao uso da africada.

Gráfico 1 – Proporção do uso da forma africada durante entrevista sociolinguística de quatro participantes de João Pessoa, de acordo com Amostra



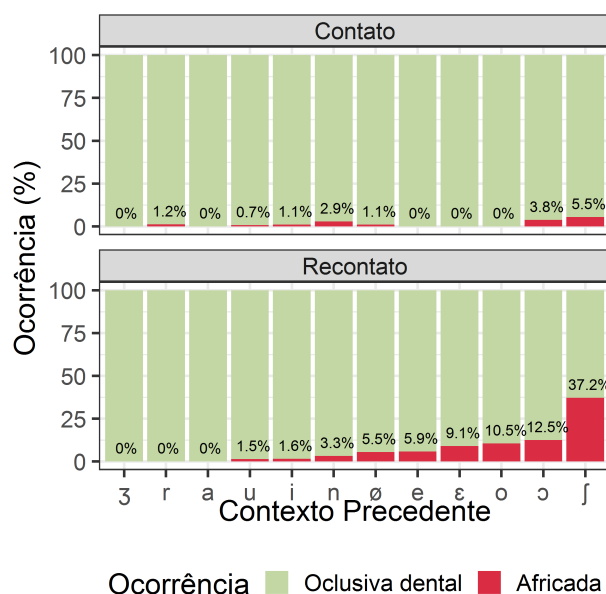
Fonte: elaborado pelos autores.

O Gráfico 1 apresenta a taxa de uso geral em ambos os corpora: contato (1993) e recontato (2015). Segundo o gráfico, de maneira geral, o uso da forma africada pelos participantes deste estudo aumentou em 2,6%, passando de 1,7% para 4,3%. Segundo o teste de qui-quadrado, esse aumento, apesar de leve, foi estatisticamente significativo ($\chi^2(1) = 14,209$, $n = 2612$, $p < 0,001$). Comparando esses resultados com os estudos anteriores conduzidos em João Pessoa, que usaram o *corpus* de 1993 do VALPB, nota-se que a taxa de uso da africada pelos falantes do presente estudo em ambas as amostras foi bem abaixo da taxa geral de uso, que foi de aproximadamente 7% em Hora (1997) e 10% em Henrique & Hora (2012). Apesar disso, houve uma progressão no uso por parte desses participantes.

Entre as variáveis que condicionam a palatalização das oclusivas dentais no Português Brasileiro está o contexto fonológico precedente. Essa restrição apresenta grande variabilidade entre os dialetos. Por exemplo, em uma das comunidades estudadas por Bisol (1991, apud Dutra, 2007), vogal média-baixa e posterior foram indicadas como as que mais condicionam a palatalização. Em outras (Bisol, 1991; Almeida, 2000; Kamianecy, 2002), a variante vibrante foi indicada como a que influencia a palatalização de maneira mais significativa. Diferentemente, em João Pessoa, a consoante coronal palatal foi a que mais condicionou o fenômeno, de acordo com o estudo de Henrique & Hora (2012).

Na presente pesquisa, em ambos os recortes, a fricativa palatalizada desvozeada foi o contexto que mais condicionou a palatalização. Em 1993, a palatalização ocorreu na proporção de 5,5% quando [ʃ] precedia /t/, por exemplo, na palavra “estive”. Em 2015, a ocorrência nesse contexto foi de 37,2%. No Gráfico 2, é possível observar que, no contato, houve uma leve diferença entre os níveis, ou seja, aparentemente o contexto precedente não influenciou o comportamento de /t/ e /d/ antes de [i]. Diferentemente, no recontato, há uma associação entre essa variável e a palatalização. Dado o nível de significância adotado pela presente pesquisa, de 5%, os testes de qui-quadrado indicam que a diferença entre os valores foi significativa tanto no contato ($\chi^2(11) = 20,17$, $n = 1609$, $p < 0,05$), como no recontato ($\chi^2(11) = 132,8$, $n = 1003$, $p < 0,001$).

Gráfico 2. Proporção do uso da forma africada durante entrevista sociolinguística de quatro participantes de João Pessoa, de acordo com Amostra e Contexto Fonológico Precedente



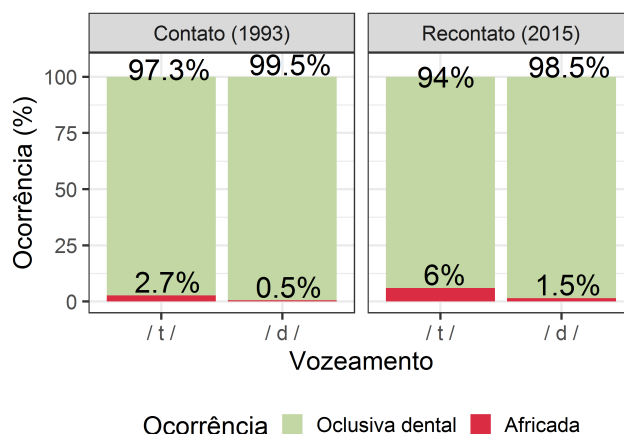
Fonte: Elaborado pelos autores.

No recontato, palatalização das oclusivas dentais na fala dos participantes pessoenses parece estar sendo implementada principalmente por [ɔ] e [j]. Lembre-se que, nesse recorte, caso o contexto precedente não influenciasse a palatalização, seria esperado que os participantes palatalizassem apenas 4,3% em todos os contextos. Nesse sentido, a proporção para esse contexto está bastante diferente do que seria esperado. Portanto, quanto ao uso da palatalização pelos quatro participantes, os achados desta pesquisa mostram que há uma associação entre o contexto precedente e a palatalização das oclusivas dentais.

Esses dados sugerem que, provavelmente, a palatalização está sendo implementada na fala desses pessoenses principalmente por conta da fricativa palatalizada em coda como contexto fonológico precedente. Esse achado contribui com a tese de Hora, Henrique e Amorim (2018) de que parece haver uma associação entre os processos de palatalização das fricativas e das oclusivas dentais no dialeto pessoense. Pelo menos no contexto da presente pesquisa, há evidências de que, em 22 anos, a ocorrência da africada na fala dos quatro participantes aumentou de maneira expressiva e estatisticamente significativa quando [j] precede /t/.

Em relação ao vozeamento, a forma desvozeada /t/ tendeu a motivar de maneira mais expressiva a realização da forma africada, em ambas as amostras do presente estudo. Essa associação entre vozeamento e ocorrência de palatalização das oclusivas dentais é consistente com o que vem sendo documentado pela literatura de base sociolinguística produzida sobre o PB. Os achados mostram que, em dialetos de diferentes regiões do Brasil, o segmento desvozeado foi o que mais condicionou essa palatalização, a exemplo de Alagoinhas - BA (Hora, 1990), Maceió - AL (Santos, 1996), Florianópolis - SC (Pagotto, 2001), São Borja - RS (Pires, 2003) e Flores da Cunha (Battisti & Rosa, 2012). Em João Pessoa, Henrique & Hora (2012) revelam a mesma tendência observada em outros dialetos, ratificada pelos resultados do Gráfico 3.

Gráfico 3. Proporção do uso da forma africada durante entrevista sociolinguística de quatro participantes de João Pessoa, de acordo com Amostra e Vozeamento.



Ocorrência ■ Oclusiva dental ■ Africada

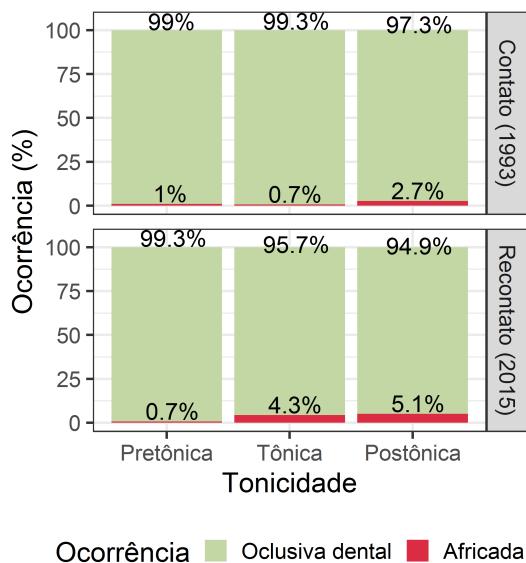
Fonte: elaborado pelos autores.

Segundo o painel do lado esquerdo do Gráfico 3, no contato, os participantes palatalizaram em 2,7% quando a consoante era uma desvozeada, como na palavra "tia", e em 0,5% quando a consoante era uma vozeada, como na palavra "dia". No recontato, como mostra o painel do lado direito do gráfico, os participantes tenderam a palatalizar em 6% na consoante desvozeada /t/, enquanto apenas 1,5% na vozeada /d/. Os testes de qui-quadrado evidenciam que essa associação, entre o vozeamento e a ocorrência de palatalização, é estatisticamente significativa, tanto no contato ($\chi^2(1) = 10,02$, $n = 1609$, $p < 0,01$), quanto no recontato ($\chi^2(1) = 10,59$, $n = 1003$, $p < 0,01$). Nesse sentido, mesmo após pouco mais de 20 anos, os dados indicam que /t/ continuou induzindo em maior proporção a palatalização na fala dos participantes. Assim como em outras comunidades de fala do PB, os dados da presente pesquisa fornecem mais evidências de que a palatalização é dependente do vozeamento. Mesmo diante de uma amostra com quatro participantes, a realização da forma africada seguiu a tendência observada em outros estudos.

Um outro fator que parece ter efeito no comportamento da palatalização das oclusivas dentais/alveolares no Português Brasileiro é a tonicidade da palavra. A hipótese levantada pela literatura é a de que a proporção do uso da palatalização depende da tonicidade. De acordo com Dutra (2007), em algumas comunidades de fala, as variantes que mais condicionam o processo são as pretônicas e tônicas (Bisol, 1991, apud Dutra, 2007; Kamianecy, 2001; Matté, 2009); em outras comunidades, postônicas (Bisol, 1991; Almeida, 2000, apud Dutra, 2007; Souza, 2016). Em João Pessoa, as postônicas condicionaram em maior proporção o processo no estudo de Henrique & Hora (2012).

Em relação aos dados dos quatro participantes desta pesquisa, a associação entre a palatalização e a tonicidade é significativa no contato ($\chi^2(2) = 8,07$, $n = 1609$, $p < 0,05$), mas não no recontato ($\chi^2(2) = 5,45$, $n = 1003$, $p > 0,05$). Conforme o Gráfico 4, em 1993, no geral, a forma africada ocorreu em 1% para as pretônicas, 0,7% para as tônicas, e 2,7% das postônicas. Em 2015, a porcentagem foi de, respectivamente, 0,7%, 4,3%, e 5,1%. Note que, tanto no contato quanto no recontato, a palatalização foi mais recorrente no contexto da postônica, o que está de acordo com a pesquisa de Henrique & Hora (2012). Portanto, mesmo pouco expressiva, houve uma associação entre tonicidade e ocorrência da palatalização na fala dos quatro participantes da pesquisa. Estatisticamente, essa associação foi significativa no contato, mas não significativa no recontato.

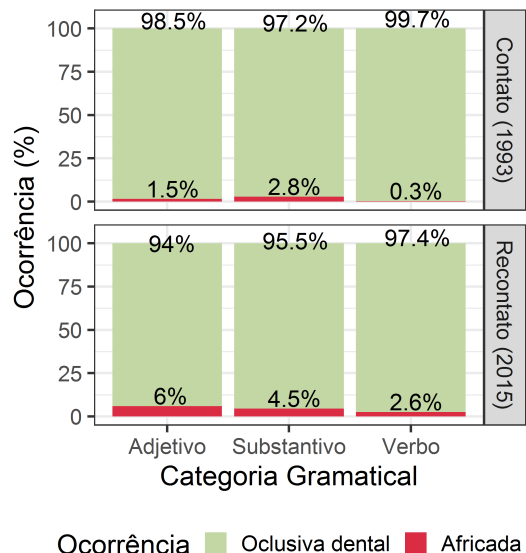
Gráfico 4. Proporção do uso da forma africada durante entrevista sociolinguística de quatro participantes de João Pessoa, de acordo com Amostra e Tonicidade.



Fonte: elaborado pelos autores.

Uma variável pouco considerada nos estudos sobre a palatalização é a categoria gramatical. Em João Pessoa, Henrique & Hora (2012) mostraram que os adjetivos foram os que influenciaram mais a palatalização. Na presente pesquisa, o Gráfico 5 mostra que, em 1993, os participantes palatalizaram em 1,5% nos adjetivos, 2,8% nos substantivos, e 0,3% nos verbos, ao passo que em 2015 palatalizaram em 6%, 4,5% e 2,6%, para as mesmas categorias, respectivamente.

Gráfico 5. Proporção do uso da forma africada durante entrevista sociolinguística de quatro participantes de João Pessoa, de acordo com Amostra e Categoria Gramatical



Fonte: elaborado pelos autores.

Para os testes de qui-quadrado, há evidências estatísticas de que categoria gramatical induz o processo de palatalização no contato ($\chi^2 (2) = 12,14$, $n = 1609$, $p < 0,01$), ao contrário de no recontato ($\chi^2 (2) = 3,35$, $n = 1003$, $p > 0,05$). Os achados dessa pesquisa mostram que, para os quatro falantes do *corpus* de 2015, o comportamento da palatalização em relação à categoria gramatical pareceu ser semelhante aos do estudo de Henrique & Hora (2012), no sentido de que o adjetivo foi

a categoria que mais condicionou o uso da forma africada. No entanto, depois de um pouco mais de 20 anos da primeira coleta, a categoria gramatical parece ter deixado de exercer efeito sobre a palatalização na fala dos quatro participantes da presente pesquisa, que se justificam pelo fato de constituírem o estudo de painel.

5 Conclusões

Considerando o objetivo geral tido como norte para o desenvolvimento deste trabalho, foi discutido aqui o efeito das variáveis linguísticas no uso da palatalização por parte dos falantes deste estudo, tanto no *corpus* de 1993 como no de 2015. Apesar de a taxa de palatalização continuar leve, após mais de 20 anos, o processo sob estudo foi motivado por fatores estruturais na fala dos participantes desta pesquisa, seguindo algumas tendências observadas por outros estudos sobre tal processo. Na amostra de 2015, os níveis que mais motivaram a ocorrência da palatalização foram "[j]", na variável contexto precedente, "desvozeado", na variável vozeamento, e "postônica" e "tônica", na variável tonicidade. A variável categoria gramatical, por outro lado, não induziu de maneira significativa a palatalização na amostra de 2015, apesar de o nível "substantivo" ter sido o que mais favoreceu na amostra de 1993.

Em 1993, a forma africada ocorreu apenas em menos de 5,5% a depender das variáveis linguísticas aqui consideradas. Por outro lado, em 2015, a forma africada passou a ser utilizada com maior frequência quando se considera os níveis das variáveis. A depender do contexto precedente, por exemplo, no caso da fricativa palatalizada, a forma africada ocorreu em 37,2%. Mesmo com uma taxa de produção geral tão baixa (quando as variáveis linguísticas são isoladas, como no Gráfico 1), nesse contexto específico a palatalização ocorreu em uma proporção bastante elevada.

Concluindo, esta pesquisa colabora para a literatura da palatalização das oclusivas dentais quando investiga o papel das variáveis linguísticas na explicação desse processo. Como mostrado, mesmo com pouca ocorrência, o processo apresenta uma dependência das variáveis linguísticas, especialmente em relação ao contexto precedente. Além disso, apesar das limitações por conta do tamanho e representatividade da amostra, este estudo apresenta tendências seguidas por esse pequeno número de falantes da comunidade pessoense, que devem ser mais adequadamente investigadas por estudos futuros de tempo real na modalidade de tendência, *corpus* já coletado pelo projeto VALPB.

Referências

- Almeida, M. A. B. de. (2000). *A variação das oclusivas dentais na comunidade bilíngüe de Flores da Cunha: uma análise quantitativa*. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Linguística Aplicada) – PUCRS, Porto Alegre.
- Amorim, André W. D. et al. (2019a). O efeito do estilo na palatalização das oclusivas dentais. *Revista ProLingua*, v. 14, n. 1, p. 159-172.
- Amorim, André W. D et al. (2019b). Variação e mudança linguística intrafalante: um estudo de painel sobre a palatalização das oclusivas dentais. *Revista Moara*. ISSN: 0104-0944, n. 54, p. 280-296.
- Battisti, Elisa; Rosa, R. S. (2012). Variação e mudança linguística: análise em tempo real da palatalização das oclusivas alveolares em um falar do Rio Grande do Sul. *Sociodialeto*, Campo Grande, v. 2, n. 2.
- Battisti, Elisa; Filho, A. A. D. (2015). Análise em tempo real da palatalização de /t/ e /d/ no português falado em uma comunidade ítalo-brasileira. *Revista Da Abralin*, v.14, n.1.
- Bisol, Leda. (1985). A palatalização e sua restrição variável. *Estudos Linguísticos*, Salvador, n. 5, p. 163-177.
- Bisol, Leda. (1991). Palatalization and its variable restriction. *International Journal of Sociology of Language*, n. 89, p.107-124.
- Camara Jr., J. M. (1976). *História da linguística*. [Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo]. Petrópolis: Vozes.
- Dutra, E. de O. (2007). *A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ no município de Chuí, Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Hellwig, B.; Geerts, J. (2016). ELAN – Linguistic Annotator. Versão 4.4.0. Disponível em: <<http://www.mpi.nl/corpus/manuals/manual-elan.pdf>>. Acessado em: 05 outubro 2016.

- Henrique, Pedro F. de L.; Hora, Dermeval. (2012). Um olhar sobre a palatalização das oclusivas dentais no vernáculo pessoense. In: *Jornada do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste - GELNE*, 24, Natal, RN. Anais (on-line).
- Hora, Dermeval. (1990). *A palatalização das oclusivas dentais: variação e representação não-linear*. 292. f. Tese (Doutorado em Letras – Linguística Aplicada) – PUCRS, Porto Alegre.
- Hora, Dermeval. (1993). Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB).
- Hora, Dermeval. (1997). A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ e as restrições sociais. *Garphos*, v. 2, n. 1, p. 116-125.
- Hora, Dermeval. (2003). Fricativas coronais: análise variacionista. In: Roncarati, Cláudia; Abraçado, Jussara (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Letras.
- Hora, Dermeval; Henrique, Pedro F. L.; Amorim, André. W. D. (2018). Produção e percepção: o processo de palatalização em jogo. *Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários* - v.20, n. 2 - Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas.
- Kamianeky, F. (2002). *A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ nas comunidades de Porto Alegre e Florianópolis: uma análise quantitativa*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Labov, William (1972). *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Labov, William (1994). *Principles of linguistic change: internal factors*, Vol. 1. Oxford: Blackwell.
- Lopez, Barbra S. (1979). *The sound partner of brazilian portuguese (Cariocan dialet)*. Los Angeles: UCLA. Tese (Doutorado em Linguística), UCLA.
- Martelotta, Mário Eduardo. (2011). *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez Editora.
- Matté, G. D. (2009). A palatalização variável de / t d / em Caxias do Sul (RS). *Livro de Resumos /XXI Salão de Iniciação Científica, XVIII Feira de Iniciação Científica da UFRGS, IV Salão UFRGS Jovem*. CD ROM. Porto Alegre: UFRGS.
- Pagotto, Emílio G. (2001). *Variação é identidade*. 454. f. Tese (Doutorado em Letras - Linguística) – IEL/Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Paiva, Maria da Conceição; Duarte, Maria Eugênia Lamoglia. (2012). Mudança linguística: observações no tempo real. In: *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto.
- Pires, L. B. (2003). *A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ em São Borja, RS*. Porto Alegre: PUCRS. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- R Core Team. (2019). *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria.
- Rstudio Team. (2018). *RStudio: Integrated Development Environment for R*. Boston, MA, <http://www.rstudio.com/>.
- Santos, L. de F. (1996). *Realização das oclusivas dentais /t/ e /d/ na fala de Maceió*. Alagoas: UFAL.
- Silva Filho, E. B. (2018). *Oclusivas alveolares e africadas alveopalatais no português de Recife*. 144 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- Souza, G. G. A. (2016). *Palatalização de oclusivas alveolares em Sergipe*. 76 f. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- Weinreich, W.; Labov, W.; Herzog, M. (2006[1976]). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad.: Marcos Bagno; revisão técnica: Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola.

Satisfação dos clientes e performance organizacional: estudo de caso numa empresa de consultadoria

Customer satisfaction and organisational performance: a case study in a consulting company

Nuno S. Andreza¹, Amélia M. M. Pires²[0000-0003-4312-3820],

Paula Odete Fernandes²[0000-0001-8714-4901],

39409@alunos.ipb.pt, amelia@ipb.pt, pof@ipb.pt

¹ Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

² UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo: O conhecimento da empresa do ponto de vista dos seus clientes está relacionado com o seu desempenho efetivo, pelo que em ambiente económico adverso, ganha uma importância relativa maior. Neste contexto, a adoção de estratégias ao nível da gestão operacional, orientadas para os clientes e para a sua satisfação, apresentam-se como um fator crítico de sucesso capaz de apoiar no crescimento das empresas, pelo que foi neste âmbito que se definiu como objetivo analisar a satisfação dos clientes e o desempenho organizacional com recurso a um estudo de caso. Em termos metodológicos aplicou-se a Matriz “Importância-Desempenho”, ferramenta que permite identificar atributos que requerem maior preocupação para se intervir estrategicamente nesse sentido. A informação obtida acerca da perceção dos clientes foi recolhida com recurso a um inquérito por questionário, com base numa amostra de 105 observações, e tratada com métodos e técnicas estatísticas, com ênfase nos dados de natureza descritiva e quantitativa. A construção do modelo de análise permitiu verificar que, globalmente, os clientes se encontram satisfeitos com os serviços prestados pela empresa, na medida em que a maior parte dos atributos estão localizados no quadrante B, ‘Continuar o bom trabalho’, ainda que os resultados permitem destacar que a empresa deve apostar mais na variável “atendimento” e melhorar as variáveis “profissionalismo no atendimento” e “facilidade em contactar o interlocutor do processo”. No que respeita à variável “serviços”, deverá orientar esforços para melhorar a “rapidez na resposta aos clientes” e atingir “regras e procedimentos simples”. Complementarmente foi analisada a performance e os indicadores estudados apontam para resultados satisfatórios e com tendência positiva.

Palavras-Chave: Clientes, Satisfação, Performance, Análise Importância-Desempenho.

Abstract: Knowledge of the company from the point of view of its customers is related to its effective performance, so in an adverse economic environment, it gains greater relative importance. In this context, the adoption of strategies at the level of operational management, oriented towards customers and their satisfaction, are presented as a critical success factor capable of supporting the growth of companies, which is why it was in this context that the objective was defined analyse customer satisfaction and organisational performance using a case study. In methodological terms, the “Importance-Performance” Matrix was applied, a tool that allows identifying attributes that require greater concern to intervene strategically in this regard. The information about the customers' perception was collected using a questionnaire survey, based on a sample of 105 observations, and treated with statistical methods and techniques, with focus on data of a descriptive and quantitative nature. The construction of the analysis model made it possible to verify that, globally, customers are satisfied with the services provided by the company, as most of the attributes are located in quadrant B, 'Keep up the good work', even though the results allow highlighting that the company should invest more in the variable “attendance” and improve the variables “professionalism in

attendance” and “ease of contacting the interlocutor of the process”. About the “services” variable, efforts should be made to improve “speed in responding to customers” and achieve “simple rules and procedures”. In addition, performance was analysed, and the indicators studied point to satisfactory results with a positive trend.

Keywords: Customers, Satisfaction, Performance, Importance-Performance Analysis.

1 Introdução

Não obstante o mérito dos indicadores financeiros para aferir o desempenho organizacional (Fraga, 2018), a utilização exclusiva deste tipo de informação vem sendo questionada pelas limitações que comporta, pelo que à medida que se foi adquirindo esta percepção, as metodologias de avaliação de desempenho passaram a combinar diferentes abordagens (Gomes & Callado, 2016). A avaliação do desempenho organizacional com recurso à satisfação dos clientes tem sido uma das combinações utilizadas (Suchánek & Králová, 2014). Neste sentido, e considerando ser possível estabelecer uma certa reciprocidade ou retorno entre o nível de satisfação dos clientes e o desempenho organizacional, optou-se por desenvolver esta investigação com recurso a um estudo de caso na empresa Número Magistral, Contabilidade e Consultoria, Lda. Para lhe dar resposta, o trabalho inicia com esta introdução e desenvolve-se com base numa estrutura em dois capítulos. Um primeiro capítulo onde se oferece uma revisão de literatura, para abordar os conceitos de performance organizacional, satisfação dos clientes e eventuais relações e/ou influência entre a satisfação dos clientes e a performance global da empresa, e um segundo, que compreende um estudo de caso, desenvolvido com recurso a uma metodologia que combina metodologia que combina dados de natureza descritiva e quantitativa. Termina com a apresentação das principais conclusões, limitações e recomendações.

2 Performance organizacional e satisfação dos clientes

A modernização e crescente competitividade intensificaram a adoção de estratégias mais orientadas para os clientes e converteram a atuação das empresas, a este nível, num fator crítico de sucesso, pelo que, para que os gestores identifiquem os seus pontos fortes e fracos, convertendo a análise do desempenho e da performance organizacional numa tarefa primordial. Ainda que numa perspetiva tradicional o conceito surja associado a indicadores financeiros, focados no curto prazo e com uma abordagem unidimensional, com o tempo passou a adotar medidas multidimensionais, financeiras e não financeiras (Contu, 2020; Silva, 2005), com enfoque na eficiência e eficácia (Silva, 2005), de forma combinada (Neely & Platts, 2005) e no seu sentido mais amplo, ou seja, de produtividade (Ferreira, 2012), enquanto características fundamentais para a maximização do valor. Ainda que os indicadores financeiros sejam bastante usados para medir a performance organizacional, com o tempo foi-se percebendo a sua insuficiência (Fraga, 2018), pelo que a avaliação da performance organizacional passou a combinar medidas de desempenho financeiras e não financeiras, como a satisfação dos colaboradores, a eficiência dos processos ou a satisfação dos clientes (Dutra, 2003; Gomes & Callado, 2016). A organização que obtiver a melhor combinação de informações, conseguirá identificar, corrigir e prevenir situações que poderão colocar em risco o seu funcionamento, que para além da utilização simultânea de indicadores de natureza diversa deve-se combinar, quando possível, diferentes perspetivas (Khan & Shah, 2011), envolvendo os gestores e todas as pessoas que integram a organização (Gomes, 2012). Ainda que cada vez mais as empresas sintam necessidade e estejam certas quanto à importância em medir e acompanhar a evolução da sua performance (Thomas, 2006), há incertezas quanto à abordagem a seguir (Dutra, 2003) e aos sistemas a utilizar e tipo de indicadores a selecionar (Gomes, 2012).

A performance organizacional pode ser vista no contexto da capacidade operacional da empresa, razão pela qual Suchánek e Králová (2015) sugerem o uso de dados de natureza económico-financeira para dar resposta a questões fundamentais na ótica económica, com o objetivo de responder aos detentores do capital e satisfazer os demais *stakeholders*, e na ótica financeira, para determinar em que medida a empresa dispõe de meios financeiros adequados às suas necessidades operacionais (Fernandes, 2020). Neste sentido, os resultados obtidos proporcionam o conhecimento dos factos que podem gerar a evolução patrimonial, bem como prever o crescimento futuro da empresa (Regert et al., 2018), destacando-se, neste âmbito, que o desempenho da empresa em relação à satisfação dos clientes tem sido frequentemente avaliado com recurso à Rentabilidade

Operacional do Ativo (ROA) (Suchánek & Králová, 2014; 2015). Esta análise, que pode ser desenvolvida com base num conjunto de rácios (Carreira et al., 2012), não pode ser dissociada do estudo de outras variáveis não financeiras, tal como já tivemos oportunidade de destacar e onde se inclui a satisfação dos clientes.

A perceção dos clientes relativamente à qualidade dos bens e/ou serviços prestados pelas empresas tem sido alvo de vários estudos com a pretensão de se perceber quais os aspetos que necessitam ser ajustados de forma a captar e fidelizar os clientes. Considerando que as empresas têm verificado um aumento concorrencial, procuram inúmeras formas de garantir a competitividade e oferecer uma vantagem em relação aos concorrentes, pelo que a adoção de estratégias de marketing bem estruturadas e orientadas para a perceção dos clientes (Kotler & Keller, 2013) apresenta-se como um dos elementos mais relevantes para garantir a continuidade e o crescimento sustentável das organizações. A perceção do consumidor está normalmente associada à forma como os indivíduos ou os grupos de indivíduos adquirem os bens e serviços para satisfazerem as suas necessidades e desejos, enquanto a fidelização consiste em fazer com que os clientes voltem, criando um relacionamento que faça com que se tornem o porta-voz da marca (Agendar & Zendesk, 2016). Neste âmbito, a satisfação do cliente corresponde a “um estágio que pode assentar sobre o conjunto das experiências de consumo (abordagem holística) ou sobre partes deste processo, como o acto de aquisição do serviço (abordagem analítica)” (Sousa, 2011, p.11), e que Kotler e Keller (2016) definem como a sensação de prazer do cliente ao comparar o desempenho percebido com as suas expectativas, um estado psicológico que resulta das expectativas dos clientes relativamente à qualidade dos produtos ou serviços adquiridos (Marques, 2012; Oliver, 1980; Oliveira, 2018). A satisfação conduz à lealdade, medida através do número de vezes que um indivíduo adquire um bem ou serviço da mesma marca, desenhando um ciclo de consumo capaz de garantir que um cliente compra mais de uma vez a uma marca (Oliver, 1999), um comportamento de compra consistente e repetitiva que se apresenta como indicador de lealdade (Bowen & Chen, 2001).

A partir do momento em que um cliente se torna leal, passa a desenvolver uma relação de maior cumplicidade e confiança que resulta benéfica para si próprio, passando a dispendir menos tempo em busca de novos relacionamentos com outros fornecedores, e para a empresa que, pela via da retenção dos novos clientes consegue obter uma maior rentabilidade e uma maior quota do mercado (Martins, 2012). Um cliente altamente satisfeito permanece fiel por mais tempo e transmite uma mensagem positiva sobre a empresa, captando novos clientes através de passa a palavra, pelo que a satisfação do cliente é importante para uma empresa (Kotler & Keller, 2016). Neste sentido, o estudo da satisfação por parte de uma empresa deve ser encarado como uma oportunidade para conhecer a opinião dos seus clientes, dando-se a si própria a chance para corrigir algumas das suas lacunas. É neste sentido que grande parte da investigação aponta para a existência de uma relação positiva entre a satisfação dos clientes e o desempenho económico e financeiro das empresas e que uma maior satisfação do cliente conduz a níveis mais altos de intenção de recompra e retenção de clientes (Williams & Naumann, 2011), traduzidos em maiores receitas e desempenho, mais lucro (Gruca & Rego, 2005) e com influência direta no aumento do fluxo de caixa e na redução dos riscos que lhe estão associados (Oliveira, 2015), ou seja, conclui-se pela existência de uma relação positiva entre a adaptação de métricas de satisfação dos clientes e um melhor desempenho organizacional.

Considerando que a análise da perceção dos clientes, relativamente à qualidade dos serviços prestados, são da maior importância para o sucesso das organizações prestadoras de serviços, o seu estudo assume relevância. Uma das ferramentas usadas para avaliar a satisfação dos clientes e estabelecer orientações estratégicas organizacionais é a “Análise de Importância-Desempenho (IPA⁶)”, uma ferramenta apresentada por Martilla e James (1977) para analisar o comportamento dos clientes e posicionar itens em que a empresa deverá estabelecer orientações estratégicas. Constituída por dois fatores, designadamente a determinação da importância atribuída a critérios que avaliam um determinado produto ou serviço e o desempenho percebido pela organização na venda ou na prestação desse serviço, a IPA é uma ferramenta simples e de fácil utilização, tornando possível a adequação de estratégias que permitam colmatar os pontos menos bons e promover maiores vantagens competitivas (Abalo et al., 2007). Um modelo representado por eixos, um vertical para a medida de importância e um horizontal para a medida de desempenho, que dividem a matriz em quadrantes, representativos da classificação média na escala de importância e desempenho e

⁶ Do inglês *Importance-Performance Analysis*.

cujos vértices das interseções são obtidos a partir das respectivas médias globais, à luz de todos os itens/critérios analisados (Matzler et al., 2003), conforme Figura 1 que se segue.

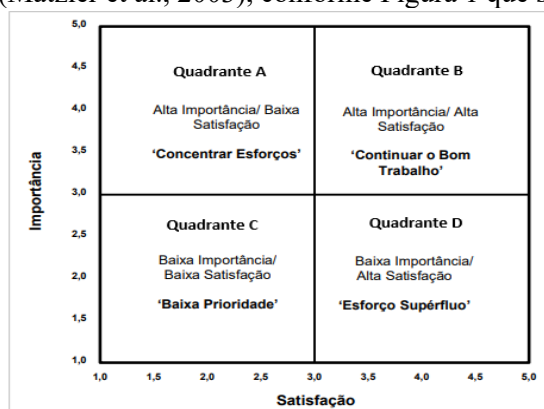


Figura 1: Matriz de Importância-Desempenho.
Fonte: Adaptado de Matzler et al. (2003, p.115).

Considerando a necessidade de desenvolver programas de marketing bem-sucedidos para obter vantagem sobre os concorrentes e facilitar a compreensão dos resultados obtidos, a IPA permite adotar quatro estratégias diferentes, de acordo com cada um dos quadrantes (Ferreira & Fernandes, 2015):

- i. Concentrar esforços: Atributos considerados mais importantes e que refletem um menor desempenho (quadrante A), indicando que a empresa deve prestar mais atenção nestes atributos;
- ii. Continuar o bom trabalho: Atributos considerados mais importantes e que refletem um maior desempenho (quadrante B), representativos da capacidade e/ou oportunidade para a empresa para manter ou aumentar a sua vantagem competitiva;
- iii. Baixa prioridade: Atributos considerados de menor importância e que estão associados a uma menor performance (quadrante C); e
- iv. Esforço supérfluo: Atributos com alto desempenho e baixa importância (quadrante D), o que significa que os recursos gastos com estes atributos estão a ser mal aproveitados.

3 Estudo de caso

3.1 Objetivos do estudo e hipóteses de investigação

Recorda-se que esta investigação foi desenvolvida com o objetivo de estudar a satisfação dos clientes e analisar o desempenho da empresa Número Magistral, Contabilidade e Consultoria, Lda. Neste âmbito, definiram-se como objetivos específicos: (i) identificar o perfil dos clientes; (ii) analisar a performance organizacional; e (iii) analisar a perceção dos clientes sobre a qualidade dos serviços prestados. Com base no objetivo geral e específicos, foram levantadas as seguintes hipóteses de investigação (HI):

- HI₁: Existem diferenças por setor de atividade relativamente à satisfação no atendimento;
 HI₂: Existem diferenças por setor de atividade relativamente à satisfação nos serviços prestados;
 HI₃: Existem diferenças por concelho de residência relativamente à satisfação no atendimento;
 HI₄: Existem diferenças por concelho de residência relativamente à satisfação nos serviços prestados;
 HI₅: Existe uma relação positiva entre as dimensões da satisfação e as dimensões da importância;
 HI₆: Existe uma relação positiva entre os itens da satisfação no atendimento, nos serviços prestados e a satisfação global;
 HI₇: Existe uma relação positiva entre os itens da importância no atendimento e serviços prestados e a importância global;
 HI₈: Existe uma relação positiva entre a satisfação global e a lealdade.

Para lhe dar resposta, o trabalho desenvolve-se com base num paradigma híbrido, uma metodologia que combina dados de natureza descritiva e quantitativa, considerando que esta combinação proporciona um estudo mais completo e o aprofundar dos resultados. Para a recolha dos dados recorreu-se a fontes diversas, designadamente a análise documental, com particular destaque

para as demonstrações financeiras (DF), e a aplicação de um inquérito por questionário para abranger um número de elementos distribuídos num espaço e suscetíveis de serem comparados (Silvestre & Araújo, 2012). O inquérito por questionário foi aplicado entre os meses de abril e maio de 2022 e compreende um conjunto de questões agrupadas por secções para responder aos objetivos específicos que suportam as hipóteses de investigação levantadas. Será realizada uma análise inferencial e para tomar decisões sobre a corroboração ou não das hipóteses de investigação um nível de confiança de 5%. A classificação de análise de coeficiente de correlação de *Pearson* pode variar entre “fraca”, para correlações inferiores a 0,25; “moderada”, para correlações entre 0,25 e 0,5; “forte”, para correlações entre 0,5 e 0,75; e “muito forte” para correlações superiores a 0,75. A aplicação de testes paramétricos pressupõe a validação de alguns pressupostos, designadamente a dimensão da amostra, se a distribuição da média amostral segue a normalidade e se estes dois pressupostos se verificam para três ou mais amostras independentes. Se estas condições não se confirmarem é necessário aplicar o teste *Kruskal- Wallis*. Para verificar se as variâncias são homogêneas para amostras independentes, será utilizado o teste *Levene* (Marôco, 2018) e, tal como oportunamente descrito (Figura 1), aplicada a matriz “Importância-Desempenho” com o objetivo de analisar o comportamento dos clientes e proceder ao posicionamento dos itens em que a organização terá de estabelecer orientações estratégicas no sentido de se tomarem decisões (Abalo et al., 2007; Matzler et al., 2003).

3.2 Caracterização da Empresa

A Número Magistral, Contabilidade e Consultoria, Lda., é uma sociedade comercial relativamente jovem, com um volume médio de faturação de 120.000€, no período em análise (2019 a 2021), e com oito colaboradores, classificando-se, em termos de dimensão, no grupo das microentidades. Presta serviços de contabilidade e consultoria fiscal a um conjunto de 400 clientes distribuídas por dois grandes grupos, os que integram o regime de contabilidade simplificada, num total de 290 clientes, constituído pelas empresas de menor dimensão e que desenvolvem atividade e operações de muito reduzida complexidade, e os que integram o regime de contabilidade organizada, num total de 110 clientes, obrigatória para qualquer tipo de sociedade e para empresários em nome individual e profissionais liberais que ultrapassem os 200.000€ de rendimento ilíquido. Para completar esta caracterização, mas, fundamentalmente, para ajudar a dar resposta ao objetivo desta investigação, foi feita a avaliação da performance organizacional e, considerando a diversidade de metodologias (Gomes, 2012), optou-se pela análise económico-financeira por oferecer uma análise direta e simples da situação real (Suchánek & Králova, 2015), com base nas DF relativas ao período em análise, recorrendo à análise de rácios pela sua capacidade para reduzir todas as informações relevantes num conjunto limitado de indicadores económico-financeiros, conforme Tabela 1 que a seguir se apresenta.

Tabela 1: Análise de rácios.

Indicadores de rentabilidade	2019	2020	2021
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	5,55%	19,41%	18,22%
Rentabilidade de Capitais Próprios (RCP)	4,28%	28,24%	29,91%
Rentabilidade Operacional das Vendas (ROV)	2,22%	9,30%	11,55%
Indicadores de estrutura financeira	2019	2020	2021
Autonomia Financeira (AF)	0,669	0,635	0,575
Solvabilidade	2,019	1,740	1,351

Fonte: Elaboração própria.

Com base nos resultados (Tabela 1), permitimo-nos concluir, em linha com Nogueira (2019), que os indicadores de rentabilidade se apresentam muito favoráveis. O ROA, que traduz a eficiência na afetação e gestão dos capitais investidos, apresenta um crescimento bastante expressivo, principalmente em 2020 e 2021. No mesmo sentido, a RCP, que mede o grau de remuneração auferida pelos detentores do capital, refletindo a capacidade da empresa para gerar retorno do investimento, apresenta um crescimento muito acentuado em 2020 e 2021. A ROV, que reflete o ganho obtido por cada unidade de serviço prestado, os resultados permitem afirmar que a empresa é rentável e com tendência positiva. Relativamente aos indicadores financeiros, os resultados apontam para um nível de AF muito positivo, o que significa que a empresa dispõe de elevada capacidade para fazer face às suas responsabilidades perante os credores. O indicador de solvabilidade permite leitura semelhante, indicando existir património líquido suficiente para honrar

os compromissos a médio e longo prazo. Complementamos esta análise com uma perspetiva do comportamento do volume de negócio e resultado operacional (Figura 2), para o mesmo período e os resultados apontam para uma diferença entre o volume de negócio e o resultado operacional muito expressiva.

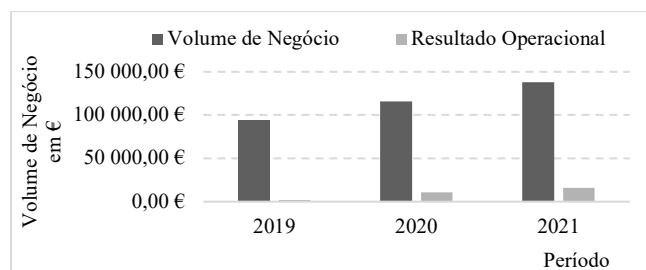


Figura 2: Evolução do volume de negócio e resultado operacional.

Fonte: Elaboração própria.

Tal como oportunamente referido, ainda que o uso de indicadores financeiros para medir o desempenho organizacional seja comum, demonstram ser insuficientes para determinar se os recursos estão a ser geridos de forma eficaz e eficiente (Fraga, 2018), pelo que a sua utilização deve ser combinada com medidas não financeiras, nomeadamente com a satisfação dos clientes (Dutra, 2003; Gomes & Callado, 2016; Suchánek & Králová, 2014). A opção pela análise à satisfação do cliente, para além da sua inquestionável importância, prende-se com a possibilidade de se poder estabelecer uma relação direta com a performance, assumindo que um cliente altamente satisfeito tende a fidelizar-se, transmitindo uma mensagem positiva que pode ajudar a captar novos clientes (Kotlher & Keller, 2016).

4 Apresentação e análise de resultados

4.1 Caracterização da Amostra

A população corresponde aos clientes da Número Magistral, formada por uma carteira de 400 clientes. Esclarece-se que 290 clientes são empresas agrícolas, de reduzida dimensão, com recursos escassos e sem o conhecimento necessário para responderem às questões propostas no questionário. Neste sentido, o estudo vai focar-se nos clientes representados por entidades que no período imediatamente anterior, ano de 2021, registaram um volume de negócios superior a 200.000€, ou seja, que integrem o regime de “contabilidade organizada” ou tenham optado por ser tributadas nesse regime, nos termos do art.º 28 do CIRS. Neste sentido, foram inquiridos 110 clientes, que formam a amostra, e obtidas 105 respostas, representando 95,45% da amostra, um erro amostral final de 2,1% e um nível de significância de 5%.

Foram analisados os perfis das empresas respondentes (110 no total) relativamente ao setor de atividade, concelho da sede, número de funcionários e volume de negócios. Os resultados obtidos sistematizam-se na Tabela 2 que se segue.

Tabela 2: Caracterização da amostra.

Variável/Resultado							
Setor	%	Concelho Sede	%	N.º Funcionários	%	Volume Negócios (€)	%
Atividades Administrativas e de Serviços	11,43	Perto (até 40 Km da sede)	50,48	Até 5	48,57	Até 30.000	2,86
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	15,24			De 5 a 10	34,29	De 31.000 a 60.000	2,86
Alojamento, Restauração e Similares	17,14			De 11 a 15	9,52	De 31.000 a 60.000	13,33
Comércio por Grosso e a Retalho e Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos	9,52			De 16 a 20	2,86	De 31.000 a 60.000	28,57
Construção Civil	16,19	Longe (mais 40 Km da sede)	49,52	21 ou mais	4,76	151.000 ou mais	33,33
Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	9,52						
Indústrias Transformadoras	11,43						
Outros	9,52						
Observações				100			

Fonte: Elaboração própria.

A análise à informação apresentada na Tabela 2 permite observar que o grosso dos clientes pertencem aos setores de alojamento, restauração e similares (17,14%), construção civil (16,19%) e agricultura, produção animal, caça e floresta e pesca (15,24%), encontram-se localizados ‘perto’, a menos de 40 Km (50,48%) do concelho da sede da Número Magistral, que se situa em Murça, e representam micro entidades, na medida em que têm até 5 funcionários (48,57%) e entre 6 e 10 funcionários (34,29%) e um volume de negócios de 151.000€ ou mais (33,33%) e entre 91.000€ e 120.000 (28,57%).

Relativamente aos motivos que os levaram a contratar os serviços da Número Magistral e as recomendações que gostariam de sugerir para melhorar ao nível dos serviços, os resultados mostram (Tabela 3) que “os bons serviços que presta” (40,32%) e os “bons preços que pratica” (25,81) é o que mais contribui para a escolha o que, ainda que implicitamente, nos leva a concluir que a empresa oferece uma boa relação preço-qualidade. Como recomendações, destaca-se como aspetos de maior relevância a “partilha de informações nas redes sociais” (44,77%) e a “melhoria dos contactos diretos” (25,58%).

Tabela 3: Perceções gerais acerca da Número Magistral.

Motivações para escolher a Número Magistral	%	Recomendações/sugestões para melhoria	%
Era a única que conhecia	14,52	Partilhar informações utilizando as redes sociais	44,77
Prestam bons serviços	40,32	Melhorar os contactos diretos	25,58
Pratica bons preços	25,81	Incluir serviços adicionais pós prestação de serviços	19,19
Condições de pagamento	8,06	Formas alternativas de pagamento	10,47
Rapidez na resolução de problemas	11,29		
Total	100		100

Fonte: Elaboração própria.

4.2 Análise de Importância e Satisfação no Atendimento e nos Serviços

Neste tópico estão em análise as variáveis “satisfação” e “importância”. A informação recolhida será analisada com base numa análise descritiva exploratória e numa análise inferencial e os resultados obtidos, para as variáveis latentes e respetivos atributos, medidas através da escala de *Likert* de 1 a 5 pontos, apresentados nas tabelas 4 a 7. A tabela 4 apresenta os resultados dos atributos para a variável latente “importância no atendimento” e permitem concluir que os atributos considerados como mais importantes são a “clareza no esclarecimento de dúvidas” e o “profissionalismo no atendimento”, surgindo a “simpatia dos colaboradores” e a rapidez no atendimento” como os de menor importância. O desvio padrão apresenta valores que, por serem baixos, permitem dizer que as discrepâncias entre as respostas foram baixas.

Tabela 4: Resultado dos atributos relativamente à variável latente importância no atendimento (n=105).

Atributos	1		2		3		4		5		MÉDIA	DESVIO PADRÃO
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
Rapidez no atendimento	2	1,9	2	1,9	17	16,2	46	43,8	38	36,2	4,10	0,876
Clareza no esclarecimento das dúvidas	2	1,9	2	1,9	14	13,3	46	43,8	41	39	4,16	0,867
Rigor no esclarecimento de dúvidas	2	1,9	2	1,9	17	16,2	44	41,9	40	38,1	4,12	0,885
Profissionalismo no atendimento	2	1,9	2	1,9	14	13,3	46	43,8	41	39	4,16	0,867
Agilidade no tratamento das informações	2	1,9	2	1,9	15	14,3	49	46,7	37	35,2	4,11	0,858
Simpatia dos colaboradores	2	1,9	2	1,9	16	15,2	54	51,4	31	29,5	4,05	0,836
Capacidade de resolução de problemas	2	1,9	2	1,9	14	13,3	50	47,6	37	35,2	4,12	0,851
Facilidade em contactar o interlocutor do processo	2	1,9	2	1,9	12	11,4	52	49,5	37	35,2	4,14	0,837
Importancia Global no atendimento											4,12	0,807

Nota: 1 - Nada importante; 2 - Pouco importante; 3 - Indiferente; 4 - Muito importante; 5 - Extremamente importante.

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 5 apresenta os resultados dos atributos para a “satisfação percebida no atendimento aos clientes”, permitindo concluir, em média, que os clientes atribuem maiores níveis de satisfação à “capacidade de resolução de problemas”, “clareza no esclarecimento das dúvidas” e “rigor no esclarecimento de dúvidas”. Pelo contrário, a “facilidade em contactar o interlocutor” e “simpatia dos colaboradores” estão entre os que registam menores níveis de satisfação. O desvio padrão apresenta valores que se localizam abaixo de 1, permitindo dizer que as discrepâncias nas respostas foram baixas.

Tabela 5: Resultado dos atributos relativamente à variável latente satisfação no atendimento (n=105).

Atributos	1		2		3		4		5		MÉDIA	DESVIO PADRÃO
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
Rapidez no atendimento	2	1,9	2	1,9	10	9,5	58	55,2	33	31,4	4,12	0,805
Clareza no esclarecimento das dúvidas	2	1,9	2	1,9	10	9,5	55	52,4	36	34,3	4,15	0,818
Rigor no esclarecimento de dúvidas	2	1,9	2	1,9	11	10,5	53	50,5	37	35,2	4,15	0,830
Profissionalismo no atendimento	2	1,9	2	1,9	10	9,5	59	56,2	32	30,2	4,11	0,800
Agilidade no tratamento das informações	2	1,9	2	1,9	11	10,5	56	53,3	34	32,4	4,12	0,817
Simpatia dos colaboradores	2	1,9	3	2,9	13	12,4	55	52,4	32	30,5	4,07	0,847
Capacidade de resolução de problemas	2	1,9	2	1,9	9	8,6	56	53,3	36	34,3	4,16	0,810
Facilidade em contactar o interlocutor do processo	2	1,9	3	2,9	11	10,5	6	57,1	29	27,6	4,06	0,818
Satisfação global no atendimento											4,12	0,698

Nota: 1 - Muito Insatisfeito; 2 - Insatisfeito; 3 - Nem Insatisfeito/Nem Satisfeito; 4 - Satisfeito; 5 - Muito Satisfeito.

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 6 apresenta os resultados para os atributos relacionados com a variável latente “importância nos serviços”. A “competência na resolução dos problemas” e o “acompanhamento dos clientes” surgem com maior grau de importância, contrariamente à “rapidez na resposta aos clientes”, “regras e procedimentos simples” e “forma de pagamento”, classificados com importância menor. O desvio padrão apresenta valores que se localizam abaixo 1, permitindo dizer que se observa uma concentração dos valores em torno da média.

Tabela 6: Resultado dos atributos relativamente à variável latente importância nos serviços (n=105).

Atributos	1		2		3		4		5		MÉDIA	DESVIO PADRÃO
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
Rapidez na resposta aos clientes	2	1,9	2	1,9	13	12,4	54	51,4	34	32,4	4,10	0,831
Regras e procedimentos simples	2	1,9	3	2,9	12	11,4	54	51,4	34	32,4	4,10	0,849
Qualidade dos serviços prestados	2	1,9	3	2,9	13	12,4	55	52,4	32	30,5	4,07	0,847
Competência na resolução dos problemas	2	1,9	2	1,9	12	11,4	49	46,7	40	38,1	4,17	0,849
Profissionalismo na resolução dos problemas	2	1,9	3	2,9	15	14,3	51	48,6	34	32,4	4,07	0,869
Cumprimentos dos prazos estabelecidos	2	1,9	3	2,9	13	12,4	50	47,6	37	35,2	4,11	0,870
Confiança e segurança nos serviços prestados	2	1,9	2	1,9	15	14,3	52	49,5	34	32,4	4,09	0,845
Acompanhamento dos clientes	2	1,9	3	2,9	10	9,5	53	50,5	37	35,2	4,14	0,848
Forma de Pagamento	4	3,8	2	1,9	13	12,4	61	58,1	25	23,8	3,96	0,887
Importância Global nos serviços											4,09	0,801

Nota: 1 - Nada importante; 2 - Pouco importante; 3 - Indiferente; 4 - Muito importante; 5 - Extremamente importante.

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 7 apresentam-se os resultados dos atributos relativos “à satisfação percebida” no que diz respeito à variável serviços e permitem identificar o “cumprimento dos prazos estabelecidos” e a “competência na resolução dos problemas” como os atributos com maiores níveis de satisfação. Pelo contrário, a “rapidez na resposta aos clientes”, a “qualidade dos serviços prestados” e a “forma de pagamento” estão associados a um menor nível de satisfação. Como os valores de desvio padrão são baixos, pode-se dizer que as discrepâncias nas respostas foram baixas.

Tabela 7: Resultado dos atributos relativamente à variável latente satisfação nos serviços (n=105).

Atributos	1		2		3		4		5		MÉDIA	DESVIO PADRÃO
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
Rapidez na resposta aos clientes	3	2,9	4	3,8	14	13,3	56	53,3	28	26,7	3,97	0,904
Regras e procedimentos simples	3	2,9	4	3,8	14	13,3	52	49,5	32	30,5	4,01	0,925
Qualidade dos serviços prestados	2	1,9	5	4,8	16	15,2	56	53,3	26	24,8	3,94	0,875
Competência na resolução dos problemas	2	1,9	4	3,8	13	12,4	52	49,5	34	32,4	4,07	0,880
Profissionalismo na resolução dos problemas	2	1,9	4	3,8	15	14,3	50	47,6	34	32,4	4,05	0,892
Cumprimentos dos prazos estabelecidos	3	2,9	3	2,9	12	11,4	48	45,7	39	37,1	4,11	0,923
Confiança e segurança nos serviços prestados	2	1,9	4	3,8	14	13,3	59	56,2	26	24,8	3,98	0,843
Acompanhamento dos clientes	3	2,9	5	4,8	11	10,5	51	48,6	35	33,3	4,05	0,944
Forma de Pagamento	3	2,9	4	3,8	16	15,2	55	52,4	27	25,7	3,94	0,908
Importância Global nos serviços											4,01	0,839

Nota: 1 - Muito Insatisfeito; 2 - Insatisfeito; 3 - Nem Insatisfeito/Nem Satisfeito; 4 - Satisfeito; 5 - Muito Satisfeito.

Fonte: Elaboração própria.

4.3 Análise da Importância-Satisfação/Desempenho no Atendimento e nos Serviços Prestados

Nesta secção estão em análise o grau de importância e satisfação que os clientes atribuem a cada uma das variáveis latentes consideradas para o estudo, tomando como base para a análise a matriz IPA que, tal como oportunamente referido (Figura 1), permite adotar quatro medidas diferentes (Ferreira & Fernandes, 2015). As dimensões analisadas são medidas numa escala de *Likert*, de 1 a 5 pontos, e, para uma melhor análise do grau de importância e desempenho de cada uma das variáveis, foram determinadas as médias e os desvios padrão para os atributos considerados, conforme Tabela 8 que se segue.

Tabela 8: Resultados dos atributos/variáveis da Análise Importância-Satisfação (n=105).

Atributos	Importância		Satisfação	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Atendimento				
Rapidez no atendimento	4,10	0,876	4,12	0,805
Clareza no esclarecimento das dúvidas	4,16	0,867	4,15	0,818
Rigor no esclarecimento de dúvidas	4,12	0,885	4,15	0,830
Profissionalismo no atendimento	4,16	0,867	4,11	0,800
Agilidade no tratamento das informações	4,11	0,858	4,12	0,817
Simpatia dos colaboradores	4,05	0,836	4,07	0,847
Capacidade de resolução de problemas	4,12	0,851	4,16	0,810
Facilidade em contactar o interlocutor do processo	4,14	0,837	4,06	0,818
Importância e satisfação global no atendimento	4,12	0,807	4,12	0,698
Serviços				
Rapidez na resposta aos clientes	4,10	0,831	3,97	0,904
Regras e procedimentos simples	4,10	0,849	4,01	0,925
Qualidade dos serviços prestados	4,07	0,847	3,94	0,875
Competência na resolução dos problemas	4,17	0,849	4,07	0,880
Profissionalismo na resolução dos problemas	4,07	0,869	4,05	0,892
Cumprimentos dos prazos estabelecidos	4,11	0,870	4,11	0,923
Confiança e segurança nos serviços prestados	4,09	0,845	3,98	0,843
Acompanhamento dos clientes	4,14	0,848	4,05	0,944
Forma de Pagamento	3,96	0,887	3,94	0,908
Importância e satisfação global nos serviços	4,09	0,801	4,01	0,839

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados (Tabela 8) mostram que relativamente à “importância no atendimento”, todos os atributos analisados obtiveram uma pontuação média acima de 4 pontos, situada entre 4 – muito importante e 5 – extremamente importante, com um desvio padrão compreendido entre 0,837 e 0,885. De entre os atributos considerados mais importantes destaca-se a “clareza no esclarecimento de dúvidas”, o “profissionalismo de atendimento” e a “facilidade em contactar o interlocutor do processo”. Pelo contrário, a “simpatia dos colaboradores” surge como o atributo menos importante. Considerando que os resultados globais apresentam valores de desvio padrão altos, pode considerar-se que houve discrepâncias expressivas nas respostas e que, como os valores médios são maiores que 3 - Indiferente, pode afirmar-se que os clientes consideram os atributos relacionados com o atendimento globalmente importantes. Também o grau de “satisfação no atendimento” apresenta uma média dos atributos que se situa entre 4 - Satisfeito e 5 - Muito satisfeito, com desvios padrão entre 0,8 e 0,47. Os atributos que registaram maiores índices foram a “capacidade na resolução dos problemas”, a “clareza no esclarecimento de dúvidas” e o “rigor no esclarecimento de dúvidas”. Contrariamente, a “facilidade em contactar o interlocutor do processo” regista o menor nível de satisfação. Considerando que os valores médios são superiores ao valor intermédio 3 – Nem Insatisfeito/Nem Satisfeito, os resultados permitem concluir que, globalmente, os clientes estão satisfeitos com o atendimento prestado pela empresa.

No que respeita à importância atribuída aos atributos relacionados com os serviços, as médias situam-se entre 3 – Indiferente e 5 – Extremamente Importante, com um desvio padrão acima de 0,8, permitindo considerar que as discrepâncias nas respostas foram altas. Destaca-se como atributos de maior importância a “competência na resolução dos problemas”, o “acompanhamento dos clientes”, o “cumprimento dos prazos estabelecidos”, a “confiança e segurança nos serviços prestados” e a “qualidade dos serviços prestados”. A “forma de pagamento” surge como o atributo menos

importante. Considerando que as médias são superiores a 3 - Indiferente, é possível concluir que, globalmente, os clientes consideram os atributos relacionados com os serviços importantes.

Relativamente ao grau de satisfação nos serviços, a média dos atributos varia entre 3 – Nem Insatisfeito/Nem Satisfeito e 5 - muito satisfeito, com discrepâncias nas respostas altas, como se confirma pelos valores de desvio padrão. Os atributos com maiores índices de satisfação foram o “cumprimento dos prazos estabelecidos”, a “competência na resolução dos problemas”, o “profissionalismo na resolução dos problemas”, o “acompanhamento dos clientes” e “regras e procedimentos simples”. A “qualidade dos serviços” e a “forma de pagamento” surgem como os atributos com menores níveis de satisfação. Como a média global dos serviços é maior que o valor intermédio 3 – Nem Insatisfeito/Nem Satisfeito, é possível concluir que, globalmente, os clientes estão satisfeitos com os serviços prestados.

4.4 Validação das Hipóteses de Investigação

Nesta secção apresentam-se os resultados dos testes realizados, paramétricos e não paramétricos, para validar as oito hipóteses de investigação levantadas. Recorda-se que os testes não paramétricos se justificam apenas nos casos em que sejam violados pelo menos um dos pressupostos. Para a:

- i. **Hipótese de investigação 1** verificou-se a violação do pressuposto “distribuição normal”, pelo que se recorreu ao teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*. Obteve-se um *p-value* de 0,955, podendo afirmar-se que, para um nível de significância de 0,05, não existem evidências estatísticas suficientes para afirmar a existência de diferenças, estatisticamente significativas, por setor de atividade, relativamente à satisfação no atendimento, assumindo-se logo que não se valida a hipótese de investigação;
- ii. **Hipótese de investigação 2** também se recorreu ao teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis* e obteve-se um *p-value* de 0,966, permitindo afirmar, para um nível de significância de 0,05, que não existem evidências estatísticas suficientes para afirmar existirem diferenças, por setor de atividade, relativamente à satisfação nos serviços, logo a hipótese de investigação não se confirma;
- iii. **Hipótese de investigação 3** procedeu-se à realização do teste *t-Student* e obteve-se um *p-value* de 0,839. Para um nível de 0,05, pode concluir-se que não existem evidências estatísticas suficientes para afirmar que existem diferenças, por concelho de residência, relativamente à satisfação no atendimento, pelo que não se valida a hipótese de investigação;
- iv. **Hipótese de investigação 4** procedeu-se à realização do teste *t-Student* e obteve-se um *p-value* de 0,709. Para um nível de significância de 0,05, pode afirmar-se que não existem diferenças por concelho de residência relativamente à satisfação nos serviços, não se confirmando a hipótese de investigação;
- v. **Hipótese de investigação 5** optou-se por verificar, recorrendo ao coeficiente de correlação de *Pearson*, a existência de uma relação positiva entre as dimensões da “satisfação” e as dimensões da “importância”, conforme Tabela 9 que se segue.

Tabela 9: Coeficiente de Correlação de *Pearson* entre dimensões de satisfação e importância.

	Média de satisfação no atendimento	Média de satisfação nos serviços	Média de importância no atendimento	Média de importância nos serviços	Média global de satisfação	Média global de importância
Média de satisfação no atendimento	1	0,848	0,872	0,765	0,948	0,865
Média de satisfação nos serviços		1	0,768	0,819	0,972	0,842
Média de importância no atendimento			1	0,780	0,844	0,937
Média de importância nos serviços				1	0,828	0,950
Média global de satisfação					1	0,885
Média global de importância						1

Fonte: Elaboração própria.

A análise (Tabela 9) permite afirmar que todas as dimensões estão correlacionadas, que as dimensões “média de satisfação nos serviços”, “média de importância nos serviços” e “média de satisfação no atendimento”, foram as que apresentaram um coeficiente de correlação mais elevado, podendo afirmar-se que existe uma relação positiva entre a dimensão “média de

satisfação nos serviços” e “média global de satisfação”, uma vez que os serviços contribuem de forma significativa para a satisfação dos clientes. Verificou-se que as dimensões “média de importância nos serviços” e “média de importância no atendimento” se encontram fortemente correlacionadas com a dimensão “média global de importância”. A hipótese de investigação foi validada;

- vi. **Hipótese de investigação 6** optou-se por verificar, através do coeficiente de correlação de *Pearson* e assumindo um nível de significância de 0,05, a existência de uma relação positiva entre os itens “satisfação no atendimento”, “nos serviços” e a “satisfação global”. Os resultados (Tabela 10) mostram que, à exceção do item “rapidez no atendimento”, todos os outros estão correlacionados e têm uma relação positiva e direta com a “satisfação global”. Relativamente aos atendimentos, o item com maior grau de correlação é a “clareza no esclarecimento de dúvidas”, seguindo do “profissionalismo no atendimento”. No que respeita aos serviços, os atributos com maiores níveis de correlação são a “competência na resolução dos problemas” e “a confiança e segurança nos serviços prestados”. A hipótese de investigação foi corroborada.

Tabela 10: Coeficiente de correlação de *Pearson* entre os itens satisfação no atendimento, nos serviços prestados e a satisfação global.

Atendimento	Coeficiente de correlação	Classificação
Rapidez no atendimento	0,154	Fraca Positiva
Clareza no esclarecimento das dúvidas	0,924	Forte Positiva
Rigor no esclarecimento de dúvidas	0,902	Forte Positiva
Profissionalismo no atendimento	0,914	Forte Positiva
Agilidade no tratamento das informações	0,899	Forte Positiva
Simpatia dos colaboradores	0,866	Forte Positiva
Capacidade de resolução de problemas	0,900	Forte Positiva
Facilidade em contactar o interlocutor do processo	0,903	Forte Positiva
Serviços		
Rapidez na resposta aos clientes	0,901	Forte Positiva
Regras e procedimentos simples	0,905	Forte Positiva
Qualidade dos serviços prestados	0,896	Forte Positiva
Competência na resolução dos problemas	0,918	Forte Positiva
Profissionalismo na resolução dos problemas	0,914	Forte Positiva
Cumprimentos dos prazos estabelecidos	0,904	Forte Positiva
Confiança e segurança nos serviços prestados	0,918	Forte Positiva
Acompanhamento dos clientes	0,916	Forte Positiva
Forma de Pagamento	0,894	Forte Positiva

Fonte: Elaboração própria.

- vii. **Hipótese de investigação 7** optou-se por verificar, através de coeficiente de correlação de *Pearson*, a existência de uma relação positiva entre os itens de “importância do atendimento nos serviços” e “importância global”. Os resultados (Tabela 11) mostram que todos os itens estão correlacionados e têm uma relação positiva e direta com a importância global. Relativamente ao atendimento, o item com maior grau de correlação é “o rigor no esclarecimento de dúvidas” e, para os serviços, é a “competência na resolução dos problemas”. A hipótese de investigação foi validada.

Tabela 11: Coeficiente de correlação de *Pearson* entre os itens de importância no atendimento, nos serviços prestados e a importância global.

Atendimento	Coeficiente de Correlação	Classificação
Rapidez no atendimento	0,841	Forte
Clareza no esclarecimento das dúvidas	0,887	Forte
Rigor no esclarecimento de dúvidas	0,899	Forte
Profissionalismo no atendimento	0,889	Forte
Agilidade no tratamento das informações	0,877	Forte
Simpatia dos colaboradores	0,879	Forte
Capacidade de resolução de problemas	0,877	Forte
Facilidade em contactar o interlocutor do processo	0,889	Forte
Serviços		
Rapidez na resposta aos clientes	0,917	Forte
Regras e procedimentos simples	0,895	Forte
Qualidade dos serviços prestados	0,894	Forte

Competência na resolução dos problemas	0,928	Forte
Profissionalismo na resolução dos problemas	0,894	Forte
Cumprimentos dos prazos estabelecidos	0,891	Forte
Confiança e segurança nos serviços prestados	0,906	Forte
Acompanhamento dos clientes	0,890	Forte
Forma de Pagamento	0,794	Moderada

Fonte: Elaboração própria.

- viii. **Hipótese de investigação 8** procedeu-se a uma análise de relação positiva entre a satisfação global e a lealdade com base na aplicação do coeficiente de correlação de *Pearson*. Com base na análise da correlação entre a satisfação global e a lealdade, pode afirmar-se que a satisfação global e a lealdade se encontram correlacionadas, para um nível de significância de 0,05, ou seja, apresentam uma relação positiva direta com o valor de correlação de 0,678. A hipótese de investigação foi corroborada.

Assim, em síntese das oito hipóteses de investigação levantadas, quatro foram validadas (Tabela 12).

Tabela 12: Resumo dos resultados das hipóteses de investigação.

Hipóteses de Investigação	Resultado
HI ₁ : Existem diferenças por setor de atividade relativamente à satisfação no atendimento	Não Validada
HI ₂ : Existem diferenças por setor de atividade relativamente à satisfação nos serviços prestados	Não Validada
HI ₃ : Existem diferenças por concelho de residência relativamente à satisfação no atendimento	Não Validada
HI ₄ : Existem diferenças por concelho de residência relativamente à satisfação nos serviços prestados	Não Validada
HI ₅ : Existe uma relação positiva entre as dimensões da satisfação e as dimensões da importância	Validada
HI ₆ : Existe uma relação positiva entre os itens da satisfação no atendimento, nos serviços prestados e a satisfação global	Validada
HI ₇ : Existe uma relação positiva entre os itens da importância no atendimento e serviços prestados e a importância global	Validada
HI ₈ : Existe uma relação positiva entre a satisfação global e a lealdade	Validada

Fonte: Elaboração própria.

4.5 Orientações Estratégicas para o Atendimento e Serviços Prestados

Com recurso à matriz IPA foi desenvolvida uma análise estratégica do comportamento dos clientes no que respeita à qualidade dos serviços prestados pela Número Magistral e os resultados obtidos apresentam-se nesta secção. Para a construção da matriz foi necessário definir os eixos que compõem os quadrantes utilizando, para o efeito, as médias e medianas das dimensões de importância e de satisfação. Os valores médios de importância, por atributo analisado, encontram-se representados no eixo vertical, o eixo do YY, e as médias de desempenho/satisfação no eixo horizontal, o eixo do XX. Para os cortes dos eixos foram utilizadas as medianas pela sua capacidade para permitir analisar tendências (Ferreira & Fernandes, 2015).

Para a variável latente “Atendimento” os resultados obtidos (Tabela 13) mostram, para os valores da importância e satisfação dos atributos, que todas as médias se localizam acima de 4 pontos, sempre superiores ao valor intermédio de 3 pontos, o que permite concluir que, globalmente, os clientes se encontram satisfeitos com o desempenho no atendimento e, como a média de todos os atributos é superior ao valor intermédio, consideram o atendimento importante. Os valores do desvio padrão apontam para uma concentração dos valores em torno da média.

Tabela 13: Valores médios e medianas da variável latente Atendimento

Atributos	Importância		Satisfação	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Rapidez no atendimento	4,100	0,876	4,120	0,805
Clareza no esclarecimento das dúvidas	4,160	0,867	4,150	0,818
Rigor no esclarecimento de dúvidas	4,120	0,885	4,150	0,830
Profissionalismo no atendimento	4,160	0,867	4,110	0,800
Agilidade no tratamento das informações	4,110	0,858	4,120	0,817
Simpatia dos colaboradores	4,050	0,836	4,070	0,847
Capacidade de resolução de problemas	4,120	0,851	4,160	0,810
Facilidade em contactar o interlocutor do proces	4,140	0,837	4,060	0,818
Importância/Satisfação global no atendimento	4,123	0,807	4,119	0,698
Medianas	4,120		4,120	

Fonte: Elaboração própria.

A matriz IPA (Figura 3) oferece, utilizando os valores das medianas para o corte no eixo, uma representação mais clara dos atributos “mais fortes” e “mais fracos” para a dimensão “Atendimento”. A sua análise permite concluir que, no que respeita ao Quadrante A, que faz referência aos atributos considerados mais importantes, porém com menor desempenho, ou seja, ainda que importantes, o desempenho percebido pelos clientes é baixo, e onde se concentram os atributos “profissionalismo no atendimento” e “facilidade em contactar o interlocutor do processo”, a empresa deve concentrar esforços, adotando medidas com impacto positivo nesses atributos porque o seu desempenho condiciona a satisfação dos clientes. Relativamente ao Quadrante B, que mostra os atributos considerados muito importantes para os clientes e que têm desempenho acima da média, verifica-se que a empresa tem vindo a ter sucesso com os atributos “Rigor no esclarecimento de dúvidas”, “Capacidade de resolução dos problemas” e “Clareza no esclarecimento de dúvidas”, que apresentam um desempenho acima da média, pelo que deve continuar o bom trabalho que vem desenvolvendo. No que respeita ao Quadrante C, que representa os atributos considerados pouco importantes e com baixo desempenho, ou seja, indicando que os recursos gastos com os atributos “simpatia dos colaboradores”, “agilidade no tratamento das informações” e “rapidez no atendimento”, estão a ser subaproveitados, dado que o esforço não se traduzirá em aumento da satisfação dos clientes. Relativamente ao Quadrante D, que representa os atributos considerados com alto desempenho, mas com baixa importância percebida, conclui-se que, como não há nenhum atributo posicionado neste quadrante, a empresa não incorre em esforços supérfluos.

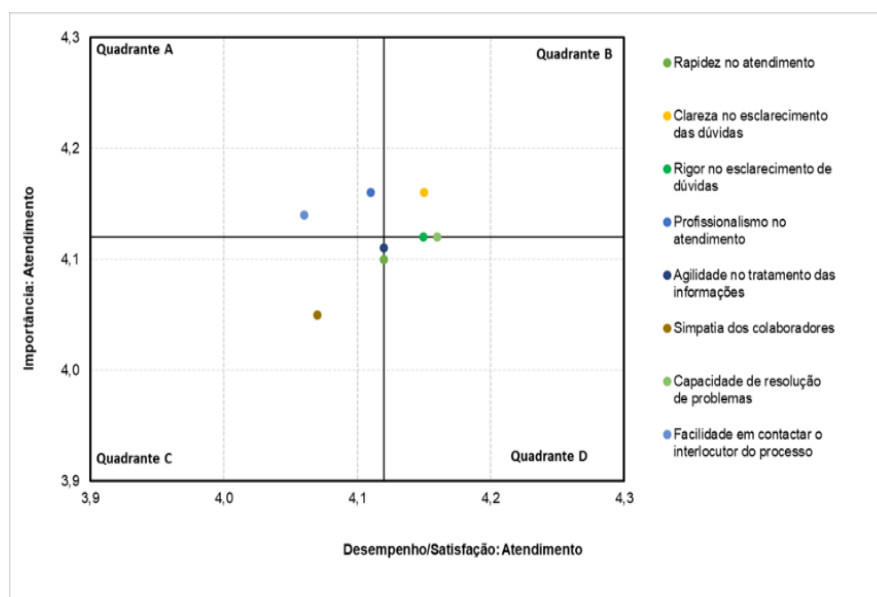


Figura 3: Análise Importância-Desempenho no Atendimento [mediana (4,12;4,12)].

Fonte: Elaboração própria.

Para a variável latente “Serviços” os resultados obtidos (Tabela 14) mostram, para os valores da importância e satisfação dos atributos, que todas as médias se localizam acima do valor intermédio 3 pontos, permitindo concluir que, globalmente, os clientes se encontram satisfeitos com o desempenho da empresa e consideram os serviços importantes. Os valores de desvio padrão são, em geral, baixos, permitindo concluir que os níveis de discrepância entre as respostas são baixos.

Tabela 14: Valores médios e medianas da variável latente serviços.

Atributos	Importância		Satisfação	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Rapidez na resposta aos clientes	4,100	0,831	3,970	0,904
Regras e procedimentos simples	4,100	0,849	4,010	0,925
Qualidade dos serviços prestados	4,070	0,847	3,940	0,875
Competência na resolução dos problemas	4,170	0,849	4,070	0,880
Profissionalismo na resolução dos problemas	4,070	0,869	4,050	0,892
Cumprimentos dos prazos estabelecidos	4,110	0,870	4,110	0,923
Confiança e segurança nos serviços prestados	4,090	0,845	3,980	0,843
Acompanhamento dos clientes	4,140	0,848	4,050	0,944
Forma de Pagamento	3,960	0,887	3,940	0,908
Importancia/ Satisfação Global nos serviços	4,090	0,801	4,014	0,839
Medianas	4,095		4,012	

Fonte: Elaboração própria.

A construção da matriz IPA (Figura 4), oferece, utilizando os valores das medianas para o corte no eixo, uma representação mais clara dos atributos “mais fortes” e “mais fracos” para a dimensão “Serviços”. A sua análise permite concluir, relativamente ao Quadrante A, onde se encontram os atributos considerados importantes, mas o desempenho percebido pelos clientes é baixo, que a empresa deve concentrar esforços para a promoção de alterações de perceção relativamente ao desempenho percebido com a “rapidez na resposta aos clientes” e “regras e procedimentos simples”. Quanto ao Quadrante B, que representa os atributos considerados muito importantes para os clientes e que têm desempenho acima da média, que a maioria dos atributos se concentram neste quadrante, com um desempenho acima da média em “competência na resolução dos problemas”, “cumprimentos dos prazos estabelecidos” e “acompanhamento dos clientes”, concluindo que a empresa deverá continuar o bom trabalho que vem fazendo. A respeito do Quadrante C (Baixa prioridade), onde se encontram os atributos “confiança e segurança nos serviços prestados”, “forma de pagamento” e “qualidade dos serviços prestados”, mas que, por serem considerados pouco importantes e com baixo desempenho, não são prioridade para a empresa. Relativamente ao Quadrante D, onde se encontra o atributo “profissionalismo na resolução dos problemas”, que tem um alto desempenho, mas baixa importância percebida, conclui-se que a empresa deve orientar os seus esforços no sentido de aumentar a importância percebida por parte dos clientes para maximizar a alocação de recursos.

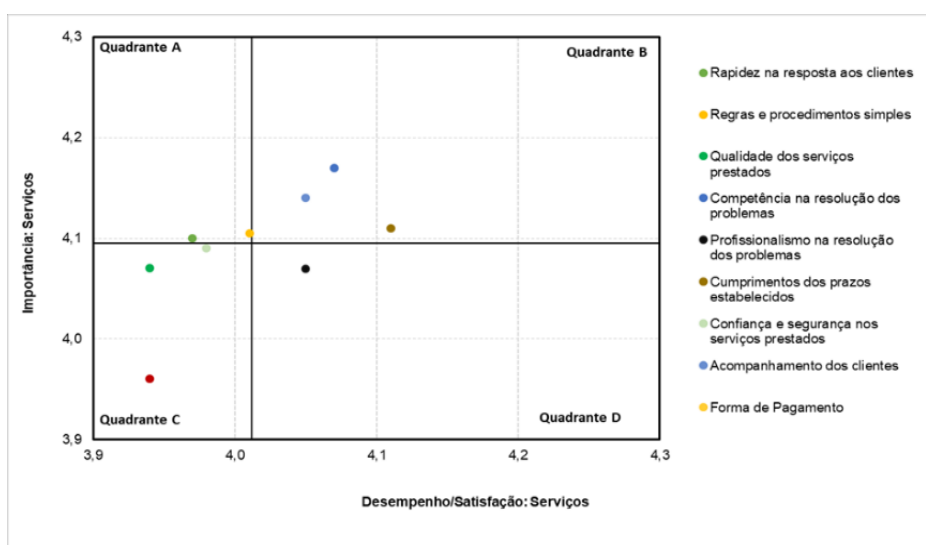


Figura 4: Análise Importância-Desempenho nos Serviços [mediana (4,095;4,0119)].

Fonte: Elaboração própria.

Foram, ainda, calculadas as médias e os desvios padrão para as variáveis latentes “Serviços” e “Atendimento” para se analisar o grau de importância e satisfação global dos clientes. Os resultados (Tabela 15) mostram que todas as médias se localizam acima de 4 pontos, acima do valor intermédio 3 pontos, permitindo afirmar que, de uma forma geral, os clientes se encontram satisfeitos com o desempenho da empresa. Como os valores de desvio padrão são baixos, considera-se também que o nível de discrepância entre as respostas é baixo.

Tabela 15: Médias e medianas das variáveis latentes.

Atributos	Importância		Satisfação	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Atendimento	4,1226	0,8073	4,1190	0,6980
Serviços	4,0899	0,80065	4,0138	0,8394
Geral	4,1053	0,75853	4,0633	0,7435
Medianas	4,1053		4,0633	

Fonte: Elaboração própria.

A construção da matriz IPA (Figura 5) oferece uma representação mais clara dos atributos e as possíveis recomendações para melhoria dos serviços prestados. Recorda-se que no Quadrante A se localizam os atributos de maior importância. Porém, da análise (Figura 5) conclui-se que não há atributos localizados neste quadrante, pelo que a empresa deverá reorientar-se e concentrar esforços para melhor. No quadrante B encontram-se os atributos muito importantes para os clientes e com elevado nível de desempenho, pelo que, relativamente aos atributos “atendimento” e em “Geral” a empresa deve continuar a trabalhar na mesma direção. Os atributos localizados no quadrante C apresentam reduzida importância para os clientes e baixo desempenho, pelo que o atributo “Serviços” não requer da empresa muitos recursos, na medida em que não se refletirá na satisfação dos clientes. Nenhum dos atributos analisados se encontra localizado no quadrante D, pressupondo que a empresa não está a consumir recursos com atributos que não são reconhecidos pelos seus clientes.

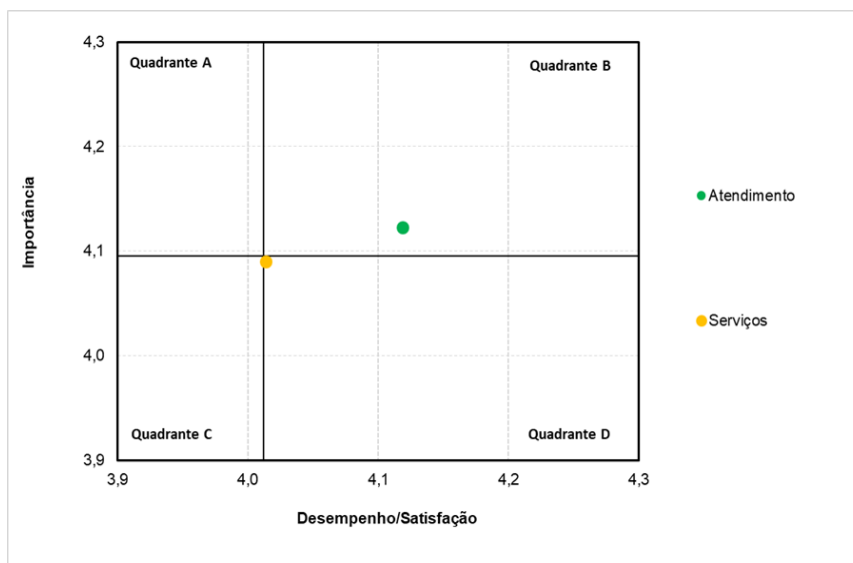


Figura 5: Análise Importância-Desempenho Global [mediana (4,1053;4,0633)].

Fonte: Elaboração própria.

A análise da perceção dos clientes tem como objetivo ajudar a identificar os aspetos em que a empresa deverá melhorar (Kotler & Keller, 2016; 2013) para que os clientes ganhem uma maior perceção e, consequentemente mais satisfação e fidelização (Agendar & Zendesk, 2016). Considerando que a análise desenvolvida mostra que são poucos os atributos localizados no quadrante A, recomenda-se uma maior atenção por parte da empresa na medida em que este resultado está seguramente relacionado com baixo desempenho e reduzida perceção. Na verdade, o grosso dos atributos concentram-se no quadrante B. Considerando que tais atributos são muito importantes para o cliente e apresentam um desempenho acima da média, os resultados indicam que a empresa deve continuar o bom trabalho que está a fazer nesse âmbito. Os atributos localizados no

quadrante C, dada a sua pouca importância e baixo desempenho, não são prioridade. Relativamente aos atributos localizados no quadrante D, a empresa deverá refletir sobre os dispêndios feitos, porque não estão a ser compensados (Martilla & James, 1977; Matzler et al., 2003), ou seja, adequar as suas estratégias por forma a minimizar os pontos menos positivos e potenciar as suas vantagens competitivas (Abalo et al., 2007).

4 Conclusão, limitações e recomendações futuras

Recorda-se que esta investigação foi desenvolvida com o objetivo de estudar a satisfação dos clientes e analisar o desempenho da empresa Número Magistral. A revisão de literatura permitiu concluir que a adoção de estratégias orientadas para os clientes, principal razão de ser das empresas e o garante do seu sucesso, são tão mais importantes quanto maior a competitividade e os desafios a enfrentar e foram adquirindo relevância à medida que se foi percebendo que a avaliação do desempenho organizacional exige uma combinação de metodologias (Neely & Platts, 2005), em particular de indicadores financeiros e não financeiros (Contu, 2020; Fraga, 2018; Gomes & Callado, 2016; Khan & Shah, 2011; Silva, 2005; Suchánek & Králová, 2014), de que são exemplo a satisfação dos colaboradores, a eficiência dos processos ou a satisfação dos clientes (Dutra, 2003; Gomes & Callado, 2016).

Neste âmbito, os resultados do estudo de caso permitiram concluir, a partir da análise económico-financeira, que a empresa está equilibrada em termos financeiros e com taxas de recuperação do investimento que indiciam estarmos em presença de uma empresa eficiente. As hipóteses de investigação levantadas permitiram identificar que não existem diferenças, relativamente à satisfação no atendimento e à satisfação nos serviços prestados, por setor de atividade e por concelho de residência, que existe uma relação positiva entre as dimensões da satisfação e as dimensões da importância, entre os itens da satisfação no atendimento, nos serviços prestados e a satisfação global, entre os itens da importância no atendimento e serviços prestados e a importância global e, por último, observou-se que a lealdade e a satisfação global se encontram relacionadas, isto é, se a satisfação aumenta também aumenta a lealdade. Assim, e em linha com a literatura, concluiu-se pela existência de uma relação positiva entre a satisfação dos clientes e o desempenho, o que conduz a níveis mais altos de intenção de consumo e retenção de clientes (Gruca & Rego, 2005; Oliveira, 2015; Williams & Naumann, 2011), ou seja, que a existência de uma relação positiva entre a adoção de métricas de satisfação e perceção dos clientes se traduz num melhor desempenho organizacional.

Complementarmente, e com recurso à construção da matriz IPA, conseguiu-se uma representação bastante clara de um conjunto de atributos, analisados na sua relação importância-desempenho para as variáveis latentes “atendimento”, “serviços” e “geral”, que tornaram possível identificar em que áreas a empresa está a trabalhar bem e, fundamentalmente, onde deve concentrar mais esforços para aumentar a perceção dos clientes e melhorar o desempenho (Agendar & Zendesk, 2016; Kotler & Keller, 2016; 2013). Neste particular, destaca-se que a maioria dos atributos analisados foram classificados muito importantes para o cliente e relativamente aos quais a empresa apresenta um desempenho acima da média, pelo que não há necessidade de introduzir grandes alterações em termos estratégicos (Abalo et al., 2007; Martilla & James, 1977; Matzler et al., 2003), devendo antes continuar o bom trabalho que vem fazendo.

Não se pode concluir sem antes sublinhar que as conclusões apresentadas, ainda que positivas, na medida em que contribuem para a literatura, devem ser interpretadas no âmbito de alguns condicionalismos, nomeadamente que foram retiradas no âmbito de uma só empresa. Esta limitação permite, para além de se sugerir o seu alargamento a outras empresas do setor para aumentar a possibilidade de extrapolar resultados, sugerir à empresa continuar a fazer a monitorização da satisfação dos seus clientes e qual o seu impacto na *performance* da empresa.

Referências

- Abalo, J., Varela, J., & Manzano, V. (2007). Importance values for importance-performance analysis: A formula for spreading out values derived from preference rankings. *60*(2), 115-121.
- Agendar., & Zendesk. (2016). *O Passo a Passo da Fidelização*. www.agendor.com.br
- Bowen, J. T., & Chen, S. (2001). The relationship between customer loyalty and customer satisfaction. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*(13°), 213 - 217.

- Carreira, F., Diz, M., & Heliodoro, P. (2012). Análise Económica e Financeira: O Caso Das Empresas Vitivinícolas Portuguesas. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/21072/1/14-2012-AnaliseEco-Financeira-EmpVitiv.pdf>.
- Contu, E. (2020). Organizational performance: theoretical and practical approaches. *International Conference on Business*, 398-406. doi:10.2478/picbe-2020-0038
- Dutra, A. (2003). Metodologia Para Avaliar e Aperfeiçoar o Desempenho Organizacional: Incorporando a Dimensão Integrativa à MCDA Construtivista - Sistemático - Sinérgica. *Universidade Federal de Santa Catarina*.
- Fernandes, C. (2020). Análise Económica e Financeira. (4.^a Ed.). Edições Sílabo.
- Ferreira, M. J. (2012). Contributo para a eficácia, eficiência e qualidade de processos na administração pública. https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5064/3/TRABALHO_DE_PROJETO_Maria%20Jose%20Ramos%20Ferreira.pdf
- Ferreira, H., & Fernandes, P. (2015). Análise de Importância-Desempenho aplicada a uma Empresa de Suprimentos e Equipamentos de Laboratório. pp. 824-831. doi:10.1016/j.procs.2015.08.634
- Fraga, T. (2018). O Impacto da Liderança na Performance Organizacional. [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra]. Repositório Comum Instituto ISCAC-IPC.
- Gomes, A., & Callado, A. (2016). Desempenho Organizacional das Micro e Pequenas Empresas Localizadas em João Pessoa: Estudo comparativo entre redes de cooperação horizontal e empresas não cooperadas. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/19849>. <http://dx.doi.org/10.26512/2016.02.D.19849>
- Gruca, T., & Rego, L. (2005). Satisfação do cliente, fluxo de caixa e valor para o acionista. *Journal of Marketing*, 69, 115-30.
- Khan, K., & Shah, A. (2011). Entendendo a medição de desempenho através da Literatura. *Institute of Management Sciences*, 5(35), 13410-13418. doi:10.5897/AJBMX11.020
- Kotler, P., & Keller, K. L. (2013). *Administração de Marketing* (14^o ed.). Pearson Education.
- Kotler, P., & Keller, K. (2016). *Marketing Management*. Pearson Education Limited (15).
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. (7.^a ed.), ReportNumber.
- Marques, A. (2012). *Marketing Relacional – Como Transformar a Fidelização de Clientes numa Vantagem Competitiva*. Edições Sílabo.
- Martilla, J., & James, J. (1997). Importance - Performance analysis. *Journal of Marketing*, 41(1), 77 - 79.
- Martins, J. S. (Setembro de 2012). A Lealdade dos Clientes Particulares aos Bancos. [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra.
- Matzler, K., Heischmidt, E., & Sauerwein, K. (2003). Importance-performance analysis Revisited: the role of the factor structure of customer satisfaction. 23(2), 112-129.
- Neely, A. G., & Platts, K. (2005). Medição de desempenho projeto de sistema. *International Journal of Operations & Production Management*, 25(12), 1228-1263. doi: 10.1108/01443570510633639
- Nogueira, C. (2019). *Análise Financeira na Gestão Empresarial*. Lisboa.
- Oliveira, A. P. (2015). O Impacto Da Adaptação Das Métricas De Satisfação Dos Clientes No Desempenho Das Pequenas E Médias Empresas Portuguesas. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/11450/1/DM-APGO-2015.pdf>
- Oliveira, S. D. (2018). Relação Felicidade Nos Colaboradores Com Hóspedes Satisfeitos Em Portugal. [Dissertação de mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa]. Repositório Científico da Universidade do Minho. Repositório Institucional da Universidade Autónoma de Lisboa.
- Oliver, R. (1980). A Cognitive Model of the Antecedents and Consequences of Satisfaction Decisions. *Journal of Marketing Research*, 17(4), 460-469.
- Oliver, R. (1999). Whence Consumer Loyalty? *Journal of Marketing*, 63°, 33-44.
- Regert, R., Junior, G. M., Bragagnolo, S., & Baade, J. (2018). A Importância Dos Indicadores Econômicos, Financeiros e de Endividamento Como Gestão do Conhecimento na Tomada De Decisão em Tempos de Crise. *Revista Visão Gestão Organizacional*, 7(2), 67 - 83. doi:10.33362/visao.v7i2.1579

- Silva, J. (2005). *Avaliação do Desempenho Organizacional*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro]. Repositório Científico da Universidade de Aveiro.
- Silvestre, H., & Araújo, J. (2012). Metodologia para a Investigação Social.
- Sousa, F. J. (2011). Satisfação de Clientes - O Caso de Uma Empresa Industrial. [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra.
- Suchánek, P., & Králová, M. (2014). A Influência da Satisfação do Cliente no Desempenho corporativo. 454-462.
- Suchánek, P., & Králová, M. (2015). Efeito da satisfação do cliente no desempenho da empresa. *Universidade de Brunei Mendeliana Agriculturae et Silvicultura*, 63(3), 1013-1021. <http://dx.doi.org/10.11118/actaun201563031013>
- Thomas, P. (2006). Medição de Desempenho, Relatórios, Obstáculos e Responsabilidade: tendências recentes e direções futuras.
- Williams, P., & Naumann, E. (2011). Satisfação do cliente e desempenho do negócio: uma análise no nível da empresa. *Journal of Services Marketing*, 1(25), 20 - 32. doi: 10.1108/08876041111107032

Importância do *outsourcing* no cumprimento das obrigações de relato em Juntas de Freguesia: estudo de caso exploratório

Importance of outsourcing to comply with reporting obligations in *Civil Parish*: exploratory case study

Amélia M. M. Pires¹[0000-0003-4312-3820], Fernando P. Rodrigues²[0000-0003-1900-3714], João Silva²

amelia@ipb.pt, peixinho@ipb.pt, a41878@alunos.ipb.pt

¹ UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

² Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo: A Administração Local em Portugal está a cargo das Autarquias Locais, que se encontram divididas em Juntas de Freguesia, uma segmentação funcional que correspondem a um nível inframunicipal singular na Europa. São as entidades do setor público que mais próximas se encontram do cidadão e que, resultado da sua própria essência, designadamente uma menor dimensão e escassez de recursos, se apresentam tendencialmente mais vulneráveis às alterações legislativas e à necessidade de as fazer cumprir. Decorrente da publicação do Decreto-Lei 192/2015, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Público, o SNC-AP, a necessidade de o implementar e o desafio que a sua implementação representa, que se levanta a necessidade de se perceber como lhe dar resposta, para o que se levanta a seguinte questão de investigação: qual a importância e o contributo das entidades externas, contratadas em regime de *outsourcing* pelas Juntas de Freguesia, para o cumprimento das imposições legais devidas, nomeadamente de reporte para as entidades tutelares e para o auxílio à tomada de decisões? Para lhe dar resposta, esta investigação será desenvolvida com base numa metodologia de natureza qualitativa, suportada num estudo de caso exploratório desenvolvido na empresa *iTech-On*. Os principais resultados obtidos permitiram concluir que as exigências impostas pela legislação em vigor e pelos normativos a que as Juntas de Freguesia se encontram obrigadas, o recurso a entidades externas, em regime de *outsourcing*, é não só necessário como até pode ser positivo. Enquanto entidades autónomas e independentes do “poder político”, a sua intervenção ajuda a cumprir com as obrigações legais e contribuir para uma maior transparência, rigor e imparcialidade na tomada de decisão e na gestão dos bens públicos.

Palavras-chave: Setor Público, Administração Pública, Poder Local, SNC-AP, Contabilidade Pública.

Abstract: Local Administration in Portugal oversees Local Authorities, which are divided into Civil Parish, a functional segmentation that corresponds to a unique inframunicipal level in Europe. It is the public sector entities that are closest to the citizen and which, because of their very essence, namely a smaller size and scarcity of resources, tend to be more vulnerable to legislative changes and the need to enforce them. As a result of the publication of Decree-Law 192/2015, which approved the Accounting Standardization System for Public Sector Entities, the SNC-AP, the need to implement it and the challenge that its implementation represents, which raises the need to if you understand how to answer it, for which the following research question arises: what is the importance and contribution of external entities, contracted on an outsourcing basis by the Parish Councils, for the fulfillment of the due legal impositions, namely reporting to the guardianship bodies and to aid decision-making? To answer it, this research will be developed based on a qualitative methodology, supported by an exploratory case study developed at the company *iTech-On*. The main results obtained led to the conclusion that the requirements imposed by the legislation in force and by the regulations to which the Parish Councils are bound, the use of

external entities, in an outsourcing regime, is not only necessary but can even be positive. As autonomous entities independent of “political power”, their intervention helps to comply with legal obligations and contribute to greater transparency, rigor, and impartiality in decision-making and in the management of public assets.

Keywords: Public Sector, Public Administration, Local Government, SNC-AP, Public Accounting.

1 Introdução

A CRP (2009) define o Setor Público como os “meios de produção cuja propriedade e gestão pertencem ao Estado ou a outras entidades públicas” (n.º 2, artigo 82.º), competindo ao Governo, de entre outros, “dirigir os serviços e a atividade da administração direta do Estado” (alínea d, artigo 199.º), que se encontra dividido em Setor Público Administrativo (SPA), ou Administração Pública (AP) em sentido lato, e Setor Público Empresarial (SPE).

Por sua vez, os Estados que compõem a União Europeia (EU), ainda que diferentes uns dos outros, compartilham duas características intrínsecas que os distinguem de outras regiões geopolíticas, nomeadamente o facto de os seus territórios serem administrados por um Governo Municipal e todos reconhecerem um conjunto de princípios fundamentais em que se baseia a democracia local. Em Portugal, esta administração está a cargo das Autarquias Locais (AL), que desenvolvem atividades não lucrativas, pelo que se enquadram no SPA, no subsector da Administração Local. No que respeita à sua estrutura de funcionamento, as AL estão divididas em freguesias, uma segmentação funcional dos municípios com autonomia constitucional (Batalhão & Pedro, 2019). Considerando que na maioria dos países o município é a AL de base, as Juntas de Freguesias são uma singularidade de Portugal (Neves, 2004), representando um nível inframunicipal que é caso raro na Europa (Oliveira, 2005) e de quem se dispõe de muito pouca informação, inclusive no plano financeiro e das demais áreas da administração dos seus recursos (Mota & Costa, 2019). Neste sentido, a publicação do Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Público (SNC-AP) e que transformou a questão da reforma da contabilidade pública num enorme desafio, acabaria por provocar em Portugal uma verdadeira revolução no setor. Não obstante esta questão se colocar em todos os países e para todas as entidades públicas, assume particular relevância e representa um desafio maior para as entidades de menor dimensão e com maior escassez de recursos para lhe dar resposta, como é o caso das Juntas de Freguesia em Portugal.

O próprio Tribunal Constitucional (TC) (TC, 2019), na sequência da auditoria realizada à implementação do SNC-AP, aponta nesse sentido, identificando dificuldades na transição para o novo normativo, designadamente a existência de défices de estratégia e comunicação, insuficiência e inadaptação das soluções informáticas, escassez de recursos humanos e preparação diminuta para enfrentar as exigências do novo normativo, dificuldades que associa de forma mais ou menos transversal a todas as entidades, mas sem deixar de admitir que estas dificuldades serão maiores em setores com maior carência de soluções, dando como exemplo o caso das freguesias, onde a resolução deverá passar pela definição de uma estratégia que inclua formação dedicada e um modelo de operacionalização da contabilidade e do seu financiamento, o que pode passar pela cooperação com empresas de aplicações informáticas.

Não obstante o cenário de alterações significativas que o Decreto-Lei 192/2015 veio impor, ao alterar a orgânica da execução da contabilidade e produção de informação contabilística e financeira das entidades do setor público com o propósito de ver reforçados aspetos como o rigor, a transparência e a normalização de práticas e normas, esta realidade ganha outra dimensão quando se olha para entidades que, pela sua reduzida dimensão e escassez de recursos, se veem confrontadas com uma série de imperativos legais que têm que fazer cumprir e para os quais não têm capacidade de resposta com meios próprios. Decorrente das suas próprias características, as microentidades do setor público, onde se incluem as Juntas de Freguesia, recorrem geralmente a entidades externas, em regime de *outsourcing*, procurando o *know how* que não têm internamente para poderem assegurar o cumprimento das suas obrigações legais bem como a obtenção de informação capaz de as auxiliar na tomada de decisões, ou seja, procuram fora as condições necessárias para assegurarem o cumprimento das obrigações legais, nomeadamente de reporte para as entidades tutelares dentro dos prazos fixados para o efeito, bem como o auxílio à tomada de decisões para poderem assegurar o

rigor e transparência da gestão dos bens públicos. Recorda-se que é com base na informação contabilística e financeira que se planeia, executa e avalia as necessidades das populações e controla os recursos públicos de que dispõem as diferentes entidades que integram o setor público (Decreto-Lei nº 192/ 2015, art.º 4º).

Queremos com isto dizer que a definição do objetivo deste estudo se justifica com a emergência do SNC-AP, o desafio que a sua implementação representa e, fundamentalmente, a necessidade de se perceber como lhe dar resposta em algumas unidades funcionais em Portugal, como é o caso das Juntas de Freguesia que, resultado da sua própria essência, dimensão e/ou recursos disponíveis, são tendencialmente mais vulneráveis às alterações legislativas. Também por essas razões, não dispõem, em permanência, de recursos humanos na área contabilístico-financeira e até jurídica facilitadores do cumprimento das imposições legais devidas por parte destas entidades, pelo que é no âmbito desta problemática que se levanta a seguinte questão de investigação: qual a importância e o contributo das entidades externas, contratadas em regime de *outsourcing* pelas Juntas de Freguesia, para o cumprimento das imposições legais devidas, nomeadamente de reporte para as entidades tutelares e para o auxílio à tomada de decisões? Para lhe dar resposta o estudo será desenvolvido com base numa metodologia de natureza qualitativa, suportada num estudo de caso exploratório desenvolvido na empresa *iTech-On*, entidade que atua na área do desenvolvimento de soluções inovadoras e diferenciadoras no setor da tecnologia, que procura oferecer soluções tecnológicas que lhes permitam responder aos desafios de crescente desmaterialização e gestão da informação. A opção por esta empresa prende-se com o facto de incluir o setor público na sua área de intervenção, atuando ao nível das Juntas de Freguesia, para quem desenvolveu a ferramenta “+ Juntas” e, nesse sentido, reconhecida como um parceiro fundamental e prioritário. Neste contexto, o trabalho inicia com esta introdução, a que se seguem dois grandes capítulos. Um primeiro de enquadramento teórico, desenvolvido com o objetivo de pôr em relevo as especificidades da AP em Portugal e as obrigações legais a que as diferentes entidades que a integram estão sujeitas, ainda que com particular enfoque em Juntas de Freguesia. O segundo capítulo compreende um estudo de caso desenvolvido na empresa *iTech-On* e surge de forma complementar ao primeiro. Com a particular missão de responder à questão de investigação levantada, compreende, para além da descrição do objetivo, metodologia e processo de recolha de dados, uma caracterização da empresa *iTech-On* e a respetiva análise e discussão dos resultados obtidos. Termina com a apresentação das principais conclusões, limitações e futuras linhas de investigação.

2 Enquadramento teórico

2.1 As Juntas de Freguesia no contexto do setor público em Portugal

Os diferentes Estados que compõem a EU, ainda que com algumas diferenças e uma forma própria de atuar, partilham características que os distinguem de outras regiões, de que se destaca o facto de os seus territórios serem administrados por um governo municipal. Em Portugal, ainda que ao longo da história se tenha assistido a um período mais centralizador, que coincidiu com o Estado Novo, após o 25 de abril de 1974 iniciou-se uma fase tendencialmente descentralizadora, caminhando para um processo que se foi fazendo assentar em unidades territoriais sucessivamente mais pequenas (Marques & Moreira, 2012). Desde 1974 que a CRP consagra no seu artigo 6.º a autonomia do poder local, determinando que a ação das AL integra um conjunto de pessoas coletivas sobre quem a administração direta do Estado só detém o poder de mera tutela de legalidade (Montalvo, 2003), ou seja, as AL surgem definidas como pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos que têm como missão responder aos interesses específicos dos cidadãos da sua área (Bilhim, 2004), assegurando, nas respetivas circunscrições administrativas, a prossecução dos interesses comuns mediante a ação de órgãos próprios representativos das suas populações (Amaral, 2004).

Neste âmbito, é relevante distinguir que a administração do Estado engloba a administração direta, que compreende os serviços dependentes diretamente do Governo, e a administração indireta, respeitante aos serviços que exercem a sua atividade com alguma autonomia do Estado, como é o caso das AL, pelo que as suas atividades e processo de tomada de decisão são separadas da Administração Central. No plano da autonomia, ainda que não se trate de entidades autossuficientes, são dotadas de meios financeiros geridos de forma autónoma. Ainda que dependentes economicamente das transferências do Orçamento de Estado, conforme estabelecido no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), têm competência para a

criação de taxas autárquicas e para arrecadarem outro tipo de receitas. Enquanto entidades que mais próximas se encontram dos cidadãos de um determinado território, as AL têm como objetivo a resolução de interesses e/ou necessidades dessas comunidades. No que respeita à sua estrutura de funcionamento, encontram-se divididas em freguesias, municípios e regiões administrativas, sendo a freguesia uma pessoa coletiva territorial dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução dos interesses próprios das populações respetivas (artigo 235.º, da CRP), funcionando como entidade autónoma, pelo que não se trata de uma fração dos municípios mas antes de uma subdivisão, o que define claramente a sua autonomia constitucional (Batalhão & Pedro, 2019).

Portugal apresenta, assim, uma administração do território ao nível da freguesia, cuja origem remonta ao ano de 1832, data de criação de unidades administrativas então denominadas de Junta de Paróquia, não existindo até ao Liberalismo uma estrutura civil separada da estrutura eclesiástica (Silveira, 2013), o que só viria a acontecer em reação ao poder da aristocracia fundiária, que fez com que a autonomia local ganhasse expressão um pouco por toda a Europa (Martins, 2001). Num sistema descentralizado, os cidadãos ficam associados às decisões que lhes dizem respeito de uma forma mais direta do que estariam se os seus interesses mais imediatos fossem confiados a entidades mais distantes e alheias à sua comunidade (Montalvo, 2003). A mais pequena dimensão territorial do país e a que mais próxima se encontra das populações e comunidades, ganha a designação de Junta de Freguesia, que permanece até aos dias de hoje, em 1916. As Juntas de Freguesia são entidades constituídas por um órgão deliberativo, a Assembleia de Freguesia, eleita por sufrágio universal, e um órgão executivo, a Junta de Freguesia, eleita pelos membros que constituem a Assembleia de Freguesia.

Clarifica-se, a propósito, que na maioria dos países o município é a autarquia local de base, o que equivale por dizer que as freguesias são uma singularidade de Portugal (Neves, 2004). Representam um nível inframunicipal que é caso raro na Europa, encontrando paralelo em Inglaterra, nas *Civil Parish*, e no País de Gales, nas *Communities* (Oliveira, 2005). A realidade da divisão autárquica de Portugal é incomparável com qualquer outro país (OCDE, 2018). Nas diversas bases de dados estatísticas a nível europeu, apenas se consegue encontrar informação regional e municipal até ao nível das NUTS III, uma nomenclatura das Unidades Territoriais estabelecida pela UE para fins estatísticos.

A sua singularidade e representatividade, na medida em que existem em Portugal 3.092 freguesias (INE, 2021), são uma das especificidades no âmbito do sistema político-administrativo nacional, o que, a par de se tratar de entidades de governo de elevada proximidade do cidadão, lhe confere importância suficiente. Porém, e paradoxalmente, a informação no âmbito das freguesias, seja a nível financeiro ou das demais áreas da administração dos seus recursos, é francamente escassa (Mota & Costa, 2019).

2.2 Obrigações contabilístico-financeiras em Juntas de Freguesia

As Freguesias, enquanto entidades da administração pública, encontram-se sujeitas ao cumprimento de diferentes diplomas, designadamente a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), Lei nº 151/2015, de 11 de setembro, que prevê a revisão de vários diplomas legais relativos à arquitetura orçamental e financeira do Estado e que contém um conjunto de disposições de natureza contabilística no âmbito da qual a atividade financeira das Freguesias passa a ser orientada por princípios legais promotores de uma eficaz e eficiente gestão dos bens públicos, e do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o SNC-AP e, com ele, o cumprimento dos princípios morais e legais a que os órgãos da AP se encontram sujeitos (Carvalho et al., 2017).

Recorda-se que a AP no seu todo representa o setor de atividade onde as alterações legislativas tendem a ser mais impactantes, seja por representarem a espinha dorsal da estrutura organizacional de qualquer país seja pela forma como são financiadas, via Orçamento de Estado, pelo que todas as entidades do SPA são obrigadas a utilizar as regras da contabilidade da AP, ou seja, a aplicar o SNC-AP, materializado numa das maiores reformas do Estado na área das finanças públicas, e que, em sintonia com a nova LEO, pretendem resolver a fragmentação e algumas inconsistências atualmente existentes e estabelecer o compromisso de Portugal com as IPSAS (International Public Sector Accounting Standards), normativo que, ao oferecer uma estrutura de relato financeiro mais transparente e com potencial para melhorar a tomada de decisão e tornar os governos mais responsáveis perante os contribuintes, passou a ser visto como podendo ter um papel importante na

melhoria do relato financeiro, por parte dos diferentes governos a nível mundial, e na melhoria da gestão dos recursos do setor público (Nunes et al., 2016).

A publicação do SNC-AP abre caminho para uma visão mais cuidada do sistema contabilístico do setor público e uma maior relevância da informação produzida, proporcionando uma maior capacidade de avaliação dos resultados obtidos, a sua comparação entre os diversos setores económicos e, particularmente, a possibilidade de utilização de um sistema de informação adaptado às normas internacionais (IPSAS). O facto de o modelo em vigor se encontrar desalinhado das normas internacionais, dificultando a análise da informação produzida, o controlo interno e o cumprimento dos compromissos europeus a que Portugal se encontra obrigado, a par de oferecer uma estrutura de relato orçamental e financeiro bastante fragmentada, não oferecendo uma visão integrada de como estas diferentes partes da administração central são combinadas, nem apresentar uma perspetiva estratégica capaz de proporcionar uma visão compreensiva e completa das finanças das administrações públicas, são fragilidades suficientes para justificar a necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas. A crise económica e das finanças públicas que o país atravessou a partir de 2011 tornou estas fragilidades ainda mais evidentes e impôs uma reforma da contabilidade e contas públicas não apenas em Portugal mas uma necessidade ao nível da UE, onde também foram identificadas deficiências e ficou evidente a importância de se passar a dispor de uma estrutura de relato financeiro mais abrangente, tempestivo e fiável e a existência de uma contabilidade de acréscimo harmonizada e comparável (Carvalho & Carreira, 2016; Nunes et al., 2016). O contexto de crise financeira e de crise das dívidas soberanas então vivido, permitiram olhar para as IPSAS como um normativo capaz de poder desempenhar um papel importante na melhoria do relato financeiro e da gestão dos recursos do setor público nos diferentes países (UE, 2013), fazendo acreditar que a utilização de informação contabilística produzida de acordo com as IPSAS permite uma melhor avaliação do desempenho nas diferentes entidades do setor, mais certeza na tomada de decisões e comparabilidade aperfeiçoada (Whitefield, 2016).

Destaca-se, ainda, que a entrada em vigor do SNC-AP foi objeto de sucessivos adiamentos, facto que vem sendo classificado como francamente negativo, em particular no setor local, por conduzir ao desperdício de recursos, em si escassos, e contribuir para uma certa descredibilização do processo (Mota & Costa, 2019). Recorde-se que o SNC-AP entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018 na Administração Central, mas apenas em 1 de janeiro de 2020 na Administração Local. Ainda que não se assinalem diferenças significativas relativamente aos princípios orçamentais anteriormente previstos (Carvalho et al., 2017), ao alinhar a informação financeira e contabilística do sector da administração pública com a informação do setor privado, compreende um conjunto significativo de desafios, pelo que a sua entrada em vigor veio revolucionar o sistema contabilístico nas entidades onde se pretende ver aplicado, em particular ao nível das freguesias, onde a área contabilístico-financeira parece ser aquela onde existem mais fragilidades, nomeadamente de recursos humanos com conhecimentos adequados (Lopes, 2019; Mota & Costa, 2019).

Ainda que a literatura aponte que com o normativo anterior não estava garantida a comparabilidade na mensuração das receitas e das despesas no SPA, atendendo à não uniformização do reconhecimento destes itens (Santos & Pinho, 2014), e que a transição do POCAL para o SNC-AP terá impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e da obrigatoriedade de divulgações (Carvalho & Carreira, 2016), existe algum ceticismo relativamente a um expectável acréscimo de comparabilidade das demonstrações financeiras no setor (Cunha, 2011), em particular nas AL (Santos & Pinho, 2014). O novo normativo não é claro nas soluções apresentadas, existindo, inclusive, interpretações diferentes por parte da CNC (Alves, 2017), pelo que o maior sucesso para a sua implementação exige uma metodologia comum e a definição de regras contabilísticas que sejam claras para o utilizador (Santos & Pinho, 2014), bem como sistemas de informação adequados e capazes de impulsionarem a sua adoção, considerando-se o desafio tecnológico como um fator importante para influenciar a sua implementação, a par da formação dos funcionários (Whitefield, 2016).

Ainda que existindo já algum conhecimento das matérias no âmbito da contabilidade patrimonial, via SNC, e da contabilidade orçamental, é um conhecimento que parece insuficiente face à pouca clareza e alguma incongruência entre os vários documentos já disponíveis. E tanto assim que Almeida (2017), no âmbito de um estudo sobre a preparação da transição de POCAL para SNC-AP num município, pode concluir que as questões contabilísticas e a sua operacionalização, nomeadamente ao nível das pessoas e dos sistemas informáticos, foram apontadas com as principais

preocupações identificadas. Também o TC (2019) aponta nesse sentido, ao identificar como principais dificuldades na transição para o SNC-AP a existência de défices de estratégia e comunicação, insuficiente adaptação das soluções informáticas, escassez de recursos humanos e preparação insuficiente para enfrentar as exigências do novo normativo. Estes aspetos, que são transversais a todas as entidades, dificultam a capacidade de transição, a qualidade da informação contabilística que venha a ser produzida e a capacidade de a utilizar, sendo, por isso, francamente elevado o risco de resistência para se manter a lógica orçamental como o único referencial de suporte à tomada de decisão. No âmbito das dificuldades identificadas, destaca que alguns setores carecem de reforço de soluções, dando como exemplo o caso das freguesias, onde a solução deverá passar pela definição de uma estratégia que inclua formação dedicada, a operacionalização da contabilidade e do seu financiamento, bem como a cooperação com empresas de aplicações informáticas.

3 Estudo de caso

3.1 Objetivo do estudo, metodologia de investigação e processo de recolha de dados

Recordamos que este trabalho foi desenvolvido para dar resposta à seguinte questão de investigação: qual a importância e o contributo das entidades externas, contratadas em regime de *outsourcing* pelas Juntas de Freguesia, para o cumprimento das imposições legais devidas, nomeadamente de reporte para as entidades tutelares e para o auxílio à tomada de decisões?, ou seja, procurar demonstrar a importância e o contributo das entidades externas, contratadas pelas Juntas de Freguesia em regime de *outsourcing*, para a preparação e divulgação de toda a informação contabilística e financeira a que estão obrigadas por Lei e, adicionalmente, procurar perceber de que forma é que essa informação contribui para a gestão das suas necessidades correntes. Para lhe dar resposta, o estudo segue uma metodologia qualitativa, do tipo indutiva e descritiva, com recurso a um estudo de caso exploratório, uma opção que apresenta limitações, de que se destaca a eventual interferência do investigador, mas que, em compensação, permite identificar padrões para desenvolver ideias e entendimentos de forma rigorosa e no seu contexto real (Yin, 2014). Para o processo de recolha de dados a investigação apoia-se em fontes de dados primários e secundários, ainda que preferencialmente primários (Wolcott, 1994), com base na aplicação de uma entrevista estruturada e diretiva, formada por um conjunto de questões relativamente fechadas e com uma ordem rígida. Considerando a população a inquirir, as 205 Juntas de Freguesia que integram a carteira de clientes da empresa *iTech-On*, e o tempo para o fazer, as questões foram enviadas por email. Ainda que se considere que este procedimento contém limitações, não deixa de ser defendido por Quivy e Campenhoudt (2005) sob o argumento de se apresentar como um instrumento privilegiado de acesso às experiências de outros atores sociais e proporcionar a compreensão e interpretação de uma realidade de acordo com o seu ponto de vista. Por outro lado, garante a obtenção de resposta para as questões-chave, pelo que a generalidade dos dados acabaria, assim, por ser recolhidos desta forma (Creswell, 2009), ainda que complementados com alguma informação recolhida por observação direta e conversas informais com a gestão da empresa, aquando do pedido de autorização para a realização do estudo e a aplicação da entrevista, bem como com os seus colaboradores, no decurso das diferentes visitas efetuadas às instalações da empresa ao longo da investigação, que teve lugar na empresa *iTech-On*, Investigação e Desenvolvimento de Tecnologias de Informação, Lda, uma empresa que desenvolve soluções informáticas para o efeito, mais especificamente a solução “+JUNTAS”, um sistema de informação destinado a auxiliar na implementação do SNC-AP em Juntas e Freguesia.

Esclarece-se, a propósito, que a empresa *iTech-On* surgiu no ano 2009 na Covilhã, por iniciativa de dois jovens engenheiros com competências na área da informática, e que em 2020 dispersou a sua localização para Bragança, onde abriu uma sucursal, que se encontra em funcionamento no edifício Brigantia Ecopark, tendo sido nestas instalações que a investigação teve lugar. Ainda que tendo como propósito a diferenciação dos produtos que desenvolve, a empresa *iTech-On* procura encontrar vantagem no mercado através da oferta de soluções específicas e muito concretas para ir ao encontro de necessidades reais de cada cliente. O seu foco de atuação, e em que baseia todas as suas ações e estratégia de negócio, está direcionado para o desenvolvimento de soluções inovadoras para entidades dos setores público e privado com o intuito de facilitar a produção de informação financeira fiável, relevante e oportuna, fomentando, por essa via, uma maior eficácia e eficiência no processo de tomada de decisões e assegurando, por essa via, condições para

registar um acréscimo de produtividade, melhores resultados e um melhor desempenho da gestão das empresas suas clientes. Assim, e ainda que no seu âmbito de atuação as soluções oferecidas sejam diversas, a *iTech-On* tem um cliente tipo perfeitamente identificado, o que lhe permite reconhecer todos os elementos de que o negócio precisa para se diferenciar, tanto pela novidade quanto pela qualidade do produto que oferece, procurando uma dinâmica de resposta que lhe permita converter os serviços por si prestados em opções preferenciais. No âmbito dos produtos que oferece destaca-se, para o setor público, a solução “+JUNTAS”, um sistema de informação destinado a auxiliar a implementação do SNC-AP em Juntas de Freguesia.

3.2 Análise e discussão dos resultados obtidos

O estudo de uma realidade em concreto e no seu contexto real permitiu recolher informações diversas, observando o que a empresa *iTech-On* faz e como o faz, e questionando os seus clientes, representados pelos 205 Presidentes das Juntas de Freguesia que compõem a sua carteira de clientes.

Neste contexto foi possível recolher informação de forma direta, observando a realidade em que trabalha a empresa *iTech-On*, em particular no que respeita ao nível e potencial de cooperação com as Juntas de Freguesia com quem trabalha, bem como as principais dificuldades no âmbito da transição para o SNC-AP, designadamente ao nível da operacionalização da contabilidade e do seu funcionamento e as reais necessidades das Juntas de Freguesia suas clientes. Relativamente à realidade em que trabalha, foi-nos possível constatar que a solução que oferece, o “+JUNTAS”, se apresenta como uma mais-valia em Juntas de Freguesia que, por insuficiência de recursos, em particular recursos humanos qualificados, não dispõem de condições para assegurar o cumprimento de todas as obrigações que em matérias de reporte financeiro estas entidades se encontram obrigadas. A solução “+ JUNTAS” foi desenhada para auxiliar a gestão global da entidade Junta de Freguesia, respondendo a todas as imposições legais em termos de registos contabilísticos, incluindo a elaboração de todos os documentos de reporte obrigatório, quer no quadro do SNC-AP, conforme Decreto-Lei nº 192/2015, quer no âmbito da nova LEO, Lei n.º 51/2015, e demais legislação em vigor, como é o caso da Lei das Finanças Locais, Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Destaca-se, ainda, que para além de garantir o cumprimento de todas as obrigações de natureza legal, a solução “+ JUNTAS”, ao estar orientada como uma solução *web*, ou seja, integrada em sistema *Cloud*, permite o acesso *anytime, anywhere*, acedendo rápido e facilmente à informação e à sua utilização para a tomada de decisão. É, por essa via, uma ferramenta útil para a gestão do dia-a-dia, o que vai ao encontro dos princípios consagrados na Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013), e que nos permite concluir que é num contexto francamente amplo e facilitador que a *iTech-On* vem colaborando com 205 Juntas de Freguesia de todo o país na resposta a estas necessidades.

Tal como já tivemos oportunidade de referir, o processo de recolha de dados compreende, preferencialmente, fontes de dados primários (Wolcott, 1994), com base na aplicação de uma entrevista estruturada e diretiva, formada por um conjunto de questões relativamente fechadas e com uma ordem rígida. Esclarece-se que as questões foram colocadas sob a forma de inquérito por questionário, elaborado com base num conjunto de questões que se encontram divididas em duas partes, uma primeira para definir o perfil dos inquiridos, os Presidentes de Juntas, e uma segunda com questões dirigidas para o objetivo central e resposta à questão levantada nesta investigação. O inquérito por questionário foi enviado por e-mail, dirigido aos 205 Presidentes das Juntas de Freguesia com quem a empresa *iTech-On* vem colaborando e que formam a sua carteira de clientes, e enviado com pedido de relatório de entrega. Apesar de terem sido recebidas duas centenas de relatórios de entrega e leitura, e não obstante a insistência, reenvio de mais dois e-mails, com intervalos de quinze dias entre envios apelando à participação, foram apenas obtidas 40 respostas, conforme Tabela 1 que a seguir se apresenta.

Tabela 1: População, amostra e respostas.

População = 205			
	Amostra	N.º	%
Questionários enviados	205	205	100%
Relatórios de entrega e leitura	200		97,5%
Respostas	49		19,5%

Fonte: Elaboração própria.

De referir que as respostas obtidas cobrem todas as regiões do país, incluído as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, como se procura demonstrar na Tabela 2 que a seguir se apresenta.

Tabela 2: Distribuição geográfica das respostas.

	Nº	%
Questionários recebidos	49	100%
Região Norte	25	51%
Região Centro	13	26,60%
Região da Grande Lisboa	1	2%
Região Sul	8	16,40%
Região Autónoma dos Açores	1	2%
Região Autónoma da Madeira	1	2%

Fonte: Elaboração própria.

Tal como oportunamente referido, a primeira parte do questionário foi elaborada com o objetivo de traçar o perfil do Presidente de Junta de Freguesia, nomeadamente no que respeita à idade, habilitações literárias, atividade profissional desenvolvida, se exerce, ou não, o cargo com exclusividade de funções na Junta de Freguesia e se já havia exercido outras funções ou cargos públicos. Esta última questão reveste particular relevância neste contexto, enquanto elemento fundamental para traçar o perfil dos inquiridos no que respeita ao domínio dos conceitos no âmbito da contabilidade no setor público em geral e do SNC-AP em particular. Os dados recolhidos permitiram obter os resultados que se apresentam nos gráficos 1 a 4 que se seguem.

Os resultados mostram que 85,7% dos presidentes de junta de freguesia que responderam têm idade compreendida entre os 30 e 65 anos; 48,96% são licenciados ou com grau académico superior e 32,64% têm o 12º ano de escolaridade (figuras 1 e 2).

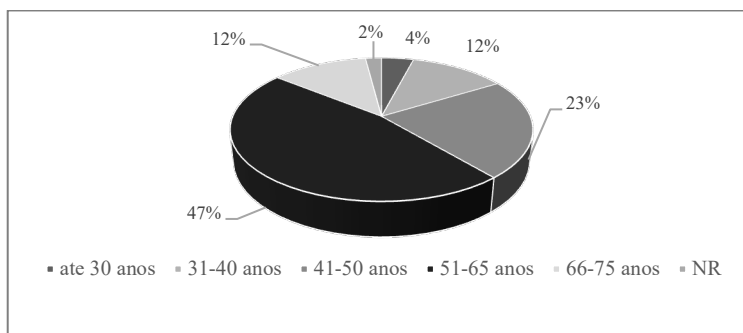


Figura 1: Idade

Fonte: Elaboração própria.

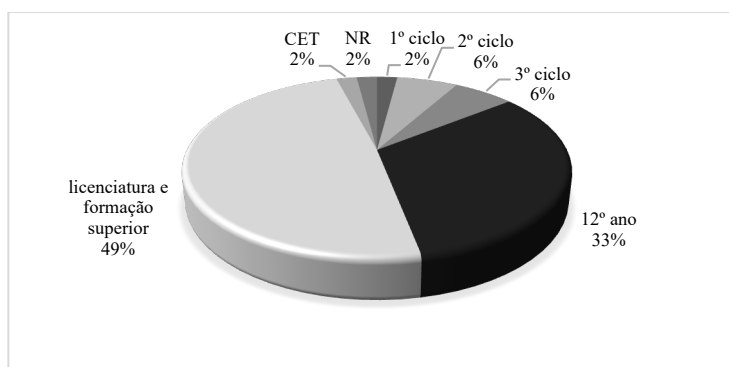


Figura 2: Habilitações Literárias

Fonte: Elaboração própria.

Dos Presidentes de Junta que responderam, 88% exercem o cargo em regime de não permanência, o que equivale por dizer que desenvolvem outra atividade profissional. Destes, 72% são trabalhadores por conta de outrem e os restantes já estão aposentados (figuras 3 e 4).

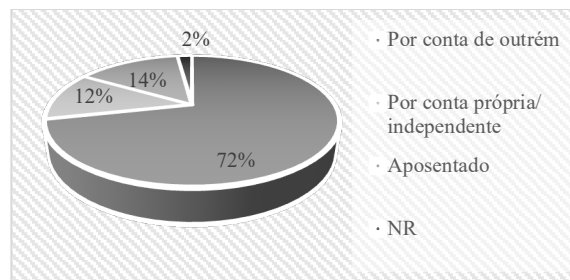


Figura 3: Atividade Profissional
Fonte: Elaboração própria.

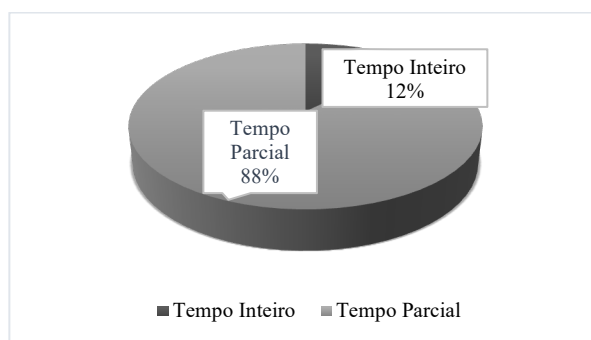


Figura 4: Tipo de mandato em exercício
Fonte: Elaboração própria

Apurou-se, por fim, que cerca de 61% dos presidentes de Junta de Freguesia que responderam já tinham exercido outras funções ou cargos públicos, em particular como membros dos órgãos que constituem o poder autárquico, designadamente de vogal, tesoureiro do executivo da Junta de Freguesia, membro da Assembleia de Freguesia, membro da Assembleia Municipal ou vereador da Câmara Municipal. Estes resultados criam expectativas de uma eventual relação com as respostas a recolher com as questões colocadas na segunda parte do questionário, ou seja, com o propósito de obter dados para responder à questão levantada nesta investigação, mais concretamente para nos permitirmos conhecer um pouco melhor o contexto, em particular no que respeita ao nível de conhecimento existente no âmbito das Juntas de Freguesia, quer no que respeita aos conceitos de contabilidade e prestação de contas nas entidades da AP, quer relativamente aos normativos aplicáveis e à necessidade de os fazer cumprir, quer, ainda, acerca da perceção existente sobre a utilidade da informação preparada e reportada e do potencial de cooperação com empresas de aplicações informáticas e da necessidade desta cooperação existir. As questões colocadas e as respostas mais frequentes, apresentam-se na tabela 3 que se segue.

Tabela 3: Questões direcionadas para o propósito específico da investigação.

Questão	Resposta mais frequente
1. Conhece o conceito de Contabilidade Pública?	Sim
	Não
2. Conhece os atuais normativos e a legislação a que a gestão das Juntas de Freguesia estão obrigadas?	Sim
	Não
3. Como considera as normas contabilísticas e as exigências legais, em vigor, no que à contabilidade das entidades públicas diz respeito:	
a. Apenas exigências, sem qualquer interesse em particular	Não sabe/Não responde
b. São lei, logo é para cumprir	
c. Um instrumento que contribui para a transparência, rigor e auxílio na tomada de decisão na gestão dos recursos públicos	
4. A gestão e alocação dos recursos financeiros da Junta de Freguesia, nos termos das competências previstas na Lei, fica facilitada com a aplicação do SNC-AP? Explique de que forma.	Se há reforma, suponho que sim, mas não sei como

5. O principal objetivo da reforma introduzida pelo SNC-AP é o de procurar colmatar o facto de a estrutura de relato orçamental e financeiro não oferecer uma visão integrada, ou seja, se encontrar desfragmentada. Concorda?	Não sabe/não responde
6. Considera que a informação anteriormente preparada (com base no POCAL) proporcionava uma visão compreensiva e completa das diferentes entidades da Administração Pública? E nas Juntas de Freguesia, esse objetivo era igualmente conseguido?	Consideram que o que se vinha fazendo era suficiente, particularmente em Juntas de Freguesia que, pela sua dimensão, esse objetivo é mais facilmente conseguido.
7. A contabilidade em geral e os documentos de prestação de contas, em particular, relativos à Junta de Freguesia a que preside são preparados: a. Internamente b. Por entidade externa c. Outra, por favor indique qual	Entidade externa
8. A tomada de posição que a EU assumiu como necessária, na sequência da crise económica e das dívidas soberanas (finanças públicas), e que se traduziu na reforma do normativo em vigor pelo SNC-AP é entendível e justifica?	Sem opinião
9. Conhece as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS) e reconhece-lhe potencial (capacidade) para melhorarem a estrutura de relato e de gestão dos recursos nas diferentes entidades do setor público?	Não conheço as normas, pelo que não tenho opinião acerca do assunto
10. Na sua opinião, o recurso a uma entidade externa (prestação de serviço em regime de <i>outsourcing</i>) é uma opção que se oferece ou é o caminho mais lógico, quando não o único, para que a sua Junta de Freguesia consiga dar resposta ao cumprimento de todas as obrigações legais que se lhe impõem	O recurso a entidade externa é a única opção. A generalidades das Juntas de Freguesia não têm recursos humanos com conhecimentos suficientes para o fazer e/ou não têm recursos financeiros para recrutar recursos humanos com essas competências.

Fonte: Elaboração própria.

Ainda que a literatura refira como um dos principais objetivos da reforma introduzida pelo SNC-AP se prende com a necessidade de colmatar o facto da estrutura de relato orçamental e financeiro não oferecer uma visão integrada, ou seja, se encontrar desfragmentada, não foi possível confirmar estes resultados. Quando questionados acerca da capacidade da informação anteriormente preparada e relatada para proporcionar uma visão compreensiva e completa das finanças das diferentes entidades da AP, globalmente referiram que “consideravam que o que vinham fazendo seria suficiente”, o que nos permite concluir não existir essa perceção. Quando questionados sobre a tomada de posição da EU, ao assumir como necessária uma reforma da contabilidade e contas públicas para se passar a dispor de uma estrutura de relato financeiro mais abrangente e a existência de uma contabilidade de acréscimo harmonizada e comparável, declararam não ter opinião a esse respeito, o que não nos permite confirmar as conclusões já apresentadas por Nunes et al. (2016) ou (Carvalho & Carreira, 2016). Neste contexto, quando questionados acerca das IPSAS e da sua capacidade para poderem desempenhar um papel importante na melhoria do relato financeiro e da gestão dos recursos do setor público, em linha com a posição tomada pela EU (2013), manifestaram um total desconhecimento acerca deste normativo, o que não nos permite validar os resultados apresentados por Whitefield (2016), que havia concluído que a aplicação das IPSAS se traduziria em comparabilidade aperfeiçoada e, por essa via, numa melhor avaliação do desempenho nas diferentes entidades do setor público.

Estes resultados parecem estar alinhados com as conclusões apresentadas por Lopes (2019) e Mota e Costa (2019), para quem procurar alinhar a informação financeira e contabilística do setor público com a informação do setor privado compreende um conjunto significativo de desafios e representa uma revolução no sistema contabilístico nas entidades onde se pretende ver aplicado, em particular ao nível das freguesias, onde a área contabilístico-financeira parece ser aquela onde existem mais fragilidades, nomeadamente de recursos humanos com conhecimentos adequados. Assim, e ainda que se defenda que com o normativo anterior não se encontravam garantidas a comparabilidade na mensuração das receitas e das despesas no setor público, pela não uniformização do reconhecimento destes itens (Santos & Pinho, 2014), e que, por isso, a reforma terá impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e da obrigatoriedade de divulgações, existe algum ceticismo (Cunha, 2011), em particular nas autarquias (Santos & Pinho, 2014), o que muito se ficará a dever ao enorme desconhecimento que, paradoxalmente, ainda existe, e que não deixa de estar em linha com Alves (2017), que refere que o novo normativo não é claro nas soluções apresentadas, existindo, inclusive, interpretações diferentes por parte da CNC. O conhecimento disponível parece claramente insuficiente, o que se apresenta em linha com as conclusões retiradas

por Almeida (2017) que, em estudo sobre a preparação da transição de POCAL para SNC-AP num município, aponta as questões contabilísticas e a sua operacionalização, nomeadamente ao nível das pessoas e dos sistemas informáticos, como as principais preocupações identificadas, e com o TC (2019) que, neste âmbito, aponta a existência de défices de estratégia e comunicação, insuficiência de adaptação das soluções informáticas, escassez de recursos humanos e preparação insuficiente. Defende, ainda, que todos estes fatores somados se traduzirão num elevado risco de resistência para se manter a lógica orçamental, dando como exemplo o caso das freguesias, onde a solução deverá passar pela definição de uma estratégia que inclua formação dedicada, operacionalização da contabilidade e do seu financiamento, bem como a cooperação com empresas de aplicações informáticas.

Assim, e ainda que implicitamente, estes resultados permitem reforçar as conclusões retiradas por Mota e Costa (2019), que apontam para a escassez de recursos e para uma certa descredibilização da reforma, muito prejudicada pelos sucessivos adiamentos, e para reforçar a ideia deixada por Carvalho et al. (2017), que assinalam a não existência de diferenças significativas relativamente aos princípios orçamentais anteriormente previstos (Carvalho et al., 2017), levando a crer, por parte daqueles que deverão mudar, que tudo tenderá a ficar na mesma.

Os resultados permitem-nos ainda destacar que, para que a implementação do SNC-AP tenha um maior sucesso é necessária uma maior coordenação, o que pressupõe a implementação de uma metodologia comum e a definição e regras contabilísticas que se apresentem claras para o utilizador, tal como defendem Santos e Pinho (2014), bem como a existência de formação dirigida para os funcionários, uma significativa cooperação com empresas informáticas em regime de *outsourcing*, que lhe forneçam sistemas de informação adequados e que sejam capazes de impulsionar a sua adoção, tal como proposto por Whitefield (2016), que considera o desafio tecnológico como um fator importante para influenciar a implementação do SNS-AP e garantir o seu sucesso.

Assim, e em jeito de síntese, permitimo-nos concluir que a informação recolhida na empresa *iTech-On* nos permite afirmar que a intervenção de entidades externas aos órgãos das freguesias se apresenta crucial para que estas entidades consigam cumprir com as suas obrigações legais.

4 Conclusões, limitações e futuras linhas de investigação

Recordamos que este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de responder à seguinte questão de investigação: qual a importância e o contributo das entidades externas, contratadas em regime de *outsourcing* pelas Juntas de Freguesia, para o cumprimento das imposições legais devidas, nomeadamente de reporte para as entidades tutelares e para o auxílio à tomada de decisões? O trabalho desenvolvido permitiu concluir que a intervenção de entidades externas aos órgãos das freguesias se apresenta necessária, quando não mesmo fundamental, para que estas entidades consigam cumprir com as suas obrigações legais. Das respostas obtidas (representativas de 19,5% da população), foi possível constatar que estamos em presença de indivíduos maduros, na sua esmagadora maioria com formação superior ou ao nível do secundário, a exercer o cargo em regime de não permanência, isto é, acumulam com outras funções, e na sua maioria com experiência no exercício de funções ou cargos. Não obstante isso, os resultados parecem indicar que o conhecimento disponível é claramente insuficiente, o que não deixa de estar em linha a literatura, designadamente que a implementação do SNC-AP compreende um conjunto significativo de desafios e representa uma revolução no sistema contabilístico nas entidades onde se pretende ver aplicado, em particular ao nível das Juntas de Freguesia, onde a área contabilístico-financeira parece ser aquela onde existem mais fragilidades e escassez de humanos com conhecimentos adequados. Apontam também para a existência de um desconhecimento total acerca das IPSAS e da existência de perceção sobre as razões que levaram a EU a adotá-las, o que em Portugal se traduziu na publicação do SNC-AP. Ainda que implicitamente, estas conclusões não deixam de ir ao encontro daqueles que apontam para a não existência de diferenças significativas percetíveis relativamente aos princípios anteriores (com base no POCAL), ou seja, para a dificuldade de percecionar a necessidade de mudar, por parte daqueles que terão de o fazer, em si muito prejudicada pelos sucessivos adiamentos da reforma. Resultados que nos permitem concluir ser necessária uma maior coordenação, a implementação de uma metodologia comum, a existência de formação dirigida para os funcionários e uma significativa cooperação com empresas informáticas em regime de *outsourcing* que forneçam sistemas de informação adequados e que sejam capazes de impulsionar a sua adoção, assumindo-se o desafio tecnológico como um fator importante para influenciar a

implementação do SNC-AP e garantir o seu sucesso. O assegurar destas condições assume maior relevância em entidades de menor dimensão, como é o caso das Juntas de Freguesia, e mais ainda quando estas entidades e os membros dos órgãos que as integram não possuem os conhecimentos e competências adequadas. Face às exigências impostas pela legislação em vigor e pelos normativos a que as Juntas de Freguesia se encontram obrigadas, o recurso a entidades externas, em regime de *outsourcing*, é não só necessário como até pode ser positivo. Enquanto entidades autónomas e independentes do “poder político”, a sua intervenção ajudará a cumprir com as obrigações legais e pode contribuir para uma maior transparência, rigor e imparcialidade na tomada de decisão e na gestão dos bens públicos.

Estas conclusões, ainda que positivas, por contribuíram para a escassa literatura, devem ser interpretadas no âmbito de alguns condicionalismos, nomeadamente a natureza da investigação, estudo de caso exploratório, e a reduzida taxa de respostas ao questionário. Neste sentido, sugere-se como pista para o desenvolvimento de trabalhos futuros, replicar este estudo para procurar obter um maior número de resposta e poder chegar a resultados mais amplos e consistentes.

Referências

- Alves, S. (2017). Principais dificuldades sentidas na transição para o SNC-AP nas entidades piloto. O caso do IPL. [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Lisboa]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/8436/...> · Ficheiro PDF.
- Amaral, D. (2004). Manual de Introdução ao Direito. (Vol. I). Almedina.
- Batalhão, J.C e Pedro, F. (2019). As novas competências das freguesias. *Revista das Freguesias*, 10, 7-20.
- Bilhim, J. (2004). *A Governação nas Autarquias Locais*. Coleção Inovação e Governação nas Autarquias. Principia: Publicações Universitárias e Científicas, ISBN 972-8589-37-9, Depósito Legal 220229/04.
- Carvalho, A. C. P., & Carreira, J. M. de J. (2016). *Considerações sobre o impacto do novo modelo contabilístico (SNC-AP) nas contas das autarquias locais*. [Comunicação em conferência]. XVII Encuentro AECA. <http://xviiencuentroaeca.ipb.pt/docs/artigos/59f.pdf>
- Carvalho, J., Silveira, O., Caiado, P., & Simões, V. (2017). *Contabilidade Orçamental Pública de Acordo com o SNC-AP*, Áreas Editora.
- Creswell, J. (2009). *Research design: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. Sage Publications.
- Cunha, A. (2011). O Impacto da adoção das IPSAS no Relato Financeiro das Autarquias. [Dissertação de mestrado, ISCA-UA]. Repositório Científico do ISCA-UA. <http://hdl.handle.net/10773/9124>
- CRP (2009). Constituição da República Portuguesa, Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10.
- Decreto-Lei n.º 158/2009, 133 (I Série) Diário da República (Portugal) 4375-4384 (13 de julho de 2009). <https://files.dre.pt>
- Decreto-Lei nº192/ 2015, 178 (I Serie) Diário da República (Portugal) 7584-7828 (11 de setembro de 2015). <https://files.dre.pt>
- INE (2021). Censos 2021- Divulgação dos Resultados Preliminares. Instituto Nacional de Estatística. Informação à comunicação social, 28 de julho.
- Lei nº 151/2015, 178 (I Serie) Diário da República (Portugal) 7566-7584 (11 de setembro de 2015). <https://files.dre.pt>
- Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, 169 (I Serie) Diário da República (Portugal) 5499-5519 (3 de setembro de 2013). <https://files.dre.pt>
- Lopes, H. A. (2019). *As dificuldades no apuramento das infrações financeiras*. In *Ciclo de Seminários, Relevância e Efetividade da Jurisdição no Século XXI*. Tribunal de Contas, 69-73.
- Martins, M. (2001). *As Autarquias Locais na União Europeia* (1.ª Edição). Edições ASA.
- Marques A. P., & Moreira R. (2012). Governação e Territorialidades: Lógicas e Práticas na Administração Local. [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Repositório Científico da Universidade do Minho.
- Montalvo, A. (2003). O Processo de Mudança e o Novo Modelo da Gestão Pública Municipal. Almedina

- Mota e Costa, P. (2019). O Sistema de Normalização Contabilística para as administrações públicas: breve caracterização, implicações e mudanças com impacto nas freguesias. *Revista das Freguesias*, 10, 32-47.
- Neves, M. J. C. (2004). *Governo e administração local*. Coimbra Editora.
- Nunes, A.V., Rodrigues, L.L., & Viana, L.C. (2016). *O Sistema de Normalização Contabilística: Administrações Públicas: Teoria e Prática*. Edições Almedina.
- OCDE (2018). *Key Data on Local and Regional Governments in the European Union*, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. <http://www.oecd.org/regional/EU-Local-government-key-data.pdf>.
- Oliveira, A.C. (2005). *Democracia Local (aspetos jurídicos)*. Almedina.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5.^a ed.) Gradiva.
- Santos, P. G. D. & Pinho, C. (2014). A Adoção das IPSAS em Portugal conduzirá necessariamente ao relato de informação financeira comparável no âmbito do Sector Público Administrativo? *congruente* [Comunicação em conferência]. XXII Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica. Leiria, Portugal.
- Silveira, P. (2013). Três povos, três aldeias, uma freguesia: O projeto de um desenho da reforma administrativa local. Covilhã. [Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior]. Repositório Digital da uBiblioron. <http://hdl.handle.net/10400.6/1574>
- TC (2019). *Auditoria à Implementação do SNC-AP e da ECE Relatório Intercalar VI do Tribunal de Contas*. Disponível em: https://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2019/2s/rel013-2019-2s.pdf
- UE (2013). *A adequação das IPSAS para os Estados-Membros*, Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu União Europeia- Comissão Europeia Bruxelas. <https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2013/PT/1-2013-114-PTF1-1.Pdf>
- Whitefield A. A. (2016). The Adoption and Implementation of the International Public Sector Accounting Standards: The challenges faced by the United Nation in producing UN-IPSAS compliant financial reports in Kenya. *International Journal of Finance and Accounting*. 1(1)1, 75-91.
- Wolcott, H. (1994). *Transforming qualitative data: Description, analysis, and interpretation*. Sage Publications.
- Yin, R. (2014). *Case study research: Design and methods* (5th ed.). Sage Publications.

Viagem a Portugal de José Saramago: costumes, arte, culinária e histórias

José Saramago's *Viagem a Portugal*: customs, art, cuisine and histories

Maria Irene da Fonseca e Sá¹[0000-0002-7077-4664]

samariairene80@gmail.com

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo. Em 1981, Saramago publica a obra *Viagem a Portugal*, encomendada pelo Círculo de Leitores, de forma a que se prestasse a ser utilizada como guia de viagem em Portugal. Nela, Saramago afirma que “O viajante não é turista, é viajante. Há grande diferença. Viajar é descobrir, o resto é simples encontrar.” Assim, ele produziu um itinerário subjectivo e literário que contempla os tradicionais roteiros habituais, mas que enfatiza e valoriza a cultura portuguesa, destacando os costumes, a arte, a culinária e a História de Portugal. Ele é o viajante que busca levar o leitor a descobrir um Portugal desconhecido. “Sem dúvida, o autor foi aonde se vai sempre, mas foi também aonde se vai quase nunca”. O tema do trabalho envolve o estudo da obra *Viagem a Portugal*. O objetivo da investigação é identificar falas de Saramago que ilustrem a valorização da cultura portuguesa. A pesquisa é exploratória por buscar proporcionar maior familiaridade com a literatura e a cultura de Portugal. Como consideração final tem-se que: “A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. (...) É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu (...) É preciso recomeçar a viagem”. Assim, a cada viagem há nuances não percebidas e/ou apreciadas em viagens anteriores. Da mesma forma, ocorre com a leitura de uma obra. A cada nova leitura surgem aspectos não apreendidos e/ou identificados em leituras anteriores.

Palavras-Chave: *Viagem a Portugal*, José Saramago, Literatura, Cultura.

Abstract. In 1981, Saramago published the work *Viagem a Portugal*, commissioned by Círculo de Leitores, so that it could be used as a travel guide in Portugal. In it, Saramago states that “The traveler is not a tourist, he is a traveler. There is big difference. Traveling is discovering, the rest is simple to find.” Thus, he produced a subjective and literary itinerary that contemplates the traditional usual itineraries, but that emphasizes and values the Portuguese culture, highlighting the customs, art, cuisine and History of Portugal. He is the traveler who seeks to lead the reader to discover an unknown Portugal. “Without a doubt, the author went where you always go, but he also went where you almost never go”. The theme of the work involves the study of the work *Viagem a Portugal*. The objective of the investigation is to identify Saramago's speeches that illustrate the appreciation of Portuguese culture. The research is exploratory as it seeks to provide greater familiarity with the literature and culture of Portugal. As a final consideration: “The journey never ends. Only travelers end up. (...) It is necessary to see what has not been seen, to see again what has been seen (...) It is necessary to start the journey again”. Thus, with each trip there are nuances that were not noticed and/or appreciated in previous trips. The same happens with reading a work. With each new reading, aspects that were not apprehended and/or identified in previous readings emerge.

Keywords: *Viagem a Portugal*, Jose Saramago, Literature, Culture.

1 Introdução

No final da década de 1970, o escritor José Saramago recebeu uma proposta, feita pelo Círculo de Leitores, para escrever um livro sobre Portugal, nos moldes de um guia turístico. O autor propôs

fazer uma viagem por Portugal e depois contar as suas experiências. Nascia a obra *Viagem a Portugal* (publicada em 1981). O livro, de difícil classificação, é um misto de crónica de viagem, impressões estéticas, relato histórico, devaneios da memória e sem dúvida, um tributo à cultura portuguesa. Ao mesmo tempo que Saramago relata factos históricos, e algumas estórias, também discorre sobre a arte que vai contemplando e admirando, sem esquecer de falar dos costumes e da culinária portuguesa.

A paisagem é o cerne da narrativa do autor. Afinal, no romance *Levantado do Chão*, Saramago já havia dito que: “O que mais há na terra, é paisagem.” (Saramago, 2012, p. 11). No entanto, o autor a transforma através do seu olhar e das descrições que faz. Assim, a partir de uma visão distinta, Saramago leva os leitores de *Viagem a Portugal* a se depararem com cidades, vilas, aldeias, castelos, igrejas, monumentos e museus sob uma perspectiva bem diferente da que é apresentada nos guias turísticos. Saramago comunica, na apresentação do livro, que: “Sem dúvida, o autor foi aonde se vai sempre, mas foi também aonde se vai quase nunca” (Saramago, 1997, p.13).

Por outro lado, em *Viagem a Portugal*, é indiscutível a harmonia que se percebe entre o espaço e o homem. Portanto, tanto quanto um livro sobre lugares, é um livro sobre o povo português e sua cultura. No relato da viagem, o viajante exterioriza alegria e/ou indignação, faz reflexões sobre o mundo, a arte e os seres humanos e, principalmente, age e opina como cidadão português cioso de sua origem e cultura.

Na crónica *Viagens na minha terra*, Saramago disse sobre o fato de não conhecer o seu país Portugal, terra e povo: “essa terra que é minha, que não conheço toda, que mal conheço, de que tão pouco sei, onde há gente que fala a minha língua” (Saramago, 2010, p. 57). Deste modo, a viagem através de um Portugal que existia naquela época e que já está longe, preencheu o hiato citado por Saramago. Na apresentação, o autor alerta: “A felicidade fique o leitor sabendo, tem muitos rostos. Viajar é, provavelmente, um deles. Entregue as suas flores a quem saiba cuidar delas, e comece. Ou recomece. Nenhuma viagem é definitiva.” (Saramago, 1997, p. 14). A viagem possibilitou que o autor formasse uma nova concepção sobre o país e seu povo. Porém, Saramago explica que “O viajante não é turista, é viajante. Há grande diferença. Viajar é descobrir, o resto é simples encontrar.” (Saramago, 1997, p.287).

O tema do trabalho envolve o estudo da obra *Viagem a Portugal*. O objetivo da investigação é identificar falas de Saramago que ilustrem a valorização da cultura portuguesa. A pesquisa é exploratória por buscar proporcionar maior familiaridade com a literatura e a cultura de Portugal. Como consideração final tem-se que: “A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. (...) É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu (...) É preciso recomeçar a viagem” (Saramago, 1997, p.387).

Assim, a cada viagem há nuances não percebidas e/ou apreciadas em viagens anteriores. Da mesma forma, ocorre com a leitura de uma obra. A cada nova leitura surgem aspectos não apreendidos e/ou identificados em leituras anteriores.

2 O universo da cultura portuguesa

Segundo Koogan/Houaiss, Cultura, em Sociologia, é o “Conjunto das estruturas sociais, religiosas etc., das manifestações intelectuais, artísticas etc., que caracteriza uma sociedade” (Koogan/Houaiss, 1997, p. 474). Deste modo, costumes, arte, culinária e histórias fazem parte da cultura de um povo.

Os patrimônios materiais são bens culturais, pois representam a história de determinado povo. Eles podem ser móveis ou imóveis. Os bens imóveis são fixos, como por exemplo as igrejas, os sítios arqueológicos, edificações e cidades históricas. Já os móveis são aqueles que podem ser transportados, como vestimentas, objetos históricos, livros, documentos, fotografias, acervos museológicos, ...

Os bens culturais imateriais são intangíveis. Esses bens são o reflexo da cultura de um povo, bem como de seus hábitos, expressões e costumes, que são transmitidos de geração em geração.

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural estabelece uma série de princípios para reconhecimento da diversidade cultural como património comum da humanidade, pois seria esta diversidade cultural o elemento chave para a manutenção das diversas identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Assim, a diversidade cultural se relaciona com o pluralismo cultural, os fatores de desenvolvimento, direitos humanos, criatividade e solidariedade internacional (UNESCO, 2002).

Cabe chamar a atenção para o pensamento de Saramago que revela a importância de se preservar ou cultivar memórias: “um povo que vai perdendo a sua memória própria, está morto e ainda não o sabe, e mais morto ainda se prepara para adaptar como suas, memórias que lhe são estranhas” (Saramago, 1999b, p. 166).

Desta forma, o viajante Saramago visita as grandes cidades de Portugal e seus principais pontos turísticos, mas é nas aldeias, com suas singularidades, que ele se regozija com a cultura local: “Almoçará por aqui, numa dessas pequenas aldeias, longe das aglomerações ruidosas. Evitará as estradas principais, quer distrair-se por estes estreitos caminhos que ligam os homens e os seus vizinhos, colecionando nomes singulares, de norte para sul” (Saramago, 1997, p. 106). Ele ressalta os costumes portugueses da gente das aldeias:

Às portas estão sentados velhos e velhas. O costume português. Estas velhas e estes velhos são parte do sentido. Junta-se um homem, junta-se uma pedra, homem, pedra, pedra, homem, se houvesse tempo para juntar e contar, para contar e ouvir, para ouvir e dizer, depois de primeiramente ter aprendido a linguagem comum, o eu essencial, o essencial tu, debaixo de toneladas de história, de cultura, enfim, como no castelo os ossos aparecendo, até a formação do inteiro corpo português. (Saramago, 1997, p. 204).

Portanto, a pesquisa se debruça na escrita de *Viagem a Portugal* para investigar referências aos seguintes aspectos culturais de Portugal: costumes, arte, culinária e histórias.

2.1 Costumes

No Diário I, dos Cadernos de Lanzarote, Saramago enuncia que

A memória é também uma estátua de argila. O vento passa e leva-lhe, pouco a pouco, partículas, grãos, cristais. A chuva amolece as feições, faz descair os membros, reduz o pescoço. Em cada minuto, o que era deixou de ser, e da estátua não restaria mais do que um vulto informe, uma pasta primária, se também em cada minuto não fôssemos restaurando, de memória, a memória. A estátua vai manter-se de pé, não é a mesma, mas não é outra, como o ser vivo é, em cada momento, outro e o mesmo (Saramago, 1994, p. 32).

Assim, ele valoriza a memória que o povo preserva de seus costumes e estilos de vida. O escritor, que enaltecia a escrita do pregador Padre Antônio Vieira, afirmando que a «(...) a língua portuguesa nunca foi mais bela que quando a escreveu esse jesuíta» (Saramago, 2009, p. 162), e confessava a influência do pregador na sua escrita, não se conformava em ver os vocábulos portugueses substituídos por outros na língua inglesa. Desta forma, ele criticava: “o viajante tem andado por medievais terras, pesa-lhe este bulício turístico, o cartaz dos imobiliários, o anúncio do *snack-bar* (abominação que veio riscar dos costumes portugueses o saboroso *vinhos e petiscos*, que honradamente diz logo quanto vale)” (Saramago, 1997, p. 72). Entre os elementos culturais de uma nação, a língua ocupa papel de maior importância, pois, além de integrar a cultura, ela também a expressa, permitindo o intercâmbio cultural.

Em muitas das aldeias, por onde o viajante passa, ainda “Pratica-se uma economia de subsistência, come-se do que se semeia e planta.” (Saramago, 1997, p. 161).

Na sua viagem, Saramago se deleita com os sinais de procedimentos populares, alguns que já se perderam no tempo, como os fornos comunitários, e outros que ainda perduram, como as feiras: “Hoje é dia de feira em Peniche. Neste lado há grandes tendas, quase aéreas, onde se vendem colchas e cortinados, panos de lençol, são verdadeiros pavilhões de torneio medieval” (Saramago, 1997, p. 272). Não pode faltar a referência aos tanques para a pisa das uvas:

No alto da pedra, olhando o tanque pouco profundo, concha aberta a picão na rocha viva, o viajante ouve explicações: «Servia em antigos tempos para a pisa das uvas, tem aqui um buraco que dá para aquela pia, em baixo.» O viajante põe-se logo a imaginar os homens do lugar, descalços, arregaçados até ao joelho, pisando as uvas, dizendo graças às mulheres que passassem, com o jovial desafogo que o vinho dá, mesmo quando é apenas mosto. (Saramago, 1997, p. 214).

No entanto, é em Rio de Onor, uma aldeia raiana portuguesa do município de Bragança, que Saramago descreve, com paixão, a tradicional receptividade que caracteriza os costumes do povo aldeão.

Eis Rio de Onor. (...) um homem e uma mulher que ali estão sentados, ela com um grande pão no regaço (...) Estão os dois e o alambique, um gigante de cobre ao ar livre, sem nenhum medo às humidades, o que não admira, com a fogueirinha que tem por baixo (...) «Quer provar do nosso bagaço?» (...) Em dois segundos, aparece um copito de vidro grosso e o bagaço, ainda quente, é aparado da bica e emborcado garganta abaixo. (...) a mulher abraça o pão contra o peito, tanto amor neste gesto, corta um canto e uma fatia, e é o seu olhar que pergunta: «Quer um bocadinho?» O viajante não pediu e foi-lhe dado. Quer-se melhor dar do que este? (Saramago, 1997, pp. 31-32).

Nesta localidade, em que o viver é comunitário e os espanhóis se confundem com os portugueses e vice-versa, parece que o tempo parou e o que sobressai é uma convivência pacífica em que predomina a partilha.

2.2 Arte

Saramago foi um profundo apreciador de arte. Ele adverte que “Não basta sequer olhar, uma vez que os olhos também têm de aprender a ler as formas. Nada é traduzível noutra coisa. (...) será trabalho de cada viajante, não de um que veja por todos e a todos explique.” (Saramago, 1997, p. 229). Neste sentido, cada viajante terá leituras e visões distintas das mesmas obras de arte. Ele, ainda reflete sobre o seu olhar e preferências: “Cada um tem o seu gosto preferido: o viajante tem este dos instrumentos de trabalho, das pequenas obras de arte a que ficaram agarrados sinais das mãos de quem os fez e usou.” (Saramago, 1997, p. 229).

Desta forma, percebe-se na leitura de *Viagem a Portugal*, que Saramago descreve com maior prazer aquelas obras de arte que estão perdidas em lugarejos pouco visitados, como na passagem em que descreve a igreja de Rates:

Esta igreja é irmã pouco mais velha da de Rio Mau, ambas do século XII, mas Rates é doutra grandeza e riqueza ornamental. O pórtico, de cinco arquivoltas, esculpidas as duas interiores, mostra no tímpano um Cristo em mandorla ou nimbo oval (...) os capitéis deste pórtico são, cada um, obras primas de escultura (...) o interior, amplo, imerso em penumbra, faz com que definitivamente acreditemos na possibilidade que o homem afinal tem de viver entre a beleza. (...) o lançamento destes arcos, diferentes uns dos outros, quebrados uns, de volta inteira outros, e um derradeiro ogival, prova como a diversidade pode resultar em homogeneidade. (Saramago, 1997, p. 72).

Ou a igreja de São Frutuoso de Montélios:

(...) em Portugal nada há que possa comparar-se com esse tesouro. São Frutuoso de Montélios é anterior a quantas artes o viajante por aqui tem visto, com exceção da romana. Estará entre o romano e o românico, será talvez visigótico, mas este é um daqueles casos em que as classificações importam pouco. A São Frutuoso deve ir quem julgue saber muito de arte, ou quem de arte confesse saber pouco: ambos se encontrarão no mesmo reconhecimento, na mesma gratidão pela distante gente que inventou e construiu esta igreja, lugar sobre todos precioso da arquitectura em Portugal. (Saramago, 1997, p. 96).

Como um grande amante de museus, as avaliações e análises de diversos acervos são meticulosas e buscam despertar o interesse do leitor por acervos ainda pouco explorados: “E aqui está o que abundantemente justifica a vinda a Abrantes: esta Igreja de Santa Maria do Castelo, onde o Museu de D. Lobo de Almeida foi instalado há cinquenta anos. Não é grande a nave, o museu não é grande, mas a coleção é magnífica.” (Saramago, 1997, p. 221).

Não faltam, no entanto, referências às obras de arte das cidades mais turísticas, como Guimarães:

Chegado a Guimarães, o viajante tem ainda tempo para entrar na Igreja de São Francisco (...) Os azulejos setecentistas são magníficos, traçados com desafio e bem harmonizados com a abóbada gótica da capela-mor. A árvore de Jessé que noutra capela se vê mostra uns reis joviais, sentados nos ramos como pintassilgos, engrinaldando a Virgem coroada. (...) O viajante sai da igreja (...) E, de repente, ao olhar com mais atenção os capitéis do portal gótico, vê o mais claro amor naqueles dois animais de cabeças encostadas e ligados corações, sorindo de pura felicidade para o difícil espetáculo do mundo. (Saramago, 1997, p. 59).

Ou, às jóias de Braga, considerada a Roma portuguesa:

(...) fonte pré-histórica, inscrições latinas, mas Braga põe ao lado destas antiguidades o barroco joanino (...) É a Casa do Raio, em palácio, uma das mais preciosas jóias setecentistas que Portugal guarda. (...) Braga começou por querer não ficar atrás de Santiago de Compostela. Di-lo o plano inicial de cinco naves [da Sé de Braga], o dilatado espaço que a construção iria portanto ocupar, di-lo a própria situação geográfica da cidade e a sua importância religiosa. (...) Nesta confusão de estilos e processos, que vai do românico ao barroco, passando pelo gótico e pelo manuelino (Saramago, 1997, pp. 89-90).

Também não é esquecida a formosa e admirável igreja de Santa Cruz, em Coimbra: “O que vale é que na Igreja de Santa Cruz se pode passar dos azulejos historiados da nave para os de tipo tapete da sacristia. Aqui há bela pintura (...) O viajante sai confortado, passeia-se ao longo do cadeiral e acha, para concluir, que Santa Cruz é muito bela.” (Saramago, 1997, p. 143).

No entanto, Saramago se maravilha com a amálgama que resulta do trabalho do homem e o da natureza, como se verifica em Sortelha: “Entrar em Sortelha é entrar na Idade Média (...) O que dá carácter medieval a este aglomerado é a enormidade das muralhas que o rodeiam, a espessura delas, e também a dureza das calçadas, as ruas íngremes, e, empoleirada sobre pedras gigantescas, a cidadela, último refúgio de sitiados, derradeira e talvez inútil esperança.” (Saramago, 1997, p. 160). Afinal, “Quando as mãos são muitas, só se vê o trabalho.” (Saramago, 1997, p. 345). E o conjunto dessa obra é notável.

A arte e a natureza são os principais elementos da narrativa de *Viagem a Portugal*.

2.3 Culinária

A culinária portuguesa, universalmente, é reconhecida como boa e farta. Saramago, em diversas passagens de seu relato de viagem, faz referência à sua alimentação. Não faltaram as papas de sarrabulho:

O viajante entrou, sentou-se, pediu a lista, encomendou: papas de sarrabulho, bacalhau assado com batatas, vinho verde. O vinho era dotado da maior virtude dos vinhos: nem resistia ao viajante, nem o viajante resistia a ele. Do honesto bacalhau que veio na travessa com seu exacto molho e as suas batatas exactas, diga-se que era excelente. Mas as papas de sarrabulho, oh senhores, as papas de sarrabulho, que há-de o viajante dizer das papas de sarrabulho senão que nunca outro melhor manjar comeu nem espera vir a comer, porque não é possível repetir a inventiva humana esta maravilhosa e rústica comida, esta macieza, esta substância, estes numerosos sabores combinados (Saramago, 1997, pp. 99-100).

E o famoso bacalhau, que certamente foi repetido inúmeras vezes:

Vai portanto ao Marquês de Marialva. Ficará sentado ao pé duma janela vendo cair a chuva, e terá um bacalhau no forno que lhe ficará de lembrança, um vinho a carácter, uns pastéis de nata servidos nas suas naturais e queimadas forminhas de lata, uma aguardente em garrafa coberta de geada, um café honrado. (...) Pagou o viajante a conta e saiu com a impressão de que ainda tinha ficado a dever qualquer coisa. (Saramago, 1997, p. 128).

Ainda houve os pastéis de nata, iguaria das mais finas e apetitosas.

Em Sendim, Miranda do Douro, a refeição teria que incluir a Posta de Vitela a Mirandesa:

(...) a senhora Alice propõe a Posta de Vitela à Mirandesa. (...) para fazer boca trazem-lhe uma suculenta sopa de legumes, o vinho e o pão, que será a posta de vitela? (...) A posta de vitela, gigantesca, vem numa travessa, nadando em molho de vinagre (...) O viajante julga estar sonhando. Carne branda, que a faca corta sem esforço, tratada no exacto ponto, e este molho de vinagre que faz transpirar as maçãs do rosto e é cabal demonstração de que há uma felicidade do corpo (Saramago, 1997, p. 22).

Não faltou a sopa de legumes que serve para forrar o estômago.

E, os bifes: “À noite, foi jantar ao restaurante Beira-Rio. Comeu um bife magnífico, histórico, com aquele sabor que, depois de ter passado por todas as sublimidades do molho, regressa ao natural da carne, para assim permanecer na memória gustativa.” (Saramago, 1997, p. 228), assim como a degustação de chouriças: “(...) aqui deixa registo da opulenta Chouriçada à Moda da Guarda que comeu.” (Saramago, 1997, p. 173).

E, a caldeirada em Sesimbra:

Caldeiradas comem-se por toda essa costa fora, para norte e para sul. Mas em Sesimbra, quem saberá dizer porquê, o gosto delas é diferente, talvez porque a esteja comendo o viajante ao sol, e o vinho branco de Palmela veio frio naquele exacto grau que ainda conserva todos os valores de sabor e perfume que tem o vinho à temperatura ambiente, ao mesmo tempo que acorda e prolonga aqueles que só o frio faz desentranhar dentro da garrafa. (Saramago, 1997, p. 308).

Em Redondo, foram apreciadas as costeletas de porco, alimento bastante usual em Portugal. Porém, parece que lá foi especial: “Comeu, no entanto, as mais saborosas, suculentas e sumptuosas costeletas de porco que, em sua vida inteira, ao dente lhe chegaram. Dê Redondo isto a quem lá vá, e não lhe faltarão amizades.” (Saramago, 1997, p. 342).

O viajante, não esquece a merenda, que é tão popular nas aldeias: “«São horas de merendar», (...) Está na mesa o pão, o vinho e o queijo. O pão é grande, redondo, para o cortar é preciso apertá-lo contra o peito” (Saramago, 1997, p. 165). Ah, o queijo? Quantas variedades e sabores.

Como pode se perceber, o vinho estava sempre presente, seja ele verde ou maduro, tinto ou branco, fresco ou na temperatura ambiente. E, o pão? Não se come em Portugal sem pão.

2.4 História

Saramago enunciou que “Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.” (Saramago, 1999a, p. 63). Assim, manter viva a História da nação, e, mais ainda, ter a responsabilidade de passar às gerações futuras não só a História mas também as histórias que estão na tradição e/ou no imaginário popular, foi empreendimento levado a sério pelo autor.

Neste sentido, Saramago relata a história de João Mudo, ocorrida em 1702 em Barcelos, e contada pelo padre da Capela da Aparecida:

É a história do vidente João Mudo, pastor a quem se revelou Nossa Senhora, em 1702, quando ia nos vinte anos. Era este pastor (...) falto de entendimento e de língua. De todos os males o curou a visão. (...) Como o pai, pedreiro de seu ofício, não acreditasse na aparição que o filho simples proclamava, deu-se o arriscado milagre da queda de João Mudo da ponte de Barcelos abaixo, onde com o progenitor trabalhava, e estando o moço de cântaro ao ombro, nem água se entornou nem o caído partiu as pernas. (Saramago, 1997, p. 75).

Em Portugal, de forte tradição da religião Católica, a história se entrelaça com as memórias e convenções religiosas.

Também de Barcelos, vem a famosa lenda do galo, floreada pelo humor de Saramago:

(...) em Barcelos houve, em imemoriais tempos, um crime, e não se apurava quem fosse o criminoso. Deu em caírem as suspeitas num galego (...) Foi o homem preso e condenado à forca, e antes de ao patíbulo o levarem pediu para ir à presença do juiz que dera a sentença. O tal juiz (...) estava comendo do seu bom e do seu melhor, enquanto numa travessa um galo assado esperava o trinchante. Tornou o galego a afirmar-se inocente (...) e, em desespero de causa, desafiou todas as leis do mundo e do céu, e garantiu: «Tão certo é estar eu inocente, como esse galo cantar quando me enforcarem.» (...) Levaram o condenado, continuou o almoço, e, às tantas, quando enfim avançava o trinchante para o assado, levanta-se o galo da travessa, pingando molho e desarrumando as batatas, e lança pela janela fora o mais vivo e repenicado canto de galo que na história de Barcelos se ouvira. (...) Foi solto o galego, mandado em paz, e o juiz voltou ao almoço que arrefecia (Saramago, 1997, p. 98).

Tal história não podia ficar esquecida, pois o galo de Barcelos é um dos mais fortes representantes de Portugal, enquanto intensifica a ideia de um país fortemente unido às suas tradições. A partir do entendimento da lenda, percebe-se que o galo transmite uma mensagem de fé e de esperança, tem uma ligação com o passado de Portugal e com o meio rural. Neste sentido, o galo é considerado um símbolo de Portugal porque é tradicionalmente associado a coisas positivas e a virtudes.

De Miranda do Douro vem a história do Menino Jesus da Cartolinha que está num altar da Sé e pode ser visto por todos os que a visitam.

Andavam acesas as lutas da Restauração, meados portanto do século XVII, e Miranda do Douro, aqui à beirinha do Douro (...) Havia cerco, a fome já era muita, os sitiados desanimavam, enfim estava

Miranda perdida. (...) avança ali um garoto a gritar às armas, a incutir ânimo e coragem onde coragem e ânimo estavam desfalecendo, e de tal maneira que em dois tempos se levantaram todas aquelas debilidades, tomam armas verdadeiras e inventadas, e atrás do infante vão-se aos Espanhóis como se malhassem em canteiro verde. (...) triunfa Miranda do Douro. (...) Onde está o gentil combatente que trocou o pião pelo bastão de marechal de campo? Não está, não se encontra, ninguém o viu mais. Logo, foi milagre, dizem os mirandeses. Logo, foi o Menino Jesus. (...) aqui está ele, o Menino Jesus da Cartolinha, com a sua altura de dois palmos, à cinta a espada de prata, a faixa vermelha atravessando do ombro para o lado, laço branco ao pescoço, e a cartola no alto da sua redonda cabeça de criança. (Saramago, 1997, pp. 17-18).

Mais uma estória de fé e de esperança para alimentar a tradição portuguesa.

De Monção, vem a estória de Deuladeu Martins, que nas palavras de Saramago foi uma “mulher engenhosa”. Num livro de Saramago, não podem faltar as personagens femininas. Elas são, geralmente, fortes e decisivas no desenrolar dos romances de Saramago. Em entrevista a Silva, Saramago diz: “(...) as minhas personagens mais fortes são todas mulheres. (...) dizer que são mais fortes não significa grande coisa, mas são aquelas que têm um poder transformador. Não é que venham dizer que vêm transformar, é a sua própria presença, o que fazem e o que dizem que mostra que com o aparecimento delas alguma coisa vai mudar. (Saramago, 2008, como citado em Silva, 2009, p. 109). Assim,

Monção é aquela terra onde se deu o caso (...) de Deuladeu Martins, mulher engenhosa que, estando a praça sitiada e carecida de alimentos, mandou amassar e cozer as últimas poeiras de farinha, lançando depois das muralhas abaixo, em grande alarde de prosperidade, as cheirosas bolachas, assim derrotando, por convencimento da inutilidade do cerco, as tropas de Henrique II de Castela que queriam tomar o castelo (...) Foi isto no ano de 1368” (Saramago, 1997, pp. 82-83).

Desde Blimunda do romance *Memorial do Convento*, passando por Joana Carda e Maria Guavaira de *A Jangada de Pedra*, Doutora Maria Sara de *História do Cerco de Lisboa*, Maria Madalena do livro *O Evangelho segundo Jesus Cristo* e a viúva Isaura do romance *A Caverna*, Saramago se utiliza do protagonismo das mulheres nos encontros amorosos. Portanto, no relato *Viagem a Portugal*, Saramago não se esquece de falar sobre o romance, ainda que malsucedido, de Pedro e Inês.

Estes são os túmulos de Pedro e Inês, os imortais amantes que esperam o fim do mundo para se levantarem e continuarem o amor no ponto em que os «brutos matadores» o cortaram, se tais continuações se toleram no céu. São os túmulos de um rei português e de uma dama da corte, galega de nascimento, que tiveram amores e filhos (Saramago, 1997, p. 243).

E, assim, Saramago vai relatando factos históricos e/ou lendas que se misturam à História.

O viajante nota que tem estado hoje com uma robusta veia histórica. Passou de italianos comerciantes a portugueses descobridores, de franceses invasores a gregos incendiários, de judeus que mandaram decapitar a escravos que levavam no pescoço a marca doutra decapitação, e tudo com a ligeireza de quem não tem de aprofundar o terreno que pisa. (Saramago, 1997, p. 277).

De forma leve e agradável leitura, Saramago expõe acontecimentos históricos mesclados com tradições populares e religiosas.

3 Conclusões

Saramago advertiu, no início de seu relato que: “(...) convém a saber: que de terra em terra deverei dar muita atenção ao que for igual e ao que for diferente, embora ressaltando (...) as preferências e as simpatias deste viajante” (Saramago, 1997, p. 15). Assim, a narrativa da viagem leva os leitores a percorrer aquilo que interessava ao escritor. No entanto, percebe-se a curiosidade na explanação. No livro, Saramago profere que “Ninguém é viajante se não for curioso.” (Saramago, 1997, pp. 69-70). Neste sentido, a curiosidade leva o viajante a lugares inusitados e não explorados e, portanto, “O viajante está a aprender, faz muita questão de se mostrar bom aluno.” (Saramago, 1997, p. 121).

Também seus leitores aprendem e através da leitura têm curiosidade de visitar, presencialmente, os lugares, a arte e a cultura descrita no livro, para não falar dos acepipes detalhados na explanação.

Nessa sua curiosidade, Saramago afirma que

O viajante procura a arte dos homens, essa vontade de vencer a morte que se exprime em pedras levantadas ou suspensas, em adivinhações do traço e da cor, e encontra-as nas igrejas, no restante dos conventos, nos museus que daqueles e destes afinal se alimentaram. Procura a arte onde ela está, entra nas igrejas, nas capelas, e em todos os lugares faz as mesmas perguntas: que é isto?, quem fez?, que quis dizer?, que medo foi o seu?, ou que coragem?, que sonho para realizar amanhã? (Saramago, 1997, p. 126).

E, ele questiona, levanta suposições, ouve histórias e estórias e acaba por concluir que “(...) ainda vem longe o dia em que saibamos tudo o que temos.” (Saramago, 1997, p. 214). Um país tão pequeno, mas com tanta diversidade, seja na arte ou na história, sem falar da culinária e das línguas, leva Saramago a exclamar: “(...) como pode ser tão grande tão pequeno país.” (Saramago, 1997, p. 161).

O autor se preocupa com a preservação da cultura de Portugal, o que o leva a proferir que: “(...) nada que o homem tivesse inventado ou descoberto devia perder-se, tudo devia transmitir-se.” (Saramago, 1997, p. 286). Porém, também no livro está, que “Em alguns lugares não resta mais que o nome: o nome como sabemos, é a última coisa a morrer.” (Saramago, 1997, p. 275). Desta forma, Saramago denuncia o descaso com a preservação da cultura e da memória da nação.

Chega-se ao final do livro, com a vontade de iniciar a viagem por esse Portugal fantástico, de 1979 e 1980, apresentado por Saramago, que talvez já não exista mais. Estão lá os grandes museus, as grandes Sés, os grandes monumentos e enfim, todas as grandes obras de arte. Mas, perderam-se os caminhos, os informantes do viajante, a gente simples das aldeias e seus costumes. Saramago já assegurava que: “Mudam-se os tempos, mudam-se as profissões, e basta um sinal de novo comércio para ver desfeita toda a poesia artesanal que o viajante tem vindo a contar pelos dedos.” (Saramago, 1997, p. 111). Portanto, o tempo levou muito do encanto que se encontra na *Viagem a Portugal*, porém ainda há o que apreciar, aprender e degustar.

“Assim devia ser a viagem. Estar, ficar.” (Saramago, 1997, p. 165). É o convite de Saramago.

Referências

- Koogan/Houaiss. (1997). *Enciclopédia e Dicionário Ilustrado*. Edições Delta.
- Saramago, J. (1994). *Cadernos de Lanzarote: Diário I*. Editorial Caminho.
- Saramago, J. (1997). *Viagem a Portugal*. Companhia das Letras.
- Saramago, J. (1999a). *Cadernos de Lanzarote: Diário II*. Editorial Caminho.
- Saramago, J. (1999b). *Cadernos de Lanzarote: Diário III*. Editorial Caminho.
- Saramago, J. (2009). *O Caderno 2*. Editorial Caminho.
- Saramago, J. (2010). *Deste Mundo e do Outro*. Editorial Caminho.
- Saramago, J. (2012). *Levantado do Chão*. Bertrand Brasil.
- Silva, J. C.e (2009). *Uma longa viagem com José Saramago*. Porto Editora.
- UNESCO. (2002). Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.
<https://observatoriodadiversidade.org.br/leitura/declaracao-universal-sobre-a-diversidade-cultural/> .

***Os Simples* de Guerra Junqueiro: uma expressão do país religioso nos finais do século XIX?**

***Os Simples* by Guerra Junqueiro: an expression of the religious country at the end of the 19th century?**

Lídia Machado dos Santos¹[0000-0002-1988-9183]

Lidia.flavie@ipb.pt

¹ Centro de Investigação em Educação Básica, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo. Submete-se a apreciação um estudo sobre a problemática do religioso em Portugal nos finais do século XIX, em geral, e em *Os Simples* (1892), em particular. Sendo certo que esta questão surge discutida em textos de outros autores (a saber, Eça, Herculano, Antero) contemporâneos de Guerra Junqueiro e, portanto, cidadãos ativos nesse final de século, parece-nos importante perceber a sua pertinência para a formação da mentalidade anticlerical. Como se posiciona Guerra Junqueiro perante o *Ultimatum* Inglês e os ideais veiculados pela chamada *Geração de 70* que advogava a constituição de um Portugal novo também do ponto de vista religioso? Como enquadrar a obra *Os Simples* no seio de toda a agitação social na qual o anticlericalismo se apresenta bem vivo aquando da instalação da República e a pobreza intelectual da Igreja é clara? O estudo pretende apontar respostas para as questões colocadas, comparando opiniões e analisando a mensagem veiculada por *Os Simples*.

Palavras-Chave: Guerra Junqueiro, Religião, Anticlericalismo, Século XIX.

Abstract. It is submitted a study about the Portuguese religious problematic in the end of the 19th century in general and in *Os Simples* (1892) in particular. As this issue has been studied in other authors' texts (namely, Eça, Herculano, Antero) Junqueiro's contemporary authors and, of course, active citizens by the end of that century, it seems significant to understand their importance for the anticlerical way of thinking. How does Junqueiro react before the English *Ultimatum* and the ideals promoted by so called *Geração de 70*, which defended a new Portugal even for the religious issue? How to frame *Os Simples* in the social unrest in which the anticlericalism presents itself very well alive when the Portuguese Republic was set up and the impoverishment of the Church is clear? This study aims to answer the previous questions, comparing 19th century opinions and analysing the message conveyed by *Os Simples*.

Keywords: Guerra Junqueiro, Religion, Anticlericalism, 19th century.

1 Introdução

O século XIX pautou-se por os princípios da ciência, do progresso industrial e da técnica, mas também pela “ausência de uma unidade [que se explica] em parte por um processo de diversas formas de pensar que desembocava num certo caos de opiniões, sistemas e diretrizes” e, portanto, a “conceção do universo de tipo religioso e metafísico era rejeitada pelas novas gerações que se direccionavam por especulações realistas e positivistas” (Celeste Natário, 2008, pp. 100-101). Eis, pois, o terreno propício para que uma certa mentalidade científica se desenvolvesse, com o intuito de retratar os problemas humanitários, os horários excessivos dos operários, o analfabetismo, a miséria, a caça ao lucro, e surgissem as primeiras ideologias socialistas a par com o chamado Realismo (que se pauta por uma análise crua da sociedade humana) e a *Geração de 70* (que se revela contra o Romantismo e, na denominada Questão Coimbrã, opõe Antero de Quental e António Feliciano de Castilho), cujos elementos ideológicos vão ao encontro de, por exemplo, Hegel, Proudhon, Comte. Em Portugal foi a *Geração de 70* que mais se aproximou dos movimentos intelectuais dos países da revolução industrial e, apesar das intenções culturais iniciais, aquele grupo

de intelectuais pretendia “instaurar [...] uma revolução moral, social e política” (Celeste Natário, 2008, p. 108).

Na opinião de Antero de Quental (1926), o final do século XIX foi a “idade de transformação dolorosa, de ceticismo, de abaixamento moral, de descrença” e, consequentemente, continua o autor, “há toda uma humanidade em dissolução, de que é preciso extrair uma humanidade viva, sã crente e formosa” (p. 57). Ainda de acordo com o autor, era então necessário “mostrar os caminhos encobertos do bem, responder às necessidades morais do tempo; dar um alimento sadio e forte à ânsia, à fome e sede de saber e sentir” (p. 57). Arnaldo de Pinho (2003) corrobora também a posição de Antero de Quental assinalando a problemática do religioso como “um núcleo maior das questões em discussão” entre alguns escritores do século XIX, nomeadamente Eça, Herculano, Antero, Gomes Leal e Junqueiro, numa época claramente marcada pelos “valores da Revolução Francesa, [...], pela revolução liberal, pela *Geração de 70* e finalmente pela geração do Ultimato” (p. 371).

A propósito, em 1924, num texto intitulado “Política e Religião”, Leonardo Coimbra afirma que “o problema religioso é o mais grave problema que pode assoberbar a vida duma sociedade”, uma vez que arrasta consigo razões de alta envergadura como o “ressurgimento da própria confiança social, o acordar da crença em seus destinos na alma dum povo em dissolvente e mortal ceticismo” (p. 166). Nesta mesma linha de pensamento, Fernando Catroga (1988) defende que “se quisermos perceber o modo como o militantismo laicista das últimas quatro décadas do século XIX e princípios do século XX a equacionou, teremos de qualificá-la como sendo filha de um eclectismo antirreligioso, pois pensamos que o enquadramento cientista que a fundamentou lhe conferiu uma indiscutível unidade, ainda que compatível com uma grande diversidade de expressões” (p. 211) e, a sublinhar esta ideia (de “um eclectismo antirreligioso” de Fernando Catroga), Leonardo Coimbra (1924) declara mesmo que a “inércia religiosa foi abalada e um renascimento de vida religiosa foi a primeira consequência da política republicana, no fundo [...] inimiga da Religião que fustigara para o despertar” (p. 168).

Machado de Abreu (2019) destaca a necessidade de o país despertar, referindo-se à “instauração do anticlericalismo como acontecimento sociopolítico e, de certo modo, como facto social”, uma vez que ocorrem as condições propícias para que tal ideologia se manifeste e congregue, por isso mesmo, “paixões e militâncias persistentes à volta de alguns temas objetiva e socialmente relevantes, como a liberdade, o ensino, a ciência, a separação entre o político e o religioso, a laicidade e outros” (p. 40). É, pois, claro que a “Revolução Industrial, ao introduzir novos modos de produção, determina o aparecimento rápido de transformações no ritmo de vida, na organização urbana, que originam, por sua vez, novas sociabilidades e novos problemas sociais” (p. 111). Na esfera religiosa a “transição de padrões de vida pautados por valores do mundo rural para a sociedade urbana e industrial expõe o espírito cristão tradicional a uma erosão de consequências cheias de incertezas”, isto significa que, progressivamente, as “velhas tradições portuguesas” (p. 111) vão sendo questionadas e, acima de tudo há a “convicção de que a modernização da sociedade e da vida política não pode realizar-se em profundidade se continuarem a ser mantidas as relações tradicionais entre as duas instituições [Igreja e Estado] e a religião católica conservar e estatuto constitucional oficial de religião da nação portuguesa” (p. 45).

É, pois, neste contexto em que “a calíça da Igreja [é] erguida, arremessada pelo vento da ironia; [em que] a mentira do amor supurando as íntimas gangrenas” que Hernâni Cidade (1945) proclama que a ideia directriz do século XIX é a *Revolução*, uma revolução que se estende (necessariamente) à literatura, uma vez que, no entender de Antero de Quental (1926) “nunca literatura alguma teve obrigação de ser elevada, grave, séria, desambiciosa, como a literatura deste povo decadente, cujas últimas misérias aí estão para inspirar a compaixão ou o desespero, a dedicação ou a blasfémia, o amor ou o insulto, - tudo, menos os pequenos sentimentos do interesse pessoal e da vaidade” (p. 57), porque, nas palavras de Junqueiro “a arte revela tão profundo o nosso ser que nos faz conhecer melhor a nós mesmos do que nos conhecemos pela inteligência e pela consciência” (João Grave, 1917, p. 528). Assim, para além do que dissemos acima sobre as diferenças entre a *Geração de 70* e o Romantismo, fica também claro que esta geração assume a “sua atitude negativa ou cética em relação à crença religiosa e portanto ao Cristianismo” (Saraiva & Lopes, 1989, p. 870).

Foram precisamente estes os pilares da *Geração de 70* ao eclodir “num movimento político, filosófico e literário, cuja grandeza ultrapassou provavelmente a do próprio Romantismo” (Carla Ribeiro Sá, 2017, p. 4) e em que predominaram o “ideal reformador, a nível social, ético, literário e

cultural” (p. 6) e em que o “ser português”, na opinião da mesma autora, foi, sem dúvida, o motivo de reflexão por excelência do século XIX”, isto é, “todos se esforçaram em descobrir o que somos, como somos, num movimento de autognose” sobretudo no “seguimento de um acontecimento como o *Ultimatum* inglês” em que se assiste “a uma convergência de todas as formas de olhar a pátria” (p. 7).

Guerra Junqueiro participa ativamente em todas estas questões, como veremos mais adiante, contudo, cabe aqui dizer que, se em *A Velhice do Padre Eterno* (1885) se limita “a invectivar a agredir os homens da Igreja e a mostrar alguma sensibilidade humanitária para com as vítimas, os pobres, isto é, os simples, os iludidos, os frustrados”, em *Os Simples* são “celebrados os valores de um certo Portugal rural”, a imagem de um país “profundo, impregnado de espírito cristão” (Machado de Abreu, 2019, pp. 294-295), “uma obra de repouso lírico, de simpática vibração com a alma do povo” (Leonardo Coimbra, 1923, p. 18).

2 O papel da Igreja na segunda metade do século XIX em Portugal

2.1 As Conferências do Casino e o *Ultimatum*

No entender de Manuel Rodrigues (1980), com “a Revolução Francesa, acabara a antiga sociedade aristocrática, que defendia a origem divina do poder [e] surgia agora uma sociedade de cariz utilitarista, que assentava na importância do lucro e dava ao papel das funções públicas uma atenção muito especial” (p. 408). Ainda segundo o mesmo autor, a “apologética católica [...] não estava preparada para enfrentar este novo mundo que agora despontava” (p. 409). Talvez, por isso, a promulgação, em 1864, pela mão de Pio IX, de o *Syllabus* e em 1888, a encíclica *Libertas*, pela mão de Leão XIII, tenham tido na sua base uma tentativa de “dissuadir muitos católicos liberais de abandonarem a Igreja” (p. 415) e a “necessidade de uma organização unificada dos católicos, pondo o seu sentimento religioso acima das ideias políticas particulares” (Marco Silva, 2010, p. 20). Contudo, é sabido que nos últimos anos do século XIX o “sentimento anticlerical havia recrudescido significativamente”, uma vez que eram cada vez mais comuns os “comícios anticlericais de iniciativa própria ou como resposta à realização de cerimónias de exaltação do religioso” (p. 22).

Se por um lado o ambiente social e político é propício para que todos os aspetos da sociedade portuguesa sejam postos em causa e amplamente discutidos, por outro lado recordamos que o programa das Conferências do Casino, no qual se destaca que “não pode viver e desenvolver-se um povo isolado das grandes preocupações intelectuais do seu tempo” (Saraiva & Lopes, 1989, p. 874), incluía já nas suas intenções “estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa”. Além disso, parece-nos também pertinente salientar o facto de a “motivação próxima da ordem de encerramento [das Conferências] parece ter sido a de impedir a realização de uma conferência que ia pôr em causa a religião católica” (p. 875).

Em traços breves, percebemos que o papel da Igreja à luz da nova forma de pensar e de agir que se impunha não só em Portugal, mas por toda a Europa, era comumente posto em causa. No nosso país, em 1911, com a publicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas, uma medida tomada pelo Governo Provisório, intensifica-se “a perseguição ao clero e ao movimento católico nacional” (Marco Silva, 2010, p. 23) e torna-se claro que os republicanos pretendiam cimentar a sua atuação política e social num novo paradigma.

Pertinente será ainda agregar a todo este clima de imensa instabilidade o *Ultimatum* enviado pela Grã-Bretanha a Portugal em janeiro de 1890 e no qual Portugal “era obrigado a renunciar a um vasto território africano, ligando Angola a Moçambique”. O acontecimento provocou “uma vaga nacional de indignação contra a Inglaterra e um movimento generalizado contra a Monarquia e o próprio rei, acusados de não haverem prestado atenção suficiente aos territórios ultramarinos e, assim, de terem comprometido os interesses da Nação” (Oliveira Marques, 1995, p. 464). O momento vivido trouxe consigo emoções de raiva. Guerra Junqueiro publica *Finis Patriae* (1891) para a seguir, e ainda dentro do mesmo contexto, publicar o poema *Pátria* (1896).

Apesar de Junqueiro não ser considerado um dos nomes que surge na primeira linha da *Geração de 70*, como Eça de Queirós, Antero de Quental, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, como já aqui mencionámos, é verdade que a sua posição perante as questões políticas, sociais e religiosas, que despontam principalmente na segunda metade do século XIX, estão também largamente associadas ao seu nome através das obras de exaltação crítica que faz publicar, das amizades que

cultiva no seio daquele grupo, do apoio que lhe presta e da sua curiosidade/interesse pelos problemas que assolam o país.

Assim sendo, como se posiciona o Poeta em relação ao *Ultimatum* e em relação à questão religiosa tão em voga naqueles anos conturbados em Portugal?

Sobre a questão política, Junqueiro faz sentir a sua posição através do que publica, uma vez que as suas páginas são o espelho das suas preocupações, tal como se poderá ler nas *Anotações de Pátria*, onde o Poeta faz o que denomina de “balanço patriótico” sobre o povo português e o clero, entre outros: “um povo imbecilizado e resignado, humilde e macambúzio, fatalista e sonâmbulo, burro de carga, besta de nora, aguentando pauladas, sacos de vergonhas, feixes de misérias, sem uma rebelião, um mostrar de dentes” e, ao mesmo tempo, um povo que o Poeta adora “porque sofre e é bom, e guarda ainda na noite da sua inconsciência como que um lampejo misterioso da alma nacional”. Um povo que tem ao seu serviço, contudo, “um clero [...] desmoralizado e materialista, liberal e ateu, cujo Vaticano é o ministério do reino, e cujos bispos e abades não são mais que a tradução em eclesiástico do fura-vidas que governa o distrito ou do fura-urnas que administra o concelho”. Em 1891 os seus textos arrancam “ainda à organização combativa do republicano o exasperado, violentíssimo grito de raiva do *Finis Patriae* – de inextinguível vibração” no qual, concretamente na *Ode à Inglaterra*, “explodem todas as cóleras de um povo ofendido” (Hernâni Cidade, 1923, p. 74). Qualquer uma das obras é de carácter combativo, de crítica expressiva à falta de capacidade política para resolução dos assuntos de estado que provocam grande instabilidade na vida de qualquer cidadão, sobretudo dos mais fracos e desprotegidos.

No que concerne ao aspeto religioso, em 1885, através de *A Velhice do Padre Eterno* (um “desapiedado propósito, assumidamente realista” no entender de António Cândido Franco) conhece-se a opinião do Poeta acerca da questão religiosa – “um desrespeito por um clero, que, em grande parte, a si mesmo se desqualificara” (Coimbra, 1924, p. 166) ou ainda, segundo Cidade (1923), “neste poema, a *verdade social* é a mentira católica, como fator de retrocesso e dissolução” (p. 73) e “na *Velhice* há um formoso hino à beleza das almas simples, à fê ingénua - a sua força ascensional e purificadora” (p. 74). Além disso, e tal como defende Santos (2021) “a obra de Junqueiro é a grande resposta (satírica) que incita à mudança, que pretende abalar consciências no que aos costumes mais arreigados respeita no âmbito da Igreja e do seu clero corrupto” (p. 28).

Em *Os Simples*, contudo, o tom altera-se e o Poeta avança na sua reflexão e na busca de “uma evolução panteísta universal” e considera que, como desenvolveremos mais à frente, “Cristo é um redentor cósmico [e] o processo cósmico é infinito e por isso, nas almas e nos seres, se terá de repetir indefinidamente” (Coimbra, 1923, p. 40). A obra representa, na sua globalidade, um tempo de recolhimento e de reflexão durante o qual Junqueiro se apresenta “panteísta, quer dizer, o Deus, em que agora acredita, deixou de ser uma abstracção [tal como sucedeu em *A Velhice do Padre Eterno*] longínqua e vazia para ser um universal esforço, imanente a toda a Natureza, em ordem à realização de um ideal de indefinido e constante aperfeiçoamento” (Manuel da Costa Freitas, 1998, p. 74). A obra surge quando o Poeta parece querer ir em busca de uma verdade cósmica dentro de um período nacional ainda largamente turbulento, talvez para se reposicionar, meditar sobre o país que tão bem entendia.

Se atentarmos nas palavras dos autores acima mencionados para corroborar ambos os aspetos tratados (as questões de índole religiosa e a política) afigura-se interessante observar o pensamento de Leonardo Coimbra (1923): “sem que tivesse sido originariamente um pensador sério, Junqueiro é já, [...], uma alma de especulativos interesses universais, nesta terra, onde quem os não tem, porque não pode, se julga na obrigação de apedrejar a ansiedade dos que procuram” (p. 51).

3 Os Simples

3.1 O ambiente anticlerical em Portugal

A obra de Junqueiro, publicada em 1892, opõe-se *A Velhice do Padre Eterno* na forma como foi elaborada. Se a primeira apresenta o país através da luz, da paz, do trabalho, da serenidade, da união, da espiritualidade e do lirismo, a segunda fá-lo através da crítica crispada e da sátira. Como advogaria Leonardo Coimbra em 1923, *Os Simples* é uma obra de “repouso lírico, de simpática vibração com a alma do povo”, “um livro em que uma simpatia transbordante, invasora, cria o meio que o Poeta respira” e a “cada inspiração, a alma cristianíssima do povo e a alma esparsa da paisagem derramam-se na alma do Poeta, que, a cada expiração, as devolve aumentadas do amor com que as

envolvera e penetrara” (p. 18). Ao percorrermos as páginas de *Os Simples* o leitor é imbuído desse ambiente de conexão entre o mundo terreno e espiritual e a purificação das almas simples que labutam diariamente e acreditam numa força maior – “Toque, toque, é tarde, moleirinha santa!/nascem as estrelas, vivas, em cardume.../Toque, toque, toque, e quando o galo canta,/Logo a moleirinha, toque, se levanta,/ P’ra vestir os netos, p’ra acender o lume” (Obras de Guerra Junqueiro (OGJ), 1972, p. 872). O ambiente descrito na obra é, pois, de “lírica contemplação [na qual predomina] a simpática ressonância do lírico cristianismo” (Coimbra, 1923, p. 19) – “Que alegrias virgens, campesinas, fremem/Neste imaculado, límpido arrebol!/Como os galos cantam!...como as noras gemem!.../Nos olmeiros brancos, cujas folhas tremem,/Refulgente e novo passarinha o sol!...” (OGJ, 1972, p. 874).

Apesar do espírito contemplativo que povoa a obra “do encantamento, dos caminhos e estradas da aldeia, dos coros das moças da lavoura, a saudade do regaço e amparo da velha ama” (Coimbra, 1923, p. 20), o texto é percorrido por uma “evocação da vida”, pelas experiências de vida do Poeta e pelo seu panteísmo naturalista que “fatigado do mal de viver, se vai entregar à alegria consoladora das ilusões dos simples; mas que, readquirido o esforço pessoal de indagação, seguirá noutro caminho de alegrias e confortos espirituais” (Coimbra, 1923, p. 22) – “Vendo esta velhita, encarquilhada e benta,/Toque, toque, toque, que recordação!/Minha avó ceguinha se me representa.../Tinha eu seis anos, tinha ela oitenta,/Quem me fez o berço fez-lhe o seu caixão!...” (OGJ, 1972, p. 872). Isto significa que se observa ao longo da obra uma “resistência à Ilusão”, talvez porque Junqueiro é um espírito radicado no Portugal no final do século, no qual um apelo à ideologia anticlerical ecoa pelo país prestes a rumar na direção de um regime republicano, “de modo que o Poeta irá viver mentalmente a vida dos Simples, mas com a contradição na alma, num permanente esforço de só querer sentir com eles e como eles, adormecendo o pensamento” (Coimbra, 1923, p. 22) e ansiando pelo encontro com a justiça social e a concórdia porque Junqueiro “vê o poeta, o filósofo e as pátrias, como entidade que só atingem sua perfeição, no amor” (Dalila Pereira da Costa, 1998, p. 56).

Perante o exposto acima, parece-nos pertinente questionar o enquadramento de uma obra como *Os Simples* no contexto político e religioso do Portugal dos finais do século XIX, sobretudo se pensarmos que foi a mesma mão que poucos anos antes publicara *A Velhice do Padre Eterno*.

Já o dissemos, *Os Simples* surge da evolução moral e mental, mais esclarecedora no que à questão religiosa respeita, sobretudo após um período dominado pela doença. A obra não significa um sarar de feridas, nem sequer um adormecimento dos ideais de luta, mas, no nosso ponto de vista, corroborado por Hernâni Cidade (1923), antes um aperfeiçoamento da sua posição perante o assunto, “para responder às ansiedades do seu espírito religioso e metafísico devorou [...] milhares de páginas [...] que não lhe modificaram fundamentalmente os pontos de vista, apenas lhe esclareceram em lógico raciocínio o que era já visão intuitiva” (p. 74). *Os Simples* é uma obra feita de pessoas do campo para pessoas do campo e da cidade que labutam ao longo do dia e regressam “fatigadas ao lar aldeão e cristianíssimo, onde os corações, como o tronco do castanheiro ao lume, sentem seu supremo enlevo na dádiva de si próprios” (p. 79).

Estas palavras surgem num momento em que as ideias anticlericais ainda vibram e que *A Velhice* e o espírito de Junqueiro ainda se sentem. Por exemplo, em 1926, Eugénio Navarro escreveria em *A Batalha* que “o solitário da «Barca de Alva» foi sempre um panteísta, um crente no espírito divino – nunca na manifestação grosseira incarnada na pessoa grotesca do Padre Eterno” e acrescenta que “Junqueiro não se rendeu à Igreja como o proclamam os Católicos” (p. 4). Em 1925, na mesma publicação, Cristiano Lima dizia que “na aldeia, principalmente na aldeia, o padre é a única criatura que prepara o coração e o cérebro dos aldeãos; é o seu guia incontestado, é o seu mentor indiscutível./ Que lhes ensina ele?/ Nada./ Em troca, que recebe?/ Tudo: desde o pão que come à casa que habita, desde a sotaina que enverga até aos vícios que a ociosidade engendra” (p. 4). Não nos parece, pois, um ato imbuído de grande dificuldade se tentarmos estabelecer um paralelo com, por exemplo, o poema “A sesta do sr. Abade” integrado em *A Velhice* quarenta anos antes, o que significa a população continuava a precisar de se libertar do jugo religioso imposto ao longo de vários séculos e de avançar rumo às ideias novas provenientes da Europa. É a propósito desta falta de cultura geral e de capacidade de interpretação que Ladislau Batalha se insurge em 1926 – afirmação que de resto se coaduna com a de Cristiano Lima (1925) acima citada: “em Portugal, continua o povo a confundir Socialismo com caridade cristã, o Livre Pensamento com a Intolerância” e acrescenta que “a insuficiência de cultura geral, induzindo em erros de falsa

interpretação, impede o desenvolvimento das novas ideias, como esta mesma insuficiência no passado nos impediu de colher os frutos opimos do Renascimento e da Reforma” (p. 1).

Na verdade, e depois do que temos vindo a expor, proveniente de diferentes autores, bem como a comparação breve que estabelecemos entre *A Velhice* e *Os Simples* e o ideário da última, o ambiente anticlerical em Portugal estendeu-se ao longo de vários anos e foi tema de preocupação entre a população portuguesa mais avisada. Fica claro, que o país precisava de avançar em todas as suas vertentes, sobretudo na religiosa uma vez que dispunha de grande influência junto dos mais afastados dos centros urbanos ou dos iletrados. Talvez o país precisasse de seguir ao “toque, toque” de A Moleirinha “fresca como o branco linho” (OGJ, 1974, p. 871).

4 Conclusões

Neste ponto do nosso texto parece-nos pertinente deixar claro alguns aspetos, nomeadamente as questões colocadas anteriormente e que nortearam a nossa escrita, assim como a mensagem veiculada pela obra *Os Simples* e uma consideração breve sobre as ideias que se obtêm a partir dos excertos selecionados, principalmente sobre a questão anticlerical.

Em primeiro lugar, há que citar o próprio Poeta, cujas palavras são esclarecedoras no que concerne ao objetivo de *Os Simples* e às suas “opiniões religiosas”: “Engana-se quem entre *Os Simples* e *A Velhice do Padre Eterno* descobrir porventura contradições./ Este lirismo é o reverso daquela sátira./ Aquela indignação é o comentário desta elegia./ O cristianismo d’*Os Simples* é o inocente e meigo cristianismo popular, feito com a ignorância absoluta do dogma e com a intuição humana dos Evangelhos. [...]” e o Poeta continua o seu esclarecimento afirmando que “As minhas antigas opiniões religiosas, em vez de se modificarem, acentuaram-se cada vez mais./Redobra em mim, com um desenvolvimento progressivo de misticismo naturalista, a aversão e a hostilidade à igreja católica, grosseira fórmula materialista do transcendente e divino espírito de Jesus” (OGJ, 1974, pp. 916-917).

As palavras de Guerra Junqueiro são merecedoras da nossa melhor atenção, uma vez que o Poeta não só se posiciona em relação à questão religiosa que faz percorrer um largo conjunto de páginas a partir de meados do século XIX em Portugal e que é também um dos temas de discussão entre a chamada *Geração de 70*, como esclarece o seu ponto de vista em ambas as obras (*Os Simples* e *A Velhice*). Assim, se *A Velhice* aponta, na opinião de Dalila Pereira da Costa (1998) “para a negação do clero ao exigente ideal do cristianismo, como religião difícil, exigente, que tanto concede e assim tanto pede” (p. 59), *Os Simples* mostra-nos, segundo Manuel da Costa Freitas (1998), um “panteísta”, isto é, “o Deus, em que agora acredita, deixou de ser uma abstracção longínqua e vazia para ser um universal esforço, imanente a toda a Natureza, em ordem à realização de um ideal de indefinido e constante aperfeiçoamento” (p. 74).

Apesar das palavras do Poeta acima citadas, é verdade que *A Velhice* faz sentido em 1885 num país em decadência, em agonia e perante o qual se impunha refletir sempre com o intuito de o melhorar e de o tornar mais avisado tendo em conta os novos ventos soprados da Europa. A decadência não é apenas económica, financeira, política e cultural. É também moral. Torna-se, por isso, imperioso reagir às diferentes facetas que a decadência assume, bem como ao *Ultimatum* inglês que, em 1890, vem agudizar aquele conjunto de aspetos que convidavam ao abatimento, não obstante os esforços empreendidos pela Questão Coimbrã e pela *Geração de 70*. Reagir seria, portanto, a palavra que deveria ser gritada e Guerra Junqueiro fê-lo através de *A Velhice*, mas também através de *Finis Patriae*, *Pátria* e *Os Simples*, embora, como já referimos, com contornos diferentes no que toca à forma, mas sem descuidar os seus ideais.

Parece-nos, pois, que, ao interpretarmos as palavras dos autores citados ao longo do texto, bem como Pereira da Costa e Costa Freitas, e o próprio Junqueiro, a obra *Os Simples* espelhará, sem quaisquer desvios, o ambiente religioso vivido em Portugal nos finais do século XIX e a vontade e a necessidade de se empreender um caminho de transição “da nossa cultura para um novo paradigma identitário [que incida] grandemente na ideia de espiritualização progressiva da nação, sem contudo descurar a nossa existência objetiva” (Vera Lúcia Prescott, 2009, p. 57) e, consequentemente, encetar “um fim anunciador de um começo, de um Universo renovado” (p. 70), quer a nível político, económico, cultural e religioso. *Os Simples* seria, nos finais do século XIX, a prova de que era possível reagir, era possível crescer e fazer renascer a esperança nos homens, na fé, na educação da população.

Referências

- Catroga, Fernando (1988). O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*, XXIV(100), 211.
- Cidade, Hernâni (1923). A obra de Junqueiro na evolução literária do seu tempo. *A Águia*, III(13-14), 70-79.
- Coimbra, Leonardo (1924). Política e Religião. *A Águia*, IV(23-24), p.166.
- Coimbra, Leonardo (1923). Guerra Junqueiro. *A Águia*, III(13-14), 18-45.
- Franco, António Cândido (2023). Modernismo. Arquivo Virtual da Geração de Orpheu. Acedido em 26 de abril de 2023. Disponível em: <http://modernismo.pt/index.php/g/604-guerra-junqueiro>.
- Freitas, Manuel da Costa (1998). Guerra Junqueiro no Pensamento de Leonardo Coimbra. In Samuel, Paulo (Coords.), *Colóquio Guerra Junqueiro e a Modernidade* (pp. 55-59). Lello Editores.
- Grave, João (1917). Guerra Junqueiro. *Atlantida: Mensageiro Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil*, V(19), 528.
- Junqueiro, Abílio Guerra (1972). *A Velhice do Padre Eterno*. In Carvalho, Amorim (Org.), *Obras de Guerra Junqueiro*. Lello & Irmão Editores.
- Junqueiro, Abílio Guerra (1972). *Os Simples*. In Carvalho, Amorim (Org.), *Obras de Guerra Junqueiro*. Lello & Irmão Editores.
- Junqueiro, Abílio Guerra (1972). *Finis Patriae*. In Carvalho, Amorim (Org.), *Obras de Guerra Junqueiro*. Lello & Irmão Editores.
- Junqueiro, Abílio Guerra (1972). *Pátria*. In Carvalho, Amorim (Org.), *Obras de Guerra Junqueiro*. Lello & Irmão Editores.
- Lima, Cristiano (1925). A fé dos Simples. *A Batalha: Suplemento Literário e Ilustrado*, II(104), 4.
- Machado de Abreu, Luís (2019). *Portugal Anticlerical*. Gradiva.
- Natário, Celeste (2008). A Situação de Portugal na Europa no final do século XIX e início do século XX: a Geração de 70. *Revista Estudos Filosóficos*, (1), 100-109.
- Navarro, Eugénio (1926). Guerra Junqueiro. *A Batalha: Suplemento Literário e Ilustrado*, III(137), 4.
- Oliveira Marques, António H. (1995). *Breve História de Portugal*. Editorial Presença.
- Quental, Antero (1926). A Missão do escritor. *Seara Nova*, V(75), 56-57.
- Pereira da Costa, Dalila (1998). Um Processo de Redenção Universal pelo Amor e pela Dor. In Samuel, Paulo (Coords.), *Colóquio Guerra Junqueiro e a Modernidade* (pp. 55-59). Lello Editores.
- Pereira, Lúcia Miguel, Reys, Câmara (1945). *Livro do centenário de Eça de Queirós*. Editora Dois Mundos.
- Pinho, Arnaldo de (2003). Revelação e razão no pensamento do “Porto Culto” dos séculos XIX e XX: Amorim Viana, Pascoaes, Sampaio Bruno, Basílio Teles. *Humanística e Teologia*, (24), 371-379.
- Prescott, Vera Lúcia (2009). *A Decadência Nacional de Fim-de-Século*. Estudo sobre Guerra Junqueiro. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa. Portugal
- Rodrigues, Manuel Augusto (1980). Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu. *Análise Social*, XVI(61-62), 407-428.
- Sá, Carla Ribeiro (2017). A Geração de 70 e a Geração de Orpheu – Dois Caminhos, um Destino. Acedido em 26-04-2023. Disponível em: (32) A geração de 70 e a geração de Orpheu - dois caminhos, um destino. Carla Maria Ribeiro Sá | Carla Sá - Academia.edu.
- Santos, Lúcia (2021). *As paisagens junqueirianas em A Velhice do Padre Eterno*. Novembro Editora.
- Saraiva, José António, Lopes, Óscar (1989). *História da Literatura Portuguesa* (15.ª ed.). Porto Editora.
- Silva, Marco (2010). O anticlericalismo como ideologia. Acedido em 20-04-2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/9187>.

Raul Bopp: um estilo de vida e escrita antropofágicos

Raul Bopp: an anthropophagic lifestyle and writing

Fabíola Pedras Guimarães Mourthé¹[0009-0007-9770-2664],

Viviane Cristina Oliveira²[0000-0001-5038-7491],

letrasguimaraes@gmail.com, vivianecristina@uft.edu.br

¹Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

²Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Resumo. O presente artigo aborda o percurso do poeta modernista e viajante obstinado Raul Bopp. Para ele, a viagem determina a escrita. Ela está aberta para o mundo visto, imaginado, visitado. Fundamentalmente, ressalta a especialíssima escrita boppiana, desenvolvida entre e durante viagens, muitas vezes dispersiva, fragmentária, inconstante, outras vezes, telegráfica e abreviada como eram as correspondências enviadas aos amigos. Nos textos literários observa-se algo errático, com suas retomadas e repetições, também não abdicando da busca de perfeição, como em *Cobra Norato*. Ressalta também o uso de diminutivos como marca de sua formação e marcante propensão do Modernismo para a transformação da linguagem normativa, com suas tendências retóricas classicizantes, em uma linguagem mais descontraída, brincalhona, irônica e lúdica. E ainda evidencia o processo de criação, a diversidade temática, os preparativos para a escrita e o esboçar da trama do seu *Cobra Norato*, poema fulcral do Modernismo brasileiro. Enfim, escrever em viagem e sobre viagens, fragmentariamente, renova o processo antropofágico de tudo devorar à sua volta, quando se desloca.

Palavras-Chave: Raul Bopp, Escrita, Viagem.

Abstract. This article deals with the path of the modernist poet and obstinate traveller Raul Bopp, for he, the journey determines the writing. It is open to the world seen, imagined, visited. Fundamentally, it emphasizes the very special Boppian writing, developed between and during trips, often dispersive, fragmentary, inconstant, other times telegraphic and abbreviated, as in the correspondences sent to friends. In the literary texts, something erratic can be observed, with its retakes and repetitions, also not abdicating the obsessive search for perfection, as in *Cobra Norato*. It also emphasizes the use of diminutives as a mark of his formation and the marked propensity of Modernism for the transformation of normative language (with its classicizing rhetorical tendencies) into a more relaxed, ironic and playful language. And He also evidences the creation process, the thematic diversity, the preparations for writing and the outline of the plot of his *Cobra Norato*, a core poem of Brazilian Modernism. Finally, writing on a trip and about trips, fragmentarily, renews the anthropophagic process of devouring everything around him, when he moves.

Keywords: Raul Bopp, Writing, Trip.

1 Introdução

O presente texto tem como finalidade esboçar sucintamente um roteiro das viagens de Raul Bopp, por esse Brasil adentro, desde a primeira viagem, aos 16 anos, quando saiu de Tupanciretã a cavalo,

rumo à fronteira do Brasil com a Argentina, até as suas viagens diplomáticas, mundo afora, ligando-o indissociavelmente ao universo da escrita.

Aborda-se ainda o processo de escrita do poeta, desenvolvido entre viagens. Por isso, procura-se detectar a fragmentação e a montagem na obra boppiana, na construção de seus livros, enquanto contribuição para compreender o referido processo, submetido às constantes mudanças que uma vida de viagens implica. E ainda o cruzamento da noção do fragmento benjaminiano com os princípios de expansão radicular de Deleuze e Guattari ajudam a compreender o percurso de (re)composição da escrita boppiana, destacando, além disso, o uso de palavras no diminutivo, às vezes com significação afetiva e outras resultando em ironia. Trata-se, portanto, de sublinhar reconhecidamente o que se pode apelidar de trabalho antropofágico de recriação textual de *Cobra Norato*, além da diversidade temática, os preparativos para a escrita e o esboçar da trama do poema fulcral do Modernismo brasileiro.

1.1 Apresentação de Raul Bopp: viajante, escritor, diplomata

Raul Bopp foi poeta, advogado, jornalista, diplomata e um viajante apaixonado. Desde bem cedo, viandante destemido, sempre aberto às diferenças, rompeu fronteiras para conhecer o mundo nas suas mais diversas manifestações.

Com apenas 16 anos, sozinho, realiza sua primeira viagem, que durou aproximadamente oito meses e representou um verdadeiro rito de passagem, para a Argentina e Paraguai e voltando para o Brasil, passando por Mato Grosso.

Institui-se, para o moço gaúcho, uma comunhão entre viajar e escrever, entre tradição oral e registro poético, entre paisagem e mito. A importância dessa jornada no seu trabalho pode ser observada em poemas que pertencem à primeira etapa da sua produção, em que faz uso de lendas folclóricas de forma inovadora.

Bopp viaja pelo Brasil também no tempo de sua formação universitária. Fez o curso de Direito em quatro universidades: em Porto Alegre, no Recife, em Belém do Pará e no Rio de Janeiro. Após concluir o curso de Direito, regressa a São Paulo com uma interessante bagagem de experiências adquiridas em suas viagens pelo país e pelos núcleos pré-modernistas e modernistas de Belém, Rio de Janeiro e São Paulo.

No período entre 1927 e 1928, Bopp aproxima-se de Oswald de Andrade e da artista plástica Tarsila do Amaral. Tornou-se um dos personagens principais do Movimento Antropofágico de 1928. Eles lançam o mais radical de todos os movimentos do período: a Antropofagia.

As ideias do grupo são publicadas na *Revista de Antropofagia*, da qual Bopp era um dos editores. A sua participação foi fundamental para a divulgação do Movimento, pois usufruía do envio postal para aproximadamente sete mil sócios da Associação Paulista de Boas Estradas.

Provavelmente para distanciar-se de um amor perdido⁷ e da desilusão com o fim do Movimento Modernista, Bopp deixa a cidade de São Paulo, embarca em um cargueiro japonês e viaja dois anos sem parar, entre 1929 e 1931.

Inicia-se, em 1929, o que Bopp denomina como sendo o seu “desquite amigável” com a literatura, que dura quase 30 anos, mas isso não significou que deixou de escrever durante esse longo período. Começa com a dispersão do grupo antropofágico e, em 1932, com o ingresso do autor na carreira diplomática. Bopp foi nomeado auxiliar contratado, no Consulado do Brasil, em Kobe, no Japão, em 25 de maio de 1932. Ele aposentou-se em 1963, na condição de embaixador e voltou a residir no Brasil, após viver quase 30 anos em diversos países, em função da sua carreira.

⁷ Patrícia Galvão, a Pagu, muito jovem, bonita, inteligente, recém-saída da Escola Normal; com seus desenhos e poemas inquietantes, tornou-se a musa antropofágica. Raul Bopp apaixonou-se por Pagu, sua musa inspiradora, para quem compõe o poema “Coco de Pagu”. Ela, no entanto, prefere Oswald de Andrade, que na época era casado com Tarsila do Amaral. Pagu engravidou de Oswald, que rompe com Tarsila e se casa com a jovem normalista.

2 Uma escrita desenvolvida entre e durante viagens: “A disposição de captar as suas essencialidades”

Em suas narrativas de viagem, o poeta-viajante apresenta informações dos costumes e culturas dos povos, detalhes geográficos e históricos dos lugares por onde passou, numa narrativa intermitente, fragmentária e sem datação. A esse respeito, assevera a investigadora Viviane Cristina Oliveira:

Ao ler as memórias boppianas, temos a impressão de que não é no curso de uma biografia que emergem as descrições e as narrações sobre os lugares, mas, pelo contrário, é no decorrer das notas e impressões sobre os mais diversos países e cidades que flagramos num momento ou outros flashes de uma vida que se entrega esparsamente e em estilhaços, cabendo ao leitor tentar unir os fios para vislumbrar uma cronologia (Oliveira, 2010, p.26).

Para isso, talvez tenhamos que rearmar sua confusa ordem discursiva, conectando seus textos dispersos e fragmentários, como sugere Polar a respeito do migrante em geral:

a dinâmica centrífuga do discurso migrante e sua reivindicação da múltipla vigência do aqui e do lá, do agora e do ontem, quase como um ato simbólico que, no próprio instante em que afirma a rotundidade de uma fronteira, está burlando-a e mesmo escarnecendo-a, mediante a fluidez de uma fala que se emite de qualquer dos seus lados e sempre de maneira eventual, transitória, repetindo a condição viajeira do sujeito que a diz (Polar, 2000, p. 133).

No que tange à escrita telegráfica e abreviada, Sérgio Buarque de Holanda revela a forma como o amigo viajante informava-lhe o seu paradeiro:

As notícias que passaram a chegar até nós vinham das paragens mais inesperadas, e sempre naquele idioma telegráfico especial que inventou e que não se sujeita a tradução sem tirocínio. Um cable de Salónica

“Istambulíssimo inegiptível atenizarei”. Evidentemente, queria dizer, mais ou menos: “Istambul é uma delícia. Desgraçadamente não me será possível ir até ao Egito, conforme era o meu propósito. Sigo entretanto para Atenas”. Um postal da Itália trazia simplesmente um risco a tinta e, mal desenhados, a uma das pontas, o campanile de São Marcos, à outra, a torre Eiffel. Queria dizer que embarcaria em Veneza com destino a Paris. E se estou bem lembrado, ainda tinha um croquis da Porta de Brandenburg. Tradução: “Já volto (a Berlim)” (Holanda, 1978, p. 120).

Guilhermino César, entrevistado por Zé Lima, também revela particularidades da escrita de Raul Bopp, no período em que ele estava no Japão:

Quando estava no Japão, por exemplo, escrevia muito. Ele era engraçadíssimo: pegava uma folha de papel, botava na máquina e escrevia bilhetinhos para várias pessoas. Numa folha de papel, escrevia para dez pessoas. Depois, cortava os bilhetes e botava aquelas tiras de papel no envelope.

Cartas interessantes, divertidas: “Eu tenho comigo parte da correspondência dele com o Athos Damasceno. Ele mandava desenhos pornográficos, cartões bem candangas, porque sabia que o Athos gostava dessas coisas caricatas” (Lima, 1985, p. 93).

José Lins do Rêgo, ao falar da escrita de Bopp, alude também ao modo de ser dispersivo, fragmentário e inconstante do poeta:

Raul Bopp, às vezes, me escreve a lápis de côr, à máquina e em tinta preta. Tudo isso numa mesma carta e, quase sempre, sem assinatura. O poeta não faz isso para compor uma atitude. Faz assim porque, pelo seu feitio, não realizou ainda nada que tivesse, ao mesmo tempo, começo e fim. É um homem aos pedaços (Rêgo, 1969, p. 159).

Em carta não oficial, enviada ao amigo Luís Vergara, Bopp dá dicas de como otimizar a mensagem telegráfica, como se estivesse enviando cartas a um jovem pretendente a escritor, para que enviasse notícias com mais frequência para Yokohama, poupando nas palavras e no custo:

Emende com jeito uma palavra na outra, pronomes, preposições, etc. que o telegrafista aceita tudo como idioma português. Endereço já sabe: Consbras Yokohama. E com umas 20 palavras bem redijadas vem notícia pra burro, e custará uns 3 yen apenas [...] alguma notícia sobre os nossos amigos promovido, removido, etc. Desse jeito a gente fica mais próximo, que com telegrama a 3 yen e 42 por palavra taxa ordinaria ninguém aguenta[sic] (Bopp, 1935, p. 10-11).

Num telegrama⁸, comunicando a Ribeiro Couto a data do seu embarque para Lisboa, além do diminutivo, percebemos a criatividade que é peculiar a Bopp:

OBRIGADISSIMO AMABILIDADE TELEGRAMA VAPORIZINHO ZARPARAH HOJE LISBOAREMOS 24 CONTENTE BREVE PODER ABRACAR VELHOS AMIGOS EMBAIXADA CONSULADO GRANDE ABRACO ORTOGRAFICO RAUL BOPP [sic] (Bopp, 1945. s/p, destaque nosso).⁹

Até mesmo em documentos oficiais, pedindo revisão dos vencimentos da sua aposentadoria, ele utiliza diminutivo: “Apenas uma palavrinha de felicitação”. Também em seus textos em prosa, o autor faz uso com frequência do diminutivo das palavras, como em *Memórias de um Embaixador*: “com baldeação num trenzinho de montanha [...] aproveitando as horinhas escassas de sol [...] à beira de um riozinho [...] uma longa ladeirinha ajardinada” (Bopp, 1968, p. 139, destaque nosso). A significação construída com as palavras no diminutivo é continuamente afetiva, carinhosa e delicada, mas, às vezes, resulta em ironia e crítica. Essa descontração, não só verbal, no começo da sua atividade na diplomacia, chegou a causar-lhe algum incômodo, quando foi advertido por reclamar para lá do aceitável, em termos e num estilo considerados inapropriados (cf. ofício nº 305,14 de 27-11-1933)¹⁰.

Da sua viagem a bordo do cargueiro japonês, de 1929 a 1931, em uma das cartas¹¹ que escreve a Augusto Meyer, Bopp menciona o processo de escrita do seu *Cobra Norato*. Pode-se realçar, além de palavras no diminutivo, que a sua linguagem é descontraída, brincalhona e irônica:

Norato é um livro de efemero. Vale por umas audacias extragramaticas e uma movimentação de material de camada popular. Só. Muito exposto, embolôra logo. Recomendei pra la que não mettessem muita virgula. Só o necessario pra eviatr ambiguidades. faço questão é dos intervalos entre cada grupo de verso. Isso sim É uma especie de educação do verso. Linha. Também dos acentos. Norato é um livro pra crianças. As vogaes precisam estalar bem. Acento circunflexo é uma especie de gravata da palavra. Lagoa sem acento perde a graça. Eu gosto é de abundancia. Pagina grande letra grande acabar com as vinhetinhas de merda cagadinhas de mosca, simples, dedicado a dona tarsila, por uma divida de cortezia antropofagica.

Preciso escrever bandalheira (contra os meus habitos!) falar em culhões, enrabação etc. [sic] (Bopp, s/d, s/p, destaque nosso).

É interessante ressaltar que o diminutivo, especialmente dos verbos, seria tema da subgramática do Movimento Antropofágico: é o que afirma Bopp, em *Movimentos Modernistas no Brasil*, ao mencionar algumas teses da referida subgramática:

Uma das singularidades dos falares rurais, especialmente na Amazônia, é o uso dos verbos no diminutivo, com uma maneira de dizer afetiva, que ainda não teve registro nos compêndios: Estarzinho; Dormezinho; Fazer doizinho; Querzinhos de experimentar corpo e outras expressões de forte acento elegiaco (Bopp, 2012, p. 106, sublinhado nosso).

Nos versos de *Cobra Norato*, o autor emprega verbos no diminutivo, comprovando o uso da subgramática do Movimento Antropofágico e a influência de Antônio Brandão do Amorim, que usava verbos no diminutivo, como, por exemplo, “estarinho”, “dormezinho”, “esperazinho” (recolheu os falares regionais chamados *nheengatus*, nas malocas do alto Urariquera), assim como é utilizado por Bopp:

Ando com uma jurumenha

⁸ Fonte: Arquivo Literário, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

⁹ Conforme documento datado de 12 de outubro de 1973, pertencente ao Maço Pessoal do diplomata, que se encontra no Arquivo Histórico do Itamaraty, em Brasília.

¹⁰ Fonte: Maço Pessoal do diplomata, Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília.

¹¹ Idem.

que faz um doizinho na gente
e mexe com o sangue devagarinho
[...]
para ter um querzinho
da filha da
rainha Luzia
(Bopp, 2009, p. 18, destaque nosso).

Assim, podemos concluir que Bopp, durante toda a vida e toda a sua escrita, usou os diminutivos como marca de sua formação e marcante propensão do Modernismo para a transformação da linguagem normativa, com suas tendências retóricas classicizantes, em uma linguagem mais arejada, lúdica e gostosa, ao modo brasileiro mais íntimo e afetuosos. Entretanto, em certas ocasiões, o diminutivo resulta pejorativo.

No tocante ao livro mais conhecido e elaborado de Bopp, *Cobra Norato*, o narrador-personagem faz uma viagem pela densa floresta amazônica, mas para isso ele “troca de roupa”, entra na pele elástica de uma cobra, pois só assim poderá transpor um ciclo exaustivo de provas: “passar por sete portas, ver sete mulheres brancas de ventres despovoados guardadas por um jacaré, entregar a sombra para o Bicho do Fundo, fazer mirongas na lua nova, beber três gotas de sangue” (Bopp, 2009, p. 05). Movido pelo desejo erótico, o protagonista segue em busca da filha da rainha Luzia, com quem pretende casar-se. No entanto, terá de enfrentar Cobra Grande, seu opositor, que também deseja a mesma moça. O protagonista não luta com a Cobra Grande, ele a engana.

O herói-narrador apossa-se, literalmente, antropofagicamente, da “pele de seda elástica” do mito e assume essa concepção:

Brinco então de amarrar uma fita no pescoço
e estrangulo a Cobra.
Agora sim
Me enfio nessa pele de seda elástica E saio a correr
mundo.
(Bopp, 2009, p.3)

Norato, vestido na pele de cobra, desloca-se para as “ilhas decotadas”, rumo às terras do “Sem-fim”. E convida o leitor para essa fantástica viagem, para tanto, ele avisa: “Então você tem que apagar os olhos primeiro” (Bopp, 2009, p. 03). A afirmativa indica que, para embarcar nessa viagem é necessária uma mudança radical de perspectiva, é preciso metamorfosear-se, entrar também nessa pele elástica. Só assim será permitido o acesso a essa aventura fantástica e poética.

Em relação à *Cobra Norato*, ressalta a pesquisadora Fabíola Mourthé:

Indubitavelmente, *Cobra Norato* (juntamente com *Macunaíma*, de Mário de Andrade) é um livro representativo, incontornável, do Modernismo brasileiro. Todavia, a obra de Raul Bopp não se limitou a esse livro icônico. Os outros escritos têm sido relegados para um plano de inferioridade que não tem favorecido o retrato intelectual e literário do autor. Os seus textos literários sobre os negros brasileiros constituem uma parte a considerar da sua obra mais vasta (Mourthé, 2020, p.134).

Em *Vida e morte da Antropofagia*, Bopp revela que a sua motivação para escrever *Cobra Norato* surgiu em suas andanças pelo Baixo Amazonas, quando escutou causos da Cobra Grande, que na lua cheia ia cobrar o resgate de uma moça. E, impactado com a influência dos *nheengatus*, colhidos por Antônio Brandão Amorim, pensou “em fixar esse mito num episódio poemático, tendo como pano de fundo, a grande caudal de água doce e a floresta”. E, para compor a personagem feminina, lembrou-se da “velhinha de Valha-me-Deus (ilha de Tucum, no litoral maranhense)”, que lhe contou “uma história obscura da filha da rainha Luzia” (Bopp, 2008, p. 85). Além de ressaltar a inspiração temática, ele relata os preparativos para iniciar a escrita e esboçar a trama do poema, a partir de uma ideia central e, depois, convulsivamente ordenando um universo amazônico (Bopp, 2008, p. 86-88).

Em *Movimentos modernistas no Brasil*, a seção intitulada “Diálogos” é estruturada com questionamentos e respostas, sugerindo uma entrevista. No prefácio do livro, Bopp esclarece que essas perguntas foram elaboradas por José Condé, para o *Correio da Manhã*. De Belém, as anotações, coletadas de sua experiência amazônica e as primeiras estruturas do poema. A respeito do poema amazônico, questiona e esclarece que foi construído paulatinamente, *devagarzinho* (usando um dos seus diminutivos) (Bopp, 2012, p. 135-136).

Em 1927, em São Paulo, retoma a escrita, motivado pelo clima Antropofágico/Modernista, conforme depoimento do próprio: “com o acolhimento carinhoso de Tarsila e Oswald de Andrade, recopiei-o. Fiz alguns retoques. Adicionei imagens novas. Suprimi versos que já não me agradavam mais” (Bopp, 2008, p. 96).

Em *Vida e morte da Antropofagia*, Bopp relata novamente que foi sob a influência dos amigos do Movimento Antropofágico que retomou a escrita do poema: “Mas em São Paulo, com o ambiente de animação que havia (grupo Tarsila & Oswald de Andrade), decidi ordenar esses elementos em torno de uma lenda, trazendo também, nas suas incidências, a presença de alguns personagens de folclore” (Bopp, 2012, p. 136).

Observamos que o escritor vai aperfeiçoando o seu texto, como um artesão. O poema é finalizado a bordo do cargueiro japonês, na viagem que realiza entre 1929 a 1931, conforme cartas enviadas a Augusto Meyer e a Peregrino Júnior, localizadas na Fundação Casa de Rui Barbosa, de que, a seguir, se fornece um excerto da que enviou ao primeiro:

Metime na cabina remexi papelama e me deu na telha continuar a cobra norato sahiu comprida. Cortei uns trócos sobre a serra do lobishome vira-sebo e uma cantiguinhas de putirum com um saborsinho de bandalheira [sic] (Bopp, s/d, s/p).

É importante ressaltar que *Cobra Norato* foi idealizado em 1921, escrito paulatinamente até ser publicado em 1931, e que até à 9ª edição do livro, em 1969, o texto sofreu alterações significativas. A cada edição o poema era reescrito, com modificações, supressões e acréscimos e somente a partir da 9ª edição permaneceu sem alterações. Desse modo, podemos dizer que o poeta foi “antropófago” de seu próprio texto, pois o reescreveu exaustivamente em busca de algo melhor, como que deglutindo progressivamente o discurso para a recomposição (ou regurgitação), usando o método modernista de absorção/devoração do que é estranho e novo para incorporação na trama da modernidade brasileira. Sua dedicação e trabalho em lapidar a escrita, em busca de uma excelência, ressaltam assim a sua pertinácia em não abandonar os textos, em não descurar a sua publicação, em não baixar a guarda quanto à proteção do funcionamento da obra, o desejo de divulgação e recepção crítica, mesmo que algumas vezes afirme o contrário.

Carlos Drummond de Andrade dá conta disso no artigo “Volta de Bopp”, publicado no *Correio da Manhã*, em 17 de agosto de 1947, e no jornal *Folha de Minas*, de 28 de setembro de 1947, ambos localizados na Fundação Casa de Rui Barbosa. O poeta mineiro aborda, então, a questão da “remanipulação artística do texto”, realizada por Bopp ao longo das várias reedições de *Cobra Norato*, revelando o amadurecimento do poeta e seu desejo de perfeição:

A uma perspectiva de vinte anos os poemas de Bopp nos apresentam sua face duradoura que o autor quis tornar ainda mais nítida pela remanipulação artística do texto. Abra-se uma edição anterior de “Cobra Norato” e confronte-se com a edição primorosa de Zurich, agora aparecida. É o mesmo poema e é outro. Numa pesagem de miligramas, atento ao ritmo, ávido de precisão vocabular, cioso de composição, consciente enfim das obrigações literárias que o modernismo aparentemente desprezava mas que, na realidade, não podia esquivar-se. Bopp substituiu, deslocou, suprimiu palavras, expressões, frases, versos. O leitor superficial dará menor apreço a estas alterações de forma, que seduzirão, contudo, os amantes da expressão poética [sic] (Drummond, 1947, s/p).

No artigo, o mineiro sugere ao leitor um estudo da evolução poética de *Cobra Norato*, além de apresentar vários exemplos das alterações realizadas por Bopp. Drummond ressalta a consciência oficial da escrita que levou Bopp a lapidar sua obra-prima, atingindo seu apogeu. Com a partida para longe do Brasil, Bopp mudou o tipo de vida, as suas funções profissionais, sociais e intelectuais, mas não o vício da escrita e o desejo de escrever e deixar testemunho. No seu caso, deixar testemunho explicando algo do próprio movimento modernista ou reportando aquilo que foi vendo e vivendo em algumas andanças passou a ser tão importante como produzir um novo *Cobra Norato*. É por isso que a sua obra, a partir de *Cobra Norato*, merece mais atenção, pois o modo de produção e de escrita, de composição de texto, podemos dizer que deu continuidade aos princípios do modernismo de reinvenção e cruzamento de gêneros, de uma linguagem mais solta e indomesticada, adequando-se a um projeto de trotamundos e improvisação.

Escrever, para Bopp, parece ter sido uma atividade similar ao comportamento vital: cirandar, conviver, observar, comparar, na busca de um devir moderno, onde quer que estivesse. Devir de novas “regiões”, como o modernismo requeria, porém com identidade brasileira. Esse trabalho, algo errático, com suas retomadas e repetições, também não abdicava da busca de perfeição, como verificamos com *Cobra Norato*.

Esse tipo de trabalho antropofágico deve ser entendido como recriação textual através do aproveitamento de novas leituras e vivências que o levavam a renovar a criação original, aproveitando para incorporar ao longo do poema de inspiração amazônica substâncias diversas, que assim se assimilavam ao desejo de identidade brasileira que foi típica do modernismo insaciável de novas fontes. Como se o texto, se pensarmos por exagero, nunca estivesse pronto, acabado, mas, pelo contrário, pronto para antropofagicamente renascer, assimilando uma nova palavra, uma mudança sintática, criando um dinamismo e acabando por propiciar novas significações.

O espírito de antropofagia estendeu-se às viagens, pois o movimento de viajar é, em si próprio, a imagem da deglutição, rápida ou demorada, de um local, uma cultura, uma convivência. Escrever sobre essas viagens, por impulso ou por encomenda (quando a isso obriga a função diplomática), é prolongar o desejo antropofágico de variedade que se assimila para refazer a própria ideia que se tem da cultura brasileira. Escrever em viagem e sobre viagens, fragmentariamente, renova o processo antropofágico de tudo devorar à sua volta, quando se desloca.

Daí que trechos e textos inteiros mudem, também eles, de lugar, como certos trechos que compõem *Notas de viagem* – Uma volta pelo mundo em 30 dias (1959), inicialmente dedicados à família e amigos, que aparecem também em *Coisas do Oriente* (1971) e *Longitudes* (1980). Faz isso parte do processo modernista de Bopp, canibalizando-se nessa devoração antropofágica de sentidos em viagem constante no interior de si e no exterior do mundo, em busca de sensações e da vertigem de uma obra a fazer-se, retomando-a, reformulando-a, reproduzindo-a, na ânsia hipermodernista de mais além.

Assim como o viajante que se desloca, a obra de Bopp também migra, circulando entre gêneros diversos e antecipando um tipo de multimodalidade. Não apenas um trecho de um livro transporta-se para outro livro, mas a sua poesia emigra para o teatro, *Cobra Norato* foi adaptado para o teatro de marionetes, pelo Giramundo¹², em espetáculo de dança, pela Companhia de Dança Terra Brasilis¹³ e também em balé¹⁴, ideia do bailado, vendo-se assim que o autor concebe o texto também como ser mutante, atravessando gêneros e subgêneros, como se fosse precisamente um viajante.

A capacidade de reescrever o que já foi publicado é, inclusive, realçada por alguns críticos. Conforme Gilberto Mendonça Teles (1978), “o escritor que está sempre devorando a própria obra, modificando-a de edição para edição, num instintivo prazer de ‘mastigar-se’ e mastigar até a atitude perfeccionista que deve transitar do embaixador para o escritor” (Teles, 1978, p. 103). Para o ensaísta, Bopp buscava o perfeccionismo e, mais que isso, tratava-se desse jogo recursivo, próprio de sua escrita, pois, como já salientamos, a retomada e recorrência dos textos já publicados foram constantes no seu percurso.

Diante disso, é evidente a maneira como a vida de Bopp confunde-se com sua obra, como uma influenciou determinantemente a outra, e vice-versa, no sentido da fragmentação e desordem da vida, que à mesma vida retornam na ordenação desordenada do discurso literário e memorial.

3 Conclusões

Para Raul Bopp, o desejo de andarilhar antecedeu a escrita, quando, na adolescência, sozinho, encetou correr o mundo e, a partir dessa experiência, escreveu seus primeiros poemas. O período de formação universitária foi ensejo para prosseguir suas andanças, pois cursou Direito em quatro capitais e, à época, em Belém, começou a produzir seu *Cobra Norato*.

Viajando entre 1929 a 1931, num périplo a bordo de um cargueiro japonês, conclui *Cobra Norato*. De fato, foi possível reconstituirmos o percurso de elaboração de *Cobra Norato*, identificando os elementos que motivaram não apenas a composição do poema amazônico, mas de textos diversos, de diferentes fases da sua produção, através da leitura de documentação de arquivo.

Identificamos, então, uma escrita boppiana em que sobressaem fragmentações e montagens. A sua escrita fragmentária é própria do viajante, com estilo que emerge conscientemente do

¹² *Cobra Norato*, espetáculo do Grupo Giramundo, dirigido por Álvaro Apocalypse, em Belo Horizonte, 1979.

¹³ *Cobra Norato*, a lenda, em São Paulo, 1995.

¹⁴ *Cobra Norato*, balé, sob a direção de Lia Robatto, s/d, Salvador, e por Cláudio Santoro, 1967.

modernismo, num jeito especialíssimo que o identifica, com frases soltas, numa linguagem coloquial inspirada na oralidade tradicional e cotidiana, frequentemente utilizando palavras no diminutivo, tantas vezes com ironia e grande descontração, demonstrando o seu poder inventivo e a capacidade de improviso, que se tornaram reconhecidos inclusive nas tertúlias de amigos.

Esta literatura modernista é o resultado de uma época de grandes mudanças repercutindo em impulsos criadores frenéticos e fulgurantes, com clara ilustração no seu caso. Sendo as viagens a sua obsessão, para conhecer o mundo em contato direto, por elas se dispôs a escrever fragmentariamente textos literários, reportagens, memórias, testemunhos, cartas e bilhetes aos muitos amigos e outros interlocutores, mostrando também assim a sua criatividade, que incluía o bom humor, a ironia e a irreverência, tão característicos da antropofagia.

O refazer do universo literário de Raul Bopp – através da reavaliação e do seu reconhecimento - pelo trabalho da memória histórica, através dos arquivos, é também uma exortação ao continuado labor com a documentação que necessita do olhar dos pesquisadores, para ser possível reconstruir, com persistência e visões renovadas, as heranças dos antepassados.

Referências

- Andrade, Carlos Drummond de. (17-08-1947). Volta de Bopp. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, s/p.
- _____. Volta de Bopp. (28-09-1947). *Folha de Minas*. Belo Horizonte, s/p.
- Bopp, Raul. (1931) *Cobra Norato*. 1ª ed. São Paulo: Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz.
- _____. (1932). *Urucungo*. Rio de Janeiro: [s. n.].
- _____. (1937). *Cobra Norato*. 2ª ed. Rio de Janeiro: [s. n.].
- _____. (1959). *Notas de viagens – uma volta pelo mundo em trinta dias*. Berna: Druck Stampfli.
- _____. (1968). *Memórias de um embaixador*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (1969). *Putirum*. Rio de Janeiro: Editora Leitura.
- _____. (1971). *Coisas do Oriente – viagens*. Rio de Janeiro: Tupy.
- _____. (1972). “Bopp passado a limpo” por ele mesmo. Rio de Janeiro: Tupy.
- _____. (1977). Viagens nos tempos de antigamente. *Atas da Academia Brasileira de Letras* (pp. 01 – 10). Rio de Janeiro.
- _____. (1978). *Mironga e outros poemas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1980). *Longitudes: crônicas de viagens*. Porto Alegre: Movimento/IEL.
- _____. (2008). *Vida e morte da antropofagia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (2009). *Cobra Norato*. 28ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (2012). *Movimentos Modernistas do Brasil: 1922-1928*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Deleuze, Gilles., & Guattari, Felix. (1997). *Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. V. 1. São Paulo: Ed. 34.
- Holanda, Sérgio Buarque de (1978). O bom dragão. In: Bopp, Raul. *Mironga e outros poemas* (pp. 118-122). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lima, Zé. (1985). *Raul Bopp*. Coleção Esses Gaúchos. 2ª ed. Porto Alegre: Tchê!.
- Mourthé, Fabíola. (2020). *O percurso intelectual de Raul Bopp: viagem, escrita e intervenção social*. Braga: Crescente Branco.
- Oliveira, Viviane Cristina. (2010). *Escritos em prosa e verso de Raul Bopp: releituras do modernismo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil.
- Polar, Antonio Cornejo. (2000). *O condor voa: literatura e cultura latino-americanas*. Trad. Ilka Valle de Carvalho. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Rêgo, José Lins do. (1969). Texto sem título. In: Bopp, Raul. *Putirum* (pp. 159-161). Rio de Janeiro: Editora Leitura.

Teles, Gilberto de Mendonça (1978). Prefácio. In: Bopp, Raul. *Mironga e outros poemas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Textos de Arquivo

Carta de Raul Bopp a Augusto Meyer. Rio de Janeiro. s/d, 1 f., juntamente com *Cobra Norato*. Arquivo Literário da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, s/d. 18 f. Carta de Raul Bopp a Luís Vergara. Yokohama.

CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1935. 11 f.

MAÇO PESSOAL do diplomata Raul Bopp. Acervo Histórico do Itamaraty. Brasília.

Telegrama de Raul Bopp a Ribeiro Couto. S/d. Acervo histórico do Itamaraty. Brasília. 1 f.

Caracterização das crianças *talibé* bissau-guineenses identificadas e reintegradas no ano 2022

Characterization of Bissau-Guinean *talibé* children identified and reintegrated in the year 2022

Filipe Dias¹[ORCID 0000-0002-5067-5765], Maria José Rodrigues¹[ORCID 0000-0003-1029-149X], Ana Prada¹[ORCID 0000-0003-2290-3692], Cristina Mesquita¹[ORCID 0000-0002-4992-8614]

filjmdias@hotmail.com, mrodrigues@ipb.pt, raquelprada@ipb.pt, cmmgp@ipb.pt

¹Centro de Investigação em Educação Básica, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo. Milhares de crianças da África Ocidental são enviadas para estudar em escolas corânicas, sendo estas crianças geralmente designadas *talibé*. Muitas delas são forçadas a pedir esmola e a conseguir angariar diariamente nas ruas por uma determinada quantia de dinheiro, previamente estipulada pelo seu mestre corânico. Nesta condição, estas crianças ficam sujeitas, frequentemente, à violência física e a outras formas de abuso. Assim, as condições de vida destas crianças são precárias e encontram-se, na maioria das vezes, em situação de extrema vulnerabilidade. Este estudo, de natureza quantitativa, caracterizou as crianças *talibé* bissau-guineenses identificadas e reintegradas durante o ano de 2022, bem como fez o mapeamento dos locais de origem e destino destas crianças. Os resultados englobam um grupo de 196 crianças *talibé* bissau-guineenses, em situação de vulnerabilidade, tendo em conta diversas variáveis como a idade, o sexo, a etnia, o local de origem, o local de destino, a situação familiar, o modo de identificação, o motivo da partida e o local de entrada na Guiné-Bissau, sendo apresentados em formato de infografias para as diferentes variáveis. Para além disso, foram elaborados dois mapas com a representação dos 34 percursos que as crianças fizeram desde a sua origem até ao destino, na maioria para o Senegal. Considerando os dados recolhidos, conclui-se que as entidades envolvidas na proteção dos direitos das crianças devem estar melhor informadas aquando da elaboração de políticas públicas, planos de ação estratégicos, projetos, ações de intervenção ou sensibilização.

Palavras-Chave: Crianças, *Talibé*, Guiné-Bissau.

Abstract. Thousands of West African children are sent to study in *daaras*, these children are usually designated *talibé*. Many of them are forced to beg for alms and to be able to raise daily in the streets a certain amount of money, previously stipulated by their Quranic master. In this condition, these children are often subjected to physical violence and other forms of abuse. Thus, the living conditions of these children are precarious and they are, in most cases, in a situation of extreme vulnerability. This study, of a quantitative nature, characterized the Bissau-Guinean *talibé* children identified and reintegrated during the year 2022, as well as mapped the places of origin and destination of these children. The results include a group of 196 Bissau-Guinean *talibé* children, in a situation of vulnerability, taking into account several variables such as age, sex, ethnicity, place of origin, place of destination, family situation, mode of identification, reason for departure and place of entry into Guinea-Bissau, being presented in the form of infographics for the different variables. In addition, two maps were drawn up with the representation of the 34 routes that the children made from their origin to their destination, mostly to Senegal. Considering the data collected, it is concluded that the entities involved in the protection of children's rights should be better informed when preparing public policies, strategic action plans, projects, intervention actions or awareness-raising.

Keywords: Children, *Talibé*, Guinea-Bissau.

1 Introdução

Os movimentos migratórios têm aumentado nos últimos anos. Um significativo número de migrantes são crianças e se, por um lado, muitos dos movimentos migratórios podem ter contributos positivos ao nível das interações sociais, culturais e profissionais, por outro, as condições em que alguns movimentos migratórios ocorrem atualmente, causam efeitos adversos para os migrantes mais vulneráveis, em particular as crianças (ECOWAS, 2016). Milhares de crianças da África Ocidental são enviadas pelos seus pais para estudar em escolas corânicas, numa prática que, há centenas de anos, está fundamentada na religião e na tradição (Human Rights Watch, 2019). As crianças que estudam o Alcorão são geralmente designadas *talibé*, termo que deriva da palavra árabe *talib*, que significa pessoa que procura conhecimento (Diallo, 2017). O termo *talibé* é utilizado para designar os estudantes do Alcorão (Macleod, 2023), principalmente no Senegal e nos países da África Ocidental. A maioria das crianças *talibés* estuda e vive nas escolas corânicas, é do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 5 e os 15 anos. As raparigas também frequentam as escolas, mas geralmente apenas durante o dia, regressando a casa depois das aulas (Human Rights Watch, 2019).

As crianças *talibés* são, frequentemente, enviadas pelos pais ou recrutadas pelos mestres corânicos para viver nas *daaras* (escolas corânicas) dos centros urbanos do Senegal, nomeadamente Dakar, Saint-Louis ou Touba. Estas crianças são principalmente originárias de outras regiões do Senegal ou provenientes de países vizinhos, particularmente da Guiné-Bissau, da Guiné-Conacri e da Gâmbia. Num contexto de migração e pobreza, estas crianças estão vários anos sem ver as suas famílias e algumas acabam mesmo por ser abandonadas (Human Rights Watch, 2019). Confrontando-se com condições de vida extremamente difíceis, podem ser obrigadas a mendigar nas ruas, enfrentando riscos à sua segurança e bem-estar, podem viver em *daaras* superlotadas, sem acesso adequado a cuidados de saúde, educação formal e condições básicas de higiene.

Muitos dos professores corânicos cuidam apropriadamente dos seus alunos, respeitando os direitos das crianças. Mas muitos outros continuam a explorá-los, forçando-os a pedir esmola e a conseguir angariar diariamente uma quantia de dinheiro, previamente estipulada (Human Rights Watch, 2019). Nos casos em que esta quantia não é entregue, a violência física e outras formas de abuso são frequentemente utilizados. Muitas escolas corânicas, onde as crianças vivem com os seus mestres, estão sediadas em edifícios abandonados ou inacabados. As condições de vida nestas escolas são precárias (Human Rights Watch, 2019) e colocam as crianças em situações de extrema vulnerabilidade. As longas horas que as crianças *talibé* passam na rua colocam-nas expostas a vários riscos, nomeadamente acidentes de carro, assaltos, abusos sexuais, entre outros. Muitas crianças *talibé* sofrem de malnutrição e muitas vezes estão doentes, devido à falta de cuidados de higiene e de uma alimentação cuidada (Human Rights Watch, 2019).

A Human Rights Watch (2019) estima que haja mais de 100.000 crianças *talibé* forçadas a pedir esmola nas ruas do Senegal. Muitos mestres corânicos justificam esta prática apontando o dedo aos pais e ao governo pela falta de apoio para sustentarem as crianças nas suas escolas, uma vez que a maioria se encontra em regime de internato. Este é um problema complexo e multidimensional, com justificação muitas vezes com base religiosa ou tradicional (Zoumanigui, 2016) e com aceitação por muitas famílias e comunidades. Um estudo sobre as escolas corânicas, madrassas e as crianças *talibé* na Guiné-Bissau, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) revelou que apenas 4% dos *talibés* inquiridos praticavam mendicância e que a maioria dos *talibés* trabalhava na agricultura (55%) ou outros trabalhos domésticos (25%). O facto de apenas uma percentagem mínima das crianças praticar a mendicância nas ruas é explicado pelos autores por este ser um fenómeno apenas praticado nos centros urbanos como a capital Bissau ou Bafatá e Gabú (Jao, Camará, & Indjai, 2006).

Este estudo pretende caracterizar e fazer um mapeamento dos locais de origem e de destino de um grupo de 196 crianças *talibé* bissau-guineenses, identificadas no Senegal e reintegrados nas famílias durante o ano de 2022. Desta forma, pretende-se contribuir para o conhecimento que existe deste fenómeno, nomeadamente das crianças bissau-guineenses, com o intuito de poder contribuir para ações que venham a ser desenvolvidas por Instituições públicas ou Organizações da Sociedade

Civil no âmbito da prevenção do tráfico de crianças, principalmente no que diz respeito ao fenómeno das crianças *talibé*.

As crianças que participaram neste estudo foram identificadas e reintegradas, na sua maioria, no âmbito do trabalho da Rede da África Ocidental para a Proteção da Criança (RAO), da qual a Associação dos Amigos da Criança (AMIC) é membro fundador e organização coordenadora para a Guiné-Bissau. Esta rede cobre atualmente 15 países da África Ocidental mais a Mauritânia (AMIC, 2021). A RAO é uma rede de instituições governamentais, organizações da sociedade civil, individualidades e outros atores que trabalham em diferentes países. Esta rede é reconhecida e supervisionada pela CEDEAO e é o mecanismo de referência para a proteção das crianças na África Ocidental (ECOWAS, 2016). Existe um documento elaborado pela CEDEAO (ECOWAS, 2016) que procura uniformizar os procedimentos e padrões de suporte para a proteção e reintegração de crianças vulneráveis em mobilidade. O procedimento padrão propõe oito etapas: identificação, cuidados de emergência, estudo da situação pessoal, avaliação da situação familiar, alternativas para a colocação da criança fora da sua família, reintegração social, educativa e profissional, seguimento após o retorno à família e/ou comunidade e o apoio familiar e comunitário. A Associação dos Amigos da Criança (AMIC) é uma organização não-governamental guineense criada em 1984 com o objetivo de promover e defender os direitos das crianças. Esta associação procura contribuir para a reinserção familiar e social de crianças em situação de vulnerabilidade e de violência, como meninas vítimas de violência baseada no género, as crianças de rua, vítimas de exploração económica ou de tráfico. Ao longo dos anos tem desenvolvido também um trabalho continuado de advocacia, junto de decisores políticos, autoridades religiosas, jornalistas e na formação de professores sobre estas temáticas (AMIC, 2021).

2 Metodologia

Nesta investigação, de natureza quantitativa, optou-se pelo recurso ao questionário aplicado a 196 crianças *talibé* bissau-guineenses identificadas e reintegradas durante o ano 2022. Segundo Creswell (2012) esta abordagem permite descrever tendências entre variáveis recolhidas de um determinado grupo de pessoas. No processo de identificação das crianças foi aplicado um questionário pelos técnicos da AMIC responsáveis pelos casos de reintegração de crianças *talibé* na Guiné-Bissau. Este questionário foi previamente validado pela equipa especializada da AMIC. Os dados fornecidos pelas crianças têm, algumas vezes, imprecisões pelo que, no momento da reintegração familiar, esses dados são confirmados pelos técnicos da AMIC com as famílias das crianças. Na tabela 1 apresentam-se as variáveis recolhidas nos questionários e uma breve descrição dos objetivos das mesmas. Com estes dados foi possível caracterizar o grupo e fazer o mapeamento dos locais de origem e destino das crianças.

Tabela 1. Descrição dos objetivos das variáveis recolhidas pelo questionário.

Variáveis	Objetivos
Idade	Caracterizar as crianças pela sua idade no momento da identificação.
Sexo	Caracterizar as crianças do sexo masculino e feminino.
Etnia	Caracterizar as etnias mais frequentes no grupo de crianças <i>talibé</i> reintegradas.
Local de origem	Identificar o local onde a criança habitava antes da partida.
Local de destino	Identificar o local para onde a criança foi viver e estudar o Alcorão.
Situação familiar	Conhecer a situação familiar da criança antes da sua partida.
Modo de identificação	Conhecer o modo de identificação das crianças.
Motivo da partida	Conhecer os motivos da saída das crianças da sua aldeia.
Local de entrada na Guiné-Bissau	Identificar o ponto de entrada das crianças na Guiné Bissau.

3 Resultados

Para análise dos dados recolhidos por questionário recorreu-se à análise estatística descritiva. De seguida, apresentam-se em formato de infografia os dados recolhidos, com uma breve descrição dos mesmos.

No que diz respeito à idade, a maioria das crianças reintegradas no ano 2022 tinha entre 10 e 14 anos. Se falarmos da dispersão de idades, estas variaram dos 6 anos aos 20 anos de idade. Na Figura 1 estão representadas as idades das crianças *talibé*. De ressaltar que muitas das crianças não tinham registo de nascimento e, por isso, não se conhecia a sua data de nascimento com precisão, mas com a ajuda dos técnicos da AMIC e da família, procurou-se encontrar a idade mais precisa para estes casos.

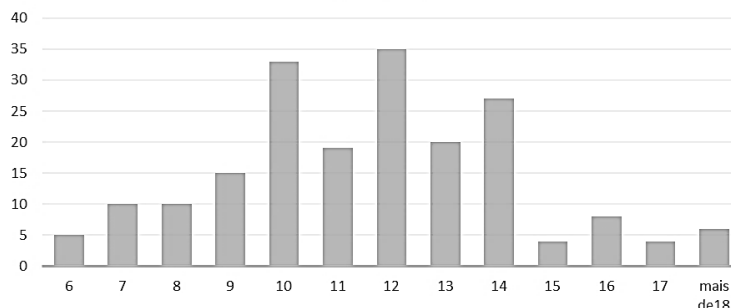


Figura 1: Idade das crianças *talibé*.

O fenómeno das crianças *talibé* está mais associado às crianças do sexo masculino. No grupo de crianças reintegradas em 2022 na Guiné-Bissau isso também se verificou e a Figura 2 espelha que a quase totalidade (96%) das crianças reintegradas eram do sexo masculino.

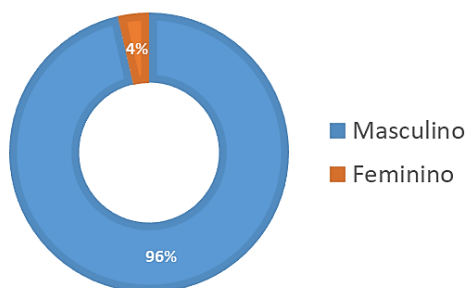


Figura 2: Sexo das crianças *talibé*.

Na Guiné-Bissau estima-se que haja mais de 27 grupos étnicos, sendo que este é um número muito variável consoante os autores. As etnias mais frequentemente reportadas na literatura foram os Fula, os Balanta, os Mandinga, os Manjaco e os Papel (Augel, 2007). Com base nos dados recolhidos verificou-se que 97% das crianças reintegradas eram da etnia Fula e algumas crianças de etnia Beafada (2%) e Mandinga (1%), como se pode ver na Figura 3.

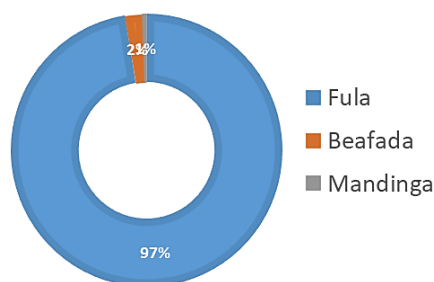
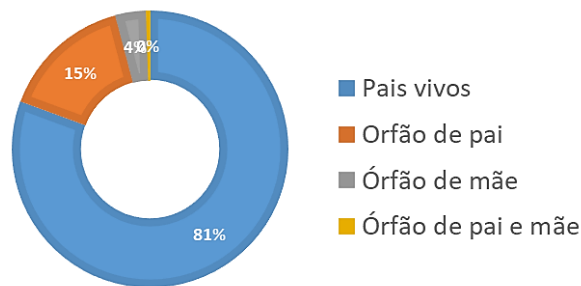
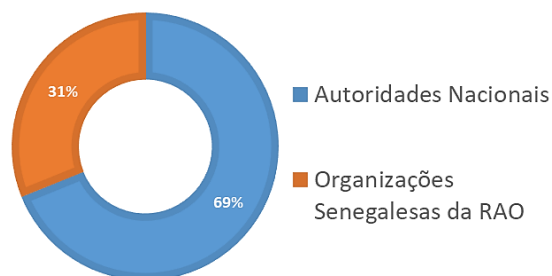


Figura 3: Etnia das crianças *talibé*.

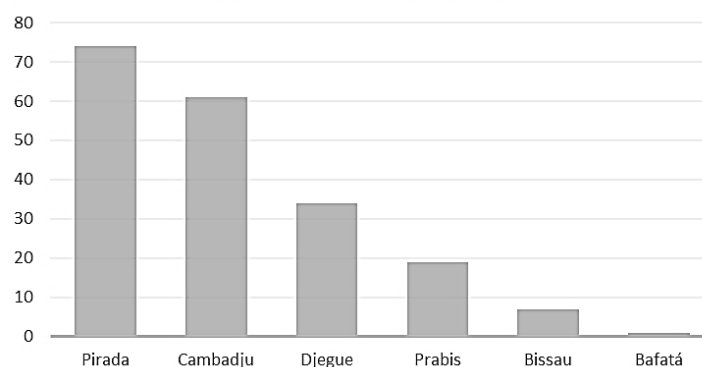
A Figura 4 retrata a situação familiar das crianças. A maioria tinha os pais vivos (81%), as restantes eram órfãs de pai (15%), de mãe (4%) e apenas uma criança era órfã de pai e mãe.

Figura 4: Situação familiar das crianças *talibé*.

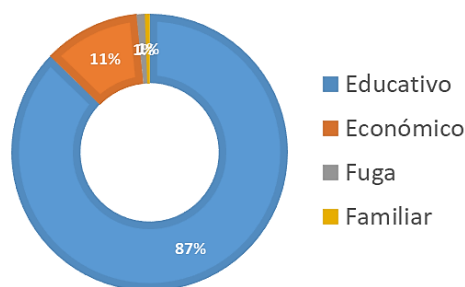
As crianças podem ser identificadas através da interseção nas fronteiras pelas autoridades da migração e fronteiriças ou por organizações da sociedade civil Senegalesas pertencentes à RAO e, em alguns casos, pelas autoridades nacionais (Polícia Judiciária, Guarda Nacional, IMC, AMIC) ou particulares que identificam as crianças e as entregam às autoridades. Neste estudo, averiguou-se que a maioria das crianças (69%) foram identificadas pelas autoridades nacionais, enquanto 31% foram identificadas pelas organizações Senegalesas pertencentes à RAO (Figura 5). De salientar ainda que as crianças identificadas pelas autoridades nacionais foram, sobretudo, interseçadas pelas autoridades de migração e fronteiras nos vários postos fronteiriços retratados na Figura 6. No entanto, outras crianças foram identificadas já em território nacional pela Polícia Judiciária, Guarda Nacional, IMC, AMIC ou por particulares.

Figura 5: Modo de identificação das crianças *talibé*.

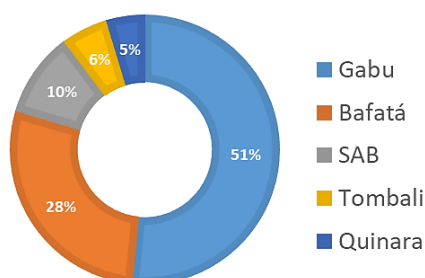
Na Figura 6 podemos observar os diversos locais de entrada das crianças *talibé* em território nacional. Verificou-se que 135 crianças (69%) entraram pelos postos de Pirada e Cambadju. As crianças identificadas em Bissau e Bafatá eram, na sua maioria, crianças deslocadas internamente, que estudavam o alcorão em território nacional.

Figura 6: Local de entrada das crianças *talibé* em território nacional.

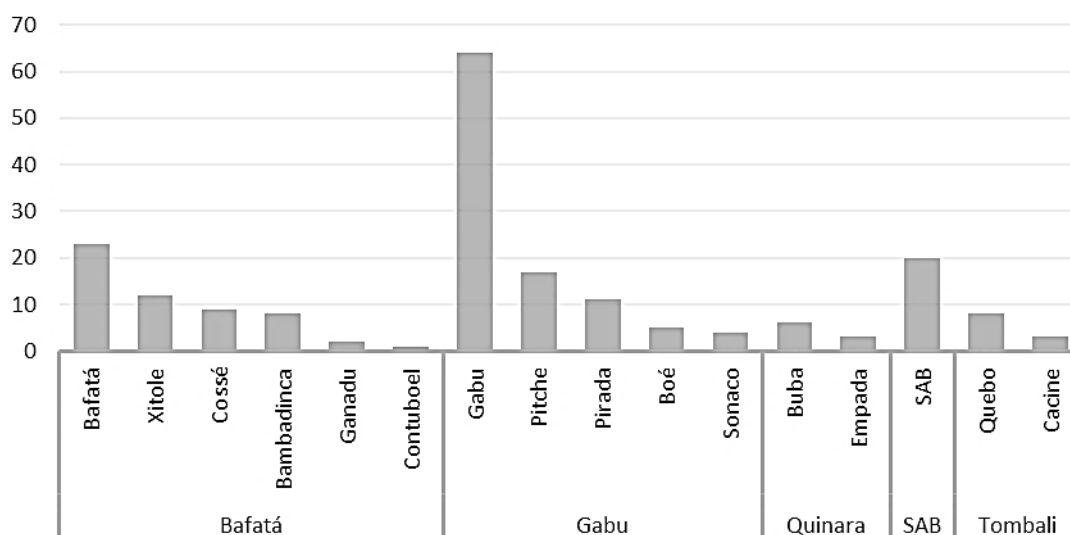
Relativamente ao motivo que levou as crianças a saírem, constatou-se que a maioria (87%) deslocou-se do local onde morava com a sua família por questões educativas, para estudar o alcorão, seguindo-se as crianças deslocadas por razões económicas (11%). Estes dados estão representados na Figura 7.

Figura 7: Motivo da partida das crianças *talibé*.

A Figura 8 mostra-nos as regiões de origem das crianças *talibé* reintegradas no ano 2022 na Guiné-Bissau. A região mais representada foi Gabu com 51% das crianças originárias desta zona do país. Seguiu-se a região de Bafatá (28%), o Sector Autónomo de Bissau (SAB) com 10% e, em menor frequência, Tombali (6%) e Quinara (5%).

Figura 8: Região de origem das crianças *talibé*.

Ainda no que diz respeito aos locais de origem das crianças *talibé*, analisámos os setores em que se observou maior saída das crianças reintegradas em 2022. Na Figura 9 apresenta-se o número de crianças que saiu de cada setor, com a indicação da respetiva região a que pertencia. Verificou-se que 101 crianças (52%) saíram do setor de Gabu (Região de Gabu), seguido do setor de Bafatá (Região de Bafatá) com 55 crianças (28%) e SAB com 20 crianças (10%).

Figura 9: Setores de origem das crianças *talibé*.

Quanto aos locais de destino para onde as crianças foram aprender o alcorão (Figura 10), destacou-se a cidade Senegalesa de Kolda com 84 crianças (43%), seguida de Dakar, a capital do Senegal, com 51 crianças (26%) e Ziguinchor com 34 crianças (17%). No que diz respeito à deslocação interna das crianças *talibé*, um grupo de 19 crianças foi identificada no Setor de Prabís,

tendo sido enviadas pelo seu mestre corânico para a realização de trabalhos agrícolas. De ressaltar que a ação de identificação e reintegração de crianças *talibé* que a AMIC fez em 2022 priorizou as crianças em situação de maior vulnerabilidade, sendo um dos critérios estar num país estrangeiro, por se considerar que são mais vulneráveis em comparação com aquelas que permanecem em território nacional. Desta forma, o número de crianças identificadas e reintegradas que estavam na Guiné-Bissau não é representativo da dimensão do fenómeno em território nacional.

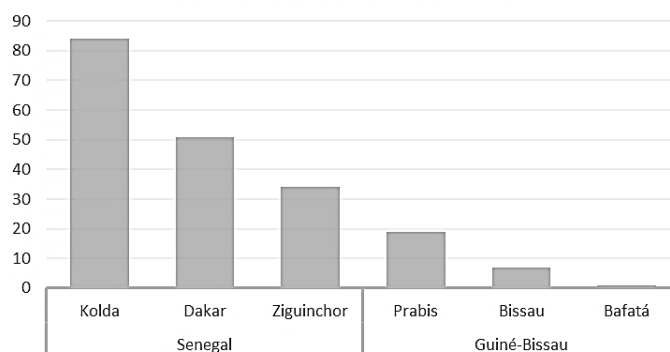


Figura 10: Locais de destino das crianças *talibé* para aprendizagem do alcorão.

Através da comparação dos dados que foram recolhidos quanto aos locais de origem e de destino das 196 crianças *talibé* reintegradas, verificou-se a existência de 34 percursos diferentes tendo em conta o setor de origem e o local e destino. Para facilitar a visualização destes percursos foram elaborados dois mapas. Na Figura 11 podem visualizar-se os diferentes percursos realizados das crianças que saíram das regiões de Gabu, Quinara e Tombali e, na Figura 12, estão representados os percursos das crianças que saíram das regiões de Bafatá e SAB.

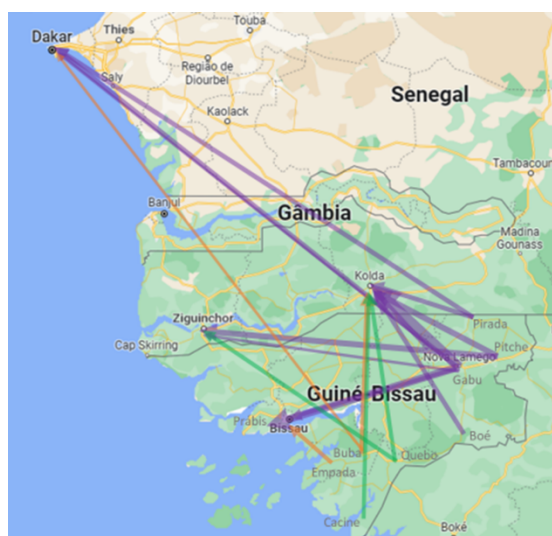


Figura 11: Percursos das crianças *talibé* originárias das regiões de Gabu (roxo), Quinara (laranja) e Tombali (verde).

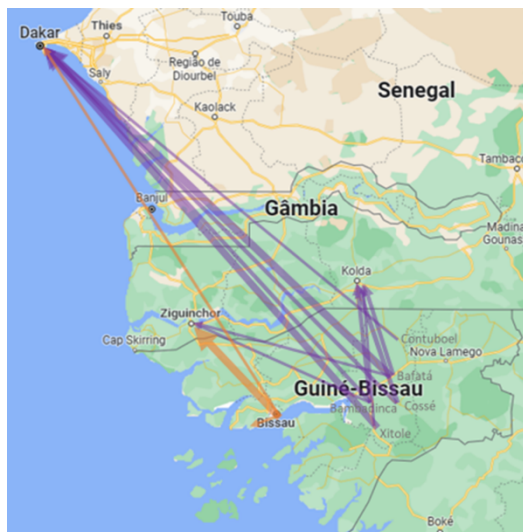


Figura 12: Percursos das crianças *talibé* originárias das regiões de Bafatá (roxo) e SAB (laranja).

Da análise dos 34 percursos efetuados pelas crianças *talibé* desde a sua origem até ao local onde foram estudar o alcorão, verificou-se que existiam 5 percursos que representavam 50% das movimentações realizadas pelas crianças. Assim, 35 crianças (18%) realizaram o percurso de Gabu para Kolda, seguido de 18 crianças (9%) que saíram de Bafatá para Dakar, 17 crianças (9%) que fizeram o percurso SAB-Ziguinchor e igualmente 17 crianças (9%) o percurso Gabu-Prabis. O percurso Xitole-Dakar foi realizado por 11 crianças (6%). Os restantes percursos estão representados nas Figuras 11 e 12.

4 Considerações finais

O fenómeno das crianças *talibé* tem, nos últimos anos, chamado a atenção das organizações e indivíduos defensores dos direitos humanos. No entanto, o fenómeno tem permanecido quase inalterado até à atualidade. O que parece ser uma preocupação de muitas organizações que trabalham na defesa dos direitos das crianças nos países da África Ocidental, parece ser desconhecido pela maioria das organizações que não atuam nesta zona, mesmo aquelas que trabalham na promoção dos direitos das crianças. Por trás desta prática existem razões sociais, culturais e religiosas.

Durante o ano de 2022, a AMIC, membro fundador e entidade coordenadora da RAO para a Guiné-Bissau, reintegrou 196 crianças *talibé* em situação de vulnerabilidade. Durante este período foram recolhidos os dados destas crianças permitindo elaborar os resultados apresentados neste estudo.

De acordo com os dados recolhidos, poderemos destacar algumas considerações que resumem a caracterização do grupo de crianças reintegrados em 2022:

- É um fenómeno essencialmente associado às crianças do sexo masculino;
- Algumas crianças são enviadas para aprender o alcorão em países estrangeiros, antes dos 6 anos de idade;
- É um fenómeno maioritariamente associado à etnia Fula;
- Apesar dos motivos serem complexos, como já foi referido anteriormente, o mais evocado pelas crianças e pelos seus familiares é a educação, nomeadamente no que diz respeito à aprendizagem do alcorão;
- Bafatá e Gabú são as duas regiões da Guiné-Bissau de onde partiram mais crianças para o estrangeiro;
- O Senegal foi o único país estrangeiro onde foram identificadas crianças *talibé* em situação de vulnerabilidade no ano 2022;
- Existe um movimento interno de crianças *talibé* que se deslocam das aldeias para os centros urbanos;
- As três cidades onde foram identificadas as crianças *talibé* guineenses no Senegal são Kolda, Dakar e Ziguinchor.

Este estudo, de natureza quantitativa, limita-se a descrever o grupo tendo em conta as variáveis recolhidas através da aplicação de um questionário. Um estudo mais aprofundado sobre este fenómeno poderá ser feito com o recurso a uma abordagem qualitativa ou mista, ouvindo as crianças, os mestres corânicos, as autoridades e as organizações que trabalham com esta problemática. Apesar das limitações inerentes a um estudo desta natureza, a abordagem permitiu incluir no estudo todas as crianças, sem necessidade de recorrer a uma amostra ou à seleção de alguns casos em particular, o que retratou fielmente as 196 crianças que foram identificadas e reintegradas durante o ano 2022, na Guiné-Bissau.

De acordo com os resultados evidenciados durante o estudo e com as limitações já referidas anteriormente, os investigadores deixam algumas recomendações:

- A articulação entre Instituições públicas, Organizações Internacionais e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) nacionais e locais revela ser fundamental não só na identificação das crianças *talibé* em situação de vulnerabilidade, como na prevenção deste fenómeno;
- As iniciativas que pretendam diminuir ou eliminar o fenómeno do tráfico e exploração de crianças *talibé* devem incluir, obrigatoriamente, equipas multidisciplinares e polivalentes, envolvendo instituições públicas, Organizações internacionais, OSC nacionais e locais e ainda o poder tradicional e religioso;
- É fundamental envolver as autoridades religiosas no diálogo sobre esta temática e todas as medidas tomadas deverão ser concertadas com estas entidades;
- Devem ser criados mecanismos de monitorização comunitária, principalmente nas zonas em que se tem verificado mais este fenómeno;
- Deverão ser organizadas ações de sensibilização comunitária com recurso a indivíduos das etnias mais envolvidas nesta prática (etnia Fula principalmente). Estas ações de sensibilização deverão contar com a presença de toda a comunidade, mas em particular os homens, o poder tradicional e o poder religioso, uma vez que ainda são estes os indivíduos que têm, na maior parte das vezes, a decisão de enviar as crianças para o estrangeiro;
- A legislação de proibição do tráfico e da exploração de menores existe, no entanto, é necessário aplicá-la efetivamente, condenando todos os que estejam envolvidos na prática;
- As equipas que trabalham na identificação e reintegração destas crianças deverão receber formação adequada que permitam estar mais preparadas para receber os casos (autoridades policiais, OSC, etc.).

Deve continuar-se a estudar e aprofundar os contornos desta prática para que todas as entidades envolvidas na proteção dos direitos das crianças possam estar melhor informadas aquando da elaboração de políticas públicas, planos de ação estratégicos, projetos, ações de intervenção ou sensibilização, permitindo que estas crianças recebam educação de qualidade, proteção contra abuso e exploração e condições de vida adequadas.

Referências

- AMIC. (2021). *Plano estratégico 2021-2025*. AMIC.
- Augel, M. P. (2007). *O desafio do escombros: Nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Editora Garamond.
- Creswell, J. W. (2012). *Educational research planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research*. MA Pearson.
- Diallo, A. T. (2017). Particularités des mots empruntés de l'arabe au Senegal. *Revue Annales Du Patrimoine*, 17, 27-41.
- ECOWAS. (2016). *ECOWAS Support procedures and standards for the protection and reintegration of vulnerable children on the move and young migrants*. ECOWAS.
- Human Rights Watch. (2019). *There is enormous suffering: Serious abuses against talibé children in Senegal*. Human Rights Watch.
- Jao, M., Camará, S. T., & Indjai, B. (2006). *Estudo sobre escolas corânicas, madrassas e crianças talibé*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

- Macleod, S. L. (2023). There are talibés and *talibés*: Exploring the boundaries of the category of talibés who beg. *Child Abuse & Neglect*, 139. 105422. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105422>
- Zoumanigui, A. K. (2016). On the talibé phenomenon: A look into the complex nature of forced child begging in Senegal. *The International Journal of Children's Rights*, 24 (1), 185-203. <https://doi.org/10.1163/15718182-02401009>

Avaliar competências linguísticas e consciência crítica intercultural no curso de PLE

Assessing language and critical intercultural awareness in the PFL course

Luís Elói¹[0000-0003-4047-4465]

luis.eloi@bogazici.edu.tr

¹Bogaziçi University, Türkiye (ao abrigo de protocolo de cooperação com o Camões, IP).

Resumo. Considerando o contexto global em que vivemos, a facilidade de acesso a muitas fontes de informação e as possibilidades de interação com indivíduos de outros contextos linguísticos e culturais, que as atividades de lazer e profissionais oferecem, a aula de língua estrangeira tem um papel significativo na exposição dos estudantes à língua alvo e às suas culturas. Tão importante como a avaliação da aquisição de competências linguísticas na aula de língua estrangeira, a sensibilização para as semelhanças e diferenças entre a cultura alvo e a cultura dos alunos também pode ser objeto de avaliação. O objetivo desta comunicação consiste em apresentar uma proposta de apresentação oral como parte da avaliação sumativa para um curso opcional de Português Elementar II no ensino superior e demonstrar como pode combinar a avaliação das dimensões linguística e cultural. Por isso, esta comunicação contém fundamentação teórica relativa ao desenvolvimento de consciência crítica intercultural, apresenta uma proposta de tarefa para avaliação oral no contexto de Português Língua Estrangeira (PLE) e de como a avaliar tendo em conta as dimensões cultural e linguística de forma a desenvolver o pensamento crítico neste contexto.

Palavras-Chave: consciência intercultural, avaliação oral, Português Língua Estrangeira (PLE).

Abstract. Considering the global context in which we all live, the easiness of access to many sources of information, and the possibilities of interaction with individuals of other linguistic and cultural backgrounds that leisure and professional activities offer, the foreign language class plays a major role in the exposure of the learners to the target language and to its cultures. Just as important as the assessment of the acquisition of linguistic skills in the foreign language class, the development of awareness regarding the similarities and differences between the target culture and one's own culture could also be included in the assessment process. The purpose of this communication is to present a proposal of oral presentation as part of the summative assessment in an elective course of Elementary Portuguese II at higher education and to illustrate how it can combine the assessment of the linguistic and the cultural dimensions. Thus, this communication presents theoretical framework supporting the development of intercultural awareness, provides a suggestion of a task for oral assessment in the context of Portuguese as a Foreign Language (PFL), and how to assess it bearing in mind the cultural and the linguistic dimensions in order to contribute towards the development of critical thinking in this context.

Keywords: intercultural awareness, oral assessment, Portuguese as a Foreign Language (PFL).

1 Introduction

This oral communication concerns the assessment of language and intercultural awareness in the PFL course. However, as we will see, not always the foreign language class emphasizes the linguistic and the cultural dimensions evenly.

In brief, according to Baccin and Pavan, the process of teaching and learning a foreign language has evolved in the following way: in the 1950s, Noam Chomsky focused on the development of linguistic competence and in the next decade it was believed that “at the lower level of study, the teaching of a foreign language should focus solely on form, structure and vocabulary. Only after these elements had been learned would it be possible to introduce cultural aspects” (Baccin, Pavan, 2014, p. 9). Then, in the 1970s, the concept of communicative competence was introduced by Dell Hymes and in the following decade Canale and Swain expanded Hymes’s concept of communicative competence to the field of foreign languages as “They [Canale and Swain] argued that communicative competence consisted at least of grammatical competence, sociolinguistic competence and strategic competence” (Baccin, Pavan, 2014, p. 10). So, they laid emphasis on a communicative approach that focused on the development of grammar correctness, how to interact with other speakers, and how to convey one’s ideas. Still in Baccin and Pavan’s text, in the end of the 1980s, Jan Ate van Ek broadened the concept of communicative competence by describing it as having the following components, namely “linguistic competence, sociolinguistic competence, discursive competence, strategic competence, sociocultural competence and social competence” (Baccin, Pavan, 2014, p. 10). In other words, van Ek’s view on the concept of communicative competence included a focus on the discursive, sociocultural and social competences, that is, an emphasis on the production of a logical and coherent speech, on the ability to interact with the target culture and one’s own culture, and on the capability to adapt one’s way of interacting according to the context.

As the process of teaching and learning a foreign language is in constant progress, we can add that in the 1990s Michael Byram presented a model that focused on the development of intercultural communicative competence (ICC). This model consists of dimensions that are as follows: attitudes (*savoir être*), knowledge (*savoirs*), skills of interpreting and relating (*savoir comprendre*), skills of discovery and interaction (*savoir apprendre/faire*), and critical cultural awareness (*savoir s’engager*) (Byram, 2021). Due to Byram’s focus on the development of critical cultural awareness, his model of ICC is central to the suggestion of oral assessment activity presented in this oral communication.

Bearing in mind Byram’s dimension of critical cultural awareness, it is observed that it consists of evaluating and comparing systematically the values present in one’s own culture and in the target culture (Byram, 2021). Thus, according to Byram’s model, we note that both the linguistic and the cultural dimensions play a major role in the foreign language class. In this regard, The Council of Europe claims that

The plurilingual vision associated with the CEFR gives value to cultural and linguistic diversity at the level of the individual. It promotes the need for learners as “social agents” to draw on all their linguistic and cultural resources and experiences in order to fully participate in social and educational contexts, achieving mutual understanding, gaining access to knowledge and in turn, further developing their linguistic and cultural repertoire. (Council of Europe, 2020, p. 123)

Hence, the development of intercultural awareness is significant, in the context of the suggested oral presentation analyzed further ahead in this communication, as it is referred to as “a skill that has to be developed within an ongoing process, it is not a fixed objective to be considered separately, apart, on its own, and the process we suggest is that of observation, analysis and comparison” (Baccin, Pavan, 2014, p. 16).

To what concerns the assessment of the development of ICC, Tomasz Róg discusses the use of projects to evaluate ICC and one of the techniques he presents is the school project that he describes as

A school project is usually a long-term task undertaken by learners outside school in which they have to collect information, organise it, draw conclusions and later present their findings in class. The biggest advantage of a project technique is that it is suitable for learners on all levels of language proficiency and allows weaker learners to work at their own pace. (...) A project can take many different forms – a poster, a leaflet, a multimedia presentation, an audio or video recording, etc. The topic of the project is chosen under the teacher’s guidance while the rest of the work is done either individually or in small groups. (Róg, 2014, p. 186)

The Council of Europe provides examples of production activities and one of them is the “sustained monologue: giving information” (Council of Europe, 2020, p. 63). Considering that my proposal of

oral presentation in the mentioned PFL course comprises presenting findings according to a specific set of guidelines, as we will see further ahead in detail, it fits in the category of sustained monologue and in the subcategory of giving information. Besides, as a monologue, the focus of the presentation is not on interaction, rather on the presentation of findings not only descriptively but also reflectively due to its implications with critical intercultural awareness, as discussed earlier. The interaction that may occur is between the presenter and the classmates and/or the teacher throughout the presentation or in the end as the need for clarification arises. Hence, the “Sustained monologue: giving information is a new scale concerned with explaining information to a recipient in a long turn. Although the recipient may well interrupt to ask for repetition and clarification, the information is clearly unidirectional; it is not an exchange” (Council of Europe, 2020, p. 63). The Council of Europe adds that this type of production activity lays emphasis on the type of information and on the degree of precision regarding the information conveyed. Whereas the former may range “from a simple description of an object, or directions, through straightforward factual information on a familiar topic, to complex professional or academic procedures” (Council of Europe, 2020, p. 63) the latter ranges “from simple descriptions, through explaining the main points with reasonable precision and communicating detailed information reliably, to making clear distinctions between ideas, concepts and things that closely resemble one another” (Council of Europe, 2020, p. 63). Just as importantly, summative assessment implies a grade. In this regard, Róg adds that “A grade for the project should depend on the treatment of the topic. When the issues are covered from many perspectives and not treated superficially, a learner deserves a good grade” (Róg, 2014, p. 187). In order to illustrate how a project can articulate the linguistic and the cultural components in the context of summative evaluation, this communication presents a suggestion of assessment that covers an approach to the cultural dimension and the use of the language in a PFL oral presentation.

2 Overview on the development of intercultural awareness

In order to have a broader perspective on policies about the development of the sociocultural competence, it is opportune to analyze this issue according to the language policies of the Council of Europe emanated in 2001 and 2020.

With reference to the sociocultural knowledge, the first version of the language policies emanated by the Council of Europe argue in favor of combining culture in the foreign language class not only because it represents knowledge about other cultural backgrounds, be it places or individuals, but also because not many students have the opportunity to experience a close contact with other cultural settings (Council of Europe, 2001). Additionally, it is necessary to deconstruct preconceived ideas as they may lead to a misinterpretation of other cultures. Thus, this language policy document indicates that:

Strictly speaking, knowledge of the society and culture of the community or communities in which a language is spoken is one aspect of knowledge of the world. It is, however, of sufficient importance to the language learner to merit special attention, especially since unlike many other aspects of knowledge it is likely to lie outside the learner’s previous experience and may well be distorted by stereotypes. (Council of Europe, 2001, p. 102)

Due to these concerns, the Council of Europe goes further by specifying which cultural aspects should be approached in the foreign language class: “everyday living”, “living conditions”, “interpersonal relations (including relations of power and solidarity)”, “values, beliefs and attitudes”, “body language”, “social conventions”, and “ritual behaviour” (Council of Europe, 2001, pp. 102-103) that are expanded into subcategories.

The latest version of the language policies emanated by the Council of Europe updates the previous one and emphasizes intercultural awareness by focusing on “the need to deal with ambiguity when faced with cultural diversity”, “the need for understanding that different cultures may have different practices and norms, and that actions may be perceived differently by people belonging to other cultures”, “the need to take into consideration differences in behaviours”, “discussing over-generalisations and stereotypes”, “the need to recognise similarities and use them as a basis to improve communication”, “willingness to show sensitivity to differences”, and “readiness to offer and ask for clarification, anticipating possible risks of misunderstanding” (Council of Europe, 2020, p. 124). As the 2001 version, this updated document also focuses on the connection between language and culture as a means to facilitate a contrastive analysis between the linguistic and cultural dimensions and on the need to develop critical thinking in those contexts.

Speaking of the cultural dimension that is connected to the classes of foreign language, cultural aspects can be grouped into two categories. Milton Bennett mentions two types of culture, the Big-C Culture and the little-c culture, and describes them in the following way: whereas the former refers to cultural aspects that are immediately and constantly visible and that do not require an in-depth analysis, as they are commonly regarded as facts and objective information, the latter implies becoming aware of the perspective of the other individuals on aspects of the target culture, which means becoming aware of existing subjective views on certain cultural aspects of the target culture (Bennett, 2013). On one hand, the focus of the Big-C Culture is on more observable cultural aspects. On the other hand, the little-c culture lays emphasis on the context of cultural aspects, which calls for a critical analysis. Thus, Milton Bennett notes that

Learning about the (Big-C) Culture of foreign countries has been the focus of traditional education, reflected in curricula filled with courses on art, architecture, government, and history. The (little-c) culture of a group – its worldview – is similarly embedded in a context. (Bennett, 2013, Chapter 1, section 2, para. 3-4)

With reference to the linguistic dimension, Byram states that “Language learners have been encouraged to aspire to the mastery of grammar and idiom of the educated native speaker using a standard language, and their accuracy is usually evaluated against that norm” (Byram, 2021, Chapter 1, section 3, para. 12) and next he adds that “it can be argued that convergence towards the norm is needed to ensure sufficient communication among foreign speakers of a language, just as a standard language is required for native speakers” (Byram, 2021, Chapter 1, section 3, para. 12). With regard to the cultural component, he adds that

To replace this approach [provision of information about a country] with one that focuses on processes and methods of analysing social processes and their outcomes is to take seriously the issues of social power in FLT [Foreign Language Teaching], to provide learners with critical tools and to develop their critical understanding of their own and other societies. (Byram, 2021, Chapter 1, section 3, para. 6)

Thus, it is clear that the focus of communication should be both on the linguistic and cultural dimensions, not only to convey information clearly and effectively but also to foster understanding of what may be similar and different between multiple cultural settings, i.e., one’s cultural background and the target culture and/or within the target culture.

All things considered, the task for assessment that is suggested in this communication, which we will see in detail in the next section, is in line with the theoretical framework and promotes the development of intercultural awareness due to the following reasons: “Knowledge, awareness and understanding of the relation (similarities and distinctive differences) between the ‘world of origin’ and the ‘world of the target community’ produce an intercultural awareness” (Council of Europe, 2001, p. 103). First, it approaches a wide range of cultural aspects such as everyday living (e.g., “food and drink” and “leisure activities”), values, beliefs and attitudes concerning distinct aspects (e.g., “regional cultures”, “tradition and social change”, “history, especially iconic historical personages and events”, “national identity”, “foreign countries, states, peoples”, “arts”), and ritual behaviour, (e.g., “celebrations, festivals, dances, discos, etc.”) (Council of Europe, 2001, pp. 102-103). Second, it encourages a contrastive analysis of the target culture which contributes to the development of awareness of similarities and differences between the target culture and one’s own culture. Third, it involves exploring cultural aspects that fall in the category of Big-C Culture and little-c culture. Finally, taking into account that the activity presented in this communication consists of an oral presentation that is object of summative assessment in the context of a PFL course, it also focuses on the connection between PFL and its cultures.

3 Intercultural awareness in the oral assessment of a PFL course

Byram’s five *savoirs* are the following: attitudes (*savoir être*), knowledge (*savoirs*), skills of interpreting and relating (*savoir comprendre*), skills of discovery (*savoir apprendre*), and critical cultural awareness (*savoir s’engager*) (Byram, 2021, Chapter 5, Section 2). He argues that “The evidence for judging whether a learner has achieved objectives related to ‘deep learning’ has to be interpreted, either by the teacher/assessor or by the learner in self-assessment” (Byram, 2021, Chapter 5, Section 2, para. 4). In the particular case of this suggestion of oral presentation for summative assessment purposes in a PFL course, the question that needs to be addressed is: what

should be assessed in an oral presentation that covers the linguistic and the cultural dimensions of the foreign language?

In order to answer this question, it is possible to articulate the guidelines of the presentation with Byram's five *savoirs*. Firstly, we should analyze each of the *savoirs*. Secondly, I will present a practical example that connects the five *savoirs* and the guidelines of the oral presentation bearing in mind an elective course of Elementary Portuguese II at higher education.

On one hand, the suggested oral presentation in the mentioned PFL course aims to articulate language and culture to develop intercultural awareness about the Portuguese-speaking countries. On the other hand, the students are in a formal educational setting and are given enough time to prepare a presentation according to a specific structure. Plus, it is important to take into consideration that the purpose of this oral presentation is not the interaction between individuals of different cultural backgrounds but a situation in which cultural practices of different cultural backgrounds are critically presented in the target language through a "sustained monologue: giving information" (Council of Europe, 2020, p. 63). However, at the end of the presentation the classmates and the teacher may pose questions related to the content that was presented.

In Byram we find the following information on the five *savoirs*:

Attitudes (*savoir être*) are defined as "Curiosity and openness, readiness to suspend disbelief about other cultures and belief about one's own" (Byram, 2021, Chapter 5, Section 2, para. 7). In other words, it means that the students should be receptive to engage with the target culture that in turn involves becoming aware of how individuals of those cultural settings perceive their own cultural practices, comparing those perceptions with the students' own views, and developing critical cultural awareness towards the target culture.

Knowledge (*savoirs*) is presented as the knowledge "of social groups and their products and practices in one's own and in one's interlocutor's country, and of the general processes of societal and individual interaction" (Byram, 2021, Chapter 5, Section 2, para. 19). In essence, the students should expand their knowledge about their local cultural setting and the cultural practices of the target culture.

Skills of interpreting and relating (*savoir comprendre*) are regarded as the "Ability to interpret a document or event from another culture, to explain it and relate it to documents or events from one's own" (Byram, 2021, Chapter 5, Section 2, para. 28). To what concerns these skills, we observe that the goal is to explain the cultural practices subject to analysis in a clear way so that possible misunderstandings and stereotypes are deconstructed by establishing connections between one's own culture and the target culture.

Skills of discovery and interaction (*savoir apprendre/faire*) concern the "Ability to acquire new knowledge of a culture and cultural practices, and the ability to operate knowledge, attitudes and skills under the constraints of real-time communication and interaction" ((Byram, 2021, Chapter 5, Section para. 32). In the particular context of the suggested PFL oral presentation due to the students' contact with the target language and the target culture, they become aware of cultural elements and the perspectives of other individuals that in turn lead to the development of intercultural awareness based on a contrastive analysis between one's own culture and the target culture.

Critical cultural awareness (*savoir s'engager*) consists of "An ability to evaluate, critically and on the basis of a systematic process of reasoning, values present in one's own and other cultures and countries" (Byram, 2021, Chapter 5, Section 2, para. 40). This *savoir* points to the importance of the students being able to analyze their own culture and the target culture not only as cultural practices but also to interpret the values that are associated with those cultural settings.

Now that the *savoirs* are presented and explained, we may see in detail the guidelines of the proposal of oral presentation. Then, it will be demonstrated how to put into practice the assessment of the cultural dimension bearing in mind the five *savoirs*. And, finally, a suggestion of linguistic aspects that should be taken into account for summative assessment purposes is presented.

With reference to the contents that the students should approach, Table 1 presents a list of topics that should be covered not only to expand one's cultural knowledge about the Portuguese-speaking countries but also to promote the development of intercultural awareness. Besides, this method of assessment provides an opportunity to use the target language to talk about the target culture.

Table 1: Structure of the oral presentation.

Step 1	Choosing two cities of Portuguese-speaking countries (both from the same country or from different countries).
Step 2	Topics to cover in the presentation: • Identification of the cities and their location; • Information on demographic aspects (e.g., population, capital, currency); • Activities to do and what to visit; • How to travel to those cities bearing in mind that the departure point would be the city in which the students are currently residing; • Cultural practices/events proper of those cities; • Curiosities about the cities; • Information on the weather (e.g., yearly or in a specific period).
Step 3	Elaborating a contrastive approach in which the students identify similarities and differences between both cities.
Other notes	• The presentations are carried out in pairs. Thus, one student presents about one city and the other student presents about another city. Lastly, they proceed to the contrastive analysis mentioned in step 3. • The use of complementary resources during the presentations, e.g., visual resources, music, a short video, is encouraged as it will add dynamism. • The time estimated per presentation is ca. 25 minutes.

Source: Self-elaborated.

Sometimes, due to an odd number of students in the class it is not possible to have solely pair-work presentations. If this is the case, there are two options: either to form a group of three students or to have an individual presentation. All in all, the students are expected to establish connections within the target culture but as they prepare the presentation they are also expected to reflect about the similarities and differences between the target culture and their own culture.

Therefore, we can relate Byram's five *savoirs* with the operationalization of the structure of the suggested PFL oral presentation bearing in mind the assessment of the cultural dimension as noted in Table 2.

Table 2: Articulation of Byram's five *savoirs* (2020) with the structure of the oral presentation in Table 1.

Byram's <i>savoirs</i> (2020)	Assessment of the cultural dimension in the suggested PFL presentation
Attitudes (<i>savoir être</i>)	Being open to the unexpected by developing an attitude of curiosity about possible similarities and differences between both Portuguese-speaking cities and between those cities and their own city (Step 1).
Knowledge (<i>savoirs</i>)	Gathering of knowledge about the topics that are expected to be covered regarding the cities that are approached in the presentation (Step 2).
Skills of interpreting and relating (<i>savoir comprendre</i>)	Assimilating the information collected about the cities of the Portuguese-speaking countries and presenting it (Step 2).
Skills of discovery and interaction (<i>savoir apprendre/faire</i>)	Relating the cultural elements associated to those two Portuguese-speaking cities between each other and with one's own cultural background (Step 2 / Step 3).
Critical cultural awareness (<i>savoir s'engager</i>)	Interpreting values that are part of the cultural dimension of those two Portuguese-speaking cities and comparing them with each other and with the students' own cultural background (Step 2 / Step 3).

Source: Byram's *savoirs* (Byram, 2020); Assessment of the cultural dimension in the suggested PFL presentation (self-elaborated).

Table 2 illustrates how the approach to the cultural dimension can be assessed in the suggested oral presentation in a course of Portuguese Elementary II regarding the development of intercultural awareness.

To what concerns the assessment of the linguistic skills, the Council of Europe provides the following descriptors: “General linguistic range”, “Vocabulary range”, “Grammatical accuracy”, “Vocabulary control”, “Phonological control”, “Orthographic control” (Council of Europe, 2020, p. 129) and information on the key concepts operationalized in each of them. In this regard, Table 3 presents a summary of each of the descriptors:

Table 3: Descriptors regarding linguistic competence.

Descriptor	Summary of the descriptors
General linguistic range	Focuses on “the “range” of language at the user/learner’s disposal is a primary concern” and on “attempting to use more complex language, taking risks and moving beyond one’s comfort zone are essential parts of the learning process [second language acquisition]”.
Vocabulary range	Involves “the breadth and variety of expressions used”.
Grammatical accuracy	Deals with the “ability to recall “prefabricated” expressions correctly and the capacity to focus on grammatical forms while articulating thought”.
Vocabulary control	Refers to the “ability to choose an appropriate expression from their [the students] repertoire”.
Phonological control	Concerns “the ability to effectively use prosodic features to convey meaning in an increasingly precise manner”.
Orthographic control	It is connected to “the ability to copy, spell and use layout and punctuation”.

Source: Council of Europe, 2020, pp. 130-136.

The descriptors in Table 3 play a major role in the evaluation of the linguistic skills in the oral presentation suggested in the mentioned PFL course. They enable the assessment of the students’ immediate and observable linguistic performance throughout the presentation, i.e., their general knowledge and use of the language, the diversity of their vocabulary, their grammatical correctness, the suitability of the vocabulary, the articulation of their speech and its intelligibility, and their written use of language. Considering that this proposal of oral presentation aims to assess the acquisition of speaking skills, not writing skills, the assessment of the descriptor related to orthography needs to be adjusted to this context. Since the use of complementary resources in the presentation is optional and the extent of written information elaborated by the students may vary, the assessment of the possible written language should fall under the categories vocabulary range and grammatical accuracy, to what concerns the use of vocabulary and grammar, respectively.

As a final note, with reference to the distribution of points between the assessment of the cultural and the linguistic dimension and within them, in my perspective, they should be distributed evenly to have a balance between both dimensions.

4 Conclusion

This suggestion of oral summative assessment in the mentioned PFL course contributes towards the development of intercultural awareness with a focus on both the cultural and linguistic dimensions and combines aspects of Big-C culture and little-c culture. Although some cultural aspects tend to fall into the former type of culture and others into the latter, in my perspective a Big-C cultural aspect may evolve to the little-c dimension depending on the way it is approached, namely if it is analyzed in a critical and reflective way, going beyond what is immediately visible. Therefore, this suggestion also exemplifies how assessment can be cooperative and act as source of motivation to explore the target language and its culture.

References

- Baccin, P., Pavan, E. (2014). Developing Intercultural Awareness – an Ongoing Challenge in Foreign Language Teaching. In P. Romanowski (Ed.), *Intercultural Issues in the Era of Globalization* (pp. 8-21). Warszawa: Wydawnictwo Naukowe Instytutu Komunikacji Specjalistycznej i Interkulturowej Uniwersytet Warszawski.
- Bennet, M. J. (2013). *Basic Concepts of Intercultural Communication: Paradigms, Principles, & Practices*. Second Edition. USA: Intercultural Press.
- Byram, M. (2021). *Teaching and assessing intercultural communicative competence: Revisited*. (2nd ed.). Bristol, UK: Multilingual Matters.
- Council of Europe. (2001). *Common European Framework of Reference for Languages: Learning, teaching, assessment*. Strasbourg: Council of Europe Publishing. <https://rm.coe.int/16802fc1bf>
- Council of Europe. (2020). *Common European Framework of Reference for Languages: Learning, teaching, assessment—Companion volume*. Strasbourg: Council of Europe Publishing. www.coe.int/lang-cefr
- Róg, T. (2014). Selected Aspects of Assessing Intercultural Competence in L2 Instruction. In P. Romanowski (Ed.), *Intercultural Issues in the Era of Globalization* (pp. 180-190). Warszawa: Wydawnictwo Naukowe Instytutu Komunikacji Specjalistycznej i Interkulturowej Uniwersytet Warszawski.

Hospitalidade turística enquanto serviço *versus* a mesa de Emaús: percepções e representações

Tourist hospitality as a service *versus* the Emmaus table: perceptions and representations

António Calheiros¹[0000-0002-9184-0923], José Vieira Gomes²[0000-0002-2140-1765]
antonio.calheiros@ipb.pt, jgomesvieira123@gmail.com

¹Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

²Instituto História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal.

Resumo. Constituindo a hospitalidade um fator crítico de sucesso no turismo, levanta-se o problema de como a mesma é trabalhada pelo sector da educação, como instrumento capaz de potenciar o negócio. Dada a abrangência deste tema, procuramos delimitá-lo a partir da conceção *derridiana* de hospitalidade, onde se aborda os pontos de contacto e divergência entre *A Lei da hospitalidade incondicional e as leis condicionais da hospitalidade*. Ao fazê-lo, escolhemos duas subdivisões do conhecimento humano, com afinidades intrínsecas entre estes dois lados da mesma equação, contrapondo as percepções e representações da hospitalidade na linguagem empresarial, assumida, apoiada e potenciada pela formação de competências em turismo, com a amplitude da linguagem artística patente na representação do episódio de Emaús. Pretendemos contribuir, com este trabalho, para uma clarificação deste conceito, de modo que esta palavra em concreto cumpra com a missão a si associada. Ao descrevermos o conteúdo de ambos os termos, estamos também a cartografar caminhos e a exarar desafios.

Palavras-chave: Percepções, Representações, Hospitalidade, Turismo, Arte.

Abstract. Since hospitality is a critical success factor in tourism, the problem arises of how it is worked on by the education sector, as an instrument capable of boosting the business. Given the scope of this topic, we seek to delimit it from the Derridian conception of hospitality, which addresses the points of contact and divergence between the Unconditional Hospitality Law and the conditional laws of hospitality. In doing so, we chose two subdivisions of human knowledge, with intrinsic affinities between these two sides of the same equation, opposing the perceptions and representations of hospitality in the language of the business world, assumed, supported and enhanced by the training of skills in tourism, with the amplitude of artistic language which is evident in the representation of the Emmaus episode.. It is our aim to contribute for the clarification of this concept, so that this word in concrete meets its associated mission. In describing the content of both terms, we are also mapping paths and posing challenges.

Keywords: Perceptions, Representations, Hospitality, Tourism, Art.

1 Introdução

A hospitalidade é hoje tratada como um produto turístico, com evidente influência na escolha dos destinos turísticos e, consequentemente, como um dos principais fatores críticos de sucesso na competitividade das empresas.

A partir desta constatação, lógica e irrefutável, podemos perguntar se a pedagogia da hospitalidade, ministrada nos cursos superiores de turismo em Portugal, contempla a possível estética do interesse desinteressado patente no episódio da mesa de Emaús.

Sendo a mesa de Emaús o espaço, por excelência, da hospitalidade incondicional, convém aferir se as dinâmicas associadas ao sector turístico respondem a estes desafios. Assim, numa primeira fase, faremos a contextualização teórica que enquadra esta temática. Começamos por explicar o modo como a realidade é percebida, conhecida e representada, tendo como cenário as relações de continuidade e oposição entre a linguagem empresarial, mais ligada ao turismo, e a linguagem artística, mais associada à mesa de Emaús. O estudo destas duas dinâmicas só é possível que questionarmos também os horizontes da própria hospitalidade.

Tendo em atenção este enquadramento teórico, efetuaremos uma análise às áreas de conhecimento envolvidas nas competências conferidas pelos diferentes cursos de turismo e hospitalidade ministrados no sistema de ensino superior em Portugal, cruzando os conteúdos dos planos de estudo com a leitura que se poderá extrair da Ceia de Emaús.

2 Contextualização teórica

Ao abordarmos os conceitos de percepção e representação da hospitalidade é oportuno estabelecermos, ainda que de forma sucinta, a complexa relação entre realidade, sentidos, percepção e conhecimento. Uma vez realizado este propósito estamos habilitados a confrontar os processos de percepção e representação na linguagem empresarial e na linguagem artística, nas quais o amplo universo da hospitalidade é tratado.

2.1 Realidade, sentidos, percepção e conhecimento

Duns Escoto (citado por Freitas, s/d) distingue, a propósito do conceito de realidade, entre *res* e *realitas*. A primeira representa a substância primeira, o todo íntegro, enquanto a segunda se refere às coisas da ou na *res*. Assim, a realidade representa, em termos vulgares, tudo o quanto, efetivamente, *existe* ou, num sentido mais livre, *é*. Este *é* pode, no sentido mais técnico e preciso, expressar tudo o quanto existe de forma autónoma da consciência que a pensa ou conhece. Por isso mesmo, *é* real tudo o quanto existe fora da mente e dentro dela. Temos, assim, uma realidade objetiva e uma realidade subjetiva; uma realidade sensível e uma realidade inteligível; uma realidade em si e uma realidade para nós, seja, neste último caso, devido aos fatores inerentes à interpretação associada à realidade interna do nosso ser, ou porque nos chega por intermediação.

No entanto, nem “todo o conhecimento do mundo em redor nos chega através de um número muito limitado de sentidos, dos quais a visão e a audição são os mais importantes” (Clarke, 2001, p. 281). Existe, sem prejuízo da sua afinidade ou não com o mundo externo, outros modos de captarmos, interpretarmos e representarmos a realidade exterior à nossa mente: a abstração ou o modo numérico. Relativamente à abstração, verificamos que, mediante um processo mental de simplificação e concentração, a inteligência humana despoja a realidade do objeto das suas propriedades concretas e individualizadoras, assumindo apenas o que é comum. Desta forma, surgem as ideias universais, válidas para todos os objetos que retratam, embora não coincidam com a totalidade dos mesmos. Esta mesma abstração pode ainda concretizar-se de um modo distinto: atende apenas ao essencial da realidade ou a algum aspeto concreto da mesma, isola o que separa e converte-o em algo universal. Por último, o modo matemático não só prescinde das notas individuais e individualizadoras da realidade, mas também da sua materialidade. Acaba por se fixar na quantificação e representação numérica, presentes também nas dimensões ontológicas e espirituais (Guerra, 1984).

É certo que, inicialmente, captamos a realidade através dos sentidos, mediante os quais ela se torna presente ao nosso cérebro, desencadeando a respetiva percepção e, após esta, o conhecimento sensível. Para este conhecimento muito contribui o cruzamento das sensações externas com as sensações internas e, com menor relevância, as sensações especiais. O que geralmente ocorre é uma reação corporal que une sem distinção o estímulo exterior (evento) ao sentimento interior (sensação), resultando daí a imagem de um objeto alicerçada nas qualidades sensíveis e objetivas do estímulo. A percepção analisa, interpreta e integra esses estímulos, selecionando, organizando, corrigindo e unificando as sensações numa síntese, através da memória, do raciocínio, do juízo e da afetividade (Chauí, 1999).

Podemos ainda distinguir três tipos de percepções: aquelas que se produzem antes da realidade consciente; as que se transformam na realidade consciente e as que são posteriores a essa mesma realidade. A primeira, porque imune a qualquer interpretação, compreensão ou significação,

é totalmente objetiva, exterior ao sujeito e desprovida de subjetividade. A segunda, porque não circunscrita exclusivamente ao mundo exterior, é dotada de uma objetividade que já remete para a subjetividade e para o significado consciente real. A percepção posterior à realidade consciente constrói novas subjetividades a partir da subjetividade existente.

Assim sendo, a percepção não é neutra. “Na percepção de uma coisa forma-se sempre um devir-coisa, sem a qual não haveria percepção (...). Não se pode perceber sem ‘projectar’ a vida no mundo” (Gil, 2010, p. 55).

2.2 Processos de percepção e de representação nas linguagens empresarial e artística

Os conceitos de percepção e de representação têm sido estudados pelas mais diversas áreas do conhecimento humano. São conceitos que se implicam mutuamente, porquanto o real significativo (imagens e palavras) está relacionado com a representação e a significação de si mesmo. Como tal, a aproximação ao facto está eivada pelo imaginário, que se assume como um elemento de definição, transformação e sentido do real. Porque a partir destas palavras se pode aferir já a complexidade deste tema, iremos, para efeitos do presente trabalho, apenas analisar as abordagens relacionadas com a arte e com o mundo empresarial.

No mundo empresarial, os processos inerentes à materialização destes conceitos foram rapidamente acolhidos pelo marketing, de modo a rendibilizar o comportamento aquisitivo. Para que este ocorra, utilizam-se técnicas capazes de suscitar estímulos e sensações amigas das mensagens definidas pelo emissor, dentro de um contexto que assume a percepção como subjetiva, seletiva, simplificadora, temporal e cumulativa. Este objetivo só pode ser iniciado através da fixação da atenção do indivíduo. Ato contínuo surge a sensação provocada pelo estímulo. Quando a sensação tem interesse para o indivíduo, transforma-se em percepção, e assim passamos do nível da atenção para o nível do interesse. Começamos, nesta fase, a interpretar os estímulos, adaptando-os ao interesse e ao nível da compreensão existente. Esta interpretação é efetuada através dos princípios da proximidade, da abertura, da complementaridade, da similaridade e da figura fundo, importante para realçar a imagem do elemento central face a um fundo indefinido, contínuo e vago.

A partir desta fase inicia-se uma nova etapa, a qual explora as possíveis dinâmicas de aceitação da mensagem. Cada desejo, geralmente, associados à resolução de problemas e usufruto da felicidade, equilibra a emoção que originou. Assim, quando o consumidor aceita o que a mensagem sugere, fecha-se o ciclo conhecido por AIDA (Atenção, Interesse, Desejo e Aquisição) (Kotler, 2006). Fá-lo a partir do todo que é e, como tal, nele se cruzam as diferentes áreas que compõem a organização estrutural e funcional do turismo: psicologia, economia, geografia, antropologia, sociologia, educação...

No que à Arte diz respeito, os conceitos de percepção e de representação assumem uma complexidade inusitada. Tudo porque, mais que coisas, se manipulam ideias.

A Arte é um instrumento libertário ao serviço da percepção e usufruto do Belo. Neste sentido, a realidade e a fantasia cruzam-se, e a mente, já que organizadora do mundo e organizadora de si mesma, acaba por se transformar num segmento da imaginação (Barilli, 1995). Corbusier (1982, 91) soube sintetizar muito bem esta realidade, ao afirmar que “a arte é uma série de objetos que provocam emoções poéticas”, ou seja, a transformação da realidade num mundo mágico e de um mundo mágico no prazer estético. É um mundo que nos permite recriar, inverter e equilibrar formas e cores, as quais se (re)inventam e se transformam em novos objetos, num jogo inacabado de alternâncias percetivas. Podemos entender estas alternâncias com percepções abrangentes, porque tudo “capacidade de sentir” e “de perceber através dos sentidos”. Neste “sentir” e “perceber”, tudo é abertura e expansão, espetador e artífice (Chauí, 1999). Assim sendo, a Arte excede qualquer forma de pensamento sistemático. É certo que a arte pode também ser uma cópia fiel de objetos (mimetismo, figuração e figurativismo), mas nem por isso deixa também de retratar a ideia do objeto, onde a forma real, imanente à natureza, passa para a representação.

Ao passar para a representação está aberta a possibilidade da criação poder, pela sua própria natureza, ser transferida para o espetador, cuja imaginação amplia e realiza a proposta que se lhe apresenta, através de leituras que cruzam o universo do autor, o universo do leitor e o universo dos signos. Dá-se, assim, como prática usualmente exercida e culturalmente reconhecida, a apropriação da obra de arte. Para isso muito contribui também a diversidade e a heterogeneidade que nela é introduzida. Quanto mais o artista fizer o seu “próprio regime de signos, menos (...) será uma pessoa ou um sujeito, mais (...) será um ‘coletivo’ que encontra outros coletivos, que se conjuga e se cruza

com outros, reativando, inventando, predizendo, operando individuações” (Deleuze & Parnet, 1998, p. 97). Isto permite que a linguagem artística desenvolva a percepção, a imaginação e a capacidade crítica e libertária, essencial para a afirmação da anunciada e desejada soberania do indivíduo (Onfray, 1999).

2.3 Os horizontes da hospitalidade

Em sentido simples e genuíno, a hospitalidade pode ser percebida como a forma mais singela, espontânea, singular e incondicional de acolhimento. Tais características, porém, não são suficientes para se fixar um conceito único e universal, verificando-se, isso sim, uma variedade de interpretações e de vivências, de acordo com diferentes períodos históricos, realidades culturais, percepções individuais e interesses individuais/grupais.

Como forma de superar e entender estas contradições, Derrida (citado por Bernardo, 2002) propõe um novo idioma sobre a hospitalidade, a partir da dialética entre a condicionalidade e a incondicionalidade. Começa por afirmar que a hospitalidade passa pelo inevitável reporte à singularidade e à alteridade do outro. No entanto, a lei incondicional inscreve-se nas necessárias leis da hospitalidade, porque é indissociável do instituído onde se incorpora. Torna-se, assim, necessário traduzir em termos jurídicos e políticos o conceito de hospitalidade incondicional ou hiperbólica, que pertence ao domínio da arte e da poesia. Pressentimos desde logo que, para se efetivar ou concretizar, acabará, por determinação do exercício do poder, por sofrer de diversos condicionalismos, limitações e distorções. No entanto, também é expectável que altere, afete e transforme o instituído. É nesta relação de mútua contaminação que a hospitalidade incondicional se propõe acolher o outro na sua estranheza. Esta relação de antinomia, que opõe a singularidade universal a uma multiplicidade estruturada das leis, enformada por um processo de partição e de diferenciação, apresenta-se-nos como necessária, ao permitir que a hospitalidade ilimitada não passe de mera abstração. Para além disso, dado esta antinomia não ser absolutamente dialetizável e existir uma tensão sem oposição entre estas duas leis de igual modo imperativas, existe a singular primazia e verticalidade d’ *A Lei da hospitalidade* incondicional, a qual vai ser inscrita nos corpos d’ *as leis* condicionais da hospitalidade. Esta incondicionalidade, hoje muito ameaçada pelos problemas emergentes de uma globalização bipolar, obriga a que, em nome da inexcedível atenção devida à singularidade do estrangeiro, os limites do cosmopolitismo e a da cidadania tenham de ser apurados e superados.

O problema coloca-se, assim, do lado da natureza do estranho e da experiência que dele fazemos. O estranho provoca um misto de temor e de fascínio. Temor pela ameaça que o desconhecido representa em termos de competição com o outro; fascínio porque abre ao outro um universo de possibilidades até aí negadas. A tudo isto acresce o facto desta estranheza ser plural. Não só é estranho tudo o quanto é exterior ao sujeito, mas, também, tudo quanto pertence ao domínio do outro ou, ainda, tudo aquilo que é incompreensível. E este outro é importante, porque a singularidade perfaz-se na alteridade.

Esta alteridade do estranho não é apreensível na totalidade, porque ele escapa a qualquer lógica de exclusão de uma qualquer dinâmica de inclusão de relação e trânsito. E isto faz-se, não raras vezes, através do distanciamento de si; um distanciamento que não implica aniquilação, antes supõe uma relação sem dissolução e apropriação, ou seja, pode-se passar o umbral até à alteridade sem se suprimir os limites (Innerarity, 2001).

Para que tal ocorra, é necessário aprofundar e tornar operacional, na factibilidade e aprimoramento possíveis, esta relação d’ *A Lei n’as leis*. Esta relação aponta no sentido de uma conflituosa hierarquia. Conflituosa porque, pela sua natureza

incondicional e singular, *A lei da hospitalidade está antes e acima das leis*. É ‘portanto (...) ilegal, transgressiva, fora da lei’. E é justamente enquanto tal que ela ordena as transgressões *das leis* (...). Constitui um ‘pólo absoluto’ ‘fora do qual (...) o desejo, o conceito e a experiência, o próprio pensamento de hospitalidade não teriam qualquer sentido (Bernardo, 2002, 442).

Tal é possível porque a hospitalidade pode pertencer a um lugar que não é do hospedeiro nem do convidado, mas do gesto pelo qual o acolhimento se processa, alheio a qualquer morada a partir da qual possa ser pensado. E isto contraria toda a lógica utilitária que caracteriza a nossa sociedade, como se as coisas não pudessem servir outros fins que não sejam o delas.

3 Metodologia

Tendo por base o quadro teórico de referência deste estudo, aliada à escassez de trabalhos sobre esta temática em concreto, recorreremos à pesquisa exploratória. Esta pesquisa baseou-se em critérios metodológicos de recolha de informação de natureza qualitativa. Para além do levantamento bibliográfico, efetuamos, também, pesquisas digitais exploratórias que nos permitissem visualizar o tratamento dado à hospitalidade no quadro dos cursos superiores de turismo, direcionados para a inserção socioprofissional dos alunos que os frequentam. Agrupamos os dados recolhidos no quadro a seguir apresentado, o qual recolhe quatro grandes grupos de informação:

1. Cursos de turismo por grau de ensino;
2. Tipologias de turismo mais abordadas nos cursos, de acordo com a motivação da viagem e as características do lugar (Cunha, 2009);
3. Áreas científicas exploradas;
4. Se existem, nesses cursos, unidades curriculares que abordam as questões da hospitalidade;

Tendo em atenção o escopo a que nos propusemos, escolhemos a análise documental, que consiste em representar o conteúdo de um documento de uma forma diferente da original (Bardin, 2009). Assim sendo, faremos a análise da lista de formação em turismo nos diferentes graus de ensino de cursos superiores, sejam eles ministrados em entidades públicas ou privadas, universitárias ou politécnicas. Tendo em atenção outros caminhos, palavras e coisas, confrontaremos tais conteúdos com uma outra forma de acolher e vivenciar aspetos relevantes *d'a Lei* incondicional da hospitalidade.

Tabela 1: Resenha dos dados recolhidos

Graus de ensino	N.º de cursos de turismo ministrados	Tipologias de turismo mais abordadas nos cursos	Áreas científicas mais exploradas	Unidades curriculares que abordam questões relacionadas com a Hospitalidade
CTeSP	43	• Natureza e Aventura • Desporto e Natureza • Gastronomia • Turismo cultural • Rural • Gastronomia • Saúde e bem-estar • Náutico (surf) • Enoturismo • Ecoturismo	• Línguas • Economia e Gestão • Direito • Geografia • História e antropologia • Sociologia • Psicologia • Turismo • Estatística • Ecologia • Informática • Outras	• Introdução ao Turismo e Hospitalidade.

Licenciatura	22	• Natureza • Cultural • Lazer • Rural • Ecoturismo	• Direito • Gestão e economia • História e arqueologia • Línguas • Geografia • Psicologia • Sociologia • Artes e Património • Turismo • Outras	• Hospitalidade e Informação Turística • Tecnologias para o Turismo e a Hospitalidade I • Tecnologias para o Turismo e a Hospitalidade II • Projeto na Indústria da Hospitalidade; • Relações-Públicas em Hospitalidade; • Seminário em Hospitalidade • Sistemas de Gestão em Turismo e Hospitalidade; • Gestão e Inovação em Turismo e Hospitalidade; • Simulação de Modelo de Negócios em Turismo e Hospitalidade; • Tópicos Críticos em Turismo e Hospitalidade; • Marketing do Turismo e da Hospitalidade (opção 1); • Análise de Dados em Turismo e Hospitalidade (opção 2). • Alojamento e Hospitalidade • Turismo e Hospitalidade.
	26	• Cultural • Rural • Urbano • Natureza • Ecoturismo • Urbano • Negócios • Eventos • Saúde e bem-estar • Enoturismo	• Turismo • História e Património • Geografia • Património • Arte • Economia e Gestão • Design • Ciências da Comunicação • Comunicação digital • Metodologias de investigação científica	• Conceção de Projetos em Turismo e Sustentabilidade; • Hospitalidade e Turismo: Abordagens Teóricas e Tendências; • Património, Cultura, Turismo e Hospitalidade; • Inovação em Turismo e Hospitalidade; • Práticas em Eventos, Turismo e Hospitalidade. • Gestão da Inovação em Turismo e Hospitalidade; • Sistemas de Gestão em Turismo e Hospitalidade; • Simulação do Modelo de Negócios em Turismo e Sustentabilidade; • Tópicos Críticos em Turismo e Hospitalidade; • Marketing do Turismo e da Hospitalidade (opção 1).

Doutoramento	5	• Cultural • Urbano • Natureza • Ecoturismo • Turismo	• Metodologias de investigação • Património • Turismo • Geografia • Gestão do território • Gestão turística • Ciências e Engenharia do Ambiente • Estudos culturais • Planeamento e Ordenamento do Território • Planeamento e ordenamento turístico • Economia	• Serviços em Hospitalidade e Turismo

Fonte: Elaboração própria a partir de Dados Estatísticos de Cursos Superiores – Edição 2022, disponível no sítio: <https://infocursos.medu.pt/> – consultado a 08/05/2023.

Como nestes Dados e Estatísticas foram apenas listados os cursos de ensino superior ministrados em Portugal com registo **válido a 2021-12-31**, esta informação foi complementada com a consulta feita aos portais das respetivas entidades.

4 Comentário aos dados recolhidos

4.1 *Análise d’as leis condicionais da hospitalidade da Tabela 1*

Uma breve leitura da Tabela 1 permite-nos concluir que a hospitalidade turística, enquanto produto, é essencialmente tratada nos graus de ensino de licenciatura e de mestrado, sendo residual nos restantes. Apresenta, nalguns casos, um carácter mais genérico, explorando-se a sua relação dialética com o turismo; mas está muito mais ancorada às áreas científicas de economia, gestão e tecnologias. Apresenta, também, uma componente prática e utilitária. Ao ser-se assumida a gestão da hospitalidade, está-se a considerar a importância de esta ser devolvida como valor ao mercado, permitindo-se uma maior conexão com o consumidor. Por aqui se entende a sua ligação ao marketing, às relações-públicas e às novas tecnologias, porque funcionam como instrumentos que permitem promover a relação deste produto com o turista. A componente prática e operativa materializa-se, também, na importância que tem na conceção de projetos e na simulação do modelo de negócios. As boas práticas, a inovação e os tópicos críticos também não são negligenciados.

Se cruzarmos estes dados com as áreas científicas tratadas podemos, ainda, extrair mais algumas conclusões. O turismo une culturas e pode criar um ambiente de paz entre estas. O ato de hospedar e ser hospitaleiro é, porventura, o traço mais característico e fundamental na aproximação de culturas, costumes e de idiossincrasias individuais. Um dos instrumentos mais importantes, embora não único, para a concretização da hospitalidade é a comunicação, o que requer competências técnicas e humanas elevadas e específicas em várias línguas e uma mentalidade aberta ao mundo e à diferença. Nos planos de estudos analisados podemos constatar, como atrás foi referido, que se procura valorizar recursos materiais e imateriais passíveis de serem consumidos pelo turista, mas também propiciar a este uma experiência que o ligue a esse lugar.

O problema é que são nestes conteúdos que se concretizam as *Leis d’a hospitalidade*, que nos fala Derrida. Mais problemática se torna esta questão quando tudo se normaliza com regras e normas de conduta, o que retira o carácter mais espontâneo e genuíno do verdadeiro “acolhimento”. Ao retirar, afasta-se da Lei da incondicionalidade de Derrida, onde o “hóspede” é visto como um libertador e, como tal, o desejo e a urgência da receção são dois imperativos inalienáveis (Derrida & Dufourmantelle, 2003). Para que a experiência de “hóspede” seja livre, espontânea e genuína tem de ser converter o acolhimento de excelência num acolhimento de exceção.

4.2 Uma outra visão: A hospitalidade como caminho, palavra e ceia

Emaús é essa exceção. No *Caminho de Emaús*, Jesus integra-se num grupo de dois peregrinos que conversavam *entre si sobre coisas que tinham acontecido*. Um dos dois, Cléopas, refere o profeta que era *poderoso na ação e na palavra*. O elemento de estima pelo outro aparece no versículo 30 do capítulo 24, do Livro de Lucas: *Fica connosco, pois é quase de noite e o dia está no fim. E ele entrou para ficar com eles* (VVAA, 2016, pp. 308-309). O *punctum saliens*, o reconhecimento dá-se quando o profeta dá a bênção e parte o pão. Há um paralelismo nómada: ao ato de se partir o pão, segue-se a abertura dos olhos, ou esclarecimento. É *a experiência satisfatória*, é *o passar o limiar*, como foi dito acima. E chega-se aqui, porque há alteridade, possibilidades novas, porque se sabe que há dialética, imaginação e bondade humana para resolver os conflitos.

Isto mesmo é respigado, também, na literatura grega, onde o hóspede era considerado uma figura com um *carácter sagrado e insigne* (Argullol, 2008): “se alguém chama à porta, abre-a pode ser que seja um deus” (provérbio grego citado por Argullol, p. 39). O desenraizado do lugar espera acolhimento e alteridade; não apenas bons serviços e oferta de bons destinos, em conformidade com um departamento de investimento e outro de vendas. Na sua essência mais pura, o ato de caminhar é o ato de alguém se reencontrar.

Na representação da *Última Ceia* de da Vinci, Judas Iscariotes é o único personagem que não reage com espontaneidade às palavras do mestre: tem o tronco do corpo inclinado para trás, carregado de desconfiança, mão direita no saco do dinheiro, e a esquerda pronta para surripiar mais qualquer coisa. Há outras representações pictóricas que o mostram do lado de cá da mesa, em atitude de *pré-negócio*. Se na *Última Ceia* havia tensão e atitudes condicionadas, na de *Emaús* havia espontaneidade (*fica connosco*).

A versão de *Emaús* de Rembrandt é uma aparição que irrompe do meio das trevas, dizemos do meio das sombras: “No meio da noite, a luz espalha a sua força”¹⁵. Aqui a alteridade da sombra dá força à luz, dá força ao acolhimento incondicional (em conflito com o acolher de modo robotizado, indiferenciado), dá força ao pensamento que precede o limiar esclarecedor. Esta versão de Emaús não agradaria a Iscariotes, porque não dá visibilidade a todos os recantos do quadro. No ato de acolhimento não se pode ficar do lado de cá da mesa, como convinha, também, a Iscariotes.

A *Ceia de Emaús* nomeia uma presença, o *hóspede libertador*, ou seja, a alteridade. Mas não se pense que “o conhecimento seja resultado de uma merenda imprevista...” (Magris, 2013, p. 254). Seria muito cómodo. A peregrinação, a viagem, a viagem turística, deverá ser precedida de uma ponderada e “paciente pesquisa” (Magris, 2013, p. 254) que reúna parcerias com a pedagogia do Turismo e muitas visitas à biblioteca, na condição de se viver a aventura com uma muito maior alegria, consciência e liberdade.

5 Nota conclusiva

A nossa relação com esta temática não é neutral. Não o é porque podemos esquadriar, no mesmo sítio, à mesma hora e no mesmo banquete, ou Ceia, vários naipes de aventureiros: nómadas, turistas, peregrinos, estrangeiros e exilados, e apurarmos o que em cada um deles é motivação, aceno, nostalgia de algo perdido, ou, pelo contrário, consumição por algo que ainda não foi alcançado.

Um camponês senta-se muito a mesas, mas dificilmente poderia integrar um tal banquete, talvez porque não lhe apetecesse aparecer (o camponês é um sedentário), ou talvez porque não adivinhe em tal reunião promessa de lucro: um camponês avalia um campo em termos de carros de milho ou pipas de vinho, não o admira como um turista, fotografando-o, ou um pintor imprimindo-o no coração e na consciência.

“A viagem começa numa biblioteca. Ou na livraria” (Onfray, 2008, p. 26). A biblioteca é o lugar da documentação, da ponderação e, dizemos nós, da iniciação. É também o lugar do registo e da pesquisa com a aproximação ao mundo digital. Queremos chegar lá. Conceber, ver, fotografar, ouvir, escrever e calcorrear atrelam-se à mesma mediação: motricidade humana.

Num ensaio publicado num suplemento literário recente, de que perdemos o rasto, sobre a poesia do poeta sueco, prémio Nobel da Literatura, Tomas Tranströmer, é dito que *o seu maior desafio foi encontrar uma sintaxe para a sua imaginação*. Uma sintaxe, diga-se, ou um determinado tipo de frase, longa, ou breve, num texto longo ou breve... Uma frase condiz com o fôlego ou o

¹⁵Nota encontrada num esboço do holandês

ritmo interior do seu autor. Mas um ritmo interior também pode estar associado a uma certa vitalidade, ou forma física. Uma frase escrita pode ter um ritmo associado ao ritmo cardíaco e à própria respiração. Um redator serve-se de instrumentos para o seu ofício de diversa origem: a gramática, a experiência da imaginação, a experiência da leitura, a experiência da escrita, as audições, as visualizações, as percepções, as atenções. Em novo e na idade madura, Tranströmer escrevia poemas longos e de imaginação peculiar que o tornaram famoso. *Encontrar uma sintaxe para a sua imaginação* quer dizer, encontrar um certo tipo de frases que condissesse com o seu ritmo, a sua cadência, correlativos, também, com a sua forma de andar e respirar.

Um escriba não é propriamente um atleta, mas é capaz de beber um garrafão de vinho, como estímulo, e trata de aguentar porque é dono de uma determinada vitalidade cultivada. Há um quê de correlativo entre o que se percebe e a regularidade das caminhadas. Alguns exemplos típicos: Rousseau, Nietzsche, Henry David Thoreau, R. W. Emerson, Robert Walser.

O poeta sueco Tomas Tranströmer sofreu um acidente vascular cerebral há 25 anos. Se na idade heroica Tranströmer escrevia poemas de grande fôlego, e porque tinha saúde física e dava grandes passeios, depois do acidente ficou praticamente imobilizado, embora consciente. Se escrevia poemas longos até um certo momento, passou, depois, a escrever poemas brevíssimos, à maneira dos *haicais* japoneses. Não é que tivesse menos talento ou capacidade intelectual. A razão passa por isto: deixou de caminhar.

A poética da hospitalidade em Emaús implica fôlego, grandes passadas, grandes revisitas à livraria, e respostas ao modo incondicional de receber e de saber.

De momento, ainda não estamos em condições de saber se as dinâmicas associadas ao sector turístico respondem a esse desafio.

O turista desconhece a linguagem que o deveria aproximar das grandes interrogações, enquanto regressa à Terra Natal, e enquanto se prepara para o Grande Recebedor.

O turista deveria experimentar a revisita à livrarias, como foi dito, e deveria eivar-se de sageza. Estaria, desse modo, em condições de se expor a perguntas: respondemos ao interesse do grande empresariado e na condição de olhos postos no lucro, ou estaria ele, o turista, o peregrino, o viajante, em condições de responder mais à linguagem artística incondicional, associada à mesa de Emaús?

REFERÊNCIAS

- Argullol, R. (2008). *Aventura, una filosofía nómada*. Barcelona: Acantilado.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barilli, R. (1995). *Ciência da cultura e fenomenologia dos estilos*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Bernardo, F. (2002). A ética da hospitalidade, segundo J. Derrida, ou o provir do cosmopolitismo por vir a propósito das cidades refúgio, re-inventar a cidadania (II). In *Revista Filosófica de Coimbra*. (22), 421-446.
- Chauí, M. (1999). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.
- Clarke, A. (2001). *Visões do futuro. Os limites do possível*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Cunha, L. (2009). *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta.
- Derrida, J. & Dufourmantelle, A. (2003). *Da hospitalidade*. Viseu: Palimage Editores.
- Emerson, R. (2009). *A Confiança em Si, A Natureza e Outros Ensaio*s. Lisboa: Relógio D'Água.
- Freitas, M. (s/d). Realidade. In *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. (pp. 601.602). Editorial Verbo: Lisboa/São Paulo,.
- Gil, J. (2010). *A arte como linguagem*. A “última lição”. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Guerra, M. (1984). *Historia de las religiones. Los grandes interrogantes*. Pamplona: EUNSA.
- Innerarity, D. (2001). *Ética de la hospitalidade*. Barcelona: Ediciones Península.
- Kotler, P. (2006). *El marketing segun Kotler. Como crear, ganar e dominar mercados*. Barcelona: Paidós Iberica.
- Magris, C. (2013). *Alfabetos*. Lisboa: Quetzal.

- Nietzsche. (1994). *A Origem da Tragédia*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Onfray, M. (1999). *A política do rebelde. Tratado de resistência e de insubmissão*. Lisboa: Edições Piaget.
- Onfray, M. (2009). *Teoria da Viagem*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Rousseau, J. J. (2007) *Os Devaneios do Caminhante Solitário*. Lisboa: Livros Cotovia.
- Transtromer, T. (2012). *50 Poemas*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Thoureau, H. D. (1995). *Caminhar*. Lisboa: Hiena Editora.
- VVAA, (2016). *Bíblia, Novo Testamento, os Quatro Evangelhos*. Lisboa. Quetzal Editores.
- Walser, R. (2001). *O Passeio e Outras Histórias*. Porto: Granito, Editores e Livreiros.

Pedaços de poesia e prosa: quando a cooperação se faz significativa

Pedaços de poesia e prosa: when cooperation becomes significant

Helena Santana¹[0000-0002-9258-6410], Rosário Santana²[0000-0002-4010-1426]

hsantana@ua.pt, rosariosantana@ipg.pt

¹Inet-MD, Universidade de Aveiro, Portugal.

²Inet-MD, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal.

Resumo. *Pedaços de poesia e prosa* é um projeto que pretende promover o gosto pela leitura e a criação artística, intentando numa segunda fase desenvolver, de modo orientado, a criatividade, a reflexão e o sentido crítico dos participantes na sua língua materna. Depois da leitura de alguns textos, os participantes foram convidados a realizar a sua própria proposta de obra. Através da criação orientada de pequenos textos, os intervenientes foram incentivados a manifestar a sua interpretação de diversas propostas de obra, neste caso *O Sal da Língua* e *As Palavras* da autoria de Eugénio de Andrade. No primeiro dos poemas, Andrade quer confiar 3 ou 4 palavras de modo que “o seu lume” não se extinga. Neste projeto, convidámos os intervenientes a escolher 3 ou 4 palavras, elaborando uma proposta que será alvo de uma interpretação plástica e musical. Através da aplicação de mecanismos, conceitos e técnicas próprios à citação, alusão, paráfrase, paródia e quodlibet, mas também, se assim o entendermos, da estratificação e da colagem, estruturaremos um texto que será grafado. No processo de notação é necessário aquele que grava enfatize os conteúdos que exprime através do desenhar da palavra, do seu conteúdo, da sua intenção e manifestação. Essa representação, concebida de modo a mostrar ao outro a importância dos conteúdos emotivos e racionais expressos, será, numa etapa posterior, alvo de interpretação. Neste projeto intentamos perceber se a planificação e implementação deste tipo de atividades pode ser um recurso científico-pedagógico de valor.

Palavras-Chave: Pedagogia de projeto, Eugénio de Andrade, *As palavras*, *O Sal da Língua*, Intertextualidade.

Abstract. *Pedaços de poesia e prosa* is a project that aims to promote the reading and the artistic creation. This project also intent to develop, in a guided way, the creativity of participants, promoting the creation of same little texts in their mother language. After reading some texts, they are invited to create their own work. Through the guided creation of small texts, they are encouraged to express their interpretation of various texts, in this case *O Sal da Língua* and *As Palavras* by Eugénio de Andrade. In the first of the poems, Andrade wants to trust 3 or 4 words so that “his fire” does not go out. Thus, we invited them to choose 3 or 4 words, preparing a small text that will be the target of a plastic and musical interpretation. Through the application of mechanisms, concepts and techniques, namely from citation, allusion, paraphrase, parody and quodlibet, but also if they want, the concept of stratification and collage, the participations were invited to structure a written text. In its notation process, it were necessary for the person who writes, to emphasize the contents that he expresses through a drawing of the words, its content, its intention and expressive manifestation. This representation, conceived in order to show the importance of the emotional and rational contents expressed, will be, in a later stage, the target of an interpretation. In this project we try to understand if the planning and implementation of this type of activities can constitute a valuable scientific-pedagogical resource.

Keywords: Project pedagogy, Eugénio de Andrade, *As palavras*, *O Sal da Língua*, Intertextuality.

1 Introdução

O projeto que agora apresentamos, e justificamos, *Pedaços de poesia e prosa*, surge no âmbito da implementação de atividades em contexto não formal. Aplicado a uma comunidade que não é especialista em música, mas que intenta desenvolver as suas competências nesta área, mormente na área da música erudita contemporânea, o projeto parte da análise de conteúdo intentando a criação artística. Sabemos que tanto a animação como a formação pode ser realizada em várias circunstâncias, sendo que, quando é feita de forma criativa e motivadora, se mostra mais eficaz. Neste sentido, planeamos um projeto que, partindo da apresentação de conteúdos retirados maioritariamente da área da música, mas que transcorrem muitas outras áreas do conhecimento, pretende, conjuntamente com a realização prática de numerosas atividades, promover, de forma mais rápida e sustentada, a aquisição dos referidos conteúdos e competências. Numa primeira fase são maioritariamente da área da música erudita, sendo que, numa segunda passam àqueles da Literatura e da Língua portuguesa. Acresce o facto de que, sabendo que o nosso público-alvo não domina a criação artística e composição musical, em particular, nem as técnicas de formar e enformar arte, utilizaremos outros domínios do conhecimento que, no nosso entender, serão facilitadores de todo o processo de ensino e aprendizagem, mormente a pintura.

Implementando um projeto na comunidade escolar temos de garantir a boa aquisição dos conteúdos que queremos expressar e manipular, sendo que, no nosso entender, a metodologia de projeto, se mostra a mais adequada aos nossos intentos formativos e criativos. Acresce a diversidade e multiculturalidade do meio onde se implementa. Assim sendo, e porque nos vamos servir da palavra para a disseminação dos conteúdos e a criação dos objetos artísticos resultado das experiências tidas, propomos que seja utilizada a língua materna dos intervenientes, seja ela qual for, para que mais facilmente a possam manipular e usar no contexto da criação exigida pelo nosso projeto. Mas não é só no uso da língua que o projeto se sustenta, é sobretudo na manipulação do som e da sonoridade da palavra elementos que também se encontram na ação de criação artística proposta.

A partir desta área artística, a música, e de modo a conseguirmos veicular determinados conteúdos sobre criação e conceção musical, para que todos os possam posteriormente utilizar, vertendo-os ao nível dos textos analisados e sobretudo, criados, começaremos por identificar não só as técnicas próprias ao uso da intertextualidade, da estratificação e da colagem, mas também as que nos revelam conteúdos sobre a sua relevância e importância ao longo da história.

A recuperação e combinatória de elementos musicais heterogéneos mostra-se uma constante ao longo da história da cultura e das artes. O homem, inspirando-se no inesperado, no imediato, no tradicional, recupera materiais através da citação, estratificação e colagem. Ao contrário da pintura, em música, a utilização de fontes e a sua manipulação, bem como da colagem não é apanágio da música composta ao longo século XX. O empréstimo musical é uma área do conhecimento emergente, manifestando-se na necessidade de multiplicar os pontos de vista de abordagem e realização de uma obra de arte (Burkholder, 1994; Metzer, 2003). Permitindo inserir qualquer som, ou elemento musical, na obra de arte, tem fortes repercussões no ato criativo. Uma reflexão e análise da produção musical contemporânea, mas também de toda aquela produzida ao longo da história da música e da arte, confronta-nos com uma presença que podemos afirmar significativa de material tomado por empréstimo a diferentes autores e obras (Burkholder, 1994; Metzer, 2003). Consequentemente, a partir da extensa presença destes elementos em “nova obra”, algumas questões nos surgem tanto ao nível da criação, como ao nível da interpretação (música). No caso da música, será que num determinado autor a presença de material retirado de um empréstimo, um recurso ou uma inadaptabilidade? Será que as fontes originais podem contribuir para a formulação de uma intenção de criação e interpretação próprias? Será que o facto de o material poder ser identificado é essencial, ou um constrangimento? Dependerá a relevância do material do grau de percutibilidade do mesmo?¹⁶

¹⁶ Para Burkholder (1994), conhecer de que forma um criador usa as ideias retiradas de outro pode alertar-nos para os tipos de empréstimo em uso. O autor define empréstimo musical, como o ato de tomar algo de uma obra musical pré-existente e usá-lo numa nova obra. As ações que podemos encetar de modo a compor utilizando o conceito de empréstimo musical são várias. De entre elas elencamos, e citando Burkholder (1994, p. 854), “a modelagem - modeling, a variação - variations, a paráfrase - paraphrase, o arranjo - arranging, a re-harmonização - setting, o cantochão - cantus firmus, a rapsódia - medley, o quodlibet, a alusão estilística - stylistic allusion, a citação programática - programatic quotation, a re-harmonização cumulativa - cumulative setting, a colagem - collage, o patchwork e a paráfrase estendida - extended praphrase”. As catorze categorias de empréstimo musical tal como foram definidas por Burkholder (1994), podem ser agrupadas por grau de reconhecibilidade do material que foi tomado por empréstimo a um qualquer autor. Quando o material tomado

O empréstimo, mormente o musical, bem como o uso da intertextualidade não é uma ação exclusiva da música, a mesma pode ser verificada nas artes plásticas, na literatura, na pintura, etc. Em música, nem sempre o seu propósito é ser reconhecida. Por vezes a sua função está ligada ao processo de trabalho compositivo, sendo que a sua utilização não compromete a compreensão da obra e a sua validação enquanto objeto artístico e a sua relevância a nível sonoro e musical.

2 O empréstimo musical ao serviço da criação musical

O uso do empréstimo musical faz-se desde tempos muito recuados, mormente a Idade Média. Desde essa época que muitos compositores se servem de temas, modelos ou excertos de obras de outros autores de modo a enformar a sua própria obra. Acresce o uso, nalguns casos, da sobreposição e da colagem de textos de proveniência de autores e temas diversos.

Mais recentemente, a partir do início do século XX, esta ação transcorre igualmente a obra de vários compositores. De modo a proceder à sua exemplificação podemos enumerar a obra *Pulcinella* (1920), de Igor Stravinsky, uma obra que utiliza excertos de obras instrumentais e operáticas de Giovanni Pergolesi. *Apollon Musagète* (1928), *Le Baiser de la Fée* (1928) e *Canticum Sacrum* (1955) fazem igualmente uso desta técnica. De características radicalmente diversas, Alban Berg sobrepõe e estratifica o discurso em *Lulu* (1928-1935) onde os estratos, de natureza distinta, se comportam de forma diferenciada tanto a nível rítmico, como melódico, harmónico, tímbrico ou temporal¹⁷.

A partir dos anos 60, esta técnica origina um conjunto de obras de características e nuances ímpares. Em 1966, Karlheinz Stockhausen (1928) compõe *Telemusik*, peça eletrónica onde são combinados fragmentos de música do mundo inteiro. Em *Hymnen* (1967), utiliza vários fragmentos de hinos combinados com objetos sonoros diversos. Em Espanha, Luís de Pablo utiliza a colagem em *Heterogéneo* (1967-1968) para orquestra, órgão Hammond e dois recitantes e *Parafrasis* (1968), para dois conjuntos instrumentais, obras que emergem da forma aberta trabalhando profundamente a distribuição e sequenciação de materiais. Em *Heterogéneo*, citações de Beethoven, Tchaikovsky, Schumann e Bizet, são interpoladas com zarzuelas, passos doble e material sonoro proveniente do extremo oriente. Em *Parafrasis*, utiliza três motetes de Luís de Victória. Em *Votre Faust*, obra composta em 1969, Henri Pousseur contraria certos princípios da criação musical contemporânea, nomeadamente o determinismo do serialismo integral, o indeterminismo das obras aleatórias e a passividade do ouvinte. *Die Soldaten*, ópera em quatro atos, de Bernard Alois Zimmermann ocupa um lugar de relevo na sua produção musical. Escrita inicialmente para quadros simultâneos, cada um com o seu grupo orquestral, Zimmermann sobrepõe diversas técnicas e ações, quadros narrativos e ilustrativos da sua competência e criatividade. *Die Soldaten* ilustra diferentes processos de criação questionando as obras seriais fundadas sobre processos de composição meticolosos, levados ao extremo por Boulez em obras como *Pli selon Pli* (1957-1962) e *Répons* (1981-1984).

Berio, na sua *Sinfonia* (1968-1969), obra maior no que concerne o uso do empréstimo musical, interpola, numa obra de Mahler, diversas citações musicais, cortando constantemente o desenrolar do discurso proposto. Ao instrumental, sobrepõe um grupo vocal citando fragmentos de textos essencialmente extraídos de *L'Innommable* de Samuel Beckett. Possuindo cinco andamentos que se sucedem numa estrutura simétrica; o terceiro - Scherzo - o centro da obra. O primeiro e o quinto possuem um carácter épico; o segundo e o quarto, mais líricos. O primeiro e o quinto relevam o mito de Sherenté, a história de Asaré. Para Berio, as referências que faz de outros compositores: Bach, Schoenberg, Debussy, Ravel, Strauss, Berlioz, Brahms, Berg, Hindemith, Beethoven, Wagner, Stravinsky ou a compositores mais recentes como Boulez, Pousseur, Globokar ou Stockhausen, foram selecionadas “em função não só das suas associações reais, mas ainda pelas conexões potenciais com Mahler - a totalidade da música -, ou Beckett - a totalidade do texto” (Tranchefort, 1986, p. 87-88). Musicalmente, o “quinto andamento busca elementos dos anteriores, analisando-os. Quase que se trata, no sentido freudiano do termo, da interpretação de um sonho. Certos elementos intervêm uma só vez, outros várias, outros transformam-se a velocidades distintas.

por empréstimo é reconhecido pelo ouvinte, é evocada na memória deste último a fonte original ou parte desta com a respetiva associação cultural. Essa associação será mais profunda quanto maior for o conhecimento do ouvinte sobre a referida fonte. A associação cultural, quando reconhecida, desafia o próprio ouvinte a se auto questionar sobre o porquê da presença deste material na nova obra.

¹⁷ A nível rítmico, na secção Monoritmica, concebe três acelerações e uma desaceleração contínuas de tempo, provocando uma oscilação permanente deste elemento. As técnicas da citação e da colagem permitem a elaboração rítmica e temporal concorrem na conceção de uma das obras chave da produção musical do século XX.

[...] Esta experimentação, deliberada na inteligibilidade, faz parte da própria essência da obra” (Tranchefort, 1986, p. 87). O compositor não pretende “restituir a obra original modificando certos detalhes, mas re-inventá-la, re-produzi-la, guardando a mesma distribuição dos espaços, embora tendo por base um movimento gerador (musical ou pictural) diferente” (Stoianova & Berio, 1985, p. 123).

Apesar da heterogeneidade dos fragmentos - unificados por uma estrutura homogênea que unifica e determina a importância de cada um no interior do todo - as interações surgem graças às similitudes melódicas, rítmicas e tímbricas, determinando a conciliação dos elementos, assim como a sua sobreposição e transmutação. Os textos, diversos, aí contribuem. A sua sobreposição em conjuntos instrumentais vários origina, em função das características de cada instrumento, diferentes linhas melódico-rítmicas, e consequentemente, diferentes estratos. O compositor cria a desordem na ordem chegando ao caos (controlado).

De modo a concretizar alguns dos conteúdos narrados, mas, e sobretudo, desenvolver a criatividade dos mais jovens, procedemos à estruturação de um projeto artístico que reúne num mesmo fazer as áreas da música e da literatura, da criação literária e a expressão musical, intentando a aquisição de conhecimentos nas áreas do empréstimo musical, mas também da estratificação e da colagem, de modo a formar e enformar o objeto de arte. Para o efeito, não só um conjunto de obras musicais foram ouvidas, como um conjunto de ações de empréstimo em outras áreas artísticas foram apresentados. Contudo, e porque o enfoque da nossa ação teria como meio de disseminação, e recurso de criação, a língua materna dos intervenientes, terminamos com a identificação, leitura e análise de alguns textos, para nós também eles representativos desta ação.

3 Projeto interdisciplinar na área da expressão artística no domínio da expressão musical

Pedaços de poesia e prosa, constituindo uma proposta de atividade desenvolvida em contexto de educação não formal, teve duração de 3 horas. Pretende concretizar a aquisição do conjunto das aprendizagens enunciadas, relacionando, em específico, a música e a literatura, a partir de dois poemas de Eugénio de Andrade. Podemos questionar as escolhas, a sua relevância e pertinência, bem como o modo como relacionamos estas duas áreas do conhecimento, a partir das obras enunciadas. Quando partimos da obra de Andrade, e atendendo a que nele, a poesia é música e a música poesia, e a harmonia e o equilíbrio, a pureza e a luz se encontram a cada verso, palavra e lugar, tudo se justifica e relaciona de forma simples e automática (Andrade, 1994). “...Um dos versos de Eugénio de Andrade fala-nos algures na “*música do sangue*”, e eu [Fernando Pinto do Amaral] gostaria de retomar essa belíssima expressão para salientar a importância da adesão emocional a uma poesia como a deste autor - alguém que nunca esquece que toda a poesia é música, sim, mas que para ser escutada deve fazer parte integrante do nosso sangue. (...) Trata-se de uma poesia que sabe repartir connosco alguma da sua verdade, mas que também nos pede uma verdade – íntima, sempre mais pressentida que declarada, habitando o coração das coisas e nunca se deixando resvalar para o simples confessionalismo sentimental.” (Amaral in: Andrade, 1994, s.p.). É nesta relação com a música, pois “é um autor que nunca esquece que a poesia é música” (Amaral in: Andrade, 1994, s.p.), relevando uma musicalidade construída nas palavras, conjuntamente com a expressão de uma verdade que se quer íntima e pressentida, que delineamos este projeto. Através da poesia e da palavra, através da sua relação com conteúdos da área da música em particular, convidamos a todos a criar utilizando os conteúdos, os sons e o grafismo associado ao seu enunciar. Sem esquecer o enunciado de modo que as propostas de trabalho pudessem concretizar-se também como propostas performativas, os intervenientes foram convidados a refletir sobre o som da palavra e dos seus constituintes. Foram convidados também a perceber como ela atinge o seu interlocutor de modo diferente em face das características que nela colocamos com a nossa interpretação. Nessa interpretação trabalhamos o seu conteúdo sonoro e expressivo através do modo como a concedemos ao outro para que não se extinga. Assim, o vigor, a intenção e a gestualidade que ela adquire através da nossa interpretação surge fundamental na sua transmissão e aquisição por parte do interlocutor.

Partindo destas reflexões e de modo a prosseguir as nossas intenções formativas e projetuais, foi realizado um convite no âmbito da comunidade escolar do qual resultou a participação de 10 indivíduos de ambos os sexos, várias nacionalidades, com idades compreendidas entre os 18 e os 22 anos. Da nossa parte, e de modo a desenvolver uma atividade de criação artística fundamentada e justificada, nos seus conteúdos e forma, num conteúdo em particular, o empréstimo musical,

tínhamos de iniciar a nossa atividade com um propósito específico, o de fomentar o conhecimento desta área do conhecimento e da investigação, em particular. Neste caso, a ação incidiria sobre a aquisição e aplicação de alguns conteúdos relativos aos conceitos de empréstimo musical, mormente os de citação, alusão, paráfrase, rapsódia e quodlibet. Acresce, dado as possibilidades criativas que encerram, a aplicação das noções de estratificação e colagem. O projeto iniciou com a explanação dos conteúdos necessários à aquisição de informação suficiente para poder agir usando os moldes e modelos indicados. Simultaneamente, e de modo que os conteúdos artísticos enformados estivessem fundados sobre a sua língua materna, a expressão e expressividade linguística, foram disseminados vários textos em Língua portuguesa e duas poesias de Eugénio de Andrade, em particular: *As Palavras* (Andrade, 1994, p. 16-17) e *O sal da Língua* (Andrade, 1996, p. 60)¹⁸.

A concretização de *Pedaços de poesia e prosa* engloba duas áreas de formação, a língua portuguesa e a expressão musical, resultando num desafio lançado no contexto da educação não formal, ao nível da animação musical. De modo a construir o conjunto dos elementos que constituem as evidências do projeto, os intervenientes foram convidados a ler os textos que lhes foram propostos, a examiná-los, recriá-los, tendo em conta as técnicas e princípios de criação recolhidos ao longo da formação. Primeiro, tiveram acesso ao poema *As Palavras* (Andrade, 1994), de modo a refletir sobre o modo como o autor as define, o seu poder, a sua ação sobre si e o mundo. Em segundo, trabalharam o poema *O Sal da língua* (Andrade, 1996), pois, a partir da sugestão do autor, foram convidados a fazer emergir de si, 3 ou 4 palavras, que ofertaram aos outros, de modo que o seu lume não se extinga. Depois de escolhidas, palavras com bastante significado para eles, pois devem ser palavras que muito amam, procederam a uma reflexão cuidada sobre os conteúdos que através delas poderiam expressar, desenvolvendo em seguida um conjunto de propostas utilizando a sua Língua materna. Em prosa ou poesia, conforme se sentissem mais à vontade, de modo a expressar os conteúdos que para ele são importantes, são convidados a desenhar o seu conteúdo, manifestando plasticamente a sua intenção criativa e interpretativa. Como técnicas de formalização dos conteúdos formados, aplicaram-se os conceitos versados na ação ao nível do empréstimo, e do empréstimo musical em particular. Conceberam ainda uma forma de notação adequada, enfatizando as palavras naquilo que de mais importante para cada um continham.

Ao nível da notação foi proposta que a mesma tivesse uma natureza gráfica marcada, de modo que o tema e o conjunto das palavras desenvolvidos ao nível da Língua, pudesse extravasar num conteúdo plástico-musical de relevo constituindo nestes elementos uma proposta de interpretação orientada naquilo que são os seus conteúdos e forma. Optou-se pela introdução de um maior número de possibilidades de modo a não condicionar qualquer conteúdo proposto ao nível da criação pois a análise dos elementos manifestadores de criatividade estava também em observação. Os intervenientes foram igualmente convidados a delinear os modos de expressão gráfica que melhor correspondessem às suas necessidades e objetivos de criação de modo que esta não constrangesse as suas intenções expressivas.

Pedaços de poesia e prosa

Depois de lançado o convite procedemos à efetivação do projeto. De modo que o pudéssemos concretizar, foram criados os conteúdos necessários à sua explanação, facto que ocorreu num primeiro momento da ação, ficando desde logo assente que o trabalho prático seria realizado após esta fase e em pequenos grupos. Dado que havia indivíduos de várias nacionalidades, contámos com a possibilidade de realizar os conteúdos finais em diversas línguas. O facto permitiu ainda verificar diferentes modos de aplicação e manipulação dos conteúdos técnicos, linguísticos e estéticos, atendendo à harmonia e musicalidade de cada língua e nacionalidade. *Pedaços de poesia e prosa* permitiu a criação de pequenos textos que ilustram diversas realidades e vivências. Através criação utilizando a área do empréstimo musical, foram objetivados os princípios e conteúdos base dos elementos texto. De modo a delinear o modo de transmissão da sua obra determinaram também o modo como o grafariam enquanto texto e narrativa não só literária, como sonora e musical. Nalguns casos, a componente plástica surge relevante, resultado da intencionalidade e criatividade dos participantes.

¹⁸ As mesmas foram escolhidas porque incidem sobre um conteúdo que queríamos manipular: as palavras.

O projeto, tendo a duração de 3 horas, teve um forte impacto nos participantes. De modo a consolidar as aprendizagens escolhemos um autor maior da nossa literatura, e um modo de construir e fazer arte que transcorre as diversas áreas artísticas. A realização de uma atividade prática incidindo sobre os conteúdos veiculados, permitiu a consolidação das aprendizagens e sobretudo o desenvolvimento da criatividade, a interação e a inclusão de intenções e ações que revelam diferentes proveniências geográficas e culturais.

O facto de o gatilho criativo serem dois textos de Eugénio de Andrade, bem como de os conteúdos desenvolvidos deverem utilizar a língua materna como recurso ao nível da sua notação, foi no nosso entender, estimulante para o ato criativo. Esta nossa exigência, mas também disponibilidade, deve-se às características do nosso público-alvo, um público heterogéneo que nem sempre domina outras línguas, bem como, outras formas de arte¹⁹. Assim, utilizando a língua portuguesa, mas também aquela do seu país de proveniência, e uma notação que enfatiza a componente gráfica do registo realizado, de modo a melhor conseguirem enformar conteúdos e forma das suas propostas de obra, todos puderam desenvolver a atividade proposta sem constrangimentos. Embora a componente de manipulação da língua seja relevante, não é menos o enformar da componente sonora, interpretativa e musical, pois que de rimas, ritmos e métricas se faz o seu dizer. Neste contexto, o trabalho realizado sobre os conceitos de equilíbrio e forma, revelou-se importante, sendo nalguns casos mais difícil de concretizar. A metodologia de projeto revelou-se adequada face aos objetivos deste nosso projeto pois permitiu a livre, mas orientada reflexão sobre o processo criativo de modo que, a partir das propostas de Andrade os intervenientes se tornassem também eles autores. As propostas de trabalho interligando duas formas de expressão, a linguística e a musical, grafadas numa proposta de cariz fortemente visual, permitiram que, a partir da reflexão e análise de dois poemas de Andrade, os intervenientes fossem também eles poetas, músicos e intérpretes da sua própria obra.

4 Conclusão

A construção e implementação de um projeto desta natureza, dirigido a um público-alvo específico, num contexto de educação não formal, implica um conjunto de sinergias que é necessário prever e dominar. Os intervenientes têm de apelar aos seus conhecimentos para não só conceber como interpretar um texto que eles próprios desenvolvem, mas também efetuar escolhas interpretativas de acordo com o que pretendem relevar. Nesse sentido, a componente sonora e musical associada ao uso do texto e da palavra, ao conhecimento das possibilidades da língua, surge importante, senão essencial. Numa escolha criteriosa, os conteúdos expressos e narrados foram ao encontro dos conteúdos e temas abordados, o empréstimo musical no conjunto das ações citação, alusão, paráfrase, rapsódia e quodlibet, concretizando a aquisição e consolidação dos conhecimentos técnicos e artísticos previstos.

O projeto, surgindo como potenciador de novas realidades criativas, permitiu o desenvolvimento do sentido crítico e da criatividade, mas também da análise de conteúdo, de modo a poder enformar um novo objeto de arte a partir de uma proposta pré-existente. No conjunto dos resultados prevemos considerá-lo como recurso lúdico e didático que pode ser utilizado em contexto formal. Nesse sentido, o estudo da música e a análise do modo como um compositor utiliza o empréstimo musical, a estratificação e a colagem revela-se essencial à determinação dos conteúdos do novo texto, ajudando na deliberação das opções criativas, ao modo como notam a sua proposta de obra, de modo a contemplar a informação necessária ao ato interpretativo que lhe está subjacente.

Pedaços de poesia e prosa, decorrente do estudo e aplicação das técnicas de criação alocadas ao Empréstimo musical, revelando-se uma constante nos trabalhos apresentados como resultado deste projeto, constitui uma nova forma de conceber e trabalhar a língua, os seus sons e sonoridade da palavra. De modo a notar todos os elementos do seu objeto de arte, foi trabalhada a componente visual e gráfica. Enquanto recurso lúdico e didático, plástico e musical, *Pedaços de poesia e prosa* mostrou-se um meio eficiente e motivador de todos quantos contribuíram para a sua implementação e conclusão. As palavras de Eugénio de Andrade “Por participarem dessa carga afetiva, por serem o fruto de uma voz singular, [...], mesmo que se situem perto da realidade mais acessível ou elementar, mesmo entregues à beleza concreta do que descrevem ou do que evocam, mesmo tendendo para um silêncio quase oriental, acabam por manifestar um ardor pessoal, a certeza

¹⁹ De notar que todos poderiam participar desde que de idade compreendida entre os 18 e os 24 anos.

de uma fala e de um *pathos* que faz da poesia, além de um instrumento para conhecer o mundo, um meio privilegiado e soberano para *amar* o mundo” (Amaral in: Andrade, 1994, s.p.). Amando o mundo e amando o próximo, incluímos, integramos, de modo que o *lume* breve das palavras, *não se extinga*, como nos pediu Andrade. Oferecidas, as palavras, tornam-se assim, um pouco mais extensas, em vida e emoção.

Referências

- Andrade, E. (1994). *Coração do dia/ Mar de Setembro*. Obra de Eugénio de Andrade/3. Porto: Fundação Eugénio de Andrade.
- Andrade, E. (1996). *O Sal da Língua*. Obra de Eugénio de Andrade/26. Porto: Fundação Eugénio de Andrade.
- Burkholder, J. P. (1994). The uses of existing music: Musical borrowing as a field. *Notes, Second Series*. 50(3), 851–870.
- Metzer, D. (2003). Quotation and Cultural Meaning in Twentieth-Century Music. *New perspectives in music history and criticism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Stoianova, Iv., & Berio, L. (1985). Chemins en musique. *La Revue Musicale*. Triple numéro 375-376-377. Paris: éditons Richard Masse.
- Tranchefort, Fr-R. (1986). *Guide de la musique symphonique*. Paris: Arthème Fayard.

Friso mútuo: um projeto de criação artística multidisciplinar

Friso mútuo: a multidisciplinary artistic creation project

Helena Maria da Silva Santana¹[0000-0002-9258-6410], Maria do Rosário da Silva Santana²[0000-0002-4010-1426]

hsantana@ua.pt, rosariosantana@ipg.pt

¹Inet-MD, Universidade de Aveiro, Portugal.

²Inet-MD, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal.

Resumo. *Friso Mútuo* resulta da aplicação, em contexto de educação não formal, de um projeto de criação artística no âmbito da animação de crianças e jovens. Neste sentido foi lançado o convite à comunidade. Inscreveram-se 20 indivíduos de ambos os sexos. Deste conjunto, com idades compreendidas em os 10 e os 16 anos, foram constituídos 5 grupos de modo a podermos concretizar melhor a nossa ação e intervenção. A mesma consistiu na criação de propostas de obra que refletissem os conteúdos e objetivos de um movimento artístico particular – o movimento futurista. Depois de veiculados os conteúdos base que caracterizam o referido movimento do ponto de vista técnico, estilístico e estético, os grupos constituídos desenvolveram uma atividade que terminou com a realização prática do objeto criado. Por imposição nossa, deveria contemplar o uso da língua portuguesa como recurso para a sua notação gráfica. O conceito de anagrama e de partitura gráfica foi difundido e aplicado. *Friso mútuo* surge de uma manipulação da palavra futurismo; as obras formadas, numa componente gráfica e gestual de relevo. Intentando perceber o valor da nossa ação enquanto recurso formativo, mas também criativo e artístico, procedemos a uma análise dos elementos obtidos da implementação da atividade, sendo que, nos conteúdos e forma, revelam os princípios formadores e enformadores do movimento artístico. Em outro, pelo modo como os intervenientes se mostraram ao longo do tempo de atividade, 3 horas, percebemos do seu empenho e motivação na concretização da sua obra.

Palavras-Chave: Projeto artístico, Língua portuguesa, Criação musical, Futurismo, Animação infantojuvenil.

Abstract. *Friso Mútuo* results from the application, in the context of non-formal education, of an artistic creation project in the field of animation for children and young people. In this sense, an invitation was launched to the community, in which 20 individuals of both sexes signed up. From this set, aged between 10 and 16 years old, 5 groups were formed so that we could better implement our action and intervention. It consisted in the creation of some work proposals that reflected the contents and objectives of a particular artistic movement – the futurist movement. After broadcasting the basic contents that characterize the aforementioned movement from a technical, stylistic and aesthetic point of view, the different groups developed an activity that ended with the practical realization of the created object. By our imposition, it should contemplate the use of the Portuguese language as a resource for its graphic notation. The concept of anagram and graphic score was disseminated and applied. *Friso Mútuo* arises from the manipulation of the word futurism; the works formed, have a graphic and gestural component of relief. Trying to understand the value of our action as a training resource, we proceeded to an analysis of the elements obtained from the implementation of the activity. The contents and forms, shows the formative and shaping principles of this artistic movement. In another, by the way in which children's stays throughout the activity time, 3 hours, we perceive their commitment and motivation in the accomplishment of their work.

Keywords: Artistic project, Portuguese language, Musical creation, Futurism, Children's animation.

1 Introdução

Durante os anos 20, considerados como o período da Música Mecânica, assistimos a uma rutura com entre a criação artística e o pensamento musical vigente devido ao impacto produzido sobre o modo como os compositores encaram a criação, resultado dos recursos e meios emergentes. Fruto dos meios e recursos desenvolvidos aquando da Revolução Industrial, surge na vivência comum a fruição de um conjunto de “novos” sons e ruídos que começam a ser analisados de modo a integrar a obra de arte, mormente a musical. Esta realidade incentiva progressivamente a todos os criadores, nas diversas áreas artísticas, mas não só, a utilizar o ruído nas suas obras. No domínio da música, *Parade* (1916) de Eric Satie (1866-1925), *Pacific 231* (1923) de Arthur Honegger (1892-1974), *Ballet Mecanique* (1926) de Georges Antheil (1900-1959) ou *La fonderie d'acier* (1927) de Alexandre Mossolov (1900-1973) constituem disso exemplos. Ferruccio Busoni (1866-1924), Francesco Ballila Pratella (1880-1955) e Luigi Russolo (1885-1947) foram os teóricos destas ideias compilando-as num manifesto intitulado Manifesto Futurista, publicado em 1913.

O movimento a que dão origem, o Movimento Futurista, desenvolvendo-se em Itália, é o movimento artístico que melhor refletiu o clima revolucionário do início do século²⁰. Fundado em 1909 por Tomaso Marinetti (1876-1944), tem como princípios orientadores a velocidade inebriante, a maquinaria e a indústria aliadas a um certo grau de violência o que conduz à inserção de sons e objetos sonoros que evidenciam, no seu entender, esta realidade. Nos Manifestos que escreve, Marinetti defende a necessidade de romper com o passado e com as anteriores formas de conceber e pensar a obra de arte. Um novo estilo se impunha, mais adaptado à era tecnológica que se adivinhava (Bortolucci, 2009). O facto produziu um novo tipo de abordagem criativa desenvolvendo assim novas formas de arte, uma arte baseada nos princípios da descontinuidade e da rutura, nas novas realizações tecnológicas e a sua aplicação a nível social e industrial, como são as máquinas, a rádio, os novos meios de locomoção como o carro, o comboio, o avião, etc., proclamando como ideal de beleza a velocidade. Energia, movimento, dinâmica, liberdade, ação, aceleração, velocidade, revelam-se as novas categorias musicais, com características marcadamente funcionais e desprovidas de quaisquer afetos. Pretendendo-se, com isto, uma rutura com a tradição. Os Futuristas defendiam ainda a existência de uma estética onde as diferentes artes se estimulam, interpelam e dinamizam, antes de retomarem metamorfoseadas o seu território específico e autónomo. Esta estética recebe o nome de *Estética da Absorção*²¹.

A música futurista surge pela mão de Francesco Pratella; as transformações operadas a nível da linguagem musical, o trabalho de pesquisa realizado ao nível do som e das suas componentes, conduzindo à criação e fundamentação do uso de novos sons e ruídos ao nível da obra de arte (Seincman, 1991). No sentido de sustentar e fundamentar a sua criação surgem os primeiros manifestos futuristas escritos por Pratella entre 1910 e 1912. Entre eles encontramos o *Manifesto del Musicisti Futuristi*, o *Manifesto técnico della Música Futurista* e *La Distenzioni della Quadratura*²². Em 1913 surge, pela mão de Luigi Russolo, o manifesto intitulado *L'Arte dei Rumori*. Neste manifesto o autor rompe de forma radical com o passado, orientando as suas pesquisas para uma nova arte que surge ilustrada a nível acústico por aquilo a que designa de som-ruído. O som-ruído concebido por Russolo obriga a uma nova conceção instrumental construindo uma série de instrumentos novos, os *intonarumori*²³ (Seincman, 1991). Russolo compôs algumas obras para estes

²⁰ A rutura com o passado, o ativismo, o espírito de competição, a veneração do Zeitgeist (o espírito do tempo) que, para além de uma adesão incondicional a todos os aspetos da vida moderna, exige uma posição de antecipação do espírito do futuro, concebe a denominação deste movimento de Futurismo. Encontramos as suas bases no pensamento de Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900), Henri Louis Bergson (1859-1941), William James (1842-1910) ou nas poéticas de Walt Whitman (1819-1892) e Emile Verhaeren (1855-1916). Na pintura, o movimento futurista desenvolve-se a partir do *Manifesto dos Pintores Futuristas*, publicado em 1910, por Umberto Boccioni (1882-1916), Carlo Carrà (1881-1966), Luigi Russolo (1885-1947), Gino Severini (1883-1966) e Giacomo Balla (1871-1958), e da organização da exposição em Paris, no ano de 1912, a qual, para além da exposição dos respetivos quadros, foi acompanhada da apresentação dos princípios que regem o movimento e que completam e amplificam as suas bases teóricas. Umberto Boccioni revelou-se na altura o artista mais representativo da poética futurista.

²¹ Apoiando-se o Futurismo na *Estética da Absorção* é possível a permutação da linguagem entre as diferentes artes, nomeadamente entre a música e a pintura, a escultura e a arquitetura, concebendo o Futurismo a arte como um todo, uma arte total.

²² Em *Manifesto del Musicisti Futuristi* (1910) Pratella defende a inclusão na obra musical de um espírito e realidade sonora presente na nova sociedade, o ruído, a velocidade. Defende igualmente a utilização de escalas de microintervalos e da polirritmia.

²³ Estes produziam ruídos com diferentes timbres estando classificados por famílias. À primeira família pertencem os ruídos produzidos pelo ribombar dos trovões, os estrondos, o barulho da água a cair, os mergulhos e os mugidos; à segunda os assobios e os roncões; à terceira

instrumentos entre as quais *The Wakening of a great City* ou *A Meeting of Motocars and Aeroplanes* estreadas em Londres em 1914²⁴. A nível técnico os músicos futuristas irão servir-se da rotação do material sobre um ou mais eixos jogando com o espaço, os diferentes planos e a sua formalização preceptiva, ou seja, todo um conjunto de proposições a explorar futuramente por diversos compositores. O resultado sonoro, diferente consoante se faça segundo um ou mais eixos, origina inevitavelmente novos mundos sonoros, choques e interferências entre os vários sons-ruídos criando novos sons-ruídos com características diferenciadas dos primeiros. A influência do Futurismo no desenvolvimento musical do século XX é relevante²⁵. Os Concertos Futuristas dos anos 20 causaram grande controvérsia influenciando compositores como Arthur Honegger, Darius Milhaud, Maurice Ravel e principalmente Edgard Varèse. A introdução do ruído em música conduz os compositores a pensarem o timbre, o som e a obra musical de uma forma nova. A paleta timbrica existente alarga-se, bem como as ínfimas matizes de alturas e durações que integram ao nível da sua criação artística (Seincman, 1991).

O desenvolvimento de novas tecnologias e de novos instrumentos musicais consequentes, permite a sua integração no processo de criação implicando a conceção de novos grafismos ao nível da notação musical. A notação de uma obra desta natureza implica obrigatoriamente novos meios e recursos, pois que os sons, os objetos sonoros e timbricos, a gestualidade interpretativa, a sua dinâmica, velocidade e intencionalidade são diversas, sendo por isso diferente a sua redação. No que concerne a sua relação com outras artes, percebemos que o nível de interferência pode ser bastante grande (Bortolucci, 2009). Os meios de criação musical, o modo como encaram o som e o ruído enquanto elementos a integrar a obra de arte vai ser utilizado também pelos escritores dando origem a originais formas de poesia e prosa à época. Não só os temas gatilho de criação refletem esta realidade como, e mais uma vez, os meios de notar, redigir, as suas intenções criativas, passam pelo notar de novos sons, intenções, gestos e arte. Sintetizar através da manipulação da palavra os sons, exigindo uma nova abordagem na aplicação do som e da palavra, do fenómeno sonoro e da composição literária e musical, um facto. Os novos universos sonoros, desenvolvidos na área da música, transcorrem para outras artes, mormente a literatura, desenvolvendo objetos de arte que se percebem numa contínua expansão, fomentando a interdisciplinaridade e a interação entre distintos domínios artísticos, do saber e da arte.

2 Som e ruído, fonema e palavra: fronteiras que se esbatem num ideal comum

O homem enquanto criador representa um mundo interno produto de uma educação e interação com o meio. Assim sendo, não fica indiferente às evoluções científicas e tecnológicas que se processam, tendendo a integrá-las no processo de criação. Fruto de uma sociedade em contínua transformação, o homem, enquanto criador, representa-o através da obra feita, representativa e reflexo da sua visão e vivência desse mundo. Esta representação, mais ou menos ousada, revela-se um reflexo também de quem cria e das experiências e vivências que dele retira.

Consequência de uma pluralidade e multiculturalidade marcadas, a obra de arte adquire diferentes rostos evoluindo numa multiplicidade de formas e conceitos, muitos deles ainda hoje por explorar. A diversidade de caminhos propostos no modo como no início do século XX alguns autores abordam a criação de um modo geral, reflete a diversidade cultural de uma sociedade que, estando em contínua transformação, tenta responder a questões fundamentais que se colocam ao ser humano de modo holístico e intemporal. O criador, um investigador, tenta através da procura incessante de novos caminhos, conduzir o homem e a criação para outros níveis de entendimento, conhecimento e existência. A procura incessante do belo e de novas formas de expressão conduz aquele que cria ao longo de uma viagem irrepetível. A nós, cabe-nos a missão, se assim o entendermos, de entrar na viagem e nos mundos que ela nos abre, seguir, explorar e investigar os novos universos de som, deixando-nos invadir por realidades sonoras e artísticas que nos transformam, de forma mais ou menos marcada, depois de imergirmos e emergirmos desse oceano dos sons.

os murmúrios, o rosnar, os gluglus e os sussurros; à quarta os ruídos penetrantes e estridentes, os produzidos pelo bater dos pés (pateadas), os tinidos e os estalidos; à quinta os ruídos obtidos através da percussão do metal, da pele, da madeira, da pedra, etc.; e à sexta as vozes humanas e de animais, os gritos, os gemidos, os risos, os uivos, os sons produzidos por raspagem e os soluços.

²⁴ Como era de esperar seguiu-se um período de tumultuoso a nível criativo e especulativo.

²⁵ A utilização dos microintervalos nos anos 50, a utilização das novas tecnologias de suporte a criação musical, a introdução sistemática do ruído em música, nomeadamente o piano preparado, e o surgimento da Música Concreta são disso um exemplo.

Neste nosso projeto, pretendemos através da integração de uma componente diferenciadora, a realização de uma atividade em que a língua portuguesa será o recurso e o meio de aquisição dos conteúdos relativos ao movimento artístico apresentado. Produzindo um conjunto de elementos, em poesia ou prosa, consoante a intenção e vontade de quem cria, os intervenientes serão convidados a expressar técnica e estilisticamente os elementos característicos do movimento Futurista. Em seguida serão solicitados a uma sua interpretação de modo a perceber como integrar a intencionalidade e a gestualidade performativa no ato criativo.

2.1 Friso mútuo: projeto de criação onde interagem som e palavra, tecnologia e emotividade

O projeto intitulado *Friso mútuo* foi concebido no âmbito da animação infantojuvenil, constituindo uma proposta de atividade desenvolvida em contexto de educação não formal, tendo a duração de 3 horas. Para a sua implementação foi realizado um convite no âmbito da comunidade do qual resultou a inscrição de 20 participantes de ambos os sexos e com idades compreendidas entre os 10 e os 16 anos. Da nossa parte, e de modo a desenvolver uma atividade de criação artística fundamentada e justificada, nos seus conteúdos e forma, num movimento artístico em particular, tínhamos que iniciar a nossa atividade com um propósito específico. Neste caso, a sua ação incidiria sobre a aquisição e aplicação de alguns conteúdos relativos aos conceitos de som-ruído e som-palavra, harmonia-cor e harmonia-timbre. De modo a consolidar estas aprendizagens, escolhemos um movimento artístico de início do século XX, o movimento Futurismo – um movimento que realiza a sua intervenção nas diversas áreas de criação artística, e que podemos utilizar para a aquisição e consolidação das aprendizagens referidas. Assim, propusemos a realização de uma atividade que incide sobre os conteúdos relativos a esse movimento artístico, e que tem como exigência nossa, o facto de os conteúdos desenvolvidos utilizarem a língua portuguesa como recurso para a sua notação. Esta nossa exigência apoia-se nas características do nosso público-alvo, um público heterogéneo que nem sempre domina a notação musical tradicional. Assim, usando a língua portuguesa e uma notação que enfatiza a componente gráfica, todos podem desenvolver a atividade proposta.

Embora a componente sonora, interpretativa e musical seja relevante, a sua criação e disseminação aos outros e à comunidade será feita através de um trabalho apoiado no uso dos recursos da língua, e da língua portuguesa em particular. O facto deve-se a termos grupos de intervenção que podem estar em diferentes estádios de desenvolvimento e conhecimento, tanto da música e da notação musical, como da língua portuguesa e da arte em particular. Optando por um sistema de notação acessível e ao mesmo tempo intrigante para todos, pensamos atingir, de um modo geral e de forma indiscriminada, a todos os que surgirem no contexto da nossa atividade de animação infantojuvenil e musical. Depois de veiculados os conteúdos que consideramos, como os mais relevantes para concretizar e caracterizar o referido movimento a nível técnico, estilístico e estético, os participantes foram convidados a visualizar um conjunto de propostas audiovisuais que nos mostram interpretações de obras de autores e compositores futuristas. O conjunto destas propostas engloba, “The Carso, A Rat’s Nest, A Night in a Sinkhole, Mice in Love”, interpretada e gravada por Luciano Chessa, uma obra da autoria de Filippo Tomaso Marinetti (1917), *Serata Futurista* (1913), interpretada por Filippo Tommaso Marinetti, Luigi Russolo, Antonio Russolo, Giacomo Balla, Rodolfo de Angelis e Francisco Cangiullo, em Paris, no Teatro dos Campos Elísios, bem como da obra *Zang Tumb Tumb* (1914), de Filippo Tommaso Marinetti. Depois de visualizadas as propostas, os intervenientes foram convidados a refletir sobre os conteúdos nelas propostos e os meios utilizados para difundir as suas propostas de obra. Foi dado relevo especial às formas de notação utilizadas pelos autores de modo a iniciar um processo de aquisição dos meios necessários à própria atividade de criação. Como um projeto prevê a existência de uma denominação, propusemos que se construísse através do conceito de anagrama. Partindo da denominação do próprio movimento artístico – Futurismo – chegámos à denominação e conceito de *Friso mútuo*.

O processo de criação continuou e os intervenientes, com idades compreendidas entre os 10 e os 16 anos, foram repartidos por 5 grupos de trabalho que quisemos heterogéneos, sendo em seguida convidados a selecionar um tema base para a sua criação. Indicamos que o tema deveria refletir a realidade criativa e vivencial à época e, ainda, os ideais nele veiculados. De modo a integrá-los na sua vivência e permanência temporal, deveriam ser transpostos para o século XXI. O facto exigiu uma pesquisa e reflexão sobre o conjunto dos objetos e recursos que hoje possuímos e que surgiram, muitos deles, do desenvolvimento tecnológico conseguido em finais do século XIX

aquando da Revolução Industrial. A reflexão incidiu de um modo mais enfático sobre um conjunto de objetos de uso comum, como seja o telefone (hoje telemóvel), o automóvel, o comboio, o carro, mas também a bicicleta e alguns utensílios de cozinha que, sendo numa primeira fase manuais, possuem hoje em dia motores elétricos e são de uso e manipulação diárias. Esta reflexão, intentando perceber as suas origens e as tecnologias a eles associadas, consubstanciou-se numa perceção da sua dimensão sonora e musical, bem como na sua capacidade do ponto de vista artístico. Como a redação e notação das componentes da obra criada deveria usar os elementos fonéticos da língua portuguesa, impôs-se um estudo sobre os constituintes da língua, naqueles considerados os mais adequados à sua proposta de obra, bem como dos seus modos de notação. Acresce a componente visual e artística do objeto criado que, nos seus conteúdos e forma, não podemos, nem devemos, desvalorizar.

No que concerne os temas base propostos para a criação dos poemas-prosas futuristas, diversas propostas surgiram e lançaram o processo e consequente ato criativo, que constituem as evidências do nosso projeto. Nelas encontramos grandes realizações do século XX decorrentes da descoberta da máquina a vapor como o comboio, mas também o avião. O relógio e o metrónomo também fizeram parte dos objetos elencados. Paralelamente foram consideradas sonorizações de propostas de obra que se versaram sobre outro tipo de conteúdos. Lembramos que os intervenientes eram livres de escolher as suas propostas de tema não existindo qualquer constrangimento ao processo criativo. No entanto tínhamos como princípios orientadores da atividade, princípios esses a respeitar por todos, a escolha de um tema base para a sua criação, a implementação dos conceitos de anagrama, a atenção que deveriam dar à construção das rimas e à sonoridade da palavra, a notação da sua proposta de obra seguindo os princípios da arte Futurista, mormente o uso de partituras gráficas, de modo a melhor transmitir as suas intenções interpretativas. Estes foram os princípios enformadores de conteúdo e forma que foram propostos de modo a conduzir a atividade. De modo a avaliar os conhecimentos adquiridos os intervenientes foram convidados a justificar as suas escolhas e processos criativos. Assim, depois de efetivado o objeto artístico, o poema ou a prosa proposta, deveriam proceder à redação de um texto elucidativo dos processos implementados de modo que percebessem e refletissem sobre as suas escolhas, positivando-as ou eliminando-as do seu fazer artístico. Do ponto de vista formal verificamos a utilização de diferentes modos de atuação e concretização do seu espaço de arte, poesia ou prosa.

Depois de implementada percebemos que a atividade proposta se mostrou bastante interessante e motivante para os participantes. As evidências conseguidas assim o atestam. Como recurso o projeto *Friso mútuo* mostrou-se bastante eficiente para os intervenientes, sendo que, e no dizer de muitos, oitenta por cento dos participantes (16 indivíduos), a atividade se mostrou uma experiência a iterar. Sessenta por cento dos intervenientes (12 indivíduos), não tinham conhecimento do movimento artístico o Futurismo, mostrando-se cativados e expectantes face às possibilidades criativas que o mesmo lhes proporcionava. Quarenta por cento dos participantes (8 indivíduos), mostraram dificuldade em realizar a atividade sendo essencial o grupo para que a efetivação da atividade fosse para eles não só esclarecedora, mas, e sobretudo, organizadora de conhecimentos e atitudes. No geral, cerca de setenta por cento dos participantes (14 indivíduos), disseram-se motivados pela atividade e engrandecidos pelos conhecimentos que conseguiram desenvolver.

3 Conclusões

A construção e implementação de um projeto desta natureza e envergadura, dirigido a um público-alvo específico, num contexto de educação não formal, reveste-se de um conjunto de sinergias que é necessário dominar. Os intervenientes têm que apelar aos seus conhecimentos para não só conceber, como interpretar um texto que eles próprios desenvolvem a partir de uma proposta base, mas também efetuar escolhas interpretativas de acordo com o que pretendem relevar desse mesmo texto. Nesse sentido, a componente sonora e musical associada ao uso do texto e da palavra, ao conhecimento das possibilidades da língua em uso, revela-se essencial. Teve aqui um papel importante para o relevo que imprimiu ao ato interpretativo.

Numa escolha criteriosa, os conteúdos expressos e narrados foi ao encontro dos temas abordados, concretizando a aquisição e consolidação de um conjunto de conhecimentos técnicos e artísticos de relevo. Incidindo sobre um movimento artístico polémico e que surge como potenciador de novas realidades criativas já em meados do século, permite considerá-lo um recurso e um meio de realizar uma educação que não se revela somente na sua componente artística, mas também nas

outras áreas do conhecimento, nomeadamente a Língua portuguesa nos domínios oral e escrito, em contexto não formal.

Referências

- Bortulucci, V. B. (2009). O centenário do futurismo: uma estética do tempo. V Encontro de História da Arte – IFCH/UNICAMP. Acedido em 12-01-2023. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/cha/atas/2009/BORTULUCCE,%20Vanessa%20Beatriz%20-%20VEHA.pdf>
- Marinetti, F. T. (1914). Zang Tumb Tumb. Acedido em 14-03-2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u1Yld7wGWEI>
- Marinetti, F. T. (1917). “The Carso, A Rat’s Nest, A Night in a Sinkhole, Mice in Love”. Acedido em 14-03-2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HYrdMqrHi5k>
- Marinetti, F.T., Russolo, L., Russolo, A., Balla, G., Angelis, R. e Cangiullo, Fr. (1913). Serata Futurista. Acedido em 14-03-2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FkEPOfqu9gg>
- Seincman, E. (1991). Tradição, vanguarda, na música futurista italiana. Revista USP. P. 151-160. Acedido em 10-01-2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25563/27307>

As políticas públicas de patrimônio cultural em museus no Brasil

Public policies for cultural heritage in museums in Brazil

Márcio R.O. Pozzer¹[0000-0003-1163-5100], Roberta dos Reis Neuhold¹[0000-0002-1094-2398]

marcio.pozzer@osorio.ifrs.edu.br,
roberta.neuhold@osorio.ifrs.edu.br

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Brasil.

Resumo. O patrimônio cultural brasileiro tem sido explorado por instituições museológicas desde antes do país se constituir enquanto nação independente. A partir da sua independência dedicou-se um esforço político para forjar uma identidade nacional oficial e, nesta perspectiva, a política de patrimônio cultural em museus ganhou certo protagonismo. Contudo, ao longo do século XX, embora tenha havido ações de relevo, elas não se constituíram enquanto uma prioridade política a ponto de prover o Estado brasileiro de uma política nacional de museus consistente. Este cenário começou a se alterar a partir de 1985, com a criação do Ministério da Cultura, após um longo período de governos autoritários e se fortaleceu a partir de 2003, com a eleição para presidente de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que em 2009 criou o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram. Esta nova institucionalidade expandiu as políticas voltadas ao setor museal, mas sofreu um forte revés com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2019, para presidente do país. Tal situação só não foi pior dada a relevância que o Ibram passou a ter na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Museus, Políticas públicas, Cultura, Ibram, Brasil.

Abstract. The Brazilian cultural heritage has been explored by museological institutions since before the country became an independent nation. Since its independence, a political effort has been dedicated to forging an official national identity and, in this perspective, the policy of cultural heritage in museums has gained a certain prominence. However, throughout the 20th century, although there were important actions, they did not constitute a political priority to the point of providing the Brazilian State with a consistent national museum policy. This scenario began to change in 1985, with the creation of the Ministry of Culture, after a long period of authoritarian governments, and was strengthened in 2003, with the election of Luiz Inácio Lula da Silva, from the Workers' Party, as president. , which in 2009 created the Brazilian Institute of Museums - Ibram. This new institutionality expanded policies aimed at the museum sector, but suffered a strong setback with the election of Jair Bolsonaro, in 2019, as president of the country. This situation was only worse given the relevance that Ibram has come to have in Brazilian society.

Keywords: Museums, Policy, Culture, Ibram, Brazil

1 Introdução

A criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em 2009, foi um marco importante para as políticas públicas de patrimônio cultural em museus no Brasil, assegurando uma institucionalidade inédita ao setor que sofreu, historicamente, com a precariedade dos recursos financeiros e humanos que caracterizam as políticas culturais em geral e as políticas voltadas aos museus em especial.

Quatorze anos após a criação do Ibram, pode-se avaliar o impacto que tal política tem desempenhado na sociedade brasileira, refletindo se a criação de um órgão federal, com papel de coordenação de uma rede nacional de museus, pode servir de paradigma para outras políticas públicas culturais.

Esse trabalho não pretende desempenhar tal avaliação, que precisa de dados e informações

que deixaram de ser fornecidas ao longo dos últimos anos no governo do presidente Jair Bolsonaro (2019 - 2022). A partir de uma revisão bibliográfica, ele pretende somar-se a um esforço político e intelectual de retomada da centralidade das políticas culturais brasileiras, fazendo um sintético histórico das políticas de patrimônio cultural em museus no Brasil e uma breve reflexão sobre o que representou o último período governamental para o setor.

2 Os antecedentes das políticas públicas de museus no Brasil

Ainda que tenham existido algumas experiências museais relevantes no Brasil ao longo do século XVII e XVIII e início do século XIX, segundo Fernando Azevedo (1956), até meados do século XIX, a maior parte das iniciativas eram realizadas por viajantes estrangeiros. O Brasil era palco de muitas representações, coleções e expedições, uma vez que tinha se tornado local privilegiado para a obtenção de matéria-prima e de coleções por parte de diversos museus europeus (Stocking Jr, 1985).

A novidade dos primeiros anos enquanto uma nação independente, não foram suficientes para assegurar recursos financeiros suficientes, por parte do governo, para fomentar trabalhos e pesquisas de natureza museal, sendo um período de “improvisação e diletantismo” (Azevedo, 1956). Entretanto, a partir da década de 1870, o panorama nacional começou a se alterar sob a perspectiva romântica da definição de uma cultura nacional motivada pela ambição de um projeto de nação. Além disso, novos paradigmas ideológicos passaram a fazer parte do cotidiano científico brasileiro, tais como o evolucionismo, o positivismo e o naturalismo (Pozzer, 2015).

Assim, embora os períodos de fundação formal dos primeiros museus brasileiros variem (como o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 1818; o Museu Goeldi, em Belém, em 1866; e o Museu Paulista, em São Paulo, em 1894), os momentos de apogeu dessas instituições coincidiram com a entrada de diretores e cientistas conhecidos como os “pais fundadores”: João Batista Lacerda (1895-1915), Hermann Von Ihering (1894-1916) e Emílio Goeldi (1893-1907). Como afirma Lília Schwarcz (2001, p. 39), “a coincidência, no entanto, não está só nas datas, mas principalmente nos modelos e formulações que marcam a especificidade das instituições, em sua perspectiva enciclopédica, evolutiva, comparativa e classificatória”.

3 O início das políticas públicas de museus no Brasil

Ao longo do século XX, muitas ações importantes foram implementadas no setor museal em diferentes países e, no Brasil, não foi diferente. Uma primeira “inflexão” pode ser notada com a criação do Museu Histórico Nacional em 1922, alterando o pequeno panorama da época, até então centrado em instituições voltadas para a história natural. O novo museu buscava formular uma pequena representação da identidade nacional por meio da história da “pátria”. Nesta perspectiva, cabe citar a importância do escritor modernista Mário de Andrade para a institucionalização das políticas públicas de patrimônio cultural e de museus em especial, uma vez que no anteprojeto formulado por ele para se estruturar o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) foram apresentados os museus como espaço de preservação da cultura popular, destacando seu potencial educativo. Mário de Andrade foi além e propôs ainda a criação de quatro grandes museus, referenciados nos quatro livros de tombo a serem criados pelo órgão nacional de patrimônio.

Contudo, o decreto-lei nº 25, de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional acabou não adotando tais contribuições. Ainda assim, a criação do Sphan, que ocorreu um pouco antes, em janeiro de 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, através da lei de nº 378, conjuntamente às propostas de Mário de Andrade, foi fundamental para o futuro das políticas públicas de patrimônio cultural no Brasil.

Dessa maneira, ainda que de forma incipiente, a área passou a se consolidar como um ramo da ciência. Dentre as ações, estiveram o Conselho Internacional de Museus (Icom), que foi criado junto à Unesco em 1946, tendo o Brasil como um de seus fundadores, sendo que, em janeiro de 1948, foi instituído o comitê brasileiro, alguns cursos de graduação e pós-graduação em museologia foram criados em Universidades brasileiras e algumas tentativas de planejamento do setor pelos órgãos públicos também foram esboçadas.

Um marco simbólico para as políticas públicas sociais e para a cultura, em especial, foi o ano de 1953, durante o governo democrático de Getúlio Vargas. Foi neste ano que se instituiu a reforma que separou a saúde do Ministério da Educação e Saúde, instituindo a criação do Ministério

da Educação e Cultura (MEC), que funcionou desta maneira até 1985.

Em 1975, durante o regime militar, com o propósito de analisar a situação dos museus brasileiros, que estavam à cargo, majoritariamente do MEC, foi realizado o “Encontro Nacional de Dirigentes de Museus”. Promovido pelo então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, tal encontro foi responsável pela importante publicação de um documento inovador, que apresentava diversas recomendações nas áreas de educação, preservação do patrimônio cultural e relação com o meio, capacitação técnica e administrativa e capacitação financeira, denominado: Subsídios para a implantação de uma política museológica brasileira.

Em 1979, ainda durante a ditadura militar, o Iphan foi dividido em dois órgãos: o Sphan, órgão normativo; e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), órgão executivo, que criou em 1982 o Programa Nacional de Museus.

Segundo Maria Célia Santos (1994), o Programa Nacional de Museus almejava dar assistência aos museus do país, mas, prioritariamente, cuidar da administração, de forma integrada, dos museus que estavam sob a governabilidade da Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura. O Programa avançava na perspectiva de criar uma política museológica para o país, abordando aspectos de segurança, de exposição e preservação de acervos.

Outro marco para a área social, principalmente para a cultura, ocorreu durante o governo do presidente José Sarney (1985-1990), quando foi criado o Ministério da Cultura (MinC), dando novo impulso às políticas públicas culturais. E, em agosto de 1986, através da Portaria/MinC nº 313, foi instituído o Sistema Nacional de Museus (SNM).

O Sistema Nacional de Museus foi inovador e, em certa medida, criou canais democráticos de participação para o setor, uma vez que suas ações eram discutidas no Comitê Nacional, que se reunia anualmente e era formado por representantes das áreas museológicas dos estados, da Fundação Casa de Rui Barbosa, da Fundação Nacional de Artes (Funarte), do Conselho Federal de Museologia e do representante da Coordenadoria de Acervos Museológicos do Iphan.

O SNM buscava estabelecer uma política nacional para o setor e fomentou a criação de sistemas estaduais de museus. Além disso, avançou na criação de cursos, oficinas, publicações e assessoria para formulação e implementação de projetos, transformando o Programa Nacional de Museus em seu órgão executor, que fornecia, ainda que de maneira precária, apoio para as ações executadas pelo Sistema.

Maria Célia Santos (2008), contudo, aponta a organização do Sistema Nacional de Museus como sendo uma reivindicação de classe, que não conseguiu avançar em questões centrais para o setor. Para ela, não se assegurou a distribuição de recursos e nem a circulação de informações de maneira democrática e igualitária, entre as diversas regiões do país. Mas reconhece o avanço em questões como a oferta de cursos de capacitação, produção bibliográfica e no investimento na melhoria da infraestrutura de alguns museus.

Contudo, os anos que se seguiram à criação do MinC, com a crise fiscal e a hegemonia neoliberal, foram de bastante turbulência para o setor. E, em especial, para as políticas de patrimônio cultural. Em 1990, sob o governo de Fernando Collor de Mello, o Ministério da Cultura foi extinto, transformando-se em uma Secretaria vinculada à presidência da república, delegando as políticas patrimoniais ao recém criado Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), que só voltou a ser chamado de Iphan novamente em dezembro de 1994, final do governo do presidente Itamar Franco. Entretanto, já em novembro de 1992 a cultura voltou a ter seu próprio Ministério.

Assim, as dificuldades institucionais criadas geraram incertezas e não permitiram dar consistência para as políticas voltadas para o setor, que eram ainda muito incipientes. A escassez de recursos e o declínio da centralidade da cultura durante o governo Collor acabaram inviabilizando a implantação de uma política nacional para os museus, que só foram retomadas, de maneira sistêmica, anos mais tarde.

É inegável que, embora com diversos percalços, a cultura ingressou na agenda política brasileira com novo protagonismo a partir de meados dos anos 1980. No entanto, a abordagem que foi implementada teve viés bastante liberal, reservando ao “mercado” papel de destaque na governança das políticas públicas. Isso foi feito, principalmente, pela institucionalização da participação do setor privado, que se deu basicamente por intermédio de legislações que instituíram as políticas de renúncia fiscal. (Pozzer, 2023)

As leis de incentivo tiveram papel importante para a constituição do Ministério da Cultura em um momento de crise fiscal, ou seja, de cortes de orçamento, principalmente em áreas sociais.

E, dentre as políticas com caráter social, a cultura sempre foi considerada a “cereja do bolo”, um mero adereço, logo, irrelevante. Contudo, tal política representou em última instância a delegação da política cultural para as empresas. Segundo alguns críticos, o Brasil teria saído de um período de censura exercido pelos órgãos públicos do governo militar (entre 1964 e 1985) e adentrado em um período de censura branca, efetuada pelos departamentos de marketing das empresas, que passaram a deter o poder de definir quais iniciativas artísticas e culturais receberiam recursos públicos e seriam produzidas e quais ficariam sem recursos e teriam que viver na penúria.

Assim, as políticas públicas de cultura, no Brasil, viveram um paradoxo a partir dos anos 1980 e 1990. Se, por um lado, vivenciaram o ingresso na agenda política nacional com força e ocupou espaço de destaque nos debates públicos, por outro, testemunhou a implementação das políticas neoliberais, sobretudo durante a década de 1990.

Vale apontar, contudo, que, ainda que o setor cultural não tenha sofrido tanto como as demais áreas sociais, sobretudo por não se ter de onde cortar recursos, uma vez que representava um dos menores orçamentos, se não o menor, de todas as áreas governamentais, as políticas culturais vivenciaram o desmonte de suas poucas instituições. As ações contra o MinC promovidas pelo presidente Fernando Collor, assim como as contra o Iphan, por exemplo, embora tenham sido estancadas pelo presidente Itamar Franco e, posteriormente, por Fernando Henrique Cardoso, não foram totalmente revertidas. Dessa maneira, para focar apenas no órgão responsável pelas políticas de museus naquele período, pode-se afirmar que ele seguiu passando por diversos percalços, sobretudo com a aceleração de seu desmonte, decorrente da mudança de paradigma do Estado positivo para o Estado regulador, que só veio a ser alterado efetivamente no final de 2002, com a eleição do presidente Lula (Pozzer, 2015).

4 Um novo momento para as políticas de patrimônio cultural em museus no Brasil

A partir de 2003, com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010), notou-se uma inflexão nas políticas públicas de cultura no país. Pode-se citar algumas informações relevantes, tal como a destinação de recursos para a área cultural, que subiu de 0,36% da arrecadação federal em 2002, no último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, para cerca de 1,00% em 2010 (Pozzer, 2011), e a discussão e elaboração do Plano Nacional de Cultura, entre outras ações importantes para o setor.

Se, ao longo dos oito anos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), pouco foi feito na área museal, nos anos governados pelo Partido dos Trabalhadores, pode-se afirmar que o setor foi um dos beneficiários da maior atenção despendida às políticas culturais por parte do governo federal. Ao longo dos oito anos de governo do presidente Lula e dos quatro primeiros anos do governo Dilma a política de museus ganhou nova institucionalidade, desempenhou novo protagonismo, sobretudo, no processo de alargamento da concepção de patrimônio cultural, que introduziu grupos e manifestações culturais no rol do patrimônio oficial e, não menos importante, teve a oportunidade de ter continuidade.

Ao longo dos quatorze anos que deram nova centralidade às políticas culturais brasileiras, merecem destaque, no que tange o campo museal, o lançamento da Política Nacional de Museus (PNM) em maio de 2003, a construção do Sistema Brasileiro de Museus a partir de novembro de 2004, a entrada em vigor do Estatuto dos Museus, a criação de uma nova autarquia para gerir as políticas do setor: o Ibram, estes dois últimos em janeiro de 2009. E, a assinatura do decreto nº 8.124 em 17 de outubro de 2013, que regulamentou a ação do Instituto e do Estatuto de Museus, gerando grande alvoroço em determinados segmentos culturais brasileiros, sobretudo em relação aos itens que versam sobre o direito de preferência e a declaração de interesse público para determinados bens culturais, que impactaram diretamente no polêmico mercado de artes.

O Ibram e esta nova institucionalidade têm auxiliado na consolidação da formulação e implementação de novas políticas públicas para o setor, alçando os museus a um papel de destaque nas políticas culturais em geral. O órgão nacional tem desempenhado papel importante na articulação das instituições das três esferas de poder e organizações privadas, inovando na gestão em rede. O Ibram tem contribuindo também, decisivamente, para a elaboração de legislações específicas para as instituições museológicas e criando formas de financiamento, com destaque para os editais. Não se pode deixar de mencionar a criação de cursos de graduação, que passaram de dois em 2003 para dezessete em 2020, bem como a criação de inúmeros programas de pós-graduação em museologia.

Além disso, o orçamento destinado às políticas de museus pelo Ministério da Cultura foi ampliado significativamente. Dessa maneira, vale reforçar a inflexão que houve no campo museal, pois o cenário na segunda década do século XXI das políticas públicas para o setor museal brasileiro contrasta com o período anterior. Não apenas pelo aumento significativo do orçamento, que passou dos 42 milhões de reais em 2001 para mais de 154 milhões de reais em 2013, chegando a receber mais de 243 milhões de reais em 2012, mas, também pelo diagnóstico feito por Myrian Sepúlveda dos Santos, no qual ela afirma que até 2002 não se sabia no Brasil o número de museus existentes, qual era o acervo predominante, a natureza jurídica das instituições, qual era o público que os freqüentava e quais os objetivos e resultados da maioria dos museus (SANTOS, 2004).

Concomitantemente ao processo de valorização das políticas de patrimônio em museus, o Ministério da Cultura desencadeou processos participativos e de valorização das diversas culturas brasileiras possibilitando que os atores sociais, públicos e privados que atuam na esfera pública, encontrassem também no campo museal, perspectivas de operar e transformar a realidade em que estão inseridos. Por todos os motivos anteriormente apresentados os museus ingressaram na agenda política brasileira e trouxeram com ele uma série de desafios.

Além disso, deve ser observado que a Política Nacional de Museus, implementada a partir de 2003, introduziu uma inovação importante e que ajudou a oferecer nova vitalidade para o setor: a sua abrangência a todos os museus brasileiros, não somente públicos, mas também privados. Dessa maneira, a articulação entre os entes federativos e a sociedade civil no campo museal passou a ser estimulada, ampliando o foco da gestão, anteriormente restrita aos museus geridos no âmbito do governo federal. Esta prerrogativa, ainda que muito simples, possibilitou diversas inovações no campo administrativo, como a adoção dos mecanismos de gestão em rede e, principalmente, alargando a compreensão à respeito do Sistema Brasileiro de Museus, viabilizando parcerias entre os entes federativos, entre poder público e iniciativa privada, definindo ações e responsabilidades, ou seja, possibilitando ações planejadas de curto, médio e longo prazos.

A expansão das instituições museológicas traz à tona, não apenas a questão da necessidade crescente de mais recursos financeiros, mas, sobretudo, do desenvolvimento de políticas integradas e que consigam abarcar os desafios do setor, as expectativas locais, regionais e nacionais, sem perder de vista a importância de projetos políticos culturais e pedagógicos. O Sistema Brasileiro de Museus e o Ibram se propõem a desempenhar este papel.

Em 2001, no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, 17,3% dos municípios brasileiros possuíam museus. Em 2006, no quarto ano do primeiro mandato do presidente Lula (PT), 21,9% dos municípios brasileiros contavam com museus. Após a criação do Ibram, este número aumentou e chegou a 27,2% dos municípios brasileiros com museus, em 2014, quarto ano do mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT). Em 2021, após o golpe sofrido pela presidenta Dilma e a eleição do liberal conservador Jair Bolsonaro, que extinguiu o Ministério da Cultura, ao assumir o governo em 2019, o número de municípios com museus subiu para 29,6%. Ainda que o ritmo da expansão tenha diminuído consideravelmente, percebe-se a importância da existência do Ibram para a continuidade da política nacional, confirmando a existência de uma *path dependence* (Pozzer, 2022). Outras áreas tão importantes quanto, como o teatro, por exemplo, que também vinha em um processo de expansão de suas salas de espetáculo, sofreu um refluxo ao longo do governo Bolsonaro (2019 - 2022), diminuindo a quantidade de municípios que contavam com este equipamento.

5 Conclusões

A criação do Ibram representou uma maior atenção despendida às políticas públicas de patrimônio cultural em museus, que fez parte de um processo mais amplo dentre as políticas culturais que promoveu o alargamento da própria concepção de cultura promovida pelos governos de centro-esquerda a partir do início do século XXI, que incluiu na institucionalidade grupos historicamente excluídos, como os afro-descendentes, os indígenas, inúmeros movimentos populares, entre tantos outros.

As frequentes dificuldades financeiras e orçamentárias por parte dos governos, refletem-se também no campo cultural e, em especial dos museus, levando à constantes cortes e reduções de gastos com investimentos, dificultando ainda mais a realização de planejamentos para o setor. Assim, como muitas políticas sociais, dentre elas a cultura, a política de museus é chamada de incremental. Isso significa que carece cada vez mais de recursos humanos e financeiros, na medida em que, ao se ampliar os serviços ofertados, com a abertura de novos equipamentos, de novas salas,

com a aquisição de novos acervos etc., isso ocorre sem que, necessariamente, sejam acompanhadas, diretamente, da ampliação de receita.

A precariedade do campo museal brasileiro, assim como dos demais países latino-americanos, encontra dificuldade de superação por concorrer com a precariedade das demais políticas sociais dos países. Ou seja, como as mazelas sociais dos países em desenvolvimento são muito grandes e as prioridades das políticas sociais são muitas, o setor cultural, em geral, empreende a disputa orçamentária sem grande sucesso. Dessa maneira, a questão da falta de recursos financeiros aparece como o principal problema a ser enfrentado pelas políticas para o setor.

Nessa perspectiva, as soluções contemporâneas construídas para incrementar as políticas públicas de cultura, e em especial as de patrimônio cultural em museus, oferecendo mais e melhores serviços ao público demandante, buscam onerar pouco o orçamento fixo das instituições, dificultando, ou inviabilizando seus planejamentos de médio e longo prazo. Nesta perspectiva, surge a “solução” do mercado. Ou, em outras palavras, do patrocínio, da publicidade e, portanto, dos departamentos de marketing das grandes corporações.

Dessa maneira, é importante ter claro que a concessão de tais recursos não é desprezível, não se tratando de ações de mecenato, que são pouco difundidas nas culturas latino-americanas, estando vinculada, majoritariamente, ao retorno do investimento em imagem para a empresa patrocinadora, que objetiva, com isso, maximizar seus lucros.

O impacto do governo Bolsonaro no setor cultural foi desastroso. Após ser eleito com uma pauta liberalizante, conservadora e dando centralidade à guerra cultural, ele extinguiu o Ministério da Cultura e descontinuou uma série de políticas públicas culturais. Neste sentido, a criação do Ibram foi fundamental para minimizar suas consequências perante as políticas museais. A eleição de Lula no final de 2022 e a recriação do Ministério da Cultura reabrem a possibilidade de se assegurar maior centralidade às políticas culturais. Esta realidade, contudo, precisará ser confirmada por análises e estudos mais aprofundados.

Referências

- Azevedo, F. (1956). *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos.
- Pozzer, M. R. O. (2011). *Políticas públicas para o patrimônio cultural na América Latina: a experiência brasileira e equatoriana e o papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado, Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.84.2011.tde-09102012-101928. Recuperado em 2023-03-20, de www.teses.usp.br
- Pozzer, M. R. O. (2015). *Os paradigmas da administração pública e as políticas de patrimônio cultural em museus de Brasil e México*. Tese de Doutorado, Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.84.2016.tde-21102015-100423. Recuperado em 2023-02-17, de www.teses.usp.br
- Pozzer, M. R. O. (2022). O teatro nas cidades do século XIX e a dependência da trajetória nas políticas culturais contemporâneas. *Urdimento: Revista De Estudos Em Artes Cênicas*, 3(45), 1-31. <https://doi.org/10.5965/1414573103452022e0102>
- Pozzer, M. R. O. (2023) Alternância de poder, federalismo e políticas culturais: os casos argentino e brasileiro. In: *Revista Conhecer - debate entre o público e o privado*, 13, p. 11-28
- Rodriguez, M. (1987) Consequences of capital flight for Latin American Debtor Countries. In: Lessard & Williamson (Orgs.). *Capital flight and third world debt*. Washington: Institute for International Economics.
- Santos, M. C. (1994). A escola e o museu: uma história de confirmação dos interesses da classe dominante. *Cadernos de Museologia*, Lisboa, ULHT, nº 3, p. 45-74.
- Santos, M.C. (2008). *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MinC/Iphan/Demu.
- Santos, M.S. (2004). Museus brasileiros e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 19, p. 53-72.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

Tecnologias digitais e Alzheimer na perspectiva dos cuidadores formais

Digital technologies and Alzheimer's from the perspective of formal caregivers

Cátia Vaz^{1,2}[0000-0001-5771-7510], Vitor Gonçalves^{1,4}[0000-0002-0645-6776], Célia Novais²[0000-0001-5111-0902], Bruno F. Gonçalves^{1,4}[0000-0002-7541-3673], Alberto Rocha²[0000-0002-5570-9872], Eduarda Silva¹[0009-0001-7253-1690], Pedro Forte^{1,2}[0000-0003-0184-6780], José E. Teixeira^{1,3}[0000-0003-4612-3623], Ricardo Baptista²[0000-0002-0317-6381], Helena M. Carvalho²[0000-0002-5068-0281]

catia.vaz@ipb.pt, vg@ipb.pt, celia.novais@iscedouro.pt,
bruno.goncalves@ipb.pt, aneisporto@gmail.com,
eduardasilva3c@hotmail.com, pedromiguel.forte@iscedouro.pt,
jose.eduardo@ipg.pt, ricardojbaptista@iscedouro.pt,
helena.carvalho@iscedouro.pt

¹ Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

² CI-ISCE Douro, Higher Institute of Educational Sciences of Douro, Portugal

³ Instituto Politécnico da Guarda, Portugal

⁴ Centro de Investigação em Educação Básica, Portugal

Resumo. É sabido que a doença de Alzheimer leva progressivamente ao declínio da capacidade cognitiva do indivíduo com interferência nas suas atividades diárias. A aplicação de estimulação cognitiva nos estágios iniciais pode retardar o declínio cognitivo. Pensamos que a utilização de tecnologias digitais poderá contribuir para evitar, numa primeira fase, o uso de medicamentos e retardar a institucionalização dos doentes de Alzheimer. Por conseguinte, o objetivo deste artigo é identificar a perceção dos cuidadores formais sobre o uso de tecnologias digitais na estimulação cognitiva de pacientes com Alzheimer. Para tal, foi aplicada uma metodologia com recurso aos paradigmas quantitativo e qualitativo para perceber o estado da arte sobre as tecnologias digitais e a doença de Alzheimer na perspetiva de cuidadores formais. Sessenta e dois cuidadores formais participaram desta pesquisa, dos quais 74,2% são do sexo feminino e os restantes (25,8%) são do sexo masculino. Em relação ao trabalho com tecnologias digitais com pacientes com demência de Alzheimer, uma grande percentagem dos entrevistados (73,6%) respondeu que só as usa às vezes e 26,4% disseram que nunca as usam. Esses resultados sugerem que ainda há resistência ou falta de confiança no uso de tecnologias digitais por cuidadores formais que trabalham com doentes de Alzheimer. Os resultados mostram que todos os entrevistados conseguem identificar sinais de demência de Alzheimer nos pacientes. Consequentemente, isso é compreensível, mesmo que nunca tenham recebido treinamento específico nessa área, principalmente a estimulação cognitiva.

Palavras-Chave: doença de Alzheimer, cuidadores formais, tecnologias digitais.

Abstract. It is known that Alzheimer's disease progressively leads to a progressive decline in the individual's cognitive capacity with interference in their daily activities. The application of cognitive stimulation in the early stages can delay cognitive decline. We think that the use of digital technologies may contribute to avoid, in a first stage, the use of medication and delay the institutionalisation of Alzheimer's patients. Therefore, the objective of this article is to identify the perception of formal caregivers on the use of digital technologies in cognitive stimulation of Alzheimer's patients. To this end, a methodology using quantitative and qualitative paradigms was applied to understand the state-of-the-art on digital technologies and Alzheimer's disease from the perspective of formal caregivers. Sixty-two formal caregivers participated in this

research, of whom 74.2% are female and the remaining (25.8%) are male. In relation to working with digital technologies with Alzheimer's dementia patients, a large percentage of the interviewees (73.6%) responded that they only use them sometimes and 26.4% said they never use them. These results suggest that there is still resistance or lack of confidence in the use of digital technologies by formal caregivers working with Alzheimer's patients. The results show that all respondents can identify signs of Alzheimer's dementia in patients. Consequently, this is understandable, even if they have never received specific training in this area, especially cognitive stimulation.

Keywords: Alzheimer's disease, formal carers, digital technologies.

1 Introdução

Demência é definida como um declínio progressivo da capacidade cognitiva de um indivíduo, com interferência nas atividades de vida diária (Cummings et al., 2019; Marquet and et al., 2021). Esse declínio pode estar associado a vários processos fisiopatológicos, sendo o mais comum a doença de Alzheimer. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a demência é a quinta principal causa de morte, representando um preocupante problema de saúde pública mundial (Sharp et al., 2011). Globalmente, cerca de 50 milhões de pessoas sofrem da demência de Alzheimer, responsável por 60% a 70% dos casos, um número que tende a aumentar, já que há aproximadamente 10 milhões de novos casos cada ano (Selkoe & Hardy, 2016; Snowden et al., 2002). De acordo com a Alzheimer Portugal²⁶ a Europa tem quase 10 milhões de pessoas com demência e segundo o Relatório da Alzheimer Europe, divulgado no Parlamento Europeu, embora exista uma redução significativa relativamente à registada em estudos anteriores, nos próximos anos a prevalência deverá aumentar e em 2050, a percentagem de pessoas com demência poderá ser sensivelmente o dobro. Em Portugal, referem as estimativas, mais do que duplicará. Estes dados são considerados alarmantes, de modo que a estimulação cognitiva através de ferramentas possa ser criada (Van Cauwenberghe et al., 2016).

A doença de Alzheimer é entendida como uma doença de enorme complexidade, não sendo possível defini-la como um conjunto de simples mecanismos fisiopatológico (multiplicidade) (Robinson et al., 2017). No que diz respeito ao tratamento farmacológico da doença de Alzheimer, além das drogas para temporariamente aliviar sintomas, não há tratamento eficaz focado nos processos neurodegenerativos (Arbor et al., 2016; Van Cauwenberghe et al., 2016). Clinicamente, a doença de Alzheimer manifesta-se com um prejuízo inicial na capacidade de memória, que progride lentamente, e prejuízo no desempenho das atividades do dia-a-dia (Dubois et al., 2007). Os pacientes com demência são aqueles que têm um persistente declínio na memória e habilidades cognitivas que é grave o suficiente para interferir nas atividades diárias, tem durado pelo menos seis meses e é acompanhado por uma interrupção de pelo menos uma das seguintes funções: linguagem, avaliação, pensamento abstrato alterado, praxia, agnosia ou alteração da personalidade (Dubois et al., 2007; Loi et al., 2018). As estratégias não farmacológicas representam a primeira linha, onde o cuidador desempenha um papel extremamente importante, e incluem aromaterapia, fototerapia, musicoterapia, terapia animal e atividades sociais, atualmente combinado com as novas tecnologias digitais (Abraha et al., 2017). Atualmente, uma das áreas onde as tecnologias podem contribuir mais é a saúde, onde se destaca a saúde mental, mais especificamente a doença de Alzheimer (Abraha et al., 2017; Li et al., 2014).

A estimulação cognitiva tem sido descrita como uma estratégia válida para atrasar ou mesmo evitar o declínio através da doença de Alzheimer (Clare & Woods, 2004; Zucchella et al., 2018). Uma das estratégias propostas pelos objetivos ODS passa por promover o desenvolvimento físico e a estimulação cognitiva associados a um estilo de vida saudável (Cale & Harris, 2009). Neste contexto, a cognição é uma coleção de funções mentais complexa que inclui a atenção, a percepção, a compreensão, a aprendizagem, a memória, o problema resolvendo e raciocinando (Immordino-Yang & Damásio, 2007).

Numa das revisões da literatura realizada com cuidadores formais foi levantada a questão sobre as tecnologias digitais e a sua utilização no exercício das habilidades profissionais para promover a estimulação cognitiva na doença de Alzheimer (Yamagata et al., 2013). Tal como afirma

²⁶ Alzheimer Portugal: <https://alzheimerportugal.org/casos-de-demencia-em-portugal-vao-mais-do-que-duplicar-nos-proximos-30-anos/>

Koumakis et al. (2019), a formação destes cuidadores na utilização das tecnologias digitais no seu trabalho torna-se cada vez mais importante. Assim, é fundamental identificar habilidades digitais que cuidadores formais de pacientes com Alzheimer têm e a importância dessas competências no exercício da sua atividade (Zyda, 2005). Espera-se ainda contribuir para a conscientização da importância da formação digital destes profissionais. O objetivo geral deste estudo era identificar a percepção dos cuidadores formais de pacientes com Alzheimer sobre o uso de tecnologias digitais para estimular cognitivamente esses pacientes.

2 Objetivos e métodos

2.1 Objetivos da investigação

O objetivo geral deste trabalho de investigação consistiu em conhecer a percepção dos cuidadores formais de doentes com Demência de Alzheimer acerca da utilização das novas tecnologias na estimulação cognitiva destes doentes. Para a concretização do estudo formulou-se um conjunto de objetivos específicos, designadamente:

- 1) Compreender se os cuidadores formais utilizam as tecnologias digitais para o exercício das suas competências profissionais;
- 2) Perceber se as tecnologias digitais se constituem como um instrumento importante para a estimulação cognitiva de doentes com demência de Alzheimer;
- 3) Perceber se os cuidadores formais necessitam de formação no âmbito da utilização das tecnologias digitais para o exercício da sua atividade.

2.2 Metodologia

A presente pesquisa enquadra-se nos paradigmas quantitativo e qualitativo. Os resultados do estudo obtiveram-se através da utilização de um inquérito por questionário desenvolvido pelos autores do mesmo e está centrado em quatro dimensões: (i) conhecer os dados sociodemográficos com fim a definir a população interveniente; (ii) obter os dados sobre o trabalho dos cuidadores formais com doentes de Alzheimer; (iii) recolher a informação sobre as tecnologias digitais na demência de Alzheimer; e (iv) auscultar a opinião dos inquiridos acerca da formação orientada para a utilização das tecnologias digitais em contexto de demência de Alzheimer. Importa referir que, na formulação das questões, procurou-se ter o máximo de cuidado no sentido de elas serem claras e pertinentes, com vocabulário adequado aos participantes.

Para a aplicação do questionário foram seguidos princípios éticos e deontológicos de confidencialidade. Através da informação disponibilizada no início de cada questionário todos os participantes tiveram conhecimento do objetivo da pesquisa a que se destinavam, a importância da colaboração e a necessidade da sinceridade e confidencialidade nas mesmas sendo ao mesmo tempo alertados para o facto de os dados recolhidos serem utilizados apenas para os fins a que se destinavam.

Para a sua aplicação foi necessário recorrer ao procedimento de conveniência, através da divulgação nas redes sociais e envio de ofícios para Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI), Unidade de Cuidados Continuados, Hospitais, Clínicas Especializadas e para Centros de Dia.

O método por conveniência tem a vantagem de ser rápido, barato e fácil (Hill & Hill, 2009). Nove participantes serviram como elementos para o pré-teste do questionário administrado com a finalidade de detetar qualquer erro possível ou dificuldade, tendo-se posteriormente procedido a alguns ajustes.

A aplicação do questionário foi realizada em duas fases, no mês de janeiro de 2022 foram aplicados os questionários de pré-teste. Posteriormente, entre fevereiro a abril de 2022, foram aplicados todos os questionários destinados à investigação e os dados obtidos foram analisados através do programa SPSS, versão 24.0 e, posteriormente, descritos e discutidos.

2.3 Participantes

Nesta investigação participaram 62 cuidadores formais, com idades compreendidas entre os 18 e os 59 anos, dos quais 74,2% pertencem ao sexo feminino e os restantes (25,8%) ao sexo masculino.

Os perfis profissionais que ocupam são vários e destacam-se: 18 participantes ou 29,0% eram educadores sociais; 13 participantes ou 21,0% eram auxiliares de ação direta, 11 participantes ou 17,7% eram gerontólogos, bem como 20 outros participantes ou 32,3% de profissões como

psicólogo, sociólogo, animador sociocultural, assistente social, bombeiro profissional, serviços gerais, entre outros.

Os locais de trabalho são também diversificados, enquadrando-se em centros de dia, serviços de apoio domiciliário, estruturas residenciais, hospitais, clínica especializada, unidades de cuidados continuados, bombeiros, centro de educação especial, entre outros.

Exercem a sua profissão nas diferentes regiões do país (norte, centro, sul e ilhas).

3 Resultados

3.1 Trabalho dos cuidadores formais

Após a análise dos dados recolhidos verificou-se que todos os inquiridos já tiveram oportunidade de trabalhar, ou trabalham, com doentes com demência de Alzheimer assegurando que conseguem identificar sinais desta demência nos utentes, embora nunca tenham tido formação específica na área e, mais concretamente sobre a estimulação cognitiva, identificando, no entanto, um conjunto de recursos (provérbios, músicas, fotografias/imagens, entre outros) para promoverem essa estimulação.

3.2 As tecnologias digitais na Demência de Alzheimer

No que se refere à utilização das tecnologias (Gráfico 1), 77,3% (48) dos inquiridos considerou que uso das tecnologias digitais pode contribuir para a prevenção da demência de Alzheimer. No entanto, 17,4% (11) não apresentam certeza relativamente a esta matéria, sendo que os restantes 5,3% (3) preferem não responder ou consideram que as tecnologias não são importantes para a prevenção da demência de Alzheimer.

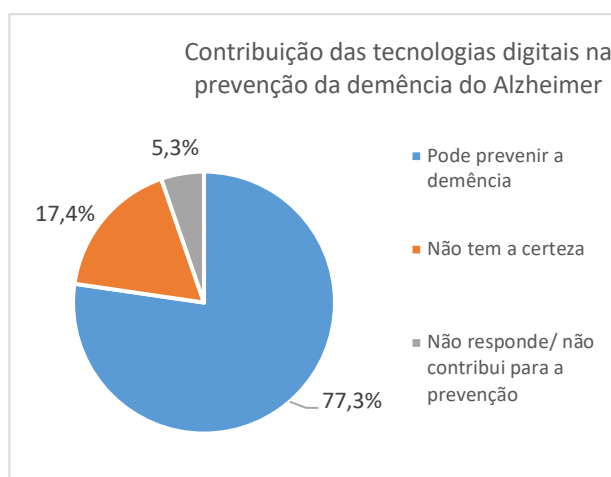


Gráfico 1: Contribuição das tecnologias digitais na prevenção da demência de Alzheimer

Fonte: própria.

Relativamente ao tipo de contributo que as tecnologias podem oferecer para a prevenção da demência de Alzheimer, os inquiridos consideram que existem vários, designadamente: estimulação cognitiva (provérbios, músicas, fotografias/imagens...) interatividade, descontração, maior abertura dos utentes por ser algo diferente do habitual e algo novo que gostam de explorar, maior atenção, facilidade de utilização, novas aprendizagens, atrasar a evolução da doença, melhorar autoestima do utente, diversão, criação do diário para ajudar o paciente a recordar-se dos momentos, criação de recursos e jogos de memória.

No que respeita à utilização das tecnologias digitais para o exercício das suas funções, 73,6% (45) dos inquiridos respondem que só às vezes é que utilizam as respetivas tecnologias e 26,4% (17) asseguram que nunca as utilizam (Gráfico 2).

Conforme os resultados demonstram, há uma larga maioria dos participantes (46 ou 77,3%) que considera que a utilização das tecnologias digitais são uma forma de prevenção da demência de Alzheimer, o que confirma o primeiro objetivo específico do estudo. Não deixa de ser um ponto de análise que relativamente à utilização das tecnologias (Gráfico 1), a percentagem de participantes que utilizam frequentemente as mesmas é muito próxima (45 ou 73,6%), o que permite concluir que há uma clara aceitação da importância das tecnologias digitais nesta questão de prevenção. Da

mesma forma também quem não utiliza tem uma percentagem semelhante com quem não responde à questão ou não considera que as tecnologias digitais sejam importantes.

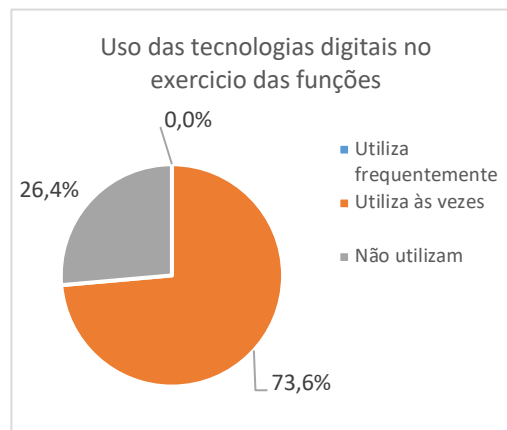


Gráfico 2: Uso das tecnologias digitais no exercício das funções.

Fonte: própria.

3.3 Formação para a utilização das tecnologias digitais para o exercício da atividade

Relativamente à formação promovida pelas entidades patronais orientada para a utilização das tecnologias digitais em contexto de demência de Alzheimer, 46 indivíduos ou 74,5% dos inquiridos afirmam nunca ter tido formação na área e, apenas 5 ou 8,5%, tiveram essa oportunidade. Os restantes 11 ou 17% dos indivíduos não têm conhecimento deste género de formações. Importa referir que, a maior parte dos inquiridos, que nunca teve formação, considera que seria vantajoso apostar mais na educação e formação sobre as tecnologias digitais na demência de Alzheimer.

4 Discussão dos resultados

Os resultados evidenciam que todos os inquiridos conseguem identificar sinais de demência de Alzheimer nos utentes. Considerando que esta é uma doença progressiva, (Guadalupe, 2012), é compreensível que tal se verifique, apesar de nunca terem recebido formação específica nesta área, especialmente no que respeita à estimulação cognitiva. Em relação a esta última, a opinião formulada por diversos investigadores é que, a mesma, é de extrema importância, por tal, e ao contrário do que se depreendeu dos resultados deste estudo, onde é evidente a desvalorização de formação nesta área por parte das instituições, é cada vez mais estudada e valorizada, por se considerar que pode vir a retardar ou prevenir o declínio da demência de Alzheimer (Breuil et al., 1994; Mate-Kole et al., 2007; Spector et al., 2010 e Woods et al., 2010, cit in Caçoete, 2013) opinião partilhada pela OMS ao promover a estimulação física e cognitiva associada a um estilo de vida saudável (WHO, 2005).

No entanto, mesmo com esta lacuna, identificaram diversos recursos para promover tal estimulação, como provérbios, músicas, fotografias/imagens, entre outros. Quanto à utilização de tecnologias digitais, a grande maioria dos inquiridos (77,3%) considera que estas podem contribuir para a prevenção da demência de Alzheimer. Contudo, uma percentagem significativa (17,4%) não apresenta certeza relativamente a esta matéria, e os restantes 5,3% preferem não responder ou consideram que as tecnologias não são importantes para a prevenção desta doença. Estes resultados sugerem que ainda existe algum desconhecimento e incerteza em relação ao papel das tecnologias digitais na prevenção da demência de Alzheimer entre os cuidadores formais.

No que respeita ao tipo de contributo que as tecnologias podem oferecer para a prevenção da demência de Alzheimer, os inquiridos consideram que existem vários, nomeadamente: estimulação cognitiva, interatividade, descontração, maior abertura dos utentes por ser algo diferente do habitual e algo novo que gostam de explorar, maior atenção, facilidade de utilização, novas aprendizagens, atraso da evolução da doença, melhoria da autoestima do utente, diversão, criação do diário para ajudar o paciente a recordar-se dos momentos, criação de recursos e jogos de memória. No que diz respeito ao trabalho com as tecnologias digitais com utentes com demência de Alzheimer, uma grande percentagem dos inquiridos (73,6%) responde que só as utiliza às vezes, e 26,4% afirmam que nunca as utilizam. Estes resultados sugerem que ainda existe resistência ou falta de confiança

na utilização das tecnologias digitais por parte dos cuidadores formais que trabalham com utentes com demência de Alzheimer.

No entanto, os participantes do estudo reconhecem os benefícios potenciais que as mesmas podem trazer para a prevenção e tratamento da doença (estimulação cognitiva, a interatividade, a diversão e a criação de jogos de memória), o que vai ao encontro dos estudos de Ienca et al. (2017), que afirmam que a grande maioria dos cuidadores formais acredita que as tecnologias digitais podem contribuir para a prevenção da demência de Alzheimer. É importante referir que a maioria dos cuidadores formais que participaram do estudo nunca recebeu formação específica sobre a utilização das tecnologias digitais em contexto de demência de Alzheimer. Isto sugere a necessidade de investimentos em programas de formação para cuidadores formais, com o objetivo de aumentar a confiança e a eficácia na utilização destas tecnologias em benefício dos utentes.

Num outro estudo, Talbot e Biggs (2022) apresentam também uma perspetiva positiva sobre o uso das tecnologias digitais por pessoas com demência durante a pandemia de COVID-19. Segundo os autores, as tecnologias digitais podem oferecer oportunidades de comunicação, entretenimento e conexão social, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos utentes. Portanto, é necessário que os profissionais de saúde, incluindo os cuidadores formais, sejam capacitados e treinados em relação ao uso de tecnologias digitais para a prevenção e tratamento da demência de Alzheimer. Dessa forma, será possível explorar melhor o potencial dessas tecnologias e fornecer cuidados mais eficazes e personalizados aos pacientes com demência de Alzheimer.

5 Conclusões

Sobre a revisão bibliográfica, considera-se que os temas escolhidos foram devidamente e suficientemente explorados, neste sentido, sobre a demência de Alzheimer conclui-se, que é do conjunto de demências a mais frequente e cada vez mais temida por todos na atualidade.

O Alzheimer é uma doença degenerativa que destrói a memória e compromete a realização das atividades do dia-a-dia, o que torna o doente dependente de terceiros. Dos diversos sintomas que esta demência apresenta, os psicológicos são a principal causa da sua institucionalização. Em Portugal prevê-se que existam cerca de 90.000 pessoas com doença de Alzheimer.

Sendo uma doença incurável, não existem soluções para as dificuldades que provoca nas relações interpessoais, portanto, torna-se fulcral desenvolver novas estratégias e identificar alvos inovadores que impeçam a sua evolução.

De um modo geral, tendo por base as respostas dadas pelos inquiridos, conclui-se que os cuidadores formais de doentes com demência de Alzheimer conseguem detetar sinais da doença, que tal como refere a APFADA²⁷ (2023) são importantes para uma intervenção precoce e um maior controlo sobre a mesma. Embora não tenham por hábito utilizar no seu trabalho novas tecnologias em contexto de estimulação cognitiva dos utentes com esta demência, a maioria dos inquiridos assume a importância das mesmas e de existirem ações promovidas pelas instituições para adquirirem mais competências e conhecimentos que lhes permitam lidar com as problemáticas inerentes à sua atividade profissional e mais concretamente à demência de Alzheimer. Importa ainda referir que identificam vários recursos para promoverem a estimulação cognitiva, que tal como refere McCabe (2008), quando realizada de forma continuada e associada a tratamento com medicamentos poderá auxiliar na melhoria dos défices cognitivos e funcionais precoces e moderados dos doentes com demência de Alzheimer. No entanto, os inquiridos não reconhecem as novas tecnologias como escolha preferencial para o efeito, embora o uso das mesmas possa contribuir para a sua prevenção, ao nível da estimulação cognitiva, interatividade, descontração, maior atenção, novas aprendizagens, atrasar a evolução da doença, diversão, entre outras, pelo que consideram vantajoso que as entidades patronais apostem mais na educação e formação sobre as tecnologias digitais no seu dia-a-dia de cuidadores e mais concretamente na demência de Alzheimer.

Através dos dados recolhidos foi possível concluir que a maioria dos cuidadores formais considera que a utilização das tecnologias digitais na estimulação cognitiva dos dementes de Alzheimer é importante e podem contribuir para a prevenção desta demência, o que deu resposta ao objetivo geral deste trabalho, mas também aos específicos, pois foi possível compreender que os cuidadores formais só às vezes utilizam as tecnologias digitais para o exercício das suas competências profissionais, mas percebeu-se que as tecnologias digitais se constituem como um

²⁷ APFADA - Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes Alzheimer

instrumento importante para a estimulação cognitiva de doentes com demência de alzheimer e que os cuidadores formais necessitam de formação no âmbito da utilização das tecnologias digitais para o exercício da sua atividade.

Agradecimento

This work has been supported by FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia within the Project Scope: UIDB/05777/2020.

Thanks to Cidália Augusto for her assistance.

Referências

- Abraha, I., Rimland, J. M., Trotta, F. M., Dell'Aquila, G., Cruz-Jentoft, A., Petrovic, M., Gudmundsson, A., Soiza, R., O'Mahony, D., Guaita, A., Cherubini, A. (2017). Systematic review of systematic reviews of non-pharmacological interventions to treat behavioural disturbances in older patients with dementia. The SENATOR- OnTop series. *BMJ Open*. Li et al. Jul 17;7(7): e012759corr1. doi: 10.1136/bmjopen-2016-012759corr1.
- Alzheimer Portugal (2020, fevereiro 18). Casos de demência em Portugal vão mais do que duplicar nos próximos 30 anos. <https://alzheimerportugal.org/casos-de-demencia-em-portugal-vao-mais-do-que-duplicar-nos-proximos-30-anos/>
- Alzheimer Portugal (2023, fevereiro 28). Prevalência da Demência. <https://alzheimerportugal.org/prevalencia-da-demencia/>
- Arbor, S. C., LaFontaine, M. and Cumbay, M. (2016). Amyloid-beta Alzheimer targets - protein processing, lipid rafts, and amyloid-beta pores. *Yale J Biol Med*, 89(1), 5-21
- Caçoete, C. (2013). *Implementação e Avaliação de um Programa de Estimulação Cognitiva com Jogos em Realidade Virtual na Dependência de Substâncias*. Tese apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Neuropsicologia no Curso de Mestrado de Neuropsicologia Aplicada, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Escola de Psicologia e Ciências da Vida.
- Cale, L., & Harris, J. (2009). Testes de condicionamento físico na educação física — um esforço mal direcionado na promoção de estilos de vida saudáveis e atividade física? *Educação Física e Pedagogia do Esporte*, 14, 89-108. <http://dx.doi.org/10.1080/17408980701345782>
- Cummings, J. L., Tong, G. and Ballard, C. (2019). Treatment Combinations for Alzheimer's Disease: Current and Future Pharmacotherapy Options. *J Alzheimers Dis*, 67(3), 779-794.
- Clare, L., & Woods, R.T. (2004). Cognitive Training and Cognitive Rehabilitation for people with early-stage Alzheimer's disease: a review. *Neuropsychological Rehabilitation*, 14(4). 385–401.
- Dubois, B., Feldman, H., Jacova, C., Dekosky, S., Barberger-Gateau, P., Cummings, J., Delacourte, A., Galasco, D., Gauthier, S., Jicha, G., Meguro, K., O'brien, J., Pasquier, F., Roberto, F., Rossor, M., Salloway, S., Stern, Y., Visser, P. & Scheltens, P. (2007). Research criteria for the diagnosis of Alzheimer's disease: revising the NINCDS–ADRDA criteria. *The Lancet Neurology*. 6 (8),734-46. doi: 10.1016/S1474-4422(07)7.
- Guadalupe, S. (2012). A Intervenção do Serviço Social na Saúde com Famílias e em Redes de Suporte Social. In Carvalho, M. I. *Serviço Social na Saúde*, Pactor: 183-217.
- Hill, M. & Hill, A. (2009). *Investigação por Questionário*. 2ª edição, Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Ienca, M., Fabrice, J., Elger, B., Caon, M., Scoccia Pappagallo, A., Kressig, R. W., & Wangmo, T. (2017). Intelligent assistive technology for Alzheimer's disease and other dementias: A systematic review. *Journal of Alzheimer's Disease*, 56(4), 1301-1340. <https://doi.org/10.3233/JAD-161037>.
- Immordino-Yang, M. H., Damásio A. (2007). We feel, therefore we learn: The relevance of affective and social neuroscience to education. *Mind, Brain, and Education*, volume 1, 3-10, <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:600844>.
- Li, X., Hu, N., Tan, M., Yu, J., Tan, L. (2014). Behavioral and psychological symptoms in Alzheimer's disease. *Biomed Res Int*. 2014; 2014:927804. doi: 10.1155/2014/927804. Epub 2014 Jul 15. PMID: 25133184; PMCID: PMC4123596.
- Loi, S. M., Eratne, D., Kelso, W., et al. (2018). Alzheimer disease: Nonpharmacological and pharmacological management of cognition and neuropsychiatric symptoms. *Australas Psychiatry*, 26(4), 358-365

- McCabe, L. (2008). A holistic approach to caring for people with Alzheimer's disease. *Nursing Standard*, 22(42), 50-56.
- Robinson, M., Lee, B. Y. and Hane, F. T. (2017). Recent Progress in Alzheimer's Disease Research, Part 2: Genetics and Epidemiology. *J Alzheimers Dis*, 57(2), 317- 330.
- Selkoe, D. J. and Hardy, J. (2016). The amyloid hypothesis of Alzheimer's disease at 25 years. *EMBO Mol Med*, 8(6), 595-608.
- Sharp, M. & Dohme (2011). Manual Merck. Geriatria. Porto Editora: Oceano.
- Snowden, J. S. & Neary, D. (2002). Frontotemporal dementia. *The British journal of psychiatry: the journal of mental science*. 180(2). DOI: 10.1192/bjp.180.2.140
- Talbot, C. V., & Briggs, P. (2022). The use of digital technologies by people with mild-to-moderate dementia during the COVID-19 pandemic: A positive technology perspective. *Dementia* (London), 21(4), 1363-1380. <https://doi.org/10.1177/14713012221079477>.
- Van Cauwenberghe, C., Van Broeckhoven, C. and Sleegers, K. (2016). The genetic landscape of Alzheimer disease: clinical implications and perspectives. *Genet Med*, 18(5), 421-430.
- WHO. (2005). Mental Health Atlas 2005. WHO.
- Yamagata, C., Kowtko, M., Coppola, J., Joyce S. (2013). Mobile app development and usability research to help dementia and Alzheimer patients. IEEE Long Island Systems, Applications and Technology Conference (LISAT). 1-6, <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:9955196>.
- Zyda, M. (2005). From visual simulation to virtual reality to games. *Computer*. 38,25-32. doi: 10.1109/MC.2005.297
- Zucchella, C., Federico, A., Martini, A., Tinazzi, M., Bartolo, M., Tamburin, S., (2018). Neuropsychological testing. *Practical Neurology*; 18:227-237.

A formação de professores de educação musical em Moçambique: algumas reflexões

Mozambique music education teacher training: some reflection

Nascimento, Gerson Rafael [0000-0003-0856-2764], Cardoso, Mário [0000-0003-3645-9641]

gerson.nascimento@ipb.pt, cardoso@ipb.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

²Centro de Investigação em Educação Básica, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo. Atualmente, o plano curricular de formação de professores para o ensino primário reduziu a presença da música à construção de instrumentos musicais, nas disciplinas de Educação Tecnológica e Ofício. Uma vez que os estudantes de todo o mundo reclamam por uma educação musical mais próxima das suas experiências pessoais, assim como das suas práticas e vivências do seu quotidiano. Olhando para a evolução dos planos curriculares e para a presença de módulos relacionados com o ensino da música/educação musical no ensino primário, será que os planos curriculares de formação inicial de professores conseguem responder às necessidades atuais? Que modelo de formação existe atualmente? Qual é (ou deveria ser) o perfil profissional do professor de Educação Musical exigido de acordo com a realidade moçambicana? A componente empírica deste estudo centrou-se, portanto, na análise de conteúdo dos planos curriculares de formação de professores para a lecionação da disciplina de Educação Musical disponíveis on-line, assim como gentilmente partilhada por colegas moçambicanos. Do cruzamento, análise e interpretação dos dados resultam os seguintes indicadores: (i) não existe grande espaço para se trabalhar o ensino da música de forma holística, sendo que tem sido reduzido significativamente nos últimos anos e (ii) é notável uma forte presença da cultura musical local e tradicional moçambicana nas escolhas musicais apresentadas aos professores.

Palavras-Chave: Moçambique, Formação de Professores, Educação Musical, Perfil Profissional, Desafios Educativos Contemporâneos.

Abstract. Currently, the teacher training curriculum for primary education has reduced the presence of music to the construction of musical instruments, in the subjects of Technological Education and Crafts. Students all over the world are clamouring for a musical education that is closer to their personal experiences, as well as their everyday practices and experiences. Looking at the evolution of curricula and the presence of modules related to music teaching/music education in primary education, are initial teacher training curricula able to respond to current needs? What training model currently exists? What is (or should be) the professional profile of the music education teacher required according to the Mozambican reality? The empirical component of this study was therefore centred on analysing the content of teacher training curricula for Music Education available online and kindly shared by Mozambican colleagues. Cross-referencing, analysing and interpreting the data resulted in the following indicators: (i) there isn't much space to work on music teaching in a holistic way, which has been significantly reduced in recent years and (ii) there is a strong presence of local and traditional Mozambican musical culture in the musical choices presented to teachers.

Keywords: Mozambique, Teacher Training, Music Education, Professional Profile, Contemporary Educational Challenges.

1 Introdução

Graças à globalização, o mercado da música (em particular, o acesso à mesma) democratizou-se de tal forma que atualmente uma criança – seja em que canto do globo se encontrar – consegue ter acesso e ouvir mais música numa semana do que aquela que os seus pais e avós puderam alguma vez imaginar. Por exemplo, se um determinado artista *underground* publicar uma música ou um álbum numa plataforma de *streaming*, nesse mesmo instante qualquer criança ou jovem consegue ouvir a sua obra. Ou seja, num espaço de minutos essa mesma música (ou álbum) pode ser ouvido milhares e milhares de vezes; algo que no tempo dos nossos pais ou avós seria completamente impensável.

A verdade é que os tempos mudaram e a globalização veio para ficar. Assim, e especialmente por causa desse fenómeno relacionado com o acesso instantâneo, os contextos sociais e culturais encontram-se hoje mergulhados num quotidiano cada vez mais pluralista e multicultural. Em contrapartida, a escola (quer seja por teimosia egocêntrica em rejeitar sempre acompanhar os avanços e as evoluções sociais e tecnológicas ou por conservadorismo histórico das práticas e atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula) não soube acompanhar essa realidade, tendo até dificuldade em “pensar” nessa mudança de paradigma.

Olhando essencialmente para o ensino da educação musical, a verdade é que atualmente torna-se mais motivador e desafiante para uma criança ou para um jovem aprender ou iniciar os estudos de um instrumento musical através das plataformas de vídeo e som, como por exemplo o *Youtube* ou outra plataforma digital qualquer, do que aprender na escola com um professor especialista. Tal como refere Kertz-Welzel (2018, p. 4), isso se deve porque essas “aulas” de música saltam as componentes teóricas (assim como todo e qualquer formalismo associado à aprendizagem da leitura e escrita musical) e passam diretamente para as componentes práticas como o tocar de ouvido ou de memória.

Muito se tem mencionado, nas últimas décadas, da urgente necessidade em se incluir nas práticas musicais de sala de aula, conceitos reservados aos músicos populares. Sobre isso, Lucy Green (2002, 2006), tem defendido veementemente a vontade de se procurar quebrar a barreira que separa as práticas formais das práticas informais associadas ao ensino e aprendizagem da música. Segundo a autora, desta forma será possível colocar de lado qualquer aspeto de superioridade que possa existir nas práticas formais e trazer para a sala de aula – i.e., para as práticas e atividades musicais – práticas mais próximas do quotidiano das crianças e jovens (Green, 2002).

Contudo, torna-se também imperativo (re)pensar o modo como a formação inicial de professores de Educação Musical ocorre e se encontra atualmente estruturado, para que não só seja possível procurar formar “hoje” profissionais para o “amanhã” – dotando-os assim de competências e capacidades essenciais e imprescindíveis para responder às necessidades e aos desafios contemporâneos e futuros – como também treinar os futuros professores para uma autonomia pedagógica consciente (Westerlund, 2016). Em contrapartida, e não esquecendo que já existem professores no ativo e que também eles precisam de adquirir tais competências e saberes, a principal solução para que possam de igual forma conseguir acompanhar todas essas mudanças atuais e futuras passam (sem dúvida) pela formação contínua.

Como afirma Cardoso (2021), a formação contínua é mais do que nunca importante e fundamental na procura de combater a estagnação e monotonia pedagógica das práticas dos professores, uma vez que “as (novas) práticas de ensino só nascem com a recusa do individualismo (...). Este percurso só é possível através de uma formação orientada para a procura e construção do conhecimento ao longo da vida” (Cardoso, 2021, p. 12).

2 Objetivos

Olhando para o espectro atual que assombra a disciplina de Educação Musical (onde aspetos como o pluralismo cultural e diversidade musical das crianças e jovens dificulta o papel do professor, pois o mesmo não se encontra familiarizado com o repertório musical do quotidiano apreciado pelos mais jovens) e a sua necessidade urgente de procurar acompanhar as realidades musicais dos alunos, este estudo partiu de uma breve reflexão apresentada na 1ª Conferência Internacional organizado pela Associação Moçambicana para a Educação em Artes Musicais (SMEAM) sobre a temática da formação inicial de professores de Educação Musical em Moçambique. Desta forma, o principal objetivo deste estudo – agora mais aprofundado e devidamente analisado e interpretado – é

precisamente o de discutir acerca do atual modelo de formação de professores de Educação Musical em Moçambique, focando-nos nos Planos Curriculares de Formação de Professores para o Ensino Primário (PC) revogados (2006, 2007, 2012) e atual (2018).

Assim sendo, a análise realizada aos PC centrou-se, essencialmente, em torno das seguintes questões:

- *Será que as práticas (curriculares e pedagógicas) e a formação de professores se foram (trans)formando em detrimento dos desafios que diariamente os contextos educativos enfrentam?*
- *Que modelos de formação existiram na formação de professores de Educação Musical, em Moçambique?*
- *Será que Moçambique está, neste momento, a formar professores de Educação Musical projetados para as necessidades futuras?*
- *Qual é (ou deverá ser) o perfil profissional necessário para lecionar a disciplina de Educação Musical?*

3 Metodologia

A componente empírica aplicada a este estudo concentrou-se na análise de conteúdo, mais concretamente na análise documental. Tal como refere Bardin (2015), realizar uma análise documental é olhar para os conteúdos contidos num determinado ficheiro e atribuir-lhe um novo significado através das suas múltiplas representações. Uma análise documental, portanto, tem como objetivo a “representação condensada da informação, para consulta e armazenamento” (Bardin, 2015, p. 48).

A análise documental consiste assim em três fases principais: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e 3) o tratamento e interpretação dos dados. Na fase de pré-análise, o investigador deve procurar estabelecer objetivos claros e definir as categorias de análise, assim como quais os documentos a serem examinados. Na fase da exploração do material, que segundo Bardin (2015, p. 127) se trata do processo mais demorado, consiste na “codificação, decomposição ou enumeração” do próprio conteúdo. Por fim, a terceira e última fase diz respeito ao tratamento dos resultados obtidos. Aqui, o investigador deve organizar as informações em categorias, analisar e interpretar os resultados.

4 Resultados

Do cruzamento, análise e interpretação dos dados obtidos, foi-nos possível verificar os seguintes indicadores: (1) não existe, nos documentos analisados, grande espaço dedicado ao ensino da música na formação de professores, para trabalhar a música de forma holística, sendo que em certos casos apenas lhes são dedicadas algumas aulas por semestres; (2) é notável e explícita a existência de uma falta de recursos materiais (musicais e extramusicais) nos módulos associados à prática musicais em contexto de sala de aula, acabando assim por limitar o contacto do aluno com um mundo musical mais rico e pluralista; e (3) é visível uma certa tendência para a valorização da cultura musical moçambicana na formação de professores e nas orientações curriculares apresentados. Consideramos este último ponto verdadeiramente importante, uma vez que procura valorizar as culturais locais, em especial para a música tradicional e local moçambicana.

Portanto, foram assim analisados os quatro PC (2006, 2007, 2012 e 2018), nomeadamente nas suas componentes relacionadas com o ensino e aprendizagem da música/educação musical. Foi feito assim numa primeira fase o levantamento de todas as partes relacionadas com a formação de professores para o ensino da música/educação musical, assim como a duração de cada Unidade Curricular e respetiva especificidade. Da realização desta primeira fase da análise de conteúdo resultou a seguinte tabela:

Tabela 1: Módulos curriculares dos Planos Curriculares de Formação de Professores analisados.

Ano de publicação	Plano(s) Curricular(es)	Módulo(s)	Período(s) letivo(s)
2006	10 ^a + 1	Metodologias de Ensino de Educação Musical	Anual
2007			
2012	10 ^a + 3	Educação Musical	2.º Semestre/2.º ano
-	-	Didática de Educação Musical	1.º Semestre/3.º ano
2018	12 ^a + 3	Didática de Educação Musical	

Fonte: Elaboração própria.

Olhando para a componente curricular dedicada ao ensino da música/educação musical na formação do professor do atual documento em vigor, é visível uma diminuição tanto ao nível do número de Unidades Curriculares ou módulos, assim como a frequência da mesma.

Gostaríamos de lembrar que em Moçambique a formação de professores para o ensino de música/educação musical no ensino primário está inserida na formação de uma outra área do saber, principalmente do português, e dá-se através de módulos (anuais ou semestrais) direcionados para temáticas como as Didáticas e Práticas Musicais. Ou seja, não existe um modelo de formação especificamente para o ensino da música/educação musical.

Após analisarmos o primeiro PC (i.e., o de 2006), foi-nos possível concluir que se tratava de um documento bem estruturado e que apresentava de forma clara e objetiva o seu conteúdo. Contudo, no que diz respeito à própria formação musical do professor apenas é indicado que “pretende formar um professor que, a nível de conhecimentos científicos e para além de outras competências, seja capaz de dominar as técnicas básicas de expressão artística, nomeadamente da disciplina de Educação Musical” (2006).

Ainda neste mesmo PC o curso de formação de professores apresentava, especificamente para a formação musical do professor, a duração total um ano letivo, na qual se encontrava um módulo relacionado com o ensino e a aprendizagem da música em contexto da disciplina de educação musical – *Metodologias de Ensino de Educação Musical*. Esse módulo contando com uma carga horária de 2 horas no 1.º semestre (n.º total = 40) e 3 horas no 2.º semestre (n.º total = 60), assim o jovem professor concluía a sua formação profissional tendo tido um contacto total de 100h com a única disciplina relacionada com o ensino de Educação Musical. Comparativamente com as outras disciplinas, o número total de contacto anual (100h) corresponde à média geral (ver tabela 1). Por exemplo, o PC presente no modelo de formação de professores publicado em 2004 (entretanto revogado), denominado de 10^a + 2, apresentava a formação de professores para a Educação Musical no modelo de formação de professor para ensinar o português, oferecendo um conjunto de Unidades Curriculares semestrais e anuais desde a Teoria Musical ao Solfejo, da Didática da Educação à História da Música, passando pela Prática Instrumental à Aprendizagem de Jogos e Danças Tradicionais.

O próximo PC analisado (2007), sofreu uma nova alteração curricular, passando para 10^a + 1 (ao invés d) no seu plano curricular e nas Unidades Curriculares reservadas ao ensino da Educação Musical. Neste sentido, houve uma redução no tempo dedicado à formação de professores para o ensino musical, acabando por comprometer a qualidade dos futuros professores. Neste novo modelo a principal mudança reside na união das Unidades Curriculares de Didática de Educação Musical com a Educação Musical.

Assim sendo, do cruzamento, análise e interpretação dos dados obtidos, foi-nos possível verificar que resultam os seguintes indicadores: (1) não existe grande espaço para se trabalhar o ensino da música na formação de professores de forma holística, sendo em certos casos apenas dedicadas algumas aulas por semestre; (2) é notável e explícita a falta de recursos materiais (musicais e extramusicais) nas salas de aulas, indispensáveis para qualquer tipo de aprendizagem musical, acabando assim por dificultar não só o trabalho pedagógico dos professores como também torna limitado o contacto dos estudantes com o mundo musical; e (3) é visível uma certa tendência de valorização das próprias culturas, o que para o nosso entender é um ponto bastante positivo.

Agrupada as áreas da Comunicação e Ciências Sociais, teria sido muito mais interessante se a disciplina tivesse sido incorporada nas Atividades Práticas e Tecnológicas, juntando-se assim a outras disciplinas como Ofícios, Educação Visual e Educação Física. Essa junção teria desta forma atribuída um carácter prático à própria disciplina de educação musical.

Por fim, em 2012 surgiu uma nova reforma curricular e o modelo de formação de professores passou para $10^a + 3$, e voltou a recuperar-se as duas Unidades Curriculares separadas anteriormente unidas. Assim, este modelo apresenta um modelo de formação de professores de Educação Musical com todas as suas Unidades Curriculares reservadas ao ensino musical semestrais. Uma vez mais houve uma união das Unidades Curriculares Didáticas de Educação Musical e Educação Musical contabilizando uma carga horária total de 90 aulas por semestre.

Comparativamente com o documento anteriormente analisado, este plano curricular se afigura mais completo – tendo em conta que a formação de professores passou de um para três anos, tal seria de esperar. Neste novo plano curricular ($10^a + 3$), uma das novidades está na separação de módulos em *gerais* e *específicos*. No que concerne aos módulos relacionados com o ensino da disciplina de Educação Musical, este plano curricular apresenta como módulo geral *Educação Musical* (Comunicação e Ciências Sociais) e como módulo específico *Didática de Educação Musical* (Ciências da Educação).

No módulo geral de *Educação Musical* pretendia-se cultivar, no jovem professor em formação, o interesse, a sensibilidade e o gosto pelas artes (em especial atenção para as artes musicais), procurando de igual forma desenvolver capacidades criadoras e talentos musicais, numa perspetiva de capacitar e de dotar o jovem professor de ferramentas para conseguir desenvolver no aluno competências afetivas, estéticas, culturais, cognitivas e motoras. Neste módulo, ainda se procurou trabalhar a linguagem e a comunicação musical, assim como as “noções básicas de utilização de recursos tímbricos (como as vozes, o corpo ou instrumentos alternativos)”. Não obstante, um dos objetivos deste módulo passava também pelo desenvolvimento de conhecimentos musicais como a “organização temporal de sons (ritmo e melodia)”, bem como a “improvisação e o desenvolvimento de ideias sonoras” (PC, 2012, p. 46).

5 Discussão

Em Moçambique, a formação de professores para o ensino da Educação Musical está (ou estava) inserida na formação de uma outra área disciplinar do saber, e a sua “especialização” em Educação Musical ocorre através de módulos (que podem ser anuais ou semestrais) direcionados, essencialmente, para temáticas relacionadas com as Didáticas e Práticas Musicais. Portanto, podemos verificar e afirmar que não existe, à semelhança do que acontece aqui em Portugal, por exemplo, uma formação exclusivamente direcionada para a formação de um professor especialista em Educação Musical.

Tal como perceptível, a formação de professores habilitados para o ensino da disciplina de Educação Musical tem vindo a sofrer múltiplas mudanças curriculares, acabando desta forma por dificultar o processo de formação e especialização em si. Por razões, referidas por Uachisso e Faria (2020) como sendo descontextualizadas com “a realidade política, social e económica do país (p. 444), Moçambique viu nascer um novo Currículo do Ensino Básico. Com este novo documento regulador o ensino passou a usufruir de um conjunto de inovações, tais como, por exemplo, a disciplina de Educação Musical no Ensino Primário. Agrupada as áreas da Comunicação e Ciências Sociais, teria sido mais interessante e apropriado se a disciplina tivesse sido aglomerada nas Atividades Práticas e Tecnológica, juntamente com as disciplinas de Ofícios, Educação Visual e Educação Física, atribuindo-lhes assim um carácter mais prático à disciplina.

Em todos os PC analisados foi possível constatar dois grandes aspetos: (i) todos pretendem (pretendiam) capacitar os respetivos professores de música para os aspetos fundamentais da música (com especial enfoque para o ensino primário), (ii) assim como a própria valorização da música enquanto manifestação artística presente na sociedade moçambicana. Contudo, e olhando para o paradigma atual vivenciado nas escolas do ensino primário, Uachisso e Faria (2020) afirmam que não tem sido tarefa fácil “identificar na comunidade, atividades que sejam relevantes para as crianças sobretudo nas disciplinas de ofício, educação visual e musical” (p. 448). A disciplina de Educação Musical, segundo os autores, tem vindo a apresentar algumas dificuldades nomeadamente no que toca a falta de preparação e qualificações dos próprios professores para a sua leção, bem como nos recursos materiais (musicais e extramusicais) indispensáveis para qualquer prática musical.

Sendo assim, corroboramos com Uachisso e Faria (2020, p. 453) quando referem que um dos principais desafios para a formação de professores de Educação Musical em Moçambique passa pela introdução de um novo modelo ou plano curricular que possa formar professores especialistas para o ensino da Educação Musical, professores com um currículo exclusivamente destinado ao ensino da música.

Na nossa opinião, aplicar um modelo de formação de professores somente direcionado para o ensino da música não só acabaria por desenvolver (mais) um grupo de professores especialistas – deixando o modelo multiáreas – passando também por valorizar a própria disciplina no currículo escolar emancipando assim a rica cultura musical e artística moçambicana. Neste sentido, e não querendo com isso menosprezar todo o trabalho feito em prol do ensino da Educação Musical moçambicana, quer seja na formação dos professores como nas aulas de Educação Musical nos ensinos primários, cremos que a primeira solução passaria pela separação de áreas do saber na formação do professor. Neste sentido seria possível não só formar um professor com uma plena formação musical, única e exclusivamente dedicada ao ensino e a aprendizagem musical, assim como atribuir a esse professor um variado leque de atividades e práticas musicais. Isso não só acabaria por criar um grupo de professores especialistas do ensino de Educação Musical, e não multiáreas como acontece, assim como iria também valorizar a disciplina de Educação Musical (principalmente a rica cultura musical moçambicana) no seio da comunidade escolar (professores e alunos), familiar (avós, pais e irmãos) e local (amigos e vizinhos).

Por fim, gostaríamos de deixar uma palavra de apreço à SMEAM, tendo em conta que a Lei n.º 18/2018 de 28 de dezembro, alusivo ao novo Sistema Nacional de Educação, não inclui qualquer disciplina referente ao ensino da Educação Musical no Ensino Primário, é verdadeiramente gratificante verificar que o ensino artístico moçambicano viu nascer uma equipa de jovens profissionais (professores, investigadores e técnicos) preocupados com a qualidade e com o próprio futuro do ensino da música e da Educação Musical das crianças e jovens.

Agradecimento

Um especial agradecimento ao Professor Dr. Júlio Chinguai pela partilha de documentos e informações acerca do sistema educativo moçambicano, que ajudaram a construir o corpo “físico” deste estudo. O nosso muito obrigado!

Referências

- Bardin, L. (2015). *Análise de Conteúdo* (4ª). Edições 70.
- Cardoso, M. (2021). “O tu como repouso do eu”: olhares sobre a aprendizagem, desenvolvimento e (trans)formação do professor. *Revista Portuguesa de Educação Musical*, 147, 7–15.
- Green, L. (2002). *How Popular Musicians Learn. A Way Ahead for Music Education*. ASHGATE Publishing Limited.
- Green, L. (2006). Popular music education in and for itself, and for “other” music: Current research in the classroom. *International Journal of Music Education*, 24(2), 101–118. <https://doi.org/10.1177/0255761406065471>
- Kertz-Welzel, A. (2018). *Globalizing Music Education. A framework*. Indiana University Press.
- Uachisso, B. A., & Faria, C. F. (2020). Transformações Curriculares do Ensino Básico em Moçambique: Inovações, implementação e desafios do Século XXI. *Revista Educação e Humanidades*, 1(2, jul-dez), 436–456.
- Westerlund, H. (2016). Renarrar o futuro da Educação Musical. Como a sociedade dasafia a nossa profissão no Século XXI. *Revista Da Associação Portuguesa de Educação Musical*, 142–143, 7–16.

Documentos curriculares analisados

- Plano Curricular de Formação de Professores para o Ensino Primário (Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação). República de Moçambique. *Dezembro de 2006*
- Plano Curricular de Curso de Formação de Professores para o Ensino Primário e Educadores de Adultos (Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação). República de Moçambique. *2012*
- Programas do Ensino Primário: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Educação Física (Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação). República de Moçambique. *Julho de 2015*
- Plano Curricular de Curso de Formação de Professores para o Ensino Primário e Educadores de Adultos (Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação). República de Moçambique. *2018*
- Programas do Ensino Primário: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, Ciências Sociais, Educação Visual e Ofícios e Educação Física (Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação). República de Moçambique. *Junho de 2019*

A importância de um plano estratégico no sucesso de uma organização

The importance of a strategic plan in the success of an organisation

Gonçalo Ferreira¹, Ana Sofia Cardim¹, Paula Odete Fernandes²

a44575@alunos.ipb.pt, sofiacardim@ipb.pt, pof@ipb.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

²UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo. O presente estudo tem como objetivo principal analisar a importância de um plano estratégico para o sucesso de uma organização, sendo direcionado para o caso das empresas de média e grande dimensão da região Norte de Portugal. Para dar resposta ao objetivo exposto recorreu-se a uma metodologia quantitativa através de um inquérito por questionário. O estudo foi realizado a partir de uma amostra válida de 138 empresas. Quanto aos resultados obtidos, foi possível aferir, através do enquadramento teórico e dos resultados das principais fontes consultadas, que existe um impacto positivo no sucesso das empresas quando estas utilizam um plano estratégico. Adicionalmente, conclui-se que a grande maioria das empresas utiliza planeamento estratégico e tem um plano estratégico definido, bem como lhe atribui “muita importância”. Por fim, foi possível constatar que quando as empresas apresentam um maior aumento da quota de mercado, um maior aumento de desempenho geral em relação ao desempenho da concorrência e uma maior criação de valor para todos os *stakeholders* da empresa, atribuem maior importância à existência e desenvolvimento de um plano estratégico.

Palavras-Chave: gestão estratégica; planeamento estratégico; plano estratégico; médias e grandes empresas.

Abstract. The main objective of this study is to analyse the importance of a strategic plan for the success of an organisation, targeting the case of medium and large companies in the northern region of Portugal. To answer this objective, a quantitative methodology was used through a questionnaire survey. The study was carried out from a valid sample of 138 companies. As for the results obtained, it was possible to assess, through the theoretical framework and the results of the main sources consulted, that there is a positive impact on the success of companies when they use a strategic plan. In addition, it was concluded that the vast majority of companies use strategic planning and have a defined strategic plan, and attribute "great importance" to it. Finally, it was possible to conclude that when companies show a greater increase in market share, a greater increase in overall performance about competitors' performance, and a greater creation of value for all the company's stakeholders, they attribute greater importance to the existence and development of a strategic plan.

Keywords: strategic management; strategic planning; strategic plan; medium companies; large companies.

1 Introdução

Ao longo do tempo, o mercado empresarial vem sendo caracterizado por inúmeras mudanças, sendo marcado por uma crescente competitividade, que obriga as empresas a uma maior profissionalização de forma a se manterem competitivas e saudáveis, tornando-se essencial fornecer-lhes ferramentas e métodos capazes de as fazer atingir tais objetivos dada a imprevisibilidade do contexto empresarial atual.

O presente estudo tem como objetivo principal perceber de que forma um plano estratégico pode impactar a vida de uma organização, isto é, pretende-se analisar a importância de um plano

estratégico no caso das empresas portuguesas de média e grande dimensão localizadas na região Norte do país, bem como analisar como este pode potenciar o sucesso das organizações. Com efeito, pretende-se dar resposta à seguinte pergunta de investigação: Qual é a importância de um plano estratégico na vida de uma organização?

A escolha desta temática recai no facto de se tratar de um assunto com forte relevância, que contribui para o potencial sucesso das empresas dada a atual competitividade do contexto empresarial português e internacional. Neste sentido, percebendo a importância da função planeamento estratégico numa organização, e compreendendo que esta engloba a análise dos mais variados aspetos que a compõem, permitindo ter uma visão holística da realidade que a afeta e dos variados aspetos a explorar de forma a potenciar o seu sucesso, torna-se crucial para qualquer organização planear e criar um plano estratégico no qual são definidos os objetivos e os modos de atuação pretendidos para a organização.

De forma a dar resposta ao objetivo principal deste estudo, e após enquadrar teoricamente o tema através de uma pesquisa bibliográfica, recorreu-se a uma abordagem metodológica de natureza quantitativa, que assentou na aplicação de um questionário aos decisores das médias e grandes empresas pertencentes à Nomenclatura das Unidades Territoriais III (NUTS III) da região Norte de Portugal, sendo que os dados recolhidos através do mesmo foram alvo de um tratamento estatístico numa fase posterior.

2 Enquadramento teórico

O processo de gestão estratégica expressa como os gestores das organizações tomam as decisões necessárias à formulação e desenvolvimento da estratégia, sendo que a sua essência consiste na elaboração de uma estratégia competitiva que conduza ao êxito da organização no momento atual e que formule as competências necessárias para o sucesso futuro da organização (Filho, 2005).

Neste sentido, o planeamento corresponde à primeira função administrativa e baseia-se na definição dos objetivos para o futuro desempenho organizacional e na decisão acerca dos recursos e tarefas necessários para alcançar os objetivos de forma adequada, permitindo que as pessoas responsáveis se orientem pelos objetivos estabelecidos e apliquem as ações necessárias para alcançá-los (Chiavenato, 2020). Com efeito, o planeamento não se resume ao processo de planeamento estratégico, podendo ser definido como o conjunto das atividades de planeamento que se estendem a todos os níveis da empresa (Panerare, 2018), sendo estratégico, tático ou operacional consoante os diferentes espaços temporais e diferentes níveis da organização a que se refere (Oliveira, 2014).

Por sua vez, um plano estratégico tem por base a definição até onde a empresa quer chegar nos seus diversos campos de atuação, definindo quais os objetivos e metas que a organização se propõe a atingir e considerando todas as ações necessárias para os atingir, calculando sempre o que será necessário para efetivamente colocar o plano em prática nomeadamente recursos materiais, humanos e financeiros (Fernandes, 2011). Assim, assume como passos essenciais: a análise estratégica (tanto da empresa como do meio envolvente); o planeamento e formulação da estratégia (que delimita os objetivos e as principais orientações); e, por fim, a implementação e controlo (que consiste em colocar em prática o plano delineado em medidas reais, de forma à obtenção dos fins propostos) (Kotler & Keller, 2012).

Com efeito, são várias as áreas funcionais que compõem o planeamento estratégico, sendo que todas se encontram relacionadas e dependentes, pelo que o desempenho de qualquer área influencia diretamente todas as outras, sendo de crucial importância uma coordenação e cooperação entre todas as áreas, pois estas afetam diretamente a organização, realçando-se a importância de um plano estratégico abranger todos estes domínios. Neste sentido, segundo Kraus et al. (2009), um plano estratégico de sucesso é composto por cinco áreas funcionais: recursos humanos, marketing, produção, tecnologia e inovação, e finanças e contabilidade, sendo que para a realização e implementação de um plano estratégico de sucesso, os gestores têm à sua disposição diversos instrumentos estratégicos (Aygün & Sezgin, 2021), de entre os quais se destaca a análise PEST, o modelo das cinco forças competitivas de Porter, a análise SWOT, a matriz BCG, o *balanced scorecard*, o *brainstorming*, o *benchmarking*, a *total quality management* (TQM), o *customer relationship management* (CRM), a análise de cenários, os fatores críticos de sucesso, entre outros.

Deste modo, e percebendo que um plano estratégico abrange toda a organização, é expectável que, caso este seja implementado com sucesso, todos os *stakeholders* saiam beneficiados, desde os trabalhadores, os acionistas, os clientes e a população em geral, sendo que, segundo Teixeira (2013,

p.30), “a gestão estratégica quando bem praticada, proporciona às empresas um conjunto de benefícios que podem vir a traduzir-se em vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes”.

3 Metodologia de investigação

O presente estudo tem como objetivo principal perceber como um plano estratégico pode impactar a vida de uma organização, isto é, pretende-se analisar a importância de um plano estratégico e perceber como este pode potenciar o sucesso de uma organização, formulando-se a seguinte pergunta de investigação: Qual é a importância de um plano estratégico na vida de uma organização?

De modo a dar resposta ao objetivo proposto e às diversas hipóteses de investigação levantadas (ver Tabela 1), o estudo assumiu uma natureza quantitativa, assente na aplicação, via *e-mail*, de um inquérito por questionário aos decisores das médias e grandes empresas pertencentes à região que integra a NUTS III correspondente à zona Norte de Portugal. Este é composto por um total de 22 perguntas elaboradas a partir da literatura e, de acordo com Marconi e Lakatos (2017), com uma classificação, quanto à forma, em perguntas fechadas (o inquirido escolhe entre duas opções possíveis) e perguntas de escolha múltipla (que são perguntas fechadas onde o inquirido escolhe entre várias opções possíveis), subdividindo-se estas últimas em perguntas com mostruário (o inquirido seleciona uma ou várias das respostas apresentadas) e perguntas de estimação (o inquirido seleciona uma resposta através de uma escala com vários graus de intensidade o que permite emitir um julgamento), e encontrando-se dividido em três partes: a primeira, correspondente à caracterização do inquirido e da empresa, a segunda respeitante ao desempenho da empresa e, por fim, a última parte, dirigida ao planeamento estratégico.

Após a aplicação do questionário às 1.356 empresas que apresentavam informação de contacto no Sistema de Análise de Balanços Ibéricos (SABI), obteve-se um total de 138 respostas válidas (amostra em estudo), o que corresponde a uma taxa de resposta de 10,18% e a um erro amostral de 7,9%, assumindo um intervalo de confiança de 95%. Por conseguinte, os dados recolhidos foram tratados através de técnicas estatísticas descritivas (através da criação de tabelas de frequências relativas e absolutas, e do cálculo de medidas de tendência central e de dispersão) e inferenciais (através da aplicação de testes estatísticos), produzidas com recurso ao software estatístico *Statistical Product and Service Solutions* (SPSS).

Tabela 1: Síntese das hipóteses de investigação.

HI	Descrição
HI ₁	Existe uma associação entre as variáveis sexo dos decisores e a utilização de planeamento estratégico.
HI ₂	As variáveis idade do decisor e a utilização de planeamento estratégico encontram-se associadas.
HI ₃	Existe uma associação entre as habilitações literárias dos decisores e a utilização de planeamento estratégico.
HI ₄	A localização da empresa e a utilização de planeamento estratégico encontram-se associadas.
HI ₅	Existe uma associação entre o setor de atividade e a utilização de planeamento estratégico.
HI ₆	A dimensão da empresa e a utilização de planeamento estratégico encontram-se associadas.
HI ₇	Existem diferenças por utilização de planeamento estratégico relativamente ao desempenho da empresa.
HI ₈	Existem diferenças relativamente à importância atribuída a um plano estratégico por níveis de criação de valor para todos os stakeholders da empresa.
HI ₉	Existem diferenças por aumento da quota de mercado relativamente à importância atribuída a um plano estratégico.
HI ₁₀	Existem diferenças por aumento desempenho geral da empresa em relação ao desempenho da concorrência relativamente à importância atribuída a um plano estratégico.
HI ₁₁	Existe uma relação positiva e direta entre o número de áreas funcionais analisadas pela empresa e o seu desempenho.
HI ₁₂	Existe uma relação positiva e direta entre o número de instrumentos estratégicos utilizados e o desempenho da empresa.

Nota: HI, hipótese de investigação.

Fonte: Elaboração própria.

4 Apresentação e análise dos resultados

4.1 Caracterização da amostra

A amostra em estudo é maioritariamente composta por inquiridos do sexo masculino (50,7%), com idades compreendidas entre os 41 e 50 anos (40,6%) e com habilitações literárias ao nível do ensino superior (83,3%). Por sua vez, exercem funções em empresas essencialmente localizadas na Área Metropolitana do Porto (36,2%), pertencentes ao setor industrial (63%) e de média dimensão tendo em conta o número de colaboradores efetivos (39,9%), o volume de negócios anual (52,9%) e o balanço total anual (51,4%).

4.2 Análise descritiva

De forma a dar resposta à pergunta de investigação e aos objetivos deste estudo, procedeu-se à colocação de um conjunto de questões acerca da evolução financeira das empresas ao longo dos últimos anos medida através de alguns indicadores financeiros, bem como sobre questões específicas relativamente a cada organização, nomeadamente acerca de práticas de gestão e de opiniões sobre a importância da utilização de um plano estratégico.

Neste sentido, tendo em vista analisar o desempenho das empresas inquiridas nos últimos anos, recorreu-se ao estudo de três indicadores financeiros (o retorno sobre o património líquido, o crescimento no lucro líquido e o crescimento total de vendas), medidos através de uma escala de *Likert* de 5 pontos correspondendo o 1 a “Muito pouco” e o 5 a “Bastante”, tendo-se obtido os resultados que constam na Tabela 2.

Tabela 2: Evolução dos indicadores financeiros das empresas ao longo dos últimos 3 anos (2019, 2020 e 2021).

Indicadores	Escala de quantidade										$\bar{x}$	s
	Muito pouco		Pouco		Médio		Muito		Bastante			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	5	3,6%	19	13,8%	71	51,4%	38	27,5%	5	3,6%	3,14	0,830
Crescimento no Lucro Líquido (%)	6	4,3%	18	13,0%	57	41,3%	46	33,3%	11	8,0%	3,28	0,942
Crescimento Total das Vendas (%)	6	4,3%	21	15,2%	46	33,3%	46	33,3%	19	13,8%	3,37	1,040
Média Global											3,26	0,854

Nota: n, n.º de observações; %, frequência relativa; $\bar{x}$, média; s, desvio-padrão.

Fonte: Elaboração própria.

Através da Tabela 2, pode concluir-se que os três indicadores analisados obtiveram uma média próxima dos 3 pontos (3,14 pontos, 3,28 pontos e 3,37 pontos, respetivamente), valores que se enquadram num crescimento “Médio” de acordo com a escala de quantidade utilizada, sendo que os desvios-padrão apresentados não excederam 1,040 pontos, não sendo considerados muito significativos.

Por conseguinte, a Tabela 3 apresenta o desempenho da empresa na perspetiva dos inquiridos, através de quatro variáveis avaliadas por uma escala de *Likert* de 5 pontos, correspondendo o 1 a “Discordo totalmente” e o 5 a “Concordo totalmente”.

Com a análise da Tabela 3, verifica-se que as médias das diversas variáveis apresentam valores muito semelhantes e próximos dos 4 pontos, correspondendo a média mais baixa (3,70 pontos $\pm$ 0,841) à variável “Nos últimos 3 anos, a quota de mercado da empresa tem aumentado” e a média mais elevada (3,99 pontos $\pm$ 0,792) à variável “A empresa cria valor para todos os seus *stakeholders*”, podendo concluir-se, de forma geral, que as empresas em estudo melhoraram o seu desempenho durante os últimos três anos tendo em conta a proximidade das médias aos 4 pontos da escala de concordância.

Tendo em conta uma das questões centrais deste estudo, procurou-se perceber se as empresas em estudo utilizam planeamento e se, em caso afirmativo, têm um plano estratégico definido, tendo-se concluído que 84,1% dos inquiridos afirma que a empresa onde exerce funções utiliza planeamento estratégico, o que corresponde a 116 empresas, sendo que as restantes 22 empresas (15,9%) afirmam não utilizar planeamento estratégico. Com efeito, das 116 empresas que utilizam planeamento estratégico, 115 (99,1%) afirma que tem um plano estratégico definido, sendo que somente 0,9% revela não possuir um plano estratégico definido.

Tabela 3: Evolução financeira das empresas ao longo dos últimos 3 anos (2019, 2020 e 2021).

Variáveis	Escala de concordância										$\bar{x}$	s
	Discordo totalmente		Discordo		Nem concordo/Nem discordo		Concordo		Concordo totalmente			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
Nos últimos 3 anos, o desempenho geral da empresa melhorou.	1	0,7%	3	2,2%	29	21,0%	75	54,3%	30	21,7%	3,94	0,762
A empresa cria valor para todos os seus <i>stakeholders</i> .	3	2,2%	1	0,7%	23	16,7%	79	57,2%	32	23,2%	3,99	0,792
Nos últimos 3 anos, a quota de mercado da empresa tem aumentado.	1	0,7%	11	8,0%	36	26,1%	70	50,7%	20	14,5%	3,70	0,841
Nos últimos 3 anos, o desempenho geral da empresa melhorou em relação ao desempenho da concorrência.	2	1,40%	2	1,40%	44	31,90%	73	52,90%	17	12,30%	3,73	0,750

Nota: n, n.º de observações; %, frequência relativa; $\bar{x}$, média; s, desvio-padrão.

Fonte: Elaboração própria.

De modo a perceber se o plano estratégico elaborado pelas empresas que seguem em estudo inclui todas as áreas inerentes ao mesmo, procedeu-se à aplicação de uma pergunta de múltipla resposta acerca das áreas funcionais analisadas pelas empresas (ver Tabela 4).

Tabela 4: Áreas funcionais utilizadas em um plano estratégico.

Áreas funcionais	Respostas		
	n	%	% de casos
Recursos humanos	100	22,0%	86,2%
Vendas e Marketing	96	21,1%	82,8%
Produção	87	19,1%	75,0%
Tecnologia e Inovação	74	16,3%	63,8%
Finanças e Contabilidade	98	21,5%	84,5%
Total	455	100,0%	392,2%

Nota: n, n.º de observações; %, frequência relativa.

Fonte: Elaboração própria.

Com base na Tabela 4, percebe-se que a área funcional mais selecionada corresponde aos recursos humanos com 86,2% de casos, o que vai ao encontro do pensamento de Armstrong e Taylor (2014), que afirmam que esta é a área funcional mais importante e mais utilizada, seguindo-se a área das finanças e contabilidade com 84,5% e a área de vendas e marketing com 82,8% de casos.

Seguindo a mesma ordem de ideias, procurou-se perceber quais os instrumentos estratégicos mais utilizados nas empresas que fazem parte deste estudo através da aplicação de uma pergunta de múltipla resposta, tendo-se obtido os resultados que constam na Tabela 5. Como se pode observar na Tabela 5, a análise SWOT é o instrumento mais utilizado pelos inquiridos, tendo obtido uma pontuação de 84,5% de casos, um número muito elevado que vai ao encontro do defendido pela literatura (e.g. Quibe, 2015), que considera este o instrumento mais utilizado atualmente pelas empresas. De seguida, com uma pontuação consideravelmente inferior apresenta-se o *Brainstorming* obtendo 55,2% de casos e com pontuações muito semelhantes encontram-se a análise de Cenários (48,3% de casos), o *Benchmarking* (46,6% de casos), os fatores críticos de sucesso (44,8% de casos), o *Balanced Scorecard* e o *Customer Relationship Management* (ambos com 43,1% de casos). Com efeito, procurou-se perceber quais as motivações da sua utilização recorrendo a uma escala de *Likert* de 5 pontos (correspondendo o 1 a “Nada importante” e o 5 a “Extremamente importante”), de um conjunto de itens que possivelmente justificam a utilização dos instrumentos estratégicos, sendo que o item “Torna as decisões mais racionais, objetivas e transparentes” obteve a média mais elevada (4,28 pontos $\pm$ 0,693), sendo considerada a motivação mais importante para a utilização dos instrumentos estratégicos.

Tabela 5: Instrumentos estratégicos utilizados pelas empresas.

Instrumentos estratégicos	Respostas		
	n	%	% de casos
Análise SWOT	98	19,8%	84,5%
Matriz BCG	12	2,4%	10,3%
Modelo das 5 forças competitivas de Porter	18	3,6%	15,5%
Análise PESTA	10	2,0%	8,6%
Balanced Scorecard	50	10,1%	43,1%
Brainstorming	64	13,0%	55,2%
Benchmarking	54	10,9%	46,6%
Total Quality Management (TQM)	30	6,1%	25,9%
Customer Relationship Management (CRM)	50	10,1%	43,1%
Análise de Cenários	56	11,3%	48,3%
Fatores Críticos de Sucesso	52	10,5%	44,8%
Total	494	100,0%	425,9%

Nota: n, n.º de observações; %, frequência relativa.

Fonte: Elaboração própria.

Adicionalmente, com base na literatura consultada procurou-se perceber qual a importância atribuída pelas empresas a cada uma das etapas utilizadas na elaboração de um plano estratégico, através da classificação das mesmas com recurso a uma escala de *Likert* de 5 pontos (correspondendo o 1 a “Nada importante” e o 5 a “Extremamente importante”), tendo-se obtido os resultados apresentados na Tabela 6.

Tabela 6: Importância atribuída às etapas de um plano estratégico.

Etapas	Escala de importância										$\bar{x}$	s
	Nada importante		Pouco importante		Moderadamente importante		Muito importante		Extremamente importante			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
Missão da empresa	0	0,0%	2	1,7%	20	17,2%	54	46,6%	40	34,5%	4,14	0,756
Análise do ambiente interno e externo (SWOT)	0	0,0%	0	0,0%	22	19,0%	47	40,5%	47	40,5%	4,22	0,744
Estabelecimento de metas	0	0,0%	0	0,0%	7	6,0%	39	33,6%	70	60,3%	4,54	0,610
Formulação de estratégias	0	0,0%	0	0,0%	9	7,8%	52	44,8%	55	47,4%	4,40	0,631
Elaboração de programas	0	0,0%	2	1,7%	18	15,5%	54	46,6%	42	36,2%	4,17	0,749
Implementação	0	0,0%	0	0,0%	9	7,8%	53	45,7%	54	46,6%	4,39	0,629
Feedback e controle	0	0,0%	0	0,0%	12	10,3%	48	41,4%	56	48,3%	4,38	0,668
Média Global											4,32	0,536

Nota: n, n.º de observações; %, frequência relativa; $\bar{x}$, média; s, desvio-padrão.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Tabela 6, as etapas obtiveram uma classificação média global de 4,32 pontos, o que indica que todas as etapas foram consideradas em termos médios como sendo muito importantes para a elaboração de um plano estratégico. Com efeito, a etapa com maior média é o “Estabelecimento de metas” com de 4,54 pontos, seguida da “Formulação de estratégias” com 4,40 pontos, da “Implementação” com 4,39 pontos, e do “Feedback e controlo” com 4,38 pontos, oscilando os desvios-padrão entre 0,610 e 0,756, não sendo considerados muito significativos.

Para concluir, procurou-se perceber se na opinião dos inquiridos, existe uma relação entre a utilização de planeamento estratégico e o desempenho da empresa, sendo perceptível que as repostas recaíram, na totalidade (100%), no “Sim”, o que significa que os 116 inquiridos da amostra consideram que de facto existe uma relação entre a utilização de planeamento estratégico e o desempenho da empresa.

4.3 Análise inferencial

Neste subponto pretende-se dar resposta às diversas hipóteses de investigação formuladas e previamente apresentadas, com recurso à aplicação dos respetivos testes estatísticos, tendo-se obtido os resultados que constam na Tabela 7.

Tabela 7: Validação das hipóteses de investigação.

Hipóteses de Investigação (HI)	Teste	<i>r</i>	Valor de Prova	Significância
HI₁: Existe uma associação entre as variáveis sexo dos decisores e a utilização de planeamento estratégico.	<i>Fisher</i>		0,817	Não Significativo
HI₂: As variáveis idade do decisor e a utilização de planeamento estratégico encontram-se associadas.	<i>Fisher</i>		0,312	Não Significativo
HI₃: Existe uma associação entre as habilitações literárias dos decisores e a utilização de planeamento estratégico.	<i>Fisher</i>		0,057	Não Significativo
HI₄: A localização da empresa e a utilização de planeamento estratégico encontram-se associadas.	<i>Fisher</i>		0,049	Significativo
HI₅: Existe uma associação entre o setor de atividade e a utilização de planeamento estratégico.	<i>Fisher</i>		1,000	Não Significativo
HI₆: A dimensão da empresa e a utilização de planeamento estratégico encontram-se associadas.	Qui-quadrado da independência		-	Não Significativo
HI_{6.1}: O número de trabalhadores efetivos da empresa e a utilização de planeamento estratégico encontram-se associadas.	Qui-quadrado da independência		0,269	Não Significativo
HI_{6.2}: O volume de negócios anual da empresa e a utilização de planeamento estratégico encontram-se associadas.	Qui-quadrado da independência		0,489	Não Significativo
HI_{6.3}: O balanço total anual da empresa e a utilização de planeamento estratégico encontram-se associadas.	Qui-quadrado da independência		0,028	Significativo
HI₇: Existem diferenças por utilização de planeamento estratégico relativamente ao desempenho da empresa.	<i>Mann-Whitney</i>		0,623	Não Significativo
HI₈: Existem diferenças relativamente à importância atribuída a um plano estratégico por níveis de criação de valor para todos os stakeholders da empresa.	<i>Kruskal-Wallis</i>		<0,001	Significativo
HI₉: Existem diferenças por aumento da quota de mercado relativamente à importância atribuída a um plano estratégico.	<i>Kruskal-Wallis</i>		0,004	Significativo
HI₁₀: Existem diferenças por aumento desempenho geral da empresa em relação ao desempenho da concorrência relativamente à importância atribuída a um plano estratégico.	<i>Kruskal-Wallis</i>		<0,001	Significativo
HI₁₁: Existe uma relação positiva e direta entre o número de áreas funcionais analisadas pela empresa e o seu desempenho.	Coefficiente de Correlação de <i>Pearson</i>	0,064	0,495	Não Significativo
HI₁₂: Existe uma relação positiva e direta entre o número de instrumento estratégicos utilizados e o desempenho da empresa.	Coefficiente de Correlação de <i>Pearson</i>	0,181	0,051	Não Significativo

Nota: HI, hipótese de investigação; *r*, coeficiente de correlação de *Pearson*.

Fonte: Elaboração própria.

Através da análise aos resultados apresentados na Tabela 7, é possível concluir que:

- 1) relativamente à HI₁, aplicou-se o teste não paramétrico de *Fisher*, onde se obteve um valor de prova de 0,817, não existindo evidências estatísticas suficientes para afirmar, a um nível de significância de 0,05, que existe uma associação entre as variáveis sexo e utilização de planeamento estratégico, não sendo possível validar a HI₁;
- 2) quanto à HI₂, e após se verificar o não cumprimento do pressuposto associado à aplicação do teste não paramétrico do Qui-quadrado da independência, recorreu-se à aplicação do teste não paramétrico de *Fisher* tendo-se obtido um valor de prova de 0,312, o que permite concluir que não existem evidências estatísticas, ao nível de significância de 0,05, para afirmar que a idade do decisor e a utilização de planeamento estratégico estão associadas, não sendo possível validar a HI₂;

- 3) no que diz respeito à HI₃, e após se verificar o não cumprimento do pressuposto associado à aplicação do teste não paramétrico do Qui-quadrado da independência, recorreu-se à aplicação do teste não paramétrico de *Fisher* tendo-se obtido um valor de prova de 0,057, não existindo evidências estatísticas, ao nível de significância de 0,05, para afirmar que existe uma associação entre as habilitações literárias e a utilização de planeamento estratégico, não sendo possível validar a HI₃;
- 4) no que se refere à HI₄, e após se verificar o não cumprimento do pressuposto associado à aplicação do teste não paramétrico do Qui-quadrado da independência, recorreu-se à aplicação do teste não paramétrico de *Fisher* tendo-se obtido um valor de prova de 0,049, o que permite concluir que existem evidências estatísticas, ao nível de significância de 0,05, para afirmar que a localização da empresa e a utilização de planeamento estratégico estão associadas, o que valida a HI₄.
- 5) à semelhança das hipóteses de investigação anteriores, na HI₅ não se verificou o cumprimento do pressuposto associado à aplicação do teste não paramétrico do Qui-quadrado da independência, pelo que se recorreu à aplicação do teste não paramétrico de *Fisher* tendo-se obtido um valor de prova de 1,000, não existindo evidências estatísticas, ao nível de significância de 0,05, para afirmar que o setor de atividade da empresa e a utilização de planeamento estratégico estão associados, não sendo possível validar a HI₅;
- 6) relativamente à HI₆, e tendo por base o Decreto-Lei n.º 372/2007 (2007) que caracteriza a dimensão da empresa segundo três critérios (número de colaboradores efetivos, volume de negócios anual, balanço total anual), dividiu-se a presente hipótese de investigação em três sub-hipóteses:
 - (i) quanto à HI_{6.1}, procedeu-se à aplicação do teste não paramétrico do Qui-quadrado da independência, após a verificação do cumprimento do pressuposto associado ao mesmo, tendo-se obtido um valor de prova de 0,269, o que permite concluir que não existem evidências estatísticas, ao nível de significância de 0,05, para afirmar que o número de colaboradores efetivos de uma empresa e a utilização de planeamento estratégico estão associados, não sendo possível validar a HI_{6.1};
 - (ii) para a HI_{6.2}, recorreu-se ao teste não paramétrico do Qui-quadrado da independência, após a verificação do cumprimento do pressuposto associado ao mesmo e obteve-se um valor de prova de 0,489, não existindo evidências estatísticas, ao nível de significância de 0,05, para afirmar que o volume de negócios anual da empresa está associado à utilização de planeamento estratégico, não sendo possível validar a HI_{6.2};
 - (iii) de modo a verificar a HI_{6.3}, utilizou-se novamente o teste não paramétrico do Qui-quadrado da independência, após a verificação do cumprimento do pressuposto associado ao mesmo e obteve-se um valor de prova de 0,028, o que permite concluir que existem evidências estatísticas, ao nível de significância de 0,05, para afirmar que o balanço total anual da empresa está associado à utilização de planeamento estratégico, validando a HI_{6.3}. Em síntese, não é possível validar a HI₆ pois só um terço das sub-hipóteses associadas à mesma foi validado, não cumprindo a necessidade mínima de dois terços;
- 7) de maneira a analisar a HI₇, e após se verificar o não cumprimento do pressuposto associado à aplicação do teste paramétrico *t-Student* para amostras independentes, recorreu-se à aplicação do teste não paramétrico de *Mann-Whitney*, tendo-se obtido um valor de prova de 0,623, o que permite concluir que não existem evidências estatísticas

suficientes para afirmar, ao nível de significância de 0,05, que a distribuição da variável desempenho da empresa no grupo de empresas que utiliza planeamento estratégico e no grupo de empresas que não utiliza planeamento estratégico não são idênticas, não sendo possível validar a HI₇;

- 8) relativamente à HI₈, procedeu-se à aplicação do teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*, após se verificar o não cumprimento do pressuposto associado à aplicação do teste paramétrico *One Way ANOVA*, e obteve-se um valor de prova de <0,001, podendo concluir-se que existem evidências estatísticas suficientes para afirmar, a um nível de significância de 0,05, que existem diferenças por criação de valor para os *stakeholders* da empresa relativamente à importância atribuída a um plano estratégico, validando-se a HI₈;
- 9) para a HI₉, recorreu-se à aplicação do teste paramétrico *One Way ANOVA*, mas dada a violação dos pressupostos associados ao mesmo, foi necessário recorrer ao teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*, através do qual se obteve um valor de prova 0,004, o que permite concluir que existem evidências estatísticas suficientes, ao nível de significância de 0,05, para afirmar que existem diferenças por aumento da quota de mercado da empresa relativamente à importância atribuída a um plano estratégico, validando a HI₉;
- 10) no que se refere à HI₁₀, utilizou-se, num primeiro momento, o teste paramétrico *One Way ANOVA*, porém, também não se verificou o cumprimento dos pressupostos inerentes ao mesmo, sendo necessário recorrer-se ao teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*, através do qual se obteve um valor de prova de <0,001, sendo possível concluir que existem evidências estatísticas, ao nível de significância de 0,05, para afirmar que existem diferenças por aumento do desempenho em relação ao desempenho da concorrência, relativamente à importância atribuída a um plano estratégico, o que permite validar a HI₁₀;
- 11) de maneira a corroborar a HI₁₁, recorreu-se à aplicação do coeficiente de correlação de *Pearson*, que obteve um valor de prova de 0,495 e um coeficiente de correlação de 0,064, não existindo evidências estatísticas suficientes para validar a HI₁₁;
- 12) quanto à última hipótese de investigação (HI₁₂), aplicou-se novamente o coeficiente de correlação de *Pearson*, tendo-se obtido um valor de prova de 0,051 e um coeficiente de correlação de 0,0181, o que não permite validar a HI₁₂.

5 Conclusões, limitações e futuras linhas de investigação

O presente estudo teve como principal objetivo perceber como um plano estratégico pode impactar a vida de uma organização, ou seja, pretendeu-se analisar a importância de um plano estratégico e perceber como este pode potenciar o sucesso de uma organização.

Os resultados obtidos permitiram concluir que 84,1% das empresas em estudo afirmaram utilizar planeamento estratégico, sendo que, apesar de os números de utilização das diferentes áreas terem sido muito elevados, não utilizam ao mesmo tempo todas as áreas inerentes a um plano estratégico, no entanto, utilizam algumas delas com muita frequência como, por exemplo, a área de recursos humanos que obteve uma % de casos de 86,2%. Além disto, foi possível concluir que os inquiridos atribuem uma média global de 4,32 pontos às etapas utilizadas na elaboração de um plano estratégico, o que corresponde à classificação “Muito importante” na escala de *Likert* utilizada.

No que se refere aos instrumentos estratégicos mais utilizados pelas empresas num plano estratégico, às motivações da sua utilização e à respetiva dificuldade, percebe-se que os inquiridos consideram que os instrumentos estratégicos mais utilizados são a análise SWOT e o *Brainstorming*, sendo que a principal motivação de utilização de instrumento estratégicos consiste em “tornar as

decisões mais racionais, objetivas e transparentes” e, em termos de dificuldade de utilização, o item considerado mais difícil foi a “resistência à mudança e dificuldade em motivar os trabalhadores”.

Adicionalmente, relativamente aos resultados obtidos quanto às hipóteses de investigação foi possível concluir pela existência de evidências estatísticas suficientes para afirmar que as empresas com um balanço total anual igual ou superior a 25.000.001€ utilizam mais o planeamento estratégico do que as empresas com um balanço igual inferior a 25.000.000€, que as áreas geográficas com densidade populacional superior a 250 pessoas por km² utilizam mais planeamento estratégico do que as empresas localizadas em unidades territoriais com densidade populacional até 250 pessoas por km², e que quando as empresas apresentam uma maior criação de valor para todos os *stakeholders* da empresa, um maior aumento da quota de mercado e um maior aumento de desempenho geral em relação ao desempenho da concorrência, atribuem maior importância a um plano estratégico. Além disto, apesar de não ter sido possível provar de forma estatística a existência de diferenças por utilização de planeamento estratégico relativamente ao desempenho das empresas em estudo, através da revisão de literatura e da opinião dos inquiridos conclui-se que existe relação entre a utilização de planeamento estratégico e o desempenho organizacional. Contudo, não existiram evidências estatísticas suficientes para afirmar que as características dos decisores (sexo, idade e habilitações literárias) influenciem a utilização de planeamento estratégico, bem como algumas características da empresa, nomeadamente o setor de atividade e a dimensão da mesma, o que não vai de encontro aos resultados obtidos pela literatura (*e.g.* (Karel *et al.*, 2013; Tassabehji & Isherwood, 2014; Veskaissi *et al.*, 2007).

Em síntese, apesar de não ter sido possível provar de forma estatística a existência de diferenças por utilização de planeamento estratégico relativamente ao desempenho das empresas em estudo, é possível perceber, através da literatura e da opinião dos inquiridos, que as empresas da Região Norte de Portugal dão muita importância à elaboração de um plano estratégico, bem como às diferentes etapas que o compõem, e acreditam que existe relação entre a utilização de planeamento estratégico e o desempenho organizacional, o que enaltece a relevância do mesmo para o sucesso do processo de tomada de decisão e, consequentemente, da gestão das organizações.

Este estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente o facto de a literatura disponível ser muito vasta, ter sido produzida há alguns anos e ser maioritariamente internacional, o que dificulta a sua seleção e a capacidade de síntese, torna a pesquisa por informação recente mais difícil e impede a discussão dos resultados na medida em que não existe um ponto de comparação nacional, respetivamente. Além disto, relativamente à parte prática, o facto de o tecido empresarial português ser constituído, de forma esmagadora, por micro e pequenas empresas, bem como a baixa taxa de resposta obtida e o consequente erro amostral elevado também surgem como limitações deste estudo.

Como sugestão de futuras linhas de investigação, de forma a superar algumas das limitações mencionadas, seria interessante replicar o presente estudo alargando-o, por exemplo, a Portugal Continental, aplicando um método de recolha de dados misto, de forma a tentar mitigar a baixa taxa de resposta. Outra sugestão consiste na aplicação do presente estudo a um setor de atividade específico. Por fim, seria de igual modo interessante a aplicação de um caso prático, através da utilização de planeamento estratégico numa empresa que anteriormente não o utilizasse, monitorizando e avaliando a sua evolução.

Agradecimento

Os autores agradecem à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, Portugal) pelo apoio financeiro à UNIAG (UIDB/04752/2020 e UIDP/04752/2020) através de fundos nacionais FCT/MCTES.

Referências

- Aygün, S., & Sezgin, O. (2021). The methods and tools used by managers in their strategic decision making processes. *Journal of Strategic and Social Researches*, 5(2), 281-293. <https://doi.org/10.30692/sisad.914978>
- Chiavenato, I. (2020). *Administração nos novos tempos: Os novos horizontes em administração* (4ª ed.). Editora Atlas.
- Decreto-Lei n.º 372/2007, 213 (I Série) Diário da República (Portugal) 8080 – 8084 (6 de novembro de 2007). <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/372/2007/11/06/p/dre/pt/html>

- Fernandes, J. (2011). *Importância da gestão estratégica nas empresas públicas: estudo de caso a Electra – Empresa Pública de Electricidade e Água* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/4123>
- Filho, E. (2005). *Balanced scorecard e a gestão estratégica: Uma abordagem prática* (3ª ed.). Elsevier Editora.
- Karel, S., Adam, P., & Radomír, P. (2013). Strategic planning and business performance of micro, small and medium-sized enterprises. *Journal of Competitiveness*, 5(4), 57-72. <https://doi.org/10.7441/joc.2013.04.04>
- Kotler, P., & Keller, K. (2012). *Administração de marketing* (14ª ed.). Pearson.
- Kraus, S., Hakala, H., & Kauranen, I. (2009). Strategic (human resource) planning and growth of young SMEs: Empirical evidence from Finland. *International Journal of Business Strategy*, 9(1), 1-12.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2017). *Fundamentos de metodologia científica* (8ª ed.). Editora Atlas.
- Oliveira, D. (2014). *Estratégia empresarial & vantagem competitiva: Como estabelecer, implementar e avaliar* (9ª ed.). Atlas.
- Panerare, S. (2018). *O planeamento estratégico como ferramenta de competitividade em empresas individuais: Um estudo de caso da Uniativo Soluções Corporativas e Educação Continuada* [Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/6833>
- Quibe, A. (2015). *Os instrumentos utilizados na elaboração de estratégias empresariais em Moçambique: O caso das empresas nacionais* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/11115>
- Tassabehji, R., & Isherwood, A. (2014). Management use of strategic tools for innovating during turbulent times. *Strategic Change*, 23(1-2), 63–80. <https://doi.org/10.1002/jsc.1960>
- Teixeira, S. (2013). *Gestão das organizações* (3ª ed.). Escolar Editora.
- Veskaisri, K., Chan, P., & Pollard, D. (2007, July 11-15). *Relationship between strategic planning and sme success: Empirical evidence from Thailand* [Conference session]. The 9th International DSI Conference/The 12th Asia-Pacific DSI Conference, Bangkok, Tailândia.

O denominado “portunhol” da fronteira uruguaio-brasileira, uma variedade linguística (quase) desconhecida em Portugal

The so-called “portunhol” of the Uruguayan-Brazilian border, a linguistic variety (almost) unknown in Portugal

Maria Carmen de Frias e Gouveia¹[0000-0002-3720-2824],
Silvia Pintos Carballo²[0009-0003-3948-3644]

mariacarmen.defriasegouveia@gmail.com, silpccarballo@gmail.com

¹ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / CELGA-ILTEC, Portugal

² Licenciada e Mestranda em Estudos Artísticos pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal

Resumo. Esta breve incursão pelo geralmente designado “portunhol” ou Português Uruguaio, denominação esta que reúne mais consenso nos últimos anos, foi suscitada pela leitura de uma colectânea de poemas do premiado escritor Fabián Severo, onde o mesmo reproduz traços da variedade linguística da sua região: Artigas. Depois de algumas considerações sobre a denominação dessa variedade, muito estudada já no Brasil e no Uruguai, mas parcamente conhecida em Portugal, apresentam-se os contextos geográfico e histórico-social, para seguidamente se dar relevo às características propriamente linguísticas da variedade retratada na mencionada colectânea. Os traços considerados para esse fim foram elencados nas seguintes áreas linguísticas, nomeadamente Fonética e Fonologia (e sua relação com a grafia), Morfossintaxe e Léxico. Tecem-se finalmente algumas observações e dá-se voz ao Autor, que tão bem conhece esta variedade, incontestavelmente de raiz portuguesa, com origem no contacto secular de línguas nessa região de fronteira.

Palavras-Chave: Português Uruguaio, “Portunhol”, Contacto de Línguas, Variedade linguística, Bilinguismo.

Abstract: This brief incursion into what is generally called “portunhol” or Uruguayan Portuguese, a term that has been more consensual in recent years, was prompted by the reading of a collection of poems by the award-winning writer Fabián Severo, in which he reproduces traces of the linguistic variety of his region: Artigas. After some considerations about the denomination of this variety, much studied in Brazil and Uruguay but little known in Portugal, the geographical and historical-social contexts are presented, to then highlight the properly linguistic characteristics of the variety portrayed in the above mentioned book. The features considered for this purpose were listed in the following linguistic areas: Phonetics and Phonology (in relation to spelling), Morphosyntax and Lexicon. Finally, some observations are made and the author is given a voice as someone who perfectly knows this variety, undeniably of Portuguese basis, with origins in the secular contact of languages in this border region.

Keywords: Uruguayan Portuguese, “Portunhol”, Language Contact, Linguistic variety, Bilingualism.

1 Introdução

Artigas teim una língua sin dueño... (p.18)

*No es noso u suelo que pisamo
neim a língua que falemo (p.12)*

Os versos em epígrafe, extraídos de *Noite nu Norte*, de Fabián Severo, parecem estar subjacentes a um sentimento ou consciência de que a língua falada nessa região de fronteira não é totalmente a língua do Estado (o espanhol) e sim uma língua “sem dono”, isto é, que pode ser partilhada. Na realidade, essa variedade mesclada de elementos das línguas oficiais dos dois lados da fronteira (espanhol do lado uruguaio e português do lado brasileiro) tem sido denominada pelas próprias populações como “portunhol” ou “portuñol”²⁸, embora esta constitua uma designação mais geral, que é utilizada num contexto mais alargado, por vezes até humorístico, para denominar qualquer mistura entre as línguas portuguesa e espanhola.

De facto, o Dicionário Priberam de Língua Portuguesa (<https://dicionario.priberam.org/portunhol>) e o recentemente disponibilizado Dicionário Online da Academia das Ciências de Lisboa (<https://dicionario.acad-ciencias.pt/pesquisa/?word=portunhol>) definem esse vocábulo como: «(portu[guês]+[espa]nhol). Nome masculino (Informal). Maneira de falar ou de escrever que mistura elementos vocabulares, fonéticos e sintáticos do português e do espanhol».

Por sua vez, a definição de “portuñol” dada pelo Dicionario da Real Academia Española (<https://dle.rae.es/portu%C3%B1ol?m=form>) é semelhante: «fusión de *portugués* y *español*», mas – ao contrário das definições dos dicionários portugueses – põe em relevo a base de onde deriva: «(...) Habla de **base portuguesa** que incorpora numerosos elementos léxicos, gramaticales y fonéticos del español.»²⁹.

Que variedade linguística encontramos, então, na fronteira uruguaio-brasileira?

Identificado e registado na década de 60 (por Rona 1963), o falar uruguaio do Norte, da região de fronteira com o Brasil – muitas vezes denominado “portunhol” – foi, até ao ano de 2003, data de publicação do trabalho de linguística variacionista de Ana Carvalho (2003), alvo de inúmeras designações³⁰, tendo acabado por se fixar – há exactamente duas décadas – a denominação mais consensual de Português Uruguaio, mas considerado como uma variedade do português brasileiro.

De facto, parece ser mais acertada esta última designação, pois, como explica Pacheco (2017, p. 17), «o portunhol não é língua, pois não é uma variedade falada como língua materna, mas apenas uma tentativa de comunicação temporária entre monolíngues» e, por outro lado, existe uma «diferenciação social e linguística entre portunhol e português uruguaio, uma vez que o primeiro seria uma comunicação momentânea, e o segundo a variedade linguística realmente falada como língua materna pelos uriguaio da fronteira».

Segundo Carvalho (2003), «do lado brasileiro, fala-se o português do Rio Grande do Sul e do lado uruguaio fala-se o espanhol e o português» e o Português Uruguaio «oscila num continuum entre o português culto urbano e o português não culto rural. Portanto, o português uruguaio não é uma língua diferente, tendo em vista que os dialetos falados na fronteira são variedades de português e de espanhol.»

A mesma Autora (Carvalho 2008) considera mesmo que o Português Uruguaio falado pelos bilingues uriguaio, nas zonas mais urbanas, se parece com o português brasileiro.

Trabalhos linguísticos posteriores mostraram que, segundo Pacheco (2017, p. 23), esse Português Uruguaio é caracterizado por fenómenos linguísticos do português rural e não do padrão brasileiro (porque mesmo o Português Uruguaio mais urbanizado ainda tem elementos do português rural) e também por empréstimos e *code-switching* da língua espanhola.

Conclui Pacheco (2017, p. 25): o «português uruguaio é o português falado como língua materna por uriguaio bilingues na zona fronteiriça. O português brasileiro da fronteira seria o português falado pelos brasileiros do lado do Brasil (...)»³¹.

²⁸ Consciência essa presente logo no subtítulo da primeira edição da colectânea que serviu de base para este trabalho: *Poemas em portuñol*.

²⁹ O destaque é da nossa responsabilidade.

³⁰ Nomeadamente dialecto misto, dialecto fronteiriço, interlíngua, dialectos portugueses do Uruguai, pré-pidgin, pidgin e, mais recentemente, portunhol, com clara alusão à “mistura” das duas línguas. Cf. Pacheco 2017.

³¹ Behares, 2010 (pp. 17-18) explica: «Nas áreas uriguaio, deparamo-nos com uma sociedade bilingue de falantes de espanhol como língua materna em conjunto com importantes grupos de falantes de português como língua materna. Ou seja: essas regiões uriguaio têm duas línguas: o espanhol, majoritário no Uruguai e considerado como a língua do Estado (ainda que não “língua oficial”), e o português (em sua variante uriguaio, chamado na bibliografia académica e nos documentos oficiais, atualmente, de “português do Uruguai”). A região fronteiriça brasileira, por sua vez, é falante de português, marcado com características às vezes chamadas “gaúchas” e outras “de fronteira”, que entre seus traços apresenta alguma influência do espanhol, principalmente no léxico ou na fonologia. O espanhol, embora língua conhecida e bastante presente nas interações sociais, sempre foi e continua a ser uma língua estrangeira.».

No entanto, o reconhecimento científico e linguístico do Português Uruguaio como língua materna desse país e o estabelecimento do ensino bilingue nas suas escolas só ocorre no início do século XXI (a partir de 2003)³².

2 Contextualização histórica, social e geográfica

É sabido que nos últimos anos do século de Quatrocentos, ainda antes de os Reinos de Espanha e Portugal ocuparem a América, as duas nações entraram em conflito relativamente aos territórios desse novo continente, o que levou à assinatura do Tratado de Tordesilhas em 7 de Junho de 1494, e mediante o qual se comprometiam a dividir entre si as terras «descobertas e por descobrir».

Seguiram-se diferentes guerras e negociações de demarcação de territórios entre as duas Coroas no sentido de defenderem os seus interesses na América do Sul. Nos séculos seguintes (XVI e XVII) os portugueses, que haviam começado a colonização do Brasil na década de trinta de Quinhentos, avançaram para o sul do país, chegando mesmo a estabelecer-se no sudoeste do Uruguai, onde foi fundada uma colónia (denominada Santo Sacramento) e foram colocadas – com intuítos expansionistas portugueses – várias guarnições militares. No século XVIII, foram (Marchesan & Ramos 2014, p. 179) assinados vários «tratados diplomáticos, modificando várias vezes o traçado dos limites entre terras portuguesas e espanholas». Atraídos pelas riquezas e boas condições para criação de gado, os portugueses chegaram a penetrar na fronteira uruguaia numa extensão de aproximadamente 300 quilómetros.

O século seguinte é, contudo, abalado por várias guerras nas zonas limítrofes, até à independência. Desde 1815 que o governo do então chamado Reino de Portugal, Brasil e Algarves estava a tentar anexar essa região (hoje uruguaia) ao Brasil. Isso veio a ocorrer em definitivo com a vitória portuguesa contra os uruguaios na Batalha de Tacuarembó em 1820. A região foi inclusivamente denominada pela Província Cisplatina do então – já desde 1822 – independente Império do Brasil. Foi posteriormente retomada pelos uruguaios em 1828, tendo-se tornado independente a República Oriental do Uruguai, cuja fronteira foi estabelecida nessa altura.

Contudo, grande parte do já território uruguaio ficou a pertencer a brasileiros, que detinham importante parcela desse país. Para estabelecimento de uma linha divisória, inteligentemente o governo uruguaio promove a construção de cidades uruguaias em frente das brasileiras existentes – as ditas “cidades gémeas” ou “irmãs” –, nomeadamente Cuareim (hoje Artigas)³³, em frente a Quaraí, Villa Artigas (Rio Branco) face a Jaguarão e Villa Ceballos (Rivera) a Sant’ana do Livramento, incentivando-se a colonização da fronteira com colonos uruguaios.

No final do século XIX (mais precisamente em 1880) apostou-se na criação de escolas e o ensino de Espanhol ganhou importância relativamente ao português, embora houvesse ainda, nesse século, um grande contingente português e brasileiro desse lado da fronteira. Talvez por isso também a presença da língua portuguesa permaneceu como língua materna para a maioria dos moradores de origem lusitana, gerando um contexto de línguas em contacto.

Nota Almeida (2016, pp. 177-178) que «Esse cenário gerou uma situação de diglossia, definida como o uso de duas línguas que se dá mediante uma distribuição de funções determinadas pela sociedade, sendo o espanhol a língua do Estado, utilizada como variante mais prestigiada nas atividades formais, e o português como variante desprestigiada, usada em atividades informais, entre familiares, amigos e pessoas que pertencem ao mesmo grupo social (...). De outra parte, em estudo de viés antropológico, Sánchez (2002, p.103) enfatiza o contato como fenómeno em si mesmo, que

³² Para os problemas levantados pelo ensino de Português como língua estrangeira do lado da fronteira uruguaia veja-se Marchesan & Ramos, 2014: 181: «Atualmente, a variante uruguaia é chamada na literatura académica e nos documentos oficiais de português do Uruguai (Behares 2010, p. 18) por influência dos estudos de Carvalho (1998, 2003), que utilizou o termo português uruguaio para definir que, no norte, há duas variantes de uma só língua: o português. Carvalho (2003, p. 128) entende que a dicotomia entre português (língua) e fronteiriço (dialeto) é mais social do que linguística e propõe uma definição que substitua tal dicotomia. A designação português uruguaio, apesar de ter nascido *in vitro* e de promover o apagamento da noção de mistura confere um status de língua à variante antes nomeada como dialeto. Pela primeira vez, os falares fronteiriços ganham prestígio e vitalidade a partir de uma denominação instauradora de um discurso político que os retira da situação hierarquicamente inferior às demais línguas da fronteira.». Note-se, contudo, que «a variante ensinada nas escolas é o português brasileiro padrão, distante da realidade de alunos e professores falantes de portunhol» Carvalho 2003, p. 181).

³³ A designação Cuareim (hoje Artigas) foi criada por uma Lei de 1852, mas em 12 de Setembro desse ano foi lavrada ata de fundação da nova cidade, rebaptizada como San Eugenio del Cuareim, possivelmente em homenagem ao falecido Gen. Eugenio Garzón. A decisão de mudança do nome foi tomada pelos vizinhos e Carlos Catalá (responsável pela fundação da cidade). Cf. <http://www.periodicas.edu.uy/o/ Nuestra tierra/pdfs/Los Departamentos 17.pdf>, p. 9.

distribui os usos das línguas independentemente da classe social ou nível de escolarização do sujeito».

Houve, aliás, no período da ditadura militar (1973-1984), uma forte intervenção do Estado Uruguaio para acabar com as diferenças linguísticas e com as línguas minoritárias e para promover a identidade nacional, que de certa forma acabou por reforçar a diglossia e o mencionado “desprestígio” pelo uso do português. Segundo Barrios e Pugliese (2005, cap. 4³⁴) existiu «una exacerbación de estos objetivos tradicionales, y son el lógico resultado de la ideología del momento histórico en que fueron implementadas: nacionalismo, xenofobia, patriotismo, exaltación de la autoridad, preservación de la moral y las buenas costumbres, tienen su correlato en acciones de defensa del español frente a la “amenaza” del portugués, y defensa de la pureza de la lengua española como patrimonio de la nacionalidad».

O mapa seguinte mostra precisamente as regiões de fronteira em apreço, a Norte do território do Uruguai:



Mapa 1: Uruguai e indicação das localidades de fronteira com o Brasil

Fonte: <https://mapasblog.blogspot.com/2016/07/mapas-do-uruguai.html>

De facto, a fronteira entre o Uruguai e o Brasil acaba por ser, mais do que um espaço geográfico, um símbolo identitário de uma cultura própria. Cultura essa que, se em tempos idos podia ter sido vista de modo menos positivo, sem o prestígio da língua espanhola, é hoje motivo de orgulho e “matéria prima” já imortalizada na própria literatura.

Em Portugal, estranhamente (uma vez que se trata de uma variedade de base portuguesa), só esporadicamente se têm feito referências (sempre pontuais e sem estudos científicos de suporte) à variedade em análise, ainda que se estimasse, em 2015, que centenas de milhar de uruguaios a falassem, como se pode ler num brevíssimo apontamento do Diário de Notícias de Agosto desse ano (<https://www.dn.pt/globo/centenas-de-milhares-de-uruguaios-tem-portugues-como-lingua-materna-4751661.html>).

Também Rui Tavares, em Abril de 2016, dá relevo a esta variedade, escrevendo – no artigo intitulado *Ai, Uruguai!* – que o “portunhol riverense”, também chamado de “fronteiriço”, é um dialeto de base portuguesa reconhecido pelo estado uruguaio. E a língua portuguesa é de ensino obrigatório nas escolas do país. (<https://www.publico.pt/2016/04/27/politica/opiniao/ai-uruguai-1730241>).

A terceira referência de que nos apercebemos foi uma notícia, por ocasião do Mundial de Futebol de 2018, publicada em Junho no Jornal de Notícias (e intitulada “No norte do Uruguai também se

³⁴ Sem indicação de página. Artigo online em: http://elies.rediris.es/elies23/barrios_pugliese_cap4.htm.

fala português” (<https://www.voltaaomundo.pt/2018/06/30/norte-uruguaio-tambem-se-fala-portugues/noticias/375549/>) e que parafraseia a de 2015.

São, infelizmente, poucos os falantes de Portugal que conhecem esta realidade linguística e, menos ainda, as suas características.

3 Algumas características do Português Uruguaio

Por tudo o que já tem sido referido, pelo teor das designações que esta variedade linguística tem conhecido nas últimas seis décadas, que aludem, na sua maioria, à ideia de “mistura”, é facilmente compreensível que, sendo variedade de contacto, nela se possam encontrar essencialmente elementos do português rural do Brasil e do espanhol.

No entanto, estudos recentes (Simioni 2019) que compararam algumas particularidades da gramática do Português Uruguaio com a do português brasileiro concluíram que os «dados apresentados evidenciam que a gramática do PU e a gramática do PB são distintas, ao menos no que diz respeito ao preenchimento do sujeito e do objeto pronominais. Em relação ao preenchimento de sujeito, o PU parece estar no meio do caminho entre o espanhol, língua de sujeito nulo, e o PB, que apresenta clara tendência não pro-drop. Ainda que os paradigmas flexionais de PU e espanhol uruguaio sejam muito semelhantes, apresentando apenas um sincretismo, entre 2ª e 3ª pessoas do plural, e que o PU apresente características compatíveis com línguas de sujeito nulo, as taxas de preenchimento pronominal dos sujeitos são consideravelmente mais elevadas no PU do que nessas línguas (p. 3609)»³⁵.

Mas, na realidade, nem sempre se identifica, em todos os casos, com o Portuñol de Artigas, que passamos, mais especificamente, a considerar agora, com base no livro que serviu de inspiração a este trabalho, para poder extrair as características linguísticas aí patentes.

3.1 O livro “Noite no Norte”, de Fabián Severo

Nascido em plena região fronteiriça, em Artigas, em 1981, o Autor é professor de literatura no ensino secundário e dinamizador de oficinas de escrita. Publicou vários livros, desde 2010, sendo a edição (a terceira) que aqui consideramos precisamente desse primeiro livro que recebeu um Prémio de Poesia em 2010 e uma Menção Honrosa nos Prémios Anuais de Literatura, em 2012, atribuídos pelo Ministério de Educação e Cultura do seu País.

Atente-se nos títulos das edições prévias da obra que seguidamente se considera: *Noite no Norte. Poemas em Portuñol* (2010), *Noite no Norte / Noche en el Norte. Poesia de Frontera* (2011). Há, nessa escolha de títulos, uma clara consciência de que se trata de uma variedade linguística à parte.

O livro organiza-se em 60 poemas, sem título, mas numerados (com os números escritos por extenso na mesma variedade linguística), e percorrem várias memórias de épocas anteriores – desde a infância, modo de vida, a situação de pobreza, família, vizinhos, amigos – até aos nossos dias.

Na conferência de apresentação do seu livro, em Fevereiro de 2012, referiu Severo:

Hay un río que riega dos países, puentes que llevan y traen, calles que hablan varias lenguas. Allí la sangre se mezcla, la lengua se entrelaza, la vida se multiplica.(...) La frontera soy yo que ni sé de dónde soy.

Vengo de la frontera de Uruguay con Brasil. Allí las palabras no necesitan visas ni respetan aduanas, hablamos portuñol, esa lengua que es un puente entre el español y el portugués, y que durante muchos años, algunos quisieron hacerlo un dialecto indigno hablado por pobres. Pero el portuñol es una lengua rebelde que no respeta geografías ni autoridades.

E explica (Severo 2012, p. 2) que [na fronteira] «las palabras adquieren nuevos significados, donde el lenguaje es espontáneo, libre, donde se puede innovar a cada instante, donde el aire arrastra riqueza fonética, donde oralidad y escritura se confunden, donde los neologismos están en cada esquina y en lugar de decir “íbamos”, podemos decir “nosotro iba” o “nos ía”. Donde los alambres no detienen a la musicalidad de las palabras.».

Refere-se o A. ao seguinte lugar:

³⁵ Um estudo relativamente detalhado, e apoiado com ligações e bibliografia, do Português Uruguaio da região Riverense pode ser encontrado em https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Portugu%C3%AAs_uruguaio&oldid=61870254.



Mapa 2 : Região de Artigas, que é referida ao longo do livro de Severo

Fonte: <http://www.mapasdeluruguay.cluruguayo.com/mapa-de-artigas.htm>

3.2 A variedade linguística presente no livro

Severo faz um importante registo gráfico da pronúncia da sua região de origem, o que levou Circe Maia, na contra-capá da obra, a mencionar mesmo que este livro «logra hacer visible – y audible – nuestra región fronteriza con Brasil (...)». Na realidade, não existindo uma gramática, um dicionário ou ortografia oficiais desta variedade, que é apenas oral, a obra tem o mérito de a registar e, assim, de a dar a conhecer a um público mais vasto.

Não é intenção deste trabalho apresentar um estudo exaustivo da linguagem presente na obra (que mereceria, sem dúvida, uma abordagem mais alargada, eventualmente a empreender no futuro), mas sim dar uma ideia geral dos traços principais do Português Uruguaio – designação mais consensual entre os estudiosos e que perfilhamos –, mas que, nas palavras do próprio Autor, é denominado, popularmente, *Portuñol* de Artigas³⁶.

Ao longo de todo o livro são frequentes as seguintes características, que confirmam o que foi referido anteriormente sobre a relação próxima com o português rural (e oral) do Brasil, assim como a hesitação (por vezes até hipercorreção) no uso de vocábulos espanhóis ou portugueses, numa mescla linguística identitária muito curiosa e interessante, que agrupamos de acordo com três principais áreas linguísticas:

3.2.1 Fonética/Fonologia (subjacente na Grafia dos poemas)

O facto de o Autor ter tido a preocupação de imortalizar na escrita os sons da variedade linguística que conscientemente reconhece como sua (o *Portuñol*, como a ele se referiu) permite-nos ter uma ideia bastante clara da pronúncia que as várias palavras têm na região de Artigas, algumas das quais se aproximam bastante das variedades rurais brasileiras.

Assim, para além da supressão (usual até em zonas urbanas do Brasil, em registos mais familiares ou coloquiais) do *-r* de infinitivo, e encontramos múltiplos exemplos dessa apócope ao longo de todos os poemas, ainda há o fechamento das vogais iniciais ou de sílaba inicial de *e* para *i* e de *o* para *u*, como é – neste último caso – normal na fonética do português europeu (e até mais do que no brasileiro, que é bastante conservador nesse campo do vocalismo átono):

a) Registaram-se, e com várias atestações em alguns dos casos, *iscrevé*, *isquecê*, *iscutá*, *variá*, *sabé*, *imprestá*, *durmi*, *cumé*, etc. Aparecem, esporadicamente, Infinitivos com *-r*, entremeados com as formas apocopadas: *entrar*, *bailar*, *jugar*, por exemplo.

b) Como se referiu, as vogais átonas médias sofrem um fechamento: atente-se nos exemplos supracitados *iscrevé*, *iscutá*, *quiria*, entre outros, para as vogais anteriores (e inclusivamente nos

³⁶ Como o próprio explica em <https://www.youtube.com/watch?v=rINk29JiAxE>.

numerais: *vinticuatro*, *vintioito* (como ocorre também, na oralidade, em português europeu), mas também com síncope de *-a*, como em *trintidóis*, *cuarentioito*, *sincuentioito*, a par de *cuarentaiséis...*) e *domingo*, *nu*, *cumé*, etc., no que diz respeito às posteriores.

É ainda quase sistemática a representação do grafema composto <ch> e de <j> e <x> do português por <y>: *peye*, *fejado*, *yeio*, *deiyá*, *festeyava*, *yegavan*, etc., sempre pronunciado como fricativa palatal surda [ʃ], mas “pechuga” (com africada palatal surda [tʃ], como em espanhol).

Não existe, na grafia, distinção entre a representação das sibilantes alveolares surda e sonora, que aparece regularmente com <s>: não apenas em *servia*, *solo*, *saía*, *siguen*, *pasando*, etc., mas ainda em *disia*, *tristesa*, *sincu*, *isquecer*, *fiserum*, *sedião*, *fase*, *esemplo*, entre inúmeros exemplos. Em todos os casos, mesmo em posição intervocálica, a pronúncia de <s> é [s], realização essa comum para a sibilante alveolar surda no espanhol da América do Sul e que o distingue do de Espanha.

A ditongação oral ou nasal muito presente na língua portuguesa (e não no espanhol no caso das nasais) também surge frequentes vezes na representação escrita: *treis* (pronúncia esta muito comum no português brasileiro, mesmo na norma), *trein*, *ninguêim*, *seim*, *neim*, *onteim*, etc., e também *dois* (cf. esp. *dos*). Por outro lado, a forma verbal com ditongação (gráfica em português, *vou*; espanhol, *voy*) aparece nos poemas como *Vo*.

A transformação usual na linguagem rural brasileira que altera a lateral palatal (representada em português por <lh>) para a semivogal anterior é também característica recorrente nos poemas: *oiando*, *trabaio*, *us fio*, *meu fio*, *oios claro*, *oiava*, entre vários outros. Em todos esses casos <i> é realizado como uma semivogal anterior [j].

Diferentemente do espanhol (e representando o mesmo fonema que em português com articulação labiodental, ou mais raramente, levemente bilabial), aparecem inúmeros casos de palavras grafadas com <v> e que têm, em espanhol, grafia com : por exemplo no Pretérito Imperfeito do Indicativo de IR ou de verbos da conjugação em *-ar*: *yo iva*, *lo que me gustava*, *ayudava*, etc., ou formas do Presente do Indicativo, como *iscrevo*. De facto, o <v> pronuncia-se em Artigas como uma fricativa labiodental sonora [v], muito próxima da norma do português³⁷.

A prótese de *a-*, por exemplo em *alembirá*, pode ser também marca da oralidade de variedades rurais, como acontece em usos menos cultos do Português europeu (“Assenta-te!”, por ‘senta-te’ ou ‘amanda’ por ‘manda’, “arrebentar”, por ‘rebentar’, etc.).

Verifica-se igualmente a elisão da vogal em *para* (*pra*), frequente também na variedade urbana e culta do português do Brasil.

Por último, como é corrente no Brasil, a vogal <e> final também se regista com *-i*, como no título do poema *Tresi*, por exemplo.

3.2.2 Morfossintaxe

Entre os traços da morfossintaxe (e para além da anteposição dos pronomes, como é usual em espanhol e em português brasileiro, de que é exemplo *Yo me lembro*, *teve quir se operá in Montevideu*, etc., e de traços característicos da norma espanhola, como *cuidarla*, *tenerla*, por exemplo), é recorrente a supressão da marca final de plural *-s* em nomes e adjetivos (e formas verbais, como veremos adiante), plural esse que só está marcado nos determinantes ou pronomes: *nas terra*, *as tarde*, *nus mapa*, *seus programa*, *seus santo*, *sinco ano*, *los inseto*, *vasés nou entra*, *los visiño*, *meia dusia de ovo*, *teus irmaum*, *us dia*, *los guri*, *us braso*, *tres vistido*, entre inúmeros outros exemplos, e até no verso que assinala uma nova parte no livro: «*Teño las palabras / faltan las imajen*» (p. 67).

Essa mesma marca *-s* está ausente da conjugação verbal da 1ª pessoa do plural, nos diversos tempos e modos, como ilustram *falemo*, *pisamo*, *semo*, *fasemo*, *fiquemo*, *iscutemo*, *aprendemo*, *cumemo*, *resemo*, *nos botemo*, etc., marca característica comum às variedades rurais brasileiras e, por vezes, também audível, ainda que raramente, na linguagem não culta de Portugal.

Também está muito representada a anulação dos morfemas de número e pessoa verbal, marca característica comum às variedades rurais brasileiras: *nos se deitava*, *nos saía brincá*, *nos istava*, *nos ficava*, etc. No português brasileiro, em registos mais familiares, não é raro (até em falantes cultos) empregar o pronome de segunda pessoa (tu) com a forma verbal da terceira (*tu vai*, *tu disse*,

³⁷ Encontra-se uma leitura de um poema de Severo, extraído da colectânea em apreço na seguinte ligação: <https://www.youtube.com/watch?v=Viv0jWnGjPE>

tu viu, etc.), o que não ocorre em português europeu. Veja-se ainda o exemplo *vasés nou entra* em lugar do gramatical “você não entram”.

A preposição *a* contraída com o artigo definido masculino (artigo esse que na norma do espanhol é *el* – e, portanto, esperar-se-ia *al*) atesta-se, tal como em português, com o resultado *ao* nos poemas.

Também o uso, popular no Brasil e agramatical em Portugal, de *ele/ela* em vez do pronome de complemento directo *o/a*, se encontra nesta região de fronteira: *arrinconó ele contra la puerta*, por exemplo.

3.2.3 Léxico

No âmbito do vocabulário, e logicamente, a par de várias palavras do espanhol (ainda que por vezes com grafia divergente), há situações em que se nota a “hesitação” entre a forma espanhola e a forma local, mais próxima da língua portuguesa: *muchas / muitas; mi madre / minha mãe* (cf. Trintiséis, p. 62), *irmão* (cf. esp. *hermano*)/ *irmaum*, etc.

Encontra-se vocabulário (ainda que com grafia representando a pronúncia local) da língua portuguesa, como *cuñeso, teño, sidade, mañá; vergoña, mas, maun, acridito, videocasechi* (cf., neste último exemplo, a pronúncia brasileira, igualmente com africada palatal surda final), *noum, muinto, fiserum, tein. ingrasado, esse sorriso, sein*, entre inúmeros outros casos, não sendo raras palavras que (embora *botar* se ouça em Portugal) são muito mais comumente usadas ou até mesmo características do português brasileiro, como *bobada, gurí, fofoca*, etc.

4 Observações finais. Tem a palavra o Poeta

*Todos nos semo da frontera
como eses pávaro
avuando de la pra qui
cantando um idioma
que todos intende.*

*Vimos da frontera
vamo pra frontera
como us avó y nosos fio
cumendo el pan que u diabo amasó
sofrendo neste fin de mundo.*

*Nos semo a frontera
mas que cualquier rio
i más
mucho más
que cualquier puente.*

(Sesenta, p. 114)

Parece, assim (Sturza 2019, p. 113), que «A fronteira é que faz o Portunhol existir. Talvez, por essa razão, ele também não ocorra somente em fronteiras geopolíticas delimitadas (...) [P]odemos diferenciar a situação da seguinte maneira: o *Portunhol Salvaje* remete ao cenário de uma fronteira geopolítica, mas também está na base da criação de uma fronteira estética. O *Portunhol-Interlíngua*, por outro lado, estabelece uma fronteira entre falar bem e falar mal o português e/ou o espanhol, a fronteira da medida da proficiência. Por outro lado, o *Portunhol Uruguai* é uma língua étnica, língua de herança de muitas famílias de origem luso-brasileira na região norte do Uruguai, por isso um patrimônio linguístico e cultural. Em outras fronteiras, o *Portunhol Língua de Interação Comunicativa* funciona na dinâmica das relações cotidianas, informais, de aspecto pragmático e dispersa-se em distintas zonas limítrofes, inclusive nas que não são geopolíticas, de uma comunidade imaginada».

Explica Severo (2012, p. 2): «En un lugar donde uno no sabe dónde está, porque por la mañana fue a comprar azúcar y arroz en Brasil, y por la tarde hizo un arroz con leche en Uruguay, y el sabor es de aquí y de allá, es natural que la poesía también sea doble o múltiple, y uno utilice palabras en

español, portugués o en portuñol según la necesidad poética, porque uno puede echar de menos el patio de la infancia o sentir “saudade” que es extrañar pero con música». Não admira, assim, a “confissão” que o A. faz no poema *Tresi* (p. 22):

*Antes,
eu quíria ser uruguaio
agora
quiero ser daqui*

Esta variedade linguística da região fronteira de Artigas possui – até pelo forte sentimento de “pertença” dos habitantes locais, tão visível no verso supracitado – um considerável interesse inclusivamente a nível cultural e sociolinguístico. Com efeito, ainda que conhecida pelos seus falantes como “portuñol” (como o próprio nome indica, variedade híbrida, criada pelo contacto de fronteira com o Brasil), e com a designação mais consensual de Português Uruguaio entre os estudiosos, continua a ser a língua materna (e motivo de orgulho) para a maioria dos falantes dessa região, em concorrência com o espanhol (língua do Estado, do ensino oficial, etc.), com o qual vive, como já foi referido anteriormente neste trabalho, numa verdadeira situação de diglossia.

A colectânea analisada, constituindo um meio de divulgação dessa variedade linguística local, dada a já mencionada falta de outros documentos escritos que a registem, afigurou-se-nos como um meio útil de a dar a conhecer melhor também em Portugal.

Referências

- Almeida, L. O. (2016). O Uruguai lusófono: português portunhol? In *Cadernos De Pós-Graduação Em Letras*, 16 (1), 173-190.
- Barrios, G. y L. Pugliese (2005). Política lingüística en el Uruguay: las campañas de defensa de la lengua. In *O plurilingüismo no contexto educacional. Anais do III Forum Internacional de Ensino de Línguas Estrangeiras* (http://elies.rediris.es/elies23/barrios_pugliese.htm).
- Behares, L. E. (2010). Apresentação Educação fronteira Brasil / Uruguai, línguas e sujeitos. In *Pro-Posições*, Campinas, v. 21, n. 3 (63), 17-24.
- Carvalho, A. M. (2003). Rumo a uma definição do português uruguaio. In *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana (RILI)*. Madri: Vervuert, v. 1, n. 2, 2003., 125-149.
- Carvalho, A. M. (2008). ‘Eu gosto do jeito da Globo falar português’: Palatalização e urbanização do português uruguaio. In Espiga, J. & Elizaincín, A. (Orgs.) *Español y portugués: um (velho) Novo Mundo de fronteiras e contatos*. Pelotas - RS: Educat. [Tradução do original em inglês de 2004: I speak like the guys on TV: Palatalization and the urbanization of Uruguayan Portuguese. *Language Variation and Change*, n. 16, 127-151].
- Marchesan, M. T. N. & Ramos, A. G. (2014). Língua, fronteira e o ensino do Português como língua estrangeira. In *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 11, n. 2, 178-187.
- Pacheco, C. S. (2017). Como definir o falar da fronteira Brasil - Uruguai? In *Revista (Con)textos Linguísticos (Modelos Baseados em Usos)*, vol. 11, nº 9, 2017, 1-27.
- Sánchez, A. Q. (2002). *A fronteira ‘inevitável’. Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma visão antropológica*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Severo, F. (2012). Poesía de frontera. Qué palabra es de dónde en la geografía de la Poesía. Ponencia presentada en el Encuentro de Jóvenes Escritores de América Latina y el Caribe en la Feria Internacional del Libro (La Habana, Cuba).
- Severo, F. (2017). *Noite Nu Norte, Versión anoitesida*. Montevideo, Kapparazón Ediciones.
- Simioni, L. (2019). A realização de sujeitos e objetos pronominais no português uruguaio. In *Forum linguístico*. Florianópolis, v.16, n.1, 3601 – 3611.
- Sturza, E. (2019). Portunhol: língua, história e política. In *Gragoatá*, Niterói, v. 24, n. 48, 95-116.

Bibliografia útil para o aprofundamento do tema

- Albuquerque, J. L. (2014). As Fronteiras do Portunhol Salvaje. In *Revista TB*: Rio de Janeiro, 196: 89-108.
- Amaral, T. R. (2008). *Una comunidad de habla, dos comunidades de lengua: la alternancia de códigos como signo de identidad en la frontera brasileño-uruguaya*. Tese de Doutorado em Lengua Española y Lingüística General, Universidad Autonoma de Madrid, Espanha.
- Barrios, G. (2014). La denominación de variedades lingüísticas en situaciones de contacto: dialecto fronterizo. DPU, portugués uruguayo, portugués fronterizo o portunhol:. In Hipperdeinger, I. (comp), *Lenguas, Conceptos y Contatos*. Bahia Blanca: Ed. UNS, 77-105.
- Bertolotti, V. & Coll, M. (2014). *Retrato lingüístico del Uruguay. Un enfoque historico sobre las lenguas en la lenguas en la región*. Ed. Facultad de Información y Comunicación, Universidad de la República - Ucur, Montevideo.
- Bottaro, S..E.G. (2009). *O sujeito pronominal no português uruguiaio da região fronteira Brasil-Uruguaí*. Tese de Doutorado em Letras. Universidade de São Paulo, Brasil.
- Carvalho, A. M. (2010). Contribuições da Sociolinguística ao ensino do português em comunidades bilingues do norte do Uruguai. *Revista Pro-Posições*, Campinas. v.21, n.3 (63), 45-66.
- Carvalho, A. M. (2006). Políticas lingüísticas de séculos passados nos dias de hoje: O dilema sobre a educação bilingüe no norte do Uruguai. In *Language Problems & Language Planning*, 30 (2), 149-171.
- Carvalho, A. M. (1998). *The social distribution of Uruguayan Portuguese in a bilingual border town*. Tese de Doutorado. Berkeley: University California, Estados Unidos da América.
- Catonio, A. C. D. R. (2018). *Palabras Tortas: o portunhol literário de Fabián Severo e Douglas Diegues*. Tese de Doutorado. Assis, UNESP.
- Couto, H. H. (2009). *Contato português-espanhol na fronteira Brasil-Uruguaí*. São Paulo: Contexto.
- Crinò, C. (2016). O portunhol/portuñol na poesia de Fabián Severo. In *Interfaces*, 24, 1, 35-53.
- Douglas, K. L. (2004). *Uruguayan portuguese in Artigas: tri-dimensionality of transitional local varieties in contact with Spanish and Portuguese standards*. Tese de Doutorado em Linguística, University of Wisconsin-Madison, Estados Unidos da América.
- Elizaincín, A., Behares, L.E. & Barrios, G. (1987). *Nos falemo brasileiro. Dialectos portugueses en el Uruguay*. Montevideo, Amesur.
- Hickey, R. (2010). *The handbook of language contact*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Kersch, D. (2006). Aspectos identitários e de atitudes dos falantes bilíngues da região da fronteira do Uruguai com o Brasil – os dados do ADDU. In *Anais do Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul*, 7, Pelotas, RS.
- Lipski, J M. (2006). Too Close for Comfort? The Genesis of “Portuñol/ Portunhol”. In Face, T. L. & Klee, C. A. (Orgs.) *Selected Proceedings of the 8th Hispanic Linguistics Symposium Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project*, 1-22.
- Matras, Y. (2009). *Language contact*. Cambridge, Cambridge Univ. Press.
- Meirelles, V. (2006). *Aspectos fonológicos do contato entre o português e o espanhol na cidade de Sant’ana do Livramento-Rivera*. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Brasília.
- Meirelles, V. (2011). *Elementos de fonética do português falado no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em Linguística, Universidade de Brasília, Brasil.
- Rona, J. P. (1965). *El Dialecto Fronterizo del Norte del Uruguay*. Montevideu, Librería Adolfo Linardi.
- Rona, J. P. (1963). *La frontera lingüística entre el portugués y el español en el norte del Uruguay*. In *Veritas*, v. 8, n. 2, 201-221.
- Sturza, E. (2004). Fronteiras e Práticas Linguísticas: um olhar sobre o Portunhol. In *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*. RILI, volume I (3) Madrid: editorial Vervuert. 151-160.
- Sturza, E. R. (2005). Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. In *Ciência e cultura*, São Paulo, vol. 57, n. 2, São Paulo.
- Sturza, E. (2006). *Línguas de Fronteira e Política de línguas: uma história das Ideias Linguísticas*. Tese de Doutorado em Linguística, IEL/UNICAMP. Campinas, Brasil

- Tarone, E. (1983). On the variability of interlanguage systems. In *Applied Linguistics*, vol. 4, n. 2, 142-164.
- Waltermire, M. (2006). *Social and Linguistic Correlates of Spanish-Portuguese Bilingualism on the Uruguayan Brazilian Border*. The University of New México, Albuquerque, New Mexico.
- Waltermire, M. (2012). The differential use of Spanish and Portuguese along the Uruguayan–Brazilian border. In *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, v. 15, n.5, 509- 531.
- Weinreich, U. (1953). *Languages in contact*. Haia: Mouton.
- Winford, D. (2003). *An introduction to contact linguistics*. Oxford: Blackwell.

Falar para aprender: ditado cooperativo e aprendizagem da ortografia

Talk to learn: cooperative dictation and orthography learning

Ana Rita Brito Chedas de Sampaio¹; Otília Sousa^{1,2}[0000-0001-7755-2418]

anaritabrito1993@outlook.pt; otilias@eselx.ipl.pt

¹Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa

²UIDEF, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Resumo: A competência ortográfica diz respeito à mobilização de conhecimento ortográfico para uma escrita com correção. A correção ortográfica é tida como um preditor de qualidade da escrita. Existem diversas estratégias promotoras do desenvolvimento da competência ortográfica. Neste trabalho apresenta-se uma abordagem interacionista do ditado visando aprendizagem cooperativa. O objetivo deste estudo, que decorreu da investigação levada a cabo no contexto da Prática de Ensino Supervisionada II, é aferir os tipos de conhecimentos linguísticos mobilizados pelos alunos do 2.º ano de escolaridade aquando da resolução de desafios ortográficos no âmbito de ditados cooperativos. Recorreu-se a uma metodologia qualitativa, tendo sido analisadas as interações entre os pares. Estas foram gravadas com recurso a gravadores de áudio, foram transcritas e categorizadas. Os resultados deste estudo sugerem que os alunos mobilizam diversos tipos de conhecimento linguístico para decidirem sobre a escrita dos itens ditados: conhecimento fonológico e prosódico, ortográfico, morfossintático ou recorrem à memória visual da palavra ou a analogias com outras palavras que conhecem. Assim, o ditado cooperativo poderá ser uma estratégia facilitadora da discussão e aprendizagem entre pares visando o conhecimento de regularidades de escrita.

Palavras-chave: ditado cooperativo, aprendizagem colaborativa, ortografia

Abstract: Spelling is the conventionalized, correct way of writing words. Herein spelling, considered a predictor of writing quality, is focused. There are several strategies that promote the development of spelling skills, among which stand out dictations based on interactionist approaches and cooperative learning. The objective of this study, which resulted from the investigation carried out in the context of Supervised Teaching Practice II, is to analyse the types of knowledge mobilized by 2nd graders when solving spelling challenges during cooperative dictations. A qualitative methodology was used: peer interactions were audio recorded and later transcribed and analyzed. Findings indicate that students mobilized different types of knowledge to decide on the spelling of dictated items, such as, for example, phonological and prosodic, orthographic, morphosyntactic knowledge, and also stored mental representations of written words. Thus, cooperative dictation can be a suitable strategy for building spelling learning, facilitating discussion between peers.

Key-words: cooperative dictation, collaborative learning, spelling

1 Introdução

A escrita é considerada a mais complexa das atividades de linguagem e literacia. Por isso, aprender a escrever é um processo longo, oneroso, exigindo ensino e treino. Aprender a escrever supõe desenvolver habilidades de diversa natureza: pensar, organizar tópicos, apresentá-los de acordo com contextos e públicos, organizá-los de acordo com princípios culturais, e ainda inscrevê-lo sobre um suporte adequado— dominar a técnica de um teclado ou conhecer e saber desenhar letras, registar palavras, organizar frases, usar diacríticos e pontuação, organizar e marcar parágrafos, etc.

Neste artigo, centramos a nossa atenção no registo de palavras, mais precisamente, na escrita de palavras, *spelling*, em inglês. A escrita correta de palavras tem um papel importante na aquisição da literacia (Apel, 2011). A escrita de palavras é influenciada pelas competências linguísticas do indivíduo, tais como a competência fonémica, prosódica, morfossintática, entre outras, mas também por fatores socioculturais (Vale e Sousa, 2017). De acordo com Querido (2015), conseguimos aceder à palavra pela via fonológica, analisando os sons que a constituem ou pela via lexical, acedendo à memória visual específica da mesma. Como tal, quem conhece uma palavra, quem já teve contacto com a sua forma escrita e com o seu significado, poderá conseguir escrevê-la de forma expedita, respeitando a norma ortográfica.

O ensino e a aprendizagem, em geral, supõem o uso de abordagens que incidam sobre modelagem, mobilização de conhecimentos prévios, reflexão, cooperação (Goldman e Pellegrino, 2015). Estes princípios concorrem para tornar as aprendizagens dos alunos significativas (Ausubel, 2003).

2 Escrever com correção

A aprendizagem da escrita é de natureza desenvolvimental (Girolami-Boulinier e Pinto, 1994; Cardoso-Martins e Gonçalves, 2017; Vale e Sousa, 2017), revelando as crianças desde cedo que são capazes de extrair conhecimento implícito do sistema de escrita a que são expostas (Pollo et al., 2015; Sucena, 2017; Teberosky et al., 2020). A escrita com correção mobiliza conhecimentos de diversa ordem (Apel, 2011), entre outros, salienta-se o conhecimento linguístico de base fonológica, lexical, morfossintática, semântica – e o conhecimento ortográfico (Vale & Sousa, 2022).

De acordo com os documentos curriculares em vigor, no final do 4.º ano de escolaridade é expectável que os alunos estejam capacitados para mobilizar a competência da escrita de acordo com as diversas intencionalidades comunicativas, dominando a dimensão textual, e também aplicando corretamente as regras de ortografia apropriadas para o final do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) (Direção Geral da Educação, 2018).

A ortografia diz respeito ao conjunto de normas que rege a utilização dos sinais gráficos de uma língua (Bergstrom & Reis, 2007; Horta & Martins, 2004; Nadeau, Costa & Sousa, 2015; Vale & Sousa, 2017). De acordo com Apel (2011), é a partir da informação armazenada, o conhecimento ortográfico, que o indivíduo é capaz de transformar linguagem oral em escrita, de acordo com a norma da língua. Segundo Apel (2011) o conhecimento ortográfico abrange realidades e processos bastante diferenciados desde as representações

mentais de palavras escritas (MGR em inglês) – representações armazenadas em memória da escrita de palavras ou pedaços de palavras (como *próxima* ou- *ção*), passando pelo conhecimento de padrões ortográficos que regem o modo como a fala deve ser representada no oral. Assim, as primeiras dizem respeito à memória de palavras específicas, enquanto os padrões ortográficos incluem, segundo o autor, o modo como as letras devem representar os sons (princípio alfabético), como se representam sons que vão para além da relação unívoca (ex. dos dígrafos), o modo como as letras se podem ou não combinar (ex. *gr*, mas não *gm*, em português), restrições posicionais e contextuais (ex. *-mp*, não *np*; *mel*, mas não *met*), este último que diz respeito a contextos ilegais e costuma ser designado como regras ortotáticas (Apel, 2011, p. 593, Vale e Sousa, 2022).

O ensino da escrita de palavras deve ter em conta as características da língua a ensinar e, sobretudo, tem que se conhecer padrões de escrita que podem ir do uso de grafemas, de dígrafos, de morfemas ou palavra base e depender de conhecimento contextual, morfossintático, lexical, etc.. No caso do português, há desafios que se observam ao longo da escolaridade e padrões de escrita que vão estabilizando mais ou menos precocemente (Mesquita et al. 2020; Vale e Perpétua, 2020; Vale e Sousa, 2017; Vale e Sousa, 2022) e alguns que podem demorar (ver *contarmos/contar-mos*, Vale e Sousa, 2017) ou a acentuação gráfica (Castelo e Sousa 2017). Neste estudo, focam-se dois casos de escrita que convocam conhecimento prosódico, pois a escrita depende da proeminência da sílaba (ex. *peru* e *pero* e *deram* e *darão*) e uma regra contextual: marcação de vogal nasal, historicamente motivada (*m* antes de *p* e de *b*).

A escrita com correção ortográfica valoriza, claramente, o produto final que chega ao leitor, já uma escrita sem correção ortográfica dificulta a compreensão do texto (Barbeiro, 2007; Graves, 1983). Todavia, note-se que a competência ortográfica pode ainda não estar estabilizada no ensino superior (Castelo & Sousa, 2017), daí a necessidade de um ensino explícito neste domínio, a iniciar, formalmente, no 1.º CEB.

Tal como referido, de acordo com os documentos curriculares em vigor, no final do 4.º ano de escolaridade é expectável que os alunos estejam capacitados para mobilizar a competência da escrita de acordo com as diversas intencionalidades comunicativas, dominando a dimensão textual, e também aplicando corretamente as regras de ortografia apropriadas para o final do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) (Direção Geral da Educação, 2018).

É consensual que o processo inerente à escrita ou à leitura é de extrema complexidade (Cardoso-Martins e Gonçalves, 2017; Gabriel, 2022; Maluf, 2022; Naschold et al. 2019; Scliar-Cabral, 2022;), envolvendo diversas competências tais como a gráfica, a ortográfica e a compositiva (Baptista et al., 2011; Sousa, 2015). O trabalho sobre as duas primeiras competências, no 1.º CEB, tem como intuito a automatização dos processos mais mecânicos e convencionais da escrita (Berninger, 1996), no sentido de o aprendiz libertar a memória de trabalho para a dimensão compositiva da escrita. Porém, como esta automatização nunca é completa, há que preparar a criança para, por exemplo, em momento de revisão textual, conseguir realizar um processamento consciente quando lhe surge algum desafio (Barbeiro, 2007).

Neste sentido, o domínio da ortografia será fundamental para que a criança foque a sua atenção em aspetos como o conteúdo e aspetos fundamentais da textualização. De facto,

quando a criança apresenta fragilidades na ortografia, a sua atenção está focada neste aspeto e não tanto na dimensão compositiva textual.

Importa estudar como as crianças aprendem a escrever palavras, dado que esse estudo possibilita compreender modos de aprendizagem e vislumbrar modos de desenvolver situações de ensino e aprendizagem da ortografia. Estas irão contribuir para a capacitação dos alunos na proficiência na escrita de forma holística.

2.1 Tipologia de erros

São várias as tipologias de erros propostas para o português (ver Vale e Sousa, 2022). Neste trabalho, optou-se pela proposta de categorização apresentada em Vale e Sousa (2022). As autoras partem do conhecimento suposto em determinada grafia e propõem categorias de erros de base fonológica, de base ortográfica, de base lexical, de acentuação, de maiúscula minúscula e para dar conta de palavras com mais do que um erro ou de cuja escrita não se consegue destringir qual a base de conhecimento não observada, apresentam as categorias erros complexos e outros, respetivamente. Abaixo apresentam-se as categorias e respetivas subcategorias:

(i) Erros de base fonológica: derivam de dificuldades de processamento ao nível das representações fonológicas e das relações fonema-grafema. Nestes casos, a fonologia da palavra não é preservada. Os erros fonológicos são subdivididos em quatro subcategorias:

- a. Substituição de fonemas (p.e. <chama> → <jama>).
- b. Omissão de fonemas (p.e. <broca> → <boca>).
- c. Inserção de fonemas (p.e. <tonta> → <tounta>).
- d. Transposição de fonemas (p.e. <gorgulho> → <grogulho>).

(ii) Erros de base ortográfica: surgem devido a dificuldades na seleção de grafemas competidores. A fonologia é preservada, mas a forma escrita da palavra viola a norma ortográfica. Estes ainda são subdivididos em seis subcategorias:

- a. Substituição de fonemas: faz-se apenas uso do princípio alfabético (p.e. <táxi> → <tácsi>).
- b. Regularização: seleciona-se o grafema que, no dado contexto, é o mais frequente (p.e. <cinto> → <sinto>).
- c. Regra contextual: seleciona-se um grafema que viola uma regra contextual (p.e. <menta> → <memta>).
- d. Prosódico: ocorre face a dificuldades em mobilizar a informação prosódica (p.e. <estão> → <estam>).
- e. Grafotático: empregam-se grafemas interditos em determinado contexto (p.e. <sapato> → <ssapato>).
- f. Morfossintático: acontece quando há dificuldades ao nível do conhecimento morfológico e sintático - (p.e. <comesse> → <come-sse>).

(iii) Erros de base lexical: derivam de problemas ao nível da identificação da cadeia falada e da palavra como unidade gráfica (p.e. <subitamente> → <subita mente>).

(iv) Erros de acentuação gráfica: acontecem quando há a omissão, troca ou adição incorreta de acentos gráficos (p.e. <há> → <hà>).

(v) Erros complexos: decorrem de diversas categorias de erro numa mesma palavra (p.e. <Teresa> → <Treza>).

(vi) Maiúsculas/minúsculas: derivam de erros na utilização de maiúsculas e minúsculas (p.e. <paulo> → <Paulo>).

- (vii) Outros: são erros que não se enquadram nas outras categorias.

Ora, qual o interesse desta categorização? A nível pedagógico-didático, a observação e análise de erros levada a cabo pelo professor pode ser preponderante para que o mesmo compreenda que tipos de conhecimento linguístico o aluno não domina de modo a delinear um plano de ação com vista a trabalhar focadamente o conhecimento em falta, quer se trate de conhecimento dos sons, veja-se o caso dos pares mínimos, quer de regularidades morfosintáticas, por exemplo questões de palavra base, de sufixos, ou de categorias gramaticais (verbo/adjetivo).

Esta questão sobre a importância da escrita com correção foi também colocada aos participantes do estudo. Assim, em reflexão conjunta, em relação à importância da escrita ortográfica, estes alunos do 2.º ano partilharam: “devemos escrever bem para conseguirmos ir para a universidade” ou “para nos entendermos” ou ainda “para conseguirmos ler bem”.

3 O ensino e aprendizagem da ortografia no 1.º CEB

Em termos de escrita, no final do 1.º CEB, a criança deve ser capaz de realizar uma produção de textos “correta e adequada” (AE, 4.ºano, p.2). Assim,

“No domínio da escrita, é esperado que, no final do 1.º ciclo, os alunos tenham atingido o domínio de técnicas básicas para a escrita de textos com vista a uma diversidade de objetivos comunicativos (contar histórias, fazer relatos de experiências pessoais, elaborar respostas a perguntas em contexto escolar, escrever cartas/e-mails a amigos e familiares, formular uma opinião), o que implica o desenvolvimento de competências específicas (compor um texto com uma organização discursiva adequada, diversidade vocabular; cumprir as normas, como a ortográfica, e adequar os sinais específicos de representação escrita da língua).” (AE, 4.ºano, p.3)

Note-se ainda que é suposto que a criança possua:

– competência da escrita que inclua saber escrever de modo legível e saber usar a escrita para redigir textos curtos ao serviço de intencionalidades comunicativas como narrar, informar, explicar, defender uma opinião pessoal com a aplicação correta das regras de ortografia e de pontuação apropriadas para este ano de escolaridade;

– progressiva apropriação de uma consciência e conhecimento dos elementos, estruturas, regras e usos da língua consolidando gradualmente a capacidade de reflexão e de uso de linguagem específica para verbalizar esse conhecimento.” (AE, p.4)

Em termos de ensino, cabe aos professores planificar, implementar e avaliar atividades promotoras da construção de aprendizagens significativas para as crianças, as quais se tornem experiências positivas no âmbito do ensino e aprendizagem explícito da escrita, incluindo a competência ortográfica. Para tal, e atendendo aos princípios de uma educação inclusiva, há que, entre outros (Dec-Lei 54/2018), diferenciar estratégias, metodologias, processos, recursos, aplicando, portanto, uma visão heterodoxa da aprendizagem a partir dos vários contributos da dos Estudos da Linguagem, da Didática, da Psicologia Cognitiva e da Aprendizagem.

De entre as estratégias para o desenvolvimento da competência ortográfica, , destacam-se as tipologias interacionistas do ditado, pela vantagem de serem promotoras da reflexão sobre a língua, favorecendo a descoberta de padrões ortográficos e a partilha de estratégias de aprendizagem (Cogis, Fisher e Nadeau, 2015). Falamos do ditado cooperativo que reúne o ditado negociado e o ditado interacionista (Dizerens & Nunes, 2019; Sousa, 2014). Neste tipo de ditado, a discussão sobre os itens ditados ocorre em

pequenos grupos e em coletivo, realizando-se uma sistematização dos fenómenos abordados no final de cada sessão. Por outras palavras, trata-se de uma estratégia em que os alunos são convidados a resolver os desafios de ditados em pares ou trios, apresentando as formas ortográficas e os raciocínios que as justificaram ao grande grupo, sendo, portanto, as estratégias de cada grupo discutidas em coletivo, o que antecede a sistematização final. Em suma, é uma estratégia que valoriza o trabalho cooperativo/colaborativo entre alunos e os momentos de reflexão sobre a língua. Este trabalho sobre a língua possibilita a explicitação de conhecimento implícito, favorecendo a transição do conhecimento epilinguístico para o metalinguístico (Lopes & Silva, 2009; Naschold et al., 2017). Assim, usa-se como recurso didático a interação oral entre pares como uma ferramenta para a aprendizagem (Mercer, 1998), apelando à função de meio de aprendizagem da fala.

A fala como a entendemos neste artigo tem uma abordagem particular. Em primeiro lugar, porque se trata fundamentalmente da fala dos alunos, em segundo, porque se foca em fala exploratória e, em terceiro, porque se busca a verbalização como expressão de conhecimento em construção partilhada (Łockiewicz et al., 2023).

A fala dos alunos é uma fala motivada pela busca da solução do problema a resolver: os alunos falam e ouvem-se uns aos outros, autenticamente, porque o que está em causa é resolverem em conjunto, cooperativamente, o desafio. É uma fala exploratória porque, à partida, não se busca “a resposta certa”, construindo-se a resposta com a contribuição de cada um através de explicações, escuta e compreensão conjunta. Assim, trata-se de uma contribuição crítica e cumulativa. Daí que a fala seja uma fala sincopada, feita, muitas vezes, de hesitações, incompletudes, de pedaços de frase, com muitos “sim” “e” “isso”; uma fala de enunciação coletiva em que cada sujeito coloca pela e com compreensão mútua mais um “tijolo” na construção (Daszkiewicz et al., 2020; Łockiewicz et al., 2023).

Por isso, o papel do professor é importante: o professor posiciona-se como facilitador desse pensar conjuntamente e avalia diagnosticamente, decidindo se, quando e como intervir de modo a potencializar esse papel da fala. De facto, a fala é uma maneira de aceder aos conhecimentos prévios das crianças e também aos seus conhecimentos em construção. Se a fala é um dos principais meios de relacionar conhecimentos prévios e conhecimentos em construção (Lemos, 2011), então, o seu uso merece atenção.

Esta fala que cria em comum, que, em conjunto, cria uma comunidade de partilha de saber é tributária das comunidades de aprendizagem de Lave e Wenger (1991), mas primordialmente do entendimento de aprendizagem de Vygotsky (1984). A ideia de aprender em conjunto tem feito caminho em educação (Bruner, 1996; Rogoff, 1994; Tomasello, et al., 1993; Wells, 1986): falar como ferramenta de aprendizagem possui evidências empíricas (García-Carrion, 2020; Howe & Abedin, 2013; Mercer & Dawes, 1999; Wengerif & Mercer, 2000; Wengerif 2001).

4 O estudo

O estudo foi realizado numa turma de 2.º ano de CEB, com orientação do Movimento da Escola Moderna (MEM). A abordagem de ensino é uma abordagem em que a aprendizagem ocorre em participação: interagindo, comunicando constrói-se conhecimento em grupo. A professora cooperante trabalha segundo o modelo pedagógico do MEM (Niza, 1996; 2004; Clérigo et al., 2021). O MEM dá especial relevância às práticas democráticas e a aprendizagem faz-se pela participação no seio do grupo turma, com ênfase nos circuitos de

comunicação, nas estruturas de cooperação educativa e na participação democrática direta (Niza, 2012; Serralha, 2009).

Trata-se de um estudo empírico, realizado durante o período de Prática de Ensino Supervisionado (PES) da primeira autora, num segundo ano de escolaridade básica, numa escola pública da região da grande Lisboa.

Durante o período de observação que durou duas semanas, analisando os dois textos mais recentes escritos pelos alunos, em caderno de escrita, constatou-se que as crianças apresentavam uma tipologia de erros variada, com uma escrita que revelava conhecimento do princípio alfabético. Com base na análise diagnóstica realizada, dado o tempo disponível e o nível de erros observados, selecionaram-se a ortografia das homófonas *u/o* em final de nomes, escrita dos homófonos *ão/am* em final de palavra e a marcação de vogais nasais antes de *p/b* e nos restantes contextos.

Face ao contexto e à observação realizada, formulou-se a seguinte questão de investigação:

Que tipo de conhecimento as crianças mobilizam durante a discussão em desafios de ditado cooperativo?

Da questão de investigação decorre o objetivo geral da investigação: estudar o tipo de conhecimento mobilizado pelas crianças durante as discussões em desafios de ditado cooperativo.

4.1 Metodologia

A investigação insere-se num estudo de caso qualitativo, próximo do *Design-based research*, já que, das suas fases, não se implementou o *redesign* (Anderson & Shattuck, 2012; Nobre, 2017).

Relativamente aos instrumentos e técnicas de recolha de dados, optou-se pelo ditado cooperativo de palavras e pseudopalavras com os fenómenos em estudo, tipologia semelhante à descrita por Dizerens e Nunes (2019). Como se trata de ditado, do ponto de vista fonético, a escolha dos itens a ditar obedeceu a critérios linguísticos: preferencialmente dissílabos com estrutura silábica simples, isto é, consoante – vogal e que contemplam os padrões em estudo. Como se pretendia observar a aprendizagem de padrões ortográficos, de modo a excluir representações mentais de palavras escritas, recorreu-se, também, ao uso de pseudopalavras, cuja criação respeitou as características das palavras ditadas. Os fenómenos visavam escrita consistente que mobiliza conhecimento prosódicos (caso 1, *-o/-u* em final de palavra: quando a forma é aguda escreve-se *-u*; caso 2, *-am/-ão* em final de palavra: quando a forma é aguda, escreve-se *-ão*) e uma regra contextual: escrita de vogal nasal antes de consoante (*m-* antes de *p* ou *b* e *n-* para as restantes consoantes).

Assim, os itens ditados foram: <tato> / <tatu>, <ledo> / <ledu>, <pombo> / <ponto>, <tampa> / <tonta>, <vimbo> / <vinfo>, <lambão> / <tombam>, <pintaram>, <pintarão>, <tibão>, <neram>. Como referido, utilizaram-se as pseudopalavras para que os alunos mobilizassem conhecimento fonético e de padrões ortográficos, e não recorressem a imagens armazenadas em memória de palavras escritas.

Foi gravada a discussão entre as crianças, utilizando-se gravadores e telemóvel para as registar, em áudio. Note-se que os casos ortográficos que foram o foco da intervenção (i) homófonas *u/o* em posição final de palavra, (ii) vogais nasais antes de *p/b* e nos restantes contextos, e (iii) homófonas *ão/am* em posição final de palavra foram selecionados de

acordo com as indicações da professora titular e de acordo com a diagnose da turma, concretizada pela análise dos dois últimos textos dos alunos em cadernos individuais de escrita. Para tal, realizou-se um levantamento seguido de categorização, de acordo com Vale e Sousa (2022).

Como foram os ditados implementados? A professora estagiária ditava um item e os alunos, organizados em pares formados pela orientadora cooperante, negociavam a forma ortográfica das palavras e gráfica das pseudopalavras. Após terem completado o desafio, era ditado o próximo item. No final, as formas ortográficas e/ou gráficas eram apresentadas ao grande grupo, pondo-se em comum diferentes formas de pensar. Assim, os alunos eram convidados a explicitarem raciocínios, justificando as formas apresentadas para os itens ditados. No final da sessão, a professora estagiária dinamizava o momento de sistematização final, em que, com o contributo dos alunos, eram explicitados os padrões ortográficos dos casos em discussão. As sínteses das discussões eram registadas no caderno diário dos alunos e em cartazes para afixar na sala de aula.

Quanto aos instrumentos e técnicas de análise de dados, salienta-se que as discussões foram transcritas e analisadas qualitativamente (Bardin, 2009), tendo-se criado categorias de análise que possibilitaram identificar o tipo de conhecimento mobilizado durante a discussão, tentando vislumbrar diferenças ao longo da intervenção.

4.2 Caracterização dos participantes

O grupo de participantes é constituído por 24 alunos de uma turma do 2.º ano de escolaridade, de uma escola pública do concelho de Cascais. A turma é constituída por 12 rapazes e 12 raparigas, com idade média de 8 anos. Três destes alunos têm Relatório Técnico-Pedagógico (RTP) e dispõem de medidas seletivas, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. 16 alunos usufruem de Apoio Social Escolar (ASE).

Todos os alunos são falantes proficientes de português, seis alunos são oriundos de contextos de imigração. Destes, quatro são Nacionais de Países Terceiros (NPT): uma aluna é guineense e três alunos são brasileiros. Uma aluna tem pais ucranianos e outro aluno tem pais belgas.

5 Apresentação das discussões

Abaixo apresentam-se excertos de discussão entre pares e em grande grupo, bem como a respetiva análise.

Como se observa na transcrição, a escrita de <tato>, o par B e X utiliza estratégias diferenciadas: X usa uma estratégia fonética - “ouvimos <u>” e B recorre a uma estratégia por aprendizagem estatística fazendo analogia com palavras que conhece - “parecido com [‘pa.tu], logo é com <o>”. Por sua vez, o par formado pela M e pelo S recorre à primeira estratégia, não havendo discordância que pudesse facilitar pensamento alternativo. C e Q escrevem acento gráfico na sílaba [‘ta], justificando a sua opção com a abertura da vogal. Mais uma vez, B recorre à estratégia ortográfica, evocando a analogia com pato. A aluna L usa também a mesma estratégia.

Quanto a <tatu>, na discussão entre pares, A refere que não sabe, não tentando usar qualquer estratégia, e T usa o conhecimento mental da palavra escrita, referindo que é <u> porque conhece a palavra. A escrita é certificada por W que diz: “Sim, sim, no Brasil há, é o tatu-bolinha, é com <u>”.

A discussão entre L e P revela pensamento fonológico e, no contraste entre <tato> e <tatu>, referem “a força da sílaba”. L: “Na primeira diz-se [‘ta.tu]”. P: “Não há muita diferença, mas é diferente”. L: “Sim, nesta o [‘tu] parece mais forte”. Neste par, verificamos conhecimento epilinguístico da categoria acento, que é usado de modo aproximativo na desambiguação da escrita. Na discussão, mais acima, também se observa um conhecimento ortográfico que costuma ser comum (P: “Agora é o [ta.‘tu] verdadeiro”), o que mostra que há consciência da dupla grafia do som [u] e que o nome da letra <o> não abrange todos os usos, sendo assim “falso”. Na discussão em grande grupo, este par reforça o seu raciocínio, comparando a prominência da sílaba final nas duas palavras (L: “[‘ta.tu] aqui o [tu] é fraco. [ta.‘tu] aqui o [‘tu] é mais forte, ouvimos mais o [u]”).

Excerto da transcrição do primeiro ditado cooperativo para o som [u] em final de palavra <o/u>), realizado no dia 5 de maio de 2023*1. Palavra ditada <tato>**A- Discussão entre pares (alunos B e X)*

O B e a X, discutiam entre si:

X: “É com <u> porque ouvimos [u]”.

B: “Não, é <-ato> com <o> porque é parecido com <pato>, logo é com <o>”.

B- Momento de discussão coletiva

M e S: (*escrevem <tatu>*) “Nós pusemos com <u> porque o som é [u]”.

B e X: (*escrevem <tato>*) “Escrevemos com <o> porque tem um bocadinho parecido com [‘pa.tu]. Face a esta última justificação, a L acrescentou: “sim, é como *rato, gato...*”.

O C e a Q apresentaram outra forma ortográfica: <táto>.

C e Q: “Porque ouvimos o <a> forte, então pusemos acento”.

O B, prontamente, corrigiu, dizendo que “não tem acento porque é como o [‘pa.tu] e [‘pa.tu] também não tem acento”.

*2- Palavra ditada: <tatu>**A. Discussão entre pares*

O A e a T negociavam entre si a forma ortográfica da palavra.

A: “Não sei.”

T: “É com <u> porque eu conheço a palavra”.

Ao escutar a T, o W referiu: “Sim, sim, no Brasil há, é o tatu-bolinha, é com <u>”.

A L e o P discutem entre si.

L: “Mas já foi [‘ta.tu]”.

P: “Agora é o [ta.‘tu] verdadeiro”.

L: “Agora é que é com <u>”.

P: “Ah, é verdade, agora é que é com <u>”.

L: “Na primeira diz-se [‘ta.tu]”.

P: “Não há muita diferença, mas é diferente”.

L: “Sim, nesta o [‘tu] parece mais forte”.

B-Momento de discussão coletiva

L e P escrevem <tatu>

L: “[‘tatu] é com <o> porque ouvimos o [tu] mais fraco, se dissermos a palavra”.

P: “Sim, e vimos que o [ta.‘tu] é com <u> porque é mais forte”.

L: “[‘ta.tu] aqui o [tu] é fraco. [ta.‘tu] aqui o [‘tu] é mais forte, ouvimos mais o [u]”.

O F e a V acrescentaram: “Nós também pusemos com <u> porque ouvimos é o som do [u]”.

No ditado seguinte, foram ditadas as pseudopalavras <ledo> e <ledu>.

Aquando da discussão entre o W e a M, verificou-se que a M mobiliza uma estratégia de proeminência, associada à consciência prosódica. Por sua vez, o W, para resolver o desafio ortográfico, utiliza conhecimento prosódico e a proeminência da sílaba, bem como a analogia com outra palavra (“Eu estou-lhe dizendo que é com <o> porque é fraco, mas

você não quer escutar, é como [‘me.du]). Assim, percebe que “é com <o> porque é fraco” e associa a palavra a <medo>.

Para decifrar a forma gráfica de <ledu>, a K e a Q não recorrem a conhecimento linguístico, mas a conhecimento de rotinas de sala de aula. Ora, como a primeira palavra terminava em <o>, seria provável, para ambas, que a próxima terminaria em <u> (Q: “É [l̥i.‘du] porque antes foi [‘le.du] com <o>, por isso agora é com <u>”). O par formado pela L e a J recorre a consciência prosódica, utilizando uma estratégia para identificar a sílaba tónica – “chama a palavra (L: “Chama a palavra”; “Pois, o [‘du] é sílaba tónica, por isso é com <u>”).).

Na discussão coletiva, a J mobiliza metalinguagem para distinguir <ledo> de <ledu>, explanando que “a sílaba tónica é no [‘du] por isso é com <u>. No [‘le.du], o [du] é mais fraco, logo é sílaba átona, por isso escrevemos com <o>”. Assim, já substitui conhecimento epilinguístico (“sílabas fortes”/“sílabas fracas”) por conhecimento metalinguístico, usando metalinguagem (“sílabas tónicas”/“sílabas átonas”).

Excerto da transcrição do segundo ditado cooperativo para as homófonas u/o em final de palavra, realizado no dia 10 de maio de 2023

1- Pseudopalavra ditada: <ledo>

A. Discussão entre pares

A O e a X interagem entre si.

O: “<l>, <ledo>?”

X: “Pronto, é assim”.

X: <le-do> (acentua a sílaba <le>).

O W e a M também discutem a forma gráfica.

M: “[l̥i.‘du] (acentua e prolonga a sílaba [‘du])”.

O W explica à M: “Eu estou-lhe dizendo que é com <o> porque é fraco, mas você não quer escutar, é como [‘me.du]”.

B. Momento de discussão coletiva

O e X: (escrevem <ledo>): “Nós pusemos assim porque o [du] é mais leve”.

2- Pseudopalavra ditada: <ledu>

A. Discussão entre pares

A K e a Q, entre si, negociavam a sua escrita:

K: “É [l̥i.‘du] porque antes foi [‘le.du] com <o>, por isso agora é com <u>”.

A J e a L discutiam as suas estratégias:

L: “Chama a palavra”.

J: “[l̥i.‘du] (acentua a sílaba [‘du])”.

L: “Pois, o [‘du] é sílaba tónica, por isso é com <u>”.

B. Momento de discussão coletiva

A J e L escrevem <ledu>.

J: “A sílaba tónica é no [‘du], por isso é com <u>. No [‘le.du], o [du] é mais fraco, logo é sílaba átona, por isso escrevemos com <o>”.

No primeiro ditado para as vogais nasais antes de <p>/ e nos restantes contextos, o R e o E, que formavam um par, reconhecem que a nasalização é grafada por <n> (R: “É <ponbo> porque ouvimos [õ], então pomos <n>”) e tentam encontrar uma estratégia linguística que lhes permita justificar a convenção ortográfica. Assim, realizam uma regularização já que grafam usando <n> (o caso mais frequente).

Na escrita de <ponto>, a M e o W revelam dúvidas na sílaba final e no respetivo grafema que representa o som [u], mas o W recorre a uma estratégia assente na proeminência da sílaba. Para além deste conhecimento, também revela reconhecer que a letra <o> pode grafar o som [u] (W: “Não, é com <o> porque o <o> tem som de [u], esse daqui é que é o forte, [‘põ.tu] (*acentua e prolonga a sílaba tónica*)”).

A J, que trabalhou com a U, revela conhecimento ortográfico, explicitando a regra contextual da utilização do <m> para grafar vogais nasais (J: “Esta é com <n> porque o <m> é antes do <p> e do ”).

Durante a discussão coletiva, a J explicita a regra ortográfica: “Escrevemos com <m> antes do <p> e do e com <n> antes das outras letras”. Por sua vez, a professora estagiária introduz metalinguagem, utilizando o conceito de “consoantes” de modo a definir as “outras letras” apontadas pela J.

Excerto da transcrição do primeiro ditado cooperativo para as vogais nasais antes de *p/b* e nos restantes contextos, realizado no dia 11 de maio de 2023

1- Palavra ditada: <ponbo>

A. *Discussão entre pares*

W para a M: “Tem que ser um n. [‘põ.bu] (*acentua a vogal nasal*)”.

B. *Momento de discussão coletiva*

R e E escrevem <ponbo>.

R: “É <ponbo> porque ouvimos [õ], então pomos <n>”.

A I e a L corrigiram “não, é com <m> porque o <m> escrevemos antes do <p> e do e o <n> é antes das outras” (*escrevem <ponbo> no quadro*).

2- Palavra ditada: <ponto>

A. *Discussão entre pares*

P: “É <ponto> porque [‘põ] é mais [õ] do que em [‘põ.bu]”.

Professora estagiária: “É mais nasal, é isso?”

Q: “Sim, se dissermos as palavras, faz mais [õ] no [‘põ.tu], por isso vamos por <n>”.

A M e o W negociam a forma ortográfica.

W: “Essa é fácil”. “É com <o>, é um <o>”.

M: Não, é com <u>, carrega mais no [u], [põ‘tu] (*acentua e prolonga a sílaba [‘tu]*)”.

W: “Não, é com <o> porque o <o> tem som de [u], esse daqui é que é o forte, [‘põtu] (*acentua e prolonga a sílaba tónica*)”.

A J e a U debatem entre si.

J: “Esta é com <n> porque o <m> é antes do <p> e do ”.

B. *Momento de discussão coletiva*

Na apresentação em coletivo, o G, com a K, apresentam a sua forma ortográfica: “Escrevi <pontu>” (*não soube explicar*).

Os alunos comentam entre si:

O: “É com <o> no final porque a sílaba tónica não é essa, é [‘põ]”.

(...)

Professora estagiária: “E então quando é que usamos o <m> e o <n>?”

J explicita a regra para toda a turma: “Escrevemos com <m> antes do <p> e do e com <n> antes das outras letras”.

Professora estagiária: “Queres dizer, antes das outras consoantes”.

No ditado seguinte, também o C realizou uma regularização para explicitar a sua forma ortográfica para <tampa>: “[ẽ], [ẽ], faz [ẽ], pomos <n> porque faz [ẽ]”. Por sua vez, a sua colega O interveio, partilhando a regra contextual: “Não, C, antes do <p> pomos o <m>”.

Durante a discussão coletiva, o R explicitou a regra ortográfica subjacente ao caso trabalhado, mas confunde entre “antes” e “depois”. Face a esta intervenção, os próprios colegas auxiliaram o R na clarificação da regra já explicitada.

O P e a Q tentaram procurar alguma diferença de som que ajudasse a explicar a diferença na utilização dos grafemas em <tonta> (Q: “[‘tõ], [‘tõ], eu acho que devia ter alguma coisa de diferente”). Como não conseguiam concretizar a explicação, recorreram às regras de sala de aula (P: “Eu acho que aqui é o <n>, não vai ser igual”), quer dizer, a professora já ditou nasal com <m>, agora será a consoante concorrente.

Já O volta a mobilizar conhecimento ortográfico, partilhando com o C: “como temos ali outras letras sem ser o <p> e o , já é com <n>”.

A K e a N escreveram <tota>. Estas duas alunas escrevem e leem com apoio da professora titular. Percebe-se que as alunas ainda revelam lacunas na representação de vogais nasais. A L e a T escreveram <tounta>, justificando “porque ouvimos [õũ] (a semivogal representa-se com w e til) [w]”. Esta questão surgiu porque as alunas, ao prolongarem a sílaba [tõ], escutam [tõũ], daí grafarem também um <u>, porque construíram a ditongação da vogal.

Excerto da transcrição do segundo ditado cooperativo para as homófonas nasais antes de p/b e nos restantes contextos, realizado no dia 18 de maio de 2023

1- Palavra ditada: <tampa>

A. Discussão entre pares

S para a V: “Tem que ser um <m> porque tem lá o <p>”.

C para O: “[ẽ], [ã], faz [ẽ], pomos <n> porque faz [ẽ]”.

O: “Não, C, antes do <p> pomos o <m>”.

B. Momento de discussão coletiva

R e E escrevem <tanpa> no quadro.

R: “Nós pusemos assim porque antes do <n> não está o <p> ou o . Se estivesse era com <m>”.

Professora estagiária: “R e E, qual é a regra que trabalhamos no último ditado?”

E: “Antes do <p> ou do é o <m>”.

Professora estagiária: “Pensem lá bem, quem ajuda?”

O: “Não é antes do <p> e do que vem o <m>, é depois! O <m> é que vem antes do <p> e do .

O <n> vem antes das outras”.

2- Palavra ditada: <tonta>

A. Discussão entre pares

Q: “[tõ], [tõ], eu acho que devia ter alguma coisa de diferente”.

P: “Eu acho que aqui é o <n>, não vai ser igual”.

Q: “Mas pode ser igual, e se aqui for <m>?”

C: “Aqui já é com <n>?”

O: “Sim, como temos ali outras letras sem ser o <p> e o , já é com <n>”.

B. Momento de discussão coletiva

K e N escrevem <tota>

Professora estagiária: “Leiam lá o que escreveram”.

Após alguns momentos em silêncio, a N lê, com alguma dificuldade.

Professora estagiária: “Então o que falta aí? Qual é a letra que dá à vogal o som nasal?”.

Turma: “O <m> ou o <n>”.

Professora estagiária: “E neste caso, o que é que vamos escrever?”

L: “Nós pusemos o <n>”.

(...)

L e T (escrevem tounta): “Porque só se coloca o <m> antes do <p> e do ”.

Professora estagiária: “E porque escreveram o <ou>?”

L: “Porque ouvimos [õũ] (a semivogal representa-se com w e til)”.

Já sobre as pseudopalavras <vimbo> e <vinfo>, aquando da discussão entre pares, verifica-se que a Q e a K identificam a vogal nasal, mas não verbalizam a regra nem outra justificação que sustente a sua opção gráfica. Do mesmo modo, a Q volta a recorrer a regras de sala de aula e de exclusão de hipóteses (Q: “[ĩ], agora é que tem <n> porque se eu tapar o nariz não consigo dizer. (tapa o nariz) [i] e há bocado foi <m>”). Identifica o traço nasalidade e deduz pela sequência do ditado a escrita correta. Já na discussão coletiva, a O e a J, ao escreverem <vimbo>, verbalizam a regra (J: “Decidimos pôr o <m> porque já demos que o <m> está antes do <p> e do ”). Também a L e o H verbalizam a regra.

Excerto da transcrição do terceiro ditado cooperativo para as homófonas nasais antes de p/b e nos restantes contextos, realizado no dia 22 de maio de 2023

1- Pseudopalavra ditada: <vimbo>

A. Discussão entre pares

O para a J: “É com <m> porque temos o ”.

J: “Sim, sim, vamos pôr <m>”.

Q: “[ĩ], [ĩ], se taparmos o nariz não conseguimos dizer. Deve ser com <m>”.

K: “Está bem”.

B. Momento de discussão coletiva

O e J escrevem <vimbo> no quadro.

J: “Decidimos pôr o <m> porque já demos que o <m> está antes do <p> e do ”.

2- Pseudopalavra ditada: <vinfo>

A. Discussão entre pares

Q: “[ĩ], agora é que tem <n> porque se eu tapar o nariz não consigo dizer. (tapa o nariz) [i] e há bocado foi <m>”.

K: “Então pomos <n>”.

B. Momento de discussão coletiva

A Q e a K escrevem <vinfo>

K: “Nós pusemos assim”.

Q: “Porque dissemos o [vĩ] e depois tapámos o nariz. Pusemos o [n]”.

A L e o H acrescentam: “Sim, nós também, porque não está lá nenhum <p> ou ”.

Relativamente ao primeiro ditado cooperativo dedicado às homófonas de *ão/am*, em posição final da palavra, face ao primeiro item ditado, <lambão>, constata-se que o D, em discussão com a W, recorre à analogia com outra palavra que conhece para resolver o desafio (D: “Eu acho que acaba em <-ão> porque é parecido com <cão>”).

Por sua vez, o F, ao interagir com a I, mobiliza conhecimento prosódico ao apontar a proeminência da sílaba: “[lẽ.‘bẽw]], [‘bẽw], [‘bẽw] (acentua e prolonga a sílaba terminal) ... é com <-ão> porque é mais forte. [ẽw̃] (volta a acentuar e prolongar o som)”. Esta justificação será utilizada pelo par na discussão coletiva da forma ortográfica da palavra (F:

“Se fosse com <-ão> era [tõ.‘bẽw] (*acentua a sílaba* [‘bẽw]). “O <-ão> é para a sílaba forte e o <-am> é para a sílaba fraca”).

Sobre a segunda palavra, <tombam>, o P e a M, que formaram uma parceria, utilizam estratégias distintas: o P utiliza uma estratégia visual, socorrendo-se da imagem mental da palavra, (P: “É [trõ.‘bẽw] porque é uma grande [‘trõ.bẽw] e nós já vimos isto no texto”); a M recorre a uma estratégia fonológica (M: “Não, não é [‘trõ], é [tõ], não tem lá nenhum <r>, não ouviste bem” (...)) “Não, não é <-ão>, é com <-am>, porque senão é [‘trõ.bẽw] (*acentua e prolonga a sílaba* [bẽw]) e é [‘tõ.bẽw]]” (*acentua a primeira sílaba*).

Excerto da transcrição do primeiro ditado cooperativo para as homófonas de *ão/am*, em posição final da palavra, realizado no dia 26 de maio de 2023

1- Palavra ditada: <lanbão>

A. Discussão entre pares

A W e o D discutem entre si.

D: “Eu acho que acaba em <-ão> porque é parecido com <cão>.

F para a I: “[lẽ.‘bẽw]], [‘bẽw], [‘bẽw] (*acentua e prolonga a sílaba terminal*) ... é com <-ão> porque é mais forte. [ẽw] (*volta a acentuar e prolongar o som*)”.

O C, o S e a V interagem para resolver o desafio ortográfico.

V: “Pomos o quê?”

C: “[ẽw], [ẽw], [ẽw]”.

S: “É mais forte, o [ẽw] é mais forte, deve ser com <-ão>”.

B. Momento de discussão coletiva

C, S e V escrevem, no quadro, <lanbão>.

Professora estagiária: Oh meninos, vocês têm aí uma coisa que não está bem e que já trabalhamos. Ora vejam lá e tentem corrigir vocês, nem vamos pedir a ajuda dos outros colegas porque vocês conseguem descobrir e corrigir o erro.

O S identifica que o <n> está incorreto.

S: “É aqui, porque já demos que o <m> é antes do <p> ou do e temos um .

(...)

Professora estagiária: “E então porque é que colocaram a, o, til no final da palavra?”

S: “Como [ẽw] é mais forte, pusemos <-ão>”,

C: “Sim, porque é [ẽw], [ẽw] (*acentua e prolonga o som*)”.

Professora estagiária: “E como chamamos à sílaba mais forte e à mais fraca? Já trabalhamos um caso muito parecido”.

R: “A sílaba forte é a tónica e a outra é a átona”.

L: “Foi com o <u> e com o <o>. O <u> é na sílaba tónica e o <o> é na <átona>”.

2- Palavra ditada: <tombam>

A. Discussão entre pares

P para a M: “É [trõ‘bẽw] porque é uma grande [‘trõbẽ] e nós já vimos isto no texto” M: “Não, não é [‘trõ], é [tõ], não tem lá nenhum <r>, não ouviste bem”.

P escreve <tombão>.

M: “Não, não é <-ão>, é com <-am>, porque senão é [tõ.‘bẽw] (*acentua e prolonga a sílaba [bẽw]*) e é [‘tõ.bẽw] (*acentua a primeira sílaba*)”.

N para E: “É com <-ão> por causa do som, é [ẽw], [ẽw]”.

B. Momento de discussão coletiva

O F e a I escrevem <tombam>.

F: Se fosse com <-ão> era [tõ.‘bẽw] (*acentua a sílaba [‘bẽw/>]*). “O <-ão> é para a sílaba forte e o <-am> é para a sílaba fraca”.

No último ditado acerca deste caso ortográfico, ditaram-se os itens <pintaram>, <pintarão>, <tibão> e <neram>.

Sobre a distinção entre <pintaram> e <pintarão>, S e X negociavam as formas ortográficas, concluindo que <-ão> seria utilizado nas sílabas “fortes” (S: “Este é com [ẽw̃], é mais forte: [pĩ.‘ta.rẽw̃] (*acentua e prolonga a sílaba final*). X: “[pĩ.‘ta.rẽw̃] , [pĩ.tẽ.‘rẽw̃] , [rẽw̃], sim, este é mais forte”). Na discussão coletiva, o par utiliza a mesma justificação assente na proeminência da sílaba, revelando conhecimento prosódico: “(...) nós dissemos [pĩ.‘ta.rẽw̃] e [pĩ.tẽ.‘rẽw̃] e nesta o [ẽw̃] é mais forte”.

O par formado pela L e o C mobiliza conhecimento morfológico, quando a L argumenta que: “eu acho que é com <-am> porque é um verbo no passado e todos os verbos no passado acabam com <-am>. Os do futuro é que acabam com <-ão> e este é passado, porque já pintaram”. Porém, na discussão coletiva, a L engana-se e associa <pintaram> ao presente, sendo corrigida pela J que revela conhecimento morfossintático, utilizando as formas verbais em contexto de frase para justificar as suas ideias (J: “Eu acho que está no passado porque é [pĩ.‘ta.rẽw̃] e não é [‘pĩ.tẽw̃] . No passado, eles já acabaram, já pintaram, no presente ainda pintam”).

Para a decifração da forma gráfica das duas pseudopalavras, dois pares mobilizam a analogia com outra palavra. Ao debaterem sobre a escrita de <tibão>, a O e o P concluem que “é parecida com [sɐ.‘bẽw̃]”, pelo que escrevem com <-ão>. Esta justificação é partilhada com o grande grupo. Também para o grande grupo, o S e a X acrescentam a justificação prosódica (X: “Nós pusemos com <-ão> porque o [ẽw̃] é a mais forte”).

Já a J e o H, para decidirem como escrever a pseudopalavra <neram>, percebem que “é como [‘dɛ.rẽw̃], só troca a primeira letra”, escrevendo com <-am>.

Excerto da transcrição do segundo ditado cooperativo para as homófonas de ão/am, em posição final da palavra, realizado no dia 29 de maio de 2023

1- Palavra ditada: <pintaram>

A. *Discussão entre pares*

A L e o C discutem entre si.

L: “Eu acho que é com <-am> porque é um verbo no passado e todos os verbos no passado acabam com <-am>. Os do futuro é que acabam com <-ão> e este é passado, porque já pintaram”.

B. *Momento de discussão coletiva*

A L e o C escrevem, no quadro, <pintaram>.

L: “Nós pusemos assim porque este está no presente”.

Professora estagiária: No presente? Turma, concordam? Quem tem uma opinião diferente?

(...)

J: “Eu acho que está no passado porque é [pĩ. ‘ta.rẽw] e não é [‘pĩ. ‘tẽw] . No passado, eles já acabaram, já pintaram, no presente ainda pintam”

Professora estagiária: Quem concorda com esta ideia, quem não concorda?

L: “Sim, sim, é no passado, nós escrevemos passado até no caderno, mas eu é que disse mal”.

Professora estagiária: “Exatamente, a explicação da J está corretíssima! Este verbo está no passado”.

(...)

2- Palavra ditada: <pintarão>

A. *Discussão entre pares*

S para a X: “Este é com [ẽw], é mais forte: [pĩ.ta. ‘rẽw] (*acentua e prolonga a sílaba final*).

X: “[pĩ.ta. ‘rẽw], [pĩ.te. ‘rẽw], [rẽw], sim, este é mais forte”.

B. *Momento de discussão coletiva*

O S e a X escrevem <pintarão>.

S: “Nós pusemos assim porque se dissermos a palavra o [ẽw] é mais forte”.

X: “Sim, nós dissemos [pĩ. ‘ta.rẽw] e [pĩ.te. ‘rẽw] e nesta o [ẽw] é mais forte”

(...)

I: “O <-ão> é para a sílaba forte, que é a tónica, e o <-am> é para a átona, a fraca”.

(...)

Professora estagiária: “E este verbo está em que tempo?”

C: “Eu acho que está no ... futuro”.

Professora estagiária: Há alguém que tenha outra ideia?”

(...)

J: “Os verbos no passado acabam em <-am> e no futuro em <-ão>”.

Professora estagiária: “Muito bem, é uma descoberta que podemos registar em cartaz para todos. E pensem lá, haverá algum nome ou adjetivo acabado em <-am>?”

(...)

O: “Eu acho que não”.

Professora estagiária: “E achas muito bem. Só os verbos é que terminam em <-am>”.

Excerto da transcrição do primeiro ditado cooperativo para as homófonas de ão/am, em posição final da palavra, realizado no dia 29 de maio de 2023 (continuação)*3- Pseudopalavra ditada: <tibão>**A. Discussão entre pares**A O e o P discutem entre si.*

O: “Esta é parecida com <sabão>. Podemos por com <-ão>, [ti. ‘bẽw̃], [sẽ. ‘bẽw̃]”.

O S e a X interagem:

S: “[ti. ‘bẽw̃], [bẽw̃] (*acentua e prolonga a sílaba*). Aqui é forte, é com <-ão>”.*B. Momento de discussão coletiva**A O e o P escrevem, no quadro, <tibão>.*

O: “Nós descobrimos que [ti. ‘bẽw̃] é muito parecido com [sẽ. ‘bẽw̃] e pusemos com <-ão>”.

(…)

X: “Nós pusemos com <-ão> porque o [ẽw̃] é mais forte”.

*4- Pseudopalavra ditada: <neram>**A. Discussão entre pares*

J para a H: “Esta palavra é muito parecida com [‘dẽ.rẽw̃] do verbo. Só troca a primeira letra. [‘dẽ.rẽw̃] é com <-am>”.

H: “Pois é, pomos assim”.

*B. Momento de discussão coletiva**O G escreve <nerão>.*

G: “Eu pus assim porque é [ẽw̃]”.

A J e o H escrevem <neram>.

J: “Nós fizemos uma descoberta: esta palavra inventada é como [‘dẽ.rẽw̃], só troca a primeira letra. Por isso, pusemos com <-am>”.

6. Discussão e notas conclusivas

As verbalizações das crianças, quer quando estavam a trabalhar a pares, quer quando partilhavam em coletivo, permitem-nos observar conhecimento em construção, quer seja representação mental da forma ortográfica e/ou gráfica, quer seja representação de padrões possíveis – fonológicos, morfológicos ou ortográficos. Numa análise longitudinal, é possível observar o conhecimento linguístico a emergir: sob a forma de consciência linguística, conhecimento epilinguístico (Culioli, 1990), quer como conhecimento linguístico suportado em metalinguagem.

A estratégia usada – ditar para negociar formas ortográficas/gráficas - visa a coconstrução de conhecimentos, favorecendo a constituição de uma comunidade de aprendizagem (Wenger & Lave, 1991), uma comunidade que partilha saberes e que aprende a respeitar o outro e o seu potencial de participação e cidadania (Niza, 2012). Visa igualmente a partilha de modos de pensar o conhecimento, de explicitação de estratégias para construir conhecimento de forma a consciencializar percursos de aprendizagem. No caso em estudo, focou-se a consciência prosódica: conhecimento de acento de palavra e o

seu potencial na escrita de palavras (-o/-u e -ão/-am e em final de palavra) e o conhecimento de uma das possibilidades de marcar nasalização, observando a especificidade da marcação antes de *p* ou de *b*).

Concomitantemente, o ditado cooperativo promove ainda a interação entre pares, a entreaajuda e a maximização da participação dos alunos, quer dos mais autónomos neste domínio, quer dos mais tímidos aquando do trabalho em pequenos grupos, pelo que será uma estratégia de interesse a aplicar em sala de aula, não só pela facilitação do desenvolvimento da competência ortográfica, mas de competências de relacionamento interpessoal associadas ao trabalho colaborativo/cooperativo. Em suma, será uma estratégia promotora da coconstrução de conhecimento ortográfico e sociorrelacional, a partir da qual o professor dinamiza cenários de aprendizagem em que são os alunos, inseridos num grupo de pares, que chegam às “regras”. Assim, são os alunos que coconstroem o conhecimento, orientados pelo docente, em vez de ser o professor a exercer o papel de transmissor de conceitos e conteúdos.

De facto, visa-se a predisposição para aprender e vai-se criando material potencialmente significativo. Trata-se de observar, manipular, analisar e discutir fenómenos linguístico-ortográficos organizados pelo professor, de modo que os alunos, tendo em conta conhecimentos prévios, analisem regularidades e estabeleçam representações orientadoras de escrita de acordo com a norma.

Agradecimentos

Agradecemos as sugestões dos revisores que permitiram melhorar significativamente o texto.

Referências bibliográficas

- Alexander, R. (2010). Speaking but not listening? Accountable talk in an unaccountable context. *Literacy*, 44(3), 103-111. <https://doi.org/10.1111/j.1741-4369.2010.00562.x>
- Alexander, R. (2012). *Improving oracy and classroom talk in English schools: achievements and challenges*. Paper presented at the DfE seminar on Oracy, the National Curriculum and Educational Stand.
- Anderson, T., & Shattuck, J. (2012). Design-Based Research. *Educational Researcher*, 41(1), 16–25.
- Apel K. (2011). What is orthographic knowledge? *Language Speech Hearing Services in Schools*, 42(4), p.592-603. doi: 10.1044/0161-1461(2011/10-0085).
- Ausubel, D.P. (2003). *Aquisição e retenção de conhecimentos*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Baptista, A., Viana, F., & Barbeiro, L. (2011). *O ensino da escrita: Dimensões gráfica e ortográfica*. Ministério da Educação - Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Barbeiro, L. (2007). *Aprendizagem da Ortografia: Princípios, dificuldades e problemas*. Edições Asa.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bignell, C. (2012). Talk in the primary curriculum: Seeking pupil empowerment in current curriculum approaches. *Literacy*, 46(1), 48-55.
- Bruner, J. S. (1996). *The Culture of Education*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Cardoso-Martins, C., & Gonçalves, D. (2017). "Funil" ou "Funiu"? um estudo exploratório sobre o desenvolvimento do conhecimento de padrões ortográficos de natureza morfossintática em português brasileiro, *Da Investigação às Práticas*, 7(3), 41-60.
- Castelo, A., Sousa, O., (2017) Desempenho ortográfico em estudantes do ensino superior –a acentuação gráfica, *Da Investigação às Práticas*, 7(3), 84-107.
- Clérigo, J., Sousa, O., Lino, D., & Fuertes, M. (2021). Modelos pedagógicos dos educadores na interação e na comunicação com as crianças durante tarefa cooperativa. In M. Fuertes, C. Nunes, J. Rosa, S. Esteves, & A. Almeida (org). *Teoria, práticas e investigação em intervenção precoce II* (pp. 125-147). Lisboa: CIED/ESELx-IPL.

- Cogis, D., Fisher, C. Nadeau, M. (2015). Quand la dictée deviant un dispositif d'apprentissage. *Glottopol: Revue de sociolinguistique en ligne*, 26, 68-91.
- Daszkiewicz, M., Sousa, O., Łockiewicz, M., Lino, D., Piechowska, M., Fuertes, M., Wawrzyni-ak-Słiwska, M. & Costa-Pereira, T. (2020). Comparative analysis of the approach to L1 oracy in Polish and Portuguese early education curricula. *L1-Educational Studies in Language and Literature*, 20, 1-17. <https://doi.org/10.17239/L1ESLL-2020.20.01.08>
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. (2018). *Diário da República*. 1.ª série - N.º 129. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>
- Direção Geral da Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Português - 4º ano*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_ciclo/portugues_1c_4a_ff.pdf
- Dizerens, C., & Nunes, K. (2019). *La phrase dictée du jour, la dictée zéro faute et la dictée coopérative ; des dispositifs innovants prenant en compte la diversité des élèves* [Relatório de estágio, Universidade de Montreal]. https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewj8k5LKIL37AhXdQaQEhbQ4Ar8QFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.patrinu.m.ch%2Frecord%2F267319%2Ffiles%2Fmd_bp_p23738_p35429_2019.pdf&usg=AOvVaw2xUZrzGSshYkLhzpaSSKjn
- Fuertes, M. Castro, S., Faria, A., Alves, M., Osório, T. & Sousa, O. (2017). Interação e comunicação dos pais com crianças de 15 meses. *Psicologia USP*, 28 (3), 346-357. doi: 10.1590/0103-656420160154.
- Gabriel, R. (2022) Prefácio. In Pereira, V.; Scherer, A-P., Gabriel, R. e Guaresi, R. (eds). *Ensino e aprendizado da leitura e da escrita: contribuições interdisciplinares* (23-40). Vitória da Conquista: Fonema e Grafema editora.
- García-Carrión R, López de Aguilera G, Padrós M and Ramis-Salas M (2020). Implications for Social Impact of Dialogic Teaching and Learning. *Front. Psychol.* 11:140. doi: 10.3389/fpsyg.2020.00140
- Girolami-Boulinier, A. Pinto, M.G. (1994). A ortografia em crianças francesas, inglesas e portuguesas. *Linguas e Literaturas*, XI, 115-124.
- Graves, D. (1983). *Writing: Teachers and children at work*. Heinemann.
- Howe, C., and Abedin, M. (2013). Classroom dialogue: a systematic review across four decades of research. *Camb. J. Educ.* 43, 325–356. doi: 10.1080/0305764X.2013.786024
- Jones, P. (2010). Teaching, learning, and talking: Mapping "the trail of fire". *English Teaching: Practice and Critique*, 9, 61-80.
- Łockiewicz, M. Sousa, O., Fuertes, M., Piechowska, M., Costa-Pereira, T. (2023). Comparative analysis of the approach to first language oracy of Polish and Portuguese early education teachers. *Calidoscópio*, 21(3): 499-518.
- Lemos, E. S. (2011). A aprendizagem significativa: estratégias facilitadoras e avaliação. *Aprendizagem Significativa em Revista*, v.1, n.1, p.25-35 <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/16653>
- Lopes, J., & Silva, H. (2009). *A aprendizagem cooperativa na sala de aula. Um guia prático para o professor*. LIDEL - Edições Técnicas.
- Maluf, R. (2022). Como as crianças aprendem a ler e a escrever no português do Brasil: um diálogo com as ciências cognitivas. In Pereira, V.; Scherer, A-P., Gabriel, R. e Guaresi, R. (Eds). *Ensino e aprendizado da leitura e da escrita: contribuições interdisciplinares* (163-184). Vitória da Conquista: Fonema e Grafema Editora.
- Mercer, N. (1998) Development through dialogue: a socio-cultural perspective on the process of being educated. In *Cognition and context*, edited by Quelhas, A. and Pereira, F. Lisbon: Analise Psicologica.
- Mercer N, Dawes L, and Staarman JK (2009). Dialogic teaching in the primary science classroom. *Language and Education*, 23(4): 353–69.
- Mesquita, A., Carvalhais, L., Limpo, T., & Castro, S. L. (2020). Portuguese spelling in primary grades: Complexity, length and lexicality effects. *Reading and Writing*, 33(5), 1325–1349. <https://doi.org/10.1007/s11145-019-10012-5>
- Naschold, A., Júnior, A., Pinho, A., & Alchieri, J. (2017). A alfabetização nas letras e a desnaturalização do

- efeito Mateus. In A. Naschold, A. Pereira, R. Guaresi, & V. Pereira (Orgs.). *Aprendizado da leitura e da escrita: A Ciência em interfaces* (pp. 331–346). Edufrn.
- Niza, S. (2004). A acção de diferenciação pedagógica no currículo. *Escola Moderna*, 21, 5.
- Niza, S. (1996). O Modelo Curricular de Educação Pré-Escolar da Escola Moderna Portuguesa. In Formosinho, Júlia. (Org.). *Modelos Curriculares para a Educação de Infância*. Porto: Porto Editora.
- Niza, S. (2012). A organização social do trabalho da aprendizagem no 1.º ciclo do ensino básico. In A. Nóvoa, F. Marcelino, & J. Ramos do Ó (Orgs.), *Sérgio Niza. Escritos sobre Educação*. Tinta da China.
- Nobre, A. (2017). Principios teórico-metodológicos de design-based research en la investigación educativa basada en recursos educativos abiertos. *Revista San Gregorio*, 16, 128–141. Repositório Aberto da Universidade Aberta.
- Scliar-Cabral, L. (2022). O aprendizado inicial da leitura e da escrita. In Pereira, V., Scherer, A-P., Gabriel, R. e Guaresi, R. (eds). *Ensino e aprendizado da leitura e da escrita: contribuições interdisciplinares* (pp. 57-81). Vitória da Conquista: Fonema e Grafema editora.
- Serralha, F. (2009). Caracterização do Movimento da Escola Moderna. *Escola Moderna*, 35, 5–51.
- Sewell A (2011). Developing dialogue in the classroom: a cultural tool for learning together. *Classroom Discourse*, 2 (2): 268–81.
- Sousa, O. (2014). O ditado como estratégia de aprendizagem. *Revista Científica Exedra*, 9, 116–127.
- Sousa, O. (2015). *Textos e contextos: Leitura, escrita e cultura letrada*. Media XX.
- Sousa, O. Silva, A. & Costa-Pereira, T. (2022). Ensinar a ler e a escrever: uma abordagem equilibrada. In Pereira, V.; Scherer, A-P., Gabriel, R. e Guaresi, R. (Eds). *Ensino e aprendizado da leitura e da escrita: contribuições interdisciplinares* (123-155). Vitória da Conquista: Fonema e Grafema Editora.
- Sucena, A.(2017), Sensibilidade precoce às combinações ortográficas entre crianças falantes do português europeu, *Da Investigação às Práticas*, 7(3), 26-40.
- Teberosky A., Sepúlveda A., Sousa, O. (2020) Orality, Reading and Writing in Early Literacy. In: R. Alves, T. Limpo, M. Joshi. (Eds). *Reading-Writing Connections. Literacy Studies*. Perspectives from Cognitive Neurosciences, Linguistics, Psychology and Education, vol 19, pp. 85-105, Springer https://doi.org/10.1007/978-3-030-38811-9_6978-3-030-38810-2
- Vale, A. P., & Perpétua, R. (2020). Early Context-Conditioned Orthographic Knowledge in European Portuguese: The Spelling of the Schwa. *Frontiers in Education*, <https://doi.org/10.3389/educ.2020.513577>
- Vale, A., & Sousa, J. (2017). Tipo de erros e dificuldades na escrita de palavras de crianças portuguesas com dislexia, *Da Investigação às Práticas*, 7 (3), 61–83.
- Vale, A. P., & Sousa, O. (2022). A análise dos erros ortográficos como instrumento para compreender o desenvolvimento e apoiar o ensino da escrita. Em R. Almeida Sargiani (Ed.). *Como as crianças aprendem a ler e escrever e como ensiná-las eficazmente: Um guia teórico-prático baseado em evidências científica* (pp. 52–69). ArtMed/Penso.
- Vale, A. P. & Sousa, O. (2017). Conhecimento ortográfico e escrita. *Da Investigação às Práticas: Estudos Educacionais*, 7, 3-7.
- Vygotsky, L. (1984). *Formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. SP: Martins Fontes.
- Wells, Gordon (2015). Dialogic Learning: Talking our Way into Understanding. In Thalia Dragonas, Kenneth J. Gergen, Sheila McNamee, Eleftheria Tseliou (Eds). *Education as Social Construction Contributions to Theory, Research and Practice*, pp. 62-90 <http://www.taosinstitute.net/education-as-social-construction>
- Wegerif R. (2001). Applying a Dialogical Model of Reason in the Classroom. In Joiner, R, Faulkner, D Miell, D. and Littleton, K. (Eds). *Rethinking Collaborative Learning*, Free association Press.
- Wegerif, R. and Mercer, N. (2000). Language for Thinking. In Cowie, H., Aalsvoort, D., & Mercer, N. (Eds). *New Perspectives in Collaborative Learning*, Oxford: Elsevier.

Trabalhar a temática dos refugiados com base na literatura

Approaching the theme of refugees based on the literature

Carla Alexandra do Espírito Santo Guerreiro¹[0000-0002-8244-6238]

carlaguerreiro@ipb.pt

¹ Instituto Politécnico de Bragança/IELT-Universidade Nova de Lisboa

Alexia Dotras Bravo²[0000-0001-5851-765X]

carlaguerreiro@ipb.pt

² Instituto Politécnico de Bragança/Centro de Literatura Portuguesa-Universidade de Coimbra

Resumo. O artigo tem por objetivo essencial explorar a importância da literatura de potencial infantil na formação de leitores conscientes dos direitos humanos envolvidos em situações de refúgio e migração. O nosso estudo assenta em dois eixos principais: no primeiro, refletimos sobre algumas ações e projetos no âmbito nacional e internacional que visam o acolhimento das crianças refugiadas ou migrantes; no segundo, analisamos quatro obras literárias de publicação recente (duas publicações portuguesas e duas espanholas) que abordam as temáticas das migrações e do exílio, articuladas com a temática dos direitos humanos. O estudo baseia-se em investigadores, tais como: Chambers (2007); Dehoux & Durante, (2019); Colomer (2012); Fittipaldi (2012); Aínsa (2012) e Petit (2012; 2013; 2018) que mostram a potencialidade das narrativas literárias para favorecer situações de acolhimento. No estudo, evidenciamos como as narrativas literárias oferecem a possibilidade de imaginar outros mundos e permitem uma abertura à diferença, que inclua o respeito aos direitos à vida, à integridade física, à segurança e à liberdade.

Palavras-Chave: Direitos humanos, Migração, Refugiados, Literatura para a infância.

Abstract. This paper aims to explore the productivity of literature for childhood as a means to ensure full compliance with human rights in situations of refuge or migration. Two main axes are organized for the development of the study: the first consists of the analysis of projects and actions at the national and international level that aim to welcome refugee or migrant children; the second, consist in analyzing four recent literary works (two in portuguese and two in spanish that address the matters of migration and exile articulated with human rights). Our study was inspired by scholars as Chambers (2007); Dehoux & Durante, (2019); Colomer (2012); Colomer; Fittipaldi, (2012) and Petit (2012; 2013; 2018) as they affirm the potentiality of literary narratives to aid in situations of hosting. The study evidences how literary narratives offer the possibility to imagine other worlds and to operate an opening to difference that includes the respect for the rights to life, physical integrity, safety and freedom.

Keywords: Human rights, Migration, Refugees, literature for childhood.

1 Introdução

A literatura sempre se interessou por outros mundos, outros espaços, outros costumes, outros sujeitos, sempre de forma a oferecer aos leitores outras vidas para serem vividas. Tanto na literatura geral, para adultos, quanto na literatura infantojuvenil, a sensibilidade de se posicionar no mundo do Outro, como se entende na Imagiologia Literária, é inerente ao labor literário. Até porque já não usamos da expressão literatura nacional, senão uma “lengua portadora de literatura” (Guillén, 1998: 300), que extravassa os limites geográficos e geopolíticos. A literatura no sistema atual onde a globalização (ou o termo “derivas da globalização” Dehoux & Durante, 2019) ou mundialização (Glissant, Gilles & Bertelli 2016) apresentam sentidos positivos ou negativos é sentida como uma “literatura mundial. Aínda em 2012 já utilizou conceitos potentes para se referir aos novos modelos de escritores e leitores no sistema literário atual, onde somos “nómadas”, “estrangeiros” e “errantes” e, portanto, desligados da marcada territorialização dos períodos prévios da história da literatura. No caso deste trabalho, a vertente atlântica do mesmo resulta fulcral. Dentro da literatura mundial, as letras atlânticas encontram-se entre dois mundos o europeu e a negritude, o realismo mágico e outros fatores do terceiro mundismo (Moura, 2019). Nesse sentido, vamos abordar os textos escolhidos com uma perspectiva vasta assente na lusofonia e na hispanofonia.

Mesmo sendo uma arte que ganha existência concreta no tempo – da leitura ou da audição das histórias, a literatura está estreitamente ligada ao espaço, como defende Petit (2012), ao cunhá-la com um novo epíteto: “La literatura, parte integrante del arte de habitar”. Esta autora aponta, entre outras, três dimensões em que a literatura se conecta ao espaço “Para que el espacio sea representable y habitable, para que podamos inscribirnos en él, tiene que contarnos historias, poseer todo um espesor simbólico, imaginario, legendario” (p. 266). Espaços sem histórias – familiares, comunitárias, escolares, literárias – seriam apenas parte de um mundo indiferenciado. Por outro lado – e esta dimensão da literatura é bem mais explorada – a leitura de obras literárias permite a construção de um mundo habitável e a possibilidade de nos deslocarmos para dentro dele. Para além de uma ligação puramente teórica, Petit conecta com sua experiência da escuta de memórias de leitura, observando:

“Cuando empecé a escuchar a personas que me contaban sus recuerdos de lectura, y entre ellas a muchos hijos de migrantes, me sorprendió la frecuencia con que asociaban estos recuerdos con metáforas espaciales y, de manera más precisa, con un espacio que literalmente les había dado un lugar.” (p. 268). Por último, a ensaísta regista que os elementos do objeto livro – neste caso concreto, o álbum – com as suas partes constitutivas: texto verbal, texto icónico, guardas e capa e contracapa, se conjugam para fazer da leitura uma experiência espacial. Tanto mediadores de leitura formais (educadores e professores), como informais (pais) conhecem bem o folhear e outras ações de exploração do objeto livro que as crianças geralmente empreendem, quando se deparam com novas obras.

Na esteira de Colomer (2012) somos da opinião que “La visión de la literatura como vehículo de comprensión cultural del propio mundo y de las culturas ajenas ha sido siempre un valor muy presente en la literatura infantil y juvenil (p. 19).

Estas reflexões iniciais sobre a estreita relação entre a espacialidade e a literatura, entre o Outro e o Eu, sobre a capacidade desta para oferecer novas experiências culturais ao leitor de desenraizamento e deslocamento, levam-nos ao foco central deste artigo. Nele abordaremos as relações entre a literatura infantil e os direitos humanos, centrando-nos principalmente nos direitos que dizem respeito a situações de refúgio e estendendo o âmbito da discussão aos direitos que estão envolvidos em situações de migração. O nosso objetivo é essencialmente explorar a fecundidade da literatura infantil – quando concretizada em obras que potenciem uma abertura de horizontes aos leitores, para a garantia de uma resposta plena aos direitos humanos envolvidos em situações de refúgio e migração.

2 Um breve esboço sobre direitos humanos, refugiados e migrantes

Todo o ser humano que seja vítima de perseguição tem o direito de procurar e receber proteção internacional noutro país – é o que declara o artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A agenda política de elaboração de tal declaração, ainda na década de 40, revelava a preocupação com a situação dos refugiados e o dever de protegê-los no cenário pós Segunda Grande Guerra.

Passados mais de 80 anos da construção desse documento, a reflexão sobre a defesa dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa quando seu país de origem não foi capaz de garanti-los, permanece pertinente e atual na contemporaneidade. Desde logo é necessária uma distinção entre os termos “refugiados” e “migrantes”, que não são sinónimos e costumam ser confundidos, “o que acarreta problemas para ambas as populações” (ACNUR, 2015). Os refugiados, de acordo com a Agência da ONU para refugiados (ACNUR), “são pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições. Com frequência, a sua situação é tão perigosa e intolerável que devem cruzar fronteiras internacionais para procurar segurança nos países mais próximos”. Por outro lado, os migrantes são as pessoas que “escolhem deslocar-se, não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas para melhorar a sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões” (ACNUR, 2015).

De acordo com a Plataforma de apoio aos refugiados, no final de 2019 existiam 79.5 milhões de deslocados forçados em todo o mundo, em resultado de perseguições, conflitos armados, violência, violações dos Direitos Humanos ou de sérias perturbações da ordem pública, sendo 26.0 milhões de refugiados. 20.4 milhões são refugiados sob o mandato do Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas, 5.6 milhões são deslocados internos e 4.2 milhões são requerentes de asilo.

Em Portugal o CPR (Conselho Português para os refugiados) é uma ONG que nasceu em 1991, com vários projetos em curso, financiados por entidades diversas, que visam o acolhimento e integração de refugiados, a promoção de políticas de asilo humanitárias e sustentáveis, a formação e a sensibilização para esta temática e para os direitos humanos em geral.

É o parceiro operacional do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) para Portugal, mantendo um Protocolo de Cooperação, desde julho de 1993, que visa a proteção jurídica e social dos requerentes de asilo e dos refugiados. A partir de dezembro de 1998, data do encerramento do ACNUR em Portugal, o CPR passou a representar esta organização no nosso país.

O CPR celebrou igualmente protocolos com o governo português (Ministério da Administração Interna –MAI e Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social–MSESS) e desenvolve projetos nas áreas do acolhimento de requerentes de asilo e integração de refugiados.

Ao longo da sua história, o CPR tem apostado fortemente na formação de técnicos, advogados, estudantes, jornalistas, voluntários, entre outros públicos, com o objetivo de assegurar uma sociedade de acolhimento mais informada sobre a temática do Asilo e Refugiados.

Ao nível europeu o CPR é membro do European Council on Refugees and Exiles –ECRE (Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados) e da European Legal Network on Asylum –ELENA (Rede Legal Europeia de Asilo) e da Rede Separated Children European Programme –SCEP (Rede Programa Europeu para as Crianças Separadas).

É membro da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) criada pela Lei n.º 134/99, de 28 de agosto, representando as associações de direitos humanos. O CPR no âmbito da Lei de Asilo 27/2008, de 30 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei 26/2014, desempenha um papel fundamental na área do asilo e dos refugiados (ver www.cpr.pt/legislacao).

Por outro lado, em Espanha, país muito consciente e infelizmente protagonista de chegadas massivas de migrantes e refugiados por via marítima há décadas, criou-se a ONG Comisión Española de Ayuda al Refugiado (CEAR) em 1979, tendo sido fundamental para a legislação inicial da Transição democrática espanhola, para a concepção de casas-abrigo e para a conscientização do grande problema em Ceuta e Melilla, por exemplo. Além disto, a Oficina de Asilo y Refugio (OAR) do governo espanhol, instituída em 1992, nasce graças ao esforço de CEAR.

Atualmente, estima-se que haja entre 30 e 34 milhões de crianças deslocadas pelo mundo – um número efetivamente impressionante. Dados do ACNUR dão conta de que 40% das pessoas deslocadas no mundo são crianças.

Segundo Martuscelli (2017), os menores de 18 anos – conforme determinado pelo artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da Criança (1989) – “são atores dentro dos fluxos migratórios internacionais seja acompanhando seus familiares ou sozinhos tanto de maneira forçada como voluntária” (p. 78-79). Para discutir a ideia de crianças migrantes, Martuscelli usa a definição de Juffer (2016) como referência, que as entende como sujeitos precários que necessitam da assistência dos adultos, mas que, simultaneamente, são também capazes de manifestar as suas experiências e, em determinadas condições, tomar decisões, a partir das suas expressões (p. 96).

3 A literatura de potencial recepção infantil e a temática dos refugiados

Um primeiro aspeto a ser destacado no nosso estudo é a relevância da escolha dos livros a serem utilizados com as crianças/adolescentes independentemente serem ou não migrantes. Em primeiro lugar, enfatizamos a riqueza de trabalho os chamados livros ilustrados ou “picture story books”, em que a combinação estética das palavras e dos elementos visuais (ilustrações/projeto gráfico) produz significados a diferentes níveis, com potencialidade para abrir espaços para leitores diversos. O texto não é só a palavra, nos álbuns, existe uma linguagem dual, em que o texto é a soma de palavra com imagem, sendo que a riqueza textual é linguística e, ao mesmo tempo e indissolavelmente, gráfica, icónica. Os álbuns que selecionámos são visualmente apelativos, incitando a curiosidade e proporcionando uma narrativa coerente e completa, através da articulação entre palavra e imagem, que proporciona um equilíbrio no impacto das palavras quando se trata de temas fortes e emocionais como o caso da temática supracitada.

Petit (2013), ao analisar depoimentos de sujeitos com pouco acesso à cultura escrita, observa como jovens realizaram “deslocamentos”, reais ou metafóricos, a partir das leituras. Para a autora, a leitura “pode sacudir a representação que as crianças têm de si mesmas, da sua maneira de pensar, das suas relações com a família e com o grupo de pares e de pertença a uma cultura de origem, e evita às vezes que sejam reféns de uma representação estereotipada dessa cultura” (p. 114).

Desta forma, percebemos que os estudos e pesquisas com base na literatura de potencial recepção infantil, em especial no concernente ao tema dos refugiados, mostram a ativação de vários processos cognitivos e afetivos nos leitores, pois apela para a história de personagens marginalizadas.

Corroborando este aspeto, Petit (2018, p. 19) aponta que: “Leer [...] en contextos adversos y otros espacios emergentes puede servir para dar una profundidad simbólica, imaginaria y legendaria a lo que nos rodea, una profundidad desde la cual soñar, derivar, asociar, proyectar en lo cotidiano un poco de belleza, de fábulas, de historias. Sirve para armonizar, en el sentido musical del término, o para reconectar con el mundo que nos rodea al abrir otra dimensión”.

Por último, salientamos a importância de que as obras com as quais se trabalha em contexto escolar sejam consideradas como objetos estéticos e lúdicos, e não somente textos para aprendizagem formal ou para transmitir “mensagens” intencionais. A literatura, segundo Horácio (s. I a. C.), apresentava a intrínseca finalidade, natural e própria, de *delectare et prodesse*, deleitar e ser útil, de proveito. Usar e abusar da literatura com fins didáticos é uma prática que não defendemos.

Como sabemos, na prática, o acolhimento da diversidade ainda se coloca como um desafio a ser conquistado, com efeito vários são os exemplos de exclusão, racismo e rejeição do diferente na nossa sociedade. Contudo, essas pesquisas sobre leitura infantojuvenil e as conversas literárias, nos diferentes espaços, parecem-nos possibilitar pensar em como “el arte y la literatura, en todas sus formas [...] son apoyos importantes para revivir la capacidad de ensueño, de creatividad, de activación de símbolos, de construcción de significado” (PETIT, 2018, p. 20).

4 Migrantes e refugiados em quatro obras de literatura de potencial receção infantil

Para desenvolvermos a nossa análise, selecionámos quatro títulos publicados nos últimos anos em Portugal e em Espanha, cuja temática central é a da migração/exílio e cuja complexidade permite situá-los como passíveis de serem explorados com alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico e não só, porque esta temática em literatura ilustrada mostra um público alvo muito largo, habitual da literatura crossover. São álbuns nos quais se apresentam narrativas que trazem ao leitor-criança, tramas de vidas inscritas em violência ou em condições que levaram à decisão de migrar, a descrição das viagens dos migrantes e a forma como são recebidos pelos países que os “acolhem”.

Ao selecionar estas obras, pretendemos observar como, nas suas narrativas e através de variados recursos literários, a migração e o exílio são constituídos como questões atinentes aos direitos humanos.

O corpus textual selecionado consistiu nas obras:

A Viagem, de Francesca Sanna, publicado em 2018 pela editora Fábula.

Filas de sonhos, de Rita Sineiro e Laia Domènech, publicado em 2022 pela editora Akiara.

Podrías, de Joana Raspall e Ignasi Blanch, um texto originalmente de 1998, resgatado pela editora catalã Takatuka em 2017.

Gritos en la arena, escrito por Arturo Abad e ilustrado por Mónica Gutiérrez Serna em 2011 pela editora Narval.

A *viagem*, obra escrita e ilustrada pela italiana Francesca Sanna, foi editada em 2018 pela editora Fábula. Na contracapa da obra, um peritexto interpela o leitor: “Como deixar tudo para trás e viajar quilómetros rumo a um lugar estranho? Essa é a jornada de milhões de refugiados em redor do mundo”. A narrativa –feita em primeira pessoa, com textos verbais curtos e predominio de imagens– expõe, na perspetiva de uma criança, o arriscado e solitário caminho da família (mãe e dois filhos pequenos), que parte numa viagem com os dois filhos para fugir à guerra. Uma viagem carregada de medo do desconhecido, mas também de muita esperança. Este álbum aborda com sensibilidade a questão da guerra e dos refugiados, daí a contar com o apoio do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e da Amnistia Internacional (AI).

Na análise dos livros selecionados, observamos que o ato de migrar é recriado ficcionalmente a partir de uma abrupta rutura com um território com o qual as personagens têm ligações de pertença. Algumas histórias partem de uma situação inicial de tranquilidade, seguida de conflitos que culminam no ato de migrar. Assim, sob a perspetiva de um narrador-criança, a obra: *A viagem* inicia-se do seguinte modo: “Eu vivia com a minha família numa cidade perto do mar. Durante o verão, costumávamos ir à praia. Mas nunca mais fomos lá, pois, no ano passado, as nossas vidas mudaram para sempre... A guerra começou. Todos os dias, coisas más aconteciam à nossa volta e, em pouco tempo, não havia mais nada além do caos. Até que a guerra levou o meu pai. Desde então, tudo se tornou mais sombrio e a minha mãe ficou ainda mais preocupada” (Sanna, 2016, s/p).

Os espaços retratados nas ilustrações iniciais, coloridas e alegres, vão sendo inundados por uma espessa mancha preta, metaforizando o desenrolar da guerra, que, por fim, cobre toda a extensão das páginas, a partir do ponto em que se anuncia a morte do pai da personagem- narradora e a família decide emigrar.

O texto da obra *Filas de sonhos* (2022) começa assim: “O campo para onde nos trouxeram é como uma grande cidade de tendas. Tudo fica longe, há sempre muita gente pelo meio e nada se faz sem esperar numa longa fila. O pai não sabe, mas o que eu sonho mesmo, mesmo, é com uma fila que nos leve de volta para casa”. (Sineiro, 2022, p.5)

Com texto da escritora Rita Sineiro, este é um conto sobre a crise dos refugiados através do testemunho autodiegético de um menino fechado num campo de acolhimento, inspirado no pequeno Aylan Kurdi, o menino sírio-curdo de três anos cuja morte durante a viagem da Turquia para a Grécia, em 2015, se transformou num símbolo da tragédia dos refugiados do Médio Oriente. As ilustrações de Laia Domènech, em tons pastel, destacam-se pela sua grande beleza e pela contenção cromática e formal. Este é um álbum emotivo, profundo e terno, com toques de

humor e com um final comovente que nos ajuda a ver a crise dos refugiados a partir de dentro, com empatia.

A editora Takatuka é uma das mais conhecidas editoras catalãs de perfil social comprometido. Os seus álbuns ilustrados mostram um mundo insolidário, xenófobo e elitista sem ambiguidades, com uma perspetiva irónica que, de facto, deixa uma pegada própria. Em 2017 publicou um álbum que foi ao encontro de um poema de 1998 em catalão, pertencente a Joana Raspall. Trata-se, portanto, de uma recuperação de um texto prévio para o atrair ao mundo ilustrado com as serigrafias de Ignasi Blanch. *Podrías* é um texto que, através das antíteses entre as cores, as línguas, o dinheiro e outros, coloca ao leitor na possibilidade de viver bem ou mal, ser rico ou pobre, protegido ou refugiado: “vestidos tendrías / de saco o de seda, / zapatos de piel

/ o alpargata vieja” (Raspall&Blanch, 2017, s.p.). As cores primárias, com destaque em amarelo, verde e vermelho tornam-se mais escuras e agressivas, a preto, quando coloca ao leitor infantil e ao mediador adulto numa situação de empatia e solidariedade, mas de forma direta, mesmo acusadora: “Por todo esto, piensa / que importa tener / las manos abiertas / y acoger al que huye / de sangrientas guerras / y escapa al dolor / y a la cruel pobreza” (Raspall&Blanch, 2017, s.p.).

Em segundo lugar, *Gritos en la arena*, de Arturo Abad, ilustrado pela sempre delicada e perfeccionista Mónica Serna (2011), transporta-nos a uma mãe e uma filha de aparência árabe sujeitas à falta de liberdade, situadas numa guerra num deserto, um espaço certamente distópico, mas claramente vinculado com as guerras do Médio Oriente. Não só os refugiados que se encontram no deserto e não conseguem avançar, mas também toda uma maré de pessoas deslocadas das suas terras de origem: “Las dos caminaron hasta el final de las jaimas y contemplaron las orillas del mar de arena. Había más personas a su alrededor. Algunos conocidos, otros, viajeros de lugares lejanos” (Abad & Gutiérrez Serna, 2011, s. p.). O texto provavelmente foi inspirado pelas revoltas da Primavera árabe entre 2011 e 2012 e manifesta um canto de esperança onde os gritos na areia, pelo deserto, clamam a liberdade, a paz e a terra, como é evidente no final do álbum: “Entre su pelo baila una esperanza que casi recuerda a la alegría. Mañana, volverá al desierto” (Abad & Gutiérrez Serna, 2011, s. p.).

Nas obras citadas vemos que o abandono do país de origem se dá em virtude de guerras ou conflitos, da ação violenta de grupos opressores ou ainda, do desemprego e da precariedade de condições de vida. São, portanto, destacados certos contextos de violações de direitos humanos e, em especial, dos direitos das crianças. A situação de risco para a segurança familiar parece ser a razão comum para que os personagens empreendam a viagem em busca de outras condições de vida, em lugares distantes.

As narrativas analisadas presentificam os perigos enfrentados em jornadas cruelmente reais, em que famílias nucleares seguem sozinhas ou em grupos, em condições precárias e/ou na clandestinidade. Ainda assim, os acontecimentos são recriados com delicadeza por imagens ou metáforas enunciadas pelo olhar narrativo de uma criança. No entanto, existe um apelo mais direto, mais comprometido que, com cores escuras e textos duros, chamam à empatia, fraternidade e afeição da criança.

Há ações cuja referência é comum a mais de uma obra e, nelas, recriam-se os perigos da travessia (às escondidas) feita pelas personagens. A título de exemplo, em *A viagem*, a partida é marcada pela figura da mãe, mostrando um livro com imagens de um país distante e diferente, indicativo do planeamento de um destino. No percurso, a família leva inicialmente uma grande quantidade de malas e viaja “por muitos dias”, passando de um veículo para outro. O narrador informa: “quanto mais nos distanciávamos... mais coisas iam ficando para trás” e, simultaneamente, as imagens mostram a família com sucessiva diminuição de pertences e em veículos cada vez mais precários, até a chegada à fronteira. O desafio de escapar de guardas armados e de atravessar o muro dialoga com as histórias dos migrantes contemporâneos. A viagem segue pelo mar, num bote frágil e sobrelotado e, depois, num comboio. O desfecho da narrativa é aberto, com a liberdade conquistada representada metaforicamente por imagens de aves migratórias. No final, o narrador-criança enuncia o desejo: “Espero, um dia, como esses pássaros, que consigamos encontrar um novo lar. Um lar onde possamos ficar seguros e recomeçar a nossa história” (Sanna, 2016, s/p). Também em *Gritos en la arena*, a muralha simbólica do deserto tenta ser ultrapassada cada dia pela mãe e pela filha, assim como por todos os deslocados pela guerra.

5 Considerações Finais

As narrativas dos livros analisados, defendem, de forma subtil, os direitos dos refugiados e exilados –o direito ao acolhimento, o direito de acesso à escola com condições de acessibilidade comunicativa e considerando as diferenças culturais e linguísticas, o direito ao trabalho, à liberdade, entre outros princípios que, de certo modo, se concretizam em alguns desfechos das obras supracitadas. Mas a violação de tais princípios também pode ser exemplificada nas narrativas, através situações nas quais são evidenciados: o desrespeito aos direitos humanos –os contextos de guerra e violência do país de origem, a exploração sofrida ao longo do caminho, o desconforto e o medo nas travessias clandestinas, a precariedade das condições de vida no país de destino.

Já a análise das obras de literatura selecionadas possibilitou entender como, através de variados recursos estéticos, a migração e o exílio são considerados questões atinentes aos direitos humanos. O tema enuncia-se, quer em peritextos que situam e contextualizam a inspiração para as histórias, quer na narrativa central, em textos e imagens que constituem enredos ficcionais sobre migrantes ou exilados, inspirados em grande medida na escuta de pessoas em tal condição.

A nossa análise debruçou-se especialmente sobre a forma como as obras apresentam os lugares de origem das personagens, as razões para a decisão de migrar; os percursos migratórios, os seus perigos, desconfortos e tensões e, por fim, a forma como tratam elementos dos processos de adaptação dos personagens (migrantes/refugiados) aos países de destino.

Secundamos outros pesquisadores que defendem que as obras de literatura de potencial receção infantil podem operar uma abertura para a diferença que não signifique apenas o reconhecimento de que existem muitas línguas, culturas, histórias, memórias, formas de existir e de (re)existir no mundo, mas que inclua o respeito pelos direitos à vida, à integridade física, à segurança, à liberdade. Especificamente em relação aos direitos das crianças, a leitura de livros de literatura com personagens crianças migrantes/refugiadas pode colaborar para que se reconheça que são vitais para elas a proteção contra a violência, negligência e o direito à assistência humanitária adequada e a um ambiente acolhedor, conforme os Artigos 13, 19 e 22 da Convenção dos Direitos da Criança da ONU.

Talvez, através de histórias de viagens nem sempre sonhadas, desejadas e planificadas se possa promover nas novas gerações empatia para com as pessoas de diferentes nacionalidades que migram ou se refugiam nesta “jangada de pedra” que é a Península ibérica.

Referências

- Abad, A & Gutiérrez Serna, M. (2011). *Gritos en la arena*. Madrid: Narval.
- Ainsa, F. (2012). Pasajeros en tránsito. *Palabras nómadas: Nueva cartografía de la pertenencia*. Frankfurt a. M., Madrid: Vervuert Verlagsgesellschaft, 77-101.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR). Dados sobre Refugiados. 2022. Acedido a 15.05. 2023. Disponível em: <https://url.gratis/w8Q2n>.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR). Refugiado ou migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto. 2015. Acedido a: 15.05. 2023. Disponível em: <https://url.gratis/4Jew>
- Assembleia Geral da ONU. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos (217 [III] A). Paris. Acedido a 15.05. 2023. Disponível em: <https://url.gratis/mXJkJ>.
- Colomer, T. (2016). La literatura que acoge: un proyecto de investigación en las aulas. In FITTIPALDI, M. (coord.). *La literatura que acoge: inmigración y lectura de álbumes*. Barcelona: Banco del Libro (pp.103-10).
- Dehoux, A. & Durante, E. (2019). Fictionalising les dérives de la globalisation / Fictionalizing Dark Sides of Globalization: Introduction. *The Canadian Review of Comparative Literature*, vol 46, nº 1, 7-13.
- Glissant, É., Gilles, Y. & Bertelli, F. (2016). Conversation sur la mondialisation. *Chimères*, 90, 32-44. <https://doi.org/10.3917/chime.090.0032>.
- Guillén, C. (1998). Mundos en formación: Los comienzos de las literaturas nacionales. In *Múltiples moradas. Ensayo de Literatura Comparada*. Barcelona: Tusquets, 299-335.

Martuscelli, P. N. (2017). Crianças desacompanhadas na América Latina: reflexões iniciais sobre a situação na América Central. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. Bauru, v. 5, n. 1, p. 77-96, jan./ jun.

Moura, J-M. (2016). D'un sous-ensemble de la littérature mondiale: Les lettres transatlantiques. *The Canadian Review of Comparative Literature*, vol 43, n° 16, 406-413.

Petit, M. (2018). Transfigurar el horror en beleza. In Secretaría de Cultura/DGP. Para leer en contextos adversos y otros espacios emergentes. México: Dirección General de Publicaciones.

Raspall, J. & Blanch, I. (2017). *Podrías*. Barcelona: Takatuka.Sanna,

F. (2018). *A Viagem*. Editora Fábula.

Sineiro, R. e Domènech, L. (2022). *Filas de sonhos*. Editora Akiara.

“Frio” de João Antônio: o abandono social como consequência da Colonialidade

"Frio" by João Antônio: social abandonment as a consequence of Coloniality

Claudia Maria Cantarella Silva ¹[0009-0005-5572-7201]

claudia.cantarella@unesp.br

¹Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara-São Paulo, Brasil

Resumo. Neste artigo, pretendemos mostrar como, no conto “Frio” – um entre os nove textos do premiado livro *Malagueta, Perus e Bacanaço* (1963), do jornalista e escritor brasileiro João Antônio (1937-1996) –, o abandono social que alicerça a vida das personagens da narrativa pode ser interpretado como consequência da Colonialidade – padrão de poder originado no século XVI, enraizado e ainda presente na vida das populações colonizadas tendo em vista que, ao longo dos séculos, definiu formas de vida dos povos explorados/subalternos, sobretudo, dos que vivem à margem social. Acreditamos que, em “Frio”, o espaço, composto pelas ruas, pelas personagens marginalizadas e pela técnica narrativa, ao mesclar o ir-e-vir entre narração e monólogo interior, são aspectos que intensificam, nas personagens e também no leitor, o medo e o terror, sem, entretanto, afastar o veio poético do discurso, marca da escrita do autor. Para alcançarmos esse intento, lançaremos mão dos estudos de Walter Mignolo (2008) sobre Colonialidade e utilizaremos observações de Aristóteles (2008) e de Júlio França (2018) sobre o terror.

Palavras-chave: João Antônio, Literatura brasileira, Colonialidade, Abandono, Vida marginal.

Abstract. In this article, we intend to show how, in the short story "Frio" – one of the nine texts of the award-winning book *Malagueta, Perus e Bacanaço* (1963), by the Brazilian journalist and writer João Antônio (1937-1996) – the social abandonment that sustains the lives of the characters in the narrative can be interpreted as a consequence of Coloniality – pattern of power originated in the sixteenth century, rooted and still present in the life of colonized populations considering that, over the centuries, it defined ways of life of exploited/subaltern peoples, especially those who live on the social margins. We believe that, in "Frio", the space, composed of the streets, the marginalized characters and the narrative technique, merging the coming and going between the narration and the inner monologue, are aspects that intensify, in the characters and also in the reader, the fear and terror, without, however, removing the poetic vein of the discourse, a mark of the author's writing. To achieve this goal, we will make use of Walter Mignolo (2008) studies on Coloniality and use observations of Aristóteles (2008) and Júlio França (2018) on terror.

Keywords: João Antônio, Brazilian literature, Coloniality, Abandonment, Marginal life.

1 Introdução

“Frio, o vento era bravo. [...] Onde diabo teria se enfiado Paraná? [...] Um arrepio”. (Antônio, 1975, p. 67). Essa é uma breve passagem do conto “Frio”, um entre os nove textos de *Malagueta, Perus e Bacanaço*, livro de estreia, em 1963, do jornalista e escritor brasileiro João Antônio, e com cuja publicação o autor, além de dois prêmios *Jabuti* e do prêmio *Fábio Prado*, ganhou o reconhecimento por dar voz a malandros, jogadores, pedintes, seres esquecidos pela sociedade.

Essa voz subalterna que ecoa fortemente na escrita do autor e que retirou da invisibilidade personagens que não tinham verdadeiramente voz na literatura brasileira – ou, se a tinham, era uma voz que apenas ressoava por alguns ecos surgidos a partir do final do século XIX e início do século XX, quando da produção literária do Modernismo no País –, leva-nos a crer que João Antônio, por meio da crítica à

colonialidade impressa na vida sociopolítica no Brasil, pode ser considerado um escritor de visão decolonial, no sentido lato, já que trouxe à luz olhares e vozes sufocadas e esquecidas (Mignolo, 2008), tanto na realidade empírica quanto na literatura brasileira. Faz-se, assim, necessário, esclarecermos, ainda que sucintamente, os conceitos de Colonialismo, Colonialidade e Decolonialidade a fim de compreendermos como a crítica à Colonialidade transparece na obra do autor.

2 A Colonialidade e suas consequências

A Colonialidade corresponde à ramificação do pensamento que os colonizadores impuseram aos povos colonizados, quando estes eram tratados como inferiores por aqueles, ao desrespeitarem a cultura, a religiosidade, a língua materna, entre outras singularidades formadoras da população colonizada (Quijano, 2007). Desse modo, o Colonialismo, período histórico iniciado no século XVI, a partir das descobertas de novas terras, levou às colônias um padrão sociocultural europeu tido como única forma civilizatória, suprimindo às dos povos colonizados que, posteriormente, tiveram escravizada sua força do trabalho com base na exploração de uns seres humanos por outros, ou seja, os que foram colonizados passaram a ser escravizados ou explorados pelos colonizadores. É certo que muitos países deixaram de ser colônias de seus descobridores, entretanto, a independência territorial não se configurou como libertação da dominação do padrão de poder que se manteve sobre as populações subjugadas, uma vez que, ainda hoje, após cinco séculos, observa-se a valorização racial, social, política e cultural dos povos europeus sobre os que foram colonizados (Mignolo, 2017, pp. 11-12).

João Antônio Ferreira Filho – ou João Antônio, como preferiu o autor – nasceu em 1937, na periferia de São Paulo, Brasil. Filho de um imigrante português e de uma neta de escravos, trabalhou em diversas funções mal remuneradas até chegar, com a ajuda de amigos e de seus textos premiados, ao jornalismo e à literatura e consagrar-se como um escritor cujas particularidades como tema e linguagem nunca se distanciaram da vida às avessas que alicerçaram sua formação humana e literária. Diante disso, acreditamos que a voz que emana da narrativa do escritor seja, ainda que anterior aos Estudos Decoloniais, instituídos nos anos 1990 (Ballestrin, 2013, p. 89), uma espécie de grito dos povos invisibilizados, porém, inserido no contexto histórico do século XX, entre os becos e as vielas marginais dos grandes centros urbanos brasileiros, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro. Desse modo, a voz narrativa soa com um timbre decolonial, uma energia de descontentamento produzida pela própria colonialidade opressiva e condenatória (Mignolo, 2008, p. 249), considerando-se que o pensamento decolonial surgiu como uma força necessária para combater a opressão imposta, desde o surgimento da Modernidade/Colonialidade, quando da colonização das Américas e da consolidação do capitalismo nas terras colonizadas. (Mignolo, 2017, p. 12). Ao analisarmos o contexto atual, cremos que é com esta energia visceral que o narrador, nos contos de João Antônio, desnuda, no jogo narrativo com o leitor, suas personagens marginalizadas.

Vale ressaltar ainda que a exclusão social foi intensificada pela colonialidade, sabendo-se que, ao definir quem deveria ou não falar, pensar, ser, enfim, quem poderia ou não existir, a colonialidade isolou socialmente, e ao longo de décadas, as pessoas mais pobres que, de certa forma, precisaram encontrar meios para sobreviver, não só de pequenos trabalhos subalternos aos quais foram submetidos, mas também de conluios próprios da vida à margem. Essa forma de sobrevivência ampliou, substancialmente, o abandono social que fomentou o temor nas populações periféricas cujo passado, em geral, é obscuro, o presente é tenso e o futuro não pode ser idealizado diante das condições de subsistência a qual os abarca. A cultura dos colonizadores transformou em subalterna a dos povos colonizados e ramificou-se, ao longo dos séculos, sobretudo, na vida que ladeia os grandes centros urbanos (Mignolo, 2017, p. 11). Este viver à margem é o cenário retratado na obra de João Antônio por meio de um narrador que mescla realidade, linguagem e poesia, como pretendemos demonstrar neste artigo, tendo em vista que as personagens do universo da narrativa do autor não são retratos fiéis, João Antônio “não bate fotos. Pinta quadros apaixonadamente deformados” (Aguiar, 1999, p.108).

3 O gélido caminho

O conto “Frio”, objeto deste estudo, fascina-nos e nos angustia por narrar, num realismo extremamente “feroz”, a história de um garoto de dez anos, sem nome, cujo apelido é Nego. Menino pobre e negro, o protagonista é um engraxate, acordado no início de uma madrugada, para atender a um “pedido” de Paraná, apelido de um homem branco que se comporta com o “responsável”, o “professor de vida” do

garoto. O menino terá de atravessar sozinho, durante uma madrugada fria, a cidade de São Paulo. Ao percorrer bairros da metrópole para levar, em segredo, um “embrulhinho” ao próprio Paraná que o estará aguardando – salvo algum imprevisto – num antigo ferro-velho que o garoto deverá abandonar bem cedo, caso Paraná não apareça, Nego inicia um monólogo interior, em meio à descrição onisciente do narrador, revelando os sentimentos e as apreensões da criança: “Andando. Paraná mandara-lhe não ficar observando as vitrinas. [...]. Devagar, muita atenção nos autos. [...] Quando em quando, assomava um guarda nas esquinas. O seu coraçãozinho se apertava (Antônio, 1975, p. 59).

Na citada passagem, notamos a compaixão do próprio narrador pelo garoto, intensificada pelo diminutivo “coraçãozinho”, compaixão que corrobora com a tensão na narrativa, como se o narrador – conhecedor de tudo, estivesse a nos prevenir de algo terrível. O pequeno protagonista, tem uma incumbência perigosa que lhe causa medo, por isso, o “coraçãozinho” do menino “se apertava”. O olhar onisciente do narrador e o monólogo da personagem constroem no leitor, pelas sensações do menino, a insegurança concebida pelo abandono experimentado pela criança que vivencia o perigo das ruas.

De acordo com Aristóteles (2008), a respeito da tragédia clássica, para que o terror e a compaixão sejam sentidos pelo público, é necessário que este se identifique com o sofrimento e o medo pelos quais as personagens passam no palco, ou seja, por meio da representação, da *mimesis* desses sentimentos, a provocar nos espectadores a catarse ou a purificação de seus próprios medos e paixões. Para o filósofo grego, o terror “é uma aflição ou perturbação resultante de se imaginar que suceda uma desgraça destrutiva ou dolorosa (...) e que esses acontecimentos não pareçam distantes, mas próximos e imediatos” (Aristóteles, 2008, p. 15).

Analogamente, em “Frio”, quando, apesar do medo, Nego obedece a Paraná ao lembrar-se, em seu monólogo, das recomendações que o “amigo” lhe fizera, também nós, leitores, ficamos apreensivos, perturbados e inseguros com situações indesejáveis que poderão ocorrer ao menino: “atenção aos autos”, “travessia das ruas”, guarda nas esquinas”, expressões que geram no leitor a expectativa do perigo.

Ao longo do conto, o narrador segue com o menino a alimentar o temor que este sente ao nos relatar que Paraná não aparece, e o garoto, orientado pelo adulto, sabe que deverá dormir num barracão abandonado e, somente pela manhã, procurar por Nora, namorada de Paraná. Porém, antes de deitar-se, Nego dirige-se ao muro que teve de pular para entrar no ferro-velho e livra-se de uma incômoda vontade de urinar que o acompanhara durante todo o gélido percurso.

No breve conto, que descreve o caminho do menino e a esperança dele para o encontro com Paraná, há sucessivas passagens que geram intensa apreensão, narradas de forma bastante lírica, lirismo este que se configura como uma marca da escrita de João Antônio. As frases curtas – às vezes, não oracionais –, a sequência de sintagmas nominais, o modo de descrever como se falasse a um ouvinte e o uso de paroxítonas nos finais das frases estabelecem um ritmo que lembra versos livres de um poema e, do mesmo modo, imprime no leitor ora tensão, ora relaxamento em relação ao temor que o garoto sente: “Eta frio! Tinha medo. [...] Cansado, com sono. E se Paraná não viesse?... [...] Apalpou o embrulhinho branco. Não haveria de perdê-lo. (Antônio, 1975, p. 65).

É importante destacar que, apesar de não ser longo, o conto é separado por asteriscos em cinco partes que funcionam como minicapítulos. Cada parte representa, pela onisciência do focalizador, o fluxo da consciência da personagem Nego, o ir-e-vir dos pensamentos e do monólogo da personagem, por meio do qual temos ciência das ínfimas alegrias do menino, bem como de sua constante insegurança e aflição. A forma de contar, escolhida pelo narrador, privilegia o monólogo interior às ações das personagens, o que caracteriza “Frio” como um conto de atmosfera (Gotlib, 2001, p. 17). Este modo de contar, acreditamos, também, que seja um intensificador do medo causado no leitor, já que, no entrecruzamento entre a onisciência do narrador e o monólogo do pequeno personagem, a tensão se amplia.

O início do discurso do narrador não corresponde ao início da história, é, na verdade, uma antecipação da primeira meia hora percorrida pelo garoto pelas ruas frias de São Paulo: “O menino tinha só dez anos. Quase meia hora andando. No começo pensou num bonde” (Antônio, 1975, p. 59). Consideramos que haja uma aproximação da forma do discurso ao modo pelo qual são apresentados os pensamentos de Nego: os pensamentos vêm e vão, a narrativa segue o mesmo movimento. O ponto que marca o começo da história ocorre no início da segunda parte do conto, logo após o primeiro asterisco. É o momento em que Paraná acorda Nego para iniciar o percurso na madrugada: “Paraná havia chegado com afobação. [...] O menino dormia. Chegou-se: – Nego... Nego! O menino não queria. Paraná puxou a manta. [...] O homem suado na testa. Só explicou que precisava dele”. (Antônio, 1975, p. 60).

Apesar do frio, Paraná nos é apresentado com a testa suada, índice do estado de aflição da personagem, do medo que o atravessa e cuja causa aparece quando da explicação – o garoto tem de levar

um certo embrulhinho branco ao próprio Paraná, do outro lado da cidade. Depois, o adulto puxa a manta do garoto. A manta, a nosso ver, é símbolo da frágil proteção de Nego, ela o aquece do frio e do perigo, mas pode ser facilmente retirada dele. Paraná, ao puxar-lhe a manta, desprotege Nego e o conduz a uma missão ilícita e perigosa, e o menino tem de tomar muito cuidado para que os guardas não o peguem: “Levar um embrulho às Perdizes. [...] Muito importante. [...] Tomar cuidado com os guardas. Sim. [...] - O embrulho é sagrado, tá ouvindo?” (Antônio, 1975, pp. 60-61).

Paraná conduz Nego a uma situação de perigo e, ainda que cuide para que o garoto não sinta tanto frio durante a caminhada, pois forra internamente, com pedaços de jornal, o solado do tênis do garoto e entrega-lhe a manta verde para que se cubra, usa o menino para levar o “embrulho” que afirma ser muito importante. Por meio da estratégia narrativa adotada pelo narrador, ao mesclar as vozes das personagens ao seu próprio discurso, o leitor, durante a caminhada e o solilóquio de Nego, sente-se apreensivo com o que possa suceder à criança, caso seja abordada pelos guardas, ou no caso de Paraná não aparecer.

Colocamo-nos assim, no lugar do adulto explorador e na situação do menino – que obedece a Paraná, quando lhe responde “sim” ao que este lhe propõe a fazer. Assumimos o lugar de exploradores de um sistema social injusto, bem como o de tantas outras crianças que vivem diuturnamente a mesma situação de Nego e sentimos o quão impotentes somos diante do realismo do abandono social que nos é retratado e que, como interpretamos, é consequência da Colonialidade, há tantos séculos, imposta a muitos Paranas e Negos que jamais puderam dizer “não”. A sensação de impotência parece ampliar em nós o terror e nos leva, inclusive, à reflexão sobre a desproteção social, já que, como percebemos, no conto, o narrador nos insere na realidade dos protagonistas que ele nos retrata, e o terror exposto no espaço narrativo pode ser observado, também, fora do plano ficcional: na realidade das ruas das grandes metrópoles brasileiras.

A terceira parte inicia-se com uma retrospectiva por meio da qual o narrador descreve as personagens e o sentimento que as envolve. A essa altura, são estabelecidas algumas diferenças entre Nego e Paraná e explica-se o porquê da admiração e da dependência do garoto em relação ao adulto: Nego, “pequeno, feio, preto e magrelo”, vê em Paraná um protetor, o homem que lhe ensina as artimanhas para sobreviver no mundo à margem. Outra “viração” que o “professor de vida” ensina ao garoto é entregar, de quando em quando, e sob sua orientação, alguns pacotes aqui e ali. Paraná ensina a Nego formas de sobrevivência no espaço marginal que os abriga, mas também explora a criança e determina o que ela pode ou não fazer, conforme observado nesta passagem constante na quarta parte do conto: “Paraná deixava que o menino se entretivesse” com o padeiro Seu Aluísio, que contava anedotas às crianças (Antônio, 1975, p. 64).

O narrador transparece, na escolha do verbo destacado, que Paraná “deixava”, ou seja, *permitia* que Nego se distraísse com seu Aluísio, e infere, dessa forma, o poder que o malandro exerce sobre a vida do garoto, o qual, em sua inocência, vê Paraná somente de modo positivo em sua vida, como seu protetor e, por isso, adora-o. Seu Aluísio tem uma filha, Lúcia, “a menina branca”, e ambos gostam de Nego. São personagens que, apesar de representarem um mundo que contrasta com o do menino preto, ou talvez justamente por esse motivo, fazem com que o garoto sinta acolhimento. É a única passagem em que o narrador nos conta que Nego sorri: “Lúcia era menor que ele e brincava o dia todo de velocípede pela calçada. Quando alguma coisa engraçada acontecia, eles [Lúcia e Nego] riam juntos.” (Antônio, 1975, pp. 63-64).

Nego pensa em muitas coisas que fazem parte do universo da menina e que lhe são desconhecidas como, por exemplo, os brinquedos, os navios. Lúcia e Seu Aluísio levam Nego ao espaço da imaginação, da vida que Nego não experimentou em sua infância de abandono. “Lúcia contava que navios apitavam mais sonoros que chaminés. Enormes. [...] Iam e vinham no mar. O mar... Ele não sabia” (Antônio, 1975, p. 65). Novamente, podemos observar que as retrospectivas e as antecipações que constroem o conto são reflexos do ir-e-vir dos pensamentos da personagem. São elas que, geralmente, são utilizadas pelo narrador para sugerir níveis de significados por meio de imagens e símbolos. A palavra *navio*, por exemplo, “evoca a ideia de força e de segurança numa travessia difícil. É a imagem da vida, cujo centro e direção cabe ao homem escolher” (Chevalier e Gheerbrant, 1982, p. 632). Nego desconhece a ideia de segurança, de direção a seguir, por isso, repensa nos navios e agarra-se a eles para “atravessar” o mar, que “ele não sabia”, mas, que, para ele, “seria, sem dúvida, uma coisa bonita”. O mar era-lhe desconhecido, representa a travessia do menino, “as águas em movimento” que simbolizam um estado transitório, incerto, que pode levar à vida ou à morte, a depender da direção a ser tomada pelo navio.

É pelo ir-e-vir dos pensamentos de Nego, de caminharmos “com” ele durante a noturna e cortante caminhada e também “por detrás” dele, quando nos fala o narrador, que tomamos conhecimento de tudo o que ocorre na diegese. No conto, a visão “com”, definida por Jean Pouillon, na releitura de Bourneuf e Ouellet (1976, pp. 112-113), caracteriza-se pela escolha de “uma só personagem que será o centro da narrativa” e a partir da qual “vemos as outras”. É “com” Nego e “por detrás” dele que sabemos o que se passa na história e no pensamento do pequeno protagonista. O narrador onisciente, contudo, prefere *sugerir* os acontecimentos, por meio de imagens, símbolos e impressões, ao mesclar a sua voz à do garoto.

Tadié (1978, p. 77) teoriza que as comparações e metáforas ampliam as impressões que os espaços descritos causam no leitor, sinalizam novos níveis de significação e transcendem a própria narrativa - uma dessas *surimpressions* pode ser exemplificada, no conto, com a passagem na qual Nego se depara com um cão morto: “E se Paraná não estivesse no ferro-velho? Um pressentimento desusado passou-lhe pela cabecinha preta. [...] O menino ia só. Na segunda travessa, topou um cachorro morto. Longe, já o divisara” (Antônio, 1975, p. 66). O garoto pressente que algo ruim possa ter acontecido a Paraná (“longe já havia visto o cão morto”). Os automóveis que pareciam homens corriam tanto que atropelaram o cachorro e o mataram. Esta imagem leva-nos a inferir que Paraná representa o cão morto e que fora assassinado por homens que o perseguiram. O narrador, ao contar-nos que o menino “topou um cão morto”, ratifica o mau pressentimento de Nego, congela a imagem na mente do leitor e intensifica nele o terror ao imaginar que o menino, que já ia só, ficará, caso Paraná tenha morrido, ainda mais solitário no ambiente marginal. O narrador novamente mostra-se solidário ao garoto: “O menino procurou o homem por todos os lados. [...] Nada de Paraná. E se os guardas tivessem... Uma dor fina apertou seu coração pequeno” (Antônio, 1975, p. 67).

Notamos que, ao alternar as visões “com” e “por detrás” temos a impressão de que a consciência da personagem está a ser narrada naquele momento, marcada inclusive pelos modalizadores temporais. Ocorre, assim, a eliminação do jogo temporal, o que amplia o medo, como se observa: “Que bom se tomasse um copo de leite quente! [...] Lá na Rua João Teodoro podia tomar leite todas as tardes. Mas precisava agora era andar – Paraná já deve tá na boca de espera” (Antônio, 1975, p. 64). Desse modo, acreditamos que o tempo exterior (durante o caminho percorrido por Nego) corresponde às descrições do espaço exterior (a madrugada gelada), assim como o tempo interior (os monólogos do garoto) é correspondente ao espaço interior (as lembranças, os sonhos e os questionamentos do menino) que o narrador mescla à sua voz, o que confere à narrativa um efeito de proximidade com o leitor, a qual intensifica a tensão. É pelo frio caminho, repleto de monólogos que o leitor segue a acompanhar as tristezas, os sonhos e o medo de Nego. E essas sensações e sentimentos conduzem esse leitor ao terror da realidade do abandonado menino.

Conclui-se, do ponto de vista da posição temporal, que a narrativa em “Frio” ocorre no passado, mas, por caminharmos com Nego em seu espaço exterior e interior, o narrador, embora pareça ausente, insere-nos no trajeto do pequeno protagonista e leva-nos ao presente dos pensamentos do menino. Essa aproximação do leitor com o protagonista é alcançada, inclusive, pela linguagem utilizada pelo narrador, tão próxima da de sua personagem, caracterizada pelas gírias da malandragem, responsáveis pelo idioleto especial e marcante da narrativa joãoantoniana: “Os homens *escorregavam uma de cinco, uma de dez. Uma sopa* [...] Mas eram diferentes de Paraná, e o menino não *os topava* muito” [itálicos nossos] (Antônio, 1975, p. 63).

A esse idioleto está mesclada uma linguagem que, como um espelho, reflete a poesia do narrador e o desejo de acolher a personagem. Dessa forma, o lirismo do autor surge nos ecos da voz narrativa. A passagem lírica que segue exemplifica a proximidade e o sentimento de afeição do narrador em relação ao menino: “Somente se lembrou de que Paraná talvez estivesse esperando e apertou o passo. Vento. O pezinho direito subia e descia na calçada e o menino sentia muito frio” (Antônio, 1975, p. 65).

4 Imagens e símbolos

Em “Frio”, o narrador sugere níveis de significados ao utilizar-se de muitas imagens e símbolos: frios são os espaços externo e interno (a noite é fria, sem lua – o garoto é negro e está só). O que aquece Nego são seus pensamentos. Eles funcionam como o alimento que ampara nosso pequeno protagonista, como o leite que ele deseja e toma ao parar num bar, durante a caminhada. O narrador utiliza-se do ir-e-vir entre descrição onisciente e monólogo interior não só para representar a diegese, mas também para simbolizar a condição instável do ser humano marginalizado: espaço e tempo frios misturam-se a personagens subalternas que não têm nome, somente apelidos: Nego e Paraná. Este defende o garoto. “– Se algum te

põe a mão...se abre! Qu'eu ajusto ele.” (Antônio, 1975, p. 62) e coloca-o em perigo. Dá-lhe calor, frio e alguma esperança: puxa a manta verde que cobre o menino e depois a embrulha para que o garoto a leve nas mãos. Nego a mantém durante todo o percurso, carrega consigo a esperança de não perder o amigo e a própria vida. A manta/esperança o aquece. Nego também questiona sua própria sorte e a de Paraná. “Será que os guardas iriam agarrar Paraná?” (Antônio, 1975, p. 61). Os dois vivem à margem. O menino, engraxate e preto; o homem, “virador” e branco. Preto e branco estão “conluídos”, solidários num mundo abandonado e avesso a qualquer sentimento de amparo, o que amplia o terror de viver. Além disso, a intenção de mostrar que a malandragem passa “de pai para filho”, que o aprendiz obedece ao mestre e que ambos vivem num espaço regido por regras próprias a que obedecem para sobreviver reforçam a “herança marginal” que se estende, ou seja, o compromisso de proteção que os seres desse ambiente assumem uns com os outros se perpetua: “O embrulho é *nosso*, se aguenta. Se manca” [itálico nosso] (Antônio, 1975, p. 61).

“Frio” apresenta, além das metáforas simbolizadas, uma sinestesia que une todas as sensações físicas do garoto (frio, fome, arrepio, desejo de urinar) às emocionais (o medo, a solidão, o desamparo de Nego, o sonho de mudança, o temor de perder Paraná) – sua condição humana, insegura e repleta de medo, dentro da sociedade e da vida. “Frio, o vento era bravo. Sentia ainda o gosto bom do leite [...] Fome. [...] O que não aguentava era aquela vontade” (Antônio, 1975, pp. 67-68). Notamos, dessa forma, que as sinestésias, as sensações da personagem Nego são consequências do abandono, da realidade que o menino vivencia nas ruas, onde vive a esconder-se em galpões, em colchões rasgados e imundos, pois não tem moradia. O espaço marginal, então, compõe, no conto, o cenário do medo da criança abandonada, além de alimentar em nós a visão desencantada do mundo. (França & Araújo, 2018, p. 117).

A vida retratada em “Frio” representa o desencanto com o abandono, com a realidade dos grandes centros, com a subalternidade que precisa encontrar meios, em sua maioria, desumanos, para que os seres que a habitam possam sobreviver. Isso causa o incômodo existencial, a indignação, o temor diante do papel social que, como leitores, vemos refletido no espelho narrativo. A ambientação do conto é alicerçada por “espaços narrativos opressivos, que afetam, quando não determinam, o caráter e as ações das personagens que lá vivem” (França & Araújo, 2018, p. 117) – são as ruas geladas, “o colchão furado”, “a Avenida grande que desce a igreja das Perdizes”, “o ferro-velho”, “o barracãozinho de zinco”, “o Largo da Barra Funda”, “a sinuca”, ou seja, o ambiente compõe o terror diário vivenciado, principalmente, pela personagem Nego. Em “Frio”, é possível pontuar que o espaço da realidade social e tudo o que permeia os seres que vivem excluídos compõem o ambiente inumano. Acreditamos que João Antônio utiliza o espaço marginal, a madrugada paulistana, a criança que sabe que levava algo proibido a Paraná, o medo de encontrar um policial que o aborde, como elementos da obscuridade – consequência da colonialidade imposta, sobretudo, aos seres subalternos –, e à qual o narrador estabelece uma crítica como geradora do medo e do terror social. Em “Frio”, a realidade do abandono é a fonte do medo, aliviado apenas quando, em seus pensamentos, Nego se lembra de Seu Aluísio, de sua filha e de tudo que circunda a vida aparentemente simples e comum dessas personagens e que destoa tanto daquela que ele próprio vivencia.

Nego sente um desejo desesperado de urinar e, à urina, atribuímos a ideia de água suja, da qual é necessário libertar-se. O garoto urina no muro, livra-se daquilo que o incomoda, do que não lhe serve depois de tudo o que “filtrou” durante o percurso. Na voz de Paraná, o muro “era alto e difícil. Tomasse cuidado” (Antônio, 1975, p. 61). Depois, Nego “Abriu a manta verde, se enrolou, se esticou, ajeitou-se. Pensou muitas coisas. Olhando o mundão de ferrugem que ali se amontoava” (Antônio, 1975, p. 67).

Ao abrir a manta, ajeitar-se e olhar as ferrugens à volta, temos a impressão de que Nego, por algum tempo, libertou-se do medo que o afligia, embora continue num espaço “cheio de ferrugens”. O ato de urinar no muro, ainda que pareça grotesco, traz um lirismo subentendido: ao urinar, o garoto supera suas dificuldades. O fato de livrar-se da urina que o incomodava simboliza libertar-se também do homem que, quando bem desejasse, tirava-lhe o sono – vale lembrar que Paraná lembra Nego para a entrega do pacote, e o menino queria continuar a dormir. O homem, que para o garoto, ensinou-lhe todas “as virações”, lembra-o do sono para a realidade que gera nele o terror da vida às avessas.

5 O amanhã circular

Entendemos que o narrador, no conto “Frio”, joga com as palavras, com a composição do texto, a retratar, numa noite gelada de uma metrópole brasileira, o mundo periférico e socialmente despercebido, abandonado na miséria e no esquecimento e cremos que, sem desviar-se do lirismo, a voz narrativa denuncia, neste jogo, heranças de secular Colonialidade nas Américas (Mignolo, 2003, pp. 148-149). Ao

viajar pela madrugada sem lua a percorrer as veias da noite, não só acompanha o pequeno herói, mas também invade seu interior e luminosamente reflete ao leitor as sensações experimentadas pelo garoto. O narrador sabe mais do que o pequeno protagonista, no entanto, o que sabe, não conta, sugere habilmente por meio de imagens e insere, assim, o leitor no espaço do abandono social gerador do medo e da aflição. Mesmo ausente da história, ao compadecer-se do menino e do homem, o timbre decolonial da voz narrativa traz à tona vozes periféricas, sufocadas e esquecidas (Ballestrin, 2013, p. 105) e leva-nos a perceber que menino e homem à margem são açoitados pela condição de seres subalternos: Paraná como um cão morto na sarjeta, e Nego com um muro a ser pulado pela manhã, uma manhã que adivinhamos gélida como a noite sem lua, ainda que a desejemos clara e luminosa para aquecer o menino solitário.

Referências

- Aguiar, F. (1999). Evocação de João Antônio ou do purgatório ao inferno. In: *Remate de males*, 19, (pp. 105-120), Campinas, SP: IEL/UNICAMP.
- Antônio, J. (1975). Frio. In: *Malagueta, Perus e Bacanaço*. (pp. 59-68). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Aristóteles. (2008). *Poética*. (A.M. Valente, Trans.). 3ª ed., Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ballestrin, L. (2013). *América Latina e o giro decolonial*. (pp. 89-117). Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília: BR, v. 1, n.11. Acedido em 08-maio-2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>.
- Bourneuf, R., Ouellet, R. (1976). *O Universo do Romance*. (J. C. S. Pereira, Trans.). Coimbra, Portugal: Livraria Almedina.
- Chevalier, J., Gheerbrant, A. (1982). *Dicionário de Símbolos*. (V. C. Silva, Trans.). 13 ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olímpio.
- França, J., Araújo, A. (2018). *As artes do Mal*. Rio de Janeiro, RJ: Bonecker.
- Gotlib, N. B. (2001). *Teoria do Conto*. São Paulo, SP: Ática.
- Mignolo, W. (2017). *Colonialidade. O lado mais escuro da Modernidade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.32, n. 94. Acedido em 10-maio-2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVv/?format=pdf&lang=pt>.
- Mignolo, W. (2003). *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. (S. R. Oliveira, Trans.) Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Mignolo, W. (2008). *La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifesto y un caso*. (pp. 243-282). Bogotá, Colômbia: Tabula Rasa, n.8.
- Quijano, A. (2007). Colonialidad del poder y clasificación social. In: S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Orgs.), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Colômbia: Siglo del Hombre Editores. Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana.
- Tadié, J-Y. (1978). *Le récit poétique*. Paris, França: PUF.

Os elementos semióticos e a sua produtividade na narrativa vergiliana

The semiotics elements and their productivity in vergil's narrative

Anabela Morgado Pereira Matias¹

anabela.matias@ipb.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo. A Semiótica é, segundo alguns autores, a ciência dos signos, a interpretação da realidade, a leitura do não escrito. Nos romances vergilianos, a Semiótica adquire o poder absoluto da significação, e tendo como base a narrativa, uma poderosa forma de comunicação, completada por elementos simbólicos; a narrativa vergiliana pretende traçar um sentido que ultrapassa as meras aparências do significante. A Semiótica assume, aqui, um papel essencial na capacidade de analisar os signos presentes na diegese. Sabendo que estamos perante dois níveis semânticos: o da textualidade/ discursividade e o da enunciação e perante duas perspetivas, de Peirce e Saussure, pretendemos estabelecer conexões literárias, recorrendo ao intrigante universo dos signos linguísticos: “mãos”, “corpo” ou “morte”, parte do alicerce edificante dos romances vergilianos, enquanto elementos semióticos com produtividade narrativa. Partindo, então, da análise de obras vergilianas, onde estes elementos adquirem uma maior produtividade literária e significação semiótica, *Estrela Polar* (1962), *Manhã Submersa* (1953), *Para Sempre* (1982) ou *Em Nome da Terra* (1990), mostraremos a comunicabilidade dos significantes em construtos narrativos e os mundos semióticos que estes apontam.

Palavras-chave: Vergílio Ferreira; Semiótica; elemento semiótico; narrativa; semiótica da narrativa.

Abstract. The Semiotics is, according to some authors, the science of the signs, the interpretation of reality, the reading of the unwritten. In vergil's novels, Semiotics acquires the absolute power of meaning, and based on narrative, a powerful form of communication, completed by symbolic elements, the vergilian narrative intends to trace a meaning that goes beyond the mere appearances of the significant. Semiotics takes, here, an essential role in the ability to analyze the signs present in the diegesis. Knowing that we are facing two semantics levels: that of textuality/discursiveness and that of enunciation and faced two perspectives, of Peirce and to Saussure, we intend to establish literary connections, resorting to the intriguing universe of linguistic signs: “hands”, the “body” and the “death” are part of the edifying foundation of vergil's novels, as semiotic elements with narrative productivity. Starting, then, the analysis of vergilian works, where the semiotic elements acquire greater literary productivity and semiotic significance, *Estrela Polar* (1962), *Manhã Submersa* (1953), *Para Sempre* (1982) or *Em Nome da Terra* (1990), we will show the communicability of significant in narrative constructs and the semiotics worlds that point.

Key-Words: Vergílio Ferreira; Semiotics; semiotic element; narrative; semiotics of narrative.

1 Introdução

A narrativa vergiliana abrange diversos eixos analíticos permitindo, por isso, várias interpretações. Cremos que a personagem assume, em todos os romances, um estatuto de personagem problema, de acordo com a tipologia narrativa, vai-se, pois, construindo a par dos cronótopos que contribuem para a sua composição. Com Vergílio Ferreira surge uma ortodoxia onde o sentido da vida ou da condução do sentido da vida é o fio condutor da sua narrativa.

O herói vergiliano adquire, assim, um poder demiúrgico, criando um universo que atribuiu à personagem, um estatuto privilegiado no mundo da arte, tentando desta forma escapar à degradação e à morte. Os romances vergilianos, sem exceção, contemplam um poder simbólico intrínseco, caracterizador do narrador-protagonista, com sentido conotativo e que se alarga ao imenso espectro discursivo. Talvez, por isso, a narrativa vergiliana se abra tão facilmente à cinematografia, e esta proximidade narratológica entre a Literatura e o Cinema é um tema que merece análise aprofundada, devido à contiguidade destes dois sistemas semióticos³⁸.

Ao logo das narrativas, Vergílio Ferreira constrói as personagens em ambientes de situações-limite, atribuindo-lhes discursos num completo devir poético, desta forma, são as cambiantes espaciais e temporais que contribuem para a caracterização e interpretação de signos específicos, modelizantes dos protagonistas em situações enumeradas. O autor cria, pois, um universo imaginário e específico, através do qual recorre a imagens e às várias extensões do objeto textual, para comunicar e dramatizar a natureza e existência humanas. Faz, desta forma, uso da combinação entre significante/ significado (Sausurre) e símbolo/ ícone (Peirce), criando interpretações únicas, o que nos conduz a uma relação dicotómica “falsa” por natureza, entre a Linguística e a Literatura, encontrando pontos de interseção na linguagem em si, estas duas áreas complementam-se, formando um sintagma coeso e sólido.

Ferdinand de Saussure³⁹, fundador da linguística estrutural teoriza o princípio da arbitrariedade do signo linguístico⁴⁰, que é o mesmo que dizer que nos textos literários surge o cratilismo, onde os sinais linguísticos valem, não só, pelos seus significados, mas também pelos significantes, possuindo tessitura sonora dos sintagmas, enunciados, aliterações, entre outros. Tudo isto faz com que percebamos a necessidade que o leitor tem de uma competência capaz de dar conta da organização do mundo existente em cada obra literária. Atendendo à teoria de Charles S. Peirce, acerca da análise signíca, poderemos explorar a narrativa sob a perspetiva dos diferentes tipos de signo peirceano: símbolo, ícone e índice. Neste ponto, não enveredaremos por essa via, tão específica, por ser nosso objetivo a concentração da comunicação semiótica do signo na narrativa vergiliana e a sua comunicabilidade literária⁴¹; neste ponto não podemos circunscrever a Semiótica ao regime do signo⁴², mas sim em dois níveis semânticos não-signícos: o da textualidade/discursividade e da enunciação, se por um lado destacamos o domínio da escrita ou do objeto textual, e interrompemos a relação com o contexto, por outro, colocamos a ênfase nas dimensões da prática discursiva, intencionalidade e comunicação.

É indubitável que o autor, Vergílio Ferreira, ao produzir uma obra não tivesse em consideração nenhuma destas teorias, escreveu a seu bel-prazer, como qualquer autor, mas também é certo que nem por isso a sua obra deixa de retratar uma realidade pré-existente, isto fazendo alusão à arte literária e à literatura como linguagem, teoria defendida por Maurice-Jean Lefebvre⁴³. A ocorrência das mesmas imagens nos mesmos *topoi* e nas mesmas situações narrativas acabam por lhes atribuir significação às bem como aos contextos linguísticos. Vergílio Ferreira constrói um universo imaginário específico a que atribui uma simbologia particular, adquirindo, assim, ele um carácter semiótico. Estes elementos semióticos recorrentes e intrínsecos, criam uma individualidade textual e contextual específica e única que caracteriza o autor e a sua produção literária e enquanto elementos semióticos extraficcionais concorrem, na diegese, para completar a mensagem literária e caracterizar as personagens, atribuindo-lhes características indeléveis no plano narrativo que as diferenciarão das restantes. Segundo Fernanda Irene Fonseca, “a atividade linguística é fundamentalmente uma atividade cognoscitiva”⁴⁴, concordando com a autora, então Linguística e Literatura concorrem para a produtividade de sentido, permitindo o aparecimento da

³⁸ Referimo-nos ao cineasta Lauro António, que realizou o filme *Manhã Submersa*, inspirado no romance homónimo de Vergílio Ferreira, onde são visíveis as ligações do escritor ao cinema, bem como a presença de elementos semióticos passíveis de análise através dos espectros peirceanos: símbolo, ícone ou índice. Para aprofundar o tema da tríade peirceana vide Santaella, Lúcia (1983). *O que é a semiótica*. São Paulo: Brasiliense; Santaella (2000). *A teoria geral dos signos: Como as linguagens significam as coisas*, São Paulo: Pioneira.

³⁹ Saussure, Ferdinand de (1971). *Cours de linguistique générale*, trad. de J. V. Adragão, Lisboa; Publ. Dom Quixote.

⁴⁰ Dentro da característica arbitrária do sinal linguístico, o significante, ou sinal externo é constituído por uma cadeia de sons, enquanto que o significado é o sinal interno, ou a representação real do anterior (vide, Saussure, *op. cit.*, p. 72). Podemos, pois, afirmar que a linguagem é fechada, cada vez que nomeamos o real não contactamos com ele, mas sim com a linguagem; ela fecha-se porque é consentaneamente objecto e veículo.

⁴¹ Não é nossa intenção dissertar acerca do paradigma semiótico secundário, apesar desta análise poder ser incluída neste assunto. Para aprofundar o assunto da natureza triádica do signo, proposta por Peirce, vide Santaella, Lúcia (2005). *Semiótica aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. A autora refere-se à ciência geral dos signos, a Semiótica, como a ciência que, de maneira abstrata, alia a teoria geral dos signos com as análises práticas que envolvem os processos de signos, as análises de mensagens e as situações comunicativas.

⁴² Apontamos os trabalhos de Deleuze e Guattari (1980: 141).

⁴³ Lefebvre, Maurice-Jean (1975). *Estrutura do discurso, da poesia e da narrativa*, Coimbra; Almedina, pp. 17-22.

⁴⁴ Fonseca, Fernanda Irene (1986). “Vergílio Ferreira: a palavra sempre e Para Sempre. Conhecer poético e Teoria da Linguagem”, *In Teoria da Linguagem/ Teoria da Literatura*, Porto: Universidade do Porto.

Semiótica⁴⁵, enquanto ciência das diversas linguagens e da criação poética e literária, ou, de certa forma, tentando aproximar a linguagem, no entender de Jurij Lotman de um «sistema modelizante do mundo»⁴⁶. É neste âmbito que Vergílio Ferreira, e em cuja obra encontramos uma reflexão explícita sobre a linguagem, alicerça as personagens, os elementos comunicacionais e uma intencionalidade comunicativa específica. São obras com múltiplas abordagens, mas que conduzem sempre, e parafraseando Eduardo Lourenço, a «um conjunto de temas obsessivos»⁴⁷, permitindo o aparecimento das interpretações existenciais, a definição do Homem e a sua relação com o mundo.

Nesta forma, assistimos à ocorrência do mesmo elemento semiótico nas várias obras vergilianas, onde acabam por comunicar e encerrar sempre a mesma mensagem, independentemente da obra, da ação, do cronótopo ou da personagem referida. Partindo das obras mencionadas, iremos considerar determinados elementos semióticos que encerram uma conotação extraficcional e específica de determinadas personagens e em contextos semelhantes ou iguais.

Tais realidades ficcionais pretendem retratar a aniquilação do indivíduo, aquilo que resta depois da destruição existencial, ou não; a dilaceração e a ressurreição do Homem após a reflexão da condição humana. Gérard Genette alertou para a ambiguidade da palavra e para a supressão da linearidade do discurso provocada pelo «espaço semântico que se cava entre o significado aparente e o significado real»⁴⁸, de facto, as figuras encontradas no discurso vergiliano destacam e realçam o papel dos elementos semióticos e da metáfora na plurissignificação do sentido. A literatura enquanto sistema semiótico secundário⁴⁹ tem propriedade sobre o fenómeno da comunicação e todo o sistema de comunicação implica um fenómeno de significação e vice-versa. Isto é, todo o processo de semiose tem um modo intencional que poderá estar integrado num processo de comunicação, por isso são fatores relacionais⁵⁰, onde se implicam dualmente.

Apesar da narrativa vergiliana conter uma panóplia de elementos semióticos com produtividade literária, reduziremos o *corpus* textual a três elementos: “mãos”, “corpo” e “morte”, prolíficos nas obras *Manhã Submersa*, *Estrela Polar*, *Para Sempre* e *Em Nome da Terra*.

2 Elementos semióticos

2.1 Mãos

Originalmente, as «mãos» estão conotadas com o poder criador: são aquelas que moldam o barro, aquelas que ajudam a nascer e ao invés podem matar. É o elemento mais ocorrente nas obras *Manhã Submersa* e *Estrela Polar*. As mãos estão conotadas com o acto de fazer e criar; podem também ser o símbolo do pecado, ou aquelas que ajudam a ordenar o rumo do destino da personagem.

Em *Manhã Submersa* aparecem associadas ao pecado, e num contexto religioso da estada no Seminário: «Toda a correspondência é entregue aberta. Não conhece o Regulamento? Aberta? Atiro a mão aflita à minha carta criminosas» (MS: 36); ou «concha das mãos» (MS: 119). Mas também assume a conotação do repúdio, subjacente à realidade semiótica a que se refere. De facto, são «as mãos aduncas» (MS: 74), de D. Estefânia, parecendo aranhas mortíferas e fantasmagóricas que impressionam António e alimentam uma animosidade e repúdio pela figura e pelo ser da tutora.

Outra conotação atribuída às mãos, é a revolta: elas assumem características, ou animizações consoante o gosto, ou repulsa da visão do protagonista: D. Estefânia e os padres são descritos realçando o aspecto físico mais repulsivo: a tutora, com «a face esburgada, comida de ira e de virtude» (MS: 74) ou as mãos como “duas aranhas mortas” (MS: 91), nauseava António. Por outro lado, os padres são criticados

⁴⁵ A Semiótica começou por ser com Saussure, e também com Barthes, a ciência da linguagem que se ocupou dos sistemas de signos e neste âmbito, nomeada de Semiologia. Mais tarde, durante a década de sessenta do século XX rompeu com a linguística do signo e afirmou-se como a ciência da significação (Semiótica). Devido à dupla tradição: europeia, de inspiração linguística, o que quer dizer estrutural e formalista e tradição americana, que remonta a Peirce, de inspiração lógica e matemática esta ciência duas nomenclaturas - Semiologia e Semiótica, respetivamente.

⁴⁶ Acerca deste tema cf. «O sistema modelizante do mundo de acordo com o autor e a escola soviética de Tartu», in Silva, Vitor Aguiar e (1989). *Teoria da Literatura*, 4.ª ed., Coimbra: Almedina, pp. 88 e segs.

⁴⁷ Lourenço, Eduardo (1982). “Mito e obsessão na obra de Vergílio Ferreira”, in Godinho, Hélder (1982). *Estudos sobre Vergílio Ferreira*. Lisboa: IN-CM.

⁴⁸ Genette, Gerard (1969). *Figures II*. Paris: Seuil.

⁴⁹ Segundo Vitor Aguiar e Silva (1988: 75), o sistema modelizante é “uma série finita de signos interdependentes entre os quais, através de regras, se pode estabelecer relações e operações combinatórias, de modo a produzir-se semiose” e só existirá enquanto tal se a sua produção se fundamentar em determinado sistema, portanto, o sistema semiótico literário, logo se estiver ordenado em função de um determinado código. Isto pressupõe que num texto literário possam coexistir dois sistemas: um que será a base para compreensão do segundo, equiparado à língua natural, e outro que se “constitui e se organiza”, segundo Aguiar e Silva (1998: 58), a partir do primeiro, isto é o sistema modelizante primário - a língua e o sistema modelizante secundário - a obra literária.

⁵⁰ A este propósito ver Fidalgo, António (1998). *A Semiótica, a Lógica da Comunicação*. Universidade da Beira Interior; ou Roland Barthes (1988). *Mitologias*, Lisboa; Edições 70 (p.183 e segs.).

pelos atos cometidos com as mãos, «um padre quieto, de mãos escondidas nas mangas do viatório» (MS: 21), como se fosse cometer algum crime e esperasse sorrateiramente a sua presa; «No entanto, o homem terrível, de dedo bíblico no ar» (MS: 109). Devido às regras demasiado severas, António não consegue atingir o ascetismo pretendido pelo Seminário e vê refletido nas mãos o resultado da acção cruel contra um companheiro “perfeito”, aos olhos da instituição, contribuindo com as mãos para «a cara arruinada do Taborda e a minha ira amordaçada. Olhei as minhas mãos tintas de sangue e senti náuseas de agonia» (MS: 173).

Além das já mencionadas, a mão pode ter, ainda, outras conotações, como a da amizade: «Tomei-lhe então a mão em silêncio» (MS: 32). «Fitei Gaudêncio e desfeitas as divisões, as amizades que se falavam por baixo do Regulamento davam agora as mãos tranquilas» (MS: 60); mas também respeito, «E à minha irmã forçou-a a lavar as mãos» (MS:173), afinal António, o futuro ministro de Deus estava na presença da família, agora com outro estatuto e nada poderia conspurcar a sua beatitude.

Contudo, a mão podia ser a liberdade ansiada do jugo existencial a que estava sujeito no Seminário, «chegara até nós a notícia de o Mão Negra que batia agora de crimes as terras» (MS: 112; 143). O surgimento de uma personagem que podia manipular o destino de todos apenas com a mão, é reveladora, afinal era um herói desconhecido e unido pela desgraça aos jovens ali presos na sua existência. A mão, até então símbolo de poder humano e criador, era agora símbolo de uma nova vida e da justiça.

Mais tarde, é António que se automutila, na tentativa de libertação da prisão existencial. A imagem do estalar dos foguetes na mão do jovem, numa opção consciente, fá-lo perder três dedos da mão direita⁵¹. Com esta deficiência, jamais poderia ser um ministro de Deus, a imperfeição física e visível relegá-lo-ia para a vida comum e nunca para o ambicionado espaço e exclusivo da Igreja, tão desejados por D.Estefânia e pela mãe do clã Borrvalho.

Em *Estrela Polar*, as mãos são, essencialmente, condutoras do destino e de contacto com o Outro, símbolo da vida e dos elos sociais criados. Adalberto contacta com Aida através das mãos: «Tomo a mão de Aida, ela aperta a minha em silêncio» (EP: 35); ou, num tom mais íntimo, «Meto a mão de Aida no meu bolso» (EP: 185).

Recorrendo à metáfora, o autor continua com o enredo semiótico, podendo a mão transmitir a ideia de vida e força, o «calor das tuas mãos» (EP: 245); de uma ambicionada ausência de pecado, nas «mãos de alvura de hóstia» (EP:227); de paz, «Tomavas a minha mão e havia um assomo de paz» (EP: 218). E continuando com o recurso bastante produtivo da metáfora, descreve as mãos de Aida, que são especiais, são «mãos de cera» (EP: 202); no entanto, no final Adalberto vê as suas mãos agirem sozinhas e tirarem a vida a Aida, «As mãos saltavam-me» (EP: 274), Adalberto já não tem poder sobre elas. Mas as mãos de Aida recatadas e perfeitas, contrastam com as da mãe de Adalberto, que eram “gretadas”, resultado do trabalho e da vida. As mãos também conduzem o destino terreno:

«- Conheço a estrada como as minhas mãos! – garantia ele. Conheces como? Se tas cortassem, as baralhassem com outras... as mãos são ainda tu – quem se conhece a si mesmo?» (EP: 14)

As mãos podem, sem dúvida, ter muitas conotações, mas há uma ideia principal que perpassa: a da condução do destino, da liberdade de actos e da corresponsabilização, do indivíduo nas acções.

Em *Para Sempre*, as mãos encontram-se associadas à dádiva subserviente, «estendeu as duas mãos para mim, tomou-me a tigela» (PS: 58), ou a rememoração da vida com Sandra, que Paulo tem na mão, mas sobretudo na memória,

«Tenho a tua vida inteira na cabeça. Tenho-a nas mãos, a tua mão pequena, de dedo frágil, o teu corpo breve delicado.Tenho-a na boca, nas visceras, nos dentes da imaginação - meu amor de brinquedo. Sento-te na palma larga da minha mão, ergo-te à vertigem do meu grito» (PS: 64).

2.2 Corpo

⁵¹ É a atitude desprezível de D. Estefânia, que protegendo os filhos do lançamento dos foguetes expôs o jovem António ao perigo, «Não peguem nisso! Não deem vocês as bombas, que se podem queimar! O António que as deite! [...] Sim. Portanto, a minha carne podeia arder. Cada raiz da minha vida se iluminou em desespero». (*Manhã Submersa*: 212-213).

O corpo e a simbologia que lhe subjaz é também explorada por Vergílio Ferreira, através de imagens sucessivas. Os romances deste autor são, neste sentido, pertinazes, aproximam-se, de certa forma, à concomitante interpretação literária: se por um lado, no romance *Em Nome da Terra* (1990) se exalta a beleza corporal de Mónica, por outro, assiste-se a uma galopante degradação física, instigando a uma pluralidade de sensações que contribuem para a existência da subjectividade no romance vergiliano. Muitas vezes, assistimos à dilaceração e à perturbante inquietação existencial provocada pela degradação lenta, ou não, do corpo, a que o herói vergiliano forçosamente assiste e fortemente o perturba.

O romance, *Em Nome da Terra*, inicia com a referência bíblica de S. Mateus, «*Hoc est corpus meus*» (Mateus, XXVI, 26), surge um corpo degradado, velho e mutilado, João vive numa casa de repouso, já viúvo e sem uma perna. Escreve uma longa carta à mulher, Mónica, já morta e de quem o corpo sofreu um complexo processo de degradação. É muito comum associarmos a ruína humana ao processo da velhice que domina todo o corpo, sucedendo-lhe a solidão, a doença e por fim a morte. Resta a memória, se ainda existir, daí o narrador afirmar: “Meu pobre corpo. É um complicado sistema de esgotos. [...] uma vegetação de ruína”⁵². Este elemento semiótico do corpo humano degradado, velho, remete imediatamente para a ruína e que só terminará na morte.

A personagem principal, João, não se inibe de revelar os medos e angústias, afinal está perante uma galopante e incontrolável degradação física da esposa e também do seu próprio corpo, por isso estas questões físicas não o apoquentam, nem aliás pretende solucionar os problemas que advêm com a velhice, vai simplesmente questioná-los para melhor os compreender. Esta ruína corporal da falta de parte da perna de João estende-se até à imagem do Cristo mutilado, pregado na parede do quarto do asilo, ou a morte manifesta no desenho de Dürer.

«Queria só o Cristo que trouxe da aldeia depois da morte da minha mãe, como sabes, e que estava na sala de jantar por cima do aparador, queria um desenho do Dürer que estava ao lado da minha secretária, e uma estampa a cores de um fresco de Pompeia que era a deusa Flora ou a Primavera e que estava também no escritório e se parecia imenso com a essência de ti. Já trouxe tudo»⁵³.

O termo «mutilado», semioticamente, conduz-nos para a decadência, deterioração, degradação e em último caso para a destruição ou decrepitude. Mas esta mutilação ou até ruína corporal conduz o Homem para um estado de melancolia, cria-se, então o cenário semiótico da ausência do ser, tal como todos os outros velhos que também coabitavam no asilo,

«Aleijados de muletas [...] velhos curvados a arrastar os pés, para onde ides? um não tinha pernas, [...] tortos estropiados, [...] restos sórdidos da humanidade»⁵⁴.

Surge um constante ideário do *tempus fugit*, da juventude, da força, da vida, resultado do erigir contínuo dos elementos da ruína, enquanto termo aglutinador. Neste sentido, a incapacidade do corpo reagir devido à mutilação ou à ruína, permite o (auto)questionamento existencial e a memória do corpo outrora perfeito de Mónica, atleta e dona dos movimentos corporais e do corpo natural de João, mas ambos largados no passado. É esta metáfora da moderna «ruína/ mutilação» que irá permanecer ao longo da narrativa, um corpo agora incapaz de responder às necessidades,

«Vou lembrar-te quando já era juiz lá no Norte. Tinhas já o teu lugar de professora na capital e havia um sarau de ginástica. (...) Quando eu cheguei estava já o sarau em movimento. Depois vi-te – oh. Estavas linda fresca vitalizada. Volúvel aérea leve. E tão intensa. Penso em ti e o que me apetece é repetir contigo a festa do teu corpo. Repetir a alegria. A eternidade. (...) E os teus movimentos flexíveis, vigorosos e delicados»⁵⁵.

⁵² Vergílio Ferreira, *Invocação ao Meu Corpo*, 2ª edição, Lisboa, Bertrand Editores, 1994, p.264. Irá também surgir na obra *Em nome da Terra* de Vergílio Ferreira, o tema da degradação do corpo, fruto da passagem do tempo e da idade surge em muitos outros autores, tal como Maupassant, Guy de, *Contos escolhidos de Guy de Maupassant* (Trad. Pedro Tamen), Lisboa: Publicações D.Quixote, 2011.

⁵³ Vergílio Ferreira, *Em nome da Terra*, 3.ª ed., Lisboa: Bertrand Editores, 1993, p. 46.

⁵⁴ *Idem*, *Em Nome da Terra*, 3ª edição, Lisboa, Bertrand Editores, 1993, p. 232.

⁵⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 32.

Em *Para Sempre* a imagem do «anjo mutilado»⁵⁶ surge na memória de Paulo, a propósito da discussões de questões teológicas com os amigos, neste momento decorrente do seu próprio sofrimento, e resultante da solidão e abandono que a si próprio impôs, transpondo, então, apenas para agora, o diálogo reflexivo para um outro "Tu", a Sandra já morta. Mas o corpo pode ser agradável e de fácil afago, sentido na «doçura do teu corpo»⁵⁷.

Ou em *Estrela Polar*, a mãe de Adalberto após um problema de saúde fica confinada a uma cama sem poder ter comando no corpo, também ele mutilado pela ausência de resposta aos estímulos.

«Eu, porém, não te reconhecia a voz que se te aleijava na boca, na máscara de horror com que me insultavas ou te insultavas a ti e à vida [...] Ela tentou responder mas só lhe ouvi um sussurro de palavras sopradas.»⁵⁸

Mas é o corpo morto de Aida que revela a ambiguidade entre a morte e a aparição da vida. É a procura do Outro e da sua comunhão, inatingível entre Adalberto e Aida, que conduzirá o narrador à concretização da sublimação do ato de criação ou do oposto. Ao matar Aida, Adalberto atinge o zénite do Criador, ao se assumir como o inventivo do sopro de vida, caminha obrigatoriamente para o concretizador da morte,

«E vou para ti, as mãos saltaram-me e tu abriste uns olhos de terror. E a tua língua... e estavas morta. Estavas feia»⁵⁹.

Uma outra variável do corpo são os dentes, que segundo Helder Godinho se ligam, «à força e à ânsia sexual»⁶⁰, descrevem também a decadência humana, a constatação de que o homem não é perene e a presença da sua existência fugaz. Em *Manhã Submersa*, a boca de D. Estefânia é apresentada com uma compostura repulsiva (MS: 92), tal como toda a figura que ela representa para António. O aspeto figurado do corpo aparece muitas vezes figurado na noite, na incerteza e até na morte, tal como na de Gaudêncio, «um punho cabeludo apertou-me o coração» (MS: 209); ou na sexualidade reprimida de um adolescente,

«Eu vi, estarecido uma cena infernal. Surdos no ardor, só uns instantes depois eles ouviram um ruído da porta e a da minha presença. Então Carolina atirou o Doutor para o lado e, tomando balanço, sentou-se na cama compondo-se. Abruptamente, fechei a porta e fugi, aturdido, para a noite do quintal.»⁶¹

Em *Estrela Polar*, a velha Frederica, que espera a filha «há seis anos», tem um lábio rachado e um dente à mostra que reluzia (EP: 179); a filha de Jeremias, Clarinda, «falta-lhe um dente na frente» (EP: 54). A imagem agreste continua associada, por vezes, ao espaço: «A face da cadeia tem um ar cerrado de dentes na mole negra de granito» (EP:277). Adalberto sente que «Os dentes cerram-se-me de angústia», pela sensação causada pelo labirinto existencial. Também, a agressão exterior pode ser revelada pela imagem personificada dos dentes, «O vento gelado de Dezembro esperava-nos às esquinas, de dentes finos à mostra» (EP: 105).

A boca pode, ainda, revelar o interior do ser: D.Estefânia é um ser diferente da sua compostura exterior, «Pude então reparar na língua de D.Estefânia, que era esponjosa, recortada aos bicos como as bordas de certas fotografias» (MS: 76); a descrição feita é de um ser repugnante; o narrador-protagonista transfere os seus sentimentos para a visão crítica da personagem.

2.3 Morte

A morte, em Vergílio Ferreira, a consciência de que o homem viveu e atuou, é uma certeza. Em *Manhã Submersa*, a morte é a libertação da vida, da prisão a que o homem estava votado (prisão ontológica e física, no Seminário). Os companheiros de António são comparados a “mortos que respirassem”. A morte era o preço para quem praticasse um pecado,

⁵⁶ *Idem Ibidem, Para Sempre, p. 166.*

⁵⁷ *Idem Ibidem, p. 205.*

⁵⁸ *Idem, ibidem, Estrela Polar, p. 16*

⁵⁹ *Idem, ibidem, p. 274.*

⁶⁰ Godinho, Helder (1985). *O universo Imaginário de Vergílio Ferreira*, Lisboa: Instituto Nacional de Invesrigação Científica, p. 95.

⁶¹ Ferreira, Vergílio, *Manhã Submersa, p. 156.*

«Assim começou um jogo de perseguição entre mim e o meu demónio da carne, quando subitamente eu pensava: Ouve, desgraçado, espera! Tu vais morrer, lembra-te bem! Vais morrer! Vai-te acontecer uma coisa extraordinária e não aguentas, e morres, mergulharás no Inferno para sempre»⁶².

A aparição da morte é o momento em que Gaudêncio desiste de viver, para se libertar de um destino imposto: «- Morreu! – clamei, doido» (MS: 201).

Em *Estrela Polar*, a morte é a forma do homem entender que um dia existiu, de recuperar a sua inocência; pois uma coisa só é real, quando acontece e a morte é pois real? A morte, para Garcia, é uma extensão da vida: todo o criador tem o dom de criar e matar, senão nunca seria criador ou Deus «O mundo morre realmente quando eu morrer» (EP: 244); há então, que acreditar na imortalidade e na força do homem para continuar vivo. A perenidade do ser humano, surge pela marca real da sua existência ou através na marca da morte, «se um tipo aceita que a morte é realmente o fim de tudo, para que diabo pinta ele?» (EP:244). Mas a morte é real: a mãe morreu; o filho morrerá, também; a sua semente de imortalidade desaparecera, faltava morrer Aida, ela já se lhe gastara.

Em *Para Sempre* o elemento da morte surge ao longo da narrativa e em vários momentos. Paulo afirma que «O homem é mortal»⁶³, por isso há tantas mortes: a das tias Luísa e Joana, da mãe e da mulher Sandra e agora a de Paulo, que também regressara à casa da infância para morrer. Estes dois polos, entre a vida e a morte, são constantes ao drama dos heróis vergilianos. Em *Manhã Submersa* é a tocante morte de Gaudêncio que vai despoletar a força de António para assumir as escolhas de vida e sair do Seminário; em *Estrela Polar*, a morte da mãe, do filho e de Aida, esta às suas mãos, irão revelar a importância atribuída ao universo semântico dos textos; de facto, a morte surge por necessidade para afirmação do indivíduo enquanto substituto do Criador. Mas *Em nome da Terra*, a morte surge para denunciar a ruína e degradação corporal que afinal é existencial; mostrando-nos a fragilidade da existência do homem e a angústia que deriva da certeza que isso, um dia, acontecerá. À medida que ele, o autor, se confronta com a sua própria condição finita, a solidão amplia-se, sobretudo por esse confronto acontecer longe de um ambiente familiar.

A tanatologia vergiliana reside, então, na experiência da antecipação da morte como essencial e que promove a necessidade de justificar a vida, através da eleição de um valor, que é o do próprio Homem.

3 Conclusão

Ao longo da escrita, o narrador-protagonista vergiliano vai criando uma série de necessidades de verbalização da relação íntima das experiências vividas pelo Homem. A presença de elementos semióticos na Literatura são, sem dúvida, uma mais valia para a interpretação e para a explicação da condição humana, numa análise sintetizadora da dor de quem observa, constroi e vive, de forma atormentada e aflitiva, revestindo-se, tal posição, de um carácter metafísico. A presença dos mesmos elementos adoptam interpretações próximas se ocorrentes no mesmo contexto narrativo.

A escrita de Vergílio Ferreira, enquanto sublimação da angústia, expressa a condição humana, que apesar de padecer de cada situação vivida, propõe concretizar a sua utopia, afirmando o indizível, comunicando o incomunicável e aguardando resignadamente a chegada da morte, numa tentativa de se defender da aniquilação existencial.

Ao assumir a produtividade dos elementos semióticos na narrativa, Vergílio Ferreira atribui simplicidade e coerência literária, e ao recorrer à metáfora, permite uma interpretação em vários sentidos, tendo em conta a sua pertinência na interpretação do discurso figurado, marcado pelo literário, ela contribui para a configuração lírica da narrativa vergiliana.

A presença dos três elementos semióticos eleitos (apesar de haver, tal como foi inicialmente referido, uma panóplia deles), constroem universos semelhante e dinâmicos, mas todos eles com um sentido comum: questionamento e, conseqüentemente, a superação das suas inquietações e angústias. A degradação ou a ruína pessoal é apresentada como o fio persistente do íntimo das personagens, já que que o narrador concebe a ruína física como símbolo de perfeição e de vitalidade.

⁶² *Idem, Ibidem*, p. 178.

⁶³ *Para Sempre*, p. 85.

Referências

- Braith, Beth (2000). *Língua e literatura: uma falsa dicotomia*. Rev. ANPOLL, n. 8, p. 187-206, jan./jun.
- Deleuze, Gilles, e Guattari, Félix (1980). *Sur quelques régimes de signes*, Mille Plateaux, Paris, Minuit, pp. 140-184.
- Ferreira, V. (2011). *Estrela Polar*, Lisboa: Quetzal.
- (2008). *Para Sempre*, Lisboa: Quetzal.
- (2000). *Manhã Submersa*, Lisboa: Bertrand Editora.
- (1994). *Invocação ao Meu Corpo*, Lisboa: Bertrand Editores
- (1990). *Em nome da Terra*, Lisboa: Bertrand Editores
- Fonseca, Fernanda Irene (1986). “Vergílio Ferreira: a palavra sempre e Para Sempre. Conhecer poético e Teoria da Linguagem”, In *Teoria da Linguagem/ Teoria da Literatura*, Porto: Universidade do Porto.
- Gavilanes-Laso, J.L. (1989). *Espaço Simbólico e Metafísico*, 1-ª ed., Lisboa: Publicações Dom-Quixote
- Génette, Gerard (1969). *Figures II*. Paris: Seuil.
- Godinho, Hélder (1985). *O universo Imaginário de Vergílio Ferreira*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica
- Levebre, Maurice-Jean (1975). *Estrutura do discurso, da poesia e da narrativa*, Coimbra: Almedina.
- Lourenço, E. (1982). “Mito e obsessão na obra de Vergílio Ferreira”, In Godinho, Hélder (1982). *Estudos sobre Vergílio Ferreira*. (pp. 382-389). Lisboa: IN-CM.
- Santaella, Lucia (2005). *Semiótica aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Saussure, Ferdinand de (1971). *Cours de linguistique générale*, trad. de J. V. Adragão, Lisboa: Publ. Dom Quixote.
- Silva, Vitor Aguiar e (1989). *Teoria da Literatura*, 4.ª ed., Coimbra: Almedina

Plano de negócios para um Alojamento Local na região transmontana: criação da empresa RTT

Business plan for a Local Accommodation in the Transmontana Region: creation of the company RTT

Marta de Assunção Rodrigues Alves¹, Amélia Maria Martins Pires²[0000-0003-4312-3820], António Borges Fernandes²[0000-0002-6526-9903].

martalves1@gmail.com, amelia@ipb.pt, antoniof@ipb.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

²UNIAG; Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo. O alojamento local (AL) é um segmento turístico que tem vindo a ganhar visibilidade ao longo dos últimos anos, tendo registado um impulso significativo durante a pandemia COVID-19, em particular nas regiões do interior, período a partir do qual este segmento de negócio se viu alavancado por um público particular, que gosta de viajar para destinos que ofereçam condições de lazer e lhe permitam também trabalhar, ou seja, ofereçam a possibilidade de usufruir de estadias com serviços compatíveis com um estilo de vida moderna. É neste contexto que se desenvolve o presente trabalho, que tem como objetivo procurar perceber se Trás-os-Montes (Nordeste de Portugal) reúne as condições necessárias para se posicionar como um destino suficientemente atrativo para este tipo de visitante, tendo em vista a implementação de uma nova unidade de AL. Para lhe dar resposta, o estudo inicia com uma breve contextualização da temática e da sua relevância e prossegue com o desenvolvimento de um plano de negócio, tendo por base a metodologia Harvard que, para além de oferecer uma caracterização da unidade de AL, compreende um estudo de mercado e uma análise económico-financeira projetada a cinco anos. Os resultados obtidos permitiram concluir que a região detém recursos e potencial turístico, confirmado pelo plano de negócio desenvolvido, que permitiu concluir que o projeto para a implementação da unidade de AL a instalar tem viabilidade económico-financeira.

Palavras-Chave: Alojamento Local, Desenvolvimento regional, Turismo, Turismo em espaço rural.

Abstract. Local accommodation (AL) is a tourist segment that has been gaining visibility over the last few years, having seen a significant boost during the COVID-19 pandemic, particularly in the interior regions, a period from which this business segment was leveraged by a particular public, who likes to travel to destinations that offer leisure conditions and also allow him to work, that is, offer the possibility of enjoying stays with services compatible with a modern lifestyle. It is in this context that the present work is developed, which aims to understand whether Trás-os-Montes (Northeast of Portugal) meets the necessary conditions to position itself as a sufficiently attractive destination for this type of visitor, with a view to implementing of a new AL unit. To answer it, the study begins with a brief contextualization of the theme and its relevance and proceeds with the development of a business plan, based on the Harvard methodology which, in addition to offering a characterization of the LA unit, comprises a market study and a five-year projected economic-financial analysis. The results obtained allowed to conclude that the region has resources and tourism potential, confirmed by the business plan developed, which allowed to conclude that the project for the implementation of the LA unit to be installed has economic and financial viability.

Keywords: Local accommodation; Regional development; Tourism; Tourism in rural areas.

1 Introdução

A nível global, o turismo é uma atividade no setor dos serviços com importância capital e em muitos países tem vindo a desempenhar um papel muito relevante na dinâmica económica e no fomento do investimento e do emprego (Silva, 2020), como é o caso de Portugal, onde representa um importante contributo para a criação de riqueza, de emprego, qualidade de vida e sustentabilidade (Oliveira, 2014; Pintassilgo et al., 2016). O importante papel que o setor tem vindo a desempenhar, como fonte de emprego e rendimento, o que, de resto, se encontra justificado pela existência de uma tendência de crescimento muito positiva (INE, 2023), acabaria por levar o setor a ser visto como uma área estratégica (Correia et al., 2022) e a assumir-se como uma aposta essencial para a economia portuguesa e para o desenvolvimento das regiões, sendo, inclusive, considerado como um veículo de promoção de um conjunto de atividades envolventes (Martins & Morais, 2016).

Este setor conta com turistas cada vez mais informados, exigentes e críticos, mas que, ao mesmo tempo, procuram destinos cada vez mais diversificados, provocando uma rutura na cadeia de valor e de distribuição que tem permitido ganhar atratividade por destinos antes não tão procurados. O aparecimento de novos canais de comunicação, que possibilitam novos meios de efetuar reservas e pagamento, do marketing digital, da disponibilização de conteúdos online e da automatização de algumas tarefas, tais como a disponibilização de tarifas online ou inserção de reservas no software de gestão hoteleira, colocam qualquer destino turístico em pé de igualdade. Na verdade, a análise das tendências tecnológicas, impulsionadas pelo aparecimento de uma economia digital e de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), identificam-se nos vários setores de atividade e, consequentemente, no comportamento dos seus consumidores, com grande impacto no setor turístico (Pestana, 2016).

A visão sobre o produto, seja turístico ou outro, está intrinsecamente ligada à dinâmica da oferta e da procura. Neste particular deverá, ao nível da oferta, ser considerada a organização das infraestruturas, os equipamentos, os serviços ou a gestão, e, ao nível da procura, a satisfação da experiência a partir da fantasia do consumidor, combinando uma série de atividades e serviços utilizados na estadia e emocionalmente vividos, ou seja, o produto turístico não é só o bem ou serviço prestado mas também o envolvimento, a experimentação, as emoções e a interação do visitante com o local e, especialmente, com a população residente. Neste sentido, as componentes do produto turístico incorporam capacidade para diferenciar o produto, segmentar a procura e estimular a aquisição e consumo, pelo que o crescimento e a consolidação de produtos turísticos estão não só diretamente ligados a uma boa estratégia de marketing como, também, a uma capacidade de oferta capaz de gerar altos índices de procura e satisfação (Almeida, 2019). Destaca-se, a propósito, que o crescimento contínuo do setor a nível global e as mudanças que o acompanham são, no essencial, influenciados por tendências diversas, que incluem questões ambientais, tecnológicas, demográficas e socioculturais, elementos que Portugal tem para oferecer, inclusive nas regiões do interior, como é o caso de Trás-os-Montes, um território que, pela baixa densidade e não massificação, oferece um ambiente mais acolhedor, quando comparado com os grandes centros urbanos, e uma riqueza em termos de património histórico, paisagístico, museológico, religioso e gastronómico riquíssimos, conferindo a esta região um importante potencial para crescer neste setor (Correia et al., 2022).

O desenvolvimento e inovação digital, particularmente sentidas nos últimos anos, influenciaram significativamente o dia a dia das pessoas, incluindo o ambiente de trabalho e do conceito férias. A transformação digital, sentida a vários níveis, afetou a vida pessoal, a vida profissional e a estrutura do trabalho e, em resposta a essas mudanças, surgiu um novo estilo de vida em que os indivíduos optam por equilibrar trabalho e lazer, gerando novas oportunidades e desafios (Hensellek & Puchala, 2021). Com o surgimento da pandemia COVID-19, em dezembro de 2019, todas estas transformações se aceleraram e a procura de um estado de equilíbrio, bem-estar e lazer ganhou uma nova dimensão. Neste contexto, o alojamento local (AL) surge como opção diferente e para um público-alvo que aprecia um estilo de vida diferente, pelo que tem tido um impacto significativo no estilo de vida das pessoas e no desenvolvimento económico, criando oportunidades e desafios, não só como destino de lazer, mas também em contexto laboral, sobretudo nos últimos anos (Tomé, 2018). Deste modo, começam a surgir no mercado turístico destinos mais acessíveis e acolhedores, com infraestruturas que valorizam outros públicos, nomeadamente o turista sénior ativo e independente, que aposta num novo estilo de vida, e os nómadas digitais (Gomes, 2019; Hensellek & Puchala, 2021), que buscam uma nova dinâmica e equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, abandonando as estruturas de trabalho regulares em local e com horário fixo (Correia et al., 2022). Uma mudança de paradigma que permite falar de um novo conceito de trabalho, que passou a ser encarado como um novo estilo de vida por permitir que os profissionais, para além de escolherem o ambiente onde trabalham, em função das suas preferências, possam unir o turismo ao trabalho. A

compatibilidade destes dois mundos é especialmente importante porque cada vez mais pessoas procuram conciliar as atividades profissionais com os momentos de lazer, na esperança de que os benefícios do relaxamento se traduzam na manutenção da saúde e do bem-estar físico, mental e emocional, restaurando a paz interior e melhorando a produtividade (Gomes, 2019).

Foi no âmbito deste novo paradigma e considerando, no essencial, que o crescimento do turismo deve decorrer de forma sustentada, quer a nível económico, quer a nível ambiental, no sentido de assegurar condições para a preservação ambiental e a valorização do património natural e cultural (Silva, 2020), que se encontrou motivação para a realização desta investigação, que tem como objetivo principal procurar perceber se Trás os Montes (Nordeste de Portugal) reúne as condições necessárias para se posicionar como um destino turístico suficientemente atrativo para este tipo de visitante, designadamente o turista sénior e o nómada digital, tendo em vista a implementação de uma unidade de AL. Para o efeito, e para além desta introdução e das respetivas conclusões, identificação das limitações encontradas e linhas gerais para o desenvolvimento de investigação futura, o estudo compreende o desenvolvimento de um plano de negócio para se aferir acerca da viabilidade do projeto da unidade de AL a criar e instalar, com a designação societária de Residência Temporária Transmontana, Unipessoal, Lda (RTT). Esclarece-se, a propósito, que a unidade de AL resulta do aproveitamento de dois espaços físicos já existentes, duas moradias, de construção relativamente recente, uma localizada na cidade de Mirandela e a outra localizada na cidade de Macedo de Cavaleiros, pelo que a realidade em análise é inalterável em termos de localização no território da terra quente transmontana. Para dar resposta ao objetivo traçado o trabalho compreende, assim, para além desta introdução e respetivas conclusões, um plano de negócio desenvolvido tomando por base a metodologia Harvard. Tendo em vista a elaboração do plano financeiro, recorreu-se, ainda, à folha de cálculo “Modelo Financeiro do Plano de Negócios”, disponibilizada pelo IAPMEI no seu sítio na internet (IAPMEI, 2022).

2 Plano de negócios

2.1 Descrição da empresa

A unidade de AL, com a designação societária de “RTT”, é constituída, por duas casas familiares, uma localizada na cidade de Macedo de Cavaleiros e outra na cidade de Mirandela. Situadas na entrada de ambas as cidades, têm uma localização especial e estratégica devido à proximidade ao rio, em particular a residência de Mirandela, cidade situada nas margens do rio Tua. Macedo de Cavaleiros situa-se num rico e fértil vale entre as serras de Bornes e Pinhovelo, a cerca de 7 km do Parque Natural do Azibo, uma área protegida com praia fluvial. As casas gozam de uma certa centralidade dentro da região de Trás-os-Montes, que se estende entre a terra quente e a terra fria, onde se situa a cidade de Bragança, capital da região, localizada entre as serras de Montesinho e Nogueira. Do ponto de vista cultural, a região tem séculos de história, é muito hospitaleira, mantém a paisagem e a alma das gentes inalteradas ao longo dos tempos.

Uma das vantagens da sua localização neste sentido é o percurso proposto por vários roteiros, compostos por vales e montes, ricos em paisagens agrestes e rochosas dignas de imensa beleza natural de cores vivas, com muita oferta de atividades e experiências únicas no seio de tradições bem preservadas. Ao que tudo indica, é assim que a empresa é gerida pela proprietária, guardiã da cultura, valores e tradição local de Trás-os-Montes. Consciente dos aspetos sociais, éticos e ambientais e do vasto património religioso e histórico da zona envolvente, participa no projeto com grande entusiasmo.

2.1.1 Missão, Visão e Valores

Com missão, visão e valores claros, há que atingir as metas previamente definidas a cada ano pela empresa que pretende ser reconhecida pelos seus clientes, parceiros e colaboradores como uma unidade que oferece uma estadia diferenciada, uma variedade de alojamento num ambiente tranquilo, à beira da natureza, das praias fluviais e do das margens do rio Tua. Neste sentido, a sua missão é proporcionar a todos os seus hóspedes uma experiência inesquecível e tranquila em condições de conforto e qualidade, e de contacto com a natureza que supere as expectativas. Pretende-se contribuir não só para a qualidade de vida dos clientes, mas também para o desenvolvimento económico e sustentável, através de um ambiente acolhedor e confortável que abraça a tradição, um ambiente que proporciona experiências únicas, e atividades outdoor que estimulam emoções. A visão da empresa é posicionar-se como uma empresa de excelência, onde cada detalhe é idealizado, visando o melhor espaço residencial para os clientes morarem algum tempo ou passarem férias como numa extensão do seu lar. Os valores fundamentais da empresa são valores éticos, responsabilidade, ambição, valorização pessoal, respeito humano, ambiental e social, além do compromisso com os clientes.

2.1.2 Análise SWOT

Uma análise SWOT permite tirar conclusões sobre o ambiente interno, que determinam pontos fortes e fracos, e o ambiente externo, que podem definir oportunidades e ameaças (Benzaghta et al., 2021). Os fatores positivos ajudam a alcançar os objetivos estratégicos, enquanto os fatores negativos dificultam o alcance.

O território de Trás-os-Montes tem um grande potencial em termos de recursos naturais e culturais, pelo que, o cliente poderá fugir ao *stress* da vida citadina e moldar-se a um ambiente tranquilo, com beleza, ar puro e a pacatez que os grandes centros urbanos não oferecem. Tudo isto é potenciado pelos já referidos passeios pedestres com observação de aves, passeios de bicicleta, pedestres ou de barco, que são atributos que a região transmontana alude, a par da gastronomia e dos produtos agrícolas de excelência, reconhecidos internacionalmente. Sabe-se que existem experiências ligadas ao turismo de natureza, aventura, atividades ao ar livre com bastante interesse e destinos de viagem que inspiram confiança e segurança, estão no top-of-mind de acordo com vários autores e estudos desenvolvidos por diversas entidades (Correia et al., 2022).

Trabalhar a partir de casa é também uma grande oportunidade para os nómadas digitais que procuram um nicho em crescimento no mercado do turismo (Correia et al., 2022). Neste contexto, Portugal é um país com baixo custo médio de vida e adequado para estadias de longa e média duração (Correia et al., 2022). Deste modo, na tabela (1) encontra-se sintetizada a análise SWOT.

Tabela 1: Análise de SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
- Gastronomia; - Produtos endógenos diversificados e certificados; - Localização privilegiada; - Serviço de excelência e personalizado; - Fidelização da clientela; - Promoção da cultura transmontana.	- Falta de condições nos empreendimentos turísticos; - Baixa capacidade dos alojamentos na sua grande maioria; - Inexistência de <i>snack-bar</i> e restaurante; - Inexistência de piscina interior.
Oportunidades	Ameaças
- Tendência crescente para zonas e mercados não massificados; - Aumento do teletrabalho; - Procura crescente alojamento pelos nómadas digitais; - Saturação turística por estabelecimentos com serviços despersonalizados;	- Concorrência de destinos similares; - Dependência de investimentos externos; - Crescimento desregulado de unidades de alojamento local; - Sazonalidade; - Políticas agressivas de preços no setor; - Recessão económica.

Fonte: Elaboração própria.

2.2 Análise do mercado

De acordo com a Pordata (2023), atualmente encontram-se em Mirandela 12 estabelecimentos turísticos com 244 quartos e 569 camas e em Macedo de Cavaleiros 13 estabelecimentos turísticos com 115 quartos e 264 camas distribuídas por apartamentos, hotéis, casas de campo e quintas, como se pode verificar na tabela (2).

O entretenimento turístico consiste em qualquer atividade projetada para aumentar ou aumentar a atratividade de um destino, preencher o tempo de lazer ou atender às necessidades e experiências de um visitante durante sua estada. Assim, segundo dados do Turismo de Portugal (2023), a cidade de Mirandela oferece atividades de turismo outdoor/natureza e aventura, bem como atividades de turismo cultural/cénico.

Por outro lado, em termos de restauração, a gastronomia pode ser uma atração decisiva por ser considerada a 'nona arte' e prática cultural. A este respeito, a tabela (2) mostra que, em 2021, o Concelho de Bragança é o que mais se destaca em número de quartos e locais de alojamento (camas) e capacidade, seguido de Mirandela.

Tabela 2: Alojamentos Turísticos no ano 2021 em TTM

Concelho	Número	Capacidade (camas)	Quartos
Alfandega da Fé	3	80	42
Bragança	33	1524	685
Macedo de Cavaleiros	13	264	115
Mirandela	12	579	258

Miranda do Douro	16	437	194
Mogadouro	6	108	53
Vila Flor	8	188	92
Vimioso	6	96	46
Vinhais	4	104	49
Trás-os-Montes	101	3377	1534

Fonte: Elaboração própria, adaptado do (Pordata, 2023).

2.3 Marketing

2.3.1 Segmentação, *targeting* e posicionamento

No que respeita à segmentação de mercado, pretende-se atuar no setor da hotelaria, mais propriamente, no segmento do AL. A sua atividade estende-se apenas à região transmontana. No momento da definição das variáveis de segmentação a utilizar, assim, foram utilizados os seguintes parâmetros:

Tipo de cliente:

- B2C - a idade e classe social foram consideradas na definição do *target*.
- B2B - o segmento preferencial são as parcerias (operadores turísticos, agências de viagens, restaurantes, cafés, grupos hoteleiros/
Assim, os targets a definir são:
 - T1: *Baby boomers*
 - T2: Nómadas Digitais

No que diz respeito ao posicionamento, a marca procura ser um elemento dinamizador de uma nova forma de *freelifestyle* na dimensão do alojamento, querendo assumir uma posição de referência na região. Este posicionamento refere-se ao lugar que a marca irá ocupar na mente dos consumidores, como será a marca percebida, processada e como será relacionada, procurando a máxima transparência entre a sua identidade e a imagem. Tendo em vista um posicionamento diferenciado na proposta de valor, a marca deve assentar na inspiração, na Natureza, nas relações humanas/emoções na sustentabilidade e inovação constante.

Deste modo, é necessário manter os canais atualizados, criar programas de fidelização baseados nos hábitos de consumo e aderir ao maior número de canais para conseguir alcançar maior volume de vendas.

2.3.2 Estratégia de Marketing

O investimento em marketing, é crucial, uma vez que, se trata de uma ferramenta capaz de vender a imagem da hotelaria e tornar os seus serviços conhecidos do público-alvo. Permite ainda manter os consumidores fidelizados e bem informados sobre a realidade da empresa e torna-se num meio de distinção da concorrência.

O modelo de negócio que se pretende apresenta benefícios e características diferentes relativamente ao AL tradicional, nomeadamente ao nível da inovação/novidade, uma vez que, não está ainda estabelecido no mercado que o público-alvo conhece. Assim, a estratégia do marketing será o cerne desta empresa que a levará à implantação/penetração no mercado, ao seu crescimento, maturidade e visibilidade. São distinguidas por quatro fases. A primeira fase é a perceção que é conseguida através de uma boa comunicação com o público-alvo que está bastante familiarizado com as funcionalidades das novas tecnologias, pelo que, ter-se-á de acompanhar a evolução da tecnologia. A segunda fase é a avaliação focando-se em perceber como é que a proposta de valor é compreendida pelos clientes e quais as vantagens competitivas sobre o AL tradicional que são apresentadas. O preço, a descrição, o atendimento, a agilização do processo operacional e transacional, são ofertas que farão toda a diferença. A terceira fase é a entrega da proposta de valor, em que se observa todo o aspeto humano. Para concluir, a quarta e última fase foca-se no apoio pós-serviço em termos de faturação e feedback do cliente.

2.4 Plano financeiro

A análise da viabilidade económica e financeira foi elaborada tendo como início da atividade da empresa no ano de 2024 e término no ano de 2029. Todo o plano de negócios foi desenvolvido no ficheiro em Excel desenvolvido pela Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI). Estima-se que o ano cruzeiro seja em 2027 e a atividade corresponde ao CAE 55201 - Alojamento mobilado para turistas.

O investimento a realizar totaliza 51 200€ distribuído por 5 000€ em pequenas obras de adaptação

do espaço, 8.500€ de equipamento básico, 6 painéis solares e bomba de calor no montante de 5 600€ em cada casa o que totaliza 11 200€ considerado como equipamento ligeiro. Para equipar o escritório com móveis e equipamento informático está previsto gastar 1 500€ em equipamento administrativo. Pretende-se adquirir uma piscina, para instalar na casa de Macedo de Cavaleiros, no montante de 20.000€ encontrando-se este investimento na rubrica de outros ativos fixos tangíveis. A acrescer ainda ao investimento a aquisição de programas de computador no montante de 2 000€ e a elaboração da página web no montante de 3 000€ considerada na rubrica de outros ativos intangíveis.

Para além do investimento em capital fixo a empresa necessita efetuar investimento em fundo de maneo, para o seu normal funcionamento, no montante de 2 610€ no ano 2023, em resultado do início de atividade. Para os anos seguintes, dado que os recebimentos são a pronto pagamento, o prazo médio de rotação de inventário é de 30 dias e o prazo médio de pagamento igualmente de 30 dias verifica-se nos anos seguintes um desinvestimento em necessidades de fundo de maneo.

2.4.1 Demonstração dos Resultados

Na tabela (3), valores em euros, encontra-se a demonstrações de resultados, para os anos horizonte do projeto, que será analisada pela sequência, iniciando-se nas vendas e prestação de serviços, seguem-se os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), e os fornecimentos e serviços externos (FSE).

Do total do volume de negócios apenas cerca de 18% corresponde à venda de produtos regionais, os restantes 82% correspondem ao aluguer dos quartos.

Em relação aos fornecimentos e serviços externos, os valores tendem a aumentar, a cada ano de análise, em resultado do aumento da atividade. Das rubricas mais representativas destaca-se: os subcontratos os quais têm considerado a limpeza dos quartos bem como o tratamento de toda a roupa das duas casas; as comissões que correspondem a 20% do valor dos quartos faturado; as rendas que correspondem à renda das duas casas.

Tabela 3: Demonstrações de Resultados

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Vendas e Serviços prestados	64 342	104 416	120 481	131 519	135 465	139 529
CMVMC	(7 069)	(11 876)	(14 204)	(16 093)	(16 576)	(17 073)
FSE	(52 718)	(73 805)	(76 757)	(79 060)	(81 432)	(83 061)
Gastos com o Pessoal	-	-	-	-	-	-
Outros Rendimentos	-	165	295	424	578	735
EBITDA	4 555	18 899	29 814	36 789	38 034	40 130
Depreciação e Amortização	(5 226)	(6 968)	(6 968)	(5 718)	(5 302)	(5 302)
EBIT	(671)	11 930	22 845	31 071	32 733	34 828
Juros Obtidos	-	-	-	-	-	-
Juros Suportados	-	-	-	-	-	-
EBT	(671)	11 930	22 845	31 071	32 733	34 828
Imposto	-	(2 364)	(4 798)	(6 525)	(6 874)	(7 314)
IRC	-	(2 364)	(4 798)	(6 525)	(6 874)	(7 314)
Resultado Líquido	(671)	9 566	18 048	24 546	25 859	27 514

Fonte: Elaboração própria adaptada do IAPMEI.

2.4.2 Análise da viabilidade do investimento

A avaliação da viabilidade económica e financeira do presente projeto é feita através do cálculo dos indicadores VAL - Valor Atual Líquido, TIR - Taxa Interna de Rentabilidade e PRI - Período de Recuperação do Investimento. Uma vez que as empresas têm uma vida média finita entende-se mais sensato a análise da viabilidade económica e financeira através do valor residual, em vez de se considerar

uma perpetuidade. Assim, o VAL é de 67 412€, ou seja, após o pagamento de todos os custos a empresa tem um valor acrescentado, atualizado ao momento atual a uma taxa 9,2%, claramente superior a zero. O VAL/unidade investida é de 1,32€ ou seja, por cada euro investido a empresa recupera 1,32€ o que é um bom indicador. A TIR é de 51%, superior ao custo do capital, correspondendo a uma taxa líquida de 42% o que é bastante satisfatória.

2.4.3 Análise de Sensibilidade e Cenários

Dado que toda a análise económica e financeira foi efetuada com base em estimativas de variáveis é necessário efetuar uma análise de sensibilidade e de cenários para analisar o risco do investimento. Neste sentido, fez-se a análise de sensibilidade das variáveis: taxa de ocupação, preço praticados pelos serviços e pelas mercadorias vendidas e pelos fornecimentos e serviços externos.

A taxa de ocupação considerada foi de apenas 15%, caso a mesma reduza 6%, ou seja, passe para 9% o projeto apresenta uma TIR de -35,65% tornando o projeto inviável. Da análise de sensibilidade verifica-se que a taxa de ocupação não pode baixar dos 12% para o investimento apresentar uma rentabilidade mínima. Caso a taxa de ocupação aumente 6%, ou seja, passe para 21% a TIR é de 159%. Perante esta análise verifica-se que o investimento é bastante sensível a variações das taxas de ocupação.

O investimento apresenta uma sensibilidade menor a variações do preço dos produtos vendidos e dos serviços prestados, quando comparada com a taxa de ocupação. Se o preço de venda diminuir 5% o investimento apresenta uma TIR de cerca de 40%. Já se o aumento for de 5% a TIR passa para 62%.

Em relação à variação dos FSE, verifica-se que o investimento é muito pouco sensível a variações desta variável uma vez que se estes custos aumentarem 20% o investimento ainda apresenta uma TIR de 15%. Esta análise foi efetuada no pressuposto das variáveis sofrerem variações de forma isolada, o que nunca acontece numa empresa. Mas, a sua análise permite conhecer quais as variáveis que o projeto é mais sensível para, aquando da implementação do investimento, ter-se maior atenção ao seu comportamento.

Como numa empresa uma variável nunca sofre uma variação isolada, na tabela (4) faz-se uma análise de cenários em que variam as variáveis: taxa de ocupação, preço de venda dos serviços prestados e dos produtos e os FSE. Desta análise conclui-se que o cenário mais provável é o “mais provável” na medida que a taxa de ocupação passa para os 20% e a empresa reduz em 2% o preço de venda dos produtos vendidos e dos serviços prestados aumentando os FSE em 8% em resultado do aumento da taxa de ocupação.

Tabela 4: Resumo do Cenário

Descrição	Valores atuais:	Pessimista	Otimista	Neutro	Mais provável
Células variáveis:					
Taxa ocupação	0,0%	-5,0%	10,0%	0,0%	5,0%
PV – Vendas+SP	0,0%	-5,0%	8,0%	0,0%	-2,0%
FSE	0,0%	10,0%	-10,0%	0,0%	8,0%
Células de resultado:					
VAL	67 412,08 €	-87 230,54 €	320 789,67 €	67 412,08 €	131 909,61 €
TIR	50,90%	-61,45%	1041,50%	50,90%	100,38%
PRI	3 anos + 1 meses + 12 dias.	-	1 anos + 1 meses + 9 dias.	3 anos + 1 meses + 12 dias.	2 anos + 1 meses + 25 dias.

Fonte: Elaboração Própria.

3 Conclusões

O trabalho realizado, com o objetivo específico de desenvolver um plano de negócio tendo em vista a implementação de uma unidade de AL, mais especificamente uma residência temporária no Nordeste Transmontano, a “RTT”, permitiu concluir que a envolvente atual, em que as empresas turísticas e hoteleiras estão inseridas, apresenta sinais de volatilidade, obrigando-as a adotar formas de planeamento mais flexíveis e com grande capacidade de adaptação, tornando imperativa a existência de um bom planeamento estratégico.

Neste âmbito, foi proposto um plano que individualiza cada uma das ações a desenvolver para atingir os objetivos da unidade de AL, ou seja, procurando satisfazer os seus clientes através da valorização dos seus recursos e do acompanhamento das propensões de mercado, pelo que a sua implementação é de extrema importância para a residência se manter competitiva no mercado. A análise macro ambiental apresenta boas perspetivas para a economia portuguesa, que se espera que continue a crescer, muito à custa do setor do turismo, o que abre um horizonte bastante favorável para o AL e, por essa via, para este projeto que, por sua vez, recebe também um impulso positivo com o crescimento do digital. Destaca-se os novos estilos de vida criados pela tecnologia e geralmente associados a atividades mais criativas e intelectuais a serem desenvolvidas em ambientes e locais não tão massificados, nomeadamente territórios de baixa densidade, como é a região de Trás-os-Montes.

A par do estudo do contexto e do mercado, que forneceu um conjunto diversificado de *insights* capazes de auxiliar a promotora na gestão da unidade de AL, bem como a colmatar as suas fragilidades e maximizar os benefícios, de modo a obter vantagem competitiva, foi desenvolvida uma análise para apurar a viabilidade do projeto que permitiu concluir tratar-se de uma boa oportunidade de investimento. Destaca-se, neste particular, que o investimento a realizar é reduzido, será financiado na sua totalidade por capitais próprios e que para os cinco anos de atividade analisados o projeto apresenta resultados líquidos positivos, o que significa que os rendimentos gerados conseguem cobrir todos os gastos de funcionamento do alojamento. Com um VAL de 67.412,08€, uma TIR de 50,9% e um PRI de 3 anos, 1 mês e 12 dias, pode concluir-se também que a implementação do projeto é viável.

Estas conclusões, ainda que modestas, apresentam um contributo para a literatura, em particular no que respeita às especificidades associadas ao setor do AL. Devem, no entanto, ser interpretadas no âmbito das limitações encontradas, de que se destaca o limitado período de tempo para a sua realização, condicionando a recolha de dados e o seu tratamento. Estas limitações abrem pistas para o desenvolvimento de trabalhos futuros, designadamente o enriquecimento do plano de negócio com informação recolhida através da aplicação de um inquérito por questionário à comunidade local, com intuito de perceber o grau de conhecimento e receptividade de unidade de AL, bem como a sua disponibilização online para o fazer chegar ao maior número de turistas possível, nomeadamente turistas sénior, nómadas digitais ou outros, de forma a perceber as suas reais motivações, necessidades e preferências quando procuram um alojamento para férias ou *coworking*.

Referências

- Almeida, P. (2019). Manual de Boas Práticas e Sustentabilidade no Turismo. Em *Tourism Startup Program*.
- Benzaghta, M. A., Elwalda, A., Mousa, M., Erkan, I., & Rahman, M. (2021). SWOT analysis applications: An integrative literature review. *Journal of Global Business Insights*, 6(1), 55–73. <https://doi.org/10.5038/2640-6489.6.1.1148>
- Correia, R. F., Garcez, A., & Carvalho, A. (2022). Análise da adequabilidade do destino terras de Trás-os-Montes face ao nicho de mercado nómadas digitais. *European Journal of Applied Business Management*, 8(1), 13–28.
- Gomes, N. S. (2019). *Nômadades digitais: quem são estes novos turistas?* Universidade de Évora.
- Hensellek, S., & Puchala, N. (2021). The Emergence of the Digital Nomad: A Review and Analysis of the Opportunities and Risks of Digital Nomadism. *Human Resource Management*, 195–214.
- IAPMEI. (2022). *Ferramenta de Avaliação de Projetos*. IAPMEI. <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Assistencia-Tecnica-e-Formacao/Ferramentas/Ferramenta-de-Avaliacao-de-Projetos-de-Investment.aspx>
- INE. (2023). *Proveitos do alojamento turístico continuam a crescer face ao período pré-pandemia*.
- Martins, C. A., & Morais, A. A. (2016). O contributo do turismo para o desenvolvimento das regiões. *Gaia Scientia*, 10(2), 84–91. <https://doi.org/10.21707/gaia.v10.n02a09>
- Oliveira, E. (2014). The tourism potential of Northern Portugal and its relevance for a regional branding strategy. *Advances in Hospitality and Tourism Research*, 2(2), 54–78.
- Pestana, M. B. C. dos S. S. (2016). *Projecto de Segmentação de Clientes num Grupo Hoteleiro*.

Universidade Nova de Lisboa.

Pintassilgo, P., Rosselló, J., Santana-Gallego, M., & Valle, E. (2016). The economic dimension of climate change impacts on tourism: The case of Portugal. *Tourism Economics*, 22(4), 685–698.

Pordata. (2023). *Estada média nos alojamentos turísticos: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro*.

<https://www.pordata.pt/municipios/estada+media+nos+alojamentos+turisticos+total++residentes+em+portugal+e+residentes+no+estrangeiro-758>

Silva, A. C. (2020). *Visão estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030*. Retirado de https://static-storage.dnoticias.pt/wwwassets.dnoticias.pt/documents/Plano_de_Recuperacao_Economica_e_Social_de_Portugal_2020_2030_5_julho.pdf. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDAYtAQAZiD%2FFAUAAAA%3D>

Tomé, S. F. (2018). *Economia de Partilha: a motivação na escolha do alojamento turístico-o caso Airbnb* [Universidade Europeia Laureate International Universities]. <https://biblioteca.iade.europeia.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=32877>

Turismo de Portugal. (2023). *Registo Nacional de Turismo*. https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/_default.aspx

Plano de negócios para a venda de chá online

Business plan for selling tea online

Tatiana do Nascimento¹, Sofia Cardim ¹[0000-0002-7506-5111], António Borges Fernandes ²[0000-0002-6526-9903],

a49872@alunos.ipb.pt, sofiacardim@ipb.pt antoniof@ipb.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

²UNIAG; Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo. A ideia do presente projeto consiste na criação de uma loja online e de um Salão de Chá, em Portugal. A proposta de valor deste negócio é totalmente diferenciada do que existe atualmente no mercado. O *slogan* do projeto será: “Usufrua desta Experiência”, através da qual se irá proporcionar de facto uma experiência única por meio do paladar. A diferenciação da ideia de negócio consiste na oferta de valor agregado à venda de chás, através de melhor saúde, bem-estar e qualidade de vida. Para tal, a oferta em chás e infusões irá ser bastante diversificada. A visão é tornar-se referência de uma experiência diferenciada, proporcionando aos clientes, não somente bebidas ou alimentos, mas também um ambiente único, tanto na experiência digital (através da loja online), como presencial (no salão de chá, cuja abertura se encontra prevista para uma fase posterior do projeto). Tudo será regido com valores primordiais que envolvem ética, verdade, confiança e valorização de todos. Porém, para este projeto ter sucesso, a ideia é iniciar com a criação da loja online, chamada “Chá Brasilis”, através da qual serão oferecidas, aos potenciais clientes, diversas opções de ervas para infusões, assim como uma forte divulgação dos benefícios e propriedades associadas aos produtos comercializados. Assim, o projeto apresenta uma satisfatória viabilidade económica e financeira na medida que apresenta uma TIR de 41,78% e um VAL de 26.231,43€ e um PRI de 2 anos, 7 meses e 4 dias.

Palavras-Chave: Viabilidade económica e financeira, loja virtual, VAL, TIR, comércio de chá.

Abstract. The idea of this project is the creation of an Online Store and a Tea Room, in Portugal. The value proposition of these businesses is totally different from what currently exists in the market. The project's slogan will be: "Enjoy this Experience", through which a unique experience will be provided through the palate. The differentiation of the business idea consists of offering added value to the sale of teas, through better health, well-being, and quality of life. To this end, the offer of teas and infusions will be quite diversified. The vision is to be a reference for a differentiated experience, providing customers not only with drinks or food, but also a unique environment, both in the digital experience (through the online store) and in person (in the tearoom). Everything will be governed by primordial values that involve ethics, truth, trust, and appreciation of all. However, for this project to be successful, the idea is to start with the creation of an online store, called “Chá Brasilis”, through which potential customers will be offered various herbal options, as well as a strong dissemination of the benefits and properties associated with marketed products. Thus, the project is economically and financially viable as it has an IRR of 41,78% and a NPV of €26,231.43 and a PRI of 2 years, 7 months and 4 days.

Keywords: Economic and financial viability, virtual store, VAL, TIR, tea trade.

1 Introdução

O presente trabalho apresenta o plano de negócios para abertura de uma loja *online* em Portugal, a qual tem o propósito de fomentar um conceito de saúde, bem-estar e qualidade de vida, oferecendo, aos seus clientes, uma experiência diferenciada por meio do paladar.

O nome deste negócio será “Chá Brasilis” e tem como base um projeto que já se encontra em funcionamento no Brasil. Os produtos comercializados serão, plantas, flores e ervas para preparação de chás e infusões. Além deste primeiro objetivo, este plano de negócios também apresentará um plano futuro, que será a abertura de um salão de chá, prevendo-se o seu desenvolvimento somente após um ano e meio ou dois anos após o funcionamento da loja *online*, salientando que, ambos os negócios, adotarão o nome de “Chá Brasilis”.

No ambiente *online*, os potenciais clientes terão acesso a uma ampla variedade de produtos, assim como ao conhecimento diferenciado sobre as histórias, curiosidades e benefícios de cada um dos chás e infusões comercializados, com o intuito de cativar o cliente com um universo único e encantador que existe por trás destes itens. De referir que as plantas foram os primeiros recursos utilizados pelos povos como parte integral da fitoterapia (Silva, 2012, p.7).

A loja virtual será o primeiro passo a ser implementado em Portugal e já existe no Brasil, com bons resultados, no que tange o acesso às diversas regiões do país.

O trabalho tem como objetivo avaliar a viabilidade económica e financeira de uma loja *on line* em Portugal para o comércio de chá e plantas medicinais.

Assim, o trabalho foi fundamentado com base nas noções de empreendedorismo e inovação, pois esta é a linha que orienta cada um dos passos apresentados em cada secção deste projeto. Os economistas percebem que o empreendedor é essencial ao processo de desenvolvimento económico e os seus modelos têm em linha de conta os sistemas de valores da sociedade, em que são fundamentais os comportamentos individuais dos seus integrantes (Baggio, 2020, p.25).

2 Plano de Negócios

Quando é elaborado um plano de negócios, na maioria dos casos, pensa-se em como os modelos de negócio podem gerar círculos virtuosos. Com este pensamento, este projeto foi baseado em um plano de negócios com informações sólidas e detalhadas. Nem todos os modelos de negócios funcionam igualmente bem, é claro. Os bons compartilham certas características: eles se alinham com os objetivos da empresa, são autorreforço, e são robustos. Acima de tudo, sucesso os modelos de negócios geram círculos virtuosos, ou *loops de feedback*, que se autorreforçam. Este é o aspeto mais poderoso e negligenciado dos modelos de negócios (Masanell & Ricart, 2011, p.104).

2.1 Descrição da empresa

A “Chá Brasilis” é uma ideia de negócio que surgiu ainda no Brasil, devido ao fato da sua promotora, ter desenvolvido esta mesma atividade, por vários anos, na área do empreendedorismo feminino. Subsequentemente, a promotora iniciou um estudo profundo das suas aptidões e até mesmo da história familiar, que acabou por culminar nesta proposta. Assim, este projeto centra-se na intenção de oferecer ao público, em geral, a possibilidade de reavivar as suas culturas familiares e até mesmo trazer novos conhecimentos sobre o mundo das plantas, flores e ervas que, quando consumidas no formato de chás, podem trazer benefícios adicionais para a saúde e bem-estar. Esta convicção dos benefícios dos chás tem como base estudos que “mostram a relação inversa existente entre o consumo de chá e a incidência de doenças degenerativas como câncer e doenças do coração” (Braibante et al., 2014, p.171).

Desta forma, surgiu a loja *online* no Brasil, a qual, após dois anos de existência, tem apresentado bons resultados, permitindo a sua expansão do projeto para Portugal.

Neste seguimento, o primeiro objetivo deste projeto foi obter informações de mercado, de forma profunda e realista, através do desenvolvimento de uma pesquisa de mercado, que teve como alvo o consumidor português e aqueles que residem em Portugal. Para tal, recorreu-se ao inquérito por questionário, ferramenta que permitiu, através da realização de perguntas objetivas, a compreensão do gosto dos potenciais clientes e da perceção de quem de fato é o público-alvo. Este inquérito foi aplicado de forma virtual para que se pudesse ter o maior alcance possível, contou com 154 respondentes e será uma forte ferramenta para criação da loja *online* e também do futuro salão de chá.

Quanto ao salão de chá, pretende-se, após um ano e meio a dois anos, da abertura da loja virtual, começar a dedicar esforços para abertura deste espaço físico.

2.1.1 Produtos e Serviços

Na Tabela 1 descrevem-se os principais produtos e serviços, chá normal e chá exótico, disponibilizados pela “Chá Brasilis”, aos seus clientes, que serão comercializados na loja *online* da empresa “Chá Brasilis”.

Tabela 5: Chás categoria normal.

Chá de Bétula (normal)	50 gramas	5,00 €
Chá de Casca de Laranja (normal)	50 gramas	5,00 €
Chá de Capim Colônia (normal)	50 gramas	5,00 €
Chá de Alfazema Azul (exótico)	50 gramas	7,00 €
Chá de Espinheira Santa (exótico)	50 gramas	7,00 €
Chá de Garcinia (exótico)	50 gramas	7,00 €

Fonte: Elaboração própria.

Dado que o preço médio de venda dos diversos tipos de chás ser muito semelhante, no estudo económico e financeiro optou-se por considerar apenas dois tipos de categorias de chás exótico e normal. O chá exótico, que trata de produtos que são encontrados com um pouco mais de dificuldade no mercado, ou quando encontrados com maior oferta, é mais caro, devido aos tratamentos pelos quais passam para a oferta de produtos de qualidade ou devido a sua sazonalidade.

2.1.2 Missão e Visão

Quando se refere à missão de uma empresa ou organização, devem observar-se diversos aspetos que podem levar ao sucesso ou ao fracasso da mesma.

O conceito de missão pode ser entendido por duas perspetivas teóricas distintas. A primeira reflete um olhar funcionalista, que observa as empresas por seus aspetos formais, racionais e objetivos, como, por exemplo, a estrutura hierárquica, a divisão de cargos e os planos de negócio. “A segunda, por sua vez, considera as organizações enquanto sistemas de significados socialmente construídos, focando o estudo em seus aspetos subjetivos, afetivos, como as crenças, a cultura organizacional e a construção de relações informais de trabalho” (Irigaray et al., 2016, p. 925). Este projeto surgiu após uma análise profunda das aptidões da sua proponente, pelo que o projeto e missão da empresa seguem também estas aptidões. A “Chá Brasilis” pretende proporcionar uma experiência única por meio do paladar! Trazendo saúde, bem-estar e qualidade de vida com a oferta de diversos tipos de chás e infusões.

A visão é tornar-se uma referência de uma experiência diferenciada, ofertando aos seus clientes, não somente bebidas ou produtos alimentícios, mas também um ambiente único, tanto *online*, como presencial.

2.1.3 Objetivos

Os objetivos principais da “Chá Brasilis” são:

- Objetivos globais: tornar o consumo de chás e infusões algo popular e que esteja agregado a fomentar um conceito de saúde, bem-estar e qualidade de vida trazendo também conhecimento ao consumidor das origens históricas de cada planta, flor ou erva.
- Objetivo para o volume de negócios: o propósito é que inicialmente a loja *online* seja capaz de atender a Portugal como um todo, desta forma, será possível ter um volume de negócios amplo e bem rotativo.
- Objetivo para os Recursos Humanos: o projeto, na sua fase inicial, conta apenas com o trabalho desenvolvido pela promotora, que assegurará a gestão operacional e financeira do mesmo.
- Objetivo para a qualidade: a qualidade é ser referência com uma oferta de produtos de qualidade elevada e extensa validade.
- Objetivo para os clientes/comunicação: terá o foco na valorização, com excelência no atendimento ofertado para atender as demandas de cada consumidor. O público-alvo são as mulheres na faixa etária dos 30 aos 60 anos, que tenham por hábito o consumo de chás ou que tenham interesse em viver uma vida mais saudável, investindo no seu bem-estar.

Quanto a comunicação, o intuito é fazer com que a marca e seus produtos sejam reconhecidos a nível nacional e para isso serão realizados investimentos em Mídias sociais e digitais.

2.1.4 Análise S.W.O.T.

Muitas organizações não conseguem atingir as metas definidas, em um determinado período de tempo, porque não conseguem alinhar os seus negócios estratégias existindo, por vezes, uma incapacidade de implementar adequadamente a análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) em instituições empresariais (Namugenyi et al., 2019).

Efetivamente, “quando desempenhada corretamente, a análise SWOT, pode impulsionar o processo de criação de um plano de marketing consistente” (Ferrell & Hartline, 2012, p. 62). Na Tabela 2 encontra-se a análise SWOT da empresa “Chá Brasilis”.

Tabela 6: Análise SWOT da empresa “Chá Brasilis”.

Análise Interna	
Forças	Fraquezas
• <i>Know-how</i> e competências em comunicação da promotora; • Forte envolvimento e dedicação exclusiva ao projeto por parte da promotora; • Constante inovação em produtos, por exemplo, oferta de novos tipos de chás e infusões; • Elevada consciência para a necessidade de desenvolvimento de processos de comunicação e marketing; • Preços competitivos.	• Espaço novo sem clientes fidelizados; • Reduzida procura espontânea pelos produtos, devido à falta de conhecimento das variedades existentes; • Investimento inicial; • Necessidade de um investimento adicional em marketing e comunicação para tornar a loja <i>online</i> conhecida.
Análise externa	
Oportunidades	Ameaças
• Aumento da consciência por uma alimentação saudável; • Retoma da economia nacional.	• Espaços tradicionais já conhecidos e com clientes fidelizados; • Novos espaços/lojas <i>online</i> com a mesma proposta e com mais recursos financeiros.

Fonte: Elaboração própria.

2.2 Análise do mercado

O mercado sofre cada vez mais mudanças. Pode dizer-se que tal se deve, entre outros fatores, ao processo de globalização. Por esta razão, e tendo por objetivo a adaptação a tantas mudanças, é aconselhável que as empresas estejam preparadas, sendo para tal necessário muito planeamento e análise de mercado. Deste modo, os “novos negócios e ideias surgem a todo o momento, mas é preciso uma pesquisa detalhada, objetivos e meios bem definidos para alcançá-los, antes de iniciarem efetivamente suas operações, para assim, garantirem maior assertividade e sucesso nas tomadas de decisões” (Cruz & Silva, p.1, 2015).

2.2.1 Dimensão de Mercado por Ano

Segundo Leone (1991), a dimensão do mercado acaba por definir a dimensão da empresa. Além disso, ainda de acordo com o mesmo autor (Leone, 1991) é observado que pequenos negócios costumam atender mercados restritos o que faz com que acabem por produzir produtos especializados ou serviços específicos. Esta é a perspetiva proposta pela “Chá Brasilis”. A dimensão do mercado português é de cerca de 6.000.000 de litros de chás/infusões quente e gelado sendo que a Europa tem a dimensão de 60.000.000.000 litros e o mundo 371.000.000.000 litros.

2.2.2 Avaliação do mercado

O modelo das Cinco Forças de Porter foi utilizado neste projeto para efetuar uma avaliação do mercado como mostra a Figura 1. Este modelo foi proposto por Michael Porter e tem como principais objetivos estudar a fundo os concorrentes do mercado que se pretende integrar; os clientes de forma ampla, estudando o poder de negociação deste público e seus pontos de interesse.

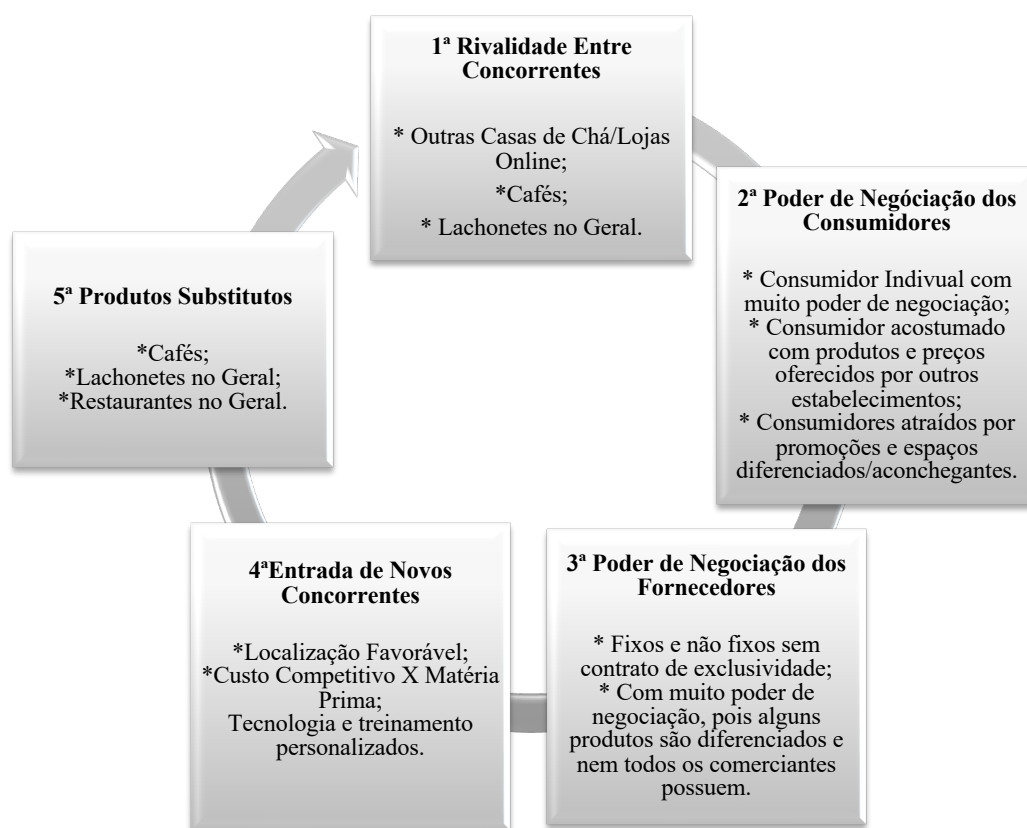


Figura 1: Análise das Cinco Forças de Porter.

Fonte: Elaboração própria.

2.2.3 Mercado alvo

O objetivo da empresa é atingir o público em geral, porém, tem a intenção de levar em consideração a consulta de mercado que decorreu durante os meses de fevereiro e março do corrente ano (2023). Da análise da referida consulta ressalva que o público em Portugal que tem maior interesse e maior abrangência, no âmbito do consumo de chás, infusões, entre outros produtos similares, são pessoas com idade compreendida entre os 35 e os 44 anos sendo, na sua maioria, mulheres.

Este projeto tem também a pretensão de atender ao público B2B (*Business to Business*), nomeadamente, no que respeita ao fornecimento a empresas que necessitem de plantas, ervas ou folhas de flores secas para as mais diversas finalidades. Subsequentemente, a proposta deste projeto pretende atender tanto ao público B2C quanto ao B2B.

2.2.4 Segmentos de mercado

O segmento de mercado precisa de ser pensado de forma detalhada, a fim de garantir o sucesso e aplicação do modelo de negócio. Assim, como afirmam Oliveira et al. (2012), diversos aspetos precisam de ser avaliados, tais como a perspetiva financeira da estratégia, permitindo assim a medição e avaliação dos resultados que o negócio proporciona e proporcionará.

O mercado do presente projeto tem alguns segmentos já definidos que são: direcionar-se para o público de idade compreendida entre os 30 e os 60 anos, na sua maioria do sexo feminino, compreendendo o grupo-alvo que tem um rendimento médio e que sejam residentes em Portugal.

2.3 Recursos Humanos e Operações

Os recursos humanos e suas operações precisam de ter espaço garantido nas organizações, pois “a gestão de recursos humanos é tão importante para o bom desempenho das organizações manufatureiras quanto às melhores atualizações tecnológicas por elas adotadas” (Jabbour et al., p.347, 2012).

Inicialmente, este projeto terá a atuação apenas da promotora da ideia de negócio. O propósito futuro é que este negócio pratique o modo de hierarquia horizontal, através da qual, apesar de existirem superiores

de cargo, todos têm a possibilidade de expor suas ideias e aplicar ações, trabalhando com o espírito de Intra empreendedorismo.

Os dados previstos para a rubrica Gastos com o Pessoal consideram as despesas inerentes ao número de trabalhadores por categoria e por cada ano, em que o projeto é avaliado. Além disso, são incluídos o salário base mensal e o valor do subsídio de refeição no ano inicial que será de 6 € diários.

2.4 Plano Financeiro

O plano financeiro apresenta todas as informações da ideia de negócio da “Chá Brasilis”. A empresa irá iniciar a sua atividade com a venda de chás e infusões através de uma loja virtual e, posteriormente, dependendo do sucesso da referida loja, a pretensão de abrir um salão de chá, com o mesmo nome, o qual corresponde a um novo projeto de investimento.

Tal como afirmam os autores Salazar et al. (2012), o efeito das decisões financeiras, na competitividade empresarial, é um tema que os investigadores ainda não estudaram em profundidade. Apesar da sua importância e da necessidade de adequar as estratégias financeiras a uma característica da organização, poucos estudos têm-se concentrado em analisar a tomada de decisão e seus impactos na competitividade das pequenas empresas.

2.4.1 Pressupostos

O processo de trabalho foi elaborado tendo como início da atividade da empresa no ano de 2024 e término no ano de 2029. Todo o plano de negócios foi desenvolvido no ficheiro em Excel desenvolvido pela Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI). Estima-se que o ano cruzeiro seja em 2027 e o CAE (Código de Atividade Económica) utilizado para esse projeto será o 46370 - Comércio por grosso de café, chá, cacau e especiarias.

Além disso, na presente viabilidade económica e financeira, consideram-se os aspetos legais, jurídicos e fiscais aplicados em Portugal. A inflação estimada por ano, sendo que em 2024 temos a previsão de 6%, no ano de 2025 temos a previsão de 4%, em 2026 se segue em 4%, decrescendo para 2% em 2027, e seguindo neste mesmo índice em 2028 e 2029. Considera-se ainda uma taxa de crescimento de remunerações de pessoal prevista de 3% ao ano. Sobre a taxa de crescimento de vendas no ano inicial que é 2024, a taxa é 0%, em 2025 será de 20%, no ano de 2026 de 10%, em 2027 de 5% e em 2028 e 2029 ficará em 0%.

2.4.2 Investimento

O investimento a realizar totaliza 20.150€ distribuído por 10.000€ na adaptação do espaço físico no qual são preparadas as encomendas, 3.150€ de equipamento básico, como por exemplo, balanças comerciais com taça de silicone para pesar as ervas, seladoras para saco plástico para manter os produtos em perfeito estado de conservação, mini seladora de caixas para que os produtos sejam transportados em segurança até o destino dos consumidores, 2.000€ de equipamento administrativo e 5.000€ de outros ativos intangíveis, como marca, licenças, *softwares* para produção dos selos e materiais publicitários e também *softwares* para funcionamento da loja *online*.

Para além do investimento no capital fixo a empresa necessita efetuar investimento em fundo de maneo para o seu normal funcionamento. Este investimento foi determinado com base no recebimento na hora da venda, como um prazo médio de rotação de inventário de 30 dias e com um prazo médio de pagamento igualmente de 30 dias.

2.4.3 Demonstração dos Resultados

Apresenta-se na Tabela 3 a demonstrações de resultados, para os anos horizonte do projeto, que será analisada pela sequência, iniciando-se nas Vendas e Prestação de Serviços; seguem-se os Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e os Gastos com o Pessoal.

Assim, nesta subsecção são apresentadas as despesas operacionais necessárias para o funcionamento da loja *online* para venda de chás e infusões. Todas as previsões dos gastos que serão realizados constam neste documento, com o objetivo final de geração de receita. Porém, consideram-se as volatilidades detetadas do mercado que podem fazer com que os números que hoje, considerados precisos, sejam incertos no futuro. Por essa razão, esses gastos sempre devem estar atualizados acompanhando assim as mudanças mercadológicas.

Tabela 7: Demonstração de Resultados.

Designação	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Vendas e Serviços prestados	40.400	102.778	117.578	125.926	128.444	131.013
CMVMC	-20.074	-51.069	-58.423	-62.572	-63.823	-65.099
FSE	-9.828	-20.835	-21.669	-22.102	-22.544	-22.995
Gastos com o Pessoal	-8.557	-17.692	-18.223	-36.447	-37.540	-38.573
Outros Rendimentos	-	-	82	343	394	423
EBITDA	1.941	13.181	19.344	5.148	4.931	4.768
Gastos/Reversões de Dep. e Amort	-1.929	-3.783	-3.708	-2.542	-1.375	-1.375
EBIT	11	9.397	15.636	2.606	3.556	3.393
Juros e Gastos Similares Suportados	-780	-1.030	-669	-557	-446	-334
EBT	-769	8.368	14.968	2.049	3.110	3.059
Imposto	-	-1.596	-3.143	-430	-653	-642
IRC	-	-1.596	-3.143	-430	-653	-642
Resultado Líquido	-769	6.772	11.824	1.619	2.457	2.417

Nota: CMVMC, Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas; FSE, Fornecimentos e Serviços Externos; EBITDA, *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*; EBIT, *Earnings Before Interest and Taxes*; EBT, *Earnings Before Taxes*; valores em euros.

Fonte: Elaboração própria adaptada do IAPMEI.

O CMVMC, é prática da empresa utilizar uma margem de lucro sobre o preço de venda próxima dos 50% ao longo de todos os anos em análise. A margem de lucro sobre o preço de venda prevista é de 50% para os anos do projeto. Em relação aos FSE, os valores tendem a aumentar, a cada ano de análise, em resultado do aumento da atividade na parte considerada variável. Por fim, quando observado o quadro de pessoal, verifica-se um aumento significativo em 2027 (ano cruzeiro) em resultado da contratação de mais um posto de trabalho. As previsões dos resultados líquidos são crescentes até ao ano cruzeiro 2027, mas com a contratação de mais um posto de trabalho os resultados diminuem, mas recuperam a tendência de crescimento nos anos seguintes.

Dada a estrutura de financiamento do investimento, a empresa apresenta uma autonomia financeira de 24% em 2024 chegando aos 80% no último ano de previsão (2029). Em termos de rentabilidade verifica-se uma quebra no ano 2027 pela razão apontada anteriormente que se prende com a contratação de mais um posto de trabalho. No entanto, os valores apresentados são satisfatórios.

2.4.4 Avaliação

A avaliação da viabilidade económica e financeira do presente projeto é feita através do cálculo dos indicadores Valor Atual Líquido (VAL), Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) e Período de Recuperação (PRI). Na determinação dos *Cash-Flows*, para determinar a referida viabilidade do projeto, teve-se em conta a análise de 6 anos, do ano 2024 até ao ano 2029. No entanto, uma vez que a empresa continua a operar, após o ano 2029, foi considerado um valor residual de 7.360€.

Os indicadores de viabilidade são favoráveis na medida que o investimento apresenta um VAL de 26.231,43€, uma TIR de 41,79% e um PRI de 2 anos, 7 meses e 4 dias.

2.4.5 Análise de Sensibilidade e Cenários

Com o auxílio do método de verificação de sensibilidade é possível comparar as diversas situações às quais o negócio estará submetido, como por exemplo, se qualquer alteração de preços de compra ou venda ocorrer, tanto quando o assunto for um aumento ou diminuição das quantidades vendidas.

Além de ser possível realizar comparações entre situações distintas, mas que auxiliam na verificação de quais atitudes devem ser administradas se um deles ocorrer, como por exemplo, se a quantidade de produtos vendidas aumentar ou diminuir quanto o preço de venda deve ser alterado para manter a rentabilidade do negócio. Também será possível visualizar as comparações de cenários pessimista, otimista e neutro uma vez que numa empresa as variáveis não variam de forma isolada, mas sim todas em simultâneo.

A fim de auxiliar no entendimento é preciso ressaltar que, na primeira linha, de cada uma das tabelas, consta o número 0, célula que vai variar, sucedido pela percentagem de 41,80% que representa a TIR, obtida para este projeto e que será utilizada como referência para as tabelas de sensibilidade. Esta taxa foi obtida por meio das diversas suposições que constam neste projeto. Nas subsecções que se seguem teremos algumas tabelas com essas demonstrações.

3 Conclusões

No início deste projeto para criação de um plano de negócios de uma loja *online* para venda de chás e infusões e, futuramente, um salão de chá, foi assumido o compromisso de conhecer o mercado de atuação, o público-alvo de ambos os empreendimentos, aprofundar o máximo possível neste cenário comercial, abrangendo setores como marketing, região de instalação e finanças.

O trabalho empírico envolveu uma consulta de mercado com o intuito de responder aos objetivos propostos que consistem na análise da viabilidade econômica e financeira do comércio *online* de chá. Deste estudo foi possível retirar alguns resultados. Assim, em um primeiro momento foi possível entender que o público-alvo será mais abrangente do que o previsto e que as preferências de produtos seguem de forma linear com o que foi pensado em um primeiro esboço, além também de ser possível perceber que o consumidor estará disposto a adquirir os itens pelos valores definidos no plano financeiro.

Ainda é possível concluir que mesmo que a participação de potenciais clientes do sexo masculino tenha sido considerável na pesquisa, o público de maior interesse na proposta é de fato o feminino, que se mostrou interessado, até mesmo abrangendo uma faixa etária mais baixa do que a inicialmente estudada, o que aumentou o leque de potenciais consumidores, pois a idade dos mesmos ficou mais alargada.

Conclui-se também que as questões de marketing e publicidade serão fundamentais para atração e fidelização dos clientes e os meios digitais serão fundamentais nesta ação. Afinal, a decisão de consumo está ligada com a geração de interesse da marca para com os seus clientes. Além disso este projeto apresenta resultados que podem ser de grande valia para essas ações de marketing, afinal se o público será composto maioritariamente por mulheres o foco deverá ser racional, mas com a inclusão do apelo emocional que terá grande validade.

Deste modo, o investimento apresenta bons indicadores de viabilidade uma vez que o VAL é igual a 26.231€, a TIR igual a 42% e o investimento recupera-se em 2 anos, 7 meses e 4 dias.

Por fim, conclui-se que após a análise geral do plano de negócios, do projeto da loja virtual e salão de chá, da “Chá Brasília”, o projeto é promissor e pode-se perceber que todos os trabalhos desenvolvidos ao longo do curso de Mestrado em Empreendedorismo e Inovação, foram cruciais para o direcionamento apresentado até o momento, a fim de possibilitar o recebimento de orientações, de forma qualitativa e quantitativa. Ampliando desta forma os pontos financeiros, o olhar sobre o marketing e publicidade, enriquecendo a pesquisa de mercado, incrementando o campo da inovação, fomentando a bagagem empreendedora e culminando assim na geração de um trabalho final que irá possibilitar de fato a abertura desses empreendimentos de forma segura e lucrativa.

Referências

- Baggio, A. F. (2020). Empreendedorismo 4.0: Conceitos E Definições. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas*, 05(01), 119–136.
- Braibante, M. E. F., Silva, D. da, Braibante, H. T. S., & Pazinato, M. S. (2014). A Química dos Chás. *Química Nova na Escola*, 36(3), 168–175.
- Masanell, R., & Ricart, J. E. (2011). Spotlight on business model innovation: How to Design A Winning Business Model. *Harvard Business Review*, February, 100–107.
- Cruz, B. C., & da Silva, R. V. O. (2015). Plano de negócios e planejamento: sua importância para o empreendimento. *Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano, São Paulo*, 5, 1-12.
- Oliveira, L. R., Medeiros, R. M., Terra, P. de B., & Quelhas, O. L. G. (2012). Sustainability: The evolution of concepts to implementation as strategy in organizations. *Producao*, 22(1), 70–82.
- Ferrell, O. C., & Hartline, M. D. (2012). Estratégia de marketing. Em *Revista digital Agenda Empresa.com* (Vol. 113).
- GEM Brasil, G. E. M., Passos, C. A. K., Rissete, C. R., Camargo, D. de, Machado, J. P., Felix, J. C., Réa, M. X., Meza, M. L. F. G. de, Junior, P. A. B., Silvestre, R. G. M., Cunha, S. K. da, Greco, S. M. de S. S., & Bulgacov, Y. L. M. (2019). Empreendedorismo no Brasil 2019. *Relatório executivo*, 1–30.
- Irigaray, H. A. R., Cunha, G. X., & Harten, B. A. (2016). Missão organizacional: o que a análise crítica do discurso revela? *Cadernos EBAPE.BR*, 14(4), 920–933.

- Jabbour, C. J. C., De Souza Freitas, W. R., Teixeira, A. A., & De Sousa Jabbour, A. B. L. (2012). Gestão de recursos humanos e desempenho operacional: Evidências empíricas. *Gestao e Producao*, 19(2), 347–360.
- Leone, N. M. de C. P. G. (1991). A dimensão física das pequenas e médias empresas (P.M.E's): à procura de um critério homogeneizador. *Revista de Administração de Empresas*, 31(2), 53–59.
- Namugenyi, C., Nimmagadda, S. L., & Reiners, T. (2019). Design of a SWOT analysis model and its evaluation in diverse digital business ecosystem contexts. *Procedia Computer Science*, 159, 1145–1154.
- Salazar, A. L., Soto, R. C., & Mosqueda, R. E. (2012). The impact of financial decisions and strategy on small business competitiveness. *Global Journal of Business Research*, 6(2), 93–103.
- Silva, C. S. E. S. (2012). *Plantas utilizadas como chás com propriedades anti-inflamatórias*.
- Silva, R. (2014). *Rui Manuel Esteves da Silva O Chá Em Portugal: História e Hábitos de Consumo*. 100. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/33070>

Plano de Negócio para empresa de tradução e interpretação na Guiné-Bissau

Business Plan for a translation and interpretation company in Guinea Bissau

Amadú Juldé Djaló¹, Sofia Cardim¹[0000-0002-7506-5111],
António Borges Fernandes²[0000-0002-6526-9903]

djaloamadu30@gmail.com, sofiacardim@ipb.pt antoniof@ipb.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

²UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo. O presente plano de negócio foi elaborado para o empreendimento Language Solutions, uma empresa de prestação de serviços de tradução de documentos e interpretação simultânea e consecutiva e vai contar igualmente com serviços de aluguer de equipamentos de interpretação na Guiné-Bissau. O elemento diferenciador deste negócio tem a ver principalmente com o facto de a empresa ser criada e sediada na Guiné-Bissau depois de estudos de viabilidade feitos que adaptam o negócio ao contexto local, diferente dos demais operadores que estão sediados em outros países. O propósito deste trabalho é avaliar a viabilidade económica e financeira do negócio em questão a fim de dinamizar o setor de tradução e interpretação no mercado supramencionado, dar mais opções às organizações que requisitam estes serviços com preços mais competitivos e disponibilidade imediata, estimular o crescimento económico do país através de novos empregos e possibilitar o crescimento profissional dos técnicos. Tendo em consideração os propósitos acima referidos foi feita uma análise a volta do empreendimento Language Solutions para compreender melhor a repercussão que este negócio pode ter no mercado. Assim também como os possíveis riscos que poderão advir deste investimento. O investimento que se pretende fazer neste negócio apresenta indicadores económicos e financeiros favoráveis uma vez que apresenta um VAL de 271.086€, uma TIR de 55,96% e um PRI de 2 anos, 9 meses e 18 dias. Porém apresenta alguns riscos devido ao facto de ser um dos primeiros a instalar num mercado relativamente novo e pequeno em relação aos países vizinhos.

Palavras-Chave: Empreendedorismo, tradução, interpretação, negócio, VAL.

Abstract. This business plan was drafted for the Language Solutions venture, a company that provides document translation and simultaneous and consecutive interpreting services and will also provide interpreting equipment rental services in Guinea-Bissau. The differentiating element of this business has to do mainly with the fact that the company is created and based in Guinea-Bissau after feasibility studies were carried out that adapt the business to the local context, different from other operators that are based in others countries. The purpose of this work is to assess the economic and financial viability of the business in question to boost the translation and interpretation sector in the market, give more options to organisations that request these services with more competitive prices and immediate availability, stimulate the economic growth of the country through new jobs and enable the professional growth of the technicians. Considering the purposes mentioned above, an analysis was made around the Language Solutions venture to better understand the repercussion that this business can have on the market, as well as the possible risks that may arise from this investment. The investment that is intended to be made in this business presents favourable economic and financial indicators since it has a Net Present Value of 271,086 euros, an IRR of 55.96% and a Payback Period of 2 years, 9 months, and 18 days. However, it presents some risks since it is one of the first to set up in a relatively new and small market in relation to neighbouring countries.

Keywords: Entrepreneurship, translation, interpretation, business, NPV.

1 Introdução

Com o presente trabalho, estruturado como um plano de negócios, pretende-se avaliar a viabilidade económica e financeira da implementação de uma empresa de prestação de serviços de tradução e interpretação na Guiné-Bissau denominada “Language Solutions, Lda.”.

A atividade de tradução e interpretação tem sido muito requisitada nos últimos anos na Guiné-Bissau devido à integração e diversidade de línguas entre países da mesma organização, criação de blocos económicos e políticos de países falantes de diferentes idiomas, criação de *networks* de associações de diferentes naturezas e fins pertencentes a diferentes países, abertura de novas embaixadas e entrada de novas empresas na região e em particular na Guiné-Bissau, país em que se pretende instalar esta empresa.

O trabalho de tradução é de uma natureza complexa, como se pode ver em Molina e Albir (2002), uma vez que no processo de tradução, o tradutor tem sempre a necessidade de escolher uma determinada metodologia e estratégia que se adapte à natureza do tipo de texto que pretende traduzir, tendo em consideração a língua em que se encontra o texto, bem como a língua para a qual se pretende traduzir o mesmo. Os documentos geralmente têm naturezas diferentes e as suas complexidades igualmente variam de caso para caso. Deste modo, há sempre uma necessidade de escolha de uma metodologia a ser aplicada, no processo da tradução, a qual de acordo com Vinay e Dalbernet (1977), diferentes metodologias ou procedimentos parecem ser incontáveis, mas podem ser condensadas em apenas sete, cada uma correspondendo a um grau distinto de complexidade. Na prática, elas podem ser utilizadas uma de cada vez ou combinadas entre elas.

Pretende-se, com esta ideia, criar uma empresa que vai preencher a lacuna da ausência das empresas que prestam estes serviços na Guiné-Bissau. Assim, pretende-se dar uma oportunidade às entidades requisitantes deste serviço a terem um serviço de qualidade a um preço mais competitivo, visto que a posição geográfica da empresa vai permitir que o preço seja reduzido devido à ausência dos custos da logística e à proteção do ambiente.

Adicionalmente, espera-se poder contribuir para o desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau através da criação de emprego e dinamização do setor, permitindo igualmente o crescimento profissional dos jovens recém-formados, através da realização de estágios profissionais, nas áreas da língua e, em particular, na tradução e interpretação.

Prevê-se uma viabilidade económica deste negócio visto que o investimento inicial não é tão elevado e o retorno do investimento é possível logo no segundo ano da atividade e, consequentemente, a obtenção de lucros.

Assim, o presente trabalho está dividido em duas secções, para além da introdução e da conclusão. Na primeira secção é feita uma contextualização teórica, sendo abordado o contexto da República da Guiné-Bissau, o estudo da tradução, a interpretação e a sua evolução e o empreendedorismo e o empreendedor. Na segunda secção é efetuado o desenvolvimento do plano de negócio do investimento que se pretende efetuar.

2 Contextualização Teórica

2.1 República da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau tornou-se um estado independente desde 1974, depois de um conflito armado que durou onze anos (1963-1974), que opôs o Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) à Administração Portuguesa. Contudo e após a independência do país, a sua situação política tem sido instável durante vários anos, sendo marcada por repetidos golpes de estado e conflitos armados desde 1980.

O país conta com cerca de 1,7 milhões de habitantes, que englobam trinta etnias (sendo Fula, Balanta, Mandinga, Manjaco e Pepel, as maioritárias, uma vez que representam mais de 85% da população) e diferentes crenças religiosas (islão, cristianismo e animismo são os grupos maioritários). Situa-se na África ocidental, faz fronteira com a Guiné-Conacri ao sul e Senegal ao Norte, distribuindo-se por uma faixa continental e 88 ilhas correspondentes a 22% do território nacional (Forrest, 2003; Sangreman, 2016). O Produto Interno Bruto (PIB) per capita situa-se nos 795 euros, valor atingido em 2021 segundo o Banco Mundial. Em termos dos níveis da pobreza, 70% da população vive com menos de 2€/dia, de acordo com Cardoso e Dubbelman (2018).

Os maiores parceiros do desenvolvimento da Guiné-Bissau têm sido a União Europeia (UE), o Sistema das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Global, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), e os países Portugal e Espanha. Entre os parceiros multilaterais, realçam-se a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União Económica e Monetária da África

Ocidental (UEMOA) e o Banco de desenvolvimento da África Ocidental (BDAO) e de entre os parceiros os bilaterais realçam-se a Dinamarca, França, Brasil e, mais recentemente a China, Índia, Marrocos, Irão e Nigéria (MINSAP, 2017).

2.2 Estudos de Tradução

Dado o papel de longa data da tradução na história da humanidade, a disciplina dos estudos de tradução é surpreendentemente recente. Embora as reflexões sobre a tradução se tenham acumulado ao longo dos séculos, apenas no final do século XX e início do século XXI se desenvolveu um campo disciplinar para a estudar. Assim, trata-se de uma disciplina jovem, que emergiu nas décadas de sessenta e setenta do século XX, situada em grande parte na Europa e nas Américas, sobrevivendo inicialmente à margem das Humanidades e das Ciências Sociais.

Como se pode perceber, pelo trabalho desenvolvido por Molina e Albir (2002), no processo de tradução, o tradutor tem sempre a necessidade de escolher uma determinada metodologia e estratégia, que se adapte à natureza do tipo de texto que pretende traduzir, tendo em consideração a língua em que se encontra o texto, bem como a que língua para a qual se pretende realizar a tradução. Os documentos, geralmente, possuem naturezas diferentes e as suas complexidades igualmente variam de caso para caso, portanto, há sempre uma necessidade de escolha de uma metodologia a ser aplicada no processo da tradução. Estas metodologias, de acordo com Vinay e Dalbernet (1977) no livro *A Methodology for Translation* parecem ser incontáveis, mas podem ser agrupadas em apenas sete tipologias base, que são: tradução literal, empréstimo, decalque, transposição, modulação, equivalência e adaptação, cada uma correspondendo a um diferente grau de complexidade. Na prática, elas podem ser utilizadas uma de cada vez, ou combinadas umas com as outras.

2.3 A Interpretação e a sua Evolução

Embora a interpretação como uma atividade tenha sido praticada desde os tempos antigos (com provas pictóricas que datam de meados do segundo milénio a.c.), parece ter sido visto como demasiado comum e pouco espetacular para merecer menção especial e muito menos o interesse académico sustentado. Mesmo quando a interpretação se tornou uma profissão, essencialmente, no início do século XX, passou um tempo considerável antes de a mesma ser vista como um objeto de estudo. Uma interessante exceção foi um artigo do psicólogo espanhol Sanz (1931) sobre o trabalho e competências dos primeiros intérpretes de conferência da Liga das Nações e da Organização Internacional do Trabalho em Genebra.

Duas fontes principais podem ser identificadas como fatores que impulsionaram o desenvolvimento prévio de estudos de interpretação. Uma delas é o conjunto de conhecimentos adquiridos pelos praticantes que refletem sobre o seu trabalho. Embora isto também seja verdade, para teorizar a tradução, os intérpretes descreveram o seu trabalho, não tanto para o defender e justificar (como foi frequentemente o caso na história da tradução), mas para explicar como trabalham, muitas vezes com vista a transmitir o seu know-how à próxima geração de profissionais. Os principais exemplos incluem o de Herbert (1952), através da publicação do Manual do Intérprete e a monografia clássica de Seleskovitch (1968) sobre a profissão de intérprete de conferência internacional. Outro grande trabalho tem sido feito a partir do ponto de vista de outras disciplinas. Ao contrário do estudo da tradução escrita, que deve muito da sua contribuição formativa aos estudos linguísticos e literários, a investigação sobre a interpretação tem sido obtida predominantemente realizada através da Psicologia.

O fator crucial para tal, foi a utilização crescente da interpretação simultânea, que atingiu a idade de Julgamento de Nuremberga de 1945/46 Gaiba (1998) e ganhou mais atenção e prestígio através da sua adoção pelas Nações Unidas e pelas recém-chegadas instituições europeias. Era a habilidade de ouvir e falar em simultâneo, considerado impossível de acordo com teorias psicológicas da altura, que estimulou os psicólogos experimentais nos anos sessenta do século XX a estudar esta tarefa cognitiva única.

Concentrando-se em questões como o intervalo de tempo entre a entrada e a saída (também referido como "intervalo orelha-voz") e sobre o efeito de várias condições de entrada (por exemplo, velocidade, ruído, tipo de texto), psicólogos como Barik (1975) e Gerver (1969) levaram a cabo experiências clássicas que resultaram numa contribuição no campo e, ao mesmo tempo, iniciaram a fase seguinte na evolução dos estudos de interpretação.

3 Plano de Negócios

3.1 Descrição da empresa

A ideia da criação deste negócio surgiu através das experiências, nas áreas de tradução e interpretação, nos últimos dez anos do promotor do projeto. Esta habilidade, de ouvir e falar em simultâneo, não é fácil. Chegou mesmo a ser considerada impossível, de acordo com teorias psicológicas, numa dada altura, ainda no século passado, o que estimulou os psicólogos experimentais nos anos sessenta a estudar esta tarefa cognitiva única. Com foco em assuntos relacionados com a periodicidade entre a entrada e a saída da voz (também conhecida como intervalo orelha-voz) e relativamente aos fatores que condicionam a entrada da voz, nomeadamente a velocidade, o ruído, tipo e natureza da mensagem, resultado duma experiência clássica feita pelos psicólogos Barik (1975) e Gerver (1969) auxiliou neste campo e, ao mesmo tempo, estes psicólogos iniciaram a fase seguinte na evolução dos estudos de interpretação.

A ideia do negócio consiste na criação de uma empresa de prestação de serviços de interpretação simultânea e consecutiva nas reuniões e outros eventos e tradução de documentos. Esta empresa será denominada de Language Solutions, Lda., empresa de tradução e interpretação. Ela vai ser criada e sediada em Bissau, República da Guiné-Bissau onde vai exercer as suas atividades, com possibilidade de posterior expansão para a África ocidental e para o mundo inteiro.

A atividade principal da empresa vai ser a prestação de serviços de interpretação nos eventos como cimeiras, reuniões, conferências, visitas e outros eventos que contam com participantes que tenham dificuldades de compreensão linguística, ou seja, que falam idiomas diferentes, bem como o aluguer de equipamentos para estes serviços e tradução de documentos de diferentes naturezas.

A empresa vai ter um escritório devidamente equipado em Bissau e vai contar, igualmente, com um lugar para armazenar os equipamentos de interpretação, nomeadamente as mesas de mistura, cabines, aparelhos recetores, consolas, auriculares entre outros.

3.2 Missão, Visão e Valores

A empresa Language Solutions tem como missão, quebrar barreiras linguísticas existentes entre os membros das organizações que operam no país e na sub-região e servir de ponte para facilitar a fluidez de informações entre os Estados que compõem as organizações sub-regionais, continentais e internacionais.

A sua visão passa por estar à frente dos concorrentes que operam no mercado e liderar o segmento da interpretação na Guiné-Bissau e na sub-região, dentro de cinco anos.

Os seus valores consistem na satisfação dos seus clientes como forma de garantia da sua existência e do seu crescimento. Tal é conseguido através de responsabilidade no cumprimento das cláusulas assinadas para com os clientes, prestação de serviços de qualidade e disponibilidade para aprender e crescer.

3.3 Análise SWOT

A análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) consiste num sistema simples para avaliar ou verificar a posição estratégica duma empresa no ambiente em questão. Essa análise corresponde à identificação por parte da organização e de uma forma integrada dos principais aspetos que caracterizam a sua posição estratégica num determinado momento, tanto interno como externamente Silveira (2001).

Na Tabela 1 encontram-se a análise interna com as principais forças e fraquezas assim como a análise externa com a oportunidades e ameaças.

Tabela 1: Análise SWOT da empresa Language Solutions.

Análise Interna	
Forças	Fraquezas
- Única empresa do setor sediada na Guiné-Bissau. - Forte envolvimento dos sócios no desenvolvimento do negócio e da empresa. - Equipa dinâmica e com uma visão partilhada com todos os membros. - Preços competitivos em comparação com os concorrentes.	- Empresa recente e por isso pouco conhecida no mercado. - Empresa pouco experiente, quando comparada com outras empresas que se encontram num estágio de desenvolvimento organizacional mais avançado.

• Know-how dos sócios (em áreas distintas, mas complementares).	• Necessidade de um esforço financeiro adicional, em virtude do investimento necessário. • Necessidade de definição de uma estratégia de marketing adequada para dar a visibilidade necessária à empresa na fase inicial do seu desenvolvimento organizacional.

Análise Externa

Oportunidades	Ameaças
• Integração do país em várias organizações regionais e internacionais, estimulando a necessidade de interação. • Entrada de novas empresas estrangeiras no país. • Abertura de novas agências de cooperação e embaixadas de países estrangeiros.	• Criação de novas empresas de prestação de mesmo tipo de serviço (concorrência). • Instabilidade política.

Fonte: Elaboração própria.

2.4 Marketing / Estratégia de Vendas

2.4.1 Estratégia de Marketing

Porter (2002) sugere que para se definir uma estratégia, é fundamental a sua conformidade com clientes, produtos e mercados que integram o contexto dos negócios da empresa. Assim, de acordo com os esforços da organização na diminuição de custos, diferenciação de produtos/serviços e segmentação de mercado, é possível tornar a empresa competitiva, sendo consideradas, dessa forma, estratégias competitivas.

Neste sentido, Kotler (2000) acredita ainda que as empresas têm maiores chances de se saírem bem quando escolhem os seus mercados-alvo com cuidado e preparam uma estratégia de marketing adequada e específica. Uma vez que a criação deste negócio foi pensada de acordo com as necessidades do mercado e com propósito de dar uma possibilidade as organizações de optar pela qualidade e a um preço mais competitivo, pretende-se utilizar as plataformas das redes sociais como *LinkedIn*, *Instagram*, *Facebook* e outros, como forma de divulgar as atividades da empresa visto que as novas tecnologias são as tendências atuais e interessam a pessoas de todas as camadas e as instituições igualmente usam tais plataformas para interagir.

Nesta difusão, através destas plataformas *online*, pretende-se divulgar a importância de contratar empresas nacionais e sediadas no país com objetivo de promover a criação de emprego, o crescimento económico e o bem-estar social. Tem igualmente uma grande importância na proteção do meio ambiente, visto que as empresas estrangeiras precisam de utilizar meios de transporte para transportar equipamentos e a sua utilização polui o mesmo.

2.4.2 Estratégia das Vendas

Em qualquer tipo de negócio almeja-se vender mais e ao mesmo tempo satisfazer os clientes da melhor forma possível para, em consequência desta política, ter a maximização do lucro possível, com os constantes aumentos da produtividade e das vendas.

A estratégia das vendas consiste em produzir bens e serviços, ir até aos clientes e levá-los a comprar. Trata-se de ação e efeito de vender, realizar uma transação, onde se transfere algo próprio para domínio alheio, uma operação bilateral Churchill e Peter (2011). É necessário estruturar a estratégia das vendas porque são fundamentais no processo para atingir as metas e alcançar os objetivos, através de dinâmica direcionadas o mercado alvo.

Nesta perspetiva uma vez que os clientes alvo da Language Solutions são devidamente identificados e pretende-se uma abordagem direta e correspondências através de correios eletrónicos e físicos com propósito de ter uma comunicação célere.

2.5 Recursos Humanos e Operações

As organizações são compostas não apenas pelos recursos materiais e financeiros, mas também pelos Recursos Humanos, que através dos seus esforços individuais e coletivos permitem que a missão e os objetivos organizacionais e pessoais sejam atingidos. As organizações, por outro lado, permitem que estes

colaboradores possam atingir objetivos que dificilmente seriam alcançáveis apenas com esforço pessoal isolado de cada um, pelo que estas (as organizações) aproveitam a sinergia de esforços de várias pessoas que trabalham em conjunto Chiavenato (2009).

Para o desenvolvimento da sua atividade operacional, a empresa vai contar com quatro trabalhadores nos primeiros três anos da sua existência, nomeadamente um gerente, um assistente administrativo e dois técnicos e, já a partir do quarto ano, vai recrutar mais um técnico para reforçar a equipa no terreno.

As tarefas do assistente administrativo vão estar ligadas diretamente ao gerente e dos técnicos também para permitir uma dinâmica e velocidade na comunicação e na execução das tarefas.

2.6 Plano Financeiro

2.6.1 Investimento

A empresa necessita de efetuar um investimento em capital fixo no montante de 145.500€ correspondendo 2.500€ a equipamento ligeiro, 3.000€ a equipamento administrativo e 140.000€ a outros ativos fixos tangíveis. Os 140.000€ têm a finalidade de aquisição dos kits de interpretação que compreendem as mesas de mistura, os aparelhos recetores, as cabines, consolas e outros materiais que compõem estes *kits*, 3.000€ são para aquisição dos equipamentos informáticos para o escritório, desde o computador, a impressora, e alguns consumíveis e 2500€ são para compra de móveis como cadeiras mesas e outros equipamentos.

Para além do investimento no capital fixo a empresa necessita de efetuar investimento em fundo de maneo para assegurar o seu normal funcionamento. Este investimento foi determinado com base num prazo médio de recebimento de 45 dias e como não tem matérias-primas nem mercadorias não existe investimento em inventário nem o recurso aos fornecedores.

2.6.2 Demonstração dos Resultados Previsional

A demonstração dos resultados previsional, que se encontra na Tabela 2, apresenta de forma resumida, as operações realizadas pela empresa durante o exercício social, de forma a destacar os resultados líquidos dum determinado período de tempo Gonçalves (1996).

Tabela 2: Demonstração dos resultados previsional.

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Vendas e Serviços prestados	120 000	149 040	177 060	200 785	216 848	234 196
FSE	(30 521)	(32 962)	(35 599)	(38 447)	(41 523)	(44 845)
Gastos com o Pessoal	(43 663)	(47 156)	(50 928)	(64 903)	(70 095)	(75 702)
Outros Rendimentos	-	185	685	1 229	1 848	2 548
EBITDA	45 817	69 107	91 217	98 664	107 078	116 197
Gastos/Reversões de Dep. e Amor.	(29 313)	(29 313)	(29 313)	(28 313)	(28 313)	(313)
EBIT	16 504	39 795	61 905	70 352	78 766	115 885
Juros e Rendimentos Obtidos						
Juros e Gastos Similares Suportados	(5 429)	(5 429)	(4 343)	(3 258)	(2 172)	(1 086)
EBT	11 075	34 365	57 561	67 094	76 594	114 799
Imposto	(1 883)	(5 842)	(9 785)	(11 406)	(13 021)	(19 516)
Resultado Líquido	9 192	28 523	47 776	55 688	63 573	95 283

Fonte: Elaboração própria adaptada do IAPMEI.

Os resultados líquidos, ao longo dos seis anos em análise, são positivos em todos os anos com um crescimento acentuado ao longo dos mesmos como se verifica na Tabela 2. Estes resultados são muito encorajadores e revelam atratividade do investimento.

2.6.3 Balanços

O balanço apresenta os bens, direitos e obrigações de uma determinada entidade num determinado período. Através da diferença entre o ativo (bens e direitos) e o passivo (obrigações), o balanço evidencia a situação líquida da empresa. De acordo com Marion (1998) o balanço patrimonial reflete a posição financeira em determinado momento, normalmente o fim de um tempo prefixado ou fim de um ano.

A Tabela 3 apresenta o balanço previsional da Language Solutions ao longo dos diversos anos de análise. É um dos principais mapas contabilísticos da empresa, sendo a principal fonte de informação para a avaliação da situação económica e financeira da empresa em vários níveis, uma vez que identifica o investimento realizado com as fontes de financiamento próprias ou alheias. Relativamente ao financiamento, destaca-se que o investimento irá ser realizado com recurso a 40% de capitais próprios e 60% de capitais alheios.

O total dos ativos da empresa está a aumentar ao longo dos anos fruto do aumento das disponibilidades ao longo dos anos em resultado do autofinanciamento obtido através dos resultados líquidos e das depreciações e amortizações. A empresa tem como política colocar 20% dos resultados em reservas legais e distribuir dividendos, a partir de 2027, correspondente a 50% do resultado obtido.

Tabela 3: Balanço previsional no horizonte temporal do projeto.

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Ativo						
Ativo não corrente	116 188	86 875	57 563	29 250	938	625
Ativos fixos tangíveis	116 188	86 875	57 563	29 250	938	625
Ativo corrente	69 505	111 123	169 743	211 372	255 785	299 948
Clientes	18 197	22 601	26 850	30 448	32 884	35 514
EOEP	12 803	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	38 505	88 522	142 893	180 924	222 901	264 433
Total do Ativo	185 693	197 998	227 305	240 622	256 722	300 573
Capital Próprio	78 797	107 321	156 321	188 921	225 108	288 981
Capital Social	65 000	65 000	65 000	65 000	65 000	65 000
Prestações suplementares	4 605	4 605	5 829	6 629	7 286	7 994
Resultados Transitados	-	7 354	30 172	44 505	61 212	80 224
Reservas legais	-	1 838	7 543	17 098	28 236	40 911
Resultado Líquido	9 192	28 523	47 776	55 688	63 375	94 852
Passivo						
Passivo não corrente	83 526	62 645	41 763	20 882	-	-
Financiamentos obtidos (MLP)	83 526	62 645	41 763	20 882	-	-
Passivo corrente	23 369	28 032	29 222	30 819	31 614	11 591
EOEP	2 488	7 151	8 340	9 938	10 733	11 591
Financiamentos obtidos (CP)	20 882	20 882	20 882	20 882	20 882	-
Total Passivo	106 896	90 677	70 985	51 701	31 614	11 591
Total Capital Próprio + Passivo	185 693	197 998	227 305	240 622	256 722	300 573

Nota: EOEP, Estado e Outros Entes Públicos; MLP, Médio e Longo Prazo; CP, Curto Prazo; valores em euros.

Fonte: Elaboração própria adaptada do IAPMEI.

2.7 Avaliação

A avaliação do investimento é feita através dos métodos de avaliação considerados clássicos, ou seja, através do VAL (Valor Atual Líquido), TIR (Taxa Interna de Rentabilidade) e PRI (Período de Recuperação do Investimento). A avaliação pode ser efetuada tendo em conta a perpetuidade da empresa ou através da determinação do seu valor residual. Dado que os bens investidos apresentam reduzidas vidas úteis a avaliação efetuada teve em linha de conta o valor residual no fim de 2029.

De acordo com os dados apresentados neste plano de negócio, na Tabela 4 determinam-se os fluxos líquidos de liquidez do projeto para os anos de 2024 a 2029.

Tabela 4: Determinação da viabilidade económica e financeira.

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	2029
+ EBIT	16 504	39 795	61 905	70 352	78 527	115 365
- Imposto	(2 806)	(6 765)	(10 524)	(11 960)	(13 350)	(19 612)
+ Depreciações e Amortizações	29 313	29 313	29 313	28 313	28 313	313
- Variação Fundo de Maneio	(28 513)	13 063	(3 060)	(2 000)	(1 641)	(1 772)

- CAPEX	(145 500)	-	-	-	-	-
Cash Flow Operacional	(131 002)	75 405	77 634	84 704	91 849	94 294
Valor residual						24 548
FCFF com VR	(131 002)	75 405	77 634	84 704	91 849	118 842
Perpetuidade						6 503 820
FCFF com perpetuidade	(131 002)	75 405	77 634	84 704	91 849	6 598 113
Fator de atualização - WACC	1,00	0,97	0,93	0,90	0,87	0,84
	n/a	n/a	0,80	0,19	1,13	0,03
FCFF descontado VR	(131 002)	72 870	72 501	76 445	80 107	100 164
FCFF descontado acumulado VR	(131 002)	(58 132)	14 369	90 815	170 922	271 086
FCFF descontada perpetuidade	(131 002)	72 870	72 501	76 445	80 107	5 561 123
FCFF descontado acumulado perpetuidade	(131 002)	(58 132)	14 369	90 815	170 922	5 732 045

Nota: EBIT, *Earnings Before Interest and Taxes*; CAPEX, *CAPital Expenditure*; FCFF, *Free Cash Flow to Firm*; WACC, *Weighted Average Capital Cost*; VR, Valor Residual; valores em euros.

Fonte: Elaboração própria adaptada do IAPMEI.

Deste modo, o investimento apresenta um VAL de 271.086€ atualizado à taxa de custo do capital de 3,48% e uma TIR de 55,96% com um PRI de 2 anos, 9 meses e 18 dias sendo considerado um investimento viável.

2.8 Análise de cenários

A análise de sensibilidade segundo Hamby (1994), é um método utilizado para determinar os fatores que influenciam um sistema. É uma técnica que permite, de forma controlada, conduzir a simulações que consistem em estudar o efeito que a variação de um dado valor de entrada pode ocasionar nos resultados. Quando uma pequena variação num parâmetro altera drasticamente a rentabilidade de um projeto, diz-se que o projeto é muito sensível a este parâmetro e quando ocorre o contrário, diz-se que o projeto não é sensível a tal variável.

As variáveis consideradas mais sensíveis são as quantidades de serviços prestados (Quant.), a variação do preço de prestação do serviço (Var.PV), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com pessoal (G.Pessoal). Tendo em conta a variação destas variáveis em simultâneo foram criados dois cenários o otimista e o pessimista que se encontram na tabela (5). Para cada cenário foram analisados os indicadores VAL, TIR e PRI.

No cenário pessimista com a variação de menos 10% da quantidade dos serviços prestados, menos 1% da variação dos preços de venda, mais 5% de fornecimento dos serviços externos e mais 8% de gastos com pessoal, o VAL passa para 162.751,43 euros, a TIR é de 34% e o PRI é de 3 anos, 6 meses e 12 dias e finalmente no cenário otimista com a quantidade de vendas subida até os 5%, a variação dos preços de venda baixar até menos 1%, o fornecimento dos serviços externos baixar para os menos 5% e gastos com pessoal baixar até menos 7%, o VAL chega os 326.028,71 euros, a TIR é de 68% e o PRI é de 2 anos, 6 meses e 12 dias.

Tabela 5: Análise de cenários

	Valores atuais:	Pessimista	Otimista	Neutro
Células variáveis:				
Quant	0%	-10%	5%	0%
Var PV	0%	-1%	-1%	0%
FSE	0%	5%	-5%	0%
G Pessoal	0%	8%	-7%	0%
Células de resultado:				
VAL	271 085,63 €	162 751,43 €	326 028,71 €	271 085,63 €
TIR	56%	34%	68%	56%
PRI	2 anos 9 meses	3 anos 6 meses	2 anos 6 meses	2 anos 9 meses
	18,6503675362632 dias	12,2661788163338 dias	12,8907195823162 dias	18,6503675362632 dias

Fonte: Elaboração própria adaptada do IAPMEI.

3 Conclusões

Este plano de negócio foi pensado e concebido com o propósito de dinamizar o mercado de tradução e interpretação na Guiné-Bissau e proporcionar alternativas de qualidade com preços mais competitivos para as organizações que regularmente requisitam estes serviços. As organizações interessadas nestes serviços aumentaram, significativamente, no país em que se pretende implementar este negócio nos últimos anos.

Pretende-se também com este negócio estimular o crescimento económico do país através da criação de emprego e de possibilitar o crescimento profissional dos académicos que pretenderem desenvolver carreiras nessa área. De acordo com os dados analisados para o período dos primeiros seis anos da implementação deste negócio, concluiu-se que em função das previsões efetuadas, o projeto é viável uma vez que apresenta um VAL de 271.086€, uma TIR de 55,96% e um período de recuperação do investimento de 2 anos mais 9 meses e 18 dias.

Na análise dos cenários, feita para observar o comportamento da variação dos indicadores em simultâneo, foram criados os cenários pessimista e otimista para comparar com evolui o comportamento dos indicadores nos diferentes cenários. Através desta análise verificou-se que no cenário pessimista o VAL é de 162.751,43 euros, a TIR é de 34% e PRI é de 3 anos e 6 meses. Já no cenário otimista o VAL é de 326.028,71 euros, a TIR é de 68% e o PRI é de 2 anos e 6 meses. Deste modo, mesmo no cenário pessimista o investimento apresenta uma rentabilidade satisfatória.

Em termos conclusão verifica-se que este negócio é economicamente e financeiramente viável, reunindo assim todas as condições para o mesmo ser implementado.

Referências

- Barik, H. (1975). Simultaneous interpretation: qualitative and linguistic data. *London and New Yourk Routledge*, 79–91.
- Cardoso, P., & Dubbelman, R. (2018). *Relatório nacional para institucionalização da mentoria da cooperação eficaz para o desenvolvimento*.
- Carland, J. W.; Hoy, F.; Boulton, W. R.; Carland, J. A. (1988). Who is an Entrepreneur? A question worth asked. *American Journal of Small Business*.
- Forrest, J. B. (2003). Lineages of state fragility, Rural civil society in Guinea-Bissau. *Ohio University Press*.
- Gerver, D. (1969). The effect of source language presentation rate on performance of simultaneous conference interpreters. *London and New York Routledge*, 53–66.
- Gonçalves, E. C. (1996). Escrituração. In Contabilidade Geral. *Atlas, São Paulo*.
- Kotler, P. (2000). Administração do Marketing. *Prentice Hall, 10 edição*.
- Marion, J. C. (1998). Contabilidade Empresarial. *Atlas São Paulo*.
- MINSAP. (2017). *Plano Nacional do Desenvolvimento Sanitário*.
- Molina, L., & Albir, A. H. (2002). Translation techniques revisited: A dynamic and functionalist approach. *Meta*, XLVII(4), 498–512.
- Porter, M. (2002). The Competitive Advantage of Coorporate Philantropy. *Harvard Business Review*.
- Sangreman, C. (2016). A politica economica e social da Guiné-Bissau 1974-2016. *Working Papers*.
- Sanz, J. (1931). *Le travail et les aptitudes des interprètes parlementaire*.
- Schumpeter, J. A. (1978). A Teoria do desenvolvimento Económico. *Oxford: University Press*.
- Silveira, H. (2001). *Inteligência Organizacional e competitiva*.
- Souza, E. C. L. (2001). Empreendedorismo: competências essenciais para pequenas e médias empresas. *A Dissiminação Da Cultura Empreendedora e a Mmudança Da Relação Universidade-Empresa*.
- Vinay, J.-P., & Dalbernet, J. (1977). A Methodology for Translation. *London & New York Routledge, 2nd*, 128–137.

Cultivar a empatia com o livro-álbum contemporâneo

Cultivating empathy with the contemporary picturebook

Dulce Melão [0000-0002-1608-1074]

dulcemelao@esev.ipv.pt

Escola Superior de Educação de Viseu, Instituto Politécnico de Viseu, CI&DEI, Portugal

Resumo. É crescente a valorização da empatia nas práticas educativas hodiernas, face à necessidade de promover uma compreensão mais apurada das relações estabelecidas no quotidiano. Neste artigo, tomando como matéria-prima o livro-álbum *A menina que reparava em tudo*, da autoria de Jane Porter, sugerem-se caminhos de leitura que possam contribuir para o fomento do cultivo da empatia, possibilitando o germinar do cuidado. Parte-se de um referencial teórico que privilegia o diálogo do papel do livro-álbum na Educação com relatórios internacionais relativos à Educação para a Cidadania Global, ao Desenvolvimento Humano e à reescrita dos futuros da Educação. Dois objetivos principais norteiam o processo de indagação levado a cabo: i) sugerir caminhos de leitura que potenciem a descoberta do detalhe conferido ao cuidado como via de compreensão da empatia; ii) investigar a relação promovida pelo diálogo texto/ilustrações como convite à participação ativa na interação bondosa com os Outros. Conclui-se que a obra selecionada convoca inúmeros périplos do olhar que possibilitam cultivar a empatia e compreender os veios de cuidado de que se reveste.

Palavras-Chave: Livro-álbum, Empatia, Cuidado, Educação.

Abstract. Nowadays there is a growing appreciation of the importance of empathy in educational practices, given the need to promote a more refined understanding of the relationships established in daily life. In this paper using as raw material the picturebook *The girl who noticed everything*, by Jane Porter, reading paths are suggested which potentiate the cultivation of empathy, promoting the germination of caring. The theoretical framework of the study draws from the dialogue between the role of picturebooks in Education and international reports on Education for Global Citizenship, Human Development, and the rewriting of the futures of Education. Two main objectives guide the process of enquiry: i) to suggest reading paths that encourage the discovery of the detail given to caring as a way of understanding empathy; ii) to investigate the relationship promoted by the text/illustrations dialogue as an invitation to active participation in kind interaction with Others. It is concluded that the selected work calls upon innumerable tours of sight that make it possible to cultivate empathy and understand the veins of care that it is vested in.

Keywords: Picturebook, Empathy, Care, Education.

1 Introdução

É crescente a valorização da empatia nas práticas educativas hodiernas, apontando para a necessidade de maior investimento nas relações estabelecidas no quotidiano, porventura com ênfase na demora e no cuidado, enquanto pilares da construção do bem comum. Como sublinha Sacristán (2003, p. 18), “As redes nas quais nos alimentamos, nos expressamos e entre as quais repartimos as nossas capacidades sociais são cada vez mais complexas e vinculam-nos aos demais graças ao estabelecimento de laços com os outros, de amplitude e natureza variadas”. O papel desempenhado pela literatura em tal generoso labor, mormente no que respeita à ficção, é sobejamente reconhecido, sendo apontadas possíveis relações profícuas entre a interação dos leitores com as emoções e os sentimentos aí plasmados e o potencial crescimento da empatia (Koopman & Hakemulder, 2015; Mangen et al, 2018; Thexton et al., 2019).

Face à tela exposta, tomando como matéria-prima o livro-álbum *A menina que reparava em tudo* (Porter, 2023), dois objetivos principais norteiam o processo de indagação levado a cabo neste artigo: i) sugerir caminhos de leitura que potenciem a descoberta do detalhe conferido ao cuidado como veio central

da empatia; ii) investigar a relação promovida pelo diálogo texto/ilustrações e suas potencialidades enquanto convite à participação ativa na interação bondosa com os Outros, favorecendo a compreensão da empatia.

O artigo está organizado em torno de quatro secções, em entrelaçamento. Primeiramente, são lançados, de modo sintético, os alicerces teóricos que sustentam a reflexão realizada. Em segundo lugar, é explicitada a metodologia pela qual se optou para dar cumprimento aos objetivos traçados. Em terceiro lugar, um núcleo temático central – “reparar em tudo” – acolhe a análise do livro-álbum, desdobrando-se em duas subsecções: a primeira, consagrada ao aparato peritextual da obra, procura lançar luz sobre distintos modos de atentar na realidade, para que seja possível apreciar o carácter imenso oferecido pelos pormenores que a plasmam; na segunda subsecção, o foco é colocado no contributo do diálogo texto/ilustrações para o cultivo da empatia, sendo sugeridos distintos caminhos de descoberta que favoreçam a sua compreensão. Em ambas, o apelo ao desenvolvimento da sensibilidade estética por parte dos leitores é labor de cuidados.

Reunindo ilações retiradas do percurso realizado, conclui-se que a obra selecionada convoca inúmeros périplos do olhar que possibilitam cultivar a empatia e compreender os veios de cuidado de que se reveste, de modo versátil e multifacetado.

2 Alicerces teóricos

Estudos recentes (por exemplo, Barton et al. 2019; Johnson, 2021) destacam o carácter multimodal dos livros-álbum como meio particularmente eficaz para o desenvolvimento de interações proficuas com os leitores, podendo contribuir para o incremento da empatia. É igualmente reconhecido que esta pode ser alimentada por intermédio da convivência com personagens que adquiram visível centralidade na narrativa, gerando forte cumplicidade com os leitores, pela exigência da sua participação ativa (Melão, 2022; Nikolajeva, 2014). O uso de estratégias metaficcionais que podem ser encontradas em alguns livros-álbum tem sido, também, considerado como móbil de favorecimento da abertura à compreensão da empatia, podendo promover um maior envolvimento dos leitores com tais artefactos literários, a par da materialidade que alimenta a fruição, por via dos sentidos convocados (Ramos & Navas, 2021; Turner, Barton & Riddle, 2023).

Investigação levada a cabo sobre as inúmeras potencialidades do livro-objeto (Ramos, 2023; Silva, 2020) e do livro-álbum sem texto (Honaker & Miller, 2023; Pantaleo, 2023) tem, igualmente, possibilitado compreender a relevância da interação (viva e versátil) dos leitores com telas que abrem renovados olhares sobre o mundo, instigando a compreensão acrescida do relevo de domiciliar o acolhimento.

Alguns livros-álbum contemporâneos, por via das temáticas desenvolvidas, tendo no cerne a empatia e o cuidado (por exemplo, Carrilho, 2020; Freitas, 2021; Llenas, 2020; Porter, 2022), constituem matéria-prima privilegiada que pode possibilitar amplos e múltiplos caminhos de proveitosa exploração, de modo a ir ao encontro dos objetivos – generosamente ambicionados – que dizem respeito à reescrita dos futuros da Educação. Relativamente aos veios do cuidar que contemplam, no relatório internacional *Reimagining our futures together. A new social contract for education* (UNESCO, 2021) destaca-se a relevância de aprender a ser empático, estendendo práticas de cooperação a quem nos rodeia. Sublinha-se, ainda, a necessidade de construção de uma ética do cuidado que reverbere múltiplos trilhos de atenção concedida aos Outros, em harmonia.

No *Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022* (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2022), a constatação de que novos níveis de incertezas estão a emergir é acompanhada da convicção de que “A melhor resposta é uma aposta reforçada no desenvolvimento humano, procurando desencadear as capacidades criativas que, aliás, integram a essência da humanidade” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2022, p. 3). Da afirmação pode inferir-se que ao desenvolverem práticas de leitura partilhada com o livro-álbum os docentes poderão contribuir, também, para o desenvolvimento de tais capacidades, a par do cuidado antes referido.

Semelhante linha de pensamento pode ser colhida no âmbito da Educação para a Cidadania Global (UNESCO, 2016), sendo reforçada a importância da “[...] atenção com os outros, compaixão, preocupação, empatia, justiça, honestidade, integridade, bondade, amor, respeito, solidariedade, tolerância, compreensão, abertura para o mundo” (UNESCO, 2016, p. 43) enquanto pilares do respeito pela diversidade. Saliente-se, ainda, a referência expressa ao cultivo da empatia e à sua relação com o respeito pela diferença e pela diversidade.

3 Metodologia

O percurso proposto tem no seu âmago as seguintes questões de investigação: i) qual o papel desempenhado pelo tecido peritextual no que se refere ao desenvolvimento da capacidade de acolher o detalhe enquanto cerne do cuidado nas relações com os Outros?; ii) de que modo(s) a interação texto/ilustrações pode favorecer a compreensão do relevo da empatia, por parte dos leitores?

No intuito de dar resposta às questões colocadas e face aos objetivos traçados, procedeu-se à recolha detalhada dos elementos do tecido peritextual, na esteira de Genette (1987), sendo realizados processos inferenciais que permitissem lançar luz sobre o caráter multifacetado que pudessem exibir, bem como o manto plurissignificativo daí decorrente. Procurou-se, igualmente, identificar categorias da narrativa cujo acolhimento nas ilustrações pudesse potenciar desdobramentos de sentidos explícitos e implícitos geradores da empatia. Entendeu-se que esta abordagem permitiria descortinar tais sentidos de modo mais aprofundado, valorizando a relevância da demora no pormenor.

A opção pela estrutura bipartida apresentada na secção seguinte, conglomerada no núcleo central – denominado “Reparar em tudo” – possibilita agregar os elementos que emergiram da análise realizada, abrindo veios de texturas dos trilhos que unem “estações de luz” (entendidas como paragens, lugares de partida e de chegada das plurissignificações do tecido peritextual) a “caminhos do pormenor”, enquanto reverberações multifacetadas de constelações da empatia.

4 Reparar em tudo

4.1 Prelúdios – estações de luz

À semelhança de outros livros-álbum que integram um relevante acervo no âmbito da literatura para a infância, a matéria-prima selecionada respalda-se num formato generoso que se presta, particularmente, a práticas de leitura partilhada, instigadoras de afetos e de indagações.

O outono mescla de luz a capa e a contracapa, favorecendo, desde logo, múltiplos trilhos de descoberta. Na primeira, o título do livro (em maiúsculas), pintado a azul, ganha centralidade. Quer a menina, quer os pássaros que deambulam no cenário outonal parecem prestar-lhe particular atenção. Esta é, talvez, a primeira paragem exigida ao olhar: aceitar a missão de reparar em tudo. Não por acaso, a forma verbal – “reparava” – acolhe dois pequenos pássaros: um repousa aí o olhar; o outro empoleira-se na consoante “v” para perscrutar a última vogal, ampliando a relevância do detalhe.

É de assinalar a opção feliz pelo verbo “reparar”, dada a rica textura semântica que acolhe: por um lado, pode remeter para a renovação, o conserto, a melhoria; por outro, para conceder atenção, observar, acudir à necessidade da demora do olhar e suas repercussões. Nas amplas reverberações que suscita, pode não só despertar a curiosidade dos leitores para a miríade de significações que resguarda, como também motivar para a redescoberta do seu uso quotidiano, enquanto modo de acolhimento.

Para além dos itinerários de curiosidade expostos, numerosos trilhos do pormenor podem ser explorados na capa: i) inquirir as razões da presença de um esquilo que espreita por entre os ramos de uma árvore; ii) fomentar processos de indagação sobre a menina que aí surge com um vestuário de cores muito vivas, em inusitada combinação com o cabelo de tons alaranjados, iii) instigar a elaboração de previsões, de caráter temporal, por via da observação atenta do conjunto de elementos reunidos na capa; iv) promover o estabelecimento de inferências que possam ser esteio para a leitura integral do livro, aí colhendo alentos.

Para complementar a compreensão da tela exposta, importa, também, descobrir os mundos que se abrem por intermédio do tom cerúleo da contracapa. Repare-se no resumo da obra oferecido aos leitores:

A Estela é uma menina curiosa e não consegue deixar de reparar em tudo o que a rodeia: a forma das nuvens, as características inesperadas de coisas, pessoas, plantas e animais... Ela aponta e comenta o que vê enquanto passeia com o pai. E ele vai explicando que as pessoas podem ficar tristes com os reparos dela. A verdade é que este espírito de detetive pode revelar-se muito útil (Porter, 2023).

O nome da menina – Estela – reverbera luz, na sua identificação com “estrela”. Este é um pormenor de relevo facultado aos leitores antes do início da leitura integral da obra, quando tomam o livro em mãos e aí pousam os olhos. A missão de iluminar caminhos que lhe está destinada, à medida que a narrativa

progride, pode ser inferida por via dos movimentos visuais e tácteis descritos – indícios de trilhos a percorrer que se desenhavam no corpo dos leitores.

A curiosidade, a capacidade de indagação e a relevância da partilha do que é cuidadosamente observado arvoram-se em características que merecem reparo por parte dos leitores, podendo despertar o interesse para encetar a leitura. A chamada de atenção do pai de Estela permite, também, alicerçar a importância do cuidado na relação com os Outros, bem como a complexidade de que se reveste.

O cenário outonal da capa tem continuidade no pavimento de pássaros, folhas e castanhas que envolvem o olhar e incitam a prosseguir caminhos, à semelhança da imagem dada a fruir, com a menina às cavalitas do pai, olhando tudo o que os rodeia. Como sublinha Manguel (2020, p. 21), “[...] as imagens, como as palavras, são aquilo de que somos feitos”.

Acresce, ainda, a generosa sugestão de leitura, no canto inferior esquerdo da contracapa, favorecendo outros recomeços. Assim, a indicação facultada aos leitores – em letra maiúscula e com tons a condizer com a atmosfera outonal – “Também vão gostar de ler:” – é acompanhada de uma miniatura da capa de outro livro da mesma autora e ilustradora, *O menino que gostava de toda a gente* (Porter, 2022). Apresentar às crianças o livro sugerido pode favorecer a motivação necessária à implementação de práticas de leitura autónoma ou partilhada, quer em contexto de sala de aula, quer em outros contextos que possam favorecer tais práticas.

Após as guardas iniciais transbordantes de sol, graças à escolha feliz da paleta cromática (repetida nas guardas finais), os leitores podem desbravar mais um trilho potenciador de renovadas descobertas. Uma janela de contornos bem definidos destaca-se na alvura da página de rosto e fomenta curiosidades. Recorde-se que “Enquanto abertura para o ar e para a luz, a janela simboliza a receptividade” (Chevalier & Gheerbrant, 2019, p. 382). Nesse sentido, alimenta-se a importância do acolhimento como pilar da empatia. A exploração de pequenos apontamentos como o desenho de um arco-íris, colado na janela, ou a camisa de estrelas usada pela menina pode promover processos de indagação que criem interesse acrescido pelo texto a ler. Como frisa Manguel (2015, p. 45), “[...] a expectativa é o instrumento principal da curiosidade”.

4.2 Diálogos texto/ilustrações – caminhos do pormenor

A relação texto/ilustrações, reconhecidamente profícua no livro-álbum (Ramos, 2017; Salisbury & Styles, 2012; Taberner Sala, 2019), ganha particular relevo, no que respeita ao fomento da compreensão da importância do detalhe, bem como aos percursos de empatia que daí podem reverberar. Na primeira dupla página, o olhar dos leitores sucumbe à imensidão de pormenores a explorar, merecedores de redobrada atenção. Na sala do lar partilhado pelo pai e pela filha resplandece uma espécie de caos familiar que gera muita cumplicidade. Duas gavetas de um móvel abrem-se a ávidas descobertas por parte dos leitores: avistam-se luvas, cadernos, recibos, uma fita métrica, carros de linhas e tudo o que a imaginação lhes pode acrescentar. No sofá da sala, um gato solicita afagos, amparado numa almofada onde resplandece o desenho do sol. Empoleirada no sofá, a menina desvela-se em atenções, face ao que observa através da janela, em saboroso diálogo com o pai:

- Olha, papá! Há cavalos no céu! Anda ver!

A Estela estava à janela, a observar a forma das nuvens.

- Vão para o jardim a galope? – perguntou o pai. – Nós vamos atrás deles assim que eu encontrar o meu gorro. Não o viste? (Porter, 2023, s/p)

Tendo início no espaço interior – a sala do lar partilhado – a ação passa, posteriormente, a desenrolar-se em dois espaços: as ruas da cidade e um jardim, onde pai e filha se dirigem. Esta abertura espacial traduz-se, em movimento simultâneo, no ampliar da imaginação e no abraço maior aos detalhes que o espaço exterior oferece ao olhar. Assim, o percurso realizado – que os leitores são chamados a acompanhar – permite-lhes compreender a importância de reparem em tudo o que os rodeia, face: i) à preocupação de Estela com os pássaros “[...] a tremer de frio nos ramos despidos” (Porter, 2023, s/p), só sossegando quando o pai lhe explica que os passarinhos guardam os cobertores “Em armários pequeninos, no cimo das árvores” (Porter, 2023, s/p); ii) ao olhar que lança aos padrões desenhados pelas folhas nos passeios; iii) ao modo como atenta em algumas pessoas com quem se cruza, identificando pormenores que lhe despertam particular curiosidade (como, por exemplo, um chapéu de pelo com enorme tapa-orelhas que, em seu entender, se parece a um gato, ou um penteado que considera inusitado).

Os aspetos referidos constituem matéria-prima privilegiada de degustação com as crianças, nomeadamente por serem, também, um incentivo à exploração do exterior, quer em atividades devidamente planificadas que possibilitem inventariar tudo o que está à vista na cidade, quer em passeios em família, com um olhar renovado em cada surpresa que é desvelada ao longo do caminho.

A chegada do pai e da filha ao centro da cidade institui-se como momento que exige dedicação, face ao belo quadro que a dupla página agasalha, por via da ilustração. Reparar traduz-se, neste caso, em elevado exercício do cultivo da sensibilidade estética, a par da empatia. Uma imensidão de cores e de texturas estende-se no olhar dos leitores; o dia a dia da cidade, aparentemente banal, ganha vidas. Para além da Estela e do pai, caminhando, lado a lado, num dos passeios, há toda uma plêiade de pormenores que importa que descubram, tais como: i) um bando de gansos que esvoaça por entre o bulício citadino; ii) um gato adormecido que se avista da claraboia de um dos edifícios; iii) uma mulher que passeia um dalmata; iv) trilhos de folhas que, aqui e ali, bordam de cor os passeios; v) a montra de uma sapataria, exibindo calçado de vários formatos, cores e estilos; vi) a caixa aberta de uma carrinha, deixando a descoberto diferentes espécies de flores; vii) uma oficina com vários mecânicos na sua labuta diária, etc.

Variados caminhos podem, ainda, ser criados a partir da vista panorâmica proporcionada, de modo a incrementar o gosto pelo detalhe. A diversidade exposta convoca sensações visuais, auditivas e tácteis que podem, por exemplo, auxiliar ao desenvolvimento da compreensão do papel que desempenham na relação que estabelecemos com o mundo e respetivas reverberações que daí podem advir.

Após o belo périplo realizado, a chegada ao jardim constitui um momento privilegiado da demora do olhar dos leitores, abrindo novas possibilidades de compreensão do relevo do cuidado, em associação com a empatia. Em primeiro lugar, importa que reparem no inusitado que transparece da união texto/ilustração, surgindo particularmente vincado nesta última. Estela vê “[...] uma velhinha vestida com um vestido verde, um casaco azul, umas calças vermelhas e uma saia amarela, tudo ao mesmo tempo. Andava muito devagarinho, chamando, numa voz triste: «Frankie! Frankie! Frankie?»”. Se a descrição vela a importância do pormenor, é na ilustração que os leitores podem fruir os seus desdobramentos. Assim, o casaco azul da “velhinha” guarda a surpresa de duas belas flores bordadas nos bolsos; o lenço vermelho que traz ao pescoço combina, na perfeição, com o relógio de pulso da mesma cor; a saia amarela desvela a delicadeza da renda; a mala branca, à tiracolo, e o colar da mesma cor são inícios do cuidado que plasma a fragilidade reforçada pelo uso de uma bengala.

O ampliar das possibilidades do acolhimento da diferença é proporcionado por intermédio da observação direta da ilustração e permite que os leitores se coloquem no lugar da personagem, sendo cultivada a empatia. Ao chamar a atenção do pai para “[...] aquela senhora arco-íris tão esquisita” (Porter, 2023, s/p), Estela recebe a seguinte resposta, merecedora de particular demora: “Acho melhor brincarmos um bocadinho ao jogo do “NÃO reparamos em mais nada”, está bem?” (Porter, 2023, s/p; maiúsculas da autora). O diálogo convoca, de imediato, oportunidades de reflexão sobre modos de nos relacionarmos com Outros, num posicionamento de respeito mútuo que possibilite um exercício responsável de cidadania. Acresce o facto de reiterar a relevância de promover processos de indagação com as crianças que permitam acolher a curiosidade que, de modo natural, manifestam. Importa recordar que “Como uma lei inversa da gravidade, a curiosidade faz com que a nossa experiência do mundo aumente a cada pergunta: a curiosidade ajuda-nos a crescer” (Manguel, 2015, p. 34).

À luz do referido, compreende-se que as brincadeiras com as amigas, no jardim, não obliterem a sede de observação de Estela. Graças a tal virtude de atenção, repara “num lampejo colorido” (Porter, 2023, s/p) entre os ramos de uma árvore, ouve um grasnido e dá conta que se trata de Frankie, o pássaro procurado pela “senhora arco-íris” (Porter, 2023, s/p). O reencontro desta com o seu amigo possibilita uma oportunidade ímpar de compreensão da generosidade envolvida no ato de reparar enquanto condição inerente à empatia.

Na última sequência da narrativa – o regresso a casa – o carácter transformador da empatia é dado a ler e ver pela aliança texto/ilustração, em nova ampla página que convida os leitores a mergulhar, de modo intenso, no mundo de sensações que os rodeiam. Desta feita, o caminho é feito “devagarinho”, em afetuosa partilha: “O pai reparou nos remoinhos que o rio fazia perto da ponte. Depois, a Estela viu uma ave equilibrada numa só perna e o pai descobriu um gato com patinhas brancas. Pararam para observar tudo, juntos” (Porter, 2023, s/p). A brevidade da descrição não contempla toda a beleza oferecida ao olhar, na harmonia criada pelo rio que corre nas páginas e acolhe cisnes, patos e barcos no seu leito. Nas margens crianças brincam, pais e filhos passeiam, há quem pratique desporto ou, simplesmente, se dedique a contemplar. No afago da tela exposta, os leitores alimentam a alegria dos recomeços, em pleno vigor. Como frisa Cruz (2021, p. 73), “A realidade é iluminada pela atenção”.

Na dupla página que encerra a narrativa, em plano muito aproximado dos leitores, o abraço entre pai e filha sela cumplicidades e abre, de novo, a possibilidade da imensidão da partilha que os leitores sentem como sua, numa panóplia de sensações geradora de muitas outras constelações do cuidado, com que, desejavelmente, possam cultivar a empatia ao longo da vida.

5 Conclusões

A obra selecionada permitiu colocar em destaque que o cultivo da empatia pode ser levado a cabo, de modo harmonioso e belo, por intermédio de um conjunto de caminhos que vão, paulatinamente, sendo oferecidos aos leitores enquanto leem. Muitas outras vias de exploração podem ser reabertas pelos próprios leitores, no ânimo concedido pela leitura partilhada em contexto de sala de aula ou no exterior.

Como um miradouro, possibilitando amplas vistas sobre o mundo, este livro-álbum reúne características invulgares postas em relevo ao longo da reflexão realizada. A análise do tecido peritextual pôs a descoberto a riqueza de tal matéria porosa, no que diz respeito aos itinerários de demora do olhar que promove, acolhidos numa paleta cromática que reaviva a importância da partilha e do cuidado, sublinhados, também, por via da reiterada opção pela dupla página, instigando cumplicidades. Em périplos encetados a partir de tais tecidos, os leitores podem ganhar ânimo no exercício de “reparar em tudo” – quais artesãos do cuidar – auxiliados por práticas de leitura partilhada que possibilitem um crescimento conjunto com os professores e o núcleo familiar que os acolhe.

Em tempos de enorme celeridade, todos podem beneficiar do cultivo da empatia em comum, daí resultando, possivelmente, sólidos alicerces que potenciem outros recomeços. Tais caminhos emergiram, fortemente, na reflexão realizada, sobretudo por desvendar o papel desempenhado pelas ilustrações, de grande riqueza, reabrindo espaços interiores e exteriores que potenciam uma ampla e minuciosa observação da realidade. Foi possível inferir que, ao concederem maior visibilidade à narrativa, possibilitando tornar mais próximas as vivências das personagens, as ilustrações convocam o cultivo da empatia, sua compreensão e estima.

O percurso realizado, embora contemplando apenas uma obra, permitiu, pois, dar testemunho do potencial enorme do livro-álbum enquanto mural de possibilidades para iluminar a empatia, nas múltiplas reverberações que acolhe. Estudos empíricos que incluam oficinas de leitura tendo como fulcro livros-álbum de semelhante cariz, favorecendo processos de indagação e de fruição, poderão lançar luz sobre outros modos de compreensão da empatia e das suas repercussões nos quotidianos em que as crianças participam.

Em suma, todos os trilhos percorridos abriram “estações de luz” e “caminhos do pormenor” que o olhar colheu, por meio do convite para escutar as realidades plasmadas no livro-álbum. Aliando ilustrações primorosas que constroem vias panorâmicas do cuidar, à beleza de uma narrativa sublimemente singela, *A menina que reparava em tudo* (Porter, 2023) desafia os leitores a que se reconheçam nos Outros, reparando (n)o mundo.

Referências

- Barton, G., Baguley, M., Kerby, M. J., & MacDonald, A. (2019). Exploring how quality children’s literature can enhance compassion and empathy in the classroom context. In G. Barton & S. Garvis (Eds.). *Compassion and empathy in educational contexts* (pp. 165-188). London: Palgrave Macmillan.
- Carrilho, A. (2020). *A menina com os olhos ocupados*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Chevalier, J. & Gheerbrant, A. (2019). *Dicionário dos símbolos* (3.ªed.). Lisboa: Teorema.
- Cruz, A. (2021). *O vício dos livros*. Lisboa: Companhia das Letras.
- Freitas, T. (2021). *Os invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letrinhas.
- Genette, G. (1987). *Seuils*. Paris: Seuil.
- Honaker, J. D. & Miller, R. T. (2023). Wordless but not silent: unlocking the power of wordless picture books. *TESOL Journal*, 00, e0721.
- Johnson, D. R. (2021). The impact of children’s picture books on empathy and perspective talking in prekindergarten students. *International Journal of Early Childhood Education*, 23 (1), 57-68.
- Koopman, E. M. & Hakemulder, F. (2015). Effects of literature on empathy and self-reflection. *Journal of Literary Theory* 9 (1), 79-111.

- Llenas, A. (2020). *Gosto de ti (quase sempre)*. Porto: Porto Editora.
- Mangen, A., Begnum, A. C., Kuzmičová, A., Nilsson, K., Steenberg, M., & Støle, H. (2018). Empathy and literary style: a theoretical and methodological exploration. *Orbis Litterarum*, 73 (6), 471-547.
- Manguel, A. (2020). *Ler imagens*. Lisboa: Edições 70.
- Manguel, A. (2015). *Uma história da curiosidade*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Melão, D. (2022). Reverberações dos espaços na escuta dos afetos: o livro pop-up pelas mãos de Anna Llenas. *ELOS: Revista de Literatura Infantil e Juvenil*, 9, 1-12.
- Nicolajeva, M. (2014). "The penguin looked sad". Picturebooks, empathy and the theory of mind. In B. Kümmerling-Meibauer (Ed.) *Picturebooks: representation and narration* (pp. 121-137). London: Routledge.
- Pantaleo, S. (2023). Reviewing the multifaceted complexity and potential of wordless picturebooks. *Bookbird: A Journal of International Children's Literature*, 61 (2), 15-25.
- Porter, J. (2023). *A menina que reparava em tudo*. Lisboa: Fábula.
- Porter, J. (2022). *O menino que gostava de toda a gente* (2.^a ed.). Lisboa: Fábula.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2022). *Relatório do desenvolvimento humano 2021/2022*. Nova Iorque: PNUD.
- Ramos, A. M. (Org.) (2023). *Livro-objeto: metaficção, hibridismo e intertextualidade*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Ramos, A. M. (Org.) (2017). *Aproximações ao livro-objeto: das potencialidades criativas às propostas de leitura*. Porto: Tropelias & Companhia.
- Ramos, A. M. & Navas, D. (2021). Contar várias histórias ao mesmo tempo: para uma teoria do livro-álbum com narrativas paralelas. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, 43 (1), 1-8.
- Sacristán, J. G. (2003). *Educar e conviver na cultura global*. Porto: Edições Asa.
- Salisbury, M. & Styles, M. (2012). *El arte de ilustrar libros infantiles: concepto y práctica de la narración visual*. Barcelona: Blume.
- Silva, S. R. (Org.) (2020). *Clássicos da literatura infantojuvenil em forma(to) de livro-objeto*. Braga: UMinho Editora.
- Tabernero Sala, R. (2019). *El objeto libro en el universo infantil*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza.
- Thexton, T., Prasad, A. & Mills, A. J. (2019). Learning empathy through literature. *Culture and Organization*, 25 (2), 82-90.
- Turner, C., Barton, G. & Riddle, S. (2023). Metafictive devices in children's picturebooks and the development of children's multimodal literacies. *The Australian Journal of Language and Literacy*, 46, 73-87.
- UNESCO (2021). *Reimagining our futures together. A new social contract for education*. Paris: UNESCO.
- UNESCO (2016). *Educação para a cidadania global: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: UNESCO.

Estratégias de cortesia na produção de pedidos em português europeu

Politeness strategies of requests in European Portuguese

Beatriz Oliveira^[0000-0001-6173-8605]

beatriz.oliveira95@ua.pt

Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Universidade de Aveiro, Portugal.

Resumo. O presente artigo, que se insere no campo da pragmática, tem como principal objetivo apresentar uma análise quantitativa preliminar das estratégias utilizadas por falantes nativos de português europeu na produção de pedidos, considerando também o uso de modificadores internos de natureza sintática e lexical e a perspetiva elegida pelo falante. Para além disso, examina-se de que forma os fatores situacionais – distância social e poder relativo – afetam o nível de (in)direção dos pedidos. De forma a recolher dados, foi aplicado um questionário para completar o discurso a 40 estudantes universitários portugueses. Os dados revelam que os falantes nativos de português que participaram neste estudo dão preferência a pedidos convencionalmente indiretos, aplicando na sua maioria a estratégia mais indireta desta categoria - *pergunta sobre a possibilidade de se levar a cabo a ação*. Os pedidos são, com frequência, acompanhados por modificadores internos que a língua portuguesa oferece. Por último, a perspetiva mais comumente adotada é de natureza impessoal, tipicamente associada a culturas de cortesia negativa, nas quais o locutor procura salvaguardar a face negativa do seu interlocutor.

Palavras-Chave: Pragmática, cortesia verbal, atos de fala, pedidos, português europeu.

Abstract. This study, that falls within the field of pragmatics, aims to present a preliminary quantitative analysis of the strategies employed by native speakers of European Portuguese in the production of requests. The article also considers the use of internal modifiers of syntactic and lexical nature and the perspective chosen by the speaker. The influence of situational factors on the level of (in)directness in requests is also examined. To collect data for this study, a discourse completion test was administered to 40 Portuguese university students. The data reveals that Portuguese native speakers who participated in this study prefer conventionally indirect requests, predominantly employing the most indirect strategy in this category – *question about the possibility of carrying out the action*. Requests are often accompanied by internal modifiers offered by the Portuguese language. Lastly, the most commonly adopted perspective is of an impersonal nature, typically associated with negative politeness cultures, in which the speaker seeks to protect the negative face of their interlocutor.

Keywords: Pragmatics, verbal politeness, speech acts, requests, European Portuguese.

1 Introdução

Na década de 80, Chomsky propõe que, para além da competência gramatical, existe uma competência pragmática, definindo-a como o conhecimento das condições e forma de uso apropriado da língua, em conformidade com circunstâncias e propósitos diversos. A competência pragmática consiste, assim, na capacidade de ir além do significado literal num discurso escrito ou falado, de forma a compreender e interpretar as verdadeiras intenções do falante quanto ao significado, suposições, propósitos e tipos de ação que se realiza (Ishihara & Cohen, 2010).

A competência pragmática pode manifestar-se através da cortesia verbal, definida por Pérez Vázquez (2017, p. 74) como um conjunto de “estratégias conversacionais”, estabelecidas em cada comunidade linguística, destinadas a mitigar ou evitar conflitos entre os interlocutores. Brown e Levinson (1987) estipulam que a função primordial da cortesia é a salvaguarda da face ou “imagem social” do falante (Siebold, 2008, p. 58), satisfazendo as necessidades da própria imagem, bem como a dos outros em caso de ameaça. Os autores distinguem a dualidade negativa e positiva da face. Enquanto o conceito de face

negativa descreve a vontade do indivíduo de preservar a sua privacidade e de que o seu espaço pessoal seja respeitado, a face positiva refere-se à pretensão a que aspira cada membro de uma sociedade de ser reconhecido e apreciado pelo outro e de que os seus desejos pessoais sejam cumpridos. Deste modo, num ato comunicativo, tanto o falante como o ouvinte devem estar interessados na defesa da sua face positiva e negativa, assim como na proteção da face um do outro, a fim de que a imagem pública de qualquer um dos interactantes não seja deteriorada publicamente, prejudicando a relação entre os mesmos.

Tal como indica Seara (2014, p. 12), “[a] cortesia é uma forma de conduta em sociedade, e é universal, quaisquer que sejam as suas diferentes manifestações”. Por outras palavras, a cortesia perde o seu traço universal na aplicação das estratégias de cortesia, já que cada comunidade linguística difere no modo como usa a cortesia positiva e a negativa (Escalante, 2017). A falta de conhecimento pragmático pode originar desentendimentos na comunicação intercultural. Por esta razão, a pragmática intercultural tenta descrever e contrastar de forma sistemática diferentes culturas com base em diversos aspetos do uso da linguagem, tais como atos de fala, padrões comportamentais e comportamentos linguísticos.

A produção de atos de fala em diferentes línguas é o aspeto pragmático que atrai mais a atenção dos investigadores da área da pragmática intercultural. Blum-Kulka, House e Kasper (1989) são os responsáveis pela criação de um projeto de cooperação internacional entre 10 investigadores de países diferentes que mais tem influenciado as investigações posteriores neste setor. Os membros deste núcleo desenvolveram um quadro teórico e metodológico para a recolha de dados comparáveis a nível intercultural e da interlíngua no que diz respeito à realização de dois atos de fala – pedidos e pedidos de desculpa. Para a investigação inicial, o *corpus* foi recolhido de materiais escritos por falantes nativos de oito línguas e variantes diferentes: inglês (britânico, americano e australiano), francês canadiano, hebraico israelita, dinamarquês, alemão e russo e analisado mediante o *discourse completion test*. Este teste tem facilitado estudos posteriores que fornecem descrições empíricas dos atos de fala em diferentes culturas.

Partindo desta premissa, neste artigo iremos dedicar-nos à análise e descrição das estratégias de cortesia verbal utilizadas por falantes nativos de português europeu, recorrendo à metodologia proposta por Blum-Kulka, House e Kasper (1989), nomeadamente o quadro teórico de análise dos pedidos, que adaptámos ao nosso *corpus* em língua portuguesa, e o instrumento de recolha de dados - um questionário escrito para completar o discurso.

2 O ato de pedir

De acordo com a taxonomia de Searle (1979), os pedidos pertencem ao grupo dos atos de fala diretivos e constituem tentativas de produzir algum efeito na conduta do ouvinte, ou seja, o falante que realiza um pedido tem como objetivo influir sobre o comportamento do ouvinte para que este leve a cabo a ação descrita na locução (Barhoumi, 2020). Por esta razão, ao contrário de Searle (1979), investigadores como Leech (1983), Haverkate (1984; 1994) e Trosborg (1995) preferem o termo ato *impositivo* a *diretivo*, na medida em que, sempre que se realiza um pedido, a sua aceitação supõe um esforço para o ouvinte. Além disso, o pedido pode ser caracterizado como um ato pré-evento, já que faz referência a uma ação que terá lugar após a realização do ato de fala – num futuro imediato ou mais tardio, ao contrário dos pedidos de desculpas, recusas ou agradecimentos que dizem respeito a atos pós-evento.

Se recordamos a imagem ou face negativa como o desejo do indivíduo de que os outros interactantes não invadam o seu território de modo a reduzir ou impedir a sua liberdade de ação (Brown & Levinson, 1987), então, os pedidos constituem *atos ameaçadores de face*. Ao emitir-se um pedido, produz-se uma intrusão no território do ouvinte, que pode ver limitada ou impedida a sua liberdade de ação. Assim, os pedidos implicam uma ameaça negativa à face do ouvinte, pelo que requerem a execução de distintos mecanismos de cortesia negativa de forma a minimizar a imposição envolvida no ato. Tal como explica Pérez-Hernández (2020, p. 1):

Directives are useful because they allow us to attain our goals by persuading or pushing other people to act according to our wishes, but they are not free from risks. Using directive acts inappropriately can offend our interlocutors. As a result, the directive act may turn out to be ineffective and our goals may end up unfulfilled. Alternatively, we may succeed in getting the listener to carry out the desired action but at a high social cost. Human interaction is very sensitive to the use of directives, which are a potential source of interpersonal conflict.

Siebold (2008) aponta ainda que determinados pedidos podem também significar uma ameaça à própria face positiva do falante, ao manifestar uma necessidade, por exemplo, ou ao correr o risco de que

o interlocutor recuse responder aos seus desejos. Nesta lógica, “[e]xiste una abundancia de opciones lingüísticas disponibles en la elaboración de la petición, así como numerosas estrategias para evitar o mitigar el impacto de la posible amenaza de la imagen social de ambos interlocutores” (Siebold, 2008, p. 83). Contudo, tal como lembra Sifianou (1992), nos casos em que exista uma relação de familiaridade e de proximidade entre os interlocutores, a cortesia positiva poderá desempenhar um papel crucial na realização dos pedidos.

Apesar de o ato de pedir ser culturalmente universal, os pedidos converteram-se nos atos ilocutórios mais frequentemente estudados na esfera da pragmática intercultural, de forma a comparar até que ponto os falantes empregam as mesmas estratégias na produção de um pedido. No entanto, embora este seja um dos atos de fala mais estudados, ainda não conta com um número consistente de contribuições empíricas que contrastem as características pragmáticas de português europeu com outras línguas. No contexto da língua portuguesa, apenas se verificam estudos mais recentes e que se revelam bastante pertinentes para o nosso trabalho.

Sampedro Mella (2019) analisa contrastivamente as estratégias de cortesia utilizadas por falantes nativos de português e espanhol europeus na produção de pedidos, recorrendo a um questionário para completar o discurso. Os resultados demonstram que as respostas em português se aproximam do esperado de uma cultura de distanciamento e, apesar de a sociedade espanhola ser tipicamente considerada uma cultura de aproximação, também os informantes espanhóis privilegiam a proteção da imagem negativa do destinatário, o que se reflete na preferência por procedimentos indiretos para a realização de um pedido. Em 2021, a mesma autora analisa os atos de fala recíprocos (oferecimento e pedido), produzidos por falantes nativos de português e espanhol e compara-os com estudantes portugueses de espanhol como língua estrangeira, de forma a identificar quais estratégias linguísticas e pragmáticas são transferidas desde a língua nativa dos aprendentes para a língua-alvo. Quanto aos pedidos, os dados dos falantes nativos de português e espanhol coincidem com a investigação prévia da autora (Sampedro Mella, 2019), na medida em que, apesar de a sociedade espanhola ser comumente associada às culturas de aproximação, os informantes espanhóis recorrem a estratégias de modalização e distanciamento comunicativo, próprias de uma cultura de distanciamento, tal como a portuguesa.

3 Metodologia

O presente estudo é de tipo quantitativo, pois proporciona uma análise quantitativa das estratégias e recursos linguísticos (modificadores internos) utilizados por falantes de português europeu na realização de um ato de fala em específico – o pedido.

3.1 Informantes

Atuaram como informantes para este estudo 40 estudantes da Universidade de Aveiro com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos de idade.

3.2 Instrumento de investigação

Como instrumento de análise, optámos por um questionário para completar o discurso, anónimo e *online*, constituído por cinco diálogos incompletos que os informantes deveriam completar, a fim de que a sua resposta correspondesse à produção do ato de fala alvo da investigação.

Os diálogos representam situações socialmente variadas e cada um é precedido de uma breve descrição da situação, que varia segundo a distância social e a relação de poder relativo existente entre os interlocutores (ver Tabela 1). No que diz respeito à distância social (ou familiaridade), se os interlocutores se conhecem, então não existe distância social e, se não se conhecem, existe uma certa distância social. Por outro lado, o poder relativo (ou dimensão de domínio) contém três variações possíveis entre o falante e o ouvinte: domínio do falante, domínio do ouvinte, ou igualdade de poder.

Importa ainda mencionar que os cinco diálogos apresentados refletem situações da esfera académica ou do quotidiano de um estudante universitário. Pretendíamos que resultassem familiares para os informantes e que estes assumissem o papel de aluno(a), colega ou amigo(a) em todas elas. Ao imaginarem o que diriam numa situação próxima da sua realidade, podemos assegurar-nos de que os inquiridos respondem da forma mais natural possível. Apresentam-se, de seguida, as cinco situações:

(S1) *Confundiste a data e não compareceste no dia do exame. Na aula seguinte, pedes ao professor para realizar o exame num outro dia. Dizes o seguinte:*

(S2) *Estás a conversar com o agente imobiliário que te está a mostrar um quarto para alugar a estudantes universitários. A renda é de 400€ por mês, mas tu não podes pagar este valor. Tentas negociar o valor e pedir ao agente um preço mais baixo. Dizes o seguinte:*

(S3) *Entras na padaria e pedes cinco pães para levar. Dizes o seguinte:*

(S4) *Não leste o e-mail com as informações relativas à data de inscrição no próximo ano letivo da universidade e a data-limite já passou. Vais à secretaria e pedes à secretária para fazer a inscrição sem pagar multa. Dizes o seguinte:*

(S5) *Estiveste doente e faltaste duas semanas às aulas, por isso, pedes a um colega de turma os seus apontamentos. Dizes o seguinte:*

Tabela 1: Dimensões da variação situacional.

Pedidos	Poder relativo	Distância social
S1	(F < O)	D-
S2	(F < O)	D+
S3	(F = O)	D+
S4	(F < O)	D+
S5	(F = O)	D-

Fonte: Elaboração própria.

3.3 Codificação dos pedidos

Na sua análise contrastiva de pedidos e pedidos de desculpa em várias línguas, Blum-Kulka et al. (1989, p. 275) dividem o pedido em ato nuclear, modificadores internos e modificadores externos. O ato nuclear é o elemento mínimo que realiza e transmite o pedido (Sampedro Mella, 2019), ou a parte da sequência na qual se realiza “the request proper” (Blum-Kulka et al., 1989, p. 17), independentemente de outros elementos, e pode variar de acordo com a estratégia utilizada. Por conseguinte, primeiramente, importa classificar o ato de fala principal, o pedido, de acordo com as **estratégias** detetadas no nosso *corpus* em língua portuguesa, com base nos estudos de Blum-Kulka et al. (1989), Trosborg (1995) e Díaz Pérez (2001) e que ordenamos, de seguida, consoante o seu nível de (in)direção, começando pelas mais indiretas e terminando nas mais diretas:

Categoria I - Pedidos indiretos não convencionais, conseguidos quando há um conhecimento partilhado entre os participantes na interação comunicativa, i.e., existe um contexto sociolinguístico conhecido que substitui a clareza do conteúdo proposicional, a forma linguística e a força ilocutória do ato de fala.

- i) *Alusões*

Categoria II - Pedidos convencionalmente indiretos, baseados em convenções da linguagem que incluem o significado literal ou conteúdo proposicional e a forma pragmalinguística que assinala a força ilocutória do ato de fala.

- i) *Pergunta sobre a possibilidade de se levar a cabo a ação*
- ii) *Pedido de permissão*
- iii) *Pergunta sobre a capacidade do ouvinte*
- iv) *Enunciado acerca dos desejos ou necessidades do falante*
- v) *Fórmula de sugestão*

Categoria III - Pedidos diretos, realizados através da modalidade oracional convencionalmente associada à sua força ilocutória.

- i) *Condicionais*
- ii) *Presente com valor de Imperativo*
- iii) *Imperativo*

Em segundo lugar, iremos observar a presença de **modificadores internos** de tipo sintático e lexical. Os modificadores internos aparecem dentro do ato nuclear do pedido, embora, tal como assinalam Blum-Kulka et al. (1989, p. 11), a sua presença “is not essential for the utterance to be potentially understood as a request”. Enquanto os mitigadores sintáticos modificam o ato nuclear internamente, mitigando a força impositiva do pedido através de escolhas sintáticas, os lexicais suavizam o impacto do pedido através de elementos léxicos ou frásicos. Apresentamos, de seguida, a lista de modificadores internos relevantes para o nosso *corpus* em português europeu:

Mitigadores sintáticos

- i) *Interrogativa*
- ii) *Imperfeito*
- iii) *Futuro*
- iv) *Condicional*
- v) *Negação de uma condição preparatória*

Mitigadores lexicais

- i) *Marcador de cortesia*
- ii) *Mecanismo de consulta*
- iii) *Redutor*
- iv) *Minimizador*
- v) *Subjetivizador*

Por último, o ato nuclear do pedido pode igualmente variar segundo a **perspetiva**. A maioria dos pedidos inclui uma referência ao falante (*eu quero algo*) ou ao ouvinte (*tu tens de fazer algo*) que, segundo o seu emprego, pode fazer variar a força ilocutória do pedido. A perspetiva adotada pode implicar ainda uma referência ao falante e ao ouvinte (*nós podemos fazer algo*) ou pode ser impessoal (*é possível fazer algo*).

Descrição e interpretação dos dados

No que diz respeito às estratégias para realizar um pedido utilizadas por falantes de português europeu, tal como se observa na Tabela 2, a grande maioria dos inquiridos opta pela Categoria II correspondente a *pedidos convencionalmente indiretos*.

Em segundo lugar, apenas $n=13$ informantes recorreram a pedidos diretos. Este tipo de pedidos verifica-se predominantemente em dois cenários – S3 (*padaria*) e S5 (*apontamentos*). O uso de pedido direto na S3 reflete-se no uso do verbo “ser” no Presente do Indicativo: [1] *Olá, bom dia! São cinco pães dos mais branquinhos, por favor.* A este respeito, tal como aponta Sifianou (1992), nem todos os pedidos são considerados atos ameaçadores de face, tal como por exemplo, aqueles dirigidos a vendedores de um estabelecimento comercial, daí o uso de uma estratégia mais direta. Por seu turno, a utilização de um pedido direto na S5 pode dever-se ao facto de tratar-se de uma interação entre estudantes amigos da mesma faixa etária, na qual não se verifica distância social entre os interlocutores, que, por sua vez, estabelecem um poder relativo de igualdade entre eles.

Por último, apenas um dos inquiridos recorre a um pedido indireto não convencional, sob a forma de alusão, na S5: [2] “*Tens as coisas de inglês das últimas duas aulas?*”.

Tabela 2: Distribuição das categorias de estratégias de pedidos.

Estratégias	N	%
Categoria I <i>Pedidos indiretos não convencionais</i>	1	0,5%
Categoria II <i>Pedidos convencionalmente indiretos</i>	186	93%
Categoria III <i>Pedidos diretos</i>	13	6,5%
TOTAL	200	100%

Fonte: Elaboração própria.

Cabe salientar que, tal como se pode observar no Gráfico 1, a estratégia indireta de tipo convencional predomina em todos os cenários, mesmo na situação mais informal correspondente à S5 (*apontamentos*), que implica tanto um grau de familiaridade positivo entre os interactantes, quanto um poder relativo de igualdade entre eles.

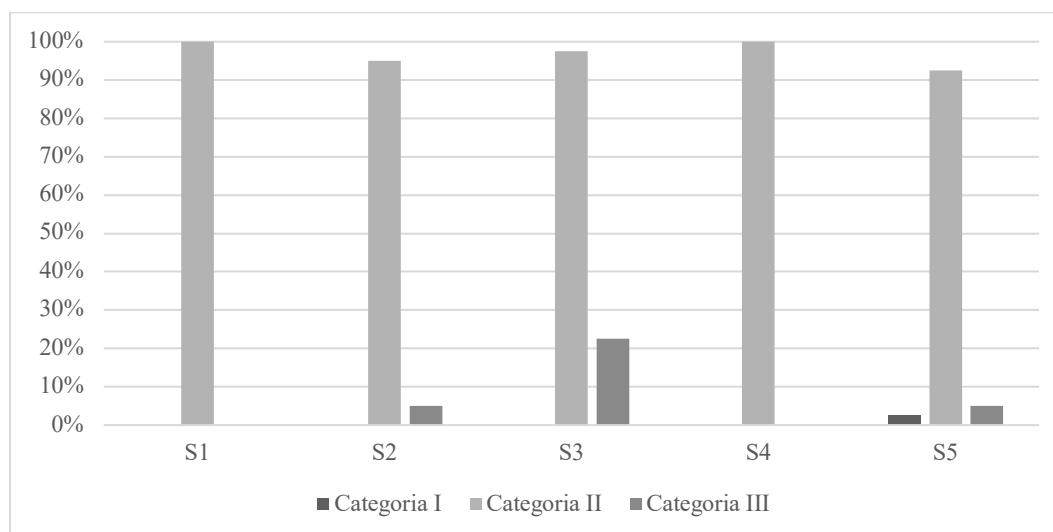


Gráfico 1: Percentagem de uso de cada categoria de estratégias nas 5 situações.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto às subestratégias (ver Tabela 3), verifica-se o predomínio da *pergunta sobre a possibilidade de se levar a cabo a ação* [3], introduzida por expressões impessoais, entre as quais se destacam: *será/seria/era/é possível* e *haverá/haveria/há possibilidade*. De entre todas as subestratégias que a categoria II compreende, esta é a mais indireta de todas, tendo em conta que se pergunta se é possível levar a cabo a ação, sem interpelar o ouvinte diretamente. Ao tratar-se da estratégia mais indireta, o seu uso prevalece nas situações mais formais (S1, S2 e S4), ou seja, naquelas em que o falante possui um poder relativo inferior ou ouvinte, ou que configuram um grau de familiaridade negativo entre os interactantes.

Desta forma, o ouvinte pode responder negativamente ao requerimento do seu interlocutor, sem que a sua própria face ou imagem se veja ameaçada (Díaz Pérez, 2001).

O mesmo acontece no caso da segunda subestratégia mais usada, correspondente à *pergunta sobre a capacidade do ouvinte* [4]. Ao perguntar ao ouvinte sobre a sua capacidade para levar a cabo a ação, o falante oferece-lhe a possibilidade de responder negativamente à sua solicitação, concedendo um risco reduzido de ameaça à face do ouvinte. O uso desta subestratégia predomina na S5 (*apontamentos*), tendo sido aplicada por n=33 dos n=40 inquiridos neste cenário.

A estratégia *enunciado acerca dos desejos ou necessidades do falante* [5] ocupa o terceiro lugar. De facto, ao recorrer a esta estratégia, o falante está a expressar de forma explícita os seus desejos, o que implica uma maior ameaça à face do ouvinte em comparação com as estratégias anteriores, já que uma resposta negativa por parte deste implica a sua oposição direta aos desejos do seu interlocutor (Díaz Pérez, 2001). No entanto, no caso do nosso *corpus*, esta subestratégia é maioritariamente utilizada na S2 (*padaria*), por n=27 dos inquiridos, que tal como já vimos, não constitui um cenário ameaçador à face do ouvinte.

[3] “*Peço imensa desculpa professor, eu confundi a data e não vim ao exame, seria possível realizá-lo noutro dia?*”

[4] “*Podias emprestar-me os teus apontamentos por favor? Eu faltei durante as últimas duas semanas e precisava de estudar a matéria.*”

[5] “*Bom dia, queria cinco pães para levar, se faz favor.*”

Tabela 3: Distribuição das subestratégias de pedidos.

ESTRATÉGIAS		N	%
Categoria I <i>Pedidos indiretos não convencionais</i>	<i>Alusões</i>	1	0,5%
	<i>Pergunta sobre a possibilidade de se levar a cabo a ação</i>	95	47,5%
Categoria II <i>Pedidos convencionalmente indiretos</i>	<i>Pedido de permissão</i>	16	8%
	<i>Pergunta sobre a capacidade do ouvinte</i>	43	21,5%
	<i>Enunciado acerca dos desejos ou necessidades do falante</i>	31	15,5%
	<i>Fórmula de sugestão</i>	1	0,5%
Categoria III <i>Pedidos diretos</i>	<i>Condicionais</i>	2	1%
	<i>Presente com valor de Imperativo</i>	10	5%
	<i>Imperativo</i>	1	0,5%
TOTAL		200	100%

Fonte: Elaboração própria.

Passando para a análise de modificadores internos de tipo sintático (ver Gráfico 2), um número significativo de sujeitos realiza o pedido mediante orações interrogativas [6], o que resulta mais indireto e cortês (Díaz Pérez, 2001), pois não existe uma relação direta entre a forma linguística (oração interrogativa) e a função comunicativa (realizar um pedido)⁶⁴. Importa salientar que o uso da estrutura interrogativa aparece em combinação com outros modificadores internos e que estes podem, por sua vez, ser combinados entre si.

Entre os recursos sintáticos típicos da cortesia negativa, verifica-se o uso de verbos no Pretérito Imperfeito do Indicativo [7] (*podia, podias*), descrito por Cunha e Cintra (2016) como uma forma de cortesia para atenuar um pedido e por Rodrigues (2003, p. 227) como “um tempo de cortesia, pela desatualização temporal e consequente atenuação dos actos directivos que realiza ou acompanha”; no Futuro do Indicativo [8] (*poderei, haverá hipótese*), como “forma polida de presente” (Cunha & Cintra, 2016, p. 473); e no modo Condicional [9] (*poderia, poderias, seria possível*), também uma “forma polida de presente, em geral denotadora de desejo” (Cunha & Cintra, 2016, p. 477). Na ótica de Díaz Pérez (2001, p. 382), o uso do Condicional supõe um distanciamento entre o enunciado e a realidade “desde o ponto de vista metafórico”, elevando o nível de cortesia aplicado. Os falantes recorrem ainda à negação de uma condição preparatória [10], reduzindo as expectativas de o ouvinte concretizar o seu pedido. De facto, as culturas de distanciamento, tais como a portuguesa, a francesa e a anglo-saxónica, caracterizam-se por

⁶⁴ Recordemos o exemplo clássico de Searle (1979, p. 30) *Can you reach the salt?*, no qual a oração interrogativa parece indicar a ilocução de uma pergunta. Porém, “the speaker means something more” (*ibidem.*), tratando-se, na realidade, de um pedido indireto.

respeitar o espaço do interlocutor, preferindo estratégias atenuadoras e evitando procedimentos de aproximação (Sampedro Mella, 2021).

[6] “Haveria alguma forma de me inscrever ainda, sem multa?”

[7] “Olá! Olha, será que me **podias** dar os teus apontamentos?”

[8] “Boa tarde, professor. Peço imensa desculpa, mas confundi a data do exame. **Poderei** fazer, por favor, o exame num outro dia?”

[9] “Acho que a renda é muito cara. Acha que **seria** possível uma negociação?”

[10] “Olá. Desculpe, mas eu não dei conta do e-mail que tinha as informações para me inscrever no próximo ano letivo e, sei que já passou, mas **não** seria possível arranjar uma maneira de eu poder pagar e livrar-me da multa?”

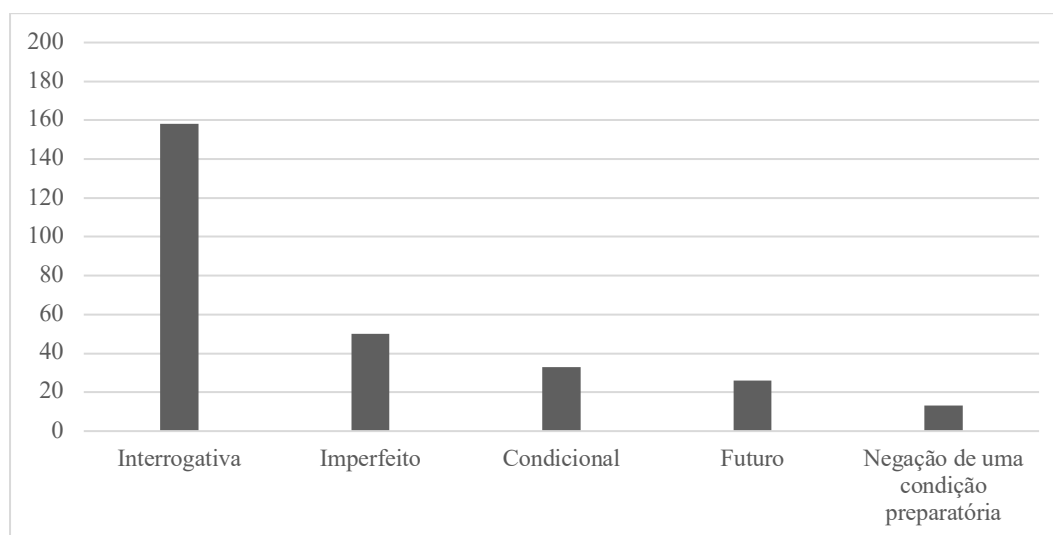


Gráfico 2: Frequência de uso de modificadores internos de tipo sintático.

Fonte: Elaboração própria.

No que concerne aos modificadores lexicais (ver Gráfico 3), um número significativo de inquiridos recorre a marcadores de cortesia [11] (*por favor, se faz favor*), ou seja, expressões corteses e respeitosas que servem para conseguir a cooperação do ouvinte (Li, 2021), bem como a redutores [12] (*talvez, será que*), i.e., partículas cujo propósito passa por evitar ou atenuar a possível imposição do pedido (Li, 2021). Na maioria das respostas, nomeadamente de n=35 inquiridos, utiliza-se a partícula de realce dubitativa *será que* [13]. Estes resultados corroboram os estudos de Sampedro Mella (2019, 2021), que explica que estes mecanismos têm a função de evitar a referência direta, tanto no uso de formas pessoais, como espaço-temporais. Observam-se ainda mecanismos de consulta [14] (*acha(s), importas-te, estaria disposto*) com o objetivo de averiguar o consentimento do interlocutor. Em menor número, aparecem os subjetivadores [15] (*gostaria de saber, gostava de saber, queria saber, acho que*), que introduzem o pedido de forma a transmitir a atitude ou opinião subjetiva do falante acerca do estado das coisas à qual a preposição se refere (dúvida, incerteza, etc.) e, por último, os minimizadores [16] (*um pouco, um bocado*) que reduzem a carga impositiva do pedido.

[11] “Bom dia/Boa tarde, queria efetuar a inscrição no próximo ano letivo, **se faz favor**.”

[12] “O que acha se **talvez** o preço fosse 250€ já com as contas incluídas?”

[13] “Bom dia professor, peço desculpa, mas confundi-me na data do exame, **será que** existia a possibilidade de realizar o exame novamente?”

[14] “Bom dia, eu não vim na última aula porque me baralhei com as datas e não sabia que ia ser teste. **Acha que** seria possível fazê-lo noutra data?”

[15] “Bom dia! Desculpe pelo incómodo. Eu troquei o dia previsto para fazer o exame, **gostaria de saber** se é possível fazê-lo noutra dia.”

[16] “Será possível reduzir **um pouco** o preço assinalado?”

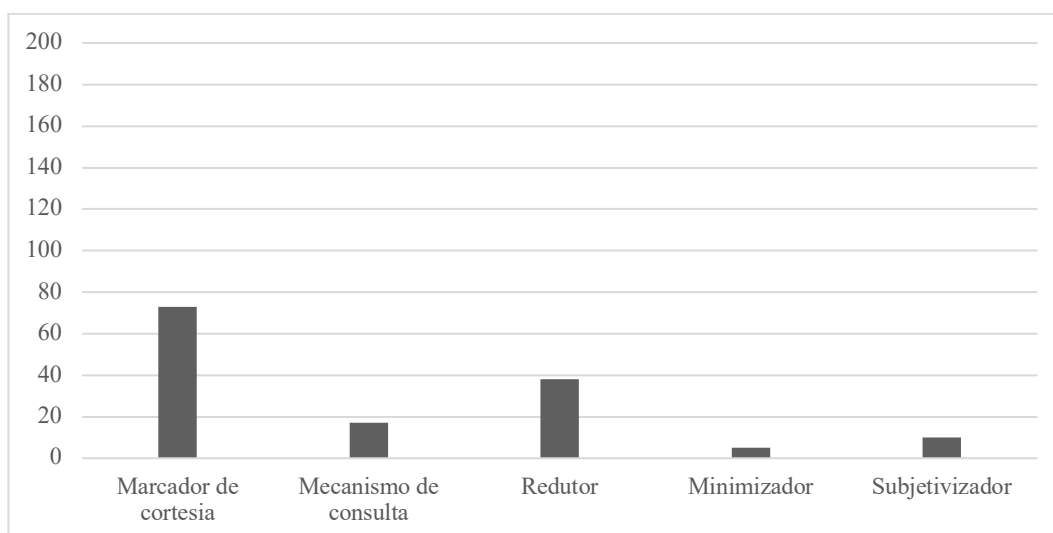


Gráfico 3: Frequência de uso de modificadores internos de tipo lexical.

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, um outro indicador de indireção e cortesia diz respeito ao tipo de perspectiva adotada por 50,5% dos sujeitos – a perspectiva impessoal (ver Tabela 4).

Tabela 4: Perspetiva adotada na realização do pedido.

PERSPETIVA	N	%
<i>Falante</i>	37	18,5%
<i>Ouvinte</i>	58	29%
<i>Falante e ouvinte</i>	4	2%
<i>Impessoal</i>	101	50,5%
TOTAL	200	100%

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em conta que, na produção de um pedido, o ouvinte está "sob ameaça" (Blum-Kulka, 1984, p. 203), mediante esta perspectiva, evita-se uma referência direta ao ouvinte como agente da ação, reduzindo-se o risco de ameaça à sua face: [17] “*É possível fazer a inscrição sem ter de pagar multa?*”. A este respeito, Díaz Pérez (2001, p. 377) tece as seguintes observações:

Tanto las peticiones orientadas hacia el hablante como aquéllas en las que la perspectiva es impersonal, por tanto, son características de una cortesía negativa, esto es de un tipo de cortesía orientada hacia la imagen negativa del oyente por medio de la cual se intenta aminorar el nivel de coacción de una petición.

4 Conclusões

No presente trabalho, apresentaram-se alguns dos resultados obtidos após a implementação de um teste para completar o discurso e confirmou-se a validade do modelo de Blum-Kulka et al. (1989) no que diz respeito à divisão do pedido em núcleo e modificadores internos. Entre os resultados obtidos, destacam-se os aspetos abaixo sumariados.

De um modo geral, as respostas dos inquiridos corroboram estudos anteriores realizados no âmbito do português europeu (ex.: Sampedro Mella, 2019, 2021), na medida em que os informantes utilizam recursos de cortesia negativa e indireção, associados às culturas de distanciamento. As formas de cortesia negativa salvaguardam a face negativa do interlocutor, atendendo ao seu desejo de que as suas atuações não sejam impedidas nem limitadas por outros (Brown & Levinson, 1987).

Em termos quantitativos, foi possível demonstrar que nas respostas dos falantes de português europeu predominam significativamente os *pedidos indiretos convencionais*, pertencentes à segunda categoria de estratégias indiretas. Este tipo de estratégia é aplicado com alta frequência, tanto em situações mais formais, como na situação mais informal de todas (S5). Para além disso, dentro da categoria II, os

informantes preferiram a subestratégia mais indireta, que consiste em perguntar sobre a possibilidade de se levar a cabo a ação.

Em segundo lugar, no que respeita os modificadores internos, prevalece o uso de orações interrogativas, marcadores de cortesia, verbos no Pretérito Imperfeito e Futuro do Indicativo, bem como no modo Condicional e partículas redutoras.

O carácter indireto dos enunciados reconhece-se ainda através da perspectiva preferida pelos informantes – a perspectiva impessoal.

Acreditamos que as conclusões obtidas a partir destes dados poderão ter uma aplicação no âmbito do ensino-aprendizagem de português como língua estrangeira, facilitando, por exemplo, o desenho e produção de tarefas didáticas e manuais culturalmente mais específicos e adequados pragmaticamente. Sublinhamos, assim, a importância da abordagem da cortesia verbal em aula de língua estrangeira, já que o desconhecimento do sistema de cortesia de uma língua ou as próprias variações interculturais deste fenómeno podem provocar efeitos indesejados como mal-entendidos, choques culturais ou falsas impressões sobre os interlocutores.

Por último, importa assinalar que o presente estudo deixa em aberto vários caminhos para futuras investigações, não só no âmbito da pragmática intercultural – contrastando o padrão de produção de pedidos por falantes nativos de português com falantes nativos de outras línguas a fim de expor o valor atribuído culturalmente à cortesia e (in)direção, como também na esfera da pragmática da interlíngua – analisando a realização deste ato de fala por falantes não nativos de português e observando de que forma a sua língua e cultura nativas influenciam a seleção de estratégias de cortesia.

Referências

- Barhoumi, K. (2020). *Análisis sociopragmático instrumental de cuatro actos de habla en árabe tunecino y en español peninsular y su enseñanza a aprendices tunecinos de ele*. Dissertação de doutoramento, Universidad de Oviedo, Oviedo, Espanha.
- Blum-Kulka, S., House, J., & Kasper, G. (1989). *Cross-cultural pragmatics: Requests and apologies*. Norwood, N.J: Ablex Pub. Corp.
- Brown, P., & Levinson, S. (1987). *Politeness, some universal in language use*. Cambridge. Cambridge University Press.
- Chomsky N. (1980). *Rules and representations*. Columbia University Press.
- Cunha, C., & Cintra, L. (2016). *Nova gramática do português contemporâneo*. LEXIKON Editora Digital Ltda.
- Díaz Pérez, F. J. (2001). *Producción de actos de habla en inglés y en español: un análisis contrastivo de estrategias de cortesia verbal*. Dissertação de doutoramento, Universidad de Janén, Janén, Espanha.
- Escalante, C. (2017). Te lo pido por favor: Estrategias de cortesia de hablantes de herencia del español mexicano. *Normas*, 7(2), 273-296.
- Haverkate, H. (1984). *Speech Acts, Speakers, and Hearers: Reference and Referential Strategies in Spanish*. Amsterdam: John Benjamins.
- Haverkate, H. (1994). *La cortesia verbal: Estudio pragmlingüístico*. Madrid: Editorial Gredos.
- Ishihara, N. & Cohen, A. D. (2010). *Teaching and Learning Pragmatics: Where Language and Culture Meet*. London: Routledge.
- Leech, G. (1983). *Principles of Pragmatics*. London and New York: Longman.
- Li, X. (2021). Análisis de las variables sociales en los actos de habla de petición en chino y en español. *México y la Cuenca del Pacífico*, 10(28), 169-190.
- Pérez-Hernández, L. (2020). *Speech Acts in English: From Research to Instruction and Textbook Development*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pérez-Vázquez, M. E. (2017). Cortesia linguística. *Oraliter: Formas de la comunicación presencial y a distancia*. F. San Vicente; G. Bazzacchi; P. Capanaga (eds.). Bologna: Bononia University Press, pp. 73-88.
- Rodrigues, D. (2003). *Cortesia linguística: uma competência discursivo-textual: formas corteses e descorteses em português*. Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Sampedro Mella, M. C. (2019). Variación en la cortesia en la expresión de la petición en el español castellano y el portugués europeo. *Textos en Proceso*, 5(1), pp. 53-73.

- Sampedro Mella, M. (2021). La expresión del ofrecimiento y la petición en aprendices de L1 portugués. *Círculo de lingüística aplicada a la comunicación* 85, 113-125.
- Seara, L. R. (Coord.). (2014). *Cortesia: olhares e (re) invenções*. Lisboa: Chiado Editora.
- Searle, R. J. (1979). *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Siebold, K. (2008). *Actos de habla y cortesía verbal en español y en alemán: estudio pragmalingüístico e intercultural* (Vol. 42). Peter Lang.
- Sifianou, M. (1992). *Politeness phenomena in England and Greece*. Oxford: Oxford University Press.
- Trosborg, A. (1995). *Interlanguage pragmatics. Requests, complaints and apologies*. Berlin: Mouton de Gruyter.

O texto literário ao serviço do ensino do Português em contextos multilingues⁶⁵

Literary text at the service of Portuguese teaching in multilingual contexts

Maria Teresa Brito Chedas de Sampaio^[3A15-F960-275E], Ana Rita Brito Chedas de Sampaio²
maria.teresa.brito.eselx@gmail.com, anaritabrito1993@outlook.pt

¹Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL) – Grupo LiFE² / Agrupamento de Carnaxide, Portugal

²Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos, Portugal

Resumo. As escolas portuguesas têm vindo a receber cada vez mais alunos estrangeiros, sendo um desafio para os professores prepararem e dinamizarem aulas de Português que potenciem o desenvolvimento de competências linguísticas dos alunos portugueses, mas também dos alunos estrangeiros. No 1.º ciclo do ensino básico, a utilização de obras literárias infantis para exploração de vocabulário e promoção de desenvolvimento de competências de escrita pode ser uma proposta de didatização integradora e pertinente. A investigação consistiu num estudo de caso realizado com uma amostra de conveniência, constituída por alunos da turma de 2.º ano de escolaridade, em que a professora investigadora exerceu funções docentes no ano letivo de 2022/2023. A intervenção correspondeu ao ensino do Português a partir da leitura orientada de obras de literatura infantil selecionadas. A partir dos momentos de leitura, desenvolveram-se atividades de compreensão e interpretação de texto, na forma oral e/ou escrita; tarefas de ensino explícito do vocabulário e tarefas de produção escrita orientadas e apoiadas pela docente. A investigação teve como principal objetivo aferir se a proposta de didatização referida pode ter um papel preponderante no desenvolvimento das competências de escrita dos alunos.

Palavras-Chave: ensino do Português no 1.º Ciclo, contextos multilingues, texto literário, vocabulário, escrita

Abstract. Portuguese schools have been receiving more and more foreign students, making it a challenge for teachers to prepare and to create Portuguese classes that enhance the development of language skills of Portuguese students, but also of foreign students. In the elementary school, the use of literary texts to explore vocabulary and promote the development of writing skills can be an integrating and relevant teaching methodology. The investigation consisted of a case study carried out with a convenience sample, consisting of students from the 2nd grade, in which the research teacher exercised teaching functions in the academic year of 2022/2023. The intervention corresponded to the teaching of Portuguese based on guided reading of selected literary texts. After the stories, activities were developed to understand and interpret the text, in oral and written form; explicit vocabulary teaching activities were developed; along with writing activities. The main objective of the investigation was to assess whether the mentioned didactical proposal could have a preponderant role in the development of students' writing skills.

Keywords: Portuguese teaching in elementary school, multilingual contexts, literature, vocabulary, writing.

⁶⁵ Parte deste trabalho de Maria Teresa Brito Chedas de Sampaio é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/LIN/03213/2020; 10.54499/UIDB/03213/2020 e UIDP/LIN/03213/2020; 10.54499/UIDP/03213/2020 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL).

1 Introdução

Atualmente, o sistema de ensino português é dotado de uma heterogeneidade linguística e cultural crescente, o que advém principalmente de fatores demográficos como a imigração (Bizarro et al., 2013; Duarte, 2008; Faneca, 2017; Matos, 2016; Oliveira & Gomes, 2017).

Apesar do esforço do sistema educativo português em acolher os alunos estrangeiros e em agir em conformidade com a diversidade linguística e multicultural que tem vindo a crescer nas escolas, verificam-se algumas lacunas e fragilidades no que se refere à formação específica de professores nesta área (Bizarro et al., 2013), principalmente no que se refere à Didática do Português como Língua Não Materna.

Neste sentido, torna-se essencial refletir acerca de estratégias e metodologias que permitam aos alunos portugueses e estrangeiros desenvolverem as suas competências linguísticas num contexto multicultural e multilingue.

O professor deve desenvolver um trabalho integrador e significativo para os alunos, procurando atualizar-se e inovar a sua prática pedagógica.

O texto literário infantil constitui-se assim como uma ferramenta útil, que pode contribuir para o desenvolvimento das várias competências linguísticas. Este trabalho poderá também beneficiar as crianças portuguesas e estrangeiras, caso promova a interação entre pares. A exploração do texto literário infantil, a par do ensino explícito do vocabulário pode ter um papel preponderante no desenvolvimento de várias competências linguísticas de alunos portugueses e estrangeiros, por exemplo ao nível da escrita de texto.

2 Fundamentação teórica

2.1 O ensino do Português no 1.º Ciclo

No 1.º ciclo do ensino básico, inicia-se a aquisição e o desenvolvimento de competências linguísticas essenciais, em particular ao nível da leitura e da escrita, tal como preconiza a Lei de Bases do Sistema Educativo (Decreto Lei nº 46/86 de 14 de outubro: Lei de Bases do Sistema Educativo, 1986).

De acordo com as Aprendizagens Essenciais de Português, é neste ciclo de ensino que os alunos desenvolvem “em níveis progressivamente mais exigentes, competências nucleares em domínios específicos: a compreensão do oral, a expressão oral, a leitura, a educação literária, a expressão escrita e o conhecimento explícito da língua” (DGE, 2018a, p. 2). No final do 1.º ciclo, os alunos deverão ter desenvolvido as suas competências linguísticas, de acordo com os domínios referidos, tal como se observa na tabela abaixo. Por exemplo, ao nível da leitura, os alunos devem ser capazes de ler com fluência, articulação, entoação e expressividade adequadas ao texto escrito, dominando as técnicas básicas de leitura. Ao nível da escrita, os alunos devem ser capazes de escrever textos coesos, coerentes, respeitando a estrutura de cada tipo de texto, bem como a intencionalidade comunicativa.

Tabela 1 - Objetivos esperados no Final do 1.º Ciclo na área do Português (DGE, 2018a)

Oralidade	Leitura	Educação literária	Expressão Escrita	Conhecimento Explícito da Língua
• Compreensão do oral: compreender discursos. • Expressão oral: expressar-se adequadamente (de modo claro, audível e apropriado ao contexto).	• Dominar técnicas básicas de leitura de textos escritos.	• Contactar regularmente com obras literárias de referência; • Ter gosto e hábitos de leitura.	• Dominar técnicas básicas para a escrita de textos, produzindo: histórias; relatos; • Respostas a perguntas em contexto escolar; cartas/e-mails a amigos e familiares; uma opinião.	• Reflexão e domínio das regras que estruturam a língua e orientam o seu uso.

Fonte: Elaboração Própria

Para atingir os objetivos esperados no final do 1.º ciclo, em particular na área do Português, considera-se essencial promover situações de ensino-aprendizagem que potenciem o desenvolvimento das competências linguísticas, para que os alunos sejam capazes de ler e compreender as informações dos textos lidos, realizando-se, a par deste trabalho, a promoção de tarefas de escrita de texto (Reis et al., 2009).

Neste sentido, assume-se a importância de promover a aprendizagem da leitura em estreita inter-relação com a aprendizagem da escrita de textos, uma vez que, ao aprenderem a ler, as crianças vão, simultaneamente, desenvolvendo competências de escrita. Todavia, esta relação não deve ser tida como automática e imediata, sendo essencial que o professor seja capaz de dinamizar sequências de atividades nas quais a ligação profícua entre leitura e escrita seja trabalhada de forma a desenvolver as competências linguísticas com qualidade. As atividades devem ser preparadas para que a leitura e a escrita interajam e se alimentem mutuamente (Sousa, 2015), contribuindo para que os alunos desenvolvam o seu pensamento crítico e raciocínio, contribuindo para a sua formação enquanto cidadãos ativos (Tierney & Readence, 2005) de uma sociedade cada vez mais multicultural e multilingue.

2.2 O multilinguismo na escola portuguesa

Devido a fatores demográficos diversos, como por exemplo a mobilidade das populações e as migrações, é cada vez mais evidente a transformação das sociedades em grupos multiculturais e multilingues, sendo que Portugal não é exceção. Neste sentido, é possível afirmar que o sistema educativo português é dotado de uma heterogeneidade linguística e cultural extremamente rica (Duarte, 2008; Faneca, 2017; Matos, 2016).

Nos últimos anos, a imigração tem trazido a Portugal alunos maioritariamente originários dos Países de Língua Oficial Portuguesa, tais como: Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Angola (Oliveira & Gomes, 2017). Todavia, o nosso país também tem recebido um crescente número de alunos imigrantes provenientes de países como: Ucrânia, Rússia, Roménia, Moldávia, China, Reino Unido (Faneca, 2017; Matos, 2016; Oliveira & Gomes, 2017).

Esta situação tem contribuído para que as escolas portuguesas recebam cada vez mais alunos falantes de outras línguas que não o Português, o que se constitui como um desafio para os professores que devem adequar a sua prática pedagógica no sentido de promoverem o “desenvolvimento de competências essenciais para uma inclusão plena nas atividades do currículo escolar, por alunos cuja língua materna não é o português” (DGE, 2018b, p. 1). Neste sentido, o sistema educativo português disponibiliza uma componente curricular denominada Português Língua Não Materna, para alunos recém-chegados às escolas portuguesas, cuja língua materna não seja o Português ou cujo Português não tenha sido a sua língua de escolarização. Esta disciplina constitui-se como um apoio “para a aquisição da língua portuguesa nas múltiplas competências inerentes a esse processo e para a integração social/escolar dos alunos” (DGE, 2018b, p. 1). Ao serem inseridos nas escolas portuguesas, cada um destes alunos é posicionado num nível de proficiência linguística de PLNM, a partir da informação recolhida sobre o seu perfil sociolinguístico e tendo ainda por base os resultados obtidos no teste de diagnóstico de PLNM, o qual pretende aferir o conhecimento do aluno ao nível da língua portuguesa. Caso as escolas não tenham recursos disponíveis para criar turmas de PLNM, os alunos mantêm-se matriculados na disciplina, mas são inseridos nas aulas de Português, realizando, no entanto, atividades que contribuam para o desenvolvimento das suas competências linguísticas, em particular ao nível da aquisição do Português (Decreto Lei n.º 162/2018 de 23 de agosto, 2018).

As Aprendizagens Essenciais do Português Língua Não Materna procuram orientar a ação pedagógica dos professores de Língua Portuguesa. Os documentos constituem assim um referencial e estão organizados de acordo com os níveis de proficiência linguística, com base no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR). Na tabela 2 apresentam-se as finalidades das Aprendizagens Essenciais em Português Língua Não Materna, referentes aos níveis de proficiência A1 e A2 (Iniciação) e B1 (Intermédio). Nos níveis de iniciação à Língua Portuguesa é possível perceber que os objetivos principais se relacionam com a compreensão e produção de enunciados orais e escritos simples, baseados primeiramente nas situações do quotidiano e em situações referentes ao contexto escolar. Por sua vez, no nível intermédio, os alunos devem aperfeiçoar as suas competências ao nível da Língua Portuguesa, sendo capazes de integrar as aulas regulares de Português, bem como as aulas das outras disciplinas, para que possam interagir com segurança e confiança comunicativa na sociedade em que se encontram inseridos.

Tabela 2 : Finalidades das Aprendizagens Essenciais em Português Língua Não Materna (DGE, 2018b)

A1 (Iniciação)	A2 (Iniciação)	B1 (Intermédio)
• Compreender, produzir e comunicar mensagens breves orais e escritas sobre a vivência quotidiana.	• Compreender os aspetos essenciais de uma sequência falada e de um diálogo; • Formular questões e problemas; • Explicar conceitos; • Extrair informação relevante de géneros textuais diversificados; • Responder a questionários no âmbito das diferentes disciplinas; • Produzir textos originais, individualmente ou em grupo.	• Aperfeiçoar a competência lexical, gramatical, sociolinguística, pragmática e discursiva (para inclusão plena em contexto escolar e na sociedade). • Conhecer e respeitar a diversidade cultural, interpretando, criticamente, discursos informais, obras literárias, bem como documentos da atualidade em diferentes suportes.

Fonte: Elaboração Própria

As Aprendizagens Essenciais do Português Língua Não Materna visam assim orientar um trabalho escolar que promova o acesso ao Português enquanto “língua veicular de acesso aos currículos das restantes disciplinas” (DGE, 2018b, p. 2), procurando que os alunos desenvolvam a sua proficiência linguística e, que consequentemente, possam vir a ser integrados gradualmente nas aulas regulares de Português. Considera-se desta forma, que as ações a desenvolver pelos docentes, em particular ao nível da dinamização das aulas e da implementação de estratégias de ensino, devem constituir-se como incentivos à interação dos alunos estrangeiros com os colegas e com os outros professores “em contexto sociocultural e transdisciplinar” (DGE, 2018b, p. 2).

2.3 O texto literário em sala de aula

Para que os alunos sejam capazes de desenvolverem as suas competências ao nível dos domínios referidos nas Aprendizagens Essenciais de Português, considera-se fundamental promover situações de ensino-aprendizagem que potenciem o desenvolvimento integrado das competências linguísticas (Dolz-Mestre & Gagnon, 2015; Feinstein, 2006; Sousa, 2015).

Vários autores assumem a importância da literatura nas aulas de línguas, reconhecendo o seu papel preponderante no ensino de competências linguísticas (Duarte, 2004; Gusmão, 2004; Marques, 2019; Seara, 2016), pelo que a leitura e exploração de obras literárias em sala de aula se constitui como uma hipótese pertinente na didática do Português.

A leitura e exploração de textos literários em sala de aula promove a aquisição da linguagem oral e escrita, contribuindo para o desenvolvimento das competências linguísticas, da criatividade e do gosto pela leitura (Giroto & Souza, 2012; Magalhães, 2008; Mourão, 2015).

A literatura permite explorar e explicar o funcionamento discursivo da língua, facilitando o “desenvolvimento da expressão oral, da capacidade em responder a perguntas e manter o diálogo, como também promover a aquisição de uma autonomia da e na língua” (Marques, 2019, p. 346).

A dinamização de sequências de aprendizagem utilizando obras de literatura infantil também é essencial na aquisição de vocabulário (Cummings et al., 2018; Mourão, 2015), que vários autores assumem como preditor da leitura e da escrita, assim como o destacam enquanto fator determinante da qualidade do desenvolvimento das competências de leitura e de escrita (Biemiller, 2012; Duarte, 2011; Sousa, 2015).

Neste sentido, apesar de atualmente o ensino do vocabulário não ter um papel preponderante nas salas de aula do 1.º ciclo do Ensino Básico, é indispensável (re)pensar e transformar as práticas pedagógicas dos professores, assumindo a importância de potenciar o aumento do capital lexical dos alunos e o aprofundamento do conhecimento das palavras (Biemiller, 2012; Duarte, 2004; Stahl & Nagy, 2006).

As palavras são essenciais no nosso quotidiano, pois permitem-nos “aceder às nossas bases de dados de conhecimentos, exprimir ideias e conceitos, aprender novos conceitos” (Duarte, 2011, p. 9). Por este

motivo, pode considerar-se a relação entre o vocabulário ativo⁶⁶ e passivo⁶⁷ (Duarte, 2011), assumindo a importância do desenvolvimento lexical dos alunos e o seu impacto no sucesso escolar dos alunos.

Vários autores internacionais apresentam estratégias de ensino explícito de vocabulário, nomeadamente: list-group-label, feature analysis; word map; word wall⁶⁸ (Stahl & Nagy, 2006; Tierney & Readence, 2005).

Enquanto “repositório lexical para alargar o vocabulário” (Marques, 2019, p. 347), o texto literário permite ao professor selecionar as palavras a ensinar aos alunos recorrendo às estratégias nomeadas acima. Biemiller (2012) sublinha a importância da literatura em sala de aula, precisamente como ponto de partida para o ensino explícito do vocabulário.

Concomitantemente, o texto literário constitui-se como “uma das pontes mais seguras entre as culturas, uma vez que os textos, como ponto de encontro de diferentes universos, constituem reveladores privilegiados das visões plurais do mundo” (Marques, 2019, p. 346). Assim, podem ser tidos como ferramentas essenciais em salas de aula multilingues e multiculturais, contribuindo para o desenvolvimento de aprendizagens de alunos portugueses e estrangeiros.

Considera-se que o trabalho a partir do texto contribui para a “aquisição de uma maior competência linguística, comunicacional e, sobretudo, internacional” (Seara, 2016, p. 231), na medida em que o texto é um documento cultural que permite fazer a ponte entre línguas e culturas (Marques, 2019).

O texto literário será, então, uma ferramenta e estratégia possível, que permite a consecução de aulas de Português de qualidade, constituindo-se também como uma ponte cultural, atendendo ao crescente multilinguismo e multiculturalismo que tem vindo a caracterizar as escolas portuguesas (Bizarro et al., 2013; Matos, 2016; Oliveira & Gomes, 2017).

2.4 A escrita no 1.º Ciclo

No 1.º ciclo do ensino básico, os alunos iniciam a aquisição da leitura e da escrita, com o intuito de desenvolverem a sua competência textual, para que sejam capazes de compreender e de produzir textos orais e escritos.

O processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita carece assim de um ensino formal e sistematizado, pelo que a ação pedagógica do professor deve ser orientada para que os alunos sejam capazes de “ler com clareza textos variados com extensão e vocabulário adequados [para] compreender[em] o essencial dos textos lidos” (Reis et al., 2009, p. 24). Em simultâneo, e assumindo a relação inequívoca entre leitura e escrita, o professor deve também potenciar o desenvolvimento de competências de escrita de “textos curtos com respeito pelo tema, pelas regras básicas de ortografia e pontuação, assegurando a continuidade referencial e marcando abertura e fecho” (Reis et al., 2009, p. 25).

No que se refere à aquisição das competências de escrita, Kellogg (2008) explica inclusive que “learning how to write a coherent, effective text is a difficult and protracted achievement of cognitive development” (Kellogg, 2008, p. 2), pelo que é essencial a dinamização de situações de ensino-aprendizagem bem organizadas e estruturadas, permitindo aos alunos o desenvolvimento da competência textual, associada nesta investigação em particular, à compreensão e produção de textos escritos.

Barbeiro e Pereira (2007) identificam três competências de escrita, que são indicadores de qualidade dos textos produzidos pelos alunos, nomeadamente: a competência compositiva, que é referente “à forma de combinar expressões linguísticas para formar um texto”; a competência ortográfica, que é referente “às normas que estabelecem a representação escrita das palavras da língua” e a competência gráfica, que é referente “à capacidade de inscrever num suporte material os sinais em que assenta a representação escrita” (p. 5).

O professor pode assim dinamizar aulas de Português nas quais parta do texto literário, explorando a estrutura macroproposicional da sequência textual, assim como o vocabulário da obra, seguindo-se a proposta de produção de texto e posterior apresentação.

Ao nível do ensino da escrita sugere-se um plano de trabalho que preveja, por exemplo: “o ensino de competências gráficas e ortográficas; o ensino de estruturas textuais; o ensino e modelização de tarefas de nível elevado (composição); o ensino e modelização de tarefas de controlo, nomeadamente planificação e revisão” (Sousa, 2015, p. 149).

⁶⁶ Conjunto de palavras que o falante de uma língua utiliza (Duarte, 2011).

⁶⁷ Conjunto de palavras que o falante de uma língua compreende (Duarte, 2011).

⁶⁸ list-group-label – é uma forma de mapeamento semântico através da organização de listas de palavras por meio de categorização e respetiva legenda dos vários grupos criados; feature analysis – consiste no preenchimento de grelhas de palavras, relacionando os conceitos, identificando semelhanças e diferenças; word map e word wall – consiste na elaboração de listas de palavras a afixar na sala de aula.

Neste sentido, é importante dinamizar sequências de aprendizagem que promovam o desenvolvimento das competências descritas com qualidade, baseando o trabalho de escrita nas fases de planificação, textualização e revisão, tal como sugere Sousa (2015).

3 Metodologia

3.1 Questão orientadora e objetivos

Uma investigação é um processo de aprendizagem para o investigador e para a comunidade científica pois constitui-se com “um processo de estruturação do conhecimento, tendo como objetivos fundamentais conceber novo conhecimento ou validar algum conhecimento preexistente” (M. J. Sousa & Baptista, 2011, p. 3). Apesar de existirem estudos e artigos científicos realizados no âmbito da utilização do texto literário nas aulas de línguas, a maioria é efetuada a nível internacional e relaciona-se com o ensino de línguas segundas ou de línguas não maternas (Abdalrahman, 2021; Elhabiri, 2013; Kendouci, 2019; León & Hermoso, 2020; Nijabat et al., 2019). Por sua vez, os estudos efetuados neste âmbito referem-se maioritariamente a ciclos de ensino superiores ao 1.º ciclo do ensino básico (Balça, 2010). Todavia, existem já alguns trabalhos referentes aos 1.º ciclo (O. C. Sousa & Lourenço, 2014).

O presente trabalho procura investigar qual o contributo do texto literário no desenvolvimento das competências de escrita de alunos do 1.º ciclo, de um grupo multilingue.

A partir do texto literário, pretende-se explorar os elementos constituintes da narrativa, bem como o vocabulário da obra. Neste sentido, definem-se os seguintes objetivos específicos:

- investigar o papel do texto literário no desenvolvimento de competências de escrita;
- comparar a qualidade de textos aferida cotejando textos antes e após a intervenção;
- desenvolver um programa de intervenção centrado no ensino do português a partir da exploração de obras literárias.

3.2 Amostra e participantes

A investigação realizou-se num grupo de alunos de 2.º ano de escolaridade do ensino básico, turma na qual a investigadora exerce funções docentes.

Sendo o grupo uma amostra de conveniência, assume-se que os resultados obtidos não podem ser generalizáveis, pois são apenas representativos da população que corresponde à amostra (M. J. Sousa & Baptista, 2011).

A amostra corresponde a quinze alunos, sendo:

- dois alunos portugueses (falantes de português europeu);
- onze alunos brasileiros (falantes de português do Brasil);
- um aluno moldavo (falante de russo);
- um aluno sul-africano (falante de inglês).

Os alunos portugueses apresentavam muitas dificuldades na leitura e escrita, sendo um deles um aluno com uma retenção no 2.º ano de escolaridade, com muitas fragilidades principalmente na leitura. O mesmo aluno era acompanhado em Terapia da Fala e beneficiava de medidas universais e seletivas, descritas no Relatório Técnico Pedagógico. No decorrer do ano letivo, o mesmo aluno foi avaliado em Terapia da Fala, sendo-lhe diagnosticada dislexia e perturbação de hiperatividade e défice de atenção. O outro aluno português apresentava também várias fragilidades na leitura e escrita, principalmente ao nível da inversão de letras, tendo sido aconselhado que seja avaliado em Terapia da Fala no início do 3.º ano de escolaridade.

A maioria dos alunos brasileiros estava já integrada no sistema de ensino português. Todavia, apresentavam algumas fragilidades em particular ao nível da associação de significados a palavras/expressões características do português europeu. Ao nível da leitura, a maioria fazia ainda uma leitura hesitante e silabada, com pouca expressividade e alguma dificuldade na marcação da pontuação. Na escrita, os alunos escreviam frases curtas, revelando dificuldades na produção de texto, principalmente na marcação de parágrafos e de pontuação adequada. Os alunos revelavam fragilidades na explicação e organização lógica das ideias.

No início do ano letivo, os alunos moldavo e sul-africano eram recém-chegados ao sistema educativo nacional, não tinham o português como língua materna e também não tinham tido o português como língua de escolarização. Os alunos apresentavam um nível de proficiência linguística de iniciação e foram integrados nas aulas de Português Língua Não Materna. Os alunos apresentavam muita dificuldade em compreender enunciados orais e escritos, revelando não conhecerem vocabulário simples do quotidiano. Por sua vez, também não conseguiam interagir oralmente em português com colegas e professores, recorrendo a gestos e a desenhos, em especial o aluno moldavo, pois o aluno sul-africano utilizava o inglês para comunicar. Ao nível da leitura e da escrita, os alunos apresentavam também muitas dificuldades, apesar de revelarem uma boa consciência fonológica e relativa facilidade em aprenderem os sons das letras do abecedário português, demonstrando boas capacidades na correspondência fonema/grafema.

3.3 Intervenção e recolha de dados

A investigação decorreu ao longo do ano letivo 2022-2023, entre janeiro-junho e baseou-se numa proposta didática assente no pressuposto de que as aulas de Português devem promover situações de aprendizagem, que potenciem o desenvolvimento de várias competências linguísticas, a partir da exploração de obras literárias infantis. As obras literárias exploradas no decorrer da investigação foram as seguintes:

- *A lebre e a tartaruga* in Fábulas de Esopo;
- *A cigarra e a formiga* in Fábulas de Esopo;
- *O elefante cor-de-rosa*, de Luísa Dacosta;
- *A girafa que comia estrelas*, de José Eduardo Agualusa;
- *A princesa baixinha*, de Beatrice Masini;
- *Não há dragões nesta história*, de Lou Carter;
- *Cartas para Rumblewick – A minha bruxa teimosa*, de Sarah Warburton.

Inicialmente, a docente contou a história *A lebre e a tartaruga*, explorando com os alunos os vários constituintes da sequência narrativa, bem como o vocabulário da obra, utilizando-se as ilustrações do livro, bem como ferramentas tais como o motor de busca *Google* - imagens. No decorrer da exploração do vocabulário da história, os alunos estrangeiros foram também partilhando as palavras correspondentes, na sua língua materna.

Os alunos realizaram uma ficha de educação literária e foram convidados a construir o mapa de vocabulário ilustrado da obra, o qual foi afixado na sala de aula. Seguidamente, realizaram o reconto oral e escrito da obra. Vale ressaltar que o aluno com dislexia, beneficiou de apoio ao nível do reconto escrito, assim como o aluno moldavo e sul-africano.

Numa fase posterior, selecionou-se o texto de um aluno para realização do melhoramento e reformulação em coletivo, momento durante o qual se trabalhou a estrutura (parágrafos, pontuação, ortografia) e a dimensão compositiva (organização e sequência das ideias da sequência narrativa). Finalmente, cada aluno foi convidado a melhorar e reformular o seu texto, com o apoio da docente.

Após a recolha, do primeiro texto narrativo produzido pelos alunos, iniciou-se a intervenção baseada na sequência de aprendizagem intitulada “o texto literário ao serviço do ensino do Português”, que se descreve detalhadamente em seguida.

No final do ano letivo, os alunos foram convidados a elaborar um novo texto narrativo partindo da obra *Cartas para Rumblewick – A minha bruxa teimosa*.

A partir da recolha dos dois textos elaborados pelos alunos da turma, realizou-se a análise das competências de escrita dos alunos, privilegiando-se a análise estatística descritiva e inferencial. Os textos recolhidos correspondem ao primeiro texto narrativo e ao texto mais recente, realizado pelos alunos, no presente ano letivo.

4 Sequência de Aprendizagem: O texto literário ao serviço do ensino do Português

A proposta didática, na qual se baseou a ação pedagógica da professora investigadora divide-se em cinco etapas, que visam promover o desenvolvimento de várias competências linguísticas, nomeadamente: compreensão e expressão oral, leitura, escrita, conhecimento explícito da língua.

Na figura 1 descrevem-se as cinco etapas da sequência de aprendizagem: O texto literário ao serviço do ensino do Português.

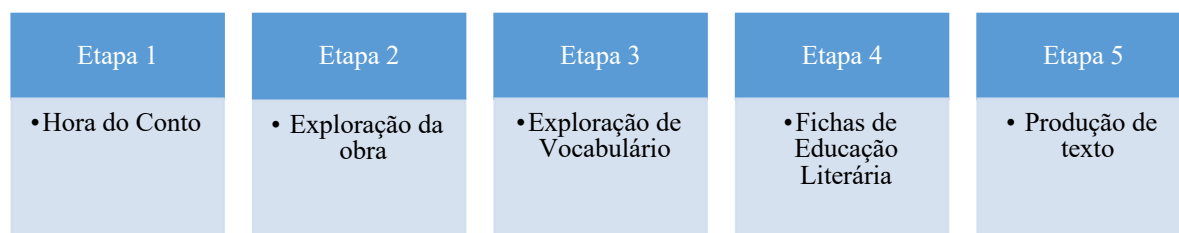


Figura 2 - Sequência de aprendizagem: O texto literário ao serviço do ensino do Português

Fonte: Elaboração Própria

Na primeira etapa – Hora do Conto, inicia-se a exploração do livro de literatura infantil selecionado, nomeadamente: o título, as informações e ilustrações da capa e da contracapa da obra literária. Seguidamente, a docente realiza o conto da obra literária infantil selecionada, apresentando as ilustrações, no decorrer do conto. Caso seja necessário, procede-se à apresentação de imagens alusivas ao vocabulário da obra, recorrendo ao quadro interativo através do motor de busca *Google*, o que permite aos alunos falantes de outras línguas a compreensão mais rápida e efetiva da informação.

Na segunda etapa – Exploração da obra, procede-se à seleção de palavras desconhecidas e respetiva identificação de significados através da análise de contextos de frases; através da utilização de dicionários online - *Priberam*; e ainda através da pesquisa de imagens no motor de busca *Google*. Numa fase seguinte, passa-se para a exploração dos elementos da narrativa, tais como: coordenadas temporais e espaciais; personagens principais e secundárias; complicação; resolução; moral. Por último, realiza-se uma análise de expressões idiomáticas e de duplo sentido.

Por sua vez, na terceira etapa, realiza-se um trabalho de vocabulário partindo da seleção de vocabulário essencial e acessório à compreensão das histórias das obras exploradas. Regista-se o vocabulário através da construção e ilustração de listas de palavras - Mapas de Vocabulário. Por fim, dinamizam-se atividades de reconto, utilizando os mapas de vocabulário da obra, promovendo o desenvolvimento de competências de oralidade.

A quarta etapa implica a realização de fichas de educação literária, individualmente e/ou a pares, promovendo o desenvolvimento de competências de leitura e de compreensão textual.

A quinta etapa pressupõe a produção de texto, promovendo assim o desenvolvimento de competências de escrita, tais como: a competência compositiva, a competência ortográfica e a competência gráfica. Inicia-se a organização e estruturação das ideias, a partir de uma grelha de planificação. Posteriormente, procede-se à textualização, com apoio da professora e/ou de colegas. Finalmente realiza-se a revisão e reformulação de texto com apoio da professora e/ou dos colegas. Após a reestruturação do texto, considera-se importante apresentar o texto produzido e corrigido a outros membros da comunidade, para que os alunos associem a funcionalidade comunicativa à escrita, desenvolvendo competências de leitura em voz alta.

5 Resultados

No decorrer do presente ano letivo de 2022/2023, os alunos elaboraram vários textos narrativos, respeitando-se as fases de planificação, textualização e revisão/reformulação de texto.

Ao nível da análise de dados, consideraram-se: o primeiro texto narrativo produzido pelos alunos neste ano letivo e o texto narrativo mais recente elaborados pelos mesmos alunos.

Os textos foram analisados ao nível compositivo, ortográfico e gráfico. Na dimensão compositiva, verificou-se se os alunos escreveram textos narrativos, cumprindo os elementos constituintes da sequência narrativa, respeitando a introdução, desenvolvimento e conclusão. Para cada indicador, descrito na tabela abaixo, utilizaram-se critérios booleanos⁶⁹. Por sua vez, verificou-se ainda a frequência de nomes, verbos, adjetivos e pronomes pessoais nos textos produzidos, contabilizando-os para analisar a riqueza vocabular das produções escritas. Contabilizaram-se também as palavras de cada texto.

Na dimensão ortográfica, contabilizaram-se os erros ortográficos ocorridos em cada texto, bem como o número de palavras por texto.

⁶⁹ 1 – Sim; 0 – Não

Na dimensão gráfica, fez-se uma análise descritiva das produções dos alunos, no que se refere: à marcação dos parágrafos e da pontuação adequada (ponto final e vírgula).

5.1 Competência Compositiva

Relativamente à competência compositiva, é possível verificar várias evoluções dos alunos comparando os resultados obtidos no primeiro texto elaborado com os resultados obtidos no texto mais recente realizado, tal como se observa na figura 2 – Análise Comparativa da Competência Compositiva dos Alunos (%), apresentada em seguida.

	Apresenta um título adequado ao texto narrativo.	Utiliza uma forma canónica de abertura do texto narrativo identificando as coordenadas temporais.	Utiliza uma forma canónica de abertura do texto narrativo identificando as coordenadas espaciais.	Identifica a personagem principal a(s) personagem(s) secundária(s)	Apresenta o elemento desencadeador (problema/ situação) da história.	Apresenta as peripécias/ aventuras das personagens.	Finaliza a história descrevendo a resolução do elemento desencadeador.	Desenvolve uma moral explícita ou implícita ao longo do texto.	Utiliza uma forma canónica de fecho do texto narrativo.
Texto inicial	93,33	100,00	66,67	100,00	100,00	86,67	80,00	46,67	0,00
Texto final	66,7	100,0	80,0	100,0	93,3	100,0	93,3	73,3	33,3

Fonte: Elaboração Própria

No primeiro texto narrativo elaborado pelos alunos, é possível verificar que na sua maioria, os alunos foram capazes de registar os elementos da narrativa, incluindo os alunos moldavo e sul-africano. É importante ressaltar que o aluno moldavo realizou a tarefa autonomamente. Por outro lado, o aluno sul-africano não conseguiu realizar o texto autonomamente, consultando o mapa de vocabulário afixado, recorrendo a algumas palavras em inglês e necessitando de apoio motivacional e de reforço positivo por parte da docente.

O aluno com dislexia consultou o mapa de vocabulário afixado na sala de aula. Os outros alunos realizaram a tarefa com autonomia.

Todos os alunos apresentaram um título adequado ao texto narrativo. A maioria dos alunos utilizou formas canónicas de abertura do texto identificando coordenadas temporais e espaciais. Todos os alunos identificaram as personagens principais e as personagens secundárias e foram capazes de apresentar a complicação da história. Apesar da maioria apresentar as peripécias das personagens e finalizar a história de forma adequada, houve 14% dos alunos que não apresentou as aventuras das personagens e 20% dos alunos que não finalizaram a história adequadamente. Apenas cerca de 47% desenvolveram uma moral ao longo do texto. Nenhum aluno foi capaz de utilizar uma forma canónica de fecho do texto.

No texto narrativo final elaborado pelos alunos, é possível verificar que na sua maioria, os alunos foram capazes de registar os elementos da narrativa. É importante destacar que tanto o aluno moldavo, como o aluno sul africano realizaram as produções de texto autonomamente, assim como os outros alunos da turma. Apenas o aluno com dislexia consultou os mapas de vocabulário construídos ao longo do ano letivo, afixados na sala de aula.

Todavia, verifica-se um decréscimo em alguns aspetos, por exemplo: na apresentação do título adequado. Por outro lado, verificam-se evoluções principalmente no que se refere: à utilização de formas canónicas de abertura identificando as coordenadas espaciais; à apresentação de aventuras das personagens; à finalização da história; ao desenvolvimento de uma moral ao longo do texto e à utilização de uma forma canónica de fecho do texto.

Houve cerca de 33% dos alunos que não apresentaram um título adequado ao texto narrativo. A maioria dos alunos utilizou formas canónicas de abertura do texto identificando coordenadas temporais e espaciais, verificando-se uma evolução ao nível da identificação das coordenadas espaciais. A maioria dos alunos identifica as personagens principais e as personagens secundárias e apresentam a complicação da história. Cerca de 7% dos alunos não finalizaram a história adequadamente. Verifica-se que 73% dos alunos foram capazes de desenvolver uma moral ao longo do texto. Cerca de 33% dos alunos foi capaz de utilizar uma forma canónica de fecho do texto, verificando-se uma melhoria neste âmbito, em comparação com o primeiro texto elaborado pelos alunos.

Sendo que os dados anteriores correspondem uma variável nominal codificada por critérios booleanos não se realizou análise com testes estatísticos.

Por sua vez, no que se refere à utilização de palavras e respetiva construção frásica, registou-se a ocorrência de nomes, verbos, adjetivos e pronomes pessoais. Observando a figura 3, verificou-se que no

texto inicial predominam os nomes e verbos, sendo a ocorrência de adjetivos muito baixa e a ocorrência de pronomes pessoais praticamente inexistente.

No texto final, verifica-se também a predominância de nomes e verbos. Todavia, os alunos começam a utilizar alguns adjetivos, passando de cerca de 0,67% no texto inicial para 3,21% no texto final. Ao nível dos pronomes pessoais, os alunos passam de 0,25% no texto inicial para 4,74%, no texto final.

A média da ocorrência de nomes no texto inicial foi de 17,86% passando para 19,50% no texto final. Por sua vez, a média da ocorrência de verbos no texto inicial foi de 15,34% passando para 18,40% no texto final. Todavia, é na ocorrência de adjetivos e de pronomes pessoais que se verificam evoluções interessantes, passando de uma ocorrência quase nula ou inexistente para uma média entre 3% e 4%, o que corresponde a cerca de 2 adjetivos por texto e a cerca de 2 a 3 pronomes pessoais por texto. Ao nível da ocorrência de adjetivos, a média no texto inicial é de 0,67% e no texto final sobe para 3,21%. No que se refere à ocorrência de pronomes pessoais, a média no texto inicial é de 0,25% e no texto final sobe para 4,74%.

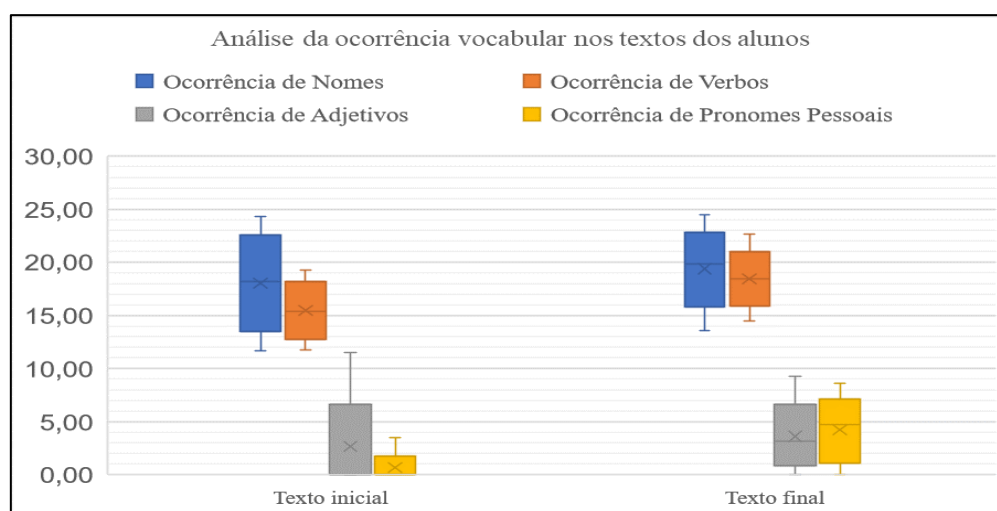


Figura 4 - Análise da ocorrência vocabular nos textos dos alunos

Fonte: Elaboração Própria

Fez-se o teste de normalidade às variáveis em estudo – frequência de nomes, verbos, adjetivos e pronomes pessoais nos textos iniciais e finais dos alunos. Apenas se verificou que a frequência de adjetivos nos textos iniciais e a frequência de pronomes pessoais nos textos iniciais são variáveis não-paramétricas.

Como tal, para analisar as médias da frequência de nomes e verbos, utilizou-se o teste t-Student, para variáveis paramétricas. Constatou-se que, no caso dos nomes, não houve diferenças estatisticamente significativas, pois o $p\text{-value} > 0,05$. Já quanto aos verbos, houve diferenças estatisticamente significativas, com 95% de confiança.

Relativamente à comparação das médias da frequência de adjetivos e pronomes pessoais, já que uma variável (texto inicial) era não-paramétrica e a outra (texto final) era paramétrica, utilizaram-se tanto o teste t-Student, como o teste de Wilcoxon, sendo este apropriado para variáveis não-paramétricas.

Para ambos os casos, é possível perceber que houve diferenças estatisticamente significativas com 95% de confiança, já que o $p\text{-value} < 0,05$.

5.2. Competência Ortográfica

Relativamente à competência ortográfica, são perceptíveis vários progressos dos alunos comparando os resultados obtidos no primeiro texto produzido com os resultados obtidos no texto mais recente realizado, tal como se observa na figura 4 – Frequência de Erros Ortográficos dos Alunos (%), apresentada em seguida.

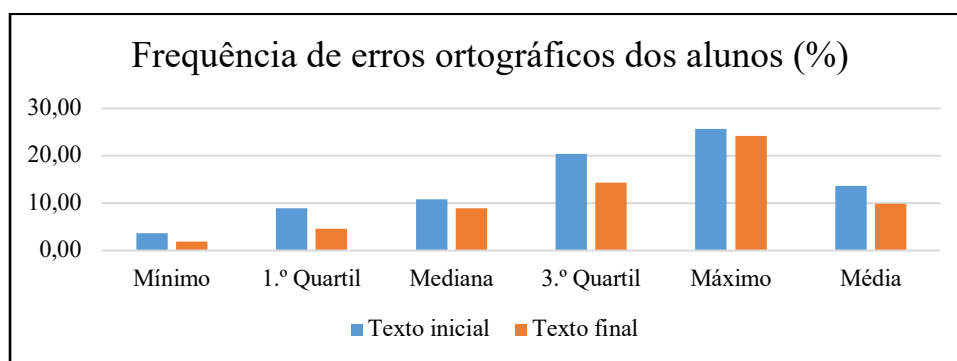


Figura 5 – Frequência de erros ortográficos dos alunos (%)

Fonte: Elaboração Própria

O mínimo de erros ortográficos no texto inicial é de 3,70%, passando para um mínimo de 1,85% no texto final. O máximo de erros ortográficos no texto inicial é de 25%, reduzindo para 24% no texto final.

Todavia, no primeiro texto narrativo elaborado pelos alunos, é possível verificar que houve uma média de 13,62% de erros ortográficos. Por sua vez, no texto narrativo final a média de erros ortográficos reduziu para 9,64%.

É importante ressaltar que o coeficiente de correlação entre o número de palavras por texto e o número de erros ortográficos por texto é de -0,1465136, correspondendo a um coeficiente de correlação muito fraco. Assim, considera-se não há correlação entre o número de palavras por texto e o número de erros ortográficos por texto.

Por sua vez, o coeficiente de correlação entre o número de palavras por texto e a frequência de erros ortográficos por texto em percentagem é de -0,5512278, correspondendo a um coeficiente de correlação moderado, o que poderá indicar que alguns alunos que têm mais palavras por texto, podem também ter uma percentagem mais elevada de erros ortográficos.

Destacam-se também as evoluções dos alunos estrangeiros, as quais estão descritas na figura 5. É importante ressaltar que as produções escritas foram realizadas tendo por base os mapas de vocabulário construídos, no decorrer da exploração das várias obras literárias trabalhadas em sala de aula.

O aluno moldavo foi capaz de realizar as produções escritas autonomamente, recorrendo unicamente aos mapas de vocabulário. O aluno reduziu o número de palavras por texto. O aluno reduziu a ocorrência de erros ortográficos passando de 11 erros (no texto inicial) para 5 erros (no texto final), o que corresponde a uma percentagem de 21,57% e de 10,2%, respetivamente.

O aluno sul africano não foi capaz de realizar a primeira produção de texto autonomamente, necessitando de apoio da docente ao nível da seleção do vocabulário e da construção frásica, utilizando algumas palavras em inglês: principalmente verbos e elementos para ligar as ideias. Beneficiou ainda da consulta dos mapas de vocabulário expostos na sala. Na produção de texto mais recente, conseguiu realizar a produção escrita com maior autonomia e utilizou apenas palavras em português, consultando os mapas de vocabulário. O aluno aumentou o número de palavras por texto, mas aumentou a ocorrência de erros ortográficos passando de 3 erros (no texto inicial) para 7 erros (no texto final), o que corresponde a uma percentagem de 9,38% e de 18,42%, respetivamente.

	Número de palavras por texto		Total de erros ortográficos		Frequência de erros ortográficos no texto	
	Texto inicial	Texto final	Texto inicial	Texto final	Texto inicial	Texto final
Aluno moldavo	51	49	11	5,00	21,57 (%)	10,2 (%)
Aluno sul africano	32	38	3	7	9,38 (%)	18,42 (%)

Figura 6 - Ocorrência de erros ortográficos de alunos estrangeiros

Fonte: Elaboração Própria

Para realizar os testes de significância estatística, é necessário aferir a normalidade das variáveis em estudo. Para tal, selecionou-se o teste de Shapiro-Wilk.

Relativamente às variáveis – número de palavras por texto e frequência de erros ortográficos por texto, foi possível concluir que são variáveis paramétricas, tanto nos textos iniciais, como nos textos finais. Esta conclusão, com 95% de confiança, derivou do $p\text{-value} > 0,05$.

Então, testou-se a correlação entre o número de palavras por texto e a frequência de erros ortográficos por texto, recorrendo ao teste de correlação de Pearson.

No caso dos textos iniciais, como o R (coeficiente de correlação) é de -0.26, assumimos uma correlação negativa fraca, assim considera-se que quanto mais palavras escrevem, menos erros dão.

Para os textos finais, como o R é de -0.55, assumimos uma correlação negativa moderada.

Com o teste t-Student, testou-se a comparação das médias de frequência dos erros ortográficos dos textos iniciais com as dos textos finais. Deste modo, verifica-se que as médias são significativamente diferentes, com 95% de confiança, pelo que há diferença estatisticamente significativa entre as frequências de erros ortográficos dos textos iniciais para os textos finais.

5.3 Competência Gráfica

Relativamente à competência gráfica, são perceptíveis vários progressos dos alunos comparando os resultados obtidos no primeiro texto produzido com os resultados obtidos no texto mais recente realizado.

Nos textos iniciais, os alunos não marcaram os parágrafos de acordo com os assuntos do texto. Relativamente à marcação da pontuação, a maioria dos alunos não é capaz de colocar o ponto final no fim das frases, apresentando alguma fragilidade ao nível do conceito de frase. A vírgula é utilizada apenas por dois alunos para separar as coordenadas temporais.

Nos textos finais, a maioria dos alunos é capaz de marcar os parágrafos de acordo com os assuntos do texto, respeitando a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Apenas três alunos revelam ainda alguma insegurança na marcação dos parágrafos, sendo um dos quais o aluno sul-africano. Todos os alunos são capazes de utilizar a vírgula na introdução do texto, para separar as coordenadas temporais da informação essencial da frase. Verificou-se que dois alunos marcaram a pontuação correta na introdução de diálogos simples, sendo um dos quais o aluno moldavo.

Sendo que os dados anteriores correspondem a uma variável nominal codificada por critérios booleanos não se realizou análise com testes estatísticos.

Assume-se assim que a proposta didática pode também contribuir para o desenvolvimento da competência gráfica dos alunos, inclusive dos estudantes estrangeiros.

6 Conclusões

Atendendo ao contexto multicultural e multilingue que tem vindo a caracterizar as escolas portuguesas, torna-se emergente refletir acerca do ensino do Português, quer como língua materna, quer enquanto língua não materna.

Apesar de o sistema educativo português promover a integração dos alunos estrangeiros em aulas de Português Língua Materna, seguindo orientações pedagógicas descritas nas Aprendizagens Essenciais homologadas em 2018, cabe aos professores de Português procurarem inovar e criar estratégias apelativas que motivem os alunos para a descoberta e crescente domínio da língua portuguesa.

O texto literário constitui-se como uma ferramenta essencial na exploração e desenvolvimento de conhecimentos e competências, tal como atestam vários autores (Giroto & Souza, 2012a; Magalhães, 2008b; Mourão, 2015b; O. C. Sousa, 2015), sendo uma possibilidade muito interessante e rica do ponto de vista do ensino do Português a alunos portugueses e estrangeiros.

O facto de possuir ilustrações às quais o professor pode recorrer no momento de pré-leitura; no momento do conto e após o conto (no decorrer da exploração da obra), tornam-no um recurso muito útil que permite uma compreensão rápida das informações, atendendo ao aspeto visual que caracteriza os textos literários infantis.

Por outro lado, a história em si, em particular no caso da narrativa, permite aos alunos tomarem contacto com um tipo de discurso que lhes é familiar, sendo por isso mais fácil de compreender e de relacionar com experiências e conhecimentos prévios.

O ensino do Português efetivado a partir da exploração de obras literárias infantis, pode ter um papel preponderante no desenvolvimento de competências linguísticas, neste caso particular ao nível da escrita de texto.

É fundamental, a par do trabalho de exploração das obras literárias e do vocabulário das mesmas, dinamizar um modelo de ensino explícito da escrita de texto, baseado nas seguintes fases: planificação, textualização e revisão/reformulação.

Os alunos aprendem a escrever textos coesos e coerentes, respeitando a macro e microestrutura dos textos, na medida em que têm como modelo as obras literárias exploradas, bem como a modelação da escrita de texto realizada pela professora e/ou pelos colegas, em momento de escrita em coletivo ou a pares.

Por sua vez, a exploração do vocabulário das obras literárias trabalhadas é uma estratégia que contribui para o desenvolvimento da consciência lexical dos alunos, o que é um fator essencial para o sucesso dos alunos principalmente ao nível da leitura e da escrita (Biemiller, 2012a; Cummings et al., 2018b; Duarte, 2011b; Feinstein, 2006; Neuman & Wright, 2014; Stahl & Nagy, 2006; Tierney & Readence, 2005). Neste sentido, esta estratégia é uma possibilidade para um ensino de Português de qualidade, tanto para alunos estrangeiros, mas também para alunos portugueses.

O trabalho sobre o vocabulário de cada texto literário infantil explorado em sala de aula permite aos alunos desenvolverem a sua consciência lexical, e, consequentemente, permite-lhes aceder a um maior número de palavras para a construção dos seus próprios textos.

A sequência de aprendizagens apresentada é um exemplo a ser considerado ao nível da didática do Português Língua Materna e Língua Não Materna, pois constitui-se como uma proposta didática integradora e significativa para os alunos, na medida em que promove a exploração e desenvolvimento de várias competências linguísticas, o que também contribui para o sucesso escolar dos alunos (Feinstein, 2006; Sousa, 2015).

A partir da análise estatística realizada, é possível considerar que o trabalho a partir do texto literário pode ser útil e benéfico para o desenvolvimento de competências linguísticas, neste caso particular, no que se refere às competências de escrita de alunos falantes de português como língua materna, mas também de alunos estrangeiros que se encontram em processo de aquisição da língua portuguesa.

Considera-se assim que o trabalho a partir do texto contribui para o desenvolvimento de competências linguísticas comunicacionais e internacionais (Seara, 2016), na medida em que permite a falantes de diferentes línguas compreenderem o mundo e comunicarem entre si, neste caso, através da escrita de textos narrativos, que posteriormente são lidos e apresentados a outros membros da comunidade educativa, permitindo aos alunos explorarem a vertente comunicativa da escrita.

Considera-se que este tipo de proposta didática pode, de facto, contribuir para o desenvolvimento da competência textual das crianças, no 1.º ciclo. Por outro lado, pode ainda ter um contributo positivo no que se refere ao desenvolvimento da competência ortográfica, na medida em que os alunos se vão apropriando da representação gráfica das palavras trabalhadas regularmente, o que pode conduzir à memorização da forma gráfica das mesmas. Neste sentido, pode haver uma redução de erros ortográficos, decorrente desta prática pedagógica.

A exploração de obras literárias de referência, a dinamização de estratégias de modelação de escrita, a par do trabalho de escrita a partir das fases de planificação, textualização e revisão/reformulação podem contribuir para o desenvolvimento da competência compositiva e da competência gráfica dos alunos.

Torna-se importante refletir acerca das evoluções verificadas ao nível das aprendizagens dos alunos, quer dos falantes de Português, quer dos alunos estrangeiros, que apesar de apresentarem mais dificuldades, destacam-se principalmente no que se refere à aquisição de vocabulário e à construção de frases simples com sentido, que originam textos curtos, mas coesos e coerentes.

Agradecimentos

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/LIN/03213/2020; 10.54499/UIDB/03213/2020 e UIDP/LIN/03213/2020; 10.54499/UIDP/03213/2020 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL).

Referências

Abdallahman, K. K. (2021). Teaching and Learning Writing Skills through Literature. *Canadian Journal of Language and Literature Studies*, 1(2), 1–10.

- Balça, Â. (2010). Ler o texto literário na aula de língua portuguesa – constrangimentos e possibilidades. *Anais do Jalla Brasil*, 201–213.
- Barbeiro, L. F., & Pereira, L. Á. (2007). *O Ensino da Escrita: A Dimensão Textual*. Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.
- Biemiller, A. (2012). Teaching vocabulary in the primary grades: Vocabulary instruction needed. Em J. Baumann & E. Kame'enui (Eds.), *Reading vocabulary: Research to practice (second edition)*. Guilford Press.
- Bizarro, R., Moreira, M. A., & Flores, C. (2013). *Português Língua Não Materna: Investigação e Ensino*. Lidel.
- Cummings, A. G., Piper, R. E., & Pittman, R. T. (2018a). The importance of teaching vocabulary: The whys and hows. *Online Journal for Literacy Educators*, 4(6).
- Decreto Lei nº 46/86 de 14 de outubro: Lei de Bases do Sistema Educativo, Diário da República: I Série, Nº 237 (1986). <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975-44587275>
- Decreto Lei nº 162/2018 de 23 de agosto, Diário da República: I Série — Nº 162 (2018). https://afc.dge.mec.pt/docs/Legisla%cc3%a7%cc3%a3o/portaria_235-A_2018_23_agosto.pdf
- DGE. (2018a). *Aprendizagens Essenciais: Articulação com o Perfil dos Alunos—2.º ano 1.º Ciclo do Ensino Básico—Português*. Ministério da Educação: Direção-Geral de Educação. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_cicl
- DGE. (2018b). *Aprendizagens Essenciais—Ensino Básico e Ensino Secundário: Português Língua Não Materna (PLNM) Nível A1*. Ministério da Educação: Direção-Geral de Educação.
- Dolz-Mestre, J., & Gagnon, R. (2015). O Género de Texto, uma Ferramenta Didática para Desenvolver a Linguagem Oral e Escrita. Em *Géneros Orais no Ensino* (pp. 23–56). Mercado das Letras.
- Duarte, I. (2004). Ensinar Português para o Desenvolvimento: Diagnóstico e Propostas Terapêuticas. Em *Ensino do Português para o Século XXI*. Departamento de Linguística Geral e Romântica e Departamento de Literaturas Românticas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Duarte, I. (2008). Linguística Educacional: Uma aposta, a formação de uma comunidade, um horizonte de desafios. *O Fascínio da Linguagem: actas / Colóquio de Homenagem a Fernanda Irene Fonseca*, 161–172.
- Duarte, I. (2011). *O conhecimento da língua: Desenvolver a consciência lexical*. Ministério da Educação Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Elhabiri, H. (2013). *Teaching the Writing Skills through Literary Texts Case of 2nd Year EFL Students at Djilali Liabes University*. University of Tlemcen - Algeria.
- Faneca, R. M. (2017). Diversidade linguística e cultural nas escolas portuguesas: O papel que os jovens de minorias linguísticas e culturais atribuem à Língua Portuguesa. Em *Pelos Mares da Língua Portuguesa 3*. Universidade de Aveiro.
- Feinstein, S. (2006). *A Aprendizagem e o Cérebro*. Instituto Piaget.
- Giroto, C., & Souza, R. (2012). Literatura infantil e hora do conto: Humanização das crianças no complexo processo de educação sistematizada. Em *Géneros Textuais e Práticas Educativas* (pp. 39–58). Lidel.
- Gusmão, M. (2004). Desde que somos um diálogo. Em *Ensino do Português para o Século XXI* (pp. 11–26). Departamento de Linguística Geral e Romântica e Departamento de Literaturas Românticas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Kellogg, R. T. (2008). Training writing skills: A cognitive developmental perspective. *Journal of Writing Research*, 1(1), 1–26.
- Kendouci, Z. (2019). *The Use of Literary Texts as a Teaching Tool to Enhance Learners' Writing Skills: Case of 2nd Year EFL Students at Tlemcen University*. University of Tlemcen - Algeria.
- León, C. M. de, & Hermoso, C. G. (2020). Exploring literary texts to develop students' creative writing skills: Proposed activities for Spanish as a foreign language. Em *Literature in language learning: New approaches* (pp. 41–49).
- Magalhães, V. F. (2008). A promoção da leitura literária na infância: Um mundo de verdura a não perder. Em *Desenvolver Competências em Língua Portuguesa* (pp. 55–74). Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais da Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Marques, I. S. (2019). Navegando pelas línguas: Interculturalidade e plurilinguismo literário. *Pelos mares da língua portuguesa*, 4, 343–350.

- Matos, I. A. (2016). Diversidade Linguística e Ensino Português. *Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health*, 33(12), 24–29.
- Mourão, S. (2015). The potential of picturebooks with young learners. Em *Teaching English to young learners. Critical issues in language teaching with 3-12 year olds* (pp. 199–218). Bloomsbury Academic.
- Neuman, S. B., & Wright, T. S. (2014). The Magic of Words: Teaching Vocabulary in the Early Childhood Classroom. *American Educator*, 38(2), 4–13.
- Nijabat, A., Razaq, R., & Ashfaq, N. A. (2019). Role of Literary Texts in Improving Writing Skills. *Journal of Communication and Cultural Trends*, 1(2), 55–72.
- Oliveira, C. R., & Gomes, N. (2017). Estudantes Estrangeiros nos Diferentes Níveis de Ensino. *Boletim Estatístico OM N.º 3, Coleção Imigração em Números (coordenação de Catarina Reis Oliveira), Observatório das Migrações*.
- Reis, C. (Coord.), Dias, A. P., Cabral, A. T. C., Silva, E., Viegas, F., Bastos, G., Mota, I., Segura, J., & Pinto, M. O. (2009). *Programa de Português para o Ensino Básico*. Ministério da Educação: Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Seara, I. R. (2016). Recensão a: Introdução à Linguística textual: Trajetória e grandes temas, de Ingedore Villaça Koch. *Bakhtiniana*, 11(3), 225–232.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Pactor.
- Sousa, O. C. (2015). *Textos e Contextos: Leitura, Escrita e Cultura Letrada*. Media XXI – Publishing, Research and Consulting.
- Sousa, O. C., & Lourenço, M. A. (2014). A leitura, a escrita e os textos de literatura. *Atas do 10.º Encontro Nacional (8.º Internacional) de Investigação em Leitura, Literatura Infantil e Ilustração*, (pp. 521-535).
- Stahl, S. A., & Nagy, W. E. (2006). *Teaching Word Meanings*. Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Tierney, R. J., & Readence, J. E. (2005). *Reading Strategies and Practices: A Compendium*. Pearson Education.

Estudo prospectivo sobre economia circular na ótica da academia portuguesa

Prospective study on circular economy from the perspective of the portuguese academia

Deborah Bozz^{1, 3}[0000-0001-6939-1220], Artur Gonçalves²[0000-0002-4825-6692], Elias Lira dos Santos Junior³[0000-0001-9261-6141].

deborahbozz@gmail.com, ajg@ipb.pt, eliasjunior@utfpr.edu.br.

¹Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior Agrária, Bragança, Portugal.

²Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior Agrária, Bragança, Portugal.

³Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, Paraná, Brasil.

Resumo. A economia circular surge com a necessidade da sociedade de gerir a produção e o consumo de forma mais sustentável. O presente trabalho tem como objetivo apresentar um panorama da pesquisa portuguesa sobre economia circular, a fim de verificar o estágio atual da produção científica nacional. A pesquisa foi realizada na base de dados Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), foram encontrados 627 documentos. Entre eles, 488 (78%) são dissertações, 46 (7%) são teses, 41 (6%) são anais de conferências e 9% representam outros tipos de documentos. De entre as universidades, a Universidade de Aveiro lidera com 82 (13,08%) documentos, seguida pela Universidade de Minho com 71 (11,32%) e a Universidade Nova de Lisboa com 69 (11%). Mais de 39% desses trabalhos foram desenvolvidos em instituições localizadas no distrito de Lisboa, pouco mais de 13% no distrito de Aveiro e aproximadamente 11% no distrito de Braga. Não foram identificadas publicações com a temática nos distritos de Viana do Castelo, Viseu, Guarda, Santarém, Portalegre, Beja e na região do Algarve.

Palavras-Chave: Bibliometria, Portfólio, Prospecção Científica.

Abstract. The circular economy arises from society's need to manage production and consumption in a more sustainable way. This study aims to provide an overview of Portuguese research on the circular economy, in order to assess the current state of national scientific production. The research was carried out using the Scientific Repository of Open Access of Portugal (RCAAP), 627 documents were found. Among them, 488 (78%) were dissertations, 46 (7%) were theses, 41 (6%) were conference proceedings, and 9% represented other types of documents. Among the universities, the University of Aveiro was the leader with 82 (13.08%) documents, followed by the University of Minho with 71 (11.32%) and the New University of Lisbon with 69 (11%). More than 39% of these studies were developed in institutions located in the district of Lisbon, just over 13% in the district of Aveiro, and approximately 11% in the district of Braga. No publications on the subject were identified in the districts of Viana do Castelo, Viseu, Guarda, Santarém, Portalegre, Beja, and the Algarve region.

Keywords: Bibliometrics, Portfolio, Scientific Prospecting.

1 Introdução

Boulding (1966) descreve que a economia circular tem a ideia de que a continuação de seres vivos é determinada pelos limites naturais do planeta.

Em 2014, a Ellen MacArthur Foundation refere-se à economia circular como um conceito de utilizar, ou seja, modificando a ideia de consumo para a utilização de um produto da melhor forma possível.

Segundo Ghisellini, Cialani e Ulgiati (2016), a economia circular tem uma visão de inserção entre processo, meio ambiente e a economia, trazendo assim, soluções alternativas para qualquer que seja o processo, independentemente de onde esteja inserido.

Como objetivo, a economia circular separa a ideia de conflito do âmbito ambiental para com a economia, carrega-se a ideia de que o ser humano deve caminhar dentro dos limites naturais do planeta (Ghisellini, Cialani & Ulgiati, 2016).

O conceito extremamente complexo, é amplamente discutido por diversos autores, uma vez que, a economia circular pode estar inserida em vários campos e âmbitos (Korhonen *et al.*, 2018).

Em Portugal, foi aprovado em Conselho de Ministros, o Plano de Ação para a Economia Circular em 2017, o plano apresentou três níveis sendo macro, meso e micro, que deveriam ser introduzidos e implementados nos três anos seguintes à aprovação do mesmo (PAEC, 2017).

Dessa forma, é possível executar a técnica de bibliometria que tem como propósito analisar informações de documentos bibliográficos referentes à pesquisa científica e tecnológica na forma de “artigos, publicações, citações, patentes etc.” (Okubo, 1997).

Portanto, o presente trabalho teve como objetivo a identificação de fluxo produção científica portuguesa quanto à divulgação de trabalhos sobre economia circular (EC), identificados em repositórios portugueses advindos da base de dados do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

2 Metodologia

Nesta seção, são descritos os procedimentos metodológicos realizados na pesquisa para atingir os objetivos propostos.

A amostra começa a ser definida a partir do objeto da pesquisa, o termo economia circular. Neste sentido apresenta-se, na Figura 1, uma síntese da metodologia aplicada no desenvolvimento do trabalho.

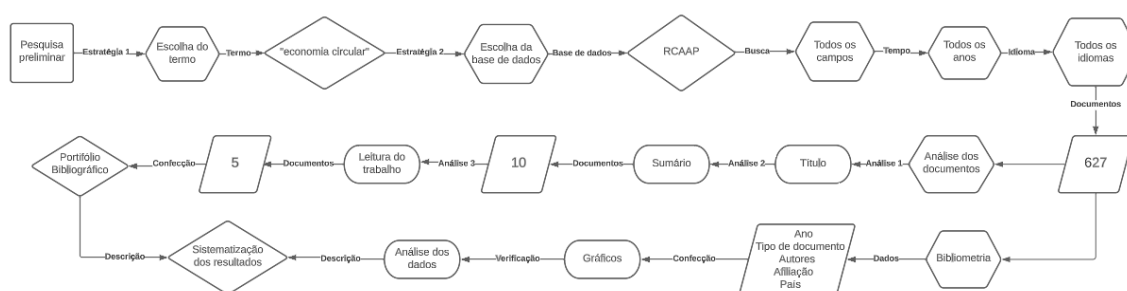


Figura 1: Representação da síntese da metodologia aplicada na pesquisa.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Em seguida foi escolhida a base de dados para recolha das informações desejadas, Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), que se constitui por inúmeros documentos de cunho científico e académico de diversos repositórios portugueses.

Definida a base de pesquisa, sucede para a escolha do termo utilizado, “economia circular”, ao qual foram aplicados os filtros de “todos os campos”, “todos os anos”, e “todos os idiomas”, resultando em 627 documentos, para a aplicação da análise bibliométrica.

Para a realização desta análise foram considerados os seguintes dados: “ano”, “tipo de documento”, “autores”, “afiliação” e “região”, examinados por meio de uma análise exploratória de dados.

A partir dos documentos encontrados foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão para a confecção do portfólio bibliográfico. A primeira análise, de inclusão/exclusão, consistiu em selecionar os documentos pelo “título” com aderência ao tema.

A segunda análise pela leitura do “sumário” verificando a interrelação com o objeto do trabalho. Os documentos duplicados foram extraídos sumariamente. Esse processo resultou na seleção de 10 documentos.

Esses documentos através da leitura completa sucederam a uma das etapas do processo de inclusão/exclusão, resultando em 5 documentos afetos a economia circular, que compuseram o portfólio bibliográfico. As variáveis apresentadas no portfólio bibliográfico são: ano e título da publicação, tipo de documento, autor(es) e afiliação dos autor(es) (Instituição de Ensino e Pesquisa).

3 Resultados e Discussões

A pesquisa na base de dados Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal resultou em 627 documentos, apresentando-se na Figura 2 a evolução histórica das publicações na base de dados sobre o termo economia circular.

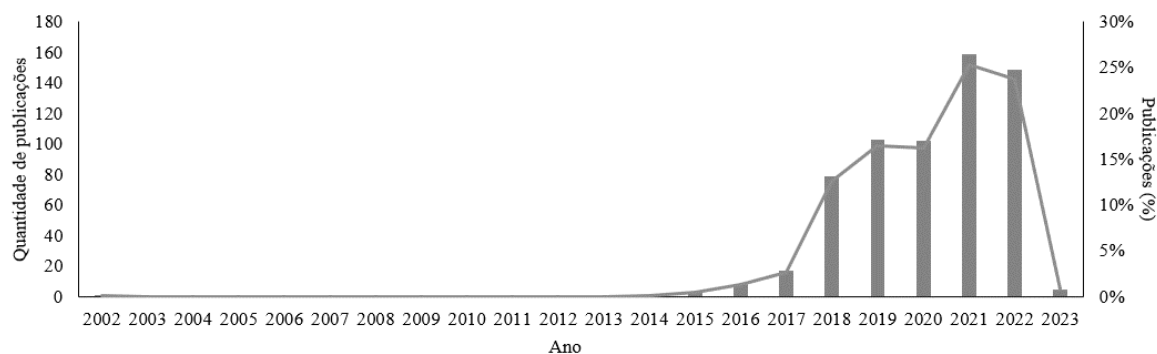


Figura 2: Evolução histórica das publicações sobre economia circular.

Fonte: Elaboração própria (2023).

O ápice de publicações acontece só anos depois em 2011, marco conceitual da economia circular, com 159 documentos (25,36%) em 2021, seguido por uma queda em 2022 com 149 documentos (23,76%) e que provavelmente aconteça também ao ano de 2023, uma vez que até data de elaboração deste trabalho (maio/2023) apresenta 5 trabalhos publicados sobre o tema.

De acordo com a Figura 3, o ano crucial no aumento da taxa de publicações é o ano de 2017, que é seguido pelos próximos anos com um aumento no número de documentos sobre economia circular. O auge de discussão, entretanto acontece em 2022, ano com a maior quantidade de documentos, uma vez que este trabalho foi realizado no decorrer do ano de 2023.

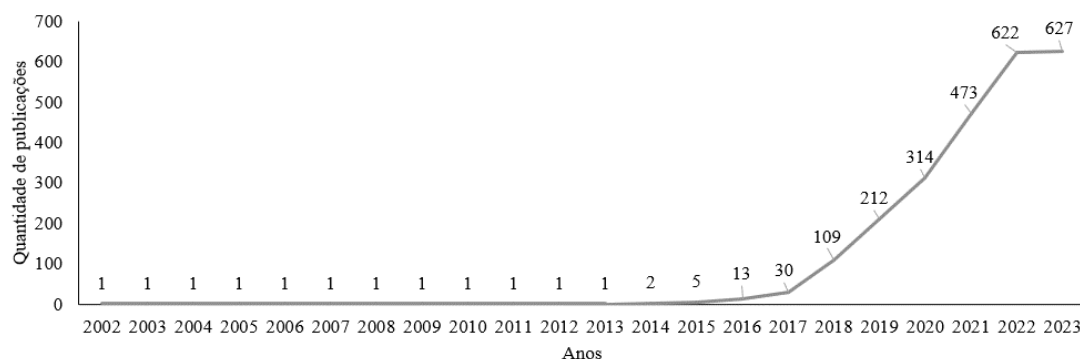


Figura 3: Variação acumulada das publicações sobre economia circular.

Fonte: Elaboração própria (2023).

A produção histórica aponta para uma produção de 28,5 trabalhos por ano, mas podemos observar que isso não se concretiza, uma vez que as publicações sobre o tema começam no ano de 2002 com 1 uma publicação e logo após, temos um intervalo de 11 anos até que em 2014 observa-se mais uma publicação com o tema economia circular.

Com a recente pandemia de COVID-19, identifica a diminuição das publicações sobre economia circular, dessa forma é possível refletir ao fato de que o tema não foi objeto de pesquisa como mostra a Figura 2. Isso pode ser justificado pelo motivo do tema concorrer com outros assuntos de maior importância, como por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a coleção de 17 metas globais, estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, ou, mais recentemente a

Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2021, “corroborando com a compreensão tal fenômeno”.

Outro ponto a ser considerado é a diferença de quase 70% entre os tipos de documentos - dissertações e teses, ou seja, se tem mais acadêmicos de mestrado discutindo sobre economia circular do que doutorandos, a reflexão a se fazer é o porquê o tema não é tão abordado nesse nível de pesquisa?

Intensificado pelo fator de que esses mesmos acadêmicos não vêm publicando outras formas de material científico, eminentemente, os artigos. Os artigos científicos são trabalhos que justamente, tem o objetivo de reunir o suprasumo da pesquisa científica para assim, proporcionar a resolução de problemas relevantes para a sociedade.

A Figura 4 apresenta os tipos de publicações portuguesas na base de dados Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal.

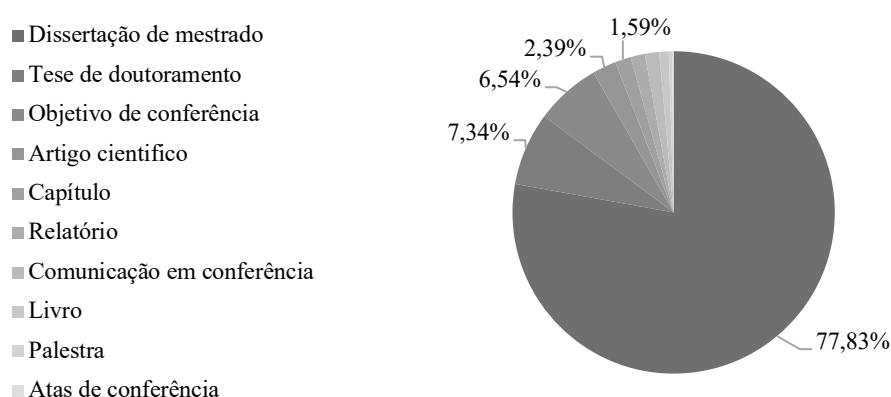


Figura 4: Tipos de documentos publicados base de dados.

Fonte: Elaboração própria (2023).

O Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, é uma base de dados com inúmeros documentos de cunho científico e acadêmico de diversos repositórios portugueses, logo observa-se que a maior parte dos documentos indexados são dissertações de mestrado com 488 documentos (77,83%), seguido pela tese de doutoramento com 46 documentos (7,34%), objeto de conferência com 41 documentos (6,54%), os artigos científicos aparecem com 15 documentos (2,39%), os outros tipos de documentos representam menos de 2% no número de publicações.

Ao considerar a relação entre os autores em questão, nota-se que sua produção científica se apresenta relativamente restrita em termos quantitativos. Entretanto, tal limitação pode ser justificada por motivo de tratar de trabalhos realizados por estudantes de pós-graduação, em particular teses e dissertações. Em relação ao *ranking* dos autores, aqueles que ocupam as posições mais altas possuem entre quatro e sete publicações, o que sugere uma possível associação com documentos de menor extensão, como artigos científicos.

A Figura 5 apresenta os 20 autores melhores ranqueados na quantidade de publicações portuguesas sobre o tema economia circular.

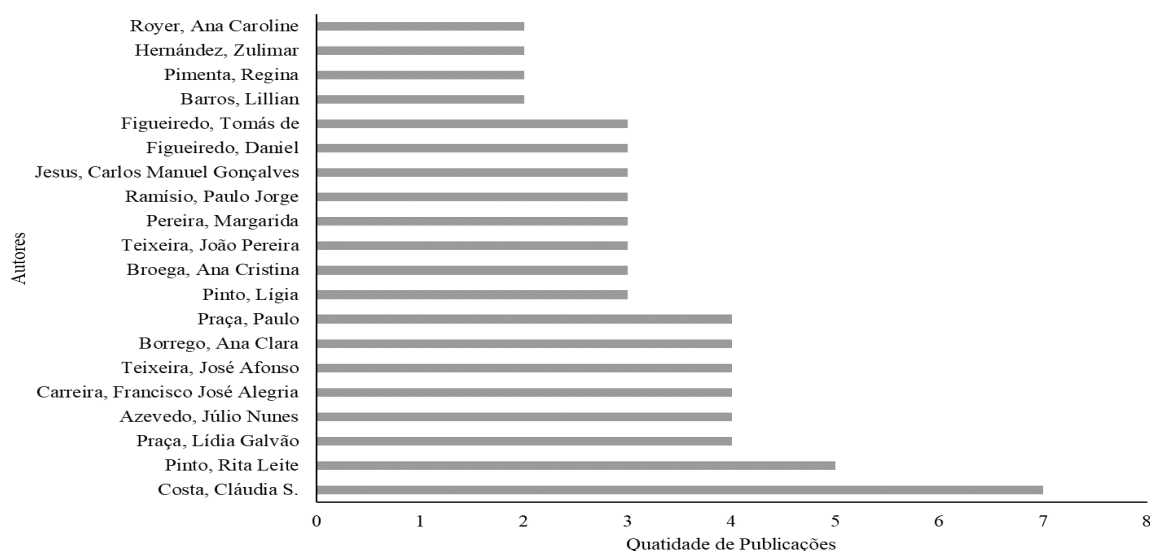


Figura 5: Ranking dos 20 autores que publicaram sobre economia circular.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Dentre as 19 universidades portuguesas identificadas nas publicações sobre economia circular, a Universidade de Aveiro, aparece em primeiro lugar com 82 documentos (13,08%), a segunda com 71 documentos (11,32%) é a Universidade de Minho, já a Universidade Nova de Lisboa aparece em uma terceira posição, com 69 documentos (11%), em quarto tem-se a Universidade de Coimbra com 51 documentos (8,13%) por fim, a Universidade Católica Portuguesa com 49 documentos (7,81%), as outras instituições aparecem com menos de 7%.

As universidades portuguesas que pesquisaram sobre economia circular são apresentadas na Figura 6, na forma de nuvem de palavras.



Figura 6: Nuvem das universidades portuguesas que pesquisam sobre economia circular.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Dentre as instituições de ensino superior temos a predominância de publicações nos distritos de Lisboa com 245 documentos, representando 39,07%, seguido pelo distrito de Aveiro com 13,08% sendo 82 documentos, ainda temos o distrito de Braga com 71 documentos sendo 11,32% e distrito de Coimbra com 64 documentos com 10,21%, os demais distritos aparecem com menos de 10% de documentos publicados.

Os distritos de Viana do Castelo, localizado na região Norte do país, Viseu, Guarda localizados na região Centro do país, Santarém, Portalegre, Beja localizados na região de Alentejo, Faro na região de Algarve não apresentaram publicações sobre o tema.

Na Figura 7 estão listadas as publicações por regiões do território português das 19 instituições portuguesas que aparecem na base de pesquisa na temática economia circular.

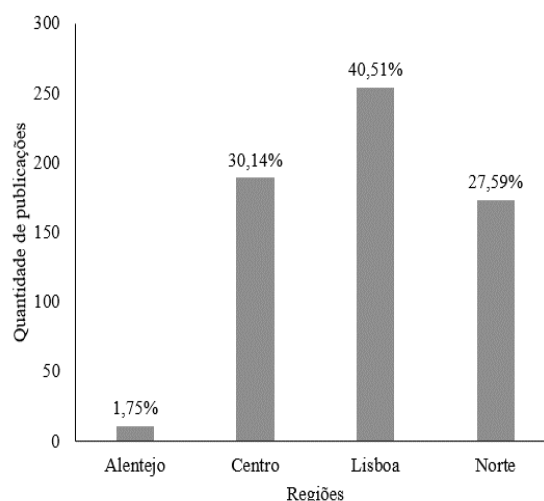


Figura 7: Distribuição geográfica das publicações sobre economia circular em Portugal.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Em relação às regiões de Portugal, ocorre uma predominância de publicações na região de Lisboa representando 49,51% das publicações, seguido pela região Centro com 30,14% das publicações, a região Norte aparece com 27,59% das publicações por último a região de Alentejo com 1,75% das publicações. As regiões de Algarve, Madeira e Açores não apresentaram publicações sobre economia circular.

O portfólio bibliográfico elaborado a partir do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Portfólio do panorama da pesquisa científica portuguesa sobre economia circular.

Nº	Ano	Título	Tipo	Autor	Afiliação
1	2018	Introdução de conceitos de circularidade em sistemas de gestão ambiental	Dissertação	Carmo, Ivo Pinto Ferreira do	Universidade Nova de Lisboa
2	2019	Avaliação regional da economia circular: caso dos municípios portugueses	Dissertação	Silva, Rui Filipe Grade Pereira da	Universidade de Aveiro
3	2020	Estudo comparativo dos indicadores existentes de Economia Circular com perspectivas à criação de uma ferramenta de monitorização aplicada à realidade nacional portuguesa	Relatório de estágio	De Almeida, Cristiana Gonçalves.	Universidade de Porto
4	2020	Economia circular e SDG em relatórios de	Dissertação	Henriques, Guilherme Oliveira	Universidade de Lisboa

sustentabilidade		Lopes			
5	2021	Desafios, Benefícios e o impacto na Performance na implementação dos princípios da Economia Circular-Casos de boas práticas nas Pequenas e Médias Empresas Portuguesas	Dissertação	Dos Reis, Nicola Gomes	Instituto Politécnico de Leiria

Fonte: Elaboração própria (2023).

Em relação ao portfólio, curiosamente, após implantados os critérios de inclusão/exclusão para seleção dos trabalhos para a composição do mesmo, resultou majoritariamente por dissertações, apontando aspectos relevantes da produção científica, de tal maneira que os trabalhos de mestrado não estão se transformando em artigos científicos, ou ainda, que esses não estão sendo divulgados em língua nativa.

A dimensão temporal segue uma outra curiosidade importante, face a ratificação do período de 2019 a 2022, em que aparecem os maiores números de divulgações científicas, paradoxal a origem do conceito de economia circular em 2011.

O trabalho “Introdução de conceitos de circularidade em sistemas de gestão ambiental” disserta sobre conceitos e definições, trazendo ferramentas de apoio à economia circular. Uma parte importante esta na revisão da literatura, em que é apresentado um tópico sobre a economia circular em Portugal.

Apresentando definições e a importância da economia circular, o trabalho “Avaliação regional da economia circular: caso dos municípios portugueses” descreve também a importância das políticas públicas na mesma, trazendo exemplos de casos e a importância dos indicadores.

No relatório de estágio intitulado “Estudo comparativo dos indicadores existentes de economia circular com perspectivas à criação de uma ferramenta de monitorização aplicada à realidade nacional portuguesa”, apresenta as noções fundamentais sobre economia circular, bem como, conceitos e definições, suas dimensões. Também mostra os indicadores de economia circular, trazendo exemplos e diferentes tipos e suas diferenças entre os países.

Já a dissertação “Economia circular e SDG em relatórios de sustentabilidade” traz a economia circular principalmente na sua introdução e revisão da literatura, apresenta seus conceitos e definições e como identificar as práticas de economia circular em relatórios de sustentabilidade.

A dissertação de mestrado “Desafios, benefícios e o impacto na performance na implementação dos princípios da economia circular: casos de boas práticas nas pequenas e médias empresas portuguesas”, discorre no capítulo de revisão da literatura sobre economia circular abordando a sua evolução, conceitos, princípios, desafios, benefícios e boas práticas.

Como apresentado nos textos anteriores referindo-se ao portfólio bibliográfico, este foi produzido com o propósito central de esclarecer dúvidas sobre o tema da economia circular, com o objetivo de proporcionar ao autor um conhecimento inicial sobre o tema.

4 Conclusões

Foi constatado que o tópico de economia circular apresenta uma presença limitada nas publicações portuguesas, havendo ainda uma prevalência de determinadas regiões quando tais trabalhos são disponibilizados. Adicionalmente, a literatura especializada evidencia a necessidade de se promover uma reflexão mais ampla acerca da subavaliação da economia circular.

É possível observar que nesta base de dados, identifica-se uma “falta de interesse” por parte dos académicos. Isso pode estar associado ao fato de o tema ser relativamente mais recente, tendo, portanto, uma base teórica menos consolidada. Outro fator seria a interconexão de temas dentro da economia circular, ligando várias áreas como economia, engenharia, ecologia e políticas públicas, caracterizando assim a sua complexidade prática de implementação.

Nesse sentido, é recomendável que se intensifiquem estudos sobre a temática, mediante a avaliação prospectiva de outros tipos de documentos em bases científicas diversas, sob uma abordagem sistemática e criteriosa.

Agradecimento

Os autores deste trabalho agradecem ao Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) pelo incentivo a pesquisa.

Referências

- Boulding, K. E. (1966). The economics of knowledge and the knowledge of economics. *The American Economic Review*, 56(1/2), 1-13.
- Carmo, I. P. F. D. (2018). *Introdução de conceitos de circularidade em sistemas de gestão ambiental*. Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- De Almeida, C. G. (2020). *Estudo comparativo dos indicadores existentes de Economia Circular com perspetivas à criação de uma ferramenta de monitorização aplicada à realidade nacional portuguesa*. Relatório de estágio, Universidade de Porto, Porto, Portugal.
- Dos Reis, N. G. (2021). *Desafios, Benefícios e o impacto na Performance na implementação dos princípios da Economia Circular-Casos de boas práticas nas Pequenas e Médias Empresas Portuguesas*. Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, Portugal.
- Ghisellini, P., Cialani, C., & Ulgiati, S. (2016). A review on circular economy: the expected transition to a balanced interplay of environmental and economic systems. *Journal of Cleaner production*, 114, 11-32.
- Henriques, G. O. L. (2022). *Economia circular e SDG em relatórios de sustentabilidade*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Korhonen, J., Honkasalo, A., & Seppälä, J. (2018). Circular economy: the concept and its limitations. *Ecological economics*, 143, 37-46.
- MacArthur, E. (2014). Foundation, Towards the circular economy: Accelerating the scale-up across global supply chains. In *World Economic Forum*.
- Okubo, Y. (1997). *Bibliometric indicators and analysis of research systems: methods and examples*. Paris, OECD Science, Technology and Industry Working Papers, No.
- Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal. (2017). *Conselho de Ministros, Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017 (pp. 54-73)*. Lisboa, Diário da República.
- Silva, R. F. G. P. D. (2019). *Avaliação regional da economia circular: caso dos municípios portugueses*. Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

Análise comparativa de política de gestão de resíduos urbanos: o caso do Brasil e Portugal

Comparative analysis of municipal waste management policy: the case of Brazil and Portugal

Veronica Fiorese de Lima¹, Christian Luiz da Silva², Sónia P. Nogueira³[0000-0002-8675-6102]
veronica.flima@hotmail.com, christiansilva@utfpr.edu.br, sonia@ipb.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança, Portugal; Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil.

²Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil.

³Instituto Politécnico de Bragança, Centro de Investigação em Ciência Política, Portugal.

Resumo. A política e gestão de resíduos urbanos, em que pese seja tema recorrente, os municípios, principalmente, os de pequeno porte não têm conseguido cumprir as metas e diretrizes dispostas. Tal constatação pode ser verificada inclusive em países e regiões diferentes, como Brasil e Portugal. No caso do Brasil, por meio da postergação de prazo para extinção de lixões, e Portugal distante das metas apresentadas pela União Europeia. O Paraná tem despendido esforços na elaboração de políticas públicas voltadas ao tratamento de resíduos sólidos. Contudo, em 2019, o Ministério Público do Paraná realizou a Operação Percola na região noroeste do Estado (56 municípios), em que mais de 90% das localidades estariam irregulares. Por sua vez, tem-se o cenário português, que apesar de, na década de 90, por meio do seu Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU) I, obter êxito em extinguir suas lixeiras, fomentado modelos de gestão associativo, vem apresentando, nos últimos anos, dificuldade no cumprimento de suas metas traçadas no PERSU 2020+. Assim, esta pesquisa objetiva analisar a efetividade das políticas públicas de resíduos sólidos, em municípios de pequeno porte, a partir de uma análise comparativa de duas regiões. Aliado ao estudo de caso comparativo, a pesquisa adota uma revisão bibliográfica, normativa e documental, somada a observação participante. Concluiu-se que no Paraná não houve mudança de cenário com a política estadual, enquanto Portugal apresentou na aplicação dos PERSU I e II efetivo progresso, sendo que o PERSU 2020+ demonstra uma evolução mais lenta ou quase nula.

Palavras-Chave: Política pública, Estudo comparado, Programas de governo, Gestão de resíduos sólidos. Municípios pequenos porte.

Abstract. Urban waste policy and management, despite being a recurring theme, municipalities, especially small ones, have not been able to meet the goals and guidelines set forth. This finding can be verified even in different countries and regions, such as Brazil and Portugal. In the case of Brazil, through the postponement of the deadline for the extinction of landfills, and Portugal far from the goals presented by the European Union. Paraná has spent efforts in the elaboration of public policies aimed at the treatment of solid waste. However, in 2019, the Public Ministry of Paraná carried out Operation Percola in the northwest region of the State (56 municipalities), where more than 90% of the locations would be irregular. In turn, there is the Portuguese scenario, which, despite the fact that, in the 1990s, it was successful in extinguishing its dumps, fostering models of associative management, has been presenting, in recent years, difficulty in complying with of its goals outlined in the strategic plan for urban waste – PERSU 2020+. Thus, this research aims to analyze the effectiveness of public solid waste policies in small municipalities, based on a comparative analysis of two regions. Allied to the comparative case study, the research adopts a bibliographical, normative and documental review, added to participant observation. It was concluded that in Paraná there

was no change of scenery with the state policy, while Portugal presented in its 2 PERSU's effective progress, and the next two showed a slower evolution or null.

Keywords: Public policy analysis, Comparative study, Solid Waste management, small towns.

1 Introdução

As políticas públicas são segmentadas em diversos setores, como educação, saúde, meio ambiente. A política pública se dá por meio de ações afirmativas, pois diante de uma gama de demandas que a administração pública detém, é por meio de ações, que se verifica a política pública, de fato, acontecendo (Dye, 2013).

Este processo passa por:

- a) Identificação do problema: ganha projeção por grupos sociais, mídia ou atores políticos;
- b) Definição da agenda: se o tema é parte da política atual, avaliação dos custos e benefícios, bem como dos objetivos prioritários;
- c) Formulação de políticas públicas: define como a proposta de alternativas dentro do aparelho burocrático, baseada na ideologia do representante. As melhores são escolhidas em dois momentos: a decisão e a organização dos planos.

A partir desta contextualização, foi pesquisado as políticas públicas para resíduos sólidos, aos municípios de pequeno porte, que são os cenários mais desafiadores. Verifica-se a implementação de ações governamentais direcionada à política de resíduos urbanos, no Paraná, Brasil, porém não se traduzem em avanços e melhorias na gestão. Enquanto o cenário português, com novas metas nos planos estratégicos de resíduos urbanos e objetivos mais ambiciosos, por parte da União Europeia, o país não tem conseguido atingir seus índices e determinações de seus planos estratégicos.

Dentro deste escopo, classifica-se a pesquisa como um estudo de caso comparado, sendo uma investigação analítica e descritiva, de natureza quantitativa e qualitativa. Esta pesquisa é do tipo bibliográfica, documental e normativa (Gil, 2009; Oliveira & Passador, 2019). No que se refere à coleta de dados, que são mistos, relatórios anuais de resíduos urbanos, planos de resíduos urbanos, Lei Federal n.º 12.305/2010, Lei do estado do Paraná n.º 21.607/2021, para o caso do Brasil, e , o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto e o Decreto-Lei n.º 102-D/2020 para Portugal.

Deste modo, será verificado se os programas e políticas públicas de resíduos sólidos destinados aos municípios de pequeno porte são aptos a auxiliar os cenários avaliados no cumprimento das metas de seus respectivos planos de resíduos.

2 Cenários em avaliação: Brasil e Portugal

Em ambos os cenários, os municípios são os que detêm a atribuição legal pela gestão de seus resíduos sólidos. Entretanto, este fator não impede que haja delegação ou concessão deste serviço. Além disso, no que tange ao modelo de gestão, os municípios são incentivados a realizar sua gestão de modo associativo, como já ocorre em Portugal, e no Brasil, e no Paraná este modelo é incentivado. Outra característica, comum aos dois cenários, é a predominância de municípios de até 5 mil habitantes, estão localizados no interior e detêm produção similar de resíduos.

Analisando outras premissas dos cenários, para avaliação de cada um, por meio de seus programas e planos, tem-se que Portugal iniciou seus planos estratégicos para resíduos sólidos, a partir da década de 90, ao passo que no cenário brasileiro, a política de resíduos passou a existir em 2010, e seu plano regional em 2018.

A partir deste contexto, foram analisados alguns aspectos dos planos, como no caso: modelo de gestão, disposição final (adequação e taxa de aterramento), e índice de reciclagem na recolha seletiva, apontando os programas existentes implementados e verificando eventual progressão ou cumprimento das metas contidas nos respectivos planos.

2.1 Entidade intermunicipal em Portugal: Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, S.A.

A empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste S.A. foi criada em 2002, a partir da junção de 3 associações de municípios, totalizando 13 municípios, sendo que apenas 2 municípios têm mais de 10 mil habitantes. A constituição desta entidade, que recebeu, por delegação dos municípios, a atribuição de gestão dos resíduos sólidos urbanos é denominada de Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), passando a ter diversas atribuições e responsabilidades perante os planos estratégicos de resíduos sólidos urbanos.

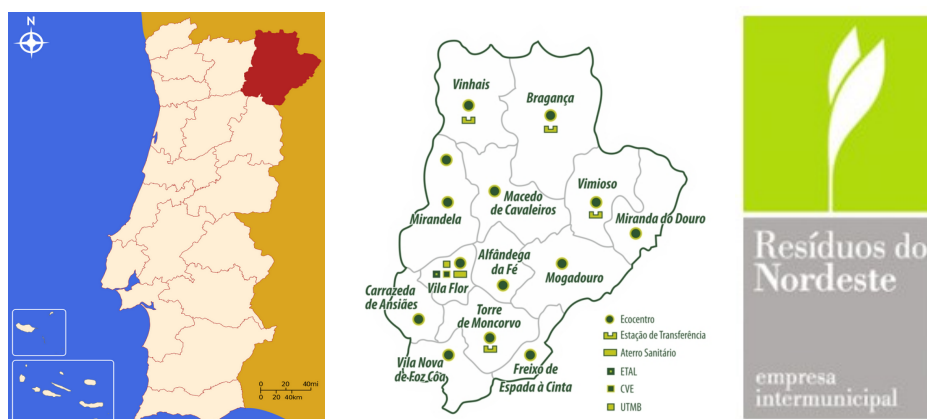


Figura 1: Localização da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste S.A. e sua identificação.

Fonte: https://www.ine.pt/xportal/ain?xpgid=ine_main&xpid=INE e <https://www.residuosdonordeste.pt>.

A criação desta entidade se deu através do primeiro PERSU, em que visando estruturar o setor e encerrar as lixeiras, Portugal condicionou o envio de recursos através de contratos de programas para os municípios ou associações municípios que se associassem para promoção de gestão regionalizada de resíduos, o que ocorreu em 2002, com encerramento de lixeiras e construção de unidades de transferências. Na sequência, com o PERSU II, a estação de tratamento de águas lixivantes e a centralização de um único aterro sanitário em funcionamento, além da implementação da recolha seletiva na região da EIM RN S/A.

Os PERSU 2020 e 2020+ buscaram aperfeiçoar os índices de reutilização e reciclagem e redução da taxa de aterramento. Para tanto, foi implementado, em 2013, uma Unidade de Triagem Mecânica e Biológico, que auxiliou significativamente os índices de reciclagem e aterramento. Contudo, a partir de 2017, notou-se que a população regional passou a reduzir, porém a taxa de aterramento aumentou e os percentuais de reciclagem passaram a oscilar. Por fim, tem-se que em 2021, foi instalado uma Unidade de Triagem de Recolha Seletiva, em que não foi possível mensurar seu desempenho, pois, por conta da pandemia sua operação passou a ocorrer no segundo semestre de 2022.



Figura 2: Linha do tempo da criação da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste S.A. e sua identificação.

Fonte: <https://www.residuosdonordeste.pt>.

Os programas existentes, durante os planos estratégicos de resíduos sólidos urbanos, se deram por meio de contratos-programas e Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), enquanto o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) possibilitou a execução de projetos obras no PERSU 2020 e 2020+. O PERSU2030 não foi alvo desta pesquisa, por ter sido aprovado (março/2023) em momento posterior desta pesquisa.

Tabela 1: Planos e programas existentes e suas implementações.

Plano/Programa	Cenário	O que foi idealizado?	O que foi feito
PERSU I/POVT	Falta de estrutura	Encerramento de lixões e regionalização para estruturação de um aterro sanitário	Encerramento do lixão e construção do aterro sanitário em Vila Flor e tratamento de chorume
PERSU II/POVT	Índices tímidos de reciclagem e taxa de aterramento expressiva		Construção da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico
PERSU 2020+/POSEUR	Necessidade de aperfeiçoamento dos índices de reciclagem, taxa de aterramento e tratamento específico para o bioresíduo		- Construção da Unidade de Triagem de embalagens oriunda da coleta seletiva - Adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico
PERSU 2030	Aperfeiçoar as taxas de reciclagem, reduzir a taxa de aterramento e separação do orgânico do rejeito.		

Fonte: Elaboração própria.

O POVT foi criado com o objetivo de financiar projetos que contribuam para a valorização do território português. Na área de resíduos sólidos, o programa financia projetos que visam a prevenção, a gestão e o tratamento de resíduos, incluindo a modernização dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos e a melhoria da gestão de resíduos em áreas de risco ambiental. Neste período, foram financiados projetos de construção e modernização de infraestrutura de tratamento e valorização de resíduos, como a instalação de ecocentros, aquisição de equipamentos de coleta seletiva, construção de centros de triagem, entre outros.

O POSEUR foi lançado, em Portugal, em 2014, com o objetivo de financiar projetos que promovam a sustentabilidade, a eficiência e efetividade no uso de recursos (estes últimos dois critérios foram uma das novidades do programa). Na área de resíduos sólidos, o programa visa à promoção da prevenção, da reciclagem e do tratamento de resíduos, bem como a gestão das unidades de tratamento e ações de sensibilização ambiental.

Tabela 2: Indicadores da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste S.A. e sua identificação.

Indicadores/anos	2012	2013	2014*	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
População (mil)	140.440	139.454	x	135.808	134.021	132.584	131.571	131.571	x	128.796
Produção de resíduos urbanos (ton)	57.802	54.337	57.657	56.856	56.551	56.884	59.157	60.796	x	61.774
Disposição final aterro	92%	54%	x	52%	53%	62%	65%	63%	64%	64,15%
Reutilização e reciclagem	8%	11,0%**	x	14%	11,6%	10%	8%	9,4%	10,7%	11,80%

Nota: x – sem dados; *os dados referentes a 2014 não foram preenchidos completamente no relatório, **o aumento de 37% em relação ao ano anterior, correspondeu em aumento real de mais de 3%.

Fonte: Elaboração própria.

A tabela seguinte ilustra as metas traçadas no PERSU, para os anos 2025, 2030 e 2035.

Tabela 3: Metas definidas nos PERSU.

Indicador	Unidade	Situação	Meta a alcançar		
		2021	2025	2030	2035
		32% Portugal	55%	60%	65%

Preparação para reutilização e reciclagem	% de RU recicláveis	12% EIM Resíduos do Nordeste			
Deposição em aterro	% de RU depositados em aterro	53% Portugal 64% EIM Resíduos do Nordeste	-	-	10%

Fonte: Elaboração própria.

Deste modo, foi possível verificar que os programas e políticas públicas implementadas no cenário português avaliado, durante os PERSU I e II auxiliaram, de modo efetivo, no alcance das diretrizes e metas traçadas. Contudo, a partir de 2017, os dados coletados e apresentados demonstraram que as implementações realizadas, por meio do POSEUR, não tiveram impacto expressivo nos índices, o que sinaliza que as políticas e programas direcionados às autarquias locais e SGRU não sejam suficientes ou, ainda, que seja redistribuído as responsabilidades do setor, inserindo outros atores que possam auxiliar a economia circular do setor.

2.2 Entidade Intermunicipal no Brasil-Paraná: Consórcio CICA

O consórcio intermunicipal Caiuá Ambiental (Figura 3) foi constituído em 2012, a partir da junção de municípios do noroeste do Paraná para realização de múltiplas finalidades, dentre elas, principalmente a unificação e regionalização de seus resíduos sólidos. Apenas 3 dos municípios desta entidade intermunicipal possuem mais de 10 mil habitantes. Atualmente, a entidade intermunicipal detém 18 municípios e faz parte da região que foi alvo da Operação Percola, realizada em mais de 50 municípios, que fiscalizou a gestão de resíduos, sendo que todos apresentaram algum tipo de irregularidade, sendo o fator recursal a maior dificuldade registrada entre os gestores municipais para o cumprimento da lei e da política nacional de resíduos sólidos.

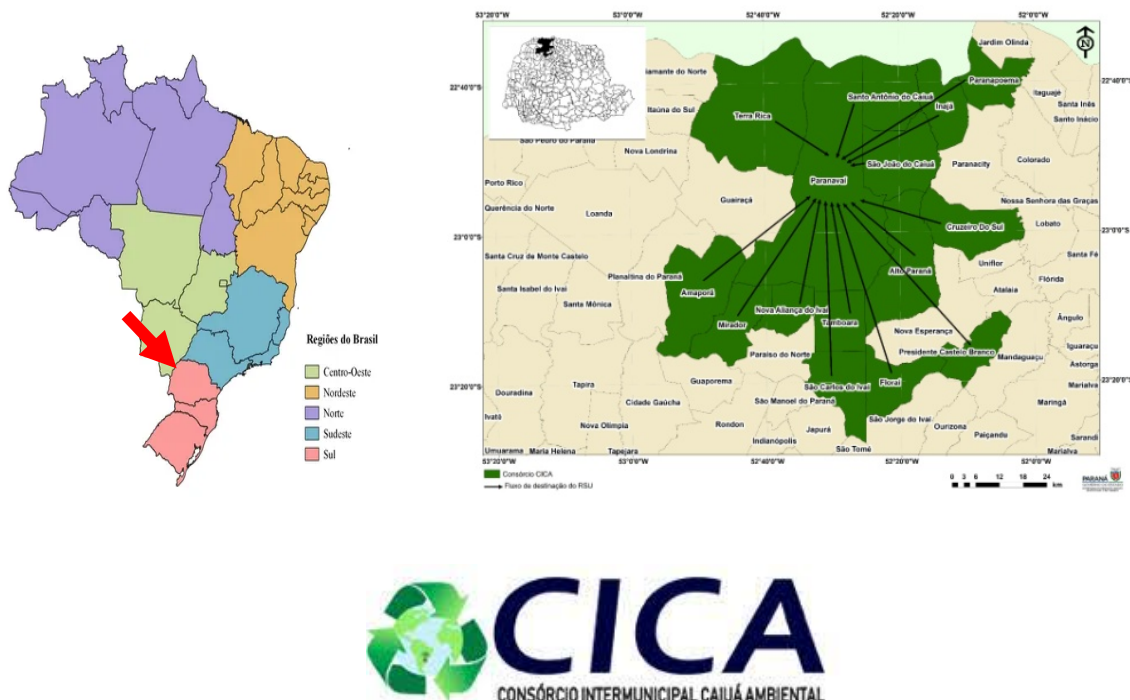


Figura 3: Localização da entidade intermunicipal avaliada no Paraná e sua identificação.

Fonte: <https://www.consorciocica.com.br>.

A tabela 4 identifica os municípios que compõem o CICA.

Tabela 4: Municípios que compõem a entidade intermunicipal Caiuá.

Municípios que compõem o CICA
1. Alto Paraná, 2. Amaporã, 3. Cruzeiro do Sul, 4. Florai, 5. Inajá, 6. Mirador, 7. Nova Aliança do Ivaí, 8. Paranapoema, 9. Paranaíba, 10. Presidente Castelo Branco, 11. Santo Antônio do Caiuá, 12. São Carlos do Ivaí, 13. São João do Caiuá, 14. Tamboara, 15. Terra Rica, 16. Jardim Olinda 17. Santa Inês 18. Uniflor

Fonte: Elaboração própria.

O estado do Paraná havia formulado, em 2018, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), com vigência de 20 anos, com revisão a cada 4 anos, que traçou um diagnóstico com objetivos e metas, a fim de aperfeiçoar o setor encerrando lixeiras, melhorando a reciclagem e a disposição final adequada. As metas foram divididas em curto, médio e longo prazo.

Tabela 5: Metas e indicadores do PERS.

META	INDICADOR	Prazo imediato (2018/2020)	Prazo curto (2021/2023)
Tem 100% dos municípios dispondo de RSU adequadamente	% de municípios com disposição adequada	100%	100%
Ter 60% dos municípios do Estado integrando consórcios para disposição final de RSU	% de municípios dispondo RSU por meio de consórcio intermunicipal	12%	20%
Universalizar o atendimento com coleta regular de resíduos sólidos domiciliares	% de municípios com atendimento de 100% da população total com coleta seletiva recicláveis	15%	30%

Fonte: Elaboração própria.

O consórcio CICA formulou, em 2020, um plano com várias metas voltadas ao aperfeiçoamento da gestão e tratamento de resíduos sólidos. Para alcançar este objetivo, o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS), apresentou metas de prazo imediato, curto, médio e longo prazo.

Para esta pesquisa foram utilizadas as metas de prazo imediato no PIGIRS, e metas de curto prazo no PERS, pois ambas se encerram em 2023. Os indicadores e metas analisados foram: encerramento de lixeiras, regionalização da gestão e a reciclagem (Tabela 6).

Tabela 6: Metas e indicadores do PIGIRS.

CENÁRIO ATUAL	META	INDICADOR	Prazo imediato (2021/2023)
93% dos municípios possuem destinação consorciada de RSU	Ter 100% municípios com destinação consorciada de RSU	% de municípios com destinação consorciada de RSU	100%
Existência de 2 lixões em Terra Rica	Ter 100% dos municípios dispondo resíduos sólidos urbanos adequadamente	% dos municípios dispondo resíduos sólidos urbanos adequadamente	100%
A composição dos resíduos dispostos no aterro de Paranaíba é de 52% de resíduos orgânicos e 25% de recicláveis. Não há integração de nenhum aspecto da gestão municipal de resíduos sólidos entre os consorciados.	Reduzir em 20% a quantidade de resíduos sólidos urbanos destinada em aterro sanitário	% de resíduos sólidos urbanos dispostos para aterro sanitário com base no ano anterior	0%
Não há uma sistematização de coleta de dados sobre a eficiência da coleta seletiva	Atingir 25% de recicláveis coletados em relação ao total de resíduos coletados nos municípios	% de resíduos recicláveis coletados em relação ao total de resíduos coletados	10%

Inajá não possui coleta seletiva. Amaporã, Florai, Paranaíba, Presidente Castelo Branco, e Tamboara não realizam coleta seletiva na área rural e os demais realizam parcialmente	Ter 100% dos municípios com coleta seletiva de recicláveis em todo o seu território	% de municípios com atendimento de 100% da população total com coleta seletiva de recicláveis	80%

Fonte: Elaboração própria.

Assim, constata-se os seguintes objetivos:

- Meta do PERS: ter disposição final adequada no estado até 2023 e 60% do estado com gestão consorciada/regionalizada até 2038;

- Meta do PIGIRS até 2023: encerrar integralmente as lixeiras (100%), regionalizar a gestão de RSU em Paranaíba (100%), implementação de coleta seletiva em municípios faltantes (80%) e obtenção de dados sistematizados da reciclagem (10%)

No que se refere a estas metas e os programas idealizados, foi possível verificar que desde o surgimento do PERS, o governo do estado do Paraná passou a apresentar o Projeto Consórcios Regionais e o Programa Patrulha Ambiental (Paraná Sem lixões e Reciclo Mais).

No primeiro caso, o “Projeto Consórcios Regionais” visa a auxiliar os municípios, por meio do suporte técnico e jurídico aos municípios, principalmente os de pequeno porte, que apresentavam carência de corpo técnico. Além disso, o projeto visava incentivar e conscientizar os municípios da importância da gestão associada, bem como priorizar recursos, quando possível, aos consórcios intermunicipais, de acordo com as leis federais e estaduais do local (Lei Federal 12.305/2010 e Lei Estadual 20.607/2021).

No cenário avaliado, verificou-se atendimento ao local informando os municípios dos benefícios da gestão regionalizada, bem como atendimento do corpo técnico estadual, para auxiliar nos encaminhamentos de uma gestão regionalizada e salientar a prioridade na obtenção de recursos.

Já no segundo caso, a Patrulha Ambiental⁷⁰ é uma iniciativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (Sedest) e Instituto Água e Terra (IAT) que realiza a entrega de equipamentos/recursos para auxiliar os municípios na gestão de resíduos sólidos, por meio de convênios firmados. O estado do Paraná promove a tratativa com o município, condicionando uma contrapartida financeira dos mesmos de 5% em ações de educação ambiental. A prioridade é destinada aos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo. Este programa encaminhou 23 equipamentos aos municípios consorciados. Entretanto, os respectivos programas não possibilitaram a candidatura de entidades intermunicipais, como o consórcio.

Após os programas e projetos implementados na região avaliada, foi possível verificar que não houve inclusão no rol de entidades aptas do consórcio intermunicipal, para recebimento de equipamentos. No que se refere à reciclagem e coleta seletiva, o programa de concessão de equipamentos foi viabilizado, apenas para os municípios, não sendo, por isso, possível constatar um desenvolvimento ou progresso nos índices, apresentados pelo PERS e PIGIRS, devido à ausência de dados, exceto a implementação da coleta seletiva no município de Inajá. Por fim, em relação à destinação final adequada não houve mudanças no cenário, como a centralização da gestão e tratamento para Paranaíba, sob direção do consórcio. Não houve também o encerramento do lixão (Terra Rica), sendo que o mesmo se encontra em processo de encerramento.

3 Análise comparativa

Após algumas diferenças já identificadas e abordadas, ciente das particularidades de cada cenário avaliado e do momento distinto que se encontram, foi possível tecer algumas considerações e comparações:

Fontes de custeio permanentes: Em Portugal, os programas e projetos de gestão de resíduos sólidos urbanos são financiados, predominantemente, por meio de fundos nacionais e europeus, além de taxas e tarifas cobradas aos usuários do serviço. No Brasil, os municípios também são responsáveis por implementar cobrança à gestão de resíduos sólidos, mas a cobrança ainda não é algo integralmente implementado.

O fator recursal tem se apresentado como um forte indicador de impedimento para o cumprimento de metas no cenário brasileiro (consórcio CICA), é a existência de tarifa sustentável cobrada aos

⁷⁰ Instituto Água e Terra. Municípios do Paraná recebem mais 208 caminhões do projeto Patrulha Ambiental. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Noticia/Municipios-do-Parana-recebem-mais-208-caminhoes-do-projeto-Patrulha-Ambiental..>

municípios, que garante a manutenção e custos básicos. O Consórcio CICA, no Paraná, detém alguns municípios com tarifação e custeio para o serviço de resíduos, mas nenhum possui uma taxação sustentável e suficiente⁷¹.

Na empresa intermunicipal de Resíduos do Nordeste, S.A., o índice pode variar entre os utilizadores, conforme a localidade, tendo em vista, que os municípios fornecem subsídios a este valor, implicando em diferenças tarifárias locais. Contudo, outros valores na gestão dos resíduos urbanos se encontram defasados, como por exemplo, o valor de venda de recicláveis, que não apresenta reajuste desde 2017. Além disso, Portugal, a empresa intermunicipal de Resíduos do Nordeste, S.A., possui uma despesa expressiva, que é uma taxa sobre o aterramento de resíduos, que corresponde Taxa de Gestão de Resíduos, e detém um valor alto a empresa intermunicipal, cerca de 650 a 800 mil euros anual, conforme informações⁷² da entrevista em revista do Diretor Presidente da empresa intermunicipal de Resíduos do Nordeste, S.A..

Programas de governo e suporte de projetos governamentais: No que tange à dinâmica de implementação de políticas públicas para cumprimento dos planos e normativas, ao contrário da política pública paranaense, que é pautada mais em suporte técnico, por meio de auxílio do estado aos municípios, e em convênios de equipamentos padronizados, tem-se que Portugal, trabalha predominantemente, a partir de editais de chamamento público para financiamento, por meio de fundos comunitários, de Programas Operacionais Temáticos (POT) e de Programas Operacionais Regionais (POR), que visam promover o desenvolvimento sustentável e a coesão territorial em Portugal.

Esses fundos comunitários são geridos por entidades nacionais, como o Fundo Ambiental, que distribuem recursos financeiros para os municípios e sistemas de gestão de resíduos urbanos, de acordo com critérios pré-definidos. Os programas basicamente existentes, desde 2007, em Portugal, são o POVT (vigorou até 2013) e, na sequência, o POSEUR. As candidaturas aos programas são avaliadas com base em critérios específicos, como a relevância para os objetivos do programa, a viabilidade técnica e financeira do projeto, inovação e replicabilidade, participação e envolvimento das partes interessadas, contribuição para a criação de emprego e crescimento econômico e o potencial impacto ambiental e social.

Já no cenário do Paraná, mais especificamente, no CICA, vários municípios receberam equipamentos para funcionalidades diversas na gestão e tratamento de resíduos. Tais convênios foram firmados, dando prioridade, tanto ao Programa Patrulha Ambiental, como o Reciclo Mais, aos municípios com IDH mais baixo, tendo como contrapartida o desenvolvimento de atividades municipais voltadas à educação ambiental, de pelo menos 5% do valor do convênio. Para os casos de equipamentos voltados às associações de catadores, tem-se a solicitação de Barracão de Reciclagem/Triagem.

Apesar da iniciativa de estímulo aos municípios, principalmente os de pequeno porte, não houve a possibilidade de candidatura destes convênios aos consórcios públicos. Consta-se que, em que pese haja um projeto voltado ao estímulo à regionalização e à legislação, tanto federal quanto estadual, afirmando a priorização de recursos para entidades municipais associadas (consórcios públicos), não foi possível perceber este movimento no Programa Patrulha Ambiental e Reciclo Mais, nos convênios firmados nos últimos 4 anos, uma vez que as associações ou consórcio de municípios não podiam se habilitar para recebimento de equipamentos.

Tabela 7: Tabela síntese dos cenários comparados.

	Responsabilidade pela gestão	Fontes de custeio permanentes	Contexto legal e histórico dos locais	Programas de governo e suporte governamental
EIM RN (PT)	- Municípios (autarquias locais) - Delegação aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (compostos pelas autarquias,	- Cobrança pelo serviço de RSU. - Cobrança pelo aterro sanitário	- Portugal iniciou sua movimentação e articulação na política de resíduos, da década de 90, condicionando envio de recursos a gestão associada;	- Editais de chamamento público, para projetos, estudos e obras, subsidiado por fundos comunitários.

⁷¹ Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, PIGIRS, volume 4, 2020.

⁷² Resíduos do Nordeste. (s.d.). Notícias. Acedido em 01-julho-2023. Disponível em: <https://www.residuosdonordeste.pt/noticias/223>

	associações e governo central)		- Planos Estratégicos para Resíduos Urbanos foram elaborados (média de 06 a 09 anos), apresentando metas e editais de chamamento público foram formulados; - EIM RN S/A surgiu em 2002.	
CICA (BR)	- Municípios - Presença de consórcios públicos para execução do serviço	- Cobrança pelo serviço de RSU, mas não em todos os municípios. Nenhuma tarifa apresenta valor sustentável.	- Brasil lança sua política específica para resíduos em 2010; - O PR apresentou seu plano em 2018, a região avaliada 2020; - Programas de recursos para municípios, sem inclusão de consórcios. Predomínio de equipamentos padronizados. Projetos de governo que fomentam consórcios, mas não o priorizam financeiramente;	Não há regularidade em programas. Apresenta maior incidência em um atendimento padronizado.

Fonte: Elaboração própria.

Constata-se ainda que a dinâmica de editais de chamamento público, apesar de ser possível e existente no Brasil e no Paraná, ainda é algo que progride lentamente. No caso do Paraná, esta dinâmica ainda não é percebida, pelo menos desde a existência do plano estadual ou intermunicipais de resíduos, que já vem recomendando ações neste sentido.

Além disso, verifica-se que os últimos editais, registrados pelo governo federal na temática de resíduos, muitas vezes não atendem a realidade regional, e até mesmo nacional, ao dispor requisitos de difícil cumprimento, como é o caso, do último edital de chamamento⁷³ federal de parceiras público privada para resíduos sólidos, que exigia um público-alvo superior a 200 mil habitantes, o que inibe muitas candidaturas, como por exemplo, do cenário avaliado no consórcio CICA, que apesar de ser o maior consórcio⁷⁴ da região de Paranaíba totalizando 18 municípios, por exemplo, sua população não ultrapassa mais que 173 mil habitantes, impedindo sua participação (os outros consórcio da região noroeste não ultrapassam 100 mil habitantes).

4 Conclusões

No cenário CICA, em que pese a concessão de equipamentos tenha sido viabilizada, apenas para os municípios, não foi possível constatar um desenvolvimento ou progresso nos índices, apresentados pelo PERS e PIGIRS, nos municípios da região, para reciclagem, devido à ausência de dados, exceto a implementação da coleta seletiva no município de Inajá, mas que assim como os outros municípios, não se tem dados específicos e detalhados acerca da reciclagem e coleta seletiva desde a edição do PIGIRS. Para a destinação final adequada, verificou-se que não houve mudanças no cenário, como a centralização da gestão e tratamento em único local, sob direção do consórcio, e o encerramento de lixão, que foi o caso do município de Terra Rica, que ainda se encontra em processo de encerramento.

Desta forma, a partir dos dados coletados, é possível afirmar que os projetos e programas de governo estadual, no Paraná, poderiam contemplar como beneficiário (requerente) a figura do ente consorciado, bem como disponibilizar acesso a recursos, conforme os próprios planos recomendam. Até porque, o

⁷³ Ministério da Economia. (s.d.). Caixa divulga edital. <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/seppi/noticias-1/caixa-divulga-credenciamento-para-contratacao-de-empresas-para-estruturacao-de-ppps-de-residuos-solidos-urbanos-apoiadas-pelo-fep-1>

⁷⁴ Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), 2018.

próprio estado possui um projeto voltado para associação de municípios e criação de consórcios, a fim de aperfeiçoar os modelos de gestão. Esta decisão de não incluir consórcios públicos na possibilidade de captação de recursos, acaba por desincentivar e desestimular outra política pública (projetos “consórcios regionais”), que o próprio governo organizou e fomentou.

Tal acréscimo de aptidão para candidatura não demanda complexidade e muitas diligências. E quanto à presença de um edital de chamamento público, seja para municípios, seja consórcios (com prioridade de acesso), isto possibilitaria o subsídio de projetos que estariam mais de acordo com a realidade local, já que nesta pesquisa ficou demonstrado a dificuldade dos municípios de pequeno porte em manter ou até mesmo custear estruturas de gestão adequada para o setor de resíduos.

Em relação a Portugal, as políticas públicas apresentadas, nos PERSU I e II, se mostraram efetivas no desenvolvimento substancial de seus índices analisados, aterramento e reciclagem. No que se refere aos PERSU, 2020 e 2020+, não houve uma progressão expressiva a partir de 2014, apresentando oscilações tímidas de seus percentuais. Além disso, um fator que chamou a atenção é que, a partir de 2017, a população da região passou a diminuir, entretanto, a produção de resíduos urbanos aumentou cerca de 8% até 2021, e o índice de aterramento também foi majorado em percentual similar.

Por fim, em Portugal, entende-se necessário uma ampliação de responsabilidade e atribuições na política de gestão de resíduos urbanos, a fim de promover uma dinâmica em que mais atores estejam envolvidos, no cumprimento e aperfeiçoamento das metas previstas nos PERSU. No cenário da empresa intermunicipal de Resíduos do Nordeste, S.A., verifica-se que por mais que haja a possibilidade de candidatura de entidades diversas, este processo não tem se apresentado suficiente nos últimos anos, como se mostrou anteriormente, o que demanda um olhar distinto para a criação e modelagem de novos padrões de gestão e responsabilidade, não apenas na região nordeste do país, por meio da empresa intermunicipal avaliada, mas até mesmo, no país como um todo.

Referências

- Agência Portuguesa de Ambiente. (s.d.). Agência Portuguesa de Ambiente. Acedido em 01-julho-2021. Disponível em: <https://apambiente.pt/>
- Consórcio Intermunicipal Ambiental Caiuá. (s.d.). PIGIRS, 2020 (Volume 04). Acedido em 02-agosto-2022. Disponível em: https://www.consorcioica.com.br/noticiasView/1316_PIGIRS-CICA.html
- Consórcio Intermunicipal Ambiental Caiuá. (s.d.). Consórcio Intermunicipal Ambiental Caiuá. Acedido em 15-maio-2022. Disponível em: <https://www.consorcioica.com.br/>
- Conexão Ambiental. (s.d.). Conexão Ambiental. Acedido em 30-abril-2021. Disponível em: <http://www.conexaoambiental.pr.gov.br/Pagina/Consorteios-regionais>
- Dye, T. R. (2013). *Understanding public policy*. 15th ed. Pearson. Florida State University.
- Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste S.A. (s.d.). Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste S.A. Acedido em 12-julho-2022. Disponível em: <https://www.residuosdonordeste.pt/noticias/223>
- GIL, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Instituto Água e Terra (s.d.). Municípios do Paraná recebem mais 208 caminhões do projeto Patrulha Ambiental. Acedido em 10-junho-2021. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Noticia/Municipios-do-Parana-recebem-mais-208-caminhoes-do-projeto-Patrulha-Ambiental>
- Ministério da Economia (s.d.). Caixa divulga edital para contratação de empresas para estruturação de PPPs de Resíduos Sólidos Urbanos apoiadas pelo FEP. Acedido em 23-novembro-2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/seppi/noticias-1/caixa-divulga-credenciamento-para-contratacao-de-empresas-para-estruturacao-de-ppps-de-residuos-solidos-urbanos-apoiadas-pelo-fep-1>
- Ministério Público do Estado do Paraná (s.d.). Operação Percola resulta na aplicação de R\$ 600 mil em multas. Acedido em 07-março-2022. Disponível em: <https://mppr.mp.br/Noticia/Operacao-Percola-resulta-na-aplicacao-de-R-600-mil-em-multas>
- Oliveira, L. R. de, & Passador, C. S. (2019). *Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas*. Cadernos EBAPE.BR, 17(2), 324–337. Recuperado de <https://periodicos.fgv.br/cadernosebapec/article/view/69657>.
- Plano Estadual de Resíduos Sólidos (2018). Acedido em 20-julho-2021. Disponível em: https://www.sedest.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-06/3_relatorio_trimestral_paranaclima_mai2021_formatado.pdf

Os desafios económicos de S. Tomé e Príncipe na 1ª república portuguesa

The economic challenges of Sao Tome and Principe in the 1st Portuguese Republic

José Pedro Reis

josepedroreis88@gmail.com

Doutorando em Estudos Contemporâneos na Universidade de Coimbra

Resumo. O território de S. Tomé e Príncipe devido às suas limitadas dimensões geográficas, como também pela sua localização é um território com características bastantedistintas que encaminhavam a sua atividade económica para patamares pouco comuns no território colonial. No presente inquérito histórico será esgrimido a situação económica daquele território na referida baliza cronológica que apresentava várias condicionantes ao seu desenvolvimento, nomeadamente na falta de mão de obra, como também outros problemas que serão escrutinados no decorrer desta inquirição.

Palavras-Chave: S. Tomé e Príncipe, Economia, Colonial, 1ª República Portuguesa

Abstract. The territory of Sao Tome and Principe due to its limited geographical dimensions, as well as its location, is a territory with very distinct characteristics that led its economic activity to levels uncommon in the colonial territory. In the present historical enquiry, the economic situation of that territory will be scrutinized in the referred chronological mark that presented several constraints to its development, namely in the lack of manpower, as well as other problems that will be scrutinized in the course of this enquiry.

Keywords: S. Tomé and Príncipe, Economy, Colonial, 1st Portuguese Republic

1 Introdução

O Arquipélago de São Tomé e Príncipe foi pertença do império colonial português até ao final do regime ditatorial em vigor até 25 de Abril de 1974 sendo um território de reduzidas dimensões geográficas que era também ligeiramente deslocado geograficamente das restantes possessões portuguesas, mantendo, todavia, a proximidade com outras províncias coloniais de diferentes países europeus, nomeadamente o: Gabão, Guiné Equatorial, Camarões, entre outros territórios

O referido isolamento geográfico desta posse lusa, com naturalidade poderia ser um entrave ao desenvolvimento daquele território que foi descoberto ainda no século XV pelos navegadores João de Santarém e Pedro Escobar, não descurando que além da condicionante primeiramente referida, poderemos mencionar também a falta de mão de obra naquele território que seria um problema permanente e que será abordado com especial relevância no discorrer deste labor.

A existência territorial no formato de duas ilhas e não a presença de uma massa continua de território é evidentemente um novo elemento a ponderar na lista das condicionantes, principalmente numa época em que não existia a facilidade de informação e comunicação em que os seus habitantes nos periódicos locais debatiam-se por mais e melhores condições de comunicação.

Os possíveis bloqueios ao progresso económico estão apresentados de forma sumária devendo referir que será desenvolvido nas próximas páginas o crescimento do seu tecido económico, percebendo como estas arduidades podem ou não condicionar essa evolução.

Apresentando o tema central deste labor que são os desafios económicos de S. Tomé e Príncipe no decorrer da 1ª República Portuguesa (1910-1926) deve ser aludido que será concretizado após o acesso fundamentalmente a fontes primárias (imprensa, livros editados nesta fase temporal).

Um dos elementos motivacionais para a sua concretização é que este território esteve historiograficamente até há pouco tempo um pouco alheado, hipoteticamente diversos autores não viam

a sua pujança económica e o respetivo dimensão que outros territórios devido à sua magnitude provocavam, menção especial para Angola e Moçambique.

Na obra de autoria de Manuel Ribeiro da Fonseca, intitulada “*A província de S. Thomé e Príncipe e suas dependências ou a salubridade e insalubridade relativa das províncias da Brazil, das colónias de Portugal e de outras nações da Europa*”, baseando-se no testemunho de Carlos Vogel em 1860 que afirmava: “Debaixo de qualquer ponto de vista em que se encarem as colónias portuguesas, o seu estado apresenta-se mais desanimador do que o da metrópole. É imenso o atraso das colónias, podendo dizer-se que a sua vida económica não tem melhoramento algum. A antiga grandeza da Índia deixou por testemunhas apenas suas ruínas” (Ribeiro, p.133).

Apesar de o cenário apresentado que coloca enfoque no global, com certeza que o território São-Tomense não escaparia aquele atraso económico que era instigado fundamentalmente pelas condicionantes referidas previamente.

Não podemos ignorar que apesar dessa procrastinação no desenvolvimento económico existiam igualmente relatórios que colocavam grande visibilidade para as potencialidades económicas do território, como referiu Cadbury, no livro “*Labour in Portuguese West Africa*”: “Não é duvidoso o facto de que, graças à grande fertilidade do solo vulcânico, à barateza da mão de obra, e à energia e empreendimento dos portugueses, S. Thomé é hoje a ilha mais rica que existe no mundo” (Sociedade de Emigração para S. Thomé e Príncipe, 1914, p.15).

O discurso deve ser analisado atentamente, seguramente que tem toques de hipérbole fundamentalmente se refletirmos sobre a asserção de estarmos perante a ilha mais rica existente no mundo, mas, deixa claro que o futuro poderia ser promissor e conseguiria ou até mesmo deveria ser concretizado um corte com as políticas públicas de desinteresse e desleixo.

Na prática e de forma sucinta é notório que poderia e deveria ser concretizado um corte com o passado e projetar um grande futuro.

Perante tudo que tem sido esgrimido nos parágrafos anteriores, torna-se clara o interesse e a pertinência da avaliação da situação económica daquele território na Primeira República, concretizando possivelmente uma análise evolutiva da sua performance económica, especialmente do seu desenvolvimento e até da sua diversidade económica entre outros tópicos que irão surgir com naturalidade conforme o rumo que a investigação for seguindo.

2 As limitações ao desenvolvimento económico do território

Na realização da nota introdutória, um dos pontos fundamentais da sua redação foi explanar as dificuldades que bloqueavam o seu progresso económico que poderia trazer outras complicações em diversas áreas.

O atraso económico é sempre sinónimo de graves problemas sociais, políticos e fundamentalmente de projeção de desenvolvimento no futuro que poderiam condicionar a vivência dos elementos da sua comunidade.

Após essa introdução de forma célere será no presente capítulo debatido de forma objetiva as condicionantes ao desenvolvimento económico deste território, concretamente as suas limitações geográficas, como igualmente a falta de mão de obra, entre outros possíveis entraves ao seu desenvolvimento.

Nos bloqueios à prosperidade económica deve ser mencionado que o acesso aos combustíveis para alimentar as várias roças e as indústrias que estavam a aparecer, principalmente nos anos da década de 1920 e em 1926 estava presente a ideia de pelear contra a utilização das reservas florestais que estavam a escassear, devido ao enorme consumo de lenha e para alterar essa situação a ideia de aproveitar algumas quedas de água para a montagem de uma central hidroelétrica (Indústrias Coloniais de S. Tomé e Príncipe, 1932).

A inquietação com os consumos e fontes de energia é obviamente um sinal de apreensão com o futuro da industrialização daquele território. Até porque esse processo económico só é conseguido com a existência de energia em grande quantidade.

3 As limitações geográficas

Os limites territoriais da possessão portuguesa não eram encarados como um handicap por todos os autores, Manuel Ferreira Ribeiro em 1877 menciona esse seu ponto de vista no estudo profundo que realizou sobre a província de S. Tomé e Príncipe.

O supracitado autor é taxativo, afirmando que era limitado o território, mas, não eram barreiras invencíveis que não deveriam as autoridades ficar prisioneiros daquela situação e por conseguinte cortaras ambições de progresso que eram legítimas. (p.131).

No que respeita às suas dimensões geográficas, importante mencionar que as plantações eram de extensão média entre os 400 a 500 hectares e que estavam no campo de ações de um administrador, sendo que o referido responsável habitava inclusivamente numa dependência da sede da empresa ou até mesmo na fazenda principal (Sociedade de Emigração para S. Thomé e Príncipe, 1914).

A sua organização era claramente limitada devido às arduidades na comunicação que limitava a sua disposição e em consequência disso mesmo igualmente a própria produtividade das roças. Até porque subsistiam labores que forçavam que os elementos se ausentassem das instalações principais por vários dias.

As limitações territoriais condicionavam evidentemente a dimensão das explorações e obstava possivelmente no patamar seguinte a um maior retorno da produção agrícola.

3.1 Falta de mão de obra

O desenvolvimento da sua atividade agrícola era o que as autoridades governativas locais desejavam, o que fez com que a necessidade de mão de obra também sofresse um incremento elevado, mas, a mão de obra teve de ser garantida por outros territórios, nomeadamente em: Angola, Cabo Verde entre outras possessões portuguesas.

Num primeiro momento e de forma óbvia era necessário vencer este obstáculo para conseguir atingir de forma plena os objetivos de progresso.

O governo inglês acabaria por afirmar que se trataria de trabalho escravo que seria obviamente ilegal porque os contratos de trabalho seriam fictícios, não podendo o indivíduo contratado o direito à suspensão do mesmo, como igualmente o regresso ao seu lugar de origem, embora, existisse um pagamento pelo trabalho realizado. Estamos perante alguns sinais evidentes de uma emigração forçada.

A referida migração que instigou esse discurso nefasto pelas autoridades inglesas teve o seu início na governação do Conselheiro Alfredo Augusto Freire d'Andrade que foi Governador Geral de Moçambique entre 1906 a novembro de 1910, sendo substituído nesse cargo por José de Freitas Ribeiro (Anuário da Província de S. Tomé e Príncipe, 1928).

A resolução dos problemas da emigração passaria por uma atuação conjunta das autoridades de diversos países.

O referido arquipélago tinha um benefício natural que favoreceu toda a colonização, principalmente a abundância de cursos de água, sendo comum na cultura popular nesta fase da história ser aludido que existiam tantas ribeiras como os dias do ano (Sociedade de Emigração para S. Thomé e Príncipe, 1914). Apesar de todas as dificuldades mencionadas anteriormente, os recursos naturais não eram um impedimento.

A consolidação da argumentação relativa à inexistência de mão de obra e à necessidade de emigração, era evidente se considerarmos que em 1914 na ilha de S. Tomé a preponderância na população era de grande quantidade de serviços e famílias que representavam no seu total 23 mil homens e perto de 10 mil mulheres, enquanto no reverso da pirâmide social os europeus e equiparados que representavam uma pequena minoria, sendo apenas 1300 os homens e somente 78 mulheres (Sociedade de Emigração para S. Thomé e Príncipe, 1914).

Uma discrepância abismal, onde os não nativos eram uma minoria, embora, isso não impedisse que eles mantivessem a governação do território.

A dinâmica migratória em grande escala não acontecia apenas naquele ano, previamente na Ilhado Príncipe, concretamente dois anos antes, os indígenas serviços eram superiores a 4000 numa população de pouco menos de 5 mil, sendo os indígenas de 550 e os europeus ainda eram em número mais reduzido (Sociedade de Emigração para S. Thomé e Príncipe, 1914).

Na averiguação pela origem da massa humana que migrava para S. Tomé e Príncipe nesta primeira década do século XX é exequível compreender que eram sobretudo indígenas de Cabo Verde, porque as emigrações de Moçambique e Angola, estavam condicionadas devido à doença do sono que grassava naquele território (Sociedade de Emigração para S. Thomé e Príncipe, 1914).

Anteriormente à primeira década do século XX, também se fez recrutamento de elementos oriundos da Guiné, Libéria e atual Benim, mas, seguramente em número reduzido quando comparados com a imigração precedentemente referida. Estamos perante uma atitude desesperada das autoridades em solucionar os seus problemas laborais e também demográficos.

A produção literária da época, tentava nitidamente suprimir a representação de um pensamento de que em S. Tomé e Príncipe persistia trabalho escravo, empregando inclusivamente expressões: "... é efetivamente o que se passa em S. Thomé, não poderá concluir-se que os plantadores da ilha sejam ferozes escravagistas que, de chicote em punho, obrigam os indígenas sob as suas ordens, a trabalhar deshumanamente.... Até, por sua livre vontade, deixam de consumir licores alcoólicos..." (Sociedade de Emigração para S. Thomé e Príncipe, 1914).

O próprio Estado tentou ter um papel ativo na regulamentação da importação e recrutamento de mão de obra, os acontecimentos de 20 de julho de 1912 são provas disso mesmo em que a partir desse dia adotaram um sistema de recrutamento e emigração de serviçais de Angola para aquele território, como faziam para a província de Moçambique e para a Transvaal (antiga região da África do Sul), devendo os pedidos de mão de obra serem concretizados junto de uma Junta de Recrutamento que tinha a principal missão de conseguir o número de trabalhadores que eram solicitados previamente para aquelas funções (Sociedade de Emigração para S. Thomé e Príncipe, 1914).

Assistimos a uma tentativa de centralização no papel de recrutador, um esforço para tentar impedir a imigração clandestina e os abusos dos recrutadores.

O Estado tentava manter o controlo sobre a batuta dos assuntos ligado à emigração, mas, posteriormente no decorrer da década de 1920, ocorreria o bloqueio da emigração para aquele território de mão de obra vinda de Moçambique, porque neste segundo território existia igual falta desse elemento económico e era necessário estancar o quanto antes essa situação. (A Mão D'Obra em S. Tomé, O Modesto, 20.03.1922).

A supramencionada situação acarretava imensa alteração junto dos empresários e até mesmo dos membros das autoridades governativas que afirmavam que era indispensável tomar medidas para contornar ou até mesmo encarar a situação, porque a economia neste território ficava claramente afetada.

Os problemas demográficos e consequentemente falta de matéria prima estavam a alastrar pelo império português como é perceptível pelo parágrafo anterior.

Não tardaria a surgir na imprensa diversos apontamentos relativamente à falta de mão de obra, em que se afirmava de forma perentória que o desenvolvimento económico da província de S. Tomé e Príncipe estava naturalmente e intimamente ligado a Angola e Moçambique. Sendo indispensável que os braços não faltassem no território em escrutínio, sendo que as duas ilhas eram referidas como se pesassem chumbo na balança económica, mas que poderiam se traduzir em valor real e em Portugal ninguém querera que elas ficassem longe desse putativo crescimento (A Falta de Braços, O Modesto, 01.04.1922).

Na prática assistimos a uma tentativa de escalonamento de importância dos territórios coloniais portugueses, em que claramente o território S. Tomense é relegado para segundo plano, quando comparados com Angola e Moçambique.

Considerando as complexidades anunciadas de recrutamento no exterior de mão de obra, deverá ser questionado se essa mão de obra não existia no seu limite territorial, assomando-se as indicações que a população nativa da colónia, por alegado ancestralíssimo não gostava do trabalho agrícola, ao qual só recorre quando não tinha outra opção, todavia, no trabalho industrial destacava-se (Indústrias Coloniais de S. Tomé e Príncipe, 1932).

Relativamente à metrópole deve ser mencionado que até à década de 1889 a maioria da população europeia naquele território era composta por degredados, para nos anos seguintes haver o entendimento que esse tipo de emigração era desfavorável à colonização europeia. O destino dos naturais do continente europeu seria serem pequenos e médios proprietários direcionados para a agricultura de exportação, aprovado o respetivo regulamento que resultaria num grande fracasso (Nascimento, 2000)

Todavia, no final da década imediata, a resistência para a emigração naquele território foi vencida, rumando em grande número os continentais para S. Tomé e Príncipe e inclusivamente criada aimagem de terra de “ricaços” e até mesmo de “nababos” (Nascimento, 2000). Num curto espaço temporal a opinião mudou radicalmente sobre aquele território e de uma enorme resistência num primeiro momento, rapidamente passou a ser vista como a terra das oportunidades.

Contudo, torna-se evidente que a emigração da metrópole não se destinava a ocupar cargos indiferenciados, mas, evidentemente funções de proprietários, logo, não era uma solução ideal.

4 Dinâmicas produtivas

A capacidade produtiva é um dos elementos fundamentais para tentar medir o desenvolvimento e a atividade económica num determinado território.

Numa análise bastante sumária da cobertura noticiosa da imprensa é facilmente perceptível que a atividade económica que se estava a desenvolver naquele território era fundamentalmente relacionada com a agricultura.

O pensamento fundamental que a economia só se podia desenvolver com a agricultura, esteve presente até ao final da Primeira República para nos anos seguintes, concretamente na década de trinta esse pensamento de exclusividade ter sido abandonado, porque estava ciente na mentalidade dos líderes das autoridades que aquele território tinha as conclusões para realizar a industrialização e até com lucros prometedores (Indústrias Coloniais de S. Tomé e Príncipe, 1932).

Relevante antes de tudo analisar estas dinâmicas, esclarecer que existia uma outra condicionante que não surge nos capítulos anteriores, em muito devido à falta de informações relevantes para a concretização de um capítulo próprio, alusão para várias perturbações do clima que resultava em tempo anormalmente seco entre maio e fins de setembro ou até mesmo nos meados de novembro, mas, no norte da ilha começavam muito antes e acabavam muito depois, sendo que em 1918 ocorreu o inverno no sul num primeiro momento, o que prejudicou a atividade agrícola.

Afirmava-se que poderia estar relacionada com as derrubadas, ou até mesmo com o uso das telegrafias sem fio (Inquérito à vida da colónia, O Jornal, 05.11.1922).

O periódico “O Modesto” que se definia como folha independente e defensora dos interesses da colónia de S. Tomé e Príncipe, na sua edição de 20 de janeiro de 1922 afirmava a necessidade de concretizar um importante investimento, concretamente a Estação Agronómica que tardava em se tornar uma realidade.

Para a avaliação das dinâmicas produtivas, podemos recorrer aos vários anuários estatísticos que neste momento da história foram publicações constantes e com grande diversidade de temas, o que por razões óbvias são excelentes fontes de informações.

Atendendo ao que foi referido previamente, mas com alguma cautela na sua análise, fundamentalmente porque na baliza cronológica entre 1914 e 1918 iria decorrer a Iª Grande Guerra o que segundo um dos anuários a província de S. Tomé e Príncipe iria sofrer uma grande arduidade no transporte das mercadorias por motivo da falta de embarcações o que com naturalidade fez com que o seu preço fosse inflacionado, como igualmente a produção de diversos produtos agrícolas descesse drasticamente atendendo a não ter como certa a capacidade de escoamento da mesma. (Anuário da Província de S. Tomé e Príncipe, 1928).

4.1 Produção de coconote

A produção de coconote era considerada com especial atenção pelas autoridades, sendo que em 1910 a sua produção era de 880 mil quilos o que iria fazer com que existisse um rendimento de 35 mil escudos, porém a sua produção nos anos subsequentes foi bastante oscilante. Contudo perpetuamente superior a mais de mil toneladas, exceto, no ano de 1918 que sofreu uma quebra abrupta para ¼ do ano anterior, ultrapassando por muito pouco os 311 mil quilos, mas em contrapartida o valor arrecadado pela sua venda foi em muito superior.

Enquanto que em 1917 a sua produção foi de 1.429 mil quilos o que significaria um rendimento de 43 mil escudos, no ano de 1918 seria de 311 mil para ser conseguido 57 mil escudos. Podemos justificar essa situação como uma consequência da 1ª Guerra Mundial que como é de conhecimento geral elevou para níveis épicos o custo das matérias primas.

Nos anos que se seguiram a sua produção acabaria por estabilizar entre as 2 mil e as 3 mil toneladas com a exceção de 1920 que ficaria nas 1.287 mil toneladas, para igualmente no valor monetário da sua produção registar-se elevadas subidas para inclusivamente atingir os 6 mil escudos. (Empresa do Anuário da Província de S. Tomé e Príncipe, 1928).

4.2 Produção de cacau

A produção de Cacau foi uma das imagens de marca de São Tomé e Príncipe ao longo da sua história contemporânea, não se encontra na atualidade no topo mundial dos mais produtores, todavia, no início do século XX a sua produção era bastante importante.

Na concretização de uma sùmula histórica, com o intuito de compreender com mais pormenor o impacto deste tipo de cultura, eis que em a planta do cacau chegou primeiramente ao Príncipe em 1822e só passaria posteriormente para S. Tomé (Marques, 1967, p.4).

O periódico “O Jornal” na sua edição de 21 de dezembro de 1922, escrevia em letras gordas, anunciando o 1º centenário da introdução do cacau naquele território, e tamanha honra era devida porque segundo aquela edição: “Há um século, pela terra do Príncipe, criava energias novas, a árvore que havia de ser o oiro, o orgulho, a riqueza da província” (A descoberta da Ilha de S. Tomé, O Jornal, 21.12.1922).

A clareza no escrutínio é evidente, deixando pouco espaço para contestação relativamente à importância económica daquele tipo de produto para a economia, inclusivamente vários estudos explanam que rapidamente o cacau iria ultrapassar a importância do café para a economia daquele território.

A sua relevância pode ser comprovada pelo facto que nesse período de tempo, o território em questão gerar mais cacau que qualquer outro território, assentando essa capacidade produtiva com a dedicação de alguns empreendedores.

Asseverava igualmente que aquela matéria prima estaria a dar lucro de forma crescente desde o século anterior, fazendo que muitos proprietários e mesmo empresas portuguesas apostassem em novas roças um pouco pelas dessas ilhas.

A veracidade da informação contida no primeiro parágrafo, relativamente ao aumento da sua produção de cacau, sobretudo se olharmos para o espaço temporal da Iª República que se iniciou em 36 mil toneladas, para oscilar entre as 20 mil e as 30 mil para, porém, em 1918 sofrer uma queda abrupta para apenas 7 mil, sendo que em 1919 ocorreu de facto um crescimento exponencial para a produção se fixar nas 55 mil (Empresa do Anuário da Província de S. Tomé e Príncipe, 1928).

Introduzido elementos relativos à quebra de produção mencionada no último parágrafo a linha justificativa para essa situação coincide com a que foi referida em capítulos anteriores, uma consequência natural da primeira guerra mundial, até porque a exportação de 1919, engloba uma grande parte da produção de 1918 (Marques, 1967).

No restante tempo de vigência da república, os valores da sua produção mantiveram-se sempre longe deste último valor, sendo que a sua importância oscilava entre os 8 mil escudos para chegar aos 41 mil em 1926, sendo que em 1924 conseguiria atingir a soma estonteante dos 83 mil escudos (Empresa do Anuário da Província de S. Tomé e Príncipe, 1928).

Outros estudos permitiram perceber qual seria o valor unitário desta produção e evidente que numa fase inicial, nos primeiros anos da república o seu valor desceu ligeiramente dos \$23,76 para os \$21,43 em 1916 para subir para valores elevados de 3\$78,90 (Marques, 1987).

A produção de Cacau tinha tanta importância para a economia e sociedade rural que o jornal “O Jornal” iria realizar uma festa em comemoração do centenário da introdução do cacau que tinha planeada, a existência de exposições sobre cacau, almoço de confraternização, partida de futebol, sessões solene, entre outros eventos (Festa do Cacau, O Jornal, 15.12.1922).

Finalizando a análise económica à produção de cacau é evidente que foi uma aposta ganha dos capitalistas e governantes portugueses.

4.3 Produção de café

A produção de café foi um dos pilares da economia e atividade agrícola de São Tomé e Príncipe, contudo, no período republicano entrará em decadência, se considerarmos os anos anteriores, sendo

registado ainda no século XIX, concretamente em 1898 uma produção de mais de 2 mil toneladas e meia para em 1916 ser de somente 219 mil, sendo que em contrapartida o seu valor comercial decuplica. O seu valor comercial dispara desde 1918 pelos anos seguintes para atingir os valores referidos no parágrafo anterior, demonstrando a enorme vitalidade deste setor económico (Empreza do Anuário da Província de S. Tomé e Príncipe, 1928).

4.4 Produção de cana de açúcar

A produção de cana sacarina foi dos primeiros processos económicos/agrícolas que a ilha iria assistir no seu território. A referida atividade iria ser durante alguns séculos a única atividade económica digna de relevo da ilha.

Os engenhos eram inúmeros e a sua produção na maioria destinava-se à metrópole, perdendo, contudo, destaque no início do século XIX para o café e o cacau, sendo empurrado esse cultivo apenas para os terrenos que não eram aptos a outras culturas.

A produção de cana de açúcar era continuamente relevada para patamares inferiores, nunca mais conseguiu atingir os valores de destaque que tinha conseguido no passado.

O destino da produção dessa cultura eram sobretudo a destilação para aguardente de cana, fazendo com que o aumento de consumo de bebidas alcoólicas nos indígenas tivesse também um crescimento exponencial com claro prejuízo social e económico, fazendo com que em 1924 fossem impedidos de consumir bebidas alcoólicas, levando à proibição da aguardente de cana que com naturalidade iria fazer cair ainda mais de forma abrupta e contínua a receita daquele setor económico (Indústrias Coloniais de S. Tomé e Príncipe, 1932)

5 Balança comercial

Nos capítulos precedentes foram analisados vários dos elementos económicos que contribuíam para a economia da colonial e no presente capítulo será esboçada uma análise da sua balança comercial na globalidade.

Num primeiro momento é evidente que neste território a sua atividade comercial aumentou consideravelmente no período temporal em análise (1910 – 1926), fundamentalmente no que se refere às importações que no espaço temporal entre 1898 e 1925, sofreria também um grande aumento, passando dos 1.863.914\$00 escudos para atingir a marca dos 7.128.104\$38 escudos.

A atividade económica mencionada no parágrafo precedente é um sinal evidente de desenvolvimento económico com mais atividade produtiva, contudo, a sua capacidade produtiva era demasiado frágil e fazia com que os valores das importações continuasse elevado.

Contudo, assistimos nos meados da década de 1920 a alguns sinais de fragilidade económica que condicionava até a vivência diária dos seus habitantes.

Uma afirmação confirmada pela importação de: legumes, cereais, açúcar, azeite, etc. em grande quantidade, como igualmente não podemos ignorar que até poderia haver um esforço para inverter essa situação, todavia, as informações sobre esse empenho são escassas.

Relativamente ao empenho para um crescimento da produção agrícola, é de salutar que o valor da rubrica das importações de máquinas agrícolas nas pautas alfandegárias foi um dos mais elevados neste período da história, porém, ainda longe dos valores da importação de produtos alimentares que foi claramente a rubrica mais expressiva (Empreza do Anuário da Província de S. Tomé e Príncipe, 1928). A sua balança comercial era bastante oscilante, vivia de ciclos que surgiam em consequência de várias oportunidades, como aconteceria relativamente à produção de cana-de-açúcar e até na própria produção de bananas que se adaptava com facilidade a todos tipos de terrenos e também pelo apetite que outros mercados tinham por aquele produto que posteriormente seria uma importante alavanca da sua economia (Indústrias Coloniais de S. Tomé e Príncipe, 1932).

6 Conclusões

Os problemas económicos desta província continuaram nos anos e décadas seguintes, a sua produção agrícola não conseguia ser rentável apesar dos esforços que foram mencionados anteriormente.

Numa observação rápida do tecido profissional que é encontrada em almanaques deste período da história, é notória que em S. Tomé que a maioria dos profissionais se dedicavam à agricultura, enquanto na outra ilha, nomeadamente da Ilha do Príncipe aparentemente era o pequeno comércio. Uma situação que se certifica pelo menos em 1910 (Anuario Commercial de Portugal Ilhas e Ultramar ou Anuário do Milhão de Endereços, 1910).

Nos anos seguintes, não procurando uma análise exaustiva, mas, prática e objetiva para próximo do término do período em estudo, nomeadamente em 1925, denota-se que a atividade agrícola no primeiro território manteve esse seu tipo atividade de forma intensa, embora surja a figura das entidades coletivas, particularmente as denominadas “Companhia da Roça”, não ignorando o surgimento de novas indústrias como é exemplo a produção de aguardante, produção de gelo, entre outras. Além de que o número de funcionários públicos estava em grande crescimento.

Relativamente à Ilha do Príncipe, a sua atividade económica era claramente mais simples, até mais rudimentar, com uma presença menor do Estado, como igualmente a carência da diversidade de atividades económicas (Anuario Commercial de Portugal Ilhas e Ultramar ou Anuário do Milhão de Endereços, 1925).

Os dois parágrafos precedentes são claramente elucidativos da evolução do tecido económico desta antiga colónia, permitindo construir uma identidade comercial deste conjunto de territórios que era pertença lusa e que num primeiro momento era bastante deficitário. Facilmente é perceptível que numa década e meia essa situação iria mudar.

A atividade comercial e industrial era crescente e na própria imprensa era anunciada a existência de uma Associação Comercial e Industrial de S. Tomé, desconhecendo-se a sua data de fundação, mas, a sua existência era obviamente um sinal claro de desenvolvimento destes setores económicos ao ponto de se conseguirem reunir num grupo os seus elementos que seguramente tentavam projetar a sua atividade para outros patamares.

Nos anos da década de 1950 o custo de mão de mão, que se entenderiam as rubricas de salário, alimentação, assistência, recrutamento e repatriação absorvia quase 70% do valor bruto da exportação, sendo agravada essa situação com a queda abrupta das cotações do cacau nos mercados internacionais. Tudo isto fazia com que a atividade económica das empresas agrícolas de S. Tomé e Príncipe fosse extremamente exigente (Monteiro, 1956).

No seguimento do parágrafo anterior é notória que o seu desenvolvimento económico estava condicionado e obviamente também o seu progresso, mesmo em datas posteriores à vivência da Primeira República. Assim, podemos considerar de forma simplista que o desenvolvimento económico desta província este sempre longe do ideal.

Sendo esta sua economia claramente agrícola, se considerarmos que nos produtos mais exportados entre 1921 e 1925, surgem produtos agrícolas, ou derivados de matéria prima agrícola, concretamente: aguardante, azeite de palma, cacau, café, copra, sendo o produto pago a preço mais elevado por quilo, a própria madeira em estado bruto também estava no topo do ranking das exportações. Sendo imperioso referir que a quantidade de cacau exportada foi de 104 mil milhões de toneladas (Empresa do Anuário da Província de S. Tomé e Príncipe, 1928).

O número de cacau exportado é claramente superior a todos os outros artigos, atestando a importância económica desta produção para aquele território que com naturalidade se tornaria uma imagem de marca daquele território na historiografia, conforme já foi explicado precedentemente.

Por último, a industrialização do território que surgiu levemente indicada neste discurso histórico estaria em desenvolvimento numa das ilhas, aponta-se que se manteve durante imenso tempo num estado embrionário com claro desprezo pelos seus enormes recursos que poderiam traduzir numa inapreciável fonte de receita (Indústrias Coloniais de S. Tomé e Príncipe, 1932).

Referências

Marques, Vinício Pacheco; *Subsídios para a determinação dos custos de produção do cacau na província de S. Tomé e Príncipe: Missão de inquérito agrícola de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Governada Província de S. Tomé e Príncipe, Direção Geral de Economia Comissão Para os Inquéritos Agrícola no Ultramar: Ministério do Ultramar

Ribeiro, Manuel Ferreira (1877) *A Província de S. Thomé e Principe e suas dependências*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Sociedade de Emigração para S. Thomé e Príncipe (1914) *Sociedade de Emigração para S. Thomé e Príncipe*,
(1928) *Empreza do Anuário da Província de S. Tomé e Príncipe*
(1910) *Annuario Commercial de Portugal Ilhas e Ultramar ou Annuário do Milhão de Endereços*
Os serviços de agricultura – O Modesto – 20 de janeiro de 1922, ano 11 – nº27 Festa
do Cacau, O Jornal, 15.12.1922
Governo de S. Tomé e Príncipe (1932) *Indústrias Coloniais de S. Tomé e Príncipe*. Governo de S. Tomé
Príncipe: S. Tomé
Nascimento, Augusto (2000) *O Quotidiano dos Europeus nas Roças de S. Tomé – primeiras décadas de
novecentos*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
A Falta de Braços, O Modesto, 01.04.1922

O cinema como estratégia na educação antirracista - estudo de caso português

Cinema as a strategy in anti-racist education - a Portuguese case study

Jacqueline Rezende

8220800@estg.ipp.pt

ESTG / P.Porto - Escola Superior de Tecnologia e Gestão / Politécnico do Porto

Resumo. O cinema tem um papel significativo na educação antirracista, oferecendo uma das poderosas ferramentas para desafiar estereótipos, promover a diversidade cultural e estimular a reflexão crítica sobre questões de raça e identidade. Por meio de diferentes formas de expressão artística, a 7ª arte pode desempenhar um papel transformador na construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. A metodologia aplicada neste estudo foi uma minuciosa pesquisa bibliográfica, como fonte nos livros, artigos científicos, teses e outras publicações relevantes. Este artigo científico apresenta também um estudo de caso realizado em Portugal, que analisa a mostra de cinema como uma estratégia de conscientização e combate ao racismo. O estudo aponta como a exibição de filmes pode promover discussões críticas, ampliar a compreensão sobre as questões raciais e fomentar a mudança social. Os filmes foram exibidos em sessões públicas e seguidos por debates e discussões, envolvendo especialistas, acadêmicos e comunidade em geral. Este estudo de caso português destaca a importância da Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista - MICAR como uma ferramenta poderosa na educação e mobilização da sociedade para a causa. Recomenda-se que outras regiões e comunidades considerem a organização de eventos semelhantes, aproveitando o potencial da sétima arte como uma forma de impactar, transformar e se tornar um importante aliado na luta contra o racismo.

Palavras-Chave: educação antirracista, cinema, antirracista, transformação social

Abstract. Cinema plays a significant role in anti-racist education, offering one of the most powerful tools to challenge stereotypes, promote cultural diversity and stimulate critical reflection on issues of race and identity. Through different forms of artistic expression, the 7th art can play a transformative role in building a more inclusive and egalitarian society. The methodology applied in this study was thorough bibliographical research, as a source in books, scientific articles, theses and other relevant publications. This scientific article also presents a case study carried out in Portugal, which analyzes the film exhibition as a strategy in raising awareness and combating racism. The study points to how film screenings can promote critical discussions, broaden understanding of racial issues, and foster social change. The films were shown in public sessions and followed by debates and discussions, involving specialists, academics and the general community. This Portuguese case study highlights the importance of Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista - MICAR as a powerful tool in educating and mobilizing society for the cause. It is recommended that other regions and communities consider organizing similar events, taking advantage of the potential of the seventh art as a way to impact, transform and become an important ally in the fight against racism.

Keywords: anti-racist education, cinema, anti-racist, social transformation

1 Introdução

Uma das contribuições mais importantes da arte na educação antirracista é sua capacidade de dar voz e representação a comunidades marginalizadas. Por meio da criação artística, artistas de diferentes origens podem contar suas próprias histórias, compartilhar suas perspectivas e desafiar narrativas

dominantes que perpetuam estereótipos raciais. Isso permite que outras pessoas se identifiquem, se sensibilizem e ampliem sua compreensão sobre as experiências e lutas enfrentadas por grupos racializados (Junior & Dias, 2011).

A arte do cinema também desafia as normas culturais e padrões estéticos dominantes, que muitas vezes são baseados em ideias eurocêntricas e privilegiam determinados grupos étnicos. Artistas antirracistas podem explorar e celebrar diferentes formas de expressão cultural, resgatando e valorizando tradições e práticas artísticas historicamente marginalizadas. Ao fazer isso, a arte abre espaço para a apreciação e valorização da diversidade cultural, desafiando a supremacia branca e promovendo a igualdade de oportunidades para artistas de todas as origens (Hooks, 2019).

Além disso, a arte pode despertar emoções e provocar reflexões profundas sobre questões raciais. Ela pode ilustrar as experiências e as injustiças vividas por comunidades racializadas, despertando empatia e solidariedade. Através da estética e da narrativa artística, é possível sensibilizar e engajar o público, estimulando a consciência crítica e incentivando a ação em prol da igualdade racial (Cavaleiro, 2001).

A educação antirracista baseada na arte do cinema não se limita apenas à apreciação passiva. Ela também pode envolver a participação ativa dos alunos na criação artística. Por meio de atividades criativas, os estudantes têm a oportunidade de explorar questões raciais, expressar suas próprias ideias e emoções, e desenvolver habilidades de pensamento crítico. Essa abordagem ativa e participativa permite que os alunos se tornem agentes de mudança, utilizando a arte como meio de expressão e engajamento social (Romão, 2001).

Em resumo, a arte do cinema desempenha um papel vital na educação antirracista, desafiando estereótipos, promovendo a diversidade cultural e estimulando a reflexão crítica. Ao dar voz a comunidades marginalizadas, desafiar normas culturais dominantes e despertar emoções e reflexões, a arte capacita os indivíduos a confrontar o racismo e a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, é essencial valorizar e promover a arte como uma ferramenta poderosa na educação antirracista.

Inspirados pela filósofa e militante Ângela Davis, a qual afirma sobre racismo que “numa sociedade racista não basta não ser racista é preciso ser antirracista” (2016) Devido à luta pela visibilidade, os movimentos antirracistas têm se mantido e se fortalecido, a ponto de, não tolerar práticas racistas e que por muito tempo fizeram parte do cotidiano de muita gente. Entretanto, por ser um estudo pelo qual as relações raciais são parte de um estudo e breve análise, importa esclarecer de alguns conceitos cruciais para a temática:

Cashmore no seu dicionário de relações étnicas e raciais, afirma que o termo “raça” pode ser apreendido sob três focos: “classificação, significante e sinónimo. Enquanto classificação, raça seria “construção social” (...) em relação ao significante, raça pode ser “um modo de entender e interpretar as diversidades por meio de marcadores inteligíveis” (Cashmore, 2000).

O dicionário também traz os seguintes conceitos: o termo racismo vem sendo utilizado de variados modos no contexto histórico e social. Até o fim da década de 1960, os dicionários apresentavam essa palavra como “doutrina, dogma, ideologia ou conjuntos de crenças.” A partir de então, “o seu sentido foi ampliado e passou a incorporar as práticas, atitudes e crenças que geravam a discriminação e mesmo as desvantagens raciais.”

Nilma Lino Gomes acrescenta que o preconceito, “além de ser um julgamento negativo e prévio”, apresenta-se inflexível, porque não considera nenhum fato que o conteste. Para um melhor entendimento; distinguir discriminação de preconceito racial, a pesquisadora afirma que “enquanto o racismo e o preconceito racial encontram-se no âmbito das doutrinas e julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam” (Gomes, 2005).

Os números relacionados ao racismo e suas vítimas são alarmantes em Portugal, de acordo com instituições e movimentos sociais ligados a causa, por outro lado, ainda carece de informações qualitativas e quantitativas por parte do governo português sobre esse problema social. O último CENSO aplicado em Portugal em 2021 não apresentava a população opção de escolha sobre a auto declaração de cor/raça. Na ausência de números oficiais, torna-se mais difícil e distante as políticas públicas com respostas assertivas, conscientização e soluções. Mas, a União Europeia já leva essa pauta e apresenta dados; de acordo com o relatório “Ser Negro na União Europeia – Segundo Inquérito sobre Minorias e

Discriminação na União Europeia” (FRA, 2016) o assédio motivado pelo racismo gera como consequência tais situações:

- Quase um em cada três inquiridos afrodescendentes (30%) foi alvo daquilo que consideram ser assédio racista nos cinco anos que precederam a realização do inquérito; um em cada cinco (21%) foi vítima deste tipo de assédio nos 12 meses anteriores ao inquérito (20% das mulheres e 23% dos homens).
- As experiências de assédio racista envolvem mais frequentemente sinais não verbais ofensivos (22%) ou comentários ofensivos ou ameaçadores (21%), seguidos de ameaças de violência (8%).
- Os inquiridos mais jovens são mais suscetíveis de ser alvo de assédio racista. O risco de viver estas experiências diminui com a idade.
- Apenas 14% dos incidentes mais recentes de assédio racista foram denunciados à polícia ou a outros serviços (16% dos incidentes contra mulheres e 12% dos incidentes contra homens), o que significa que a esmagadora maioria dos incidentes nunca foi denunciada. Violência motivada pelo racismo
- Nos cinco anos que precederam a realização do inquérito, cerca de 5% dos inquiridos foram vítimas do que consideram ser violência racista (incluindo agressão por um agente da polícia).
- No ano anterior ao inquérito, 3% sofreram um ataque físico racista (incluindo agressão por um agente da polícia).
- Não se registaram diferenças notórias nas taxas de violência racista contra homens e mulheres (7% vs. 5%). Os homens que usam indumentárias tradicionais ou religiosas em público têm, contudo, duas vezes maior probabilidade de serem vítimas de violência racista em comparação com os homens que não as usam (12% vs. 5%). Estas diferenças não se observam entre as mulheres.
- A maioria das vítimas (61%) não conhece os autores, mas identifica-os geralmente como não sendo pertencentes a uma minoria (65%). Cerca de 38% das vítimas identificaram os autores como sendo pertencentes a uma minoria étnica diferente da sua. Um em cada dez inquiridos vítimas de violência racista afirma que o autor foi um agente da autoridade (11%).
- A maioria (64%) das vítimas de violência racista não denunciou o incidente mais recente à polícia nem a nenhuma organização ou serviço. Existem diferenças substanciais entre os homens e as mulheres: metade das mulheres vítimas de violência racista (50%) denunciou o incidente mais recente à polícia ou a outra organização, mas apenas um em cada quatro homens (23%) o fez.
- A maioria (63%) das vítimas de ataques físicos racistas por um agente da polícia não denunciou o incidente a ninguém, quer por considerar que a denúncia não iria mudar nada (34%), quer por não confiar ou ter medo da polícia (28%).

Os dados acima refletem o resultado do inquérito aplicado a 25 515 pessoas de diferentes origens, pertencentes a minorias étnicas ou imigrantes, nos 28 Estados-Membros da UE. O presente resumo centra-se nas respostas de 5 803 imigrantes e descendentes de imigrantes de ascendência africana inquiridos em 12 Estados-Membros: Alemanha, Áustria, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Portugal, Reino Unido e Suécia (FRA, 2016).

No caso específico do Porto em Portugal a luta antirracista se torna maior já que a cidade, recebe diariamente um forte fluxo de turistas, imigrantes de origens e culturas diferentes. “Convém ter ainda em conta a profunda intensidade que as interações globais recentemente adquiriram e que vai transnacionalização dos sistemas de produção, à difusão mundial de informação e imagens através dos meios de comunicação social, e as deslocamentos maciças de pessoas como turistas, trabalhadores emigrantes ou refugiados. Daí que, a realidade social pareça transformar-se rapidamente, ou mais ainda do que fundamentos epistemológicos do conhecimento ou conhecimentos que sobre ela desenvolvemos.” (Santos, 1992).

É importante salientar que o combate ao racismo pressupõe o combate à ideologia dessa prática perversa que impera na sociedade atual e que, por vezes, reproduz e se perpetua nos espaços comuns, seja em casa, ambiente de trabalho, instituições de ensino, etc. A prática da educação e fomento de informações antirracistas ocupam um lugar privilegiado na transmissão, tanto de conhecimentos, quanto de valores éticos e morais fundamentais e importantes na formação das futuras gerações. Segue o pensamento de Marilena Chauí importante pesquisadora no âmbito de ciências sociais, onde traduz bem o conceito de ideologias e as suas ausências de lógica, no caso de práticas racistas.

“A ideologia é um saber cheio de lacunas ou de silêncios que nunca poderão ser preenchidos, porque, se o forem, a ideologia se desfaz por dentro; ela tira sua coerência justamente do fato de só pensar e só dizer as coisas pela metade e nunca até o fim” (Chauí, 1984).

Ao refletimos os objetivos do SOS Racismo, a organização sem fins lucrativos que organiza e executa o MICAR 2021, as suas práticas antirracistas vai em encontro ao pensamento de Paulo Freire em formar indivíduos críticos e autónomos com base na justiça e igualdade social. Afinal, concebemos a educação como uma prática social que forma cidadãos, e ainda completa: “não podemos ter descrença, falta de fé no poder dos educandos de dizer a palavra, de trabalhar, de discutir e por isso a educação não pode ser uma doação do pronunciar. A educação deve levar os educandos a uma postura diferente diante dos problemas da sua realidade e o diálogo contribuiu nesse sentido, pois, quando os homens em diálogo pronunciam o mundo, esse a volta como problema, exigindo dos sujeitos um novo pronunciar” (Freire, 1967).

2 MICAR 2021

No caso estudado, o SOS Racismo produz anualmente uma das suas atividades principais, a Mostra Internacional de Cinema Antirracista:

“O cinema constitui um mecanismo de intervenção social, pois facilita esta aproximação, remove barreiras, promove a diversidade, constrói pontes e apresenta múltiplas visões, em oposição a uma vida única e hegemónica que impera na sociedade atual e que exclui cidadãos e cidadãs da participação social. Esta é a única mostra de Cinema em Portugal dedicada as questões ligadas a luta contra o racismo, a xenofobia e a discriminação religiosa e étnica (MICAR, 2021).

Enquanto importante fator de coesão social e territorial, a cultura é uma forma de intervenção social, de ajudar as pessoas e a comunidade. Intervir socialmente é intervir para o bem-estar de qualquer um (Solheiro, 2021).

Conforme os autores urge a necessidade de argumentar, instruir, educar e a arte do cinema é uma importante ferramenta de transformação social. “Fato sugestivo de que esse artefacto cultural tem sido uma fonte importante de referências para esses sujeitos, considerando o potencial dos filmes como propagadores de ideias, valores, comportamentos, modos de vida, além da frequência dessa prática social” (Azevedo & Teixeira, 2015).

Sobre o evento: Realizada desde 2014 pelo núcleo do Porto do SOS Racismo, a Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista é um projeto que nasce do desejo, de um lado, de utilizar a linguagem do cinema para criar espaços de reflexão e de debate sobre racismo, xenofobia, minorias étnicas, migrações e, por outro, de exibir filmes de qualidade que, retratando estes assuntos, normalmente estão afastados dos circuitos comerciais.” Há vários anos que o SOS Racismo promove pequenos ciclos de cinema dedicados a esta temática, pois entendemos que Cinema, como forma de comunicação e expressão, é um instrumento importante para a criação de espaços de reflexão e educação, mas sobretudo o caminho para chegarmos ao outro. “ (MICAR, 2021).

Está é uma das poucas, ou única mostra internacional de cinema de Portugal dedicada às questões ligadas à luta contra o racismo, a xenofobia, e a discriminação religiosa e étnica. É também um espaço de debate, com convidados de vários quadrantes profissionais ou de ativismos, para apresentar e debater os filmes selecionados. Cada edição do MICAR é acompanhada por uma publicação que contém reflexões sobre as temáticas apresentadas, escritos por diversas personalidades do mundo académico, profissional e ativista.

A 8.º Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista ocorreu entre os dias 08 e 10 de outubro de 2021 com a seguinte ideia: “Neste MICAR, procuraremos as vozes e corpos cuja memórias e visão tem sido mantida as margens. Exploramos o lugar de mulheres e jovens e da arte da transformação social. Para com todas as pessoas e através delas resgatar o direito a memória passada, descolonizar a ordem do mundo e reivindicar o direito ao futuro.”

Nestes três dias, a mostra ocorreu no Teatro Rivoli — principal parceiro público do SOS Racismo. “Em 1913 foi inaugurado com a nomenclatura de Teatro Nacional. Nos anos seguintes, mudanças no centro urbano obrigaram a repensar e modernizar o imóvel, e, assim, em 1932, nascia o Teatro Rivoli, remodelado, adaptado ao cinema e com programação de ópera, dança, teatro e concertos. Atualmente, o Rivoli acolhe programação nacional e internacional do Teatro Municipal do Porto, bem como alguns

dos grandes eventos da cidade, com particular enfoque nas áreas da dança, teatro, música, marionetas, circo contemporâneo e cinema.” (Teatro Municipal do Porto, 2022).

Através da produção do MICAR realça-se no Movimento SOS Racismo o objetivo de fazer chegar à luta anti-racista todos os espaços, incluindo o campo da cultura. Mais ainda, reforça-se o entendimento de que o cinema é uma forma de comunicação e expressão capaz de criar espaços de reflexão e educação, mas sobretudo capaz de tornar mais fácil o caminho para se chegar aos/às outros/as. É essa compreensão que a MICAR transporta - de que a cultura é um elemento que remove barreiras, promove a diversidade, constrói pontes e se apresenta nas múltiplas visões de mundo possíveis, em oposição frontal a uma visão única e hegemônica que impera na sociedade atual e que exclui muitos cidadãos e cidadãs da participação social e da experiência em plenitude da sua cidadania (Oliveira, Martins, Santos, & Ferreira, 2020).

De acordo com os organizadores da mostra, uns dos objetivos é “contribuir para a manutenção na cidade e nos seus espaços públicos, de espaços-tempos que permitam a problematização da ideologia dominante. Consideramos que a diversidade de perspectivas que é trazida para o espaço público através do MICAR tem contribuído para este confronto com outras vivências, com outras histórias que são também realidade e que ajudam, a quem as vê e o debate, a sair da perspectiva etnocêntrica dominante e a desafiar as narrativas e histórias únicas que reforçam exclusões e desigualdades” (Oliveira, Martins, Santos, & Ferreira, 2020).

Durante dois dias, o teatro foi um espaço para mostra de filmes, debates, conversas com o público repleto de adultos, jovens e crianças de diferentes nacionalidades e cores, com apenas um só propósito, aprender, compartilhar e praticar atitudes antirracistas todos relacionados e inteirados através do cinema e todos os benefícios proporciona.

3 Conclusão

Os altos índices de racismo em números oficiais e não oficiais são uma triste realidade que persiste na sociedade. Uma das formas mais impactantes que o cinema pode desempenhar na luta contra o racismo é ao retratar histórias autênticas e diversas que representem a pluralidade da experiência humana. Quando filmes apresentam personagens e narrativas complexas, trazendo à tona as ricas culturas e vivências das minorias étnicas, eles ajudam a combater estereótipos e a promover empatia entre diferentes grupos sociais. Além disso, o cinema tem o poder de educar e conscientizar a população sobre questões raciais, historicamente negligenciadas ou distorcidas. Documentários e filmes baseados em fatos podem revelar episódios históricos de opressão e resistência, destacando a importância de compreender e aprender com o passado.

A representatividade também é fundamental na luta contra o racismo no cinema. A inclusão de atores, diretores, roteiristas e profissionais de todas as etnias e origens ajuda a desconstruir o padrão dominante e a abrir espaço para vozes até então sub-representadas dessa forma, o cinema se torna uma plataforma para a diversidade, enriquecendo a narrativa global e proporcionando um senso de pertencimento a grupos historicamente marginalizados. Ademais, o cinema pode ser utilizado como uma ferramenta para sensibilizar e conscientizar as pessoas sobre suas próprias atitudes e preconceitos inconscientes. Filmes que abordam temas relacionados ao racismo podem provocar reflexões profundas sobre a existência dessas ideias enraizadas na sociedade, incentivando o espectador a reavaliar suas crenças e valores.

Em conclusão, os altos índices de racismo demandam ações concretas para transformar a sociedade. Ao abraçar essa perspectiva, podemos almejar uma indústria cinematográfica mais inclusiva, que celebre a pluralidade e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

A Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista permite a conscientização das questões raciais, expondo o público a diferentes perspectivas e experiências relacionadas à discriminação e desigualdade racial. Os filmes apresentados criaram uma plataforma para a reflexão crítica e a análise das estruturas sociais que perpetuam o racismo. Percebe-se a importância do diálogo e engajamento também; as discussões e debates que ocorreram após as exibições permitiram que os participantes compartilhassem suas visões e histórias, estimulando um diálogo aberto sobre questões raciais. Esse espaço de troca de ideias fomentou o engajamento ativo, encorajando o público a considerar o papel que cada um pode

desempenhar na luta contra o racismo, “criar socialmente as condições para a emergência das questões” (Lopes, 2009).

A mostra de cinema despertou a empatia entre os envolvidos, proporcionando uma melhor compreensão das experiências e desafios enfrentados por indivíduos e comunidades racialmente marginalizadas. Isso pode levar a mudanças positivas nas atitudes dos participantes, aumentando sua disposição para combater preconceitos e estereótipos raciais. Ela inspira ações práticas por parte dos envolvidos. Através da conscientização e das discussões, e por fim é importante ressaltar o papel transformador da arte: O estudo ressaltou a importância da arte, especificamente o cinema, como uma poderosa ferramenta para promover mudanças sociais e culturais. Através das narrativas e representações visuais, o cinema pode evocar emoções e oferecer novas perspectivas, estimulando a reflexão e ação sobre questões profundas como o racismo, reforçando o papel transformador da arte na construção de uma sociedade mais inclusiva, igualitária e antirracista.

Referências

- Azevedo, A. F., & Teixeira, I. C. (2015). Enlaces entre Educação e Cinema na Argentina e Brasil (1990-2010). *Movimento - Revista de Educação*.
- Cashmore, E. (2000). Dicionário das Relações étnicas e raciais. São Paulo, São Paulo, Brasil: Summus.
- Cavalleiro, E. (2001). *Racismo e anti-racismo na educação - Repensando a nossa escola*. São Paulo: Selo Negro Edições.
- Chauí, M. (1984). *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense.
- Cultura Norte. (01 de setembro de 2022). *DR Cultura Norte*. Fonte: Cultura Norte: <https://culturante.gov.pt/>
- Cultura Norte PP. (2 de outubro de 2022). *Cultura Norte*. Fonte: Cultura Norte - Protocolos e Parcerias: <https://culturante.gov.pt/drcn/protocolos-e-parcerias/>
- Davis, A. (2016). A mulher: raça e classe. São Paulo, Brasil: Boitempo.
- FRA, E. (2016). *Second European Union Minorities and Discrimination Survey - Being Black in the EU*. Viena: Serviços de Publicações da União Europeia.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gomes, N. L. (2005). Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações. *Educação Anti-Racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03*, pp. 39-62.
- Hooks, B. (2019). *Anseios - raça, gênero e políticas culturais*. Editora Elefante.
- Junior, B., & Dias, B. (2011). *O i/mundo da educação da cultura visual*. Brasília: Pós-graduação em arte da Universidade de Brasília.
- Lopes, J. (2009). Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativos de Democracia Cultural. *Saber & Educar*, pp. 1-13.
- MICAR. (2021). MICAR - 8ª Mostra de Cinema Anti-Racista. *Caderno MICAR*. Porto, Portugal: Rainho & Neves.
- Oliveira, T., Martins, T. A., Santos, J., & Ferreira, P. D. (junho de 2020). MICAR -Mostra Internacional de Cinema Anti Racista e as Potencialidades das Atividades Culturais no Combate Anti-Racista. *Sinergias – diálogos educativos para a transformação social* |, pp. nº10 121-133.
- Romão, J. (2001). O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva na educação do negro. Em E. Cavalleiro, *Racismo e anti racismo na educação - Repensando nossa escola* (p. 161). São Paulo: Selo Negro Edições.
- Santos, B. d. (Julho de 1992). O Estado, as Relações Salariais eo Bem Estar Social na Semiperiferia; o caso português. Coimbra: CES - Centro de Estudos Sociais.
- Solheiro, M. C. (2021). *Políticas Públicas de Apoio ao Desenvolvimento Cultural do Território*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Teatro Municipal do Porto. (junho de 2022). *Teatro Municipal do Porto*. Fonte: <https://www.teatromunicipaldoporto.pt/pt/quem-somos/tm-rivoli/>

A nossa antropofagia

Our anthropophagy

Viviane Cristina Oliveira¹[0000-0001-5038-7491],
Fabiola Guimarães Pedras Mourthé²[0009-0007-9770-2664],

vivianecristina@uft.edu.br, fa29guimaraes@yahoo.com.br

¹ Universidade Federal do Tocantins, Brasil

² Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Resumo. Este trabalho visa apresentar algumas reflexões sobre a antropofagia enquanto proposta estética, cultural e crítica, com ênfase em seus desdobramentos na contemporânea cena literária e ensaística brasileira. Apresentada na forma de manifesto em 1928 pelo poeta Oswald de Andrade, a antropofagia se constituiu como via de revisitação dos fluxos entre o nacional e o estrangeiro inerentes às artes brasileiras, mesmo naquelas que ensejavam afastar-se do contato com a herança do antigo colonizador. Ponto de conflito e contradição nos debates sobre a arte nacional, o outro, o europeu que trouxera para o Brasil sua língua e cultura, aparece na antropofagia oswaldiana como corpo, material e simbólico, a ser devorado, devorado à maneira dos rituais canibais, tupinambás e tupiniquins, que espantaram viajantes como Hans Staden no século XVI. Devorar o outro para absorver suas qualidades, no lugar de renegá-lo, afastá-lo, é proposta que coloca culturas em trânsito e contato de maneira afirmativa – afirmação que se dá especialmente em relação às culturas colonizadas, no caso a brasileira, apresentada como devoradora do alheio. Nesse sentido, recuperando a história e as linhas do Manifesto Antropófago oswaldiano, ensinamos alcançar seus desdobramentos na arte de poetas/músicos como Emicida, que retorna ao eixo modernista no álbum *AmarElo* para nos permitir vislumbrar que a força antropofágica entre nós está não somente na devoração do estrangeiro, mas, especialmente, na devoração de nós mesmos, na revisitação de nossos poetas em suas lições de afirmação e resistência.

Palavras-Chave: Antropofagia, Literatura, Cultura.

Abstract. This paper aims to present some reflections about anthropophagy as an aesthetic, cultural and critical proposal emphasizing its development in the contemporary Brazilian literary and essay scene. The anthropophagy was presented as a manifesto in 1928 by Oswald de Andrade. And was established as a way of revisiting the flows between the national and the foreign inherent in Brazilian arts and present even in those that sought to move away from the former colonizer's legacy. The Other, a point of conflict and contradiction in the debates on national art, the European who brought their language and culture to Brazil, appears in Oswaldian anthropophagy as a material and symbolic body to be devoured, as in cannibalists Tupinambá and Tupiniquins rituals, frightening travelers like Hans Staden in the 16th century. Devouring the other to absorb their qualities, instead of denying them or pushing them away, is a proposal that puts cultures in exchange in an affirmational stance, especially in colonized ones, in this case the Brazilian, seen as a devourer of the Other. For that, recovering the history and lines of the Oswaldian Anthropophagic Manifesto, we aim to reach its outcomes in the art of poets/musicians such as Emicida. Who returns to the modernist axis in his album *AmarElo* and allows us to visualize that our anthropophagic force does not rely only in the devouring of the Other but, especially, in the devouring of ourselves by revisiting our poets in their lessons of affirmation and resistance.

Keywords: Anthropophagy, Literature, Culture.

1 Introdução

No ano de 2022, na cena acadêmica brasileira, diversos eventos e trabalhos publicados em livros e revistas rememoraram a realização da Semana de Arte Moderna, que ocupara o Teatro Municipal de São Paulo entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922. Constituída, ao longo de décadas, em marco de renovação e atualização das artes nacionais, a Semana de 22 foi tema de revisões e balanços já no início dos anos 1940, quando dois de seus mais destacados participantes proferiram conferências sobre o assunto. Em 1942, Mário de Andrade apresentou os saldos positivo e negativo da Semana em “O Movimento Modernista” e, em 1944, foi a vez de Oswald de Andrade tecer seu balanço em “O caminho percorrido”. É de Mário de Andrade a impressão, disseminada em juízos acadêmicos posteriores, de que o Movimento Modernista foi “o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional”, sendo a Semana “o brado coletivo principal” (Andrade, 2002, p. 260). Passados cem anos da celebração da Arte Moderna no Teatro Municipal, textos publicados em livros e revistas sinalizam a continuidade do processo de revisitação da Semana, processo já distanciado da voz de seus participantes, de maneira a não somente indicar sua relevância como também suas arestas e contradições.

Nesse sentido, a coletânea intitulada *Modernismos 1922-2022* é interessante exemplo de validação do marco de 1922, lastreada em vasta tradição crítica e, ao mesmo tempo, cem anos depois do evento, de desestabilização do que poderia ser uma imagem homogênea e consagradora do Movimento e seus integrantes ou, ainda, das narrativas que reconstituíram os fatos não raro a partir do apagamento de corpos e contribuições, a exemplo da ausência de mulheres em registros e reconstituições históricas. Nas palavras de Gênese de Andrade (2022, p. 9, 12), ao apresentar a coletânea que organizara, “no contexto da reivindicação das minorias e da representatividade, as ausências e silêncios falam mais alto nas reflexões do século XXI sobre a Semana e seus desdobramentos”, sendo essa a premissa central pela qual se justifica a reunião de textos direcionados a “festejar sem deixar de questionar, preencher lacunas, provocar novas reflexões, ser um elo entre a Semana de 22 e seus desdobramentos, revisitar suas memórias e sua fortuna crítica, provocar revisões [...]”.

Nos termos da revisitação, da celebração e do questionamento, Gênese de Andrade menciona o evento conduzido em 2019 pelo rapper Leandro Roque de Oliveira, conhecido pelo nome artístico Emicida, no Teatro Municipal, cujo palco acolheu as canções do álbum *AmarElo*, compartilhadas com uma plateia constituída em grande parte por moradores das periferias, muitos dos quais acessavam pela primeira vez o espaço dedicado às artes no centro da capital paulista. Ocupar esse espaço, física e simbolicamente, é gesto de afirmação e resistência lastreado no legado modernista dos poetas Mário e Oswald de Andrade, citados ao longo do documentário dedicado aos bastidores da apresentação no Municipal.

No documentário *AmarElo, é tudo pra ontem*, Emicida recupera a contribuição de artistas negros e negras nas artes nacionais, a exemplo do arquiteto Tebas, o ator Abdias do Nascimento e a atriz Ruth de Souza, o grupo de samba Oito batutas, de maneira a destacar corpos e vozes inseridos constantemente à margem dos juízos críticos e das narrativas historiográficas. Tecer este movimento, em forma de poesia, canção e relato, pressupõe um olhar atento para as artes nacionais, em diferentes tempos, de maneira a retomar, com especial atenção, a produção daqueles que ocuparam o Municipal em 1922. Ainda que ligando-se, especialmente, ao legado de Mário de Andrade, em seu esforço intelectual em prol da cultura brasileira, em sua pele marcada pela herança africana, o documentário *AmarElo* não se afastou da contribuição de Oswald de Andrade, lembrado em sua proposta antropofágica.

“Só o outro me interessa” é frase que Emicida aciona de maneira a nos reconduzir às linhas do “Manifesto Antropófago”, no qual podemos ler: “Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago” (Andrade, 1970, p. 13). O interesse pelo outro é caminho pelo qual o artista ganha ensejo não somente para falar de samba, como também para indicar pistas do processo criativo de *AmarElo*, processo que pressupõe um retorno devorador de obras, manifestos e artistas brasileiros, sobretudo aqueles ligados às culturas africanas. Tal gesto nos permite retornar à antropofagia proposta por Oswald de Andrade de maneira a considerar que não é somente em torno do corpo do estrangeiro que incide o desejo devorador das artes brasileiras. É nesse sentido que, nas páginas a seguir, retornaremos às propostas antropofágicas da década de vinte para, mirando nossa contemporaneidade, tecer breves reflexões sobre a validade e a força do movimento de “devorar” os nossos, reelaborar uma herança que pode nos auxiliar a compreender as possibilidades e as contradições de nosso presente.

Para tanto, para tratar da “nossa antropofagia”, importa dizer que esta expressão, acionada como título do nosso trabalho, é um empréstimo, ou uma “deglutição”, de uma afirmação proferida pelo escritor goiano Bernardo Élis em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1975. Ao tratar do caráter múltiplo da nossa cultura, cujos trânsitos entre nacional e estrangeiro, popular e erudito são constantes, Élis retorna e nos faz retornar à antropofagia oswaldiana. É retornando à mesma quando proposta na década de 1920, que pretendemos assinalar alguns de seus desdobramentos ao longo do tempo de maneira a tentar compreender a nossa antropofagia não somente como movimento que reconfigura as relações entre nós e os outros, nós e o colonizador europeu, mas também enquanto via em que o outro somos nós mesmos, postos diante do que nos pertence e do que nos é alheio dentro de nossas próprias fronteiras.

2 1928 e a virada antropofágica

Em maio de 1928, no primeiro número da *Revista de Antropofagia*⁷⁵, Oswald de Andrade publicou o “Manifesto Antropófago”. Acompanhado de uma imagem criada por Tarsila do Amaral, o “Abaporu”, o Manifesto é peça que condensa teses ligadas a embates e provocações iniciadas na Semana e em outros manifestos, como o da “Poesia Pau-Brasil”, escrito por Oswald em 1924. O caráter combativo, transgressor e bem-humorado perceptível em algumas obras apresentadas na Semana se torna essencial na composição dos manifestos que, nas palavras de João Cezar de Castro Rocha (2022, p. 154), são tecidos nas dinâmicas de “atrair e afastar”, propor e recusar, constituindo-se em textos performativos que representam “um dos mais importantes legados das vanguardas”. Gênero polêmico, conflituoso, agônico, os manifestos latino-americanos tiveram que lidar com a centralidade do modelo europeu na proposição de um novo olhar sobre a própria arte, a própria cultura. Ainda de acordo com João Cezar (2022, p. 166), “os manifestos mais instigantes, e que seguem atraindo atenção ainda hoje, são aqueles que inventaram formas inspiradas de lidar com a centralidade do outro na determinação da cultura”, destacando-se entre eles o “Manifesto Antropófago”, representativo de “uma forma de pensamento e um gesto estético que metamorfosearam o dilema em potência e o impasse em promessa de renovação”.

O desejo de independência de nossas artes, marcado simbolicamente pela realização da Semana de Arte Moderna cem anos depois da independência política, não poderia se desviar da inerente contradição de ser este movimento inspirado nas vanguardas europeias. Logo, a revisitação às questões nacionais passaria necessariamente por seus vínculos com o outro, o europeu do qual herdamos a língua mediante a qual os manifestos são articulados. Esse lugar de fronteira do intelectual latino-americano, herdeiro das culturas nativas e daquelas impostas pelo colonizador, na formulação de Oswald de Andrade ganha novos matizes, uma vez que não há em seu manifesto uma simples recusa do outro em favor do nacional, mas uma dinâmica de assimilação, que pode ser prazerosa e violenta, daquilo que nos interessa. É assim, marcando as múltiplas camadas entre nacional e estrangeiro dificilmente separáveis, que o poeta sintetiza nossas dinâmicas culturais na afirmação: “Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente” (Andrade, 1970, p. 13).

Condensando nossa intrínseca condição de devoradores do alheio, condição enraizada na experiência de tupiniquins e tupinambás, Oswald de Andrade segue propondo e recusando, reinventando nossa força em achados verbais que devem ser entendidos também por seus efeitos performativos:

Tupi, or not tupi that is the question.

Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago.

Contra todas as catequeses.

A reação contra o homem vestido.

Preguiçosos no mapa-múndi do Brasil.

⁷⁵ A *Revista de Antropofagia* contou com edições, ou “dentições” como indicado por seus organizadores, até o ano de 1929. Seus números estão disponíveis para consulta em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7064>

Queremos a Revolução Caraíba. Maior que a Revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem. Sem nós, a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem.

Contra o padre Vieira. Vieira deixou o dinheiro em Portugal e nos trouxe a lábia.

O espírito recusa-se a conceber o espírito sem o corpo. O antropomorfismo. Necessidade de vacina antropofágica.

Nunca fomos catequizados. Fizemos foi o carnaval.

A magia e a vida.

O mundo não datado. Não rubricado. Sem Napoleão. Sem Cezar.

A alegria é a prova dos nove.

No matriarcado de Pindorama.

Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud – a realidade sem complexos, sem loucuras, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama⁷⁶.

Contra a estrutura colonial que ordenara uma realidade punitiva e castradora simbolizada pelas roupas e complexos, contra as imposições religiosas e a favor da preguiça, da alegria e do carnaval, a lógica canibal nos reinsere num movimento de pertença à terra, em sua lógica matriarcal (não patriarcal), que redimensiona as relações com culturas diversas. Diferente da lógica nacionalista que afasta o outro ou, ainda, da lógica que considera submissas as culturas colonizadas por se espelharem na matriz colonial, a metáfora antropofágica transforma os contatos entre culturas em movimento produtivo e criativo, capaz de sinalizar a força daquele que escolhe o que será devorado e o que será descartado – o que permanece ou não na arte, na linguagem, na cultura. Somos assim deslocados das noções de imitação, influência, cópia, para adentrar na lógica de um saber que se interessa por tudo que é seu e tudo que não é seu, tudo que circula de tal forma a desnortear classificações de tempo e origem.

A fecundidade das ideias contidas neste Manifesto ganharia ressonância somente em décadas posteriores, especialmente quando, na década de 1960, Antonio Candido e Haroldo de Campos retomaram os estudos sobre o poeta, estimulando a reedição de seus ensaios, poemas e peças teatrais. Ainda que em anos anteriores as premissas gerais do Modernismo e suas propostas ganhem ressonância, é somente a partir de 1960 que percebemos uma releitura do Movimento e em especial da Antropofagia de maneira a desdobrar suas possibilidades em relação não apenas à arte e à estética, mas à sociedade e à política. Aliás, as dimensões políticas e filosóficas do Manifesto seriam retomadas pelo próprio poeta em estudos na década de 1950.

Em sua tese *A crise da Filosofia Messiânica*, de 1950, e em ensaios que recolheu sob o título *A Marcha das Utopias*, Oswald de Andrade deu nova ênfase e amplitude a alguns conceitos lançados fragmentariamente em 1928, nas edições da *Revista de Antropofagia*. Mantendo características que lhe são próprias, como a concisão e a agilidade responsáveis por aglomerar em um curto espaço séries de filósofos, teólogos e antropólogos, sua escrita constrói pontes que ligam seus antigos postulados a uma teoria cuja formulação é ainda a morada do ideal de “uma realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama” (Andrade, 1970, p. 19) com que encerra o Manifesto.

Na tese *A Crise da Filosofia Messiânica*, o conceito de Antropofagia ritual retorna em oposição àquela realizada por contingência, por fome e necessidade de sobrevivência. A primeira é a que lhe interessa, a qual, de acordo com suas palavras, remonta a Homero e às cidades de “elevada cultura” como as incas e astecas, indicando uma “visão de mundo”, uma operação de “transformação do tabu em

⁷⁶ Selecionamos alguns fragmentos do Manifesto presentes em diferentes páginas. ANDRADE, Oswald. (1970). Manifesto Antropófago. In *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às utopias* (pp.13-19). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

totem. Do valor oposto ao valor favorável” (Andrade, 1970, p. 77). Com base na constatação da importância dessa operação de transformação positiva, ocorrida nos ritos das sociedades primitivas, é que o autor realizará a distinção entre “dois hemisférios culturais que dividiram a história em Matriarcado e Patriarcado”, sendo aquele “o mundo do primitivo. Este o do civilizado. Aquele produziu uma cultura antropofágica, este uma cultura messiânica” (Andrade, 1970, p. 78).

Trazendo à tona as leituras que fizera dos trabalhos de Freud, Nietzsche, Karl Marx, Friedrich Engels, entre tantos outros, Oswald afirma que a “ruptura histórica com o mundo matriarcal produziu-se quando o homem deixou de devorar o homem para fazê-lo seu escravo” (Andrade, 1970, p. 79), do que derivaria a divisão e luta de classes. Nessa ruptura e consequente advento da sociedade patriarcal, o sacerdócio – ócio sagrado – teria um papel importante tanto nas relações de poder como na manutenção da ordem escravocrata. Para o autor, o messianismo, pelo qual emerge o sacerdócio, seria fundamental para o Patriarcado por ser um meio de manter passivos e subjugados com promessas de felicidades futuras aqueles que eram explorados. Seria pelas diversas faces do messianismo, desde a antiguidade até as formas modernas representadas pelo fascismo e mesmo pela experiência comunista da União Soviética, que o valor moral do trabalho se propagaria em oposição ao ócio lúdico e prazeroso vigente nas comunidades primitivas.

Em tais comunidades os viajantes europeus depararam-se com uma realidade tão diversa da que viviam que, segundo Oswald em *A Marcha das Utopias*, no lugar de desejarem também esse modo ocioso de viver, se tornariam porta-vozes, por intermédio de obras como a de Thomas Morus, de um paradoxo em que “a descoberta do homem ocioso da selva americana” trouxe “à luz e à ação grandes propósitos de organização social do trabalho” (Andrade, 1970, p. 160). Para Morus, um austero católico, o ócio era negativo a ponto de converter-se em uma das razões pelas quais os crimes aumentavam na Inglaterra, sendo a partir do elogio do trabalho que delineia sua *Utopia ou O tratado da melhor forma de governo*. Esses e demais relatos nos quais um lugar outro, distante da Europa, ganha tons de paraíso, embasam a afirmação de que “A geografia das Utopias situa-se na América” sendo elas “consequência da descoberta do Novo Mundo e sobretudo da descoberta do novo homem, do homem diferente encontrado nas terras da América” (Andrade, 1970, p.149-151). Partindo dessa constatação, Oswald inverte o sentido negativo do ócio e o caminho trilhado por autores como Morus, que recusam essa característica primitiva, para construir a sua utopia. E se, como ele diz, “no fundo de cada Utopia não há somente um sonho, há também um protesto” (Andrade, 1970, p.194), pode-se dizer que seu protesto contra a sociedade patriarcal e sua cultura messiânica, baseada na opressão e na exploração da força de trabalho, guardava o sonho de retorno ao modelo matriarcal. Tal retorno seria possível quando a técnica fosse utilizada para resgatar um ócio tal como o das comunidades primitivas.

A técnica estaria a serviço do homem e não o contrário, sendo por essa medida e esse sonho que o poeta tenta desfazer uma contradição apontada mesmo por seus contemporâneos. Dessa maneira, ele ensaia, com base nos filósofos que “devorou”, novamente afirmar seu ideal de uma sociedade que não correspondia a um regresso aos tempos primordiais com a negação de tudo o que até então fora feito e produzido, o que nem seria possível, mas um reencontro de uma condição primeira, mais lúdica e igualitária, por meio das possibilidades que o avanço técnico nos forneceria. Nessas considerações, Oswald esboça uma trilha inversa à da História, uma trilha que se faria não de forma linear, mas circular, como ponto de partida e de retorno, em que as comunidades das quais os europeus deram margem às utopias se tornassem o modelo, a via possível de uma felicidade em sociedade que mesmo as experiências comunistas, pautadas em projetos igualitários, não lograram alcançar.

Tecendo o avesso da Utopia de Morus, que das sociedades do ócio – estranhas como afirma Pierre Clastres ao olhar europeu, que negativando o ócio tentaria exorcizá-lo – construiu um sistema de trabalho, Oswald devolve ao ócio sua dimensão positiva, assim como à antropofagia conferira a mesma dimensão, recobrando de valor essas “primeiras sociedades do lazer, primeiras sociedades da abundância”, como afirma Clastres (1982, p. 214), abundância correspondente a um tempo mínimo de trabalho. No dizer de Benedito Nunes, “A Idade do Ócio” anunciada por Oswald é “a Idade de Ouro transposta do passado mítico para o futuro utópico” (Nunes, 1979, p.70), a Idade de Ouro novamente anunciada pela América e na voz de um americano, não de um europeu. Se por esse lado, desejando o ócio, é um avesso de ideais como os do autor inglês, por outro sua tese é ainda Utopia, um não-lugar, linha de escape das contingências históricas, que se faz num reencontro com o tempo mítico, tempo das origens representadas pelo matriarcado.

Se deste retorno à Antropofagia realizado pelo poeta quatro anos antes de sua morte restou a afirmação da utopia, um sonho que também é protesto, a retomada do Manifesto que escrevera em 1928 por diferentes artistas e intelectuais ao longo do tempo resulta na demonstração das múltiplas potencialidades estéticas, filosóficas, políticas e sociais do texto. Seja nos termos da afirmação artística, da resistência ao autoritarismo, da criatividade literária e crítica, do questionamento das violências e desigualdades que estruturam as partilhas dos espaços e saberes, a Antropofagia é caminho pelo qual, como sugerimos inicialmente, podemos ser convocados a um olhar atento para as heranças e diferenças constitutivas da cultura brasileira. É nesse sentido, focalizando especialmente a repercussão da antropofagia entre diferentes artistas, que vale citar alguns “roteiros” desencadeados pelo texto oswaldiano.

3 Roteiros. Roteiros. Roteiros ...

“Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros.” é sequência inscrita no “Manifesto Antropófago”, sequência performática que possibilita ao leitor diversos caminhos interpretativos. Podendo indicar os desdobramentos desejados pelas ideias apresentadas ou, ainda, as rotas de um passado que era preciso rever, questionar, reconfigurar, os repetidos roteiros parecem anunciar um futuro e, concomitantemente, como sugere João Cezar de Castro Rocha (2022, p. 161) ao tratar dos manifestos vanguardistas, flertar com o passado para “abrir brechas no edifício da tradição”. Os plurais roteiros, que soam iguais na repetição ainda que a pluralidade guarde a diferença, parecem constituir válida via para acessar os múltiplos desdobramentos da proposta oswaldiana em diferentes décadas, seja como objeto de debate e avaliação crítica, seja como inspiração para projetos literários, de artes visuais, de música, dentre outros.

No campo da crítica, a proposta antropofágica desencadeou e continua a desencadear profícuos debates em torno das artes e da cultura brasileira em seu constitutivo contato com culturas outras, especialmente as europeias. Nesse sentido, podemos lembrar tanto a validação interpretativa de Haroldo de Campos (1992, p. 234), que considera a Antropofagia como “pensamento da devoração crítica do legado cultural universal”, como os questionamentos de Nabil Araújo (2019), que assinala a encruzilhada interpretativa de uma proposta que capitula o desafio do encontro entre línguas, da impureza das “origens” nacionais ou estrangeiras, ou ainda de nossa “incontornável condição monolíngue”. No campo das artes, o resgate da proposta oswaldiana gestou instigantes movimentos de resistência e provocação. Nesse sentido, podemos elencar tanto a poesia concretista dos irmãos Campos, o teatro de José Celso (que encenou *O Rei da Vela* em 1967 durante a ditadura militar), as canções dos tropicalistas, a arte plástica de Hélio Oiticica (*Tropicália* – 1967) e Lygia Clark (*Canibalismo* – 1973).

Nas palavras de Gonzalo Aguiar (2022, p. 736) em texto intitulado “Os herdeiros da antropofagia”, “o resgate de Oswald foi uma resposta ao autoritarismo e também uma maneira de pôr em circulação um dispositivo (a antropofagia como metáfora da devoração) que permitiu redesenhar a produção e o consumo cultural dos anos posteriores ao golpe de 1964”. E pode-se dizer que redesenhar a produção cultural em contexto de militarização e silenciamento significou menos lidar com questões pertinentes ao nacional e ao estrangeiro (como recorrentemente compreendido em relação à antropofagia) do que lidar com nossas próprias questões a partir de um retorno aos nossos, retorno aos poetas do Modernismo e seus manifestos, retorno a autores de distintos momentos que poderiam, do passado, ajudar a ressignificar um presente de repressão e violência institucional.

É nesse sentido que consideramos ser importante retornarmos à nossa antropofagia, como metáfora e caminho para reelaborar questões pertinentes a um país ainda tocado por discursos de violência e ordem. Retornar a Mário de Andrade em sua defesa da cultura, da arte nacional, sua confissão de que o Movimento Modernista foi renovador, mas falhara em não caminhar com as multidões. Retornar a Oswald de Andrade em sua utopia matriarcal, em sua antropofagia como metáfora da força e da comunhão no encontro com o outro. Retornar mesmo a outros autores como Bernardo Élis, que inspirado nos modernistas encontrou maneiras estéticas de escrever sobre a violência e a miséria cotidianas no sertão de Goiás. Sertão que, redimensionado por Guimarães Rosa, talvez nos faça desconfiar do maniqueísmo que tem atraído tantos entre nós, maniqueísmo que separa o bem e o mal, ainda que no mundo as coisas estejam muito misturadas.

É na potência dos movimentos de “devorar” os nossos, reelaborando o que nos pertence, nossas dádivas e nossas dívidas, que podemos perceber a importância da caminhada da Semana de Arte Moderna da Periferia/ Antropofagia, de 2007, quando pessoas caminharam da periferia paulista à zona sul aos gritos de “é tudo nosso” (movimento que deságua no “Manifesto da Antropofagia Periférica”, de Sérgio Vaz). E, no mesmo sentido, reconhecer a relevância das canções do álbum *AmarElo* de Emicida, gravado no teatro Municipal de São Paulo, espaço que abrigou a Semana de Arte Moderna no século anterior e, neste século XXI, passa a abrigar a arte e os corpos daqueles constantemente relegados às margens sociais. Dialogando explicitamente com Mário de Andrade (“o modernista favorito”) e com Oswald (“só me interessa o que não é meu”) Emicida propõe renovado movimento que recoloca na rota de nossas reflexões as contribuições de artistas negros apagados das histórias oficiais. Assim, lado a lado com a aristocracia que se reuniu no teatro em 1922 ele indica a importância dos Oito Batutas, grupo de samba reconhecido internacionalmente neste mesmo ano. Poetas, arquitetos, atrizes e atores, músicos, artistas plásticos e intelectuais como Lélia Gonzalez, ganham espaço no documentário *AmaRelo*, sendo suas contribuições para a nossa cultura recuperadas no movimento mesmo de retorno, no passado e no presente, às nossas questões artísticas, sociais e políticas.

Retorno devorador que nos permite reencontrar relido, ressignificado de forma surpreendente os versos de “Ismália”, poema composto por Alphonsus de Guimarães no início do século XX. Ao se apropriar dos versos do poeta simbolista, Emicida faz do corpo de Ismália um corpo negro, cujo desejo de ascensão inevitavelmente resulta em queda, em morte. Leitura potente e incômoda para uma sociedade movida ainda pela lógica colonial e escravocrata, “Ismália” na voz de Emicida é dessas peças em que passado e presente se cruzam de tal forma a desnortear olhos e ouvidos atentos, atentos para um tempo, o nosso, em que a ordem é desviar o olhar. Precisariamos de uma vacina antropofágica? Talvez... O que parece certa é a força da arte, da literatura, em questionar, incomodar, nos colocar em contato uns com os outros, de maneira a nos impulsionar a não afastar o olhar diante das sombras de nosso tempo (tarefa dos contemporâneos como sugere Agamben). Assim, pensando na força destes versos, de poetas que se encontram, finalizamos este texto com alguns versos da canção “Ismália”, canção em que um corpo negro resiste em sonhar apesar da violência ao redor – resistência que nos recorda Carolina Maria de Jesus (2020, p. 36), em seu *Quarto de despejo*, em sua luta diária pela sobrevivência, na precariedade da favela, mas ainda assim capaz de sonhar com um vestido recortado do céu, brilhante como as estrelas – “O céu está salpicado de estrelas. Eu que sou exótica gostaria de recortar um pedaço do céu para fazer um vestido” (15 de maio de 1958). É de tantas Carolinas o corpo dessa Ismália:

Olhei no espelho, Ícaro me encarou
Cuidado, não voa tão perto do Sol
Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei
O abutre quer te ver drogado pra dizer:
Ó, num falei?!

No fim das conta é tudo Ismália, Ismália [...]

Quis tocar o céu, mas terminou no chão
Ter pele escura é ser Ismália, Ismália [...]
Quis tocar o céu, mas terminou no chão

Primeiro, sequestra eles, rouba eles, mente sobre eles
Nega o Deus deles, ofende, separa eles
Se algum sonho ousa correr, cê para ele
E manda eles debater com a bala que vara eles, mano
Infelizmente onde se sente o Sol mais quente
O lacre ainda tá presente só no caixão dos adolescente
Quis ser estrela e virou medalha num boçal
Que coincidentemente tem a cor que matou seu ancestral
[...]
Quando Ismália enlouqueceu
Pôs-se na torre a sonhar
Viu uma Lua no céu
Viu outra Lua no mar

No sonho em que se perdeu
Banhrou-se toda em luar
Queria subir ao céu
Queria descer ao mar
E, num desvario seu
Na torre, pôs-se a cantar
Estava perto do céu
Estava longe do mar
E, como um anjo
Pendeu as asas para voar (80 tiros)
Queria a Lua do céu
Queria a Lua do mar
As asas que Deus lhe deu
Ruflaram de par em par
Sua alma subiu ao céu
Seu corpo desceu ao mar

4 Conclusões

Provocador, irônico, subversivo, dado a invenções e contradições, o “Manifesto Antropófago” publicado por Oswald de Andrade na década de 1920 é texto que inspirou e tem inspirado diferentes reflexões críticas e artísticas do século XX ao nosso século XXI. Dedicado especialmente a repensar a equação nacional/ estrangeiro, de maneira a rasurar qualquer ideia de submissão ou imitação de modelos europeus na criação e consolidação das artes brasileiras, o Manifesto é via pela qual diversos estudiosos ensaiaram repensar e problematizar nossas relações com as culturas estrangeiras, seja nos termos da revisão historiográfica, seja nos termos das releituras de inspiração comparatista e decolonial. Valendo-se menos dos trânsitos com o outro, o estrangeiro, do que da força questionadora, prazerosa, violenta e afirmativa da metáfora canibal, artistas plásticos, músicos, poetas retornaram ao legado oswaldiano, sobretudo, em momentos em que o autoritarismo e o acirramento das cisões sociais marcaram o país. Seja na ditadura militar em meados do século XX, seja no flerte com a mesma nestes últimos anos no Brasil, o retorno à antropofagia em nossas artes nos parece sinalizar a força de um movimento de “devoração” do que nos é próprio, devoração dos nossos poetas, de nossa herança capaz de ressignificar nossas potencialidades e contradições. Foi nesse sentido que, neste texto, ensaiamos retornar ao Manifesto e seus desdobramentos em diferentes tempos, em diferentes vozes, como as de Emicida, de modo a sinalizar a pertinência de considerar as possibilidades de uso da metáfora antropofágica para além das relações entre nossas culturas e aquelas de matrizes europeias.

Referências

- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo*. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos.
- Aguilar, G. Os herdeiros da antropofagia. In Gênese, A. (org.). (2022). *Modernismos 1922-2022* (pp. 723-753). São Paulo: Companhia das Letras.
- Andrade, M. (2002). *Aspectos da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins.
- Andrade, O. (1990). *A Utopia Antropofágica*. São Paulo: Globo, Secretaria de Estado da Cultura.
- Andrade, O. (1970). *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Andrade, O. (2004). *Ponta de Lança*. São Paulo: Editora Globo.
- Araújo, N. (2019). *O evento comparatista: da morte da literatura comparada ao nascimento da crítica*. Londrina: Eduel.
- Campos, H. (1992). Da razão antropofágica: diálogo e diferença na cultura brasileira. In Campos, H. *Metalinguagem e outras metas: ensaios de teoria e crítica literária* (pp. 231-255). São Paulo: Perspectiva.
- Clastres, P. (1982). *A Sociedade contra o Estado – Pesquisas de Antropologia Política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- Gênese, A (org.). (2022). *Modernismos 1922-2022*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Jesus, C. M. (2020). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática.
- Morus, T. (2007). *A Utopia*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM.
- Nunes, B. (1979). *Oswald Canibal*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Revista de Antropofagia – Reedição da Revista Literária publicada em São Paulo – 1ª e 2ª Dentições- 1928-1929*. (1976). São Paulo: Metal Leve S.A.
- Rocha, J. C. de C. Manifestos: A estética, a política, as polêmicas e o legado. In Gênese, A. (org.). (2022). *Modernismos 1922-2022* (pp. 153-169). São Paulo: Companhia das Letras.

Wordle em Português: torna o português acessível para estudantes de língua estrangeira

Wordle in Portuguese: making Portuguese accessible for foreign language learners

Scarlet Ava Fernandes¹[0000-0003-0912-2808]

scarlet@unigoa.ac.in

¹Discipline of Portuguese & Lusophone Studies, Shenoj Goembab School of Languages & Literature, Goa University, India.

Resumo. Os alunos de língua estrangeira preocupam-se com a gramática, sem se aperceberem de que um vocabulário é indispensável para aperfeiçoar as habilidades de ouvir, falar, ler e escrever pelos quais o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas avalia um aluno. Este artigo examina como se pode usar o *Wordle* em português como um recurso de aprendizagem na sala de aula de PLE. A pesquisa atual indica que jogos de palavras são modos engraçados e envolventes para praticar o vocabulário, recordar palavras, aprender novas palavras e reforçar a compreensão do seu significado. Entre os muitos aplicativos e jogos disponíveis grátis para desenvolver o vocabulário do idioma, *Wordle* é fácil de usar e está disponível gratuito na rede. Os alunos de Certificado de Proficiência em Português jogaram o *Wordle* em português, depois procuraram a palavra do dia num e-dicionário para consultar propriedades relacionadas: pronúncia, classe gramatical, definição em contextos interdisciplinares, sinónimos, antónimos e o uso idiomático. Construíram uma frase ilustrativa com a palavra para indicar o seu significado contextual. Os alunos do A2 com competências linguísticas superiores realizaram exercícios de escrita criativa com a palavra do dia. Expor os alunos ao *Wordle* exibiu resultados positivos. Jogar *Wordle* não só ajudou os alunos a recordarem palavras aprendidas e soletrá-las corretamente, como também aumentou o entusiasmo para aprender entre os colegas, levando-os numa viagem de descoberta até ao dicionário, um recurso menosprezado. O *Wordle* pode ir para além de um jogo recreativo se for reconhecido como recurso ótimo de aprendizagem de idiomas.

Palavras-Chave: Wordle em português, dicionário, vocabulário, recurso de aprendizagem, aula on-line de PLE.

Abstract. Foreign language learners are primarily concerned with grammar, unaware that a rich vocabulary is indispensable to refine one's listening, speaking, reading, and writing skills the Common European Framework of Reference for Languages Teaching assesses. This paper examines how Wordle in Portuguese can be a learning resource in the Portuguese foreign language classroom. Existing research shows word games to be an enjoyable, engaging way to practice vocabulary, improve word recall, learn new words and reinforce understanding of their meaning. Among the many free language-learning apps and games available to build language vocabulary, Wordle is user-friendly and freely available online. The students of the Certificate of Proficiency in Portuguese courses played Wordle in Portuguese, then looked up the Wordle of the day in an online dictionary to find related content: pronunciation, part of speech, the definition in interdisciplinary contexts, synonyms, antonyms and everyday use. The word was inserted in a sample sentence to indicate its contextual meaning. The A2 level students with higher language competencies performed creative writing exercises with the Wordle of the day. Introducing the students to Wordle exhibited positive results. Playing Wordle not only aided students in recollecting words learned and spelling them correctly but also raised learning enthusiasm among peers taking them on a voyage of vocabulary discovery in the dictionary, a less harnessed

learning resource. Wordle can be more than just a fun game if seen with the right mindset, with the potential to become an unparalleled language-learning resource.

Keywords: Wordle in Portuguese, e-dictionary, vocabulary, learning resource, PFL online classroom.

1 Introduction

Among the ten most spoken languages in the world, Portuguese is spoken by over 230 million people worldwide. Others continue to acquire Portuguese as a second language (*The Most Spoken Languages Worldwide 2023*, 2023). In India, few institutions teach Portuguese as a foreign language (PFL) following the Common European Framework of Reference for Languages (CEFR) that organises language proficiency in six levels, A1 to C2, equivalent to Basic User, Independent User and Proficient User. Learning a foreign language involves listening, speaking, reading, and writing skills for which the CEFR assesses a learner. Nevertheless, vocabulary is critical to giving a complete form of intended expression when learning a new language, as one needs an arsenal of words to communicate.

Any language is a structured communication system consisting of grammar and vocabulary. Foreign language learners, though, primarily tend to focus on grammar, unaware that a rich vocabulary is indispensable for refining aural, oral, reading, and writing comprehension skills. Nevertheless, that does not make grammar any less critical. It is by the use of grammar that one can combine words into meaningful enunciations. A more extensive vocabulary means attaining higher fluency levels faster (Bax & Bax, 2022). Additionally, vocabulary is more beneficial to communication than grammar is. Producing words will help one get meaning across, even if what is said could be more grammatical (*Learning Languages*, 2022).

Courses of Proficiency in Portuguese follow a prescribed course manual, thus restricting the course's thematic content to foreigners in a cultural context. Expanding the vocabulary to other interdisciplinary domains is indispensable as the student progresses to higher proficiency levels. As words do not have single, simple meanings, they encompass immense information, indiscernible to a foreign language learner at first glance. Words have both denotations (literal meanings) and connotations (figurative meanings, positive or negative), thus suggesting, at times, something quite different from the literal meaning. Hence, it is essential to understand the dissimilarity between both to understand word use fully. Word meaning is continually shifting, contextual, and influenced by historical, cultural, and economic factors conventionally understood by native speakers, as evident in the case of idioms or idiomatic expressions. These phrases have a symbolic meaning different from the literal meaning of each element constituting the entire idiom.

Existing research shows word games to be an enjoyable, engaging way to practice vocabulary, improve word recall, learn new words and reinforce understanding of their meaning. Wordle appeals to our intuitive knowledge of what words can look like, what words are in our vocabulary and what words are possible. There is a vast amount of knowledge about valid word structures and patterns of sound that we have on a subconscious level as speakers of our native language. These games are proving to be excellent tools for engagement with the language, both for speakers and people who want to learn the language (Simpkins, 2022).

Although the links to the online dictionaries were made available to the students, they needed higher motivational incentives to consult them. Being a Wordle aficionado, the teacher perceived the Wordle game as the perfect bait to draw students into consulting the e-dictionaries.

The objectives set out are to generate more interest in studying and acquiring a level of competency in a foreign language using an online and, more importantly, a freely available app, Wordle, whose applications through mind teasing puzzles, word of the day and its meaning and broad usage as well as relying on the dictionary for pronunciation, part of spoken language ultimately leading the student to compose and write sentences.

2 What literature has to say

Learning a new language, referred to as "Second language acquisition", involves comprehensible input (hearing or reading), comprehensible output (speaking or writing) and feedback (identifying errors and making necessary changes). The Comprehension Hypothesis positions that we acquire language when

we understand what we hear or read. Our mastery of the individual components of language ("skills") thus results from comprehensible input. The Skill-Building Hypothesis, on the other hand, states that we learn language by first learning grammar rules and memorising vocabulary; we make these rules of new words "automatic" by producing them in speech or writing, and we fine-tune our conscious knowledge of grammar and vocabulary by getting our errors corrected (Krashen, 2017). The reason is simple: understanding more words translates into more input, producing more words means more output and more output means more opportunity for feedback. An extensive vocabulary base gives students the confidence to be more articulate and prolific and score higher on tests than students with poorer vocabulary (Bromley, 2007).

In his review of the book 'How Vocabulary Is Learned' by Stuart Webb and Paul Nation, Elvis Wagner (2018) states that class time is insufficient in a second language learning context to teach learners all the vocabulary necessary to be proficient speakers. Thus, it is imperative that students become autonomous vocabulary learners and that teachers provide opportunities and resources for their students to learn vocabulary outside of the classroom. The authors emphasise that a combination of incidental and deliberate vocabulary learning is ideal and necessary. They also argue that it is a false dichotomy to say that a learner either knows or does not know a word. Instead, they argue that knowledge of a word is on a continuum, with many degrees of partial knowledge.

Knowing a word involves recognising its frequency of occurrence, the probability of being associated with other words, its syntactic behaviour, its underlying form and the possible derivations from it, the associations between it and other words in the language, its semantic value, and the different meanings associated with it. These assumptions reveal the degree of complexity of the vocabulary acquisition task from the student's perspective (Richards, 1976). Paul Nation (2000) opines that children learning a second language should be exposed to the full richness of the language, exploring, polysemy, figurative language, synonyms and idioms.

The conviction that vocabulary should receive most of the teachers' and learners' attention at advanced proficiency levels has arisen because learners reached a ceiling in linguistic development at a certain point of the language study despite continual exposure to the target language. This ceiling primarily affects productive skills, which are speaking and writing. For the advanced learner, conventional syntagms present no real difficulty in his reception of the target language yet are a significant problem in his linguistic production. Easily decodable provided the learner knows the meanings of the particular words a syntagm consists of, they are difficult to remember and recall and distinguishable from idioms since the meanings of most idioms do not equate to the lexical meanings of their constituents (Marton, 1977).

Second language researchers and theorists have long known that anxiety is often related to the language learning field (Horwitz et al., 1986). No surprise, then, that many people claim to have a mental block against learning a foreign language — all the more motivation to make learning fun. Playing word games has innumerable benefits and helps readers work on skills of automaticity and fluency that ultimately lead to reading comprehension. As a teacher, Moriarty (2022) vows that using word games to learn vocabulary helps expand the students' oral language, and increased student engagement nurtures an optimistic learning space. Wordle reunites several game aspects essential in gamification and game-based learning using challenging games: simplicity, a high fun factor and a sense of community. Like other word-based games, Wordle fits in with the self-determination theory, built upon three basic psychological needs of learners: autonomy, competence and relatedness (Drom, 2022). Wordle enables autonomy in the player choosing to take a few minutes from one's routine to play it and offers competence to solve a puzzle and connect to a broader community (Anthony, 2022).

Wordle is a global community-building activity that fosters building language acquisition skills in the classroom. Language learners only sometimes have the opportunity to use all the vocabulary they learn. Playing Wordle helps remind them of words they have learned (Connor, 2023). To investigate if playing with Wordle would benefit low to intermediate-level English learners at 3 Japanese universities, Connor (2023) taught the students how to play by giving them bilingual instructions.

3 Methodology

The sample population comprised 28 A1 and 8 A2 students registered for the Certificate of Proficiency in Portuguese courses, each of 100 hours duration, held in synchronous online mode in Google Meet in the Summer of 2023. The methodology comprised three distinctive but interrelated steps:

Step 1: Play Wordle⁷⁷ - The students played Wordle in Portuguese daily at <https://observador.pt/interativo/abrapalavra-wordle-portugues/> and <https://termo.pt/> and shared the solved puzzle on the class WhatsApp group. Students maintained a list of words to make the games count into productive language lessons.

Step 2: Consult the dictionary - Students looked up the Wordle of the day in the prescribed online dictionaries: (<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa> or <https://dicionario.priberam.org/>) to find related content: pronunciation, part of speech, the definition in interdisciplinary contexts, synonyms, antonyms and idiomatic use.

Step 3: Use the word in a writing activity - Students used the Wordle of the day in a sample sentence to indicate its multidisciplinary and/or contextual meaning. The A2 level students with higher language competencies performed creative writing exercises with the Wordle of the day. They either built a short text around the word or, in the case of words having anagrams, wrote a text that included all its anagrams whenever possible.

Wordle activities were done for each proficiency level during class, sometimes in breakout rooms. Eventually, students were encouraged to continue activities independently. As the course progressed, words with higher potential were taken up in class when required.

4 Results and Discussions

From the anonymous feedback obtained through a Google form, 70% of the students provided feedback.

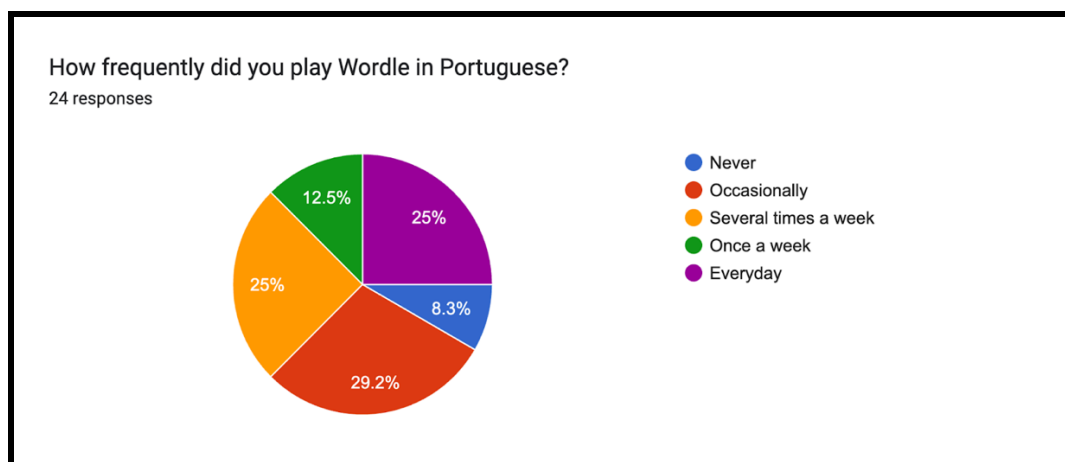


Figure 4.1: Frequency of usage of Wordle in Portuguese.
Source: Author.

From Fig 4.1, it is evident that most of the students used the app to improve their language skills outside the prescribed course hours, considering that most of them are employed or homemakers, indicating that they were enthused with Wordle and its efficacy in learning.

⁷⁷ Wordle is a web-based word game created and developed by Welsh software engineer Josh Wardle. The premise is to guess a five-letter single daily solution in six attempts. After each effort, the tiles change colour, indicating whether letters occupy the correct or wrong position or are absent in the word. The five-letter input vibrates if the word is unacceptable. The solution pops up on the screen on conclusion.

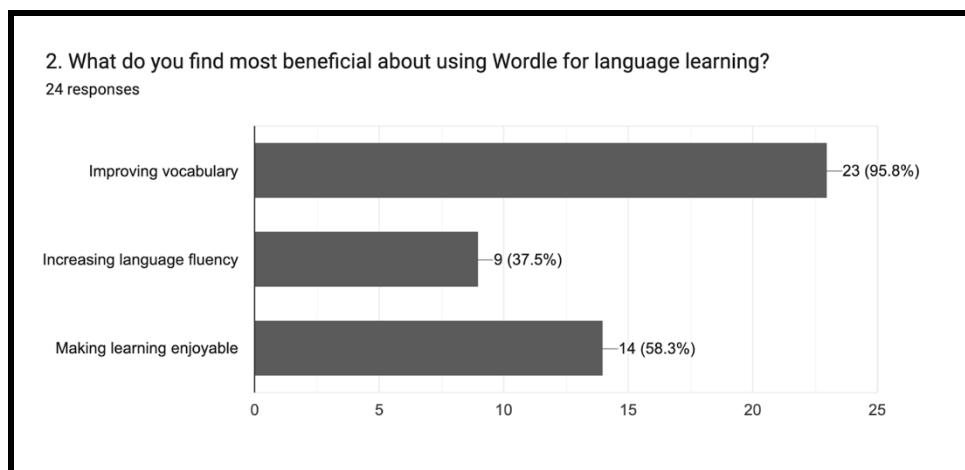


Figure 4.2: The benefits of using Wordle in Portuguese.
Source: Author

The above bar diagram distinctly indicates that the mind-teasing puzzles complemented by the usage of words have gone a long way in improving their vocabulary. Almost all of the students hold this view. It also bolsters the need for usage of this app for teaching. While they overwhelmingly agreed on vocabulary increasing capacity, many differed on its efficacy as a tool to increase fluency. This perhaps could be ascribed to the fact that fluency in a language is a long, drawn-out process and is not easily achieved compared to learning new words. Considering the varied age group of the students and their usage of the app, the majority appreciated the app and its delivery to them.

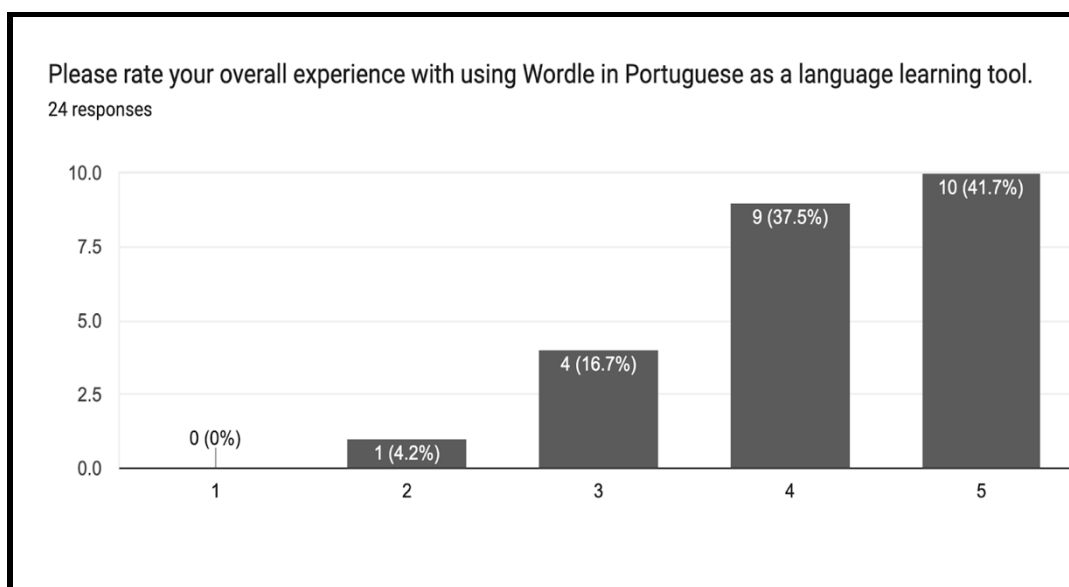


Figure 4.3: Using Wordle in learning Portuguese.
Source: Author.

Fig 4.3 depicts that a vast majority of the students are convinced that Wordle as a language learning tool is very beneficial to them; a majority of these students have proficiency in at least one local language besides English.

The researcher agrees with Razika Sanaoui (1995) that learners roughly fell into two groups: the first developed a routine, and the second did not, or only to a minimal extent. Writing the word or using

the lexical item in a sentence, said aloud or used in conversation, helped the student remember the word through contextual and linguistic associations and imagery. Some adult students themselves managed their vocabulary learning by being inspired to look up additional words from the manual glossary. In contrast, others relied heavily on language instruction to develop their knowledge.

One can capitalise on what was previously learnt by playing the Wordle game. It provides a stimulating excuse to think about the vocabulary of whatever language one is learning for a few minutes each day, and one will find oneself unconsciously revising lexical inventory to get the right word. Keeping a vocabulary notebook can also help one organise and reinforce learning, and track one's progress over time. By recording new vocabulary words and their meaning, as well as example sentences and notes on usage, one can create a personalised reference tool to help review and practice vocabulary. Five-letter words are interesting. They are usually just one syllable in English, and usually, they start with consonants and their vowels land somewhere in the middle. Another typical structure for five-letter words is alternating consonants and vowels, except in the case of digraphs. These are innate constraints that learners become aware of and end up using whether they realise it or not (Simpkins, 2022). Game-based learning as a pedagogical strategy is increasingly used as gamification increases intrinsic motivation and promotes long-term memorisation. This makes Wordle an exciting tool with educational potential (Drom, 2022). Wordle can aid educators by reminding them of key points about effective phonics and spelling instruction, thus boosting literacy instruction. Wordle is highly engaging, even addictive. It has characteristics associated with motivating and engaging literacy experiences, being challenging yet attainable, being social and having a result (Duke, 2022).

The monolingual or bilingual dictionary can be a lifelong learning tool that entertains and instructs. In language learning, dictionaries are helpful as a secondary source to help understand a text and as a primary source as received or produced by students, provided that teachers have developed in their students the skills necessary to use dictionaries correctly (Walz, 1990).

5 Conclusions

This work looks at working with a freely available online app, Wordle and its application in maximising the foreign language learning process. Vocabulary teaching must go beyond covering a certain number of words on a list and understanding what it means to know a word, a thought not paid attention to in the present times. However, whatever pedagogical devices might be used, for learners to gain considerable improvement in production skills, hard work and conscious effort on the part of both the learner and the teacher is indispensable.

A global community-building activity, Wordle fosters building language acquisition skills in the classroom. Language learners only sometimes have the opportunity to use all the vocabulary they learn. Playing Wordle helps remind them of words they have learned (Connor, 2023). From the feedback, it is apparent that Wordle has the potential, when harnessed effectively, to create autonomous learners. It has the added advantage of being user-friendly, which breaks the barrier of elderly users who are apprehensive about using technology. In this technology-driven age, Wordle must be incorporated as an essential component of the teaching-learning process.

References

- Anthony, A. (2022, February 20). What in the world is happening to our beloved Wordle? Accessed on 22-06-2023 at <https://amp.theguardian.com/games/2022/feb/20/what-in-the-world-is-happening-to-our-beloved-wordle>
- Bax, A., & Bax, M. (2022, June 24). Is Vocabulary Important In Language Learning? Accessed on 26-05-2023 at <https://textinspector.com/vocabulary-in-language-learning/>
- Bromley, K. (2007). Nine Things Every Teacher Should Know About Words and Vocabulary Instruction. *Journal of Adolescent & Adult Literacy*, 50(7), 528–537. <https://doi.org/10.1598/JAAL.50.7.2>
- Connor, S. (2023). *Using the online game 'Wordle' in the language classroom*. In INTED2023 Proceedings (7882–7885.) Valencia, Spain.
- Drom, A. V. (2022, February 22). *Harness the popularity of wordle and word-based games*. Accessed on 26-05-2023 at <https://eductive.ca/en/resource/harness-the-popularity-of-wordle-and-word-based-games/>

- Duke, N. (2022, January 28). What Wordle Reminds Us About Effective Phonics and Spelling Instruction. Accessed on 26-05-2023 at <https://www.ascd.org/blogs/what-wordle-reminds-us-about-effective-phonics-and-spelling-instruction>
- Horwitz, E. K., Horwitz, M. B., & Cope, J. (1986). Foreign Language Classroom Anxiety. *The Modern Language Journal*, 70(2), 125–132. JSTOR. <https://doi.org/10.2307/327317>
- Krashen, S. (2017, May 17). *The Case for Comprehensible Input*. Language Magazine Improving Literacy & Communication. <http://www.sdkrashen.com/>
- Learning Languages*. (2022, November 15). Accessed on 26-05-2023 at <https://learningcenter.unc.edu/tips-and-tools/learning-a-second-language/#:~:text=Learning%20a%20new%20language%20involves,new%20alphabet%20and%20writing%20format>
- Marton, W. (1977). Foreign Vocabulary Learning as Problem No. 1 of Language Teaching at the Advanced Level. *Interlanguage Studies Bulletin*, 2(1), 33–57.
- Moriarty, M. (2022, February 9). *Word Games Like Wordle and Mywordle Help Make Language More Accessible for Students*. Accessed on 26-05-2023 at <https://theeducatorsroom.com/word-games-like-wordle-and-mywordle-help-make-language-more-accessible-for-students/>
- Nation, P. (2000). WHAT'S IN A WORD? VOCABULARY DEVELOPMENT IN MULTILINGUAL CLASSROOMS by Norah McWilliam. *Studies in Second Language Acquisition*, 22(1), 126–127.
- Richards, J. C. (1976). The Role of Vocabulary Teaching. *TESOL Quarterly*, 10(1), 77–89. <https://doi.org/10.2307/3585941>
- Sanaoui, R. (1995). Adult Learners' Approaches to Learning Vocabulary in Second Languages. *The Modern Language Journal*, 79(1), 15–28. <https://doi.org/10.2307/329390>
- Simpkins, K. (2022, March 3). *What the Wordle trend can teach us about language and technology*. Accessed on 26-05-2023 at <https://www.colorado.edu/today/2022/03/03/what-wordle-trend-can-teach-us-about-language-and-technology>
- The most spoken languages worldwide 2023*. (2023, June 16). Accessed on 29-07-2023 at <https://www.statista.com/statistics/266808/the-most-spoken-languages-worldwide/>
- Wagner, E. (2018). Review of How Vocabulary Is Learned, by S. Webb & P. Nation. *TESOL Quarterly*, 52(4), 1120–1122.
- Walz, J. (1990). The Dictionary as a Secondary Source in Language Learning. *The French Review*, 64(1), 79–94.

Proteção de Dados Pessoais: investigação no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica

Personal Data Protection: research in the master's degree in Professional and Technological Education

Susi de Fátima Carvalho da Silva¹, Adriano Willian da Silva Viana Pereira², Mercia Freire Rocha Cordeiro Machado³

susi.silva@ifpr.edu.br, adriano.silva@ifpr.edu.br,
mercia.machado@ifpr.edu.br

¹ Instituto Federal do Paraná, Brasil.

² Instituto Federal do Paraná, Brasil.

³ Instituto Federal do Paraná, Brasil.

Resumo. Este artigo apresenta uma investigação de abordagem qualitativa do tipo descritiva sobre a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD - no Brasil e suas implicações para a organização da Educação Profissional e Tecnológica - EPT. objetiva identificar e analisar os resultados das dissertações publicadas no observatório nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, no período de 2018 a 2022, que abordaram a temática da LGPD. Como objetos de análise, foram selecionadas no Observatório Nacional de Dissertações 09 pesquisas, que atenderam aos critérios de exclusão da investigação, as quais foram analisadas a partir da técnica de Análise de na perspectiva de Bardin (2011). Os dados apontam que o tema foi pouco discutido junto ao programa ProfEPT, o que possibilita uma gama de formas de abordagem sobre a Lei Geral de Proteção de Dados e suas implicações na EPT. Verifica-se que a falta de discussão sobre o tema, restringe o debate e as contribuições para a organização e tratamento da LGPD e suas implicações na EPT. A pesquisa também apresenta uma abordagem teórica sobre a LGPD objetivando elucidar conceitos e definições para que o leitor consiga despertar para o acolhimento e novas formas de abordagem e discussão sobre o tema e suas implicações na EPT. Outrossim, evidencia-se que a baixa tratativa do tema, deve-se ao fato da LGPD ser uma lei muito recente, tendo sido publicada em agosto de 2018, passando a vigorar em agosto de 2020.

Palavras-Chave: Lei Geral de Proteção de Dados. Educação Profissional. Dados. Informação.

Abstract. This article presents a qualitative descriptive approach investigation about the General Data Protection Law - LGPD - in Brazil and its implications for the organization of Professional and Technological Education - EPT. aims to identify and analyze the results of dissertations published in the national observatory of the Graduate Program in Professional and Technological Education - ProfEPT, from 2018 to 2022, which addressed the LGPD theme. As objects of analysis, 09 studies were selected from the National Observatory of Dissertations, which met the exclusion criteria of the investigation, which were analyzed from the Analysis technique from the perspective of Bardin (2011). The data indicate that the topic was little discussed with the ProfEPT program, which allows a range of approaches to the General Data Protection Law and its implications for the EPT. It appears that the lack of discussion on the subject restricts the debate and contributions to the organization and treatment of the LGPD and its implications for the EPT. The research also presents a theoretical approach on the LGPD aiming to elucidate concepts and definitions so that the reader can awaken to the reception and new ways of approaching

and discussing the subject and its implications in the EPT. Furthermore, it is evident that the low level of treatment of the subject is due to the fact that the LGPD is a very recent law, having been published in August 2018, coming into force in August 2020.

Keywords: General Data Protection Law. Professional education. Data. Information.

1 Introdução

Com a propagação das redes sociais, a globalização de informações, o crescimento dos e-commerce e a velocidade com que o mundo virtual se desenvolve, o Brasil por muito tempo não teve uma legislação que amparasse os usuários da rede mundial de computadores que porventura sofressem algum tipo de violação de seus direitos à liberdade, à privacidade, à intimidade entre outros direitos como cidadão.

Fato esse que, nos últimos anos, acentuou-se com o problema recorrente de vazamento de dados pessoais, por diversos motivos dos quais: interesses econômicos, venda sem autorização do proprietário do dado, e até mesmo, o desconhecimento da real necessidade de proteção desses dados.

Diante deste cenário institui-se no ano de 2018 a Lei Geral de Proteção de Dados, a LGPD, que estabelece a garantia, em qualquer dessas hipóteses, o equilíbrio entre a proteção de dados e a privacidade do seu titular. Além de proteger a privacidade, a lei também objetiva garantir um fluxo adequado para os dados e informações pessoais dos titulares deles.

Verifica-se que desde a sua criação, na prática, pouco se sabe acerca dos seus impactos no dia a dia das instituições e em especial das instituições de ensino.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), modalidade de educação brasileira, tem como objetivo principal preparar estudantes para o mundo do trabalho, por meio de conhecimentos teóricos e práticos específicos em uma determinada área profissional ou tecnológica. Para essa oferta é necessário inúmeros requisitos que envolvem a manipulação de dados relativos a gestão pedagógica, orçamentária e administrativa para garantir a qualidade dessa oferta. Diante disso, os responsáveis pela gestão das instituições de ensino terão o desafio de garantir a coleta e o processamento adequados dos dados dos funcionários e alunos. Essas informações necessitam de proteção, reter e arquivar dados para cumprir os requisitos legais, tudo para fins de proteger os direitos de personalidade de todos os envolvidos no processo educacional.

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em Rede é, atualmente, o maior programa da área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) compreendido por 40 instituições, 452 professores permanentes, cerca de 1.070 mestrandos em curso e mais de 4.000 pesquisas produzidas desde 2017 (Observatório ProfEPT, 2023). As pesquisas e os produtos desenvolvidos neste programa investigam a EPT nas suas diversidades regionais, culturais, educacionais e sociais brasileiras.

Assim sendo, esta pesquisa objetiva identificar e analisar os resultados das dissertações publicadas no observatório nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, no período de 2018 a 2022, que abordaram a temática da LGPD.

2 Fundamentação teórica

2.1 Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

Conforme a Escola Nacional de Administração Pública – Enap (2022) a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) regulamenta o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de proteger a liberdade, a privacidade, a intimidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, Titular desses dados, mas também de garantir o adequado fluxo de dados, o direito à informação, à liberdade de expressão, bem como a plenitude e a saúde da economia digital e informacional.

É importante destacar que a referida Lei não se aplica apenas ao tratamento digital da proteção de dados, fato evidenciado quando o legislador apresenta que "Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais." Assim, a LGPD no Brasil, aplica-se a qualquer operação de tratamento de dados realizada por pessoa natural ou física, e por empresa pública ou privada, com o objetivo de proteger bens e serviços.

Dessa forma, entender os principais impactos da LGPD requer estudos aprofundados sobre os seus avanços, uma vez que a referida lei passou a vigorar a partir de agosto de 2020 e as sanções entraram em vigor em agosto de 2021.

Segundo a Lei a base que devem fundamentar as discussões sobre a LGPD devem acontecer através dos seguintes conceitos e definições: i) Dado Pessoal; ii) Dado Pessoal Sensível; e iii) Tratamento de Dados.

Já os atores envolvidos nessa tramitação de dados, segundo a Lei, são: i) o Titular; ii) o Controlador; iii) o Operador; iv) o Agente de Tratamento; v) o Encarregado; e vi) Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Para exemplificar esse processo, a Figura 1 evidencia o fluxo que ocorre entre os conceitos, definições e os atores envolvidos na proteção dos dados pessoais dos indivíduos:

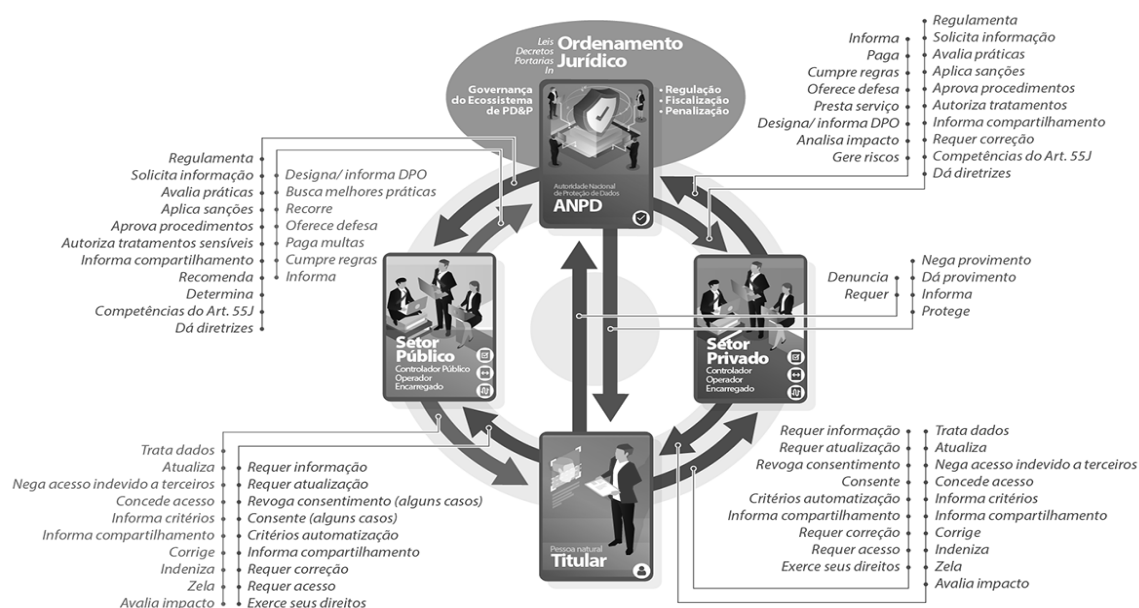


Figura 1: Relações e Atribuições.

Fonte: Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados (ENAP, 2022).

Como apresentado na imagem, a LGPD regula a coleta, o armazenamento, o tratamento e a transferência de dados pessoais e de empresas. A LGPD tem implicações significativas para diversas áreas, incluindo educação, visto que as instituições de ensino precisam estar em conformidade com as normas de proteção de dados ao lidar com informações pessoais de alunos, professores e funcionários.

As instituições que oferecem Educação Profissional e Tecnológica (EPT) possuem uma estrutura organizacional específica para atender às necessidades de formação técnica e profissional dos seus alunos. A estrutura pode variar, mas em linhas gerais deve ter a seguinte estrutura:

- Diretores, que são responsáveis pela liderança e gestão geral da instituição.
- Equipe Administrativa, que inclui chefes de seção, coordenadores e profissionais de suporte administrativo que auxiliam na operação diária da instituição.
- Coordenadores de cursos, responsáveis pela supervisão deles, garantindo a qualidade do ensino, o desenvolvimento do currículo e a coordenação das atividades pedagógicas.
- Professores, responsáveis por ministrar as aulas, desenvolver e atualizar os planos de ensino, bem como orientar e avaliar o desempenho dos alunos.
- Departamentos Acadêmicos, que são áreas nas quais acontecem o desenvolvimento curricular e a coordenação das atividades acadêmicas em cada área.
- Divisões Administrativas englobam áreas como finanças, recursos humanos, infraestrutura e serviços gerais.

- Salas de aula, laboratórios, oficinas e espaços específicos que são ambientes equipados para aulas teóricas e práticas.
- Biblioteca e recursos didáticos, que oferecem acesso a livros, materiais didáticos, recursos digitais e ferramentas de pesquisa.
- Serviços de apoio, como orientação acadêmica e profissional, serviço de estágios e colocação profissional, atendimento ao estudante e atividades extracurriculares.
- Conselhos Consultivos, que incluem representantes da gestão atual, ex-alunos e membros da comunidade.

Diante dessa grande estrutura, ressalta-se o grande fluxo de informações que uma Instituição da EPT administra e é responsável por sua guarda. Nesta perspectiva, destaca-se que a EPT está contemplada quando falamos em LGPD, através de seus atores, já que a organização da EPT pode ser facilmente caracterizada em um dos fluxos propostos pela legislação, quando o ordenamento jurídico proteja o titular dos dados pessoais e este por sua vez pode interagir com a EPT, tanto por meio do setor privado como por meio do setor público. Ou seja, através da rotina administrativa da EPT se instala a necessidade de obediência à LGPD e para isso é necessário além do conhecimento da legislação, a análise de seus impactos para a realização da organização adequada.

3 Metodologia

Como apresentado nas seções anteriores, o estudo sobre a Lei Geral de Proteção de Dados se apresenta como um tema muito recente devido à vigência da referida lei. Optou-se, neste estudo, pela pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritiva, por possibilitar: i) ter uma visão geral de como o tema está sendo pesquisado; e ii) identificar as contribuições e os avanços científicos para uma determinada área do conhecimento, pelo ponto de vista descritivo.

Os autores Prodanov e Freitas (2013, p.52) salientam que “nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador”.

Diante disso, fica evidente a relevância desse tipo de pesquisa, em especial no campo do ensino, para identificar as múltiplas abordagens e perspectivas na construção do conhecimento científico, possibilitando tratativas significativas no ensino, pautadas na relação da teoria com a prática. Assim, essa investigação foi pautada, no levantamento das pesquisas acadêmicas, dissertações, apreciadas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) - disponíveis no Observatório nacional do programa, no qual estão publicadas todas as produções científicas, dissertações, apresentadas em toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT) e assim formar o corpus de análise da pesquisa.

O levantamento das pesquisas foi realizado utilizando a opção “por assunto” com as palavras-chave “Lei Geral”, “LGPD”, “Banco de dados”, “Proteção de Dados” e “Informação”. O Observatório apresenta a interface de pesquisa, conforme figura 2 a seguir:



Figura 2: Interface do Observatório Nacional do ProfEPT.

Fonte: Observatório do ProfEPT (2023).

Assim, o preenchimento de cada informação solicitada para a busca se deu da seguinte maneira, conforme descrito no Quadro 1:

Quadro 1: Informação solicitada para a busca

item:	Preenchimento no sistema:
Escolha a Instituição:	Todas as instituições associadas
Escolha o Tipo do Produto:	Todos
Ano da Defesa:	2018,2019,2020,2021 e 2022 independente
Assunto:	conforme a ordem de descritores
Egresso:	sem preenchimento
Membro da Banca Examinadora:	sem preenchimento

Fonte: Observatório do ProfEPT (2023).

A delimitação do período pesquisado justifica-se por acreditar-se que em meados desse período o Brasil vivenciou, por diversas vezes o vazamento de dados e informações pessoais, nos meios eletrônicos, dos usuários da rede mundial de computadores tornando-se um local hostil e vulnerável para os usuários e propício a essa prática, inadequada, sem a devida punição, pela falta de uma legislação específica.

A busca realizada no observatório selecionado ocorreu no dia 02/12/2022, referente ao período de 14/08/2018 a 31/10/2022 e geraram inicialmente um total de 14 pesquisas em nível de mestrado. No processo de seleção das pesquisas no Observatório do ProfEPT foi realizada a leitura do título e do resumo dos 14 trabalhos. Por fim, para uma análise mais precisa, foi realizada a leitura das considerações finais e foram excluídas 05 pesquisas por não estarem disponíveis. Para a etapa de constituição do *corpus* de análise foram selecionados 09 documentos para a fase de análise, conforme Quadro 2:

Quadro 2: Resultado da pesquisa por descritores

	2018	2019	2020	2021	2022
Lei Geral	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado
LGPD	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado
Banco de Dados	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado
Proteção de Dados	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado	Nenhum Resultado encontrado
Informação	Nenhum Resultado encontrado	1	6	1	1

Fonte: Observatório do ProfEPT (2023).

Na etapa final foi elaborada uma planilha para organizar e sistematizar a análise dos dados, considerando a identificação das pesquisas, o *link* de acesso aos textos completos, os resumos e a

organização de uma síntese preliminar dos achados para facilitar a etapa posterior, de análise do conteúdo. Seguindo o protocolo de revisão, a leitura das considerações finais foi realizada nos 09 trabalhos selecionados de acordo com os seguintes critérios: i) Apresentar resultados com ênfase na LGPT; iii) Estudos realizados no contexto educacional brasileiro; iv) Publicações dos últimos 05 (cinco) anos.

Para a análise de dados, utilizou-se a técnica Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) nas 09 pesquisas selecionadas, obedecendo às seguintes fases: coleta de dados, preparação dos dados, codificação, categorização e análise de conteúdo.

Tais etapas serão descritas na seção de análise e discussão dos dados desta pesquisa, onde busca-se compilar e evidenciar os resultados da investigação.

3 Análise e discussão dos dados

A análise e discussão dos dados da pesquisa seguiu conforme Prodanov e Freitas (2013) quando a análise e a interpretação desenvolvem-se a partir das evidências observadas, de acordo com a metodologia, com relações feitas através do referencial teórico e complementadas com o posicionamento do pesquisador.

É importante destacar que identificar as dissertações defendidas no ProfEPT sobre LGPT para: i) ampliar a busca da temática; ii) facilitar a localização de pesquisas relacionadas à temática; iii) a periodicidade da temática; iv) percepção do espaço tempo que emergem; v) abrangência do tema; vi) perceber a importância da continuidade dos estudos sobre a LGPT.

Na pré-análise, ou seja na preparação dos dados, feita com base em Bardin (2011), foi realizada a leitura “flutuante” de todo o material coletado e foram selecionadas as pesquisas que pudessem responder ao objetivo do presente estudo. Essa etapa consistiu na organização dos dados coletados, considerado o primeiro contato dos pesquisadores com os materiais encontrados. Nesta etapa ocorreu a escolha dos documentos que foram analisados.

Na etapa de exploração do material, na fase de codificação foram criados códigos para posterior categorização. Cada dissertação recebeu um código constituído da letra D (dissertação), do ano seguido de uma numeração em sequência, como por exemplo D2020-1.

As categorias de análise se constituíram com base em leituras de resumos e considerações finais das pesquisas, e para que fossem identificadas suas incidências, cada pesquisa recebeu um código de identificação. A categorização foi realizada levando em consideração as palavras-chaves dos resumos das pesquisas selecionadas. Por fim, foi realizado o tratamento dos resultados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

A partir dos dados coletados, evidenciou-se uma baixa produção acadêmica sobre a temática proposta conforme apresentado no quadro 3.

Quadro 3: Alguns resultados explicitados nas pesquisas para justificar o grau de proximidade com o tema da proteção de dados

Trechos de pesquisas localizadas no observatório Observatório Nacional do ProfEPT, a partir do descritor Informação		
Código	Categoria	Extrato do Resumo
D2019	Informação; Biblioteca; Comportamento informacional; Ensino; EPT; ProfEPT; Produto educacional.	Apresenta o conceito de informação e salienta a importância do desenvolvimento de ações educativas direcionadas às atividades de busca e uso da informação na biblioteca da instituição.
D2020.1	Trabalhos científicos. Informações confiáveis. Fontes de informações. Bases de dados.	Objetiva analisar a habilidade de estudantes de Iniciação Científica com a forma de obtenção de informação
D2020.2	Educação Profissional e Tecnológica; Estudantes Surdos; Bilinguismo; Acessibilidade Digital; SIGAA.	Refere-se a um projetos interdisciplinares e integrador, com intuito de promover acessibilidade na oferta de produtos e serviços para Surdos nos meios digitais. Integra conhecimentos como Design Contextual, Tecnologias da Informação, Tradução de materiais impressos em língua escrita para o meio digital em língua gestual.
<u>D2020.3</u>	Gestão da Informação; Educação Profissional e Tecnológica; Business Intelligence	Pesquisa sobre a gestão da informação na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Utiliza um conjunto de estratégias para a obtenção e visualização de dados educacionais. Propõe uma reflexão acerca da importância e de termos informações qualificadas que permitem compreender a EPT com base em evidências, auxiliando nas tomadas de decisões no contexto educacional.
D2020.4	Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs); Aprendizagem Baseada em Projetos; Produto Educacional; EPT; ProfEPT.	Propõe uma sequência didática que incorpora o uso das Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) como ferramentas facilitadoras da Aprendizagem baseada em projetos
D2020.5	indissociabilidade; ensino; pesquisa; extensão; IFG.	Discute o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades
D2020.6	MOOC, Segurança da informação Ensino médio - Educação Profissional e Tecnológica, Aprendizado em Computação Integrado	Discute um modelo de formação on-line, aberto capaz de aliar teoria e prática na promoção da aprendizagem na educação profissional e tecnológica.
D2021.1	Formação Continuada; Educação Profissional e Tecnológica; Metodologias Ativas; TICs.	Investiga as possíveis contribuições de uma formação continuada para docentes utilizando Metodologias Ativas e Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), com vistas à compreensão da EPT e do Ensino Médio, buscando melhorar as práticas pedagógicas.
D2022.1	Competência em informação. Educação Profissional e Tecnológica. Cursos técnicos. Bibliotecário. MOOC.	Trata da competência em informação na educação profissional e tecnológica e propõe o desenvolvimento de habilidades informacionais por meio de um curso mooc (Cursos Online, Abertos e Massivos).

Fonte: Observatório do ProfEPT (2023).

Dos 09 resultados, apenas 01 pesquisa se aproximou da temática central deste estudo. Apesar da baixa produção existente, o corpus de análise identificado foi satisfatório para evidenciar a necessidade de discussão sobre o tema junto à academia, em especial quanto às implicações junto à EPT da Lei Geral de Proteção de Dados.

As demais pesquisas trataram de “ações educativas direcionadas às atividades de busca e uso da informação na biblioteca”, as “habilidade de estudantes de Iniciação Científica”, “Projeto interdisciplinar e integrador, com intuito de promover acessibilidade na oferta de produtos e serviços para Surdos nos meios digitais”, “sequência didática com uso das Tecnologia da Informação e

Comunicação (TICs) como ferramentas facilitadoras da Aprendizagem baseada em projetos”, “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades”, “Formação on-line”, “Formação continuada por meio das metodologias ativas” e “Formação com formato de Mooc”.

Ao tratar das categorias “Gestão da Informação”, “Educação Profissional e Tecnológica”, “Business Intelligence” e abordar os principais conceitos da Gestão da Informação (GI) e da Gestão do Conhecimento, dados, informações, valor e qualidade da informação, sistemas de informações, tripé da governança digital, visualização de dados por Business Intelligence (BI), entre outros, a dissertação D2020.3, foi a pesquisa que mais se aproximou da temática “LGPD”. E como resultados de pesquisa traz no texto a discussão sobre a referida lei, bem como apresentam algumas terminologias fundamentais e que devem ser levadas em consideração objetivando a harmonização da informação em diferentes documentos.

5 Considerações

Este artigo teve como objetivo identificar e analisar os resultados das dissertações publicadas no observatório nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, no período de 2018 a 2022, que abordaram a temática da LGPD.

A partir do levantamento e análise de dados evidencia-se uma baixa produção científica que trata da temática LGPD vinculadas a EPT. Das 09 pesquisas selecionadas, apenas 01 discutiu a temática, que pode ser justificada pela juventude da Lei e da sua implementação nas instituições de ensino.

Considerando que a LGPD: i) tem como objetivo principal proteger a privacidade e os direitos dos indivíduos em relação aos seus dados pessoais, garantindo maior controle sobre como suas informações são utilizadas; e ii) deve ser adotada por todas as organizações que processam dados pessoais no Brasil, independentemente de seu porte ou natureza, incluindo empresas privadas, órgãos governamentais e entidades sem fins lucrativos.

Sendo assim, é recomendável que tal tema seja abordado em mais pesquisas com diferentes metodologias, visando a contribuição para a cientificidade do tema e o fortalecimento da organização da EPT. O resultado obtido evidencia e justifica a importância de futuras pesquisas apresentadas ao ProfEPT tratando a LGPD como tema de pesquisa, proporcionando conhecimento científico e fortalecimento do escopo das áreas de conhecimento que contribuem para a organização da Educação Profissional.

A LGPD tem implicações significativas para todas as áreas da sociedade, incluindo instituições de ensino, que coletam e processam dados pessoais de alunos, professores, funcionários e outras partes interessadas. As instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) precisam estar em conformidade com a LGPD ao lidar com informações pessoais em seus processos administrativos e educacionais. Isso envolve a implementação de políticas, procedimentos e medidas de segurança para proteger os dados pessoais e garantir os direitos dos titulares.

Diante disso, é necessário que pesquisas sejam realizadas para que se possa ter o avanço do conhecimento, a inovação, a expansão do conhecimento científico, educação e aprendizado e exploração do desconhecido.

Referências

- Arruda, M.C.C., Whitaker, & M.C., Ramos, J. M. R. (2009). *Fundamentos de ética empresarial e econômica*. 4ª edição. São Paulo: Atlas.
- Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018. *Lei Geral de Proteção de Dados*, 2018.
- Fernandes, F. (2020). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 6ª edição. São Paulo: Editora Contracorrente.

- Ferrari, M. (2022). *Antonio Gramsci, um apóstolo da emancipação das massas*. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1380/antonio-gramsci-um-apostolo-da-emancipacao-das-massas>>. Acesso em: 10 dez 2022.
- Manacorda, M. A. (2013). *O princípio educativo em Gramsci: Americanismo e conformismo*. Tradução: William Laços, 2ª edição. Campinas: Editora Alínea.
- Mészáros, I. (2008). *A educação para além do capital*. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São. Paulo: Boitempo.
- Moll, J. (2010). *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões e Possibilidades*. Porto Alegre: Artmed.
- PROMPT. (2022). *Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)*. Disponível em: <<https://ProfEPT.ifes.edu.br/areadeconcentracao?start=1>>. Acesso em 10 dez 2022.
- Saviani, D. (1989). *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: EPSJV/ Fiocruz.
- Prodanov, C. C., Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas do Trabalho Acadêmico*. 2ª edição. – Novo Hamburgo: Feevale.
- Roldão, S. F., de Lima Ferreira, J., & Branco, V. (2021). *Imigração no Brasil e o processo de escolarização para as crianças e adolescentes imigrantes*. Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade, 10(2). <https://doi.org/10.9771/re.v10i2.36960>. Acesso em 16/12/22.
- Ulysses Alves de Levy Machado (conteudista, 2020) e outros - *Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados*. Acesso em 10/12/22.
- Serpro. (2022). *O que muda com a LGPD*. Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/lgpd/menu/a-lgpd/o-que-muda-com-a-lgpd> . Acesso em: 15/12/2022.
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. (2022). *Orientações para elaboração de citações e referências: conforme a American Psychological Association (APA) 7ª edição. Sistema Integrado de Bibliotecas*. www.pucminas.br/biblioteca

Acesso ao crédito bancário por parte das PME em Cabo Verde

Access to bank credit by SMEs in Cape Verde

Rosilene Monteiro¹[0009-0005-1233-0757], Ana Paula Monte²[0000-0001-9936-0142]

rosilene.monteiro0999@gmail.com, apmonte@ipb.pt

¹Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

²UNIAG, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo. O presente artigo tem como objetivo explorar o financiamento das PME bem como os fatores determinantes no acesso ao crédito bancário do ponto de vista das PME. Para dar resposta ao objetivo deste estudo e as hipóteses de investigação foi feito uma análise documental qualitativa e foi aplicado um questionário as PME. O tratamento e análise dos dados obtidos através do questionário foi feito com recurso a um software estatístico SPSS® 28 e nestas condições concluiu-se que a fonte de financiamento mais comum entre as PME é o financiamento bancário, o tempo das empresas no mercado, o setor de atividade e a existência de contabilidade organizada não influenciam no acesso ao financiamento. A resposta das empresas em relação aos requisitos impostos está ligada ao pedido de financiamento recusado, porém nenhum destes dois fatores tem qualquer relação com a avaliação das empresas no que diz respeito à dificuldade de obter financiamento. Relativamente às vantagens de se relacionar com mais do que um banco, ficou confirmado que as empresas atribuem maior importância a algumas vantagens do que a outras, sendo as vantagens mais importantes, a possibilidade de reduzir as taxas de juro, escolher com que banco quer trabalhar e aumentar o poder negocial com os bancos, respetivamente.

Palavras-Chave: PME, Financiamento bancário, Sistema financeiro e Cabo Verde.

Abstract. The objective of this study is to explore SME financing as well as the determining factors in access to bank credit from the point of view of SMEs. To respond to the objective of this study and the research hypotheses, a qualitative documental analysis was carried out and a questionnaire was applied to SMEs. The treatment and analysis of the data obtained through the questionnaire was carried out using a statistical software SPSS® 28 and under these conditions it was concluded that the most common source of financing among SMEs is bank financing, the time of companies in the market, the sector of activity and the existence of organized accounting do not influence access to financing. The companies' response in relation to the imposed requirements is linked to the rejected financing request, however neither of these two factors has any relationship with the companies' assessment regarding the difficulty of obtaining financing. Regarding the advantages of having a relationship with more than one bank, it was confirmed that companies attach greater importance to some advantages than others, the most important advantages being the possibility of reducing interest rates, choosing which bank they want to work with and increase negotiating power with banks, respectively.

Keywords: SMEs, Bank financing, Financial system and Cabo Verde

1 Introdução

O financiamento é essencial para a obtenção de recursos para o normal desenvolvimento da atividade das empresas. Neste sentido o financiamento bancário tem uma importância significativa para as PME visto que a maioria depende deste tipo de financiamento.

As PME assumem um papel de extrema importância para a sustentabilidade económica e para a diminuição do desemprego de um país e por normalmente se restringirem ao mercado nacional estão mais expostas a possíveis crises económicas e financeiras e a dificuldades no acesso ao crédito devido

às condições de financiamento. Em Cabo Verde não é diferente, as PME têm uma grande importância para a economia e representam grande parte do tecido empresarial do país.

A escolha deste tema foi a pensar no papel das PME na economia em geral e na dificuldade de acesso ao financiamento bancário por parte destas empresas. Sendo assim, pretende-se saber o relacionamento Banca - PME e os fatores determinantes no acesso ao financiamento. Este objetivo deu origem a oito hipóteses de investigação.

A metodologia utilizada para dar respostas a estes objetivos e hipótese de investigação foi análise documental qualitativa e uma metodologia quantitativa através da aplicação de um questionário. Para além da estatística descritiva, fez-se uso da estatística de associação em que se aplicou vários testes estatísticos para dar resposta às hipóteses de investigação.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma, primeiramente é feita uma revisão de literatura sobre o tema escolhido, é feito a caracterização do sistema financeiro de Cabo Verde onde apresenta-se estudos feitos pelo banco de Cabo Verde, depois é apresentado a metodologia e, por fim, faz-se a apresentação dos resultados obtidos no questionário e é apresentado as conclusões deste estudo.

2 Enquadramento teórico

2.1 Crédito bancário como principal fonte de financiamento das PME e fatores determinantes para o financiamento

Segundo Badulescu (2010), uma das dificuldades, por parte das PME, é a aquisição de crédito, quer perante as instituições financeiras, quer por falta de investidores privados. Nos últimos anos, tem se apurado dificuldades no processo de crescimento das PME uma vez que se tem tornado cada vez mais difícil o acesso ao financiamento externo, nomeadamente o crédito bancário. Esta condicionante explica de certa forma a diminuição da contribuição que as mesmas têm dado para a economia em geral, quando comparadas com a sua representatividade (Beck & Demirguc-Kunt, 2016).

A dificuldade no acesso ao financiamento por parte das PME não tem uma origem apenas num conjunto de situações que se prendem com elas próprias, mas também são determinadas por situações ao nível macroeconómico, deste modo podem-se verificar diferenças significativas no acesso ao crédito por parte das PME consoante o país em questão, por outro lado, a concorrência no mercado bancário tem o seu impacto sobre o acesso ao crédito por parte das PME (Luzio, 2015).

Um estudo realizado pela União Europeia aponta o crédito bancário como uma das principais fontes de financiamento das PME nos países da União Europeia, sendo que 30% a 80% das PME que pediram financiamento obtiveram na totalidade o montante solicitado (European Commission, 2017), da mesma forma, um estudo realizado na cidade do Porto em Portugal chegou à mesma conclusão em relação à principal fonte de financiamento das PME da cidade do Porto e concluiu que as principais dificuldades no acesso ao crédito a taxa de juro, as comissões e despesas e as garantias exigidas, respetivamente (Tavares et al., 2015).

Por outro lado, a assimetria de informação também se revela um fator crítico na conceção de financiamento por parte das entidades bancárias às PME sendo que estas não revelam as informações na sua totalidade, portanto esta assimetria de informação surge da falta de necessidade de haver demonstrações financeiras padronizadas e auditadas (Gião, 2018).

Esta situação é agravada no âmbito das PME por não serem obrigadas a tornarem públicas informações financeiras e contratos realizados, por isso, as PME caem em descrédito, dificultando as relações com as entidades bancárias na altura de obtenção de financiamento (García-Teruela & Martínez-Solano, 2007).

Alguns estudos contrariam a visão global de que o fornecimento de financiamento bancário seja restringido do lado da oferta, principalmente em contexto de receção económica, centrando a sua visão na diminuição da procura sendo que neste período os investimentos se tornam mais arriscados. Porém, ainda assim, a literatura centra-se especialmente na explicação do racionamento de crédito bancário, ou seja, focando-se mais nos fatores explicativos do lado da oferta do que no lado da procura, numa assunção de que o ponto de equilíbrio de mercado é caracterizado pelo excesso da procura de financiamento bancário, consubstanciando-se esta assunção numa restrição permanente das empresas ao nível do financiamento externo (Luzio, 2015).

A procura de financiamento bancário pode ser influenciada não apenas pela necessidade de financiamento, mas também pelas fontes disponíveis para suprir esta necessidade de que podem ser

fontes de financiamento internos ou as outras demais formas de financiamento externos disponíveis, além do financiamento bancário. Desta forma, quanto maior for a disponibilidade de outras fontes de financiamento, menor será a procura pelo financiamento bancário. De forma geral, a oferta de financiamento bancário está intimamente ligada não só a fatores macroeconómicos, mas também das empresas, especialmente no que se refere ao cumprimento das condições mínimas assumidas pelos bancos para a disponibilização de financiamento (Luzio, 2015).

2.2 Economia de Cabo Verde e o atual sistema financeiro

A nível macroeconómico, antes da pandemia Cabo Verde era marcado por um crescimento económico significativo sobretudo no setor turístico (Instituto Nacional de Estatística, 2021b). Após a crise global gerada pela COVID-19, a economia paralisou em 2020 tendo gerado um impacto negativo no turismo que é um grande impulsionador da atividade económica do país. A World Bank (2022) fez uma estimativa que em 2022 a economia ia crescer a um ritmo mais lento refletindo o impacto da crise na Ucrânia.

A caracterização do tecido empresarial do país indica uma maior concentração empresarial nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal, onde se encontram cerca de 76,27% do total das empresas existentes em Cabo Verde. Segundo a dimensão, as microempresas representam a maior percentagem do tecido empresarial seguido das PME, sendo que as grandes empresas representam uma percentagem inferior (Instituto Nacional de Estatística, 2021a).

De acordo com os dados obtidos através da INE cerca de 72,21% das PME ativas em Cabo Verde possuem contabilidade Organizadas e 27,79% destas PME não tem contabilidade organizada, o que mesmo sendo um numero reduzido comparativamente com o numero de PME com contabilidade organizada, ainda é uma percentagem significativa tendo em conta a importância da contabilidade organizada para existência de informações financeiras fiáveis sobretudo para o acesso ao crédito (Instituto Nacional de Estatística, 2021a).

O sistema financeiro cabo-verdiano é composto por instituições financeiras autorizadas, sendo elas as instituições bancárias e parabancárias, instituições seguradoras e de mercado de capitais, sendo este último representado pela Bolsa de Valores de Cabo Verde. O referido sistema financeiro em análise representa mais de 80% dos ativos do sistema financeiro nacional (Oliveira, 2018).

O atual sistema financeiro é composto por oito instituições de crédito autorizadas, sendo elas:

- Banco Comercial do Atlântico (BCA);
- Caixa Económica de Cabo Verde (CECV);
- Banco Interatlântico (BI);
- Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN);
- Banco Africano de Investimento (BAI);
- Ecobank Cabo Verde (ECB);
- Banco Internacional de Cabo Verde (BICV);
- Banco de Fomento Internacional (BFI)

2.3 Regulação do Sistema financeiro e empréstimos e linhas de crédito a empresas em Cabo Verde

O Banco de Cabo Verde (BCV) é responsável pela regulação da criação, circulação e valor da moeda nacional e o seu principal desafio é manter a estabilidade dos preços, e como objetivo secundário deve promover a liquidez, solvência e o funcionamento adequado do sistema financeiro baseado na estabilidade do mercado e também é responsável pela implementação da política económica conforme previsto na lei orgânica aprovada pela lei n.º 10/VI/2002, de 15 de julho, alterada pela lei n.º 84/IX/2020. O BCV realiza periodicamente inquéritos que são aplicados aos bancos com o intuito de avaliar a situação do crédito em Cabo Verde. Com o objetivo de entender melhor esta situação ao longo dos anos, no que diz respeito à oferta e procura de crédito pelas empresas, apresenta-se a seguir as principais conclusões dos relatórios dos inquéritos disponíveis de cada ano nos últimos 5 anos:

• Inquérito realizado no 4.º trimestre de 2018

O inquérito realizado no 4.º trimestre de 2018 concluiu que os critérios de concessão de crédito, de curto e longo prazo, às empresas mantiveram-se sem grandes alterações, sendo que apenas uma instituição reduziu consideravelmente a sua restrição no que respeita ao acesso ao crédito (Banco de Cabo Verde, 2018).

Um dos fatores que influenciou positivamente o comportamento dos bancos em relação à aplicação dos critérios de concessão de crédito foi a percepção de redução dos riscos associados a micro e pequenas empresas. Por outro lado, os riscos associados às empresas sem contabilidade organizada e às garantias exigidas terão influenciado negativamente os critérios aplicados, o que terá resultado na manutenção dos critérios para a maioria das instituições (Banco de Cabo Verde, 2018).

Os termos e condições gerais aplicados na aprovação de empréstimos permaneceram praticamente sem alterações para a maior parte das instituições tendo tido uma ligeira diminuição das restrições para uma instituição em específico (Banco de Cabo Verde, 2018).

A percepção dos riscos e as pressões exercidas pela concorrência, bem como o nível de tolerância ao risco influenciaram positivamente os termos e condições de acesso ao crédito, porém a proporção de pedidos de empréstimo rejeitados aumentou ligeiramente para duas instituições (Banco de Cabo Verde, 2018).

• Inquérito realizado no 4.º trimestre de 2019

De acordo com as instituições inquiridas, no último trimestre de 2019, o acesso ao crédito manteve-se sem grandes alterações na maioria das instituições tendo um ligeiro aumento de restrição numa instituição e uma considerável diminuição das restrições numa outra (Banco de Cabo Verde, 2019a).

O setor de atividade, pressões exercidas pela concorrência e a percepção do risco associado à dimensão das empresas influenciaram de forma positiva os critérios de concessão de crédito, por outro lado, o custo de capital, o risco associado às empresas sem contabilidade organizada e o nível de incumprimento influenciaram de forma negativa (Banco de Cabo Verde, 2019a).

A proporção de pedidos de empréstimo rejeitados a empresas em geral não teve alterações, tendo tido um ligeiro aumento em uma ou outra instituição (Banco de Cabo Verde, 2019a).

• Inquérito realizado no 4.º trimestre de 2020

De acordo com as instituições bancárias inquiridas, no último trimestre de 2020, os critérios de aprovação de empréstimos a empresas tornaram-se ligeiramente mais restritivos apenas para uma instituição (Banco de Cabo Verde, 2020).

As pressões exercidas pela concorrência influenciaram positivamente os critérios de concessão de crédito, enquanto o custo de capital, as perspetivas para sectores de atividade específicos, os riscos associados às empresas sem contabilidade organizada e o nível de incumprimento tiveram uma influência negativa (Banco de Cabo Verde, 2020).

A proporção de pedidos de empréstimos rejeitados aumentou ligeiramente numa instituição, mantendo-se sem alterações nas restantes e a procura de empréstimos pelas empresas aumentou ligeiramente numa instituição e consideravelmente noutra (Banco de Cabo Verde, 2020).

• Inquérito realizado no 4.º trimestre de 2021

No quarto trimestre de 2021, em termos globais, as restritvidades dos critérios de aprovação de empréstimos às empresas mantiveram-se inalterados, sendo que os bancos inquiridos registaram no período um ligeiro aumento da procura de crédito (Banco de Cabo Verde, 2021).

Os termos e as condições gerais na aprovação de empréstimos tornaram-se ligeiramente menos restritivos devido às pressões exercidas pela concorrência, sendo que a proporção de pedidos de empréstimos rejeitados pelos bancos aumentou muito ligeiramente. A procura de financiamento bancário pelas empresas também aumentou ligeiramente (Banco de Cabo Verde, 2021).

• Inquérito realizado no 2.º trimestre de 2022

No segundo trimestre de 2022, os critérios de aprovação de empréstimos mantiveram-se praticamente inalterados, sendo que os termos e condições de aprovação de empréstimos tornaram-se ligeiramente menos restritivos por consequência das medidas de política monetária e das pressões exercidas pela concorrência.

De acordo com os bancos, a procura de crédito pelas empresas registou um ligeiro aumento, tendo a proporção de pedidos de empréstimos rejeitados pelos bancos diminuído ligeiramente (Banco de Cabo Verde, 2022a).

3 Metodologia de investigação

3.1 Objetivos do estudo

O objetivo deste estudo é saber como funciona o relacionamento Banca-PME no que diz respeito à procura de crédito por parte das PME e os fatores determinantes no acesso ao financiamento.

3.2 Hipóteses de investigação

Com base no objetivo subjacente ao estudo estabeleceu-se 8 hipóteses de investigação:

- H1 – A fonte de financiamento mais comum entre as PME é o financiamento bancário;
- H2 – O tempo das empresas no mercado tem influência sobre o acesso ao financiamento;
- H3 – O setor de atividade influencia no acesso ao financiamento;
- H4 – A existência de contabilidade organizada e o acesso ao financiamento estão associados;
- H5 – As empresas que acham que os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento é porque já tiveram pedidos de financiamento recusado e as empresas de opinião contrária nunca tiveram pedidos de financiamento recusados;
- H6 – A avaliação da dificuldade de obter financiamento está associada ao pedido de financiamento recusado;
- H7 – A avaliação da dificuldade de obter financiamento está associada à opinião das empresas se os requisitos impostos dificultam ou não o acesso ao financiamento;
- H8 – As empresas atribuem maior importância a algumas vantagens de se relacionar com mais do que um banco do que a outras.

3.3 Instrumento de recolha de dados

Os dados foram recolhidos através de um questionário e a construção deste questionário teve por base a revisão de literatura, o objetivo de estudo, as hipóteses de investigação e outros estudos, nomeadamente Gião (2018), Marques (2016), Moreira (2019).

Para algumas questões optou-se por uma escala de medida quantitativa (como por exemplo: o tempo da empresa no mercado), para outras questões uma escala de medida nominal (como por exemplo: sector de atividade) e ainda uma opção de resposta curta. A maioria das questões foram de escolha múltipla e algumas visam medir uma variável latente com 6 a 7 itens para cada uma das variáveis componentes, sendo estas perguntas fechadas com 5 alternativas de resposta de forma ordinal.

Tendo em conta que não foi possível obter uma lista só com PME para que fosse enviado o questionário apenas para este tipo de empresas que são a população alvo do presente estudo, optou-se por dividir o questionário em 4 secções, sendo a primeira secção composta por uma questão com 3 opções de resposta de forma a saber se segundo o tamanho a empresa se caracterizava como micro-empresa, PME ou grande empresa e apenas as PME prosseguiram com o questionário, as restantes empresas enviavam o formulário imediatamente.

A segunda secção foi formada por três questões destinadas à recolha de dados demográficos e a terceira secção foi composta por 10 questões destinadas a conhecer o relacionamento Banca-PME e os fatores determinantes no acesso ao financiamento. A última pergunta da terceira secção tinha o intuito de saber com quantos bancos os inquiridos se relacionavam e de acordo com as respostas, estes eram direcionados para uma nova secção a fim de saber quais as vantagens de se relacionar com mais do que um banco, as quais as empresas respondiam, usando uma escala de importância com 5 alternativas de resposta. Este questionário foi enviado a uma amostra de empresas selecionadas através de um critério de conveniência, sendo este critério todas as empresas que possuíam email, dentro da lista disponível das empresas que operam em Cabo Verde. Os dados foram recolhidos entre 4 de julho de 2022 e 15 de Setembro de 2022, período este que o questionário esteve ativo.

4 Apresentação e discussão dos resultados

4.1 Caracterização da amostra

Como já referido, não se conseguiu uma lista só com PME, portanto a primeira questão serviu apenas para descartar da amostra as empresas que segundo a dimensão não se caracterizavam como PME, deste modo, a amostra obtida foi de um total de 56 PME.

O número PME existentes em Cabo Verde em 2021 era de 2569, assim considerando uma população de 2569 PME e sendo que a amostra geral do número de empresas que responderam ao questionário foi de 56 PME, para um nível de confiança de 90%, a margem de erro é de 10,91%.

Porém algumas empresas não responderam todas as questões, mas optou-se por usar todas as respostas tendo em conta o número reduzido da amostra, considerando assim uma amostra diferente nas perguntas em que algumas empresas omitiram a sua resposta, sendo assim a tabela seguinte evidência a amostra e a margem de erro para cada questão até à questão 13 considerando uma população de 2569 PME (Tabela 1).

Tabela 1. Dimensão da amostra e margem de erro para cada pergunta.

Questões	Amostra	Margem de erro
2. Tempo no mercado	56	10,91%
3. Setor de atividade	51	11,44%
4. Ilha	53	11,22%
5. Contabilidade Organizada	56	10,91%
6. Em algum momento já dependeu de financiamento bancário	56	10,91%
7. Fonte de financiamento mais utilizado	46	12,06%
8. Pedido de financiamento recusado	55	11,01%
9. Requisitos impostos dificultam acesso ao financiamento	54	11,11%
10. Dificuldade de obter financiamento	51	11,44%
11. Fatores que mais dificultam o acesso ao financiamento	48	11,80%
12. Garantias solicitadas pelos bancos	50	11,56%
13. Informações exigidas para o primeiro empréstimo	49	11,68%
14. Número de bancos que se relaciona	55	11,01%

Fonte: Elaboração própria

Das 55 PME que responderam à pergunta 14, só respondem à secção seguinte as PME que se relacionam com mais do que um banco, o que implicaria em todos os casos, um número de respostas diferente na última secção do questionário que pretende avaliar importância de cada uma das vantagens de se relacionar com mais do que um banco na opinião das PME.

4.2 Análise e interpretação dos resultados

4.2.1 Caracterização demográfica

Das 56 PME que responderam, apenas 2 (3%) tinham menos de um ano no mercado, 6 (11%) tinham entre 1 e 3 anos no mercado, 5 (9%) tinham entre 4 e 6 anos no mercado e um total de 43 PME (77%) tinham mais de 6 anos no mercado (Figura 1).

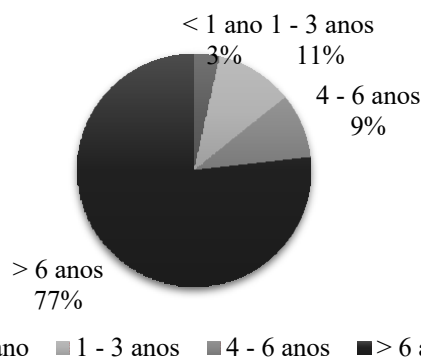


Figura 1. Distribuição das empresas de acordo com idade no mercado.
Fonte: Elaboração própria

Sobre o setor de atividade, apenas 51 PME responderam e destas 51, a maior parte (19 PME), opera na prestação de serviços de alojamento e restauração tal como o estudo realizado por Moreira em 2019 em Cabo Verde, sendo que o setor de alojamento e restauração representa o segundo maior número de empresas ativas em Cabo Verde (Instituto Nacional de Estatística, 2021^a). O comércio ocupa o segundo lugar tendo um total de 10 respostas e o menor representante da amostra em questão é o setor de gás eletricidade e água (Figura 2).

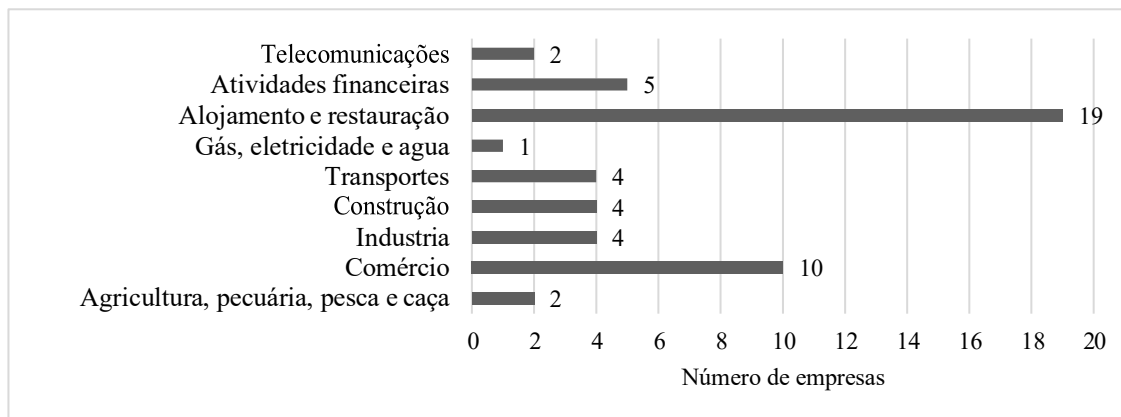


Figura 2. Distribuição das empresas de acordo com o setor de atividade.

Fonte: Elaboração própria

A localização geográfica das empresas está distribuída por ilhas, deste modo, a maior parte (24 PME) das PME da amostra (53 PME) pertence à ilha de São Vicente, que segundo o Instituto Nacional de Estatística (2021) é a ilha com o terceiro maior número de PME ativas em Cabo Verde, e uma das empresas está presente tanto na ilha de Santiago como na ilha de São Vicente (Figura 3).

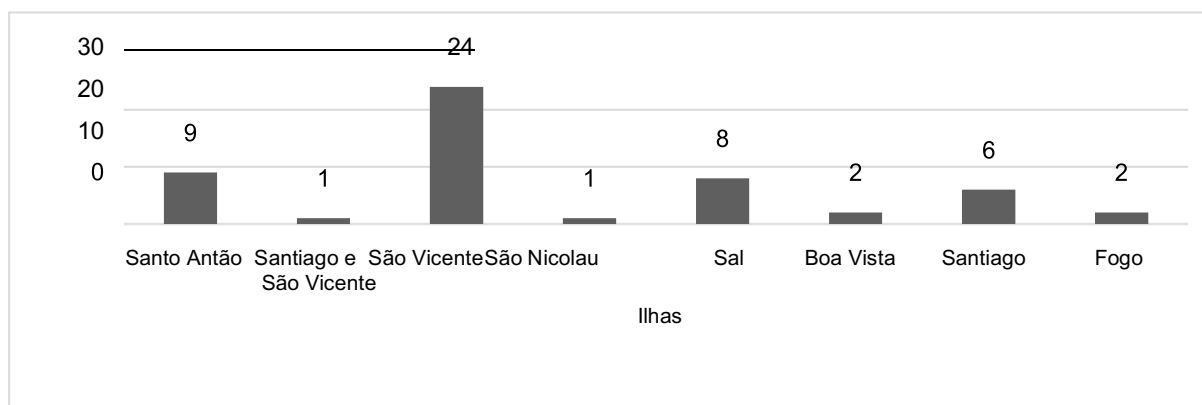


Figura 3. Distribuição das empresas de acordo com a localização geográfica.

Fonte: elaboração própria

4.2.2 Caracterização do relacionamento Banca_PME

A importância da informação contabilística, transparente e credível é algo indiscutível. Neste sentido, as PME existentes em Cabo Verde estão num bom caminho, uma vez que em 2020, 72,21% das empresas tinham contabilidade organizada, porém ainda existem melhorias a serem feitas neste sentido. Relativamente aos resultados obtidos é interessante destacar que das 56 PME que responderam, 79% tem contabilidade organizada.

Quando questionadas se dependem ou se já dependeram em algum momento de financiamento bancário, obteve-se 56 respostas, sendo que 73% das empresas reponderam que dependem ou já dependeram de financiamento bancário e 27% responderam que não. Na literatura, o crédito bancário

assume um papel muito importante para o desenvolvimento normal da atividade das PME, porém está cada vez mais restrito o acesso das mesmas a este tipo de financiamento tanto do lado da procura como do lado da oferta.

Conforme se pode observar a Figura 4, a fonte de financiamento mais comum entre as 45 PME que responderam é o crédito bancário que representa cerca de 73% (33) das respostas obtidas.

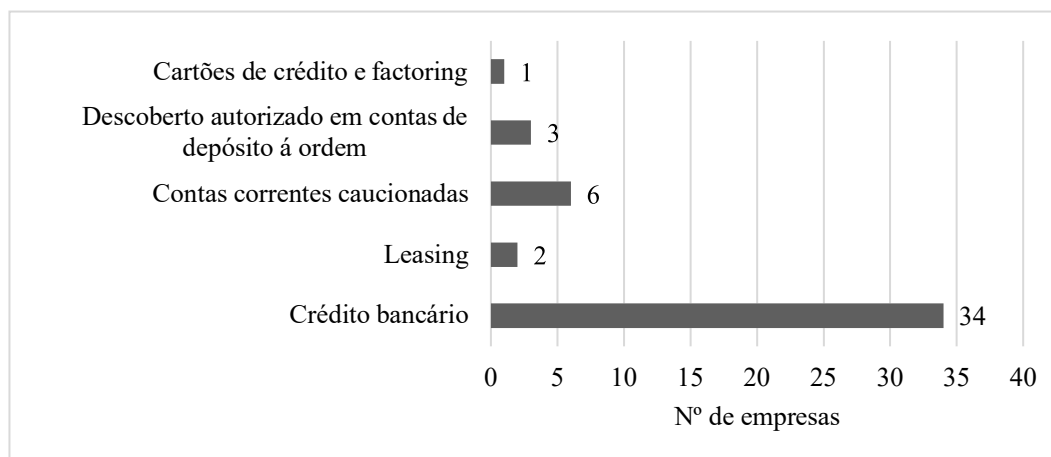


Figura 4. Distribuição das empresas de acordo com a fonte de financiamento mais utilizado.
Fonte: Elaboração própria

As empresas quando questionadas se já tiveram algum pedido de financiamento recusado pelos bancos, 55 PME responderam, das quais 78% não tiveram nenhum pedido de financiamento recusado e as restantes 22% responderam que sim.

Algumas empresas apresentam mais dificuldades em prestar as garantias exigidas pelos bancos e reunir alguns dos requisitos necessários para obter o acesso ao financiamento. A assimetria de informação que é uma das principais razões de recusa de financiamento pode ser parcialmente resolvida com a existência de contabilidade organizada de modo a ter disponível todas as informações financeiras necessárias bem estruturadas.

Na questão colocada para saber se, na opinião das PME, os requisitos impostos dificultam ou não o acesso ao financiamento, obteve-se 54 respostas. De acordo com as respostas, 63% das PME responderam que os requisitos impostos dificultam sim o acesso ao financiamento e 37% responderam que não.

A questão referente à dificuldade de obter financiamento foi respondida por 51 PME e 47% reconhecem uma dificuldade moderada de obter financiamento, 37% acham difícil obter financiamento e apenas 16% consideram fácil obter financiamento (Figura 5).

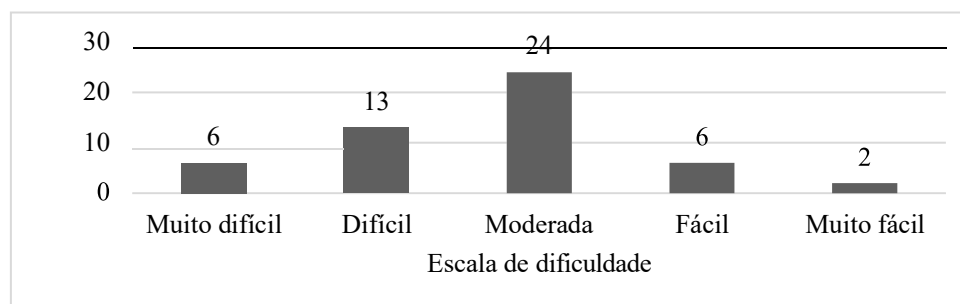


Figura 5. Distribuição das empresas de acordo com a dificuldade de obter financiamento.
Fonte: Elaboração própria

Na questão ilustrada pela Figura 6, as PME poderiam escolher até quatro fatores que na sua opinião mais dificultam o acesso ao financiamento. Neste sentido, das 48 PME respondentes, 36 identificaram como o fator que mais dificulta o acesso ao financiamento, a dificuldade em prestar as

garantias bancária exigidas, seguido da dimensão do empréstimo, com 21 respostas, a ausência de relacionamento prévio com o banco, com 15 repostas, a dimensão da empresa e o objetivo do empréstimo, com 14 respostas, sendo que apenas 10 das PME respondentes escolheram o histórico de não cumprimento das obrigações de crédito e o tempo da empresa no mercado.

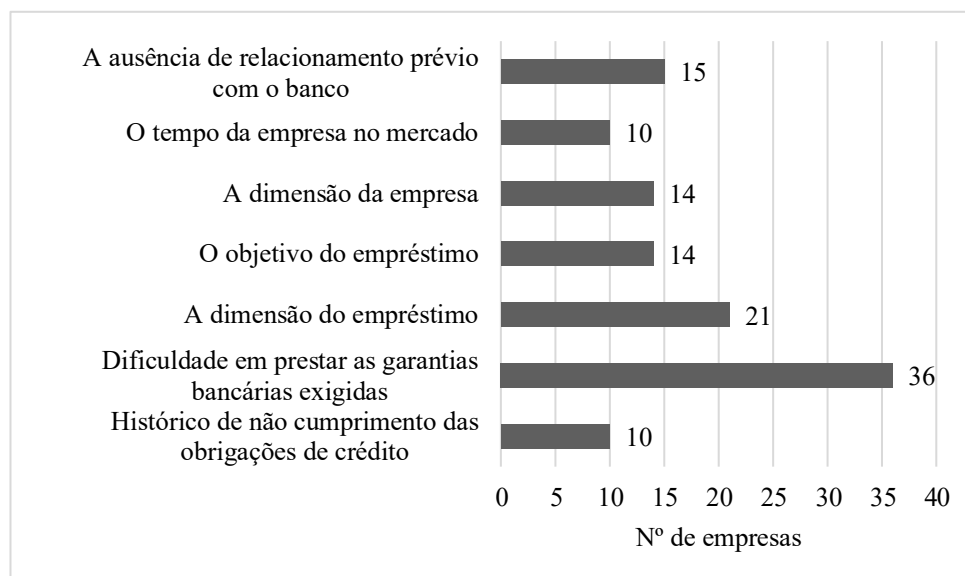


Figura 6. Distribuição das empresas de acordo com os fatores que mais dificultam o acesso ao financiamento.
Fonte: Elaboração própria

Analisando a Figura 7, pode-se observar que as garantias mais solicitadas pelos bancos na opinião das 50 PME que responderam é a hipoteca sobre terrenos e edifícios que somou um total de 23 respostas e os ativos pessoais dos sócios que somou um total de 15 respostas.

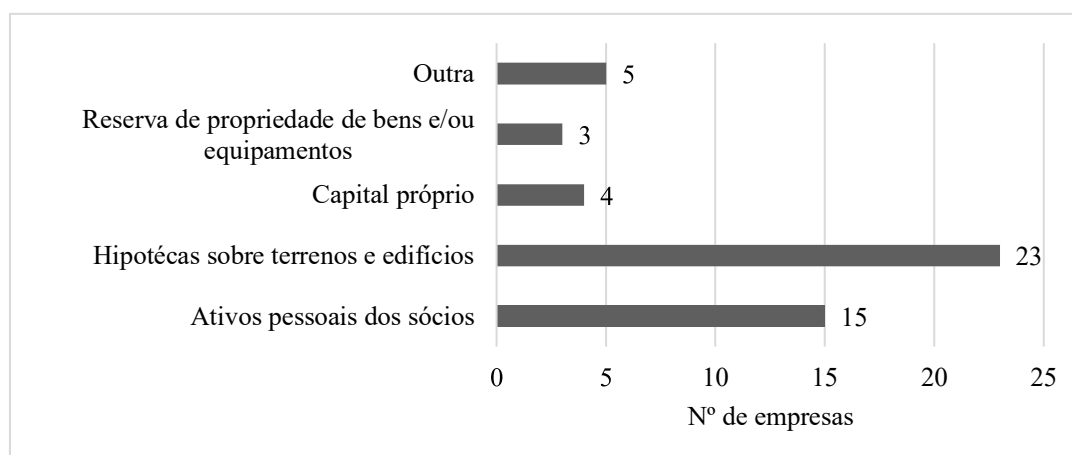


Figura 7. Distribuição das empresas de acordo com as garantias solicitadas pelos bancos.
Fonte: Elaboração própria

A informação mais exigida para a obtenção do primeiro empréstimo é o plano de negócio detalhado, com 32 respostas (das 49 respostas obtidas), seguido das projeções de vendas que foi escolhida por 11 PME respondentes (Figura 8).

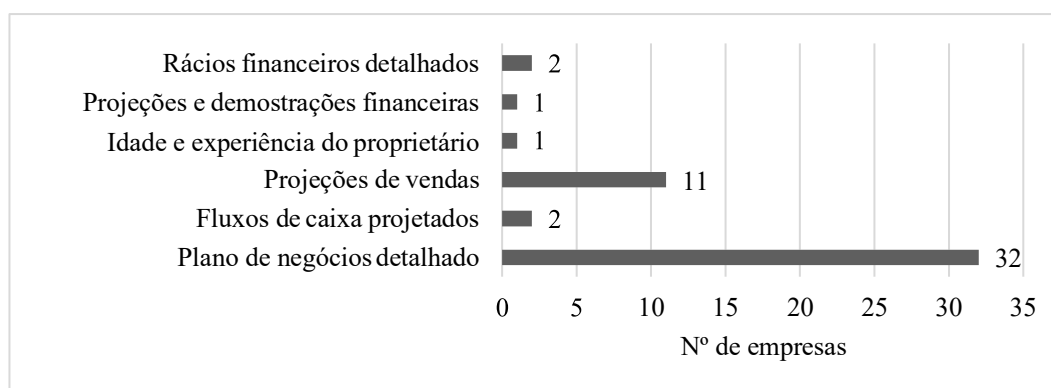


Figura 8. Distribuição das empresas de acordo com as informações exigidas para a obtenção do primeiro empréstimo.

Fonte: Elaboração própria

Nesta fase é importante saber o número de bancos com que as empresas se relacionam para saber quais as vantagens mais e menos importantes as PME reconhecem em trabalhar com mais do que um banco. Obteve-se 54 respostas e 22% responderam que se relacionam com apenas um banco, os restantes 78% se relacionam com mais do que um banco (Figura 9).

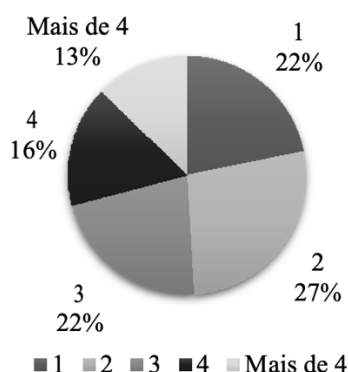


Figura 9. Distribuição das empresas de acordo com o número de bancos com que se relacionam.

Fonte: Elaboração própria

4.2.3 Teste de hipóteses

Para testar as hipóteses, aplicou-se testes de associação de acordo com os requisitos necessários para a aplicação de cada teste.

- H1 – A fonte de financiamento mais comum entre as PME é o financiamento bancário

Para confirmar a existência de uma preferência em relação às fontes de financiamento aplicou-se o teste da qualidade do ajuste. Obteve-se um valor p inferior a 0,001 que é menor que alfa (0,05), deste modo, existem evidências estatísticas suficientes para afirmar que para um nível de confiança de 5% existe sim preferência por uma fonte de financiamento.

Teste da qualidade do ajuste ($n=46$ PME) > valor $p < 0,001 < \alpha = 0,05$

- H2 – O tempo das empresas no mercado tem influência sobre o acesso ao financiamento

Para medir esta associação aplicou-se o teste de Kappa que permite medir a concordância nas respostas em que o seu valor varia entre -1 e 1 e quanto maior for o valor de Kappa, mais forte é a concordância, ou seja, mais forte será a associação (Suporte ao Minitab 21, 2022). Kappa assumiu um valor de -0,023 o que mostra que não existe associação entre estas duas variáveis.

Medida de concordância de Kappa ($n=55$ PME) = -0,023

- H3 – O setor de atividade influencia no acesso ao financiamento

Para testar se existe alguma associação entre o setor de atividade e o pedido de financiamento recusado fez-se o teste V de Cramers em que o seu valor varia entre 0 e 1, sendo que o valor 0 indica que não existe qualquer associação entre as variáveis e o valor 1 indica a existência de uma associação muito forte. O valor deste teste foi de 0,385, que mesmo não indicando a ausência total de associação indica uma associação moderada segundo o IBM (2020) uma vez que está entre 0,2 e 0,6.

Teste V de Cramers ($n=51$) = 0,385

- H4 – A existência de contabilidade organizada e o acesso ao financiamento estão associados

Para medir esta associação primeiramente recorreu-se ao teste de qui-quadrado em que não se cumpriu os pressupostos de aplicação, e deste modo aplicou-se o teste exato de Fisher, obtendo valor p igual a 1 que é um valor maior o alfa (0,05). Assim sendo não existe evidências estatísticas, a um nível de confiança de 0,05 para afirmar que estas duas variáveis estejam associadas.

Teste exato de Fisher ($n=55$) $> \text{valor } p = 1 > \alpha = 0,05$

- H5 – As empresas que acham que os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento é porque já tiveram pedidos de financiamento recusado e as empresas de opinião contrária nunca tiveram pedidos de financiamento recusados.

Para medir esta associação também foi utilizado o teste exato de Fisher uma vez que não se cumpriu os requisitos para a aplicação do teste de qui-quadrado. O teste de Fisher assumiu um valor p de 0,022 que é um valor menor que alfa (0,05), deste modo, existem evidências estatísticas suficientes, a um nível de confiança de 0,05, para afirmar que estas duas variáveis estão associadas.

Teste exato de Fisher ($n=54$) $> \text{valor } p = 0,022 < \alpha = 0,05$

- H6 – A avaliação da dificuldade de obter financiamento está associada ao pedido de financiamento recusado

Para medir se existe uma associação entre estas duas variáveis (pedido de financiamento recusado e dificuldade de obter financiamento), utilizou-se a medida de concordância de Kappa. Neste caso, Kappa assumiu um valor de -0,009, assim sendo a concordância é mais fraca que o esperado ao acaso e pode-se concluir que não existe associação entre estas duas variáveis.

Medida de concordância de Kappa ($n=51$) = -0,009

- H7 – A avaliação da dificuldade de obter financiamento está associada à opinião das empresas se os requisitos impostos dificultam ou não o acesso ao financiamento

Para medir a associação entre as estas duas variáveis (requisitos impostos e dificuldade de obter financiamento), também se aplicou a medida de concordância de Kappa, que assumiu o valor de -0,055, o que indica que não existe associação entre estas duas variáveis

Medida de concordância de Kappa ($n=51$) = 0,055

- H8 – As empresas atribuem maior importância a algumas vantagens de se relacionar com mais do que um banco do que a outras

No meio empresarial e não só, é comum se relacionar com mais do que um banco pelas vantagens que se pode obter. Neste sentido foi enumerado algumas das vantagens de se relacionar com mais do que um banco com o objetivo de saber qual a importância atribuída pelas empresas que se relacionam com mais do que um banco a cada uma dessas vantagens.

Esta parte do questionário mede a importância global das vantagens de se relacionar com mais do que um banco que não pode ser medida de forma direta e por isso é definida por um conjunto de variáveis latentes.

Antes de analisar as respostas das PME, foi feito um teste de confiabilidade através do cálculo do alfa de Cronbach que assumiu um valor de 0,897 o que mostra uma consistência interna boa (Tabela 2).

Tabela 2. Alfa de Cronbach – Consistência Interna.

Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach Baseada em itens padronizados	n itens
0,897	0,899	7

Fonte: Elaboração própria

Também se fez a correlação multivariada para quantificar a intensidade e a direção da associação entre as variáveis latentes sem qualquer relação de causa-efeito.

Constatou-se a existência de uma correlação forte entre os itens uma vez que a maioria dos valores se situaram entre 0,4 e 0,7. A menor correlação se verificou entre os itens variedades de produtos e serviços oferecidos e dividir o risco em mais do que um banco sendo que a correlação entre estes assumiu um valor de 0,368 e a maior correlação sumiu um valor de 0,766 e foi entre os itens reduzir as taxas de juro e aumentar o poder negocial (Tabela 3).

Tabela 3. Matriz de correlações entre itens.

Vantagens	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7
V1	1,000	0,595	0,637	0,519	0,549	0,473	0,368
V2	0,595	1,000	0,766	0,581	0,398	0,551	0,512
V3	0,637	0,766	1,000	0,612	0,541	0,684	0,494
V4	0,519	0,581	0,612	1,000	0,471	0,742	0,512
V5	0,549	0,398	0,541	0,471	1,000	0,552	0,488
V6	0,473	0,551	0,684	0,742	0,552	1,000	0,700
V7	0,368	0,512	0,494	0,512	0,488	0,700	1,000

Nota: V1 - Variedades de produtos e serviços oferecidos; V2 - Reduzir as taxas de juro; V3 - Aumentar do poder negocial com os bancos; V4 - Montantes mais elevados de financiamento; V5 - Escolher com que banco- trabalhar; V6 - Aumentar a aceitação dos pedidos de crédito; V7 - Dividir o risco em mais que um banco.

Fonte: Elaboração própria

Analisando agora as respostas, das 55 empresas que responderam à questão 14, 43 se relacionam com mais do que um banco e fazendo a análise da média da importância atribuída a cada variável, estas empresas reconhecem como a vantagem mais importante a possibilidade de reduzir as taxas de juro sendo que esta apresenta uma média de 4,30 (Tabela 4).

A segunda vantagem mais importante é escolher com que banco se quer trabalhar (4,19), seguido da possibilidade de aumentar o poder negocial com os bancos (4,16), aumentar a aceitação dos pedidos de crédito (3,98), conseguir um montante mais elevado de financiamento (3,74), variedades de produtos e serviços oferecidos (3,67) e dividir o risco em mais do que um banco (3,47), respetivamente (Tabela 4). Assim sendo as médias apresentadas indicam uma atribuição de importância maior a algumas vantagens do que a outras.

Tabela 4. Importância das vantagens de se relacionar com mais do que um banco.

Variável	1		2		3		4		5		Média	Desvio Padrão
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
Variedades produtos e serviços oferecidos	2	5%	3	7%	14	33%	12	28%	12	28%	3,67	1,107
Reduzir as taxas de juro	2	5%	3	7%	3	7%	7	16%	28	65%	4,30	1,166
Aumentar o poder negocial com os bancos	2	5%	1	2%	7	16%	11	26%	22	51%	4,16	1,09
Montante mais elevado de financiamento	2	5%	3	7%	13	30%	11	26%	14	33%	3,74	1,136
Escolher com que banco que trabalhar	3	7%	1	2%	4	9%	12	28%	23	53%	4,19	1,16
Aumentar a aceitação dos pedidos de crédito	3	7%	0	0%	9	21%	14	33%	17	40%	3,98	1,123
Dividir o risco em mais que um banco	4	9%	5	12%	15	35%	5	12%	14	33%	3,47	1,316

Nota: 1 - Nada importante; 2 - Pouco importante; 3 - Neutro; 4 - Importante; 5 - Muito importante

Fonte: Elaboração própria

5 Conclusão

Na revisão de literatura constatou-se que o crédito bancário é a principal fonte de financiamento externo das PME e dela depende o normal funcionamento da atividade das empresas, porém esta dependência do financiamento bancário muda consoante o país em questão.

Conseguiu-se também apurar que, antes da pandemia, Cabo Verde era marcado por um crescimento económico significativo, principalmente no setor turístico sendo que, em 2020, houve uma paralisação da economia. Porém, em 2021, o PIB aumentou e estima-se que atualmente a economia cresce num ritmo mais lento.

A nível microeconómico há uma grande concentração empresarial nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal, representando um total de 76% das empresas ativas no país e, em termos de dimensão das empresas, a maior percentagem pertence às microempresas, seguindo das PME, que são a população alvo deste estudo. As PME ativas em Cabo Verde somam um total de 2569 empresas.

As PME apresentaram um total de 72,21% das empresas com contabilidade organizada e 27,29% sem contabilidade organizada que, mesmo sendo uma porção menor, ainda assim é representativo.

Nos resultados dos inquéritos aplicados pelo BCV aos bancos que foram apresentados, pode-se observar que os critérios de acesso ao crédito e os termos e condições impostos dependem de fatores como perceção de risco por parte dos bancos associado às empresas, principalmente no que diz respeito à contabilidade organizada, às garantias exigidas, setor de atividade, dimensão das empresas, nível de incumprimento e pressões exercidas pela concorrência. Deste modo em alguns anos existe um ligeiro aumento ou diminuição das condições impostas em algumas instituições enquanto em outras instituições ou em outros anos não existe alterações.

Para dar resposta ao objetivo do estudo elaborou-se um questionário aplicado a uma amostra por conveniência de PME em Cabo Verde que obteve um total de 56 respostas.

Associado ao segundo objetivo do estudo elaboraram-se oito hipóteses de investigação e, para responder a estas hipóteses, procedeu-se à análise das estatísticas descritivas dos dados recolhidos e aplicou-se alguns testes estatísticos para validar as hipóteses formuladas.

Das respostas obtidas 77% das PME tinham mais de 6 anos no mercado, a maior concentração das respostas foi no setor de alojamento e restauração com 37% das respostas obtidas, contrariamente a um estudo idêntico realizado por Marta em 2016 em que a maior percentagem das PME que responderam operavam no setor do comércio e 45% das PME da amostra se localizavam na ilha de São Vicente.

Das empresas que responderam, 79% tinham contabilidade organizada, 73% das PME da amostra já dependeram em algum momento de financiamento bancário e 73% tinham como principal fonte de financiamento o financiamento bancário, tal como no estudo realizado por Tavares et al. em 2015 e das

respostas obtidas neste estudo 78% nunca tiveram pedidos de financiamento recusado e 63% das empresas acham que os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento.

Na avaliação da dificuldade de obter financiamento, 47% das empresas avaliaram como uma dificuldade moderada e 75% empresas escolheram a dificuldade em prestar as garantias bancárias exigidas como o fator que mais dificulta o acesso ao financiamento, sendo que no estudo realizado por Tavares et al. (2015) na cidade do Porto, as empresas reconheciam como a maior dificuldade no acesso ao financiamento as taxas de juro seguido das comissões e despesas e garantias bancárias exigidas, sendo que no mesmo estudo a hipoteca sobre terrenos era uma das garantias mais exigidas tal como no presente estudo segundo 46% das PME que responderam ao questionário.

O plano de negócio detalhado é a informação mais exigida na obtenção do primeiro empréstimo tendo sido escolhido por 65% das PME. Também se conseguiu apurar que 78% das empresas que responderam se relacionam com mais que um banco.

Como já observado, a maior parte das PME tinham como principal fonte de financiamento o financiamento bancário, porém, para dar uma maior robustez científica, foi aplicado o teste da qualidade do ajuste para verificar se existia preferência por alguma fonte de financiamento e as evidências estatísticas (valor $p < \alpha$) permitiram afirmar que existia sim uma preferência por uma fonte de financiamento validando assim a hipótese de investigação H1.

Para medir se o tempo das empresas no mercado (idade) influencia no acesso ao financiamento aplicou-se o teste de concordância de Kappa que assumiu um valor de -0,023, o que permitiu concluir que não existe nenhuma associação entre estas duas variáveis refutando assim a hipótese de investigação H2.

Da mesma forma utilizou-se o teste V de Cramer para saber se o setor de atividade influencia no acesso ao financiamento e o teste aplicado assumiu um valor de 0,385 que não indica uma ausência total de associação, mas indica uma associação moderada. Nestas condições sendo que o valor se encontra mais perto de uma associação fraca do que de uma associação forte e com base em toda a análise feita concluiu-se que o setor de atividade não tem influência no acesso ao financiamento refutando assim a hipótese de investigação H3.

Seguindo a mesma lógica aplicou-se o teste exato de Fisher para saber se a existência de contabilidade organizada e o acesso ao financiamento estão associados e segundo as evidências estatísticas (valor $p > \alpha$) não se pode afirmar que existe uma associação entre estas duas variáveis, refutando assim a hipótese de investigação H4.

O teste de Fisher também foi utilizado para saber se as empresas que acham que os requisitos impostos dificultam o acesso ao financiamento é porque já tiveram pedido de financiamento recusado e segundo as evidências estatísticas (valor $p < \alpha$) estas duas variáveis estão associadas validando assim a hipótese de investigação H5.

Para saber se a avaliação da dificuldade de obter financiamento está associada ao pedido de financiamento recusado e à opinião das empresas se os requisitos impostos dificultam ou não o acesso ao financiamento aplicou-se o teste de concordância de Kappa para ambas as situações. Kappa assumiu um valor de -0,009 para a dificuldade de obter financiamento e pedido de financiamento recusado, deste modo pode-se afirmar que não existe associação entre estas duas variáveis refutando assim a hipótese de investigação H6 e para a dificuldade de obter financiamento e requisitos impostos, Kappa assumiu um valor positivo, porém de 0,005 que também indica a ausência de associação refutando a hipótese de investigação H7.

As empresas que responderam que se relacionavam com mais do que um banco, avaliaram numa escala de importância as vantagens de relacionar com mais do que um banco. A consistência interna desta seção do questionário se revelou boa segundo as evidências estatísticas (Alfa de Cronbach = 0,897) e constatou-se uma correlação forte entre quase todos os itens a serem medidos. Através da análise da média da importância atribuída constatou-se que as empresas atribuíram maior importância à possibilidade de reduzir as taxas de juro (média = 4,30), seguido do fato de poder escolher com que banco se quer trabalhar (média = 4,19).

Assim sendo, pode-se concluir que as empresas atribuem sim maior importância a algumas vantagens do que a outras, validando assim a hipótese de investigação H8.

Durante a realização deste estudo deparou-se com algumas limitações no acesso aos dados em que os dados disponíveis no site da INE e do Banco de Cabo Verde não eram suficientes, pelo que os dados que não estão disponíveis tem de ser solicitados através da plataforma ou do email, e a submissão

do pedido de dados não obteve resposta. A maior limitação foi o tamanho da amostra em que foi enviado um pedido da lista de PME existentes em Cabo Verde, sendo que a lista disponível online no site da Câmara do Comércio estava desatualizada e a maioria dos contactos tanto de telefone como de email não existiam, porém, este pedido foi recusado uma vez que seria proibido disponibilizar contactos das empresas. Como solução utilizou-se os números e emails que funcionavam e a ajuda de alguns contatos pessoais para que este questionário chegasse a mais empresas. Esta situação resultou no número reduzido da amostra.

Referências

- Banco de Cabo Verde. (2018). Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito Cabo-Verdiano/4º trimestre de 2018. Relatório do inquérito à política de crédito. Obtido em 04 de Outubro de 2022, de <https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Relatorios/Relatorioapolitica/Documentos/2019/INQU%20RITO%20AOS%20BANCOS%20SOBRE%20O%20MERCADO%20DE%20CR%20DITO%204%C2%BA%20VF%202018.pdf>
- Banco de Cabo Verde. (2019a). Banco de Cabo Verde. Obtido em 19 de Janeiro de 2022, de BCV: <https://www.bcv.cv/pt/Paginas/Homepage.aspx>
- Banco de Cabo Verde. (2020). Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito Cabo-Verdiano/4º trimestre de 2020. Relatório do inquérito à política de crédito. Obtido em 04 de Outubro de 2022, de <https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Relatorios/Relatorioapolitica/Documentos/2020/INQU%20RITO%20AOS%20BANCOS%20SOBRE%20O%20MERCADO%20DE%20CR%20DITO%204%C2%BA%202020.pdf>
- Banco de Cabo Verde. (2021). Inquérito ao mercado de crédito, síntese dos resultados – 4º trimestre de 2021. Relatório do inquérito à política de crédito. Obtido em 17 de Maio de 2022, de <https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Relatorios/Relatorioapolitica/Documentos/2021/INQU%20RITO%20AOS%20BANCOS%20SOBRE%20O%20MERCADO%20DE%20CR%20DITO%203%C2%BA%202021.pdf>
- Banco de Cabo Verde. (2022a). Inquérito ao mercado de crédito, síntese dos resultados – 2º trimestre de 2022. Relatório do inquérito à política de crédito. Obtido em 04 de Outubro de 2022, de <https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Relatorios/Documents/INQU%20RITO%20AOS%20BANCOS%20SOBRE%20O%20MERCADO%20DE%20CR%20DITO%202%C2%BA%202022.pdf>
- Beck, T., & Demirgüç-Kunt, A. (2016). Small and medium-size enterprises: Access to finance as a growth constraint. *Journal of Banking and Finance*, 30. Obtido em 04 de Novembro de 2021, de <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0378426606000926?token=F19EAD49B386523337F6B0E51B65CA0CE068EA7D741D5244FF303EA009D4903ACF2E2BD40E2E3095161DA5B4794A170&originRegion=eu-west-1&originCreation=20211104223123>
- European Commission. (2017). Ficha temática do semestre Europeu - Financiamento das Pequenas e Médias Empresas. Ficha temática. Obtido em 26 de Outubro de 2022, de https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/file_import/european-semester_thematic-factsheet_small-medium-enterprises-access-finance_pt.pdf
- García-Teruela, P. J., & Martínez-Solano, P. (2007). Effects of Working Capital Management on SME Profitability. *International Journal of Managerial Finance*, 164-177. Obtido em 11 de Dezembro de 2021, de <https://www.researchgate.net/profile/Pedro->

- Solano/publication/314890129_Effects_of_Working_Capital_Management_on_SME_Profitability/links/5db730be92851c8180114ac0/Effects-of-Working-Capital-Management-on-SME-Profitability.pdf
- Gião, R. A. (2018). *Financiamento das PME- Estudo de caso à Gomes, Sobral & Filhos, Lda*. Tese de Mestrado, Instituto politécnico de setúbal, Escola superior de ciências empresariais. Obtido em 29 de Novembro de 2021, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22379/1/Tese%20-%20Ricardo%20Gi%C3%A3o.pdf>
- Instituto Nacional de Estatística. (8 de Junho de 2021a). Estatísticas Empresariais em Cabo Verde – 2011 A 2020. Obtido em 09 de Setembro de 2022, de INE: <https://ine.cv/quadros/estatisticas-empresariais-cabo-verde-2011-2020/>
- Instituto Nacional de Estatística. (31 de Março de 2021b). PIB e componentes (Trimestrais) - 1º trimestre 2007 a 4º trimestre 2020. Obtido em 6 de Junho de 2022, de INE: <https://ine.cv/quadros/contas-nacionais-trimestrais-4o-trimestre-2020/>
- Luzio, R. F. (2015). *Os determinantes do financiamento bancário às PME portuguesas*. Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Economia, Porto. Obtido em 04 de Novembro de 2021, de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/81401/2/37149.pdf>
- Marta, V. C. (2016). Financiamento Bancário as Pequenas e Médias Empresas em Cabo Verde. Obtido em 26 de Outubro de 2021, de <https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Working%20Papers/Documents/Financiamento%20Banc%C3%A1rio%20%C3%A0s%20Pequenas%20e%20M%C3%A9dias%20Empresas%20em%20Cabo%20Verde,%20V%C3%A2nia%20Cardoso%20Marta,%202016.PDF>
- Oliveira, C. R. (2018). A Estrutura do Sector Bancário Cabo-verdiano e a Regulação do Mercado. Tese de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Economia, Lisboa. Obtido em 13 de 02 de 2022, de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17834/1/master_carlos_rocha_oliveira.pdf
- Ryan, R. M., O'Toole, C. M., & McCann, F. (2014). Does bank market power affect SME financing constraints? *Journal of Banking & Finance*. Obtido em 13 de Novembro de 2021, de <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0378426614000053?token=7267EAAFB3886314EDABF90DE980B62674252CE6EAA41DB53917796C7BBA172055887A3D077C3E2D2FC2C905BC91B21E&originRegion=eu-west-1&originCreation=20211113115558>
- Suporte ao Minitab 21. (2022). Medições de associação para Tabulação cruzada e qui-quadrado. Obtido em 28 de Setembro de 2022, de <https://support.minitab.com/pt-br/minitab/21/help-and-how-to/statistics/tables/how-to/cross-tabulation-and-chi-square/interpret-the-results/all-statistics-and-graphs/measures-of-association/#kappa>
- Tavares, F. O., Pacheco, L., & Almeida, E. F. (2015). Financiamento das Pequenas e Médias Empresas: Análise das empresas do distrito do Porto em Portugal. In N. Reinhard (Ed.) *Revista de Administração*, 50, 254-267. Obtido em 26 de Outubro de 2022, de <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0080210716303922?token=0C5E281C3126BA5A01F2905B9354D79F1648B88509681151460C8450FF385BD761D391558EEB47F6B60752C09FB7DDA6&originRegion=eu-west-1&originCreation=20221026213935>

Literatura infantil cabo-verdiana: memória em *a cruz do Rufino* de Fátima Bettencourt

Cape Verdean children's literature: memory in *a cruz do Rufino* by Fátima Bettencourt

Hilarino Carlos Rodrigues da Luz¹[0000-0001-5694-5781]

hluz@fcsh.unl.pt

CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa⁷⁸

Resumo. Pretendemos, com este artigo, abordar a literatura infantil cabo-verdiana. Neste sentido, faremos uma breve abordagem da memória da história de Cabo Verde na obra *A Cruz do Rufino* de Fátima Bettencourt. Trata-se, portanto, de uma abordagem que se inicia com um enquadramento do conceito de leitura, seguida de uma breve reflexão sobre a literatura infantil e da recuperação da narrativa “O Lobo e o Chibinho” publicada na revista *Claridade*; também faremos o mapeamento da dita literatura desde o seu início até ao ano de 2020, uma abordagem da obra *A Cruz do Rufino* de Fátima Bettencourt e apresentaremos algumas conclusões finais.

Palavras-Chave: Cabo Verde, Fátima Bettencourt, literatura infantil, leitura, memória.

Abstract. With this article, we intend to address Cape Verdean children's literature. In this sense, we will make a brief approach to the memory of the history of Cabo Verde in the work *A Cruz do Rufino* by Fátima Bettencourt. It is, therefore, an approach that begins with a framework of the concept of reading, followed by a brief reflection on children's literature and the recovery of the narrative “O Lobo e o Chibinho” published in *Claridade* magazine; We will also map the said literature from its beginnings to the year 2020, an approach to the work *A Cruz do Rufino* by Fátima Bettencourt and present some final conclusions.

Keywords: Cabo Verde, Fátima Bettencourt, children's literature, reading, memory.

1 Breve enquadramento do conceito de leitura

O presente artigo procura argumentar a literatura infantil cabo-verdiana. Para o efeito, partimos da releitura de trabalhos já escritos sobre a referida literatura infantil, no geral, para depois entrarmos na literatura cabo-verdiana, em particular. Assim, tendo como principal propósito divulgar a literatura infantil cabo-verdiana, devemos dizer que a leitura não é apenas um procedimento, como alimentar e descansar. Por isso, é de capital importância que haja algum conhecimento da escrita nas suas vertentes práticas e estéticas. Ela recebe intromissões constantes dos ganhos dos leitores, dado os automatismos e práticas individuais. (Aguiar, 2004). Sendo assim, na perspetiva de Rigoletto e Giorgi “formar um leitor significa proporcionar-lhe condições para que ele descubra novos sentidos a cada leitura. [...]. Da mesma forma que a história da literatura começa nas primeiras manifestações de comunicação e expressão dos homens, a história de cada leitor inicia-se quando, ainda, bebé, ele escuta histórias de embalar”. (p. 2). Para Aguiar (2004), já citada, “a importância de ler, pois, dos primeiros contactos com a palavra é fundamental para a formação da sensibilidade linguística, isto é, a capacidade de prestar atenção nos sons e nos sentidos, no ritmo e na melodia de cada frase que ouvimos ou, depois, lemos, vai, gradativamente, nos aproximando do texto escrito em todos os suportes e da literatura, especialmente”. (p. 22).

⁷⁸ CHAM e Departamento de Estudos Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa

Esta citação mostra-nos a importância da família na formação dos leitores, através do incentivo dos pais, irmãos e outros adultos com quem as crianças convivem no seu dia a dia, já que elas precisam de exemplos que as possam instigar a prática constante da leitura. Neste sentido, é fundamental que essa prática ocorra em grupo, visando a partilha de experiências, de livros e de reflexões sobre os textos lidos. (Aguilar, 2004). Para o efeito, a escola e os professores têm, igualmente, um papel primordial nesse processo, visto que muitas das crianças só têm acesso aos livros no meio escolar, onde também podem beneficiar de diferentes modelos de leituras com impacto no seu desenvolvimento cognitivo. (Aguilar, 2004). Deve ter-se em consideração o conteúdo dos livros que elas leem ou vão ler, visto que, segundo Souza (1992) “a leitura é, basicamente, o ato de perceber e atribuir significados através de uma conjunção de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias”. Ler, segundo o próprio, “é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade”. (p. 22).

É por essa razão que Silva (2016) ao citar Castro considera que “a literatura infantil concede autonomia às narrativas fantásticas, em que tudo pode vir a acontecer, nas quais se permite a mistura do real e o ilusório fugindo-se, às vezes, do limite da realidade, dando vida a um universo mágico e fantasioso que agrada ao público mirim e, ao mesmo tempo, auxilia no desenvolvimento cognitivo, linguístico e social da criança”. (p. 13).

Dada a importância da leitura em tenra idade da criança, Coelho (2000) apresenta cinco tipos de leitores que, com base em Silva (2016), resumimos da seguinte forma: (1) pré leitor - criança que ainda não tem a competência de descodificar a linguagem escrita; (2) leitor iniciante - a criança começa a tomar contacto com a escrita; (3) leitor em processo - fase em que a criança já domina o mecanismo da leitura; (4) leitor fluente - fase em que a criança consolida o domínio dos mecanismos do ato da leitura; (5) e, por fim, leitor crítico – fase de total domínio do processo de leitura.

2 Literatura infantil: recuperação da narrativa “O Lobo e o Chibinho”

A conceção de literatura infantil surgiu a partir do momento em que se passou a diferenciar uma criança de um adulto, fazendo com que passasse a haver uma certa preocupação com o público infantil aquando da produção literária. Desta feita, esta conceção tem vindo a ajudar na educação do indivíduo, através no seu desenvolvimento cognitivo e emocional, justificando a adequação do conteúdo ao nível de compreensão da criança, conforme referimos anteriormente. No caso de Cabo Verde, a literatura infantil ganhou “ênfase” em 1936, através da revista *Claridade*, visto que sistematizou a investigação cultural, antropológica, literária e histórica sobre Cabo Verde. (Lima, 2022). Neste sentido, Lima (2022) considera que:

Nessa publicação pioneira, Baltasar Lopes com “Infância” inaugurou a narrativa voltada para o público infantil, no também primeiro romance caboverdiano (*Chiquinho*), em forma de pequena narrativa cuja personagem principal é uma criança. Nesse conto fundador são citados dois outros personagens que apreciam contar histórias, *Nha Rosa Calita* e *Nhô Quirino*, representantes da palavra falada na tradição africana, como Nei Lopes e Luiz António Simas desenvolveram em *Filosofias africanas* (2020). (p. 174).

Ainda, neste âmbito, foi publicada, na revista, uma narrativa oral de cariz identitária “O Lobo e o Chibinho”, uma versão do conto popular de S. Nicolau, nas páginas 8 e 10 do n.º 2. Relata a história de Lobo e Chibinho num ano em que não choveu em Cabo Verde, dando origem a um grande período de seca, conforme aconteceu em muitos períodos da história do arquipélago. Ti Lobo, um personagem mentiroso, andava muito magro dada a falta de comida. Estando pelo campo à procura de alimento que lhe pudesse tirar a fome, foi a uma fonte onde projetou encontrar uma “chibarrinha”, ou seja, um cabritinho (cabrito) perdida/do da mãe. Não tendo essa sorte, encontrou o seu compadre Chibinho, que, segundo o conto, “estava muito pachá a gozar a sobra de uma empena de barranco. Ti Lobo esbugalhou os olhos” e disse ao seu compadre que ele se encontrava “gordo, bonito” e que tinha o ar de quem “tinha comido há pouco” tempo. Chibinho percebeu a sua intenção e tentou esconder o sítio onde andava a comer por não confiar nele. Após ter percebido o desespero do seu amigo, contou-lhe que o motivo da sua boa disposição estava num pé de figueira onde diariamente ia comer figos. Disse-lhe para também ir, mas mediante o seguinte juramento: “- Quando você [estiver] a subir na figueira você diz: *figueirinha*,

tic, tic e a figueirinha sobe; quando você estiver farto e quiser descer, você diz: *figueirinha ñai, ñai*, e ela desce. “ (Claridade, 1936, p. 9). Esfomeado, Ti Lobo enfiou “um barbatão” e disse o que lhe foi recomendado. Comeu muito. Lembrou-se que já podia descer, mas, sendo um personagem mentiroso e que não suscitava nenhum tipo de confiança, desistiu e resolveu comer para a mãe e avó, para o pai e avô e todos os parentes. Quando se deu conta que já não tinha mais parentes para comer, resolveu descer, só que se esqueceu do que devia dizer: “se *tic, tic*, se *ñai, ñai*. À toa disse: / - *Figueirinha, tic, tic!* A figueira subiu. Mas Ti Lobo testudo e tornou a dizer: / - *Figueirinha, tic, tic!*”. (Claridade, 1936, p. 9). Ela continuou a subir até chegar ao céu. Nossenhô (Deus) perguntou-lhe o que havia lá ido fazer e ele respondeu-lhe com uma mentira, que foi rapidamente descoberta. Com pena dele, Deus, resolveu mandá-lo de volta para a terra, mas mais uma vez Ti Lobo manifestou o seu lado mentiroso e esfomeado ao comer uma pele que, por duas vezes, Deus lhe deu para ir lavar. Numa terceira vez, após ter resistido ao desejo de a comer, levou-a bem lavada. Deus fez-lhe um “tamborinho” e o orientou da seguinte forma:

- Ti Lobo, agora vais descendo o caminho para a Terra e levas este tamborinho. Quando chegares lá em baixo tocas o tambor e eu então, vendo que chegaste, largarei a corda com que te vou prender pela cintura. Mas tem cuidado e não toques o tambor pelo caminho, porque, se eu ouvir o toque, faço de conta que chegaste e largarei a corda e tu darás uma grande queda que te matará. / Ti Lobo saiu do céu e veio descendo. Quando já estava a meia ladeira encontrou uma mulher que levava uma travessa cheia de batancas. / A mulher disse-lhe: / - Ti Lobo, que tamborinho tão bonito que você está levando! / Ti Lobo ficou todo vaidoso e arrotou três vezes. A mulher tornou a dizer-lhe: / - Ti Lobo, você toque um bocadinho, porque deve ser muito doce o toque do seu tamborinho... (Claridade, 1936, p. 9).

Ti Lobo respondeu-lhe dizendo que só o deveria tocar quando chegasse à terra, um propósito que não cumpriu em troca das “batancas” da mulher, já que, após alguma insistência, ele aceitou a sua proposta, ou seja, tocou o “taborinho” e Deus, ouvindo o seu toque, “fez de conta que ele tinha chegado à Terra e largou a corda que o sustinha pela cintura. Imediatamente Ti Lobo [...] ficou em pedaços” (Claridade, 1936, p. 9), ou seja, Ti Lobo acabou por morrer, por causa da sua ganância e falta de respeito pela palavra dada. Deste modo, as narrativas de tradição oral que são aproveitadas na literatura infantil cabo-verdiana têm sempre uma moralidade, conforme ficou exposto no resumo do conto que aqui apresentamos aos leitores. Ora, a tradição oral, muito presente na literatura infantil, é definida por Vansina (2010) como sendo “um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra. Suas características particulares são o verbalismo e sua maneira de transmissão, na qual difere das fontes escritas”. (pp. 139-140). Já para Bâ (2010):

A tradição oral é a grande escala da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspetos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo – e pode desconectar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial. Fundada na iniciação, e na experiência, a tradição oral conduz o homem à sua totalidade. (p. 169).

Desta feita, a literatura infantil assume capital importância no desenvolvimento intelectual da criança. Ela deve ser trabalhada através dos pressupostos: “como forma fundamental de comunicação artística entre individualidades e como instrumento de formação da consciência de autor e leitor na criança”. (Giroto & Souza in Azevedo & Souza, 2012, p. 39). Assim, de acordo com Held (1980):

A criança, por muitas razões, torna-se aquilo que fazemos dela, evolui em função do alimento que lhe propomos. Seguramente, o adulto que despreza a criança e faz dela imagem simplista, torná-la-á tal como a vê. Mas não é certo que qualquer educador que gosta da criança, que a escuta, que lhe responde, que confia nos germes que estão nela, poderá desenvolver muito cedo, espantosamente cedo, humor, ironia, espírito crítico, verdadeira capacidade humana de reflexão. (p. 229).

A literatura infantil deverá ser remetida para uma dupla função: “o de objetivação humana, capaz de possibilitar a ampliação das referências infantis; o do diálogo e da interação entre indivíduos – autor

e leitor, que, de facto, enriqueça as vivências que a criança já tem como sujeito”. (Azevedo & Souza, 2012, p. 40). Nessa linha de pensamento, Azevedo e Souza consideram que:

Desconsiderar o carácter educativo que possui o livro infantil é algo ingénuo se se acreditar que a Educação é um fenómeno presente em qualquer situação formal ou informal, em que crianças e/ou adultos estejam em interação. Partindo desse princípio, o livro constitui-se numa objetivação, entre outras tantas objetivações humanas – entendidas como criações ou transformações histórico-socialmente produzidas – que, ao ser apropriado pela criança, traz consigo elementos consecutivos de todo o processo histórico, formador do autor, da obra enquanto tal e do próprio leitor. (Azevedo & Souza, 2012, p. 40).

O livro infantil acaba por assumir a função de concretização humana capaz de intermediar uma interlocução entre a criança e o autor, levando Bakhtin (1995) a referir que: “Toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso interior” (pp. 147-148). Desta feita, é fundamental que se tenha em consideração que um livro para que seja pedagógico não precisa ser escrito com esse propósito, já que toda a obra é em “última instância formadora da consciência daqueles que dela se apropriam” (Azevedo & Souza, 2012, p. 41), sendo que o adulto ocupa o papel de intermediário entre a criança e a obra a ser lida.

2.1 Mapeamento da literatura infantil em Cabo Verde: do início a 2020

A literatura infantil cabo-verdiana, conforme aludimos antes, teve início com a revista *Claridade*, com a publicação nas páginas 2, 3 e 7 do n.º 3 da *Claridade* de “Infância”, extrato de obra *Chiquinho* de Baltasar Lopes e ganhou ênfase depois da autonomia do arquipélago, conseguida no dia 5 de julho de 1975, sendo que foi intercalada pela publicação da obra *O Dragão e Eu* (1945), por Henrique Teixeira de Sousa, que tem como personagem principal, um menino que abandonou os estudos para trabalhar, um acontecimento muito característico da época, e *Narrativas e Contos Cabo-verdianos* (1968), de Manuel Bonaparte Figueira. Nesta senda, também podemos sublinhar o conto “O Lobo e o Chibinho”, igualmente publicado na revista *Claridade* e que teremos a oportunidade de abordar mais à frente.

Posteriormente foram publicados: *Chibinho* (1979), do Ministério da Educação de Cabo Verde (formato de revista infantil); *Girassol: revista infantil* (1979); *A História de Blimundo* (1982), de Leão Lopes (conta a história do boi Blimundo que apresenta versões que diferem de ilha para ilha); *Folha a Folha* (1987), de Orlanda Amarílis e Maria Alberta Menéres; *Falécias e Peripécias* (1990), de Orlanda Amarílis; *Uma Aventura em Cabo Verde* (1990), de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada⁷⁹; *Canções Infantis* (1991?), de Margarida Brito; *As Ilhas da Outra Face da Luz* (1992), de Luísa Queirós; *Aventuras de Chibim e Tilobo- 1- A Família do CHIBIM* (1995), de Jorge Octávio Soares Silva; *Histórias que eu contei e Poemas* (1996), de Mizé Costa; *A Cruz de Rufino* (1997), de Fátima Bettencourt; *A Tartaruguinha* (1997), de Orlanda Amarílis; *A Estrelinha Tlim Tlim* (1998), de Dina Salústio, em coautoria com a Marilene Pereira; *Vamos Conhecer Cabo Verde* (1998), de João Lopes Filho; *SAARACI o último gafanhoto do DESERTO* (1998), de Luísa Queirós; *UNINE* (1998), de Leão Lopes; *A Fuga: estória em banda desenha e O Namoro: estória em banda desenhada* (1999), de Óscar Alves; *Enfants de L’Atlantique – de Madère au Cap-Vert* (1999), de Raphaëlle Bergeret; *Estórias de Encantar* (2000), de Herminia Curado Ferreira; *Futcera ta Cendê na Rotcha* (2000), de Ivone Aida; *Bentinho Traquinas* (2000), de Marilena Pereira; *Dona Sani [s/d]* de Marilena Pereira; *O Caracol Julião* (2001), de Graça Matos Sousa; *A Ilha do Rei Titão* (2000), de Leopoldina Barreto; *O Monstrinho da Lagoa Rosa* (2001), de Graça Matos Sousa; *1, 2, 3*, (2002), de Marilena Pereira; *O Meu Amigo Monte Verde* (2002), de César Silva; *O Que os Olhos não Vêem* (2002), de Dina Salústio e Marilena Pereira; *Minguim: o pirata* (2003), de António Luís Rodrigues; *A Magia das Palavras* (2003), de Hermínia Ferreira; *Princesa Laginha* (2003), de Ineida Kénia Brito; *Le Fantome du Bagne* (2003 e 2006), de Jean-Yves Loude; *Comandante Hussi* (2003), de Jorge Araújo; *Tropic delle Ombre* (2004), de Cláudio Comini e Orazio Minneci; *Lobu, Xibinhu ku Nha Tia Ganga* (2005), de Nicolas Quint, Laurant Quinte e Mitos Elias; *Lobu ku Xibinhu kun Nhordés* (2005), Aires Semedo; *Estória, Estória* (2005), de Celina Pereira; *La Dernière Colere de Sarabura* (2005), de Muriel Bloch; *As Mãozinhas da Criança* (2005),

⁷⁹Nem todos os autores da literatura infantil cabo-verdiana são naturais do país.

da Câmara Municipal de São Vicente; *As Aventuras de Nhu Lobu: tabesuras di Nhu Lobu* (2006), de Armindo Martins Tavares, Nicolas Quint & Laurent Quint; *Capitão Farel* (2006), de Leão Lopes; *Pinok e Baleote* (2006), de Miguel Horta; *Cinco Balas Contra a América* (2007); de Jorge Araújo; *Gó ki Pórka dja Torsi Rábu* (2008); de Aires Semedo; Nicolas Quint; *Kuza-m-Kuza? (Cape Verdean Children's Riddles)* (2008), de J.J.R. Pires, John Hutchison e Ulisses Goncalves; *Aventuras da Cidade Velha* (2008), de Marilena Pereira; *Os Segretos Acrobatas* (2008), de José Luiz Tavares; *Mam Bia Tita Contá Estória na Criol* (2009), de Ivone Ainda; *Cinco Balas Contra a América* (2009), de Jorge Araújo; *Á Bolina ao Redor Natal* (2009), de José Luiz Tavares; *Mãe, Conta-me uma História* (2009), de Natacha Magalhães; *A Greve dos Animais* (2009), *A Sopa da Beleza* (2009), *O Reino das Rochas* (2009) e *A Princesa do Mês de Agosto*, ambos da Coleção *Stêra*, de Zaida Sanches; *Lobu ku Xibinho* (2009), de Eurico Fernandes e Mário Tavares; *Quando eu For Grande: peripécias em Cabo Verde* (2010), de Evelina Ferreira; *Marianinha* (2010), de Giselle Neves; *Arca do Bronzé* (2010), de José Luiz Tavares; *História de Cabo Verde: a tartaruga Luana e a passarinha Luna* (2011), de Ivete Livramento Santos; *Tenpo di Dilubri* (2011), de José Luiz Tavares; *Meus Vizinhos Passarinhos* (2011), de Marilena Pereira; *Un Conte du Cap Vert* (2012), de Muriel Bloch; *Prispinho* (2013), de Antoine de Saint-Exupéry; *O Gatinho Medroso* (2012), de João Lopes Filho; *Largo Winch 1- ADERU* (2012), de Jean Van Hamme; *Largo Winch 2- GRUPO W* (2012), de Jean Van Hamme; *O Pirlampo e a Libélula* (2013), de Carmelinda Gonçalves Abu-Raya; *Stória, Stória: contos tradicionais de Cabo Verde – ilha do Fogo* (2014), de Helena Centeio; *Outras Pasárgadas Mim* (2014), de Mana Guta; *Histórias Portuguesas e Cabo-verdianas para as Crianças* (2014), de Fernando Vale; *Sete Contos ao Luar e Outras Estórias* (2014), de Natacha Magalhães; *O ET* (2015) e *O Espantalho* (2015), de Carmelinda Gonçalves Abu-Raya; *História de Palmo e Meio* (2015), de Ana Maria Carvalho Furtado; *A Fita Cor-de-Rosa* (2015), de Odair Varela e Rogério Rocha; *Contos Tradicionais da CPL [áudio-livro]* (2015), de Celina Pereira, José Afonso e Sydney Cerqueira; *O Melhor Amigo, Florizanda* (2015), de Delgado Porto; *Macela de S. Nicolau, [s/d]*, de César Silva; *O Espantalho* (2016), *A Cada Bruxa a sua Vassoura!* (2016), *Bullying* (2016), de Carmelinda Gonçalves Abu-Raya; *Império da Fantasia: aventuras no reino da luz magenta* (2017), de Débora Cristina; *Tufas, a Princesa Crioula: aprendendo as palavras mágicas* (2017), de Dai Varela; *O Mistério da Cidade Velha* (2017), de Marilena Pereira; *Unine: continuação* (2017), de Merit Ganeto; *A Viagem mais Fantástica do Mundo* (2017), de Natacha Magalhães; *Tufas, Princesa Crioula: a caixa das desculpas* (2018) e *Tufas, Prinséza Krióla: kaxa de desculpa* (2018) e *Tufas, Prinséza Krióla: Ta prenê kis palavra májike* (2018), de Dai Varela; *A Feiticeira de Fonte Lima* (2017), de Abrão Vicente; *A Sereia Mânina* (2018), de Celina Pereira; *Karaka* (2018), de Carmelinda Gonçalves Abu-Raya; *Ariel* (2018), de Glória Sofia; *Camões Crioulo e as Histórias das Ilhas* (2019), de Mana Guta; *O Primeiro Cancioneiro Infantil “Vamos Cantar na Escola”* (2019), da Associação para a Promoção do Património Educacional – Cabo Verde (ASPPEC); *Un Bes Tinha Nhu Lobu ku Xibinho* (2020) e *Un Bes Tinha Nho Lobu ku Tubinho* (2020), de Humberto Lima. (Varela, 2016).

3 A Cruz do Rufino: memória

A presente obra, da autoria de Fátima Bettencourt, foi ilustrada por Felipe Alçada e é uma edição da Embaixada de Portugal em Cabo Verde e do Centro Cultural Português Praia-Mindelo. Corresponde à Coleção de Livros Infantojuvenis e foi impresso e encadernado pelo *Printer Portuguesa e Indústria Gráfica Lda*. Embora não numerada, tem 22 páginas e conta com o apoio da *XIII Feira do Livro Português em Cabo Verde*. Trata-se de um conto que se inicia com a escritora explicando aos jovens leitores a história da sua escrita, admitindo que escreve há muitos anos e que este representa o primeiro conto infantil da sua autoria.

Segundo a própria, o processo da sua escrita aconteceu de forma natural e resultou de uma brincadeira que teve com a sua filha. Ela, saindo da escola, deu-lhe a conhecer um anúncio de um concurso de “textos lançado pela Embaixada de Portugal inserido nas comemorações do dia 10 de junho, Dia de Camões, de Portugal e da Comunidades” (Bettencourt, 1999, p. [2]), sendo que o vencedor ganharia uma viagem a Portugal. Na sequência, incentivou a filha a concorrer, mas ela preferiu ir “para uma aula de ginástica”. (Bettencourt, 1999, p. [3]. Também refere que os islenhos que nunca tenham estudado a história de Portugal terão algumas dificuldades para compreender o conteúdo do livro, mas que ficaram curiosos e, conseqüentemente, levantaram muitas questões e, com isso, passaram a conhecer “melhor o povo que achou e povoou” o arquipélago de Cabo Verde (Bettencourt, 1999, p. [3]).

Assim, começa o conto referindo que Rufino perdeu a mãe Djódja, uma mulher bonita, ainda muito cedo e que dela apenas “guardava uma vaga recordação e um crucifixo de madeira negra, sem Cristo e suspenso do pescoço por uma tira de papel”. (Bettencourt, 1999, p. [4]). Não conheceu o seu pai. O povo acreditava que tenha sido “um marujo loiro que passara pelo porto e morrera numa briga no Lombo”. (Bettencourt, 1999, p. [4]). A própria admite que essa paternidade não pode ser confirmada por haver outras versões. Lela, um pescador que adotou Rufino, não parava de falar da sua mãe, por quem teve um amor não correspondido.

Criado na Praia de Bote, no Mindelo, ilha de S. Vicente, Rufino “era menino de todos os pescadores”. (Bettencourt, 1999, p. [4]). Djosa (Gregório) era quem tomava conta dele quando Lela ia pescar. Num dia de distração, Rufino ficou a dormir “dentro de um bote amarrado a um dos coqueiros da praia”. Estando na Baía do Porto Grande, viu uma bola de fogo ao longe, próximo do Monte Cara, “uma elevação, com 490 metros de altitude, a oeste desse porto. A sua designação advém do facto de possuir um recorte que nos remete para um rosto humano olhando o céu. Também já teve a denominação de Washington ou cabeça de Washington” (Luz, 2023, p. 216). Ora, tendo sido chamado por uma sereia, Rufino “deu-lhe a mão e partiram mar fora”. Aquando dessa viagem, encontraram “mil peixes, baleias, tubarões, cavalos marinhos, conchas e búzios de estranhos feitios”, além de terem enfrentados uma grande tempestade. Deparam-se com o barco do Diogo Gomes, um dos descobridores de Cabo Verde, e a sereia pediu ao Rufino para lhe mostrar o caminho. Veja-se a seguinte passagem:

Um marinheiro apareceu agarrado a uma corda, perscrutou a bruma e respondeu:

- Sou Diogo Gomes mais os meus homens. Apanhamos uma tempestade numa vista e estamos sem água nem comida. Estamos desesperados. Não sei que contas prestar ao Rei de Portugal.

E a sereia, amável:

- Ah! Vocês são portugueses! Então não são estranhos, são amigos. Sejam bem-vindos ao meu reino.

E voltando-se para Rufino:

- Mostra o caminho ao amigo Diogo.

[...]

- Diogo segue esta cruz que ela nunca falha.

(Bettencourt, 1997, p. [15]).

Esta passagem mostra-nos que Fátima Bettencourt, recorrendo à memória, recupera a história do descobrimento de Cabo Verde, ao incluir o Diogo Gomes no conto, já que, segundo a dita história, ele se encontrava com o António da Nali aquando do seu descobrimento em 1460. (Luz, 2013). Similarmente inclui um temporal, numa tentativa de recuperar a memória coletiva cabo-verdiana envolto a esse descobrimento, uma vez que também se fala num temporal que desviou os navegadores da sua rota, fazendo com que tivessem tido a oportunidade da proeza da descoberta. Merece destaque o facto de a autora ter problematizada, no início, o nome do pai do Rufino. Ela fala num homem, não natural de Cabo Verde, que entrou através do Porto Grande do Mindelo, como dissemos antes, com o propósito de mostrar a diversidade de pessoas e culturas que passaram pelo país, sobretudo Mindelo e que tiveram uma participação ativa no seu povoamento e também na mescla humana, conforme Jorge Barbosa aborda no poema “Ilhas”, dedicado ao seu amigo Jaime de Figueiredo: “Todos passaram / - Chineses, Negros, Americanos, Holandeses – / Todos passaram / e deixaram, / por acaso, / a sua raça no ventre das meretrizes do porto...”. (Barbosa, 2002, p. 37)

Esta obra dá a conhecer aos “pequenos leitores” a história do descobrimento do arquipélago de Cabo Verde e o processo de mestiçagem ocorrida no país, através de uma abordagem baseada no Rufino, que, esquecido numa praia, acaba por dormir e sonha com uma sereia que o coloca na rota do referido Diogo Gomes:

Rufino acorda, estremunhado, esfrega os olhos e olha para Mano Léla à Luz duma lamparina de petróleo amparada do vento por uma lata velha.

E começa a falar dumas coisas que para o velho pescador não faziam o menor sentido:

- Onde está a minha amiga Sereia?

- E os navegadores que apanharam o Temporal?

Mano Lela não entende nada e, colocando-lhe a mão na cabeça num gesto repassado de ternura, diz-lhe:

- Sabes, Rufino, acho que apanhaste muito sol que não te fez bem. Estás a *falar só paracisma*. (Bettencourt, 1997, pp. [16.17]).

4 Conclusões

Procuramos, com esta reflexão, abordar a literatura infantil cabo-verdiana. Começamos por fazer um enquadramento e apresentamos um mapeamento das origens ao ano de 2020. Por fim, apresentamos uma breve reflexão sobre a obra *A Cruz do Rufino* de Fátima Bettencourt, em que os leitores podem encontrar alguns reflexos da memória histórica do arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente a inclusão do Diogo Gomes como um dos seus descobridores.

Agradecimentos

Este artigo insere-se no âmbito do Projeto *Literatura de Mulheres: Memórias, Periferias e Resistências no Atlântico Luso-Afro-Brasileiro* (PTDC/LLT-LES/0858/2021), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Referências

- Aguiar, V.T. (2004). A formação do leitor. In Ceccantini, J; Pereira, R. & Júnior, J. Zancheta (Or), *Pedagogia cidadão: cadernos de formação (língua portuguesa)*, 2 vol. (pp. 17-30). São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação.
- Azevedo, F. & Souza, R. J. de. (2012). *Géneros textuais e práticas educativas*. Lisboa-Porto: LIDEL.
- Azevedo, F. (2006). Literatura infantil e mediação leitora. In Azevedo, F. (Coord.), *Língua materna infantil: elementos nucleares para professores do ensino básico*. Lisboa-Porto: LIDEL.
- Azevedo, F. (2006). Literatura infantil, recepção leitora e competência literária. In Azevedo, F. (Coord.), *Língua materna infantil: elementos nucleares para professores do ensino básico*. Lisboa-Porto: LIDEL.
- Bâ, A. H. (2010). A tradição viva. In Ki-zerbo, J.(coord.), *Metodologia e pré-história da África, história geral da África*, vol. 1 (pp. 167-2012). Brasília: UNESCO.
- Bakhtin, M. (1995). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Barbosa, J. (2002). *Obra poética* (org. de Arnaldo França & Elsa Rodrigues dos Santos). Lisboa: INCM.
- Bettencourt, F. (1999). *A cruz do Rufino*. Praia-Mindelo: Embaixada de Portugal em Cabo Verde / Centro Cultural Português.
- Held, J. (1980). *O imaginário no poder: as crianças e a literatura fantástica*. São Paulo: Summus.
- Lima, N. (2022). Zaida Sanches e o conto infantil em Cabo Verde. Literatura moderna infantojuvenil nos países africanos de língua oficial portuguesa: ficção, teoria, crítica e historiografia. Acedido em 22 de junho de 2023. Disponível em: [file:///C:/Users/hluz3/Downloads/69438-252794-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/hluz3/Downloads/69438-252794-1-PB%20(1).pdf).
- Lopes, N.& Simas, L. A. (2020). *Filosofias africanas: uma introdução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Luz, H. C. R. da. (2013) *O imaginário e o quotidiano cabo-verdianos na produção literária de Jorge Barbosa*. Tese de Doutoramento: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa.
- Luz, H. C.R. da. (2023). Mapeamento da presença de Henrique Teixeira de Sousa no Cabo Verde boletim de propaganda e informação. In Rodrigues, L.F.M; Luz, H. C. R. da & Timbane, A. A. (2023). *O cabo-verdiano e o português em convivência: descrição, ensino, literatura e cultura*, 1.^a ed. (215-222). Belém-PA: Home Editora.
- O LOBO E O CHIBINHO (Conto popular de S. Nicolau)* (1936). *Clairidade: revista de arte e letras*, 2, pp. 8 e 10.
- Rigoletto, A. P. C. & Giorgi, C.A.G. di (2012). Leitura compartilhada: quando pais e professores participam da formação de jovens leitores. In Azevedo, F. & Souza, R. J. de. *Géneros textuais e práticas educativas* (pp. 1-15). Lisboa-Porto: LIDEL.
- Simões, R. & Azevedo, F. (2009). O menino escritor ou a arte de escrever sobre a escrita. In Azevedo, F. & Sardinha, M. da. G. In *Modelos e práticas de literacia* (pp. 89-97). Lisboa-Porto: LIDEL.
- Souza, R. J. de. (1992). *Narrativas infantis: a literatura e a televisão de que as crianças gostam*. Bauru: USC.
- Tavares, J. de C. F. A importância da literatura infantil na educação de infância. 2010. (Monografia) - Universidade de Cabo Verde, 2010. Acedido em 30 de junho de 2023. Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/2131/1/monografia.pdf>.
- Tinto da Silva, J. de L. (2016). *Literatura infantil: o desenvolver da aprendizagem em crianças na escola Anayde Beiriz*. Trabalho de Conclusão de Curso: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4318/1/JLTS28112016.pdf>.
- Vansina, J. (2010). A tradição oral e sua metodologia. In Ki-zerbo, J.(coord.), *Metodologia e pré-história da África, história geral da África*, vol. 1 (pp. 139-166). Brasília: UNESCO.
- Varela, D. (2016). Lista completa dos livros para infância de Cabo Verde. Acedido em 22 de junho de 2023. Disponível em: <http://daivarela.blogspot.com/2016/07/listacompleta-dos-livros-para-infancia.html>.

Estudo lexical da poesia de Eugénio de Andrade

Lexical study of the poetry of Eugénio de Andrade

Carla Sofia Araújo [0000-0002-5318-0960]

carla.araujo@ipb.pt

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Resumo. Este estudo orienta-se por fundamentos metodológicos da Linguística de *Corpus*. A Linguística de Corpus pode ser utilizada como um importante auxiliar de observação e análise de textos. No caso do texto literário, a Linguística de Corpus configura uma abordagem que fornece dados linguísticos e informações sobre os textos a que outros tipos de métodos de análise textual não automática não permitem aceder. Neste trabalho, a partir do programa computacional Nooj (Silberztein, 2003), efetuamos uma análise lexicométrica, baseada na análise estatística das palavras-tema, tendo em vista a delimitação de possíveis campos temáticos na poesia de Eugénio de Andrade.

Palavras-Chave: Linguística de Corpus, Nooj, Palavras-tema, Campos temáticos.

Abstract. This study is guided by the methodological foundations of Corpus Linguistics. Corpus Linguistics can be used as an important aid in the observation and analysis of texts. In the case of literary texts, Corpus Linguistics configures an approach that provides linguistic data and information about texts to which other types of textual analysis methods do not allow automatic access. In this work, using the computational program Nooj (Silberztein, 2003), we generate a lexicometric analysis, based on the statistical analysis of the theme-words, with a view to delimiting possible thematic fields in the poetry of Eugénio de Andrade.

Keywords: Corpus linguistics, Nooj, Theme words, Theme fields.

1 Introdução

Este artigo apresenta um estudo lexical da poesia de Eugénio de Andrade, aplicando os critérios e os princípios da Linguística de Corpus e usando o programa computacional Nooj (Silberztein, 2003). A partir das ferramentas do Nooj, será possível analisar a lista de *tokens* e identificar as formas mais usadas pelo autor, tendo em vista delimitar campos temáticos na poesia de Eugénio de Andrade.

Este artigo é constituído por duas partes. Na primeira parte, apresentamos as potencialidades da Linguística de Corpus para o estudo do texto literário. Na segunda parte, recorrendo ao Nooj, apresentaremos o estudo lexical da poesia de Eugénio de Andrade, partindo dos *tokens* mais frequentes na obra. Primeiramente, apresentamos os dados gerais do corpus. A seguir, organizamos uma listagem de palavras-tema, a partir da listagem dos *tokens* com maior frequência, fornecida automaticamente pelo Nooj. O estudo lexical termina com a apresentação dos campos temáticos, delimitados a partir das palavras-tema presentes na poesia de Eugénio de Andrade.

2 Linguística de Corpus e estudo do texto literário

Como nos lembra Brait (2000), existe uma falsa dicotomia entre língua e literatura, uma vez que a língua e a literatura estão intrinsecamente ligadas.

O estudo da língua em uso permite uma abordagem integrada do sistema linguístico subjacente à comunicação. Tal sistema, que é para muitos designado por lexicogramática (Biber; Conrad; Reppen, 1998; Berber Sardinha, 2020), articula a vertente lexical e gramatical de maneira reciprocamente dependente. A Linguística de Corpus permite-nos contabilizar o número de ocorrências das formas

linguísticas de um corpus, tendo em vista análises multivariadas, como, por exemplo, a análise multidimensional (Berber Sardinha & Veirano Pinto, 2019).

A Linguística de Corpus possibilita a análise da frequência dos itens linguísticos, proporcionando-nos identificar associações lexicais, mercê da força da atração que as palavras exercem umas sobre as outras, tal como Firth (1957, p. 11) explicou com a sua famosa frase: «you shall judge a word by the company it keeps», concluindo-se que a linguagem se baseia em padrões léxico-gramaticais, sabidos e partilhados pelos falantes.

As ferramentas computacionais da Linguística de Corpus permitem-nos também, entre outros aspetos, identificar os pacotes lexicais (“lexical bundles”) (Biber, Conrad & Cortes (2004), palavras-chave (Scott, 1997), as formas exclusivas ou formas de frequência 1 e as palavras-tema, como veremos na secção dedicada ao estudo lexical da poesia de Eugénio de Andrade, através do programa Nooj (Silberztein, 2003).

Para além do Nooj, existem outros programas disponíveis, como, por exemplo, o programa WordSmith Tools (Scott, 2022), muito utilizado para a comparação de frequências, o AntConc, o ProtAnt e o Graphcoll (Anthony, 2022; 2023; Brezina, 2016), que permitem verificar todas as ocorrências dos itens linguísticos, a partir da disponibilização de listas de palavras, concordâncias e linhas de concordância, apresentando e organizando todos os dados linguísticos observados.

A Linguística de Corpus exerce uma notável influência na pesquisa linguística em vários centros internacionais. Os métodos de pesquisa baseados em corpus têm sido usados para estudar a literatura, tendo-se tornado cada vez mais populares (Biber, 2011). As suas potencialidades têm também sido exploradas no campo dos estudos literários, estando disponíveis diversas publicações que apresentam aplicações de conceitos e metodologias da Linguística de Corpus para a Literatura (Hoey *et al.*, 2007). Semino e Short (2004) preconizam a adoção de uma perspetiva de cooperação para a utilização dos métodos da Linguística de Corpus e para o estudo do texto literário, salientando a utilidade da combinação da metodologia baseada em corpus com métodos baseados na intuição. Ao analisarem as conexões entre a Linguística de Corpus e a Estilística Literária, Hoey *et al.* (2007) destacam que a Estilística concentra-se em como dizemos o que dizemos e a Linguística de Corpus também defende que o que dizemos está dependente da forma, ou seja, dos padrões que são confirmados nos corpora. Os referidos autores sublinham também o facto de o foco da Linguística de Corpus e da Estilística Literária ser distinto, uma vez que a Estilística se concentra no que faz um texto ser distinto. Além disso, esta disciplina estuda desvios das normas linguísticas que provocam efeitos artísticos e representam formas criativas de uso da linguagem. Já a Linguística de Corpus dirige a sua atenção principalmente para os usos repetidos e típicos, focando-se nos padrões repetidos.

Leech e Short (1981) sublinham que “não há nenhuma técnica infalível para seleccionar o que é significativo. Temos de estar conscientes do efeito artístico total para cada texto e das particularidades linguísticas que encaixam nesse todo”.

Decorrente da aplicação da metodologia da Linguística de Corpus, os resultados poderão ser semelhantes aos das pesquisas ancoradas em análises tradicionais. De facto, mercê do uso que o autor faz da linguagem, a abordagem da Linguística de Corpus pode convergir ou divergir das impressões intuitivas do leitor (Zyngier *et al.*, 2011). Contudo, ainda que os dados quantificados confirmem aquilo que já se conhece, tal situação não constitui um constrangimento, mas antes uma confirmação de que a abordagem é fidedigna. Por conseguinte, a Linguística de Corpus pode fornecer ao crítico literário as ferramentas e os dados necessários para que a literatura possa ser analisada a partir de uma nova abordagem, que é mais objetiva do que a abordagem tradicional, de base hermenêutica.

Na secção a seguir, apresenta-se o estudo lexical da poesia de Eugénio de Andrade.

3 Estudo lexical da poesia de Eugénio de Andrade

Através da análise linguística efetuada pelo Nooj, podemos aceder aos dados gerais caracterizadores do texto, apresentados na tabela 1.

Tabela 1: Dados Gerais do Corpus – “Poesia”.

Dados Gerais do Corpus – “Poesia”	
Unidades de texto	12056

N.º de caracteres	350175 (273784 letras; 64207 espaços em branco; 11553 outros delimitadores)
<i>Tokens</i>	76720
<i>Word forms</i>	64536
<i>Delimiters</i>	11553
<i>Anotações</i>	204012
<i>Ambiguidade</i>	4859 tipos diferentes de ambiguidade
Unidades linguísticas não ambíguas	2876

Fonte: Elaboração própria.

Automaticamente, o programa computacional Nooj apresenta-nos os *tokens* e as respetivas frequências. Para o objetivo do nosso trabalho, interessa-nos a listagem dos *tokens* apresentada por ordem decrescente da sua frequência.

A análise das formas mais frequentes permite-nos verificar que as formas mais frequentes são palavras funcionais ou gramaticais. Especificamente, as cinco formas mais frequentes são as seguintes: “A/a”, “O/o”, “De/de”, “E/e”, com uma frequência de 2702, 2404, 1980, 1396, 1359, respetivamente.

Seguidamente, analisamos a listagem dos *tokens* e selecionamos os 60 *tokens* mais frequentes, tendo em vista elaborar a listagem de palavras-tema e das respetivas frequências, que apresentamos de seguida. Para a elaboração da listagem dos 60 *tokens* mais frequentes, seguimos como critério a seleção de nomes, de adjetivos e de verbos principais (Mateus *et al.* 2003).

Tabela 2: Palavras-tema de “Poesia”, de Eugénio de Andrade.

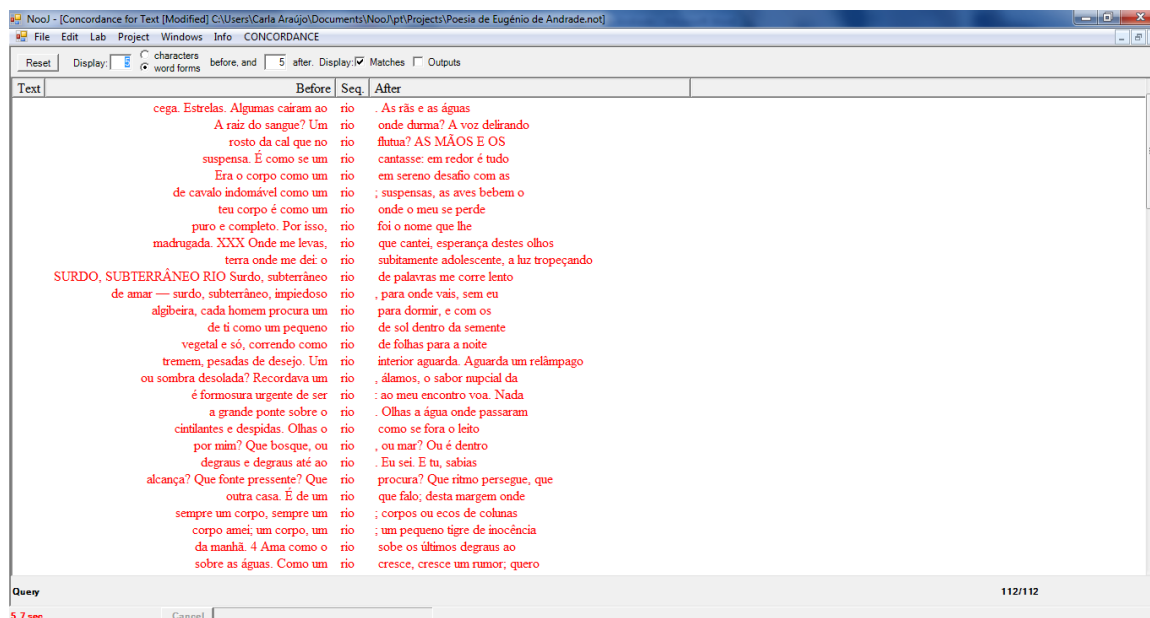
Frequência	TOKEN	Frequência	TOKEN	Frequência	TOKEN	Frequência	TOKEN
303	Luz/luz	142	Mãos/mãos	99	Águas/águas	69	Lume/lume
290	Só/só	133	Vento/vento	97	Música/música	68	Cal/cal
249	Corpo/corpo	124	Mão/mão	96	Rumor/rumor	67	Flor/flor
243	Olhos/olhos	118	Coração/coração	95	Morte/morte	67	
							Palavra/palavra
219	Água/água	117	Amor/amor	87	Dias/dias	67	Neve/neve
207	Sol/sol	117	Rio/rio	87	Nome/Nome	65	Mãe/mãe
202	Verão/verão	110	Dia/dia	84	Fim/fim	63	ardor
199	Noite/noite	110	Tempo/tempo	81	Alegria/alegria	63	céu
190	Mar/mar	109	Palavras/palavras	78	Rosto/rosto	61	Vezes/vezes
175	Terra/terra	109	Pedra/pedra	78	Vez/vez	60	Desejo/desejo
165	Boca/boca	106	Olhar/olhar	78	ar	60	
							Homem/homem
157	Casa/casa	106	Sei/sei	76	Tarde/tarde	60	Lugar/lugar
157	Ser/ser	102	Azul/azul	75	Chuva/chuva	60	Voz/voz
156	Silêncio/silênci	100	Lábios/lábios	74	Morrer/morrer	57	Folhas/folhas
	o						
148	Sombra/sombra	98	Manhã/manhã	69	Branco/branco	55	dedos

Fonte: Elaboração própria.

Quando iniciamos a análise das palavras-tema, verificamos fenómenos de ambiguidade potencial, que integra a maior parte das formas linguísticas, dado que a listagem dos *tokens* fornecida pelo Nooj apresenta as palavras-tema sem os contextos de ocorrência. Por conseguinte, procedemos à extração de concordâncias no Nooj, tendo em vista detetar fenómenos de homonímia, parcial ou absoluta (Chaves, 2013). Quando as formas lexicais possuem iguais formas gráficas e fonéticas, sentidos independentes e pertencem a classes de palavras diferentes, estamos perante casos de homonímia parcial. Estamos perante casos de homonímia absoluta em palavras pertencentes à mesma classe e portadoras de sentidos independentes. Deste modo, procedemos à análise de todos os contextos de ocorrência de cada uma das palavras-tema do corpus e consultamos as definições das palavras-temas no dicionário (<https://www.infopedia.pt/>), atendendo a que a análise das concordâncias e a consulta do dicionário asseguram uma análise mais objetiva.

Como podemos constatar na figura 1, a palavra-tema “rio”, que configura um fenómeno de homonímia parcial, ou seja, “rio” [verbo rir] e “rio” [nome], conforme se verifica na consulta do dicionário, remete-nos para a forma do verbo “rir” e para o nome masculino singular “rio”.

Através da leitura das concordâncias da palavra-tema “rio”, constata-se que a forma “rio” corresponde ao nome masculino singular de “rio” e à primeira das três aceções do nome “rio” (“1. Curso natural de água que nasce, em geral, nas montanhas e vai desaguar ao mar, a um lago ou a outro rio, ou, por vezes, se entranha na terra; 2. figurado aquilo que corre como este curso de água; 3. figurada quantidade considerável; abundância”). Deste modo, como se pode verificar na tabela 3, a palavra-tema “rio” insere-se no campo temático de “Natureza”.



The screenshot shows the NooJ interface with a concordance search for the word "rio". The results are displayed in a table with three columns: "Text", "Before", and "After". The "Text" column contains the original text from a poem, with the word "rio" highlighted in red. The "Before" column shows the text immediately preceding "rio", and the "After" column shows the text immediately following "rio". The search results are numbered 112/112.

Text	Before	Seq.	After
cega. Estrelas. Algumas caíram ao	rio	1	. As rãs e as águas
A raiz do sangue? Um	rio	2	onde durma? A voz delirando
rosto da cal que no	rio	3	flutua? AS MÃOS E OS
suspensa. É como se um	rio	4	cantasse: em redor é tudo
Era o corpo como um	rio	5	em sereno desafio com as
de cavalo indomável como um	rio	6	; suspensas, as aves bebem o
teu corpo é como um	rio	7	onde o meu se perde
puro e completo. Por isso,	rio	8	foi o nome que lhe
madrugada. XXX Onde me levás,	rio	9	que cantei, esperança destes olhos
terra onde me dei o	rio	10	subitamente adolescente, a luz tropeçando
SURDO, SUBTERRÂNEO RIO Surdo, subterrâneo	rio	11	de palavras me corre lento
de amar — surdo, subterrâneo, impiedoso	rio	12	, para onde vais, sem eu
alguém, cada homem procura um	rio	13	para dormir, e com os
de ti como um pequeno	rio	14	de sol dentro da semente
vegetal e só, correndo como	rio	15	de folhas para a noite
tremem, pesadas de desejo. Um	rio	16	interior aguarda. Aguarda um relâmpago
ou sombra desolada? Recordava um	rio	17	, álamos, o sabor mupial da
é formosura urgente de ser	rio	18	: ao meu encontro voa. Nada
a grande ponte sobre o	rio	19	. Olhas a água onde passaram
cintilantes e despidas. Olhas o	rio	20	como se fora o leite
por mim? Que bosque, ou	rio	21	, ou mar? Ou é dentro
degraus e degraus até ao	rio	22	. Eu sei. E tu, sabias
alcança? Que fonte presente? Que	rio	23	procura? Que ritmo persegue, que
outra casa. É de um	rio	24	que falo; desta margem onde
sempre um corpo, sempre um	rio	25	; corpos ou ecos de colunas
corpo amei, um corpo, um	rio	26	; um pequeno tigre de inocência
da manhã. 4 Ama como o	rio	27	sobe os últimos degraus ao
sobre as águas. Como um	rio	28	cresce, cresce um rumor, quero

Figura 1: Concordâncias da palavra-tema “rio”.

Fonte: Nooj.

Como podemos constatar na figura 2, a palavra-tema “verão”, que também configura um fenómeno de homonímia parcial, ou seja, “verão” [verbo ver] e “verão” [nome], conforme se verifica na consulta do dicionário, remete-nos para o futuro do indicativo do verbo “ver” e para o nome masculino singular “verão”.

Através da leitura das concordâncias da palavra-tema “verão”, constata-se que a forma “verão” corresponde ao nome masculino singular de “verão”, por isso, como se pode verificar na tabela 3, a palavra-tema “verão” insere-se no campo temático de “temporalidade”.



The screenshot shows the NooJ interface with a concordance search for the word "verão". The results are displayed in a table with three columns: "Text", "Before", and "After". The "Text" column contains the original text from a poem, with the word "verão" highlighted in red. The "Before" column shows the text immediately preceding "verão", and the "After" column shows the text immediately following "verão". The search results are numbered 179/179.

Text	Before	Seq.	After
me o rosto de um	verão	1	sem a febre de tantos
roer a solidão, enquanto o	verão	2	pinta de azul o céu
mais que fugidios ecos de	verão	3	, a música dos dias sem
pura nos grandes dias de	verão	4	. Estás só. Desolado e só
Agora onde te despês é	verão	5	: tudo acolhe e afaga o
luz das manhãs lisas de	verão	6	, ao calor das pedras achadas
acaba de nascer e o	verão	7	. ALBA Como se não houvesse
Desses olhos redondos, agudos de	verão	8	, e tão azuis como se
são as areias fúlvias de	verão	9	. Feliz, o meu rosto no
minha boca. EROS Nunca o	verão	10	se demorara assim nos lábios
DO VERÃO Eis como o	verão	11	chega de súbito, com seus
silêncio duro — eis como o	verão	12	entra no poema. CRISTALIZAÇÕES 1 Com
ANUNCIAÇÃO DA ALEGRIA Devia ser	verão	13	, devia ser jovem: ao encontro
que tudo em ti seja	verão	14	, dunas e mar. MITOLOGIA A
temura e os flancos do	verão	15	. 3 Um corpo brilha na para
nome dos dias todos do	verão	16	. 5 Nas romãs eu amo o
a passar nos mastros do	verão	17	. 3 Um corpo apenas, barco ou
PERFEITO Oh, os ramos do	verão	18	— onde as cigarras ou a
na tarde. No ardor do	verão	19	tudo o rumor é ave
O rosto, o rosto do	verão	20	, a púrpura do fogo, a
de sombra e água num	verão	21	de fulvos lentos animais. Calhandra
onde o fogo de um	verão	22	muito antigo cintila, a boca
DE NAVEGAR Vê como o	verão	23	subitamente se faz água no
melancólicos magníficos	verão	24	animal amedrontados, um
rumor de chuva branca. O	verão	25	difícil em altos leitos de
o frio, implacável, azul do	verão	26	anda por aí, o cheiro
QUE SE MORRE Agora é	verão	27	. Arranca à terra escura o
olhar os barcos. É no	verão	28	, eu sei. Tempo de facas
	verão	29	, repito. Estás sentada no terraço

Figura 2: Concordâncias da palavra-tema “verão”.

Fonte: Nooj.

Já a palavra-tema “sobre” não consta da listagem de palavras-tema, uma vez que, em todas as ocorrências, estamos perante a preposição “sobre”. Como se pode verificar na figura 3, não se trata nem do nome masculino nem do imperativo ou do presente do conjuntivo do verbo sobrar.

The screenshot shows the Nooj concordance tool interface. The search term 'sobre' is entered in the 'Query' field. The results are displayed in a table with three columns: 'Text', 'Before', and 'After'. The 'Text' column contains the full text of the poem 'Poesia de Eugénio de Andrade'. The 'Before' column shows the word 'sobre' in red. The 'After' column shows the word 'sobre' in red. The results are sorted by 'Seq.' (sequence). The status bar at the bottom indicates '192/192' matches.

Text	Before	Seq.	After
sobe à torre abandonada e	sobre	1	a azenha parada tomba desamparado
do que lágrimas, coisas frias,	sobre	2	as tuas mãos abandonadas à
E no teu rosto aberto	sobre	3	o mar cada palavra era
principia. Como se houvesse nuvens	sobre	4	nuvens, e sobre as nuvens
houvesse nuvens sobre nuvens, e	sobre	5	as nuvens mar perfeito, ou
esconde para amar outra luz	sobre	6	as areias. Um pedaço de
encontro vem a grande ponte	sobre	7	o rio. Olhas a água
lume. Para orvalho te queria	sobre	8	as horas transformadas. Para a
colunas, rios ou súbitas janelas	sobre	9	dunas; corpos: docéis, doirados montes
rosto no meu. Que luz	sobre	10	o teu peito! No teu
súbito o céu se fecha	sobre	11	dunas e barcos, e cada
devagar escorre a última luz	sobre	12	as areias. Que diremos ainda
pelas dunas. Soltei os olhos	sobre	13	aquele corpo, o coração latindo
dezaíseis potros brancos na colina	sobre	14	as águas. Como um rio
-me cada passo, recomeço, pedra	sobre	15	pedra, a juntar palavras; quero
junta. Música das primeiras chuvas	sobre	16	o feno. Só aroma. Abelha
AS JANELAS As janelas abrem	sobre	17	as fontes. Abrem para o
boca mais vulnerável. A marcar	sobre	18	os teus flancos o itinerário
assim ardente. Pousas as mãos	sobre	19	o meu rosto, e vais
maduros do silêncio, vertente aguda	sobre	20	o mar — já as águas
pedra cintilante dos teus joelhos,	sobre	21	o teu corpo o meu
só lembrados de um verão	sobre	22	outros lábios. RUPTURA A noite
outono, desatado beijo a beijo	sobre	23	a palha; ficam as nuvens
espessa ondulação do vento é	sobre	24	o corpo a própria exaltação
própria nudez erramos na noite	sobre	25	os membros o peso obscurecido
água era o meu corpo	sobre	26	as noites havia outras colinas
apenas dormisse com os lódiões	sobre	27	o coração. AS FONTES As
beber no escuro. Deita-te	sobre	28	o meu peito inclina até

Figura 3: Concordâncias da palavra-tema “sobre”.

Fonte: Nooj.

A palavra-tema “são” remete-nos para mais um fenómeno de homonímia parcial. Nesse sentido, a leitura das concordâncias permitiu-nos verificar que a forma “são” nem é o adjetivo nem o nome “são”, já que, em todas as ocorrências, esta forma diz respeito ao presente do indicativo do verbo ser, como se pode verifica na figura 4.

The screenshot shows the Nooj concordance tool interface. The search term 'são' is entered in the 'Query' field. The results are displayed in a table with three columns: 'Text', 'Before', and 'After'. The 'Text' column contains the full text of the poem 'Poesia de Eugénio de Andrade'. The 'Before' column shows the word 'são' in red. The 'After' column shows the word 'são' in red. The results are sorted by 'Seq.' (sequence). The status bar at the bottom indicates '116/116' matches.

Text	Before	Seq.	After
ACORDE Onde passou o vento	são	1	altas as ervas, e os
rasos de água. Só elas	são	2	estrelas penduradas nos meus dedos
abrir — é um cheiro forte,	são	3	, de frutos naturais que a
as palavras que te digo	são	4	duras, mãe, e o nosso
essas mãos que nem sequer	são	5	flores que se dêem: abertas
flores que se dêem: abertas	são	6	apenas abandono, fechadas são pálpebras
abertas são apenas abandono, fechadas	são	7	pálpebras imensas carregadas de sono
tu dizias: os teus olhos	são	8	peixes verdes. E eu acreditava
eram realmente peixes verdes. Hoje	são	9	apenas os meus olhos. É
As palavras que te envio	são	10	interditas até, meu amor, pelo
Um pássaro e um navio	são	11	a mesma coisa quando te
do mundo. Alguns pensam que	são	12	as mãos de deus — eu
de deus — eu sei que	são	13	as mãos de um homem
penetram, indiferentemente. Não lhes toquem	são	14	amor e bondade. Mais ainda
MADRIGAL Os anjos que prometes	são	15	apenas o rosto triste dos
rua. Os seus pés descalços	são	16	formosos. São formosos e leves
de alegria e de terror;	são	17	a grande razão, a única
pelas mãos, que já não	são	18	mais que fugidios ecos de
estremecem. Desamparadas, inocentes, leves. Tecidas	são	19	de luz e são a
Tecidas são de luz e	são	20	a noite. E mesmo pálidas
ó barco onde as bandeiras	são	21	todas de alegria, água súbita
No teu ombro respiro. Belos	são	22	os navios, altos, estreitos. Feliz
No teu ombro respiro. Belas	são	23	as areias fúlvias de verão
silêncio: em abril os dias	são	24	frágeis, impacientes e amargos; os
Onde estão as barcas? Onde	são	25	as ilhas? ESCRITO NO MURO
Ariadne ou não, os olhos	são	26	azuis. Azuis de um azul
gregos de Ariadne, que não	são	27	de Ariadne nem são gregos
não são de Ariadne nem	são	28	gregos, desses olhos que se

Figura 4: Concordâncias da palavra-tema “são”.

Fonte: Nooj.

De igual modo, a palavra-tema “entre” configura um fenómeno de homonímia parcial, isto é, “entre” [verbo entrar] e “entre” [preposição]. Esta forma não consta da listagem de palavras-tema, uma

vez que, em todas as ocorrências, se constata que nem se trata do imperativo do verbo entrar nem do presente do conjuntivo do verbo entrar, uma vez que estamos perante a preposição “entre” (veja-se a figura 5).

Noo! - [Concordance for Text (Modified)] C:\Users\Carla Araújo\Documents\Noo\pt\pt\Poesia de Andrade.txt

FileEditLabProjectWindowsInfoCONCORDANCE

Reset

Display:

characters

word forms

 before, and

5

 after. Display: ☒ Matches ☐ Outputs

Text	Before	Seq.	After
isto — apodrecer de um fruto	entre	folhas esquecido. Água escorrendo, quem	
III Quando em silêncio passas	entre	as folhas, uma ave renasce	
mais um dia que passou	entre	arcos e arcos de solidão	
um país crescendo em liberdade,	entre	medas de trigo e de	
a fugidia voz da água	entre	o azul do prado e	
sempre o teu rosto afogado,	entre	retratos e vendedores ambulantes, entre	
entre retratos e vendedores ambulantes,	entre	cigarros e gente sem destino	
é uma figura branca cintilando	entre	os rochedos. Não sei se	
ou se procura um beijo	entre	conchas transparentes. Não, o mar	
alegria, como nasce o vento	entre	barcos de papel, como nasce	
Acorda na manhã de ouro	entre	o teu rosto e o	
cheiro doce e fresco, por	entre	a chuva, me traz o	
sol, me traz o rosto,	entre	março e abril, o rosto	
dóceis flores de cor difícil,	entre	limão e vinho, entre marfim	
diffícil, entre limão e vinho,	entre	marfim e mel, abertas no	
de ter cantado — pálidas, fragrantas,	entre	chuva e sol e chuva	
de água que se perde	entre	as espáduas ou as nádegas	
duma fonte, a púrpura farejam	entre	juncos quebrados. A própria sombra	
da sombra de um lírio	entre	as pernas. Abrem para a	
Ariadne só talvez haja memória	entre	as pernas de Teseu. De	
mas vi em Delfos onde,	entre	colunas, passava os dias divinamente	
a cintura, o lume breve	entre	as nádegas e o ventre	
DOMÍNIO Amar-te assim desvelado	entre	barro fresco e ardor. Sorver	
barro fresco e ardor. Sorver	entre	lábios fendidos o ardor da	
mais azul, no oiro anotecido	entre	pétalas cerradas, no alto e	
fez ninho e vai pousar	entre	o frio dos joelhos devagar	
o trigo é alto, e	entre	duas folhas pode-se morrer	
procuram-te desde o chão,	entre	os veios do sono e	

Query

103/103

Figura 5: Concordâncias da palavra-tema “entre”.

Fonte: Nooj.

A palavra-tema “sua” configura, igualmente, um fenómeno de homonímia parcial, quer dizer, “sua” [verbo suar] e “sua” [determinante e pronome possessivo]. A análise das concordâncias permitiu-nos confirmar que a forma “sua” não é a forma do verbo suar, no presente do indicativo ou no imperativo, tratando-se do determinante e pronome possessivo, como se pode observar na figura 6.

</

Figura 6: Concordâncias da palavra-tema “sua”.

Fonte: Nooj.

Similarmente, a palavra-tema “como” remeteu-nos para mais um fenómeno de homonímia parcial, ou seja, “como” [conjunção], “como” [advérbio interrogativo], “como” [nome masculino] e

“como” [verbo]. Como se pode observar na figura 7, em nenhuma concordância, a palavra-tema “como” corresponde à forma do verbo comer.

Nooj - [Concordance for Text [Modified] C:\Users\Carla Araujo\Documents\Noop\pt\Projects\Poesia de Eugénio de Andrade.nproj]

FileEditLabProjectWindowsInfoCONCORDANCE

ResetDisplay: 5 characters word formsbefore, and 5 after. Display: Matches Outputs

Text	Before	Seq.	After
	fica a vida suspensa. E	como	se um rio cantasse: em
	tremem maduras todas as espigas	como	se o próprio dia as
	-te a face. IV Somos	como	árvores só quando o desejo
	no chão um corpo aberto	como	os animais. IX. MADRIGAL. Tu
	quando anoitece. Era o corpo	como	um rio em sereno desafio
	as margens quando desce. Andava	como	quem passa sem ter tempo
	os ergua no ar. Sorria	como	quem dança. E desfôlhava ao
	ritmo da própria primavera, e	como	as flores e os animais
	seu destino de cavalo indomável	como	um rio; suspensas, as aves
	Impetuoso, o teu corpo é	como	um rio onde o meu
	de folhas verdes, tão jovens	como	tu, minha alegria. Terra onde
	onde meus olhos bebem, fundo,	como	quem bebe a madrugada. XXX
	na terra de sabor amargo	como	o coração dos frutos bravos
	coisas sem as ver, gastos	como	animais envelhecidos; se alguém chama
	nos pede amor não estremece:	como	frutos de sombra sem sabor
	palavra amadureça e se desprenda	como	um fruto ao passar o
	de pedra por irmão. Tinham	como	toda a gente o milagre
	tresmalhados. Tinham fome e sede	como	os bichos, e silêncio à
	a manhã feliz e descuidada,	como	só a manhã pode brincar
	dos animais. Maio trouxe cravos	como	outrora, cravos morenos, como tu
	cravos como outrora, cravos morenos,	como	tu dizias, mas cada hora
	GAIVOTAS Contente de me dar	como	as gaivotas bebo o outono
	mais que digam é perfeito	como	a vida. Tenho tristezas como
	como a vida. Tenho tristezas	como	toda a gente. E como
	como toda a gente. E	como	toda a gente quero alegria
	retrato da moldura. Se soubesses	como	ainda amo as rosas, talvez
	o coração rosas tão brancas	como	as que tens na moldura
	coisa que vive, e é	como	um perdão que não tive

Query

339/339

Figura 7: Concordâncias da palavra-tema “como”.

Fonte: Nooj.

Para terminar, referimos mais um caso de homonímia parcial com que nos deparamos ao analisar a lista de palavras mais frequentes, “era” [verbo ser] e “era” [nome]. De acordo com a análise das concordâncias da palavra-tema “era” (veja-se a figura 8), esta palavra-tema não integra a listagem das palavras-tema, porque se trata de uma forma do verbo ser.

NooJ - [Concordance for Text (Modified) C:\Users\Carla Araújo\Documents\NooJ\pt\Projects\Poesia de Eugénio de Andrade.noo]

FileEditLabProjectWindowsInfoCONCORDANCE

ResetDisplay: 5 characters before, and 5 after. Display: Matches Outputs

Text	Before	Seq.	After
	seguia o seu caminho, porque	era	um deus que passava. Alheio
	surgir. Brotou água onde tudo	era	segura. Paz onde morava a
ELEGIA CHAMADA DOMINGO O domingo		era	uma coisa pequena. Uma coisa
não via. O corpo todo		era	a saudade de alguém que
pulsar do próprio coração. Moreno,		era	a forma das pedras e
minha mãe cantar. A mãe		era	nesse tempo uma mulher triste
ao descer. ELEGIA Às vezes		era	bom que tu viesses. Falavas
sobre o mar cada palavra		era	apenas o rumor de um
para dar um ao outro;		era	como se todas as coisas
coisas eram possíveis. Mas isso		era	no tempo dos segredos, era
era no tempo dos segredos,		era	no tempo em que o
em que o teu corpo		era	um aquário, era no tempo
teu corpo era um aquário,		era	no tempo em que os
viesses e te levasse, eu		era	só fome o que sentia
ao teu retrato como quando		era	pequeno: recortando aqui, colando ali
onde o rumor da sombra		era	um rumor de festa, pela
perguntava porque partia, porque ficava;		era	pouco o que tinha, pouco
pinheiros; não dos lílases, pois		era	cedo ainda para mostrarem o
Shakespeare MAR DE SETEMBRO Tudo		era	claro: céu, lábios, areias. O
aman, exaltam o silêncio. Tudo		era	claro, jovem, alado. O mar
flores de cristal. E tudo		era	água, água, desejo só de
pedra?, pedra ou flor? Verde		era	a luz, e a espuma
nos meus ombros. Sem muros		era	a terra, e tudo ardia
ou uma lágrima: nada mais		era	quando despertava. 2 Sabor de água
próximo da nascente. 4 Só água		era	, e sem memória. 5 Claridade sem
esta carícia onde o desejo		era	só brisa? CANTE JONDO A
viu em Delos, assim esbelto		era	o dia em que te
que te encontrei, assim esbelta		era	a noite em que te

Query

167/167

Figura 8: Concordâncias da palavra-tema “era”.

Fonte: Nooj.

Tendo por base a referida metodologia, como podemos observar na tabela 3, na “Poesia”, de Eugénio de Andrade, foi possível delimitar oito campos temáticos de diferentes domínios: o campo

temático do domínio de Corporalidade foi delimitado através das palavras-tema Corpo/corpo, Olhos/olhos, Boca/boca, Mãos/mãos, Mão/mão, Coração/coração, Lábios/lábios, Rosto/rosto, dedos, Olhar/olhar; o campo temático de Cores foi delimitado através das palavras-tema Azul/azul, Branco/branco; o campo temático do domínio de Temporalidade, a partir das palavras-tema Verão/verão, Tempo/tempo, Dia/dia, Dias/dias, Tarde/tarde, Manhã/manhã, Noite/noite, Vez/vez, Vezes/vezes; o campo temático de Natureza, relacionado com as palavras-tema Água/água, Luz/luz, Sol/sol, Mar/mar, Terra/terra, Vento/vento, Rio/rio, Águas/águas, Chuva/chuva, ar, Neve/neve, Folhas/folhas, Flor/flor, céu, Pedra/pedra; o campo temático do domínio de Sentimento foi construído a partir das palavras-tema Amor/amor, Alegria/alegria, Desejo/desejo, ardor; o campo temático do domínio de Declínio foi delimitado através das palavras-tema Fim/fim, Morte/morte, Morrer/morrer, Lume/lume, Silêncio/silêncio, Sombra/sombra, Só/só; o campo temático do domínio da Musicalidade foi delimitado através das palavras-tema Palavras/palavras, Palavra/palavra, Nome/Nome, Rumor/ruído, Música, Voz/voz; o campo temático de Infância foi delimitado através das palavras-tema Casa/casa, Lugar/lugar, Mãe/mãe, Ser/ser.

Tabela 3: Campos temáticos de “Poesia”, de Eugénio de Andrade.

Campos temáticos	PALAVRAS-TEMA
Corporalidade	Corpo/corpo, Olhos/olhos, Boca/boca, Mãos/mãos, Mão/mão, Coração/coração, Lábios/lábios, Rosto/rosto, dedos, Olhar/olhar
Cores	Azul/azul, Branco/branco
Temporalidade	Verão/verão, Tempo/tempo, Dia/dia, Dias/dias, Tarde/tarde, Manhã/manhã, Noite/noite, Vez/vez, Vezes/vezes
Natureza	Água/água, Luz/luz, Sol/sol, Mar/mar, Terra/terra, Vento/vento, Rio/rio, Águas/águas, Chuva/chuva, ar, Neve/neve, Folhas/folhas, Flor/flor, céu, Pedra/pedra
Sentimento	Amor/amor, Alegria/alegria, Desejo/desejo, ardor,
Declínio	Fim/fim, Morte/morte, Morrer/morrer, Lume/lume, Silêncio/silêncio, Sombra/sombra, Só/só
Musicalidade	Palavras/palavras, Palavra/palavra, Nome/Nome, Rumor/ruído, Música, Voz/voz
Infância	Casa/casa, Lugar/lugar, Mãe/mãe, Ser/ser

Fonte: Elaboração própria.

4 Conclusões

A partir da análise das palavras-tema na “Poesia”, de Eugénio de Andrade, pôde-se observar não só a sofisticação da criatividade linguística de Eugénio de Andrade e a diversidade temática da sua obra, como também a riqueza lexical da sua poesia, uma incomparável obra de arte, de extremo valor literário e, particularmente, linguístico.

Como já apresentamos na seção do estudo lexical da poesia de Eugénio de Andrade, na “Poesia”, de Eugénio de Andrade, foi possível delimitar oito campos temáticos de distintos domínios: o campo temático do domínio de “Corporalidade”, o campo temático de “Cores”, o campo temático do domínio de “Temporalidade”, o campo temático de “Natureza”, o campo temático do domínio de “Sentimento”, o campo temático do domínio de “Declínio”, o campo temático do domínio da “Musicalidade” e o campo temático de “Infância”.

Esperamos ter contribuído para complementar os estudos da poesia de Eugénio de Andrade, através de recursos computacionais, ainda pouco explorados na análise de obras literárias, mas que poderão enriquecer as análises de pendor mais tradicional, abrindo caminho para uma cooperação que

alinha a Linguística de Corpus e os Estudos Literários, e oferecendo novas alternativas para os estudos na interface entre língua e literatura.

Referências

- Andrade, E. de (2017). *Poesia*. Porto. Assírio & Alvim.
- Anthony, L. (2022). *AntConc. A freeware corpus analysis toolkit for concordancing and text analysis*. Tokyo. Japan. Waseda University.
- Anthony, L. (2023). *Estatísticas comuns usadas na linguística de corpus*. Disponível em https://laurenceanthony.net/resources/statistics/common_statistics_used_in_corpus_linguistics.pdf.
- Berber Sardinha, T. (2004). *Linguística de Corpus*. Barueri, SP. Manole.
- Berber Sardinha T. (2019). *Using multi-dimensional analysis to detect representations of national identity*. In: Berber Sardinha, T. & Veirano Pinto, M. (Eds.). *Multi-Dimensional Analysis: Research Methods and Current Issues*. London. Bloomsbury.
- Berber Sardinha, T. (2020). *Lexicogrammar*. (C.A. Chapelle, Org.). *The Concise Encyclopedia of Applied Linguistics*. Wiley Blackwell.
- Biber, D., Conrad, S. & Cortes, V. (2004). *If you look at...: Lexical bundles in university teaching and textbooks*. *Applied Linguistics*, v. 25, n.º 3, p. 371-405.
- Biber, D. (2011). «Corpus linguistics and the study of literature: Back to the future?» *Scientific Study of Literature*, 1, pp. 15–23.
- Brait, B. (2000). *Língua e Literatura: uma falsa dicotomia*. *Revista da Anpoll*, n.º 8, p. 187-206.
- Brezina, V. (2016). *Collocation networks*. In: Baker, P. & Egbert, J. (Eds.). *Triangulating methodological approaches in corpus linguistic research*. New York. London. Routledge, p. 102-119.
- Chaves, R. P. (2013). “Organização do léxico”. In: Raposo, E. (Org.) (2013). *Gramática do português*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 185-212.
- Finatto, M. J. B., Lopes, L. & Silva, A. C. (2015). *Processamento de linguagem natural, linguística de corpus e estudos linguísticos: uma parceria bem-sucedida*. *Domínios de Linguagem*, v. 9, n. 5, p. 41–59. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169398>.
- Firth, J. R. (1957b). A synopsis of linguistic theory, 1930–1955. *Studies in Linguistic Analysis* (pp. 1–32). Special Volume, Philological Society.
- Hoey, M., Mahlberg, M., Stubbs, M. & Teubert, W. (2007). *Text, Discourse and Corpora*. London. Continuum International Publishing Group.
- Leech, G. & Short, M. (1981). *Style in fiction*. London & New York. Longman.
- Mateus, M. H. M. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho.
- Scott, M. (1997). *PC analysis of key words – And key key words*. *System*, v. 25, n.º 2, p. 233-245.
- Scott, M. (2022). *WordSmith Tools versão 8*. Stroud. Lexical Analysis Software.
- Semino, E. & Short, M. (2004). *Corpus Stylistics: Speech, Writing and Thought Presentation in a Corpus of English Writing*. London. Routledge.
- Silberztein, M. (2003). *Nooj Manual*. Internet. Disponível em <http://www.nooj4nlp.net/NooJ%20Manual.pdf>
- Silberztein, M. (2016). *La formalisation des langues: l'approche NooJ. Formalizing Natural Languages: the NooJ Approach*. Wiley Eds.
- Stubbs, M. (2018). *The (very) long history of corpora, concordances, collocations and all that*. In: A. Cermáková, M. Mahlberg (Eds.). *The Corpus Linguistics Discourse: In honour of Wolfgang Teubert*. Amsterdam. John Benjamins.
- Zyngier, S., Viana, V., Silveira, N. G. (2011). *Discurso literário e linguística de corpus: uma visão empírica*. *Caderno de Letras*, 28, 99-107.

Artigos

A01	Um estudo de painel sobre a palatalização de /t/ e /d/: o papel das variáveis linguísticas A panel study on the palatalization of /t/ and /d/: the role of the linguistic variables	2
A02	Satisfação dos clientes e performance organizacional: estudo de caso numa empresa de consultadoria Customer satisfaction and organisational performance: a case study in a consulting company	13
A03	Importância do outsourcing no cumprimento das obrigações de relato em Juntas de Freguesia Importance of outsourcing to comply with reporting obligations in Civil Parish: exploratory case study	31
A04	Viagem a Portugal de José Saramago: costumes, arte, culinária e histórias José Saramago's Viagem a Portugal: customs, art, cuisine and histories	44
A05	Os Simples de Guerra Junqueiro: uma expressão do país religioso nos finais do século XIX? Os Simples by Guerra Junqueiro: an expression of the religious country at the end of the 19th century?	52
A06	Raul Bopp: um estilo de vida e escrita antropofágica Raul Bopp: an anthropophagic lifestyle and writing	59
A07	Caracterização das crianças talibé bissau-guineenses identificadas e reintegradas no ano 2022 Characterization of Bissau-Guinean talibé children identified and reintegrated in the year 2022	68
A08	Avaliar competências linguísticas e consciência crítica intercultural no curso de PLE Assessing language and critical intercultural awareness in the PFL course	78
A09	Hospitalidade turística enquanto serviço versus a mesa de Emaús: percepções e representações Tourist hospitality as a service versus the Emmaus table: perceptions and representations	86
A10	Pedaços de poesia e prosa: quando a cooperação se faz significativa Pedaços de poesia e prosa: when cooperation becomes significant	96
A11	Friso mútuo: um projeto de criação artística multidisciplinar Friso mútuo: a multidisciplinary artistic creation project	103
A12	As políticas públicas de património cultural em museus no Brasil Public policies for cultural heritage in museums in Brazil	109
A13	Tecnologias digitais e Alzheimer na perspetiva dos cuidadores formais Digital technologies and Alzheimer's from the perspective of formal caregivers	115
A14	A formação de professores de educação musical em Moçambique: algumas reflexões Mozambique music education teacher training: some reflection	123
A15	A importância de um plano estratégico no sucesso de uma organização The importance of a strategic plan in the success of an organisation	130
A16	O denominado "portunhol" da fronteira uruguaio-brasileira, uma variedade linguística (quase) The so-called "portunhol" of the Uruguayan-Brazilian border, a linguistic variety (almost) ...	141
A17	Falar para aprender: ditado cooperativo e aprendizagem da ortografia Talk to learn: cooperative dictation and orthography learning	152
A18	Trabalhar a temática dos refugiados com base na literatura Approaching the theme of refugees based on the literature	175
A19	"Frio" de João Antônio: o abandono social como consequência da Colonialidade "Frio" by João Antônio: social abandonment as a consequence of Coloniality	183
A20	Os elementos semióticos e a sua produtividade na narrativa vergiliana The semiotics elements and their productivity in vergil's narrative	190
A21	Plano de negócios para um Alojamento Local na região transmontana: criação da empresa RTT Business plan for a Local Accommodation in the Transmontana Region: creation of the company RTT	198
A22	Plano de negócios para a venda de chá online Business plan for selling tea online	207
A23	Plano de Negócio para empresa de tradução e interpretação na Guiné-Bissau Business Plan for a translation and interpretation company in Guinea Bissau	216
A24	Cultivar a empatia com o livro-álbum contemporâneo Cultivating empathy with the contemporary picturebook	225
A25	Estratégias de cortesia na produção de pedidos em português europeu Politeness strategies of requests in European Portuguese	232
A26	O texto literário ao serviço do ensino do Português em contextos multilingues Literary text at the service of Portuguese teaching in multilingual contexts	243
A27	Estudo prospetivo sobre economia circular na ótica da academia portuguesa Prospective study on circular economy from the perspective of the portuguese academia	258
A28	Análise comparativa de política de gestão de resíduos urbanos: o caso do Brasil e Portugal Comparative analysis of municipal waste management policy: the case of Brazil and Portugal	266
A29	Os desafios económicos de S. Tomé e Príncipe na 1ª república portuguesa The economic challenges of Sao Tome and Principe in the 1st Portuguese Republic	276
A30	O cinema como estratégia na educação antirracista - estudo de caso português Cinema as a strategy in anti-racist education - a Portuguese case study	285
A31	A nossa antropofagia Our anthropophagy	291
A32	Wordle em Português: torna o português acessível para estudantes de língua estrangeira Wordle in Portuguese: making Portuguese accessible for foreign language learners	300
A33	Proteção de Dados Pessoais: investigação no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica Personal Data Protection: research in the master's degree in Professional and Technological Education	307
A34	Acesso ao crédito bancário por parte das PME em Cabo Verde Access to bank credit by SMEs in Cape Verde	316
A35	Literatura infantil cabo-verdeana: memória em a cruz do Rufino de Fátima Bettencourt Cape Verdean children's literature: memory in a cruz do Rufino by Fátima Bettencourt	332
A36	Estudo lexical da poesia de Eugénio de Andrade Lexical study of the poetry of Eugénio de Andrade	339

A todos quantos colaboraram, aos mais diversos níveis, com a comissão organizadora do LUSOCONF2023, expressamos o nosso reconhecimento e gratidão.

Organizadores:



Patrocinadores:



Colaboradores:

